



.....

A REPÚBLICA NO BRASIL

.....

TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE
A DEMOCRACIA E A DITADURA

JORGE FERREIRA
KARLA CARLONI
ORGANIZADORES





.....

A REPÚBLICA NO **BRASIL**

.....

TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE
A DEMOCRACIA E A DITADURA

JORGE FERREIRA
KARLA CARLONI
ORGANIZADORES

1ª edição eletrônica (eBook)
2019



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fabio Barboza Passos

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

Apoio

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasil. Código de Financiamento 001 | This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

R425 A República no Brasil: [livro eletrônico] trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura / Jorge Ferreira; Karla Carloni (organizadores). – Niterói: Eduff, 2019. Ebook. ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 9788522813575

BISAC HIS033000 **HISTORY**/Latin America/South America

1. República - Brasil. 2. Ditadura - Brasil. 3. Democracia - Brasil. I. Ferreira, Jorge. II. Carloni, Karla. III. Título.

CDD B869.5

Equipe de realização

Editor responsável: Renato Franco

Coordenação de produção: Márcio Oliveira

Revisão e Normalização: Fátima Ferreira da Silva ([Librum Soluções Editoriais](#))

Capa, projeto gráfico e diagramação: [Librum Soluções Editoriais](#)

Fotografia Capa: *Manifestação estudantil contra a Ditadura Militar* [Brasil, 6 de agosto de 1968] | Fundo do Jornal *Correio da Manhã* - Domínio público / Acervo Arquivo Nacional

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Jorge Ferreira e Karla Carloni

PARTE I - Da República oligárquica à ditadura do Estado Novo

CAPÍTULO I

Oliveira Vianna: notas sobre a história e a memória de um “fundador de discursividades”

Ângela de Castro Gomes

CAPÍTULO II

Leônidas da Silva: um ídolo negro no Brasil de Getúlio Vargas

Leonardo Pereira

CAPÍTULO III

Eros Volússia: a bailarina do Brasil moderno

Karla Carloni

CAPÍTULO IV

Do fascismo ao conservadorismo católico: a trajetória de Plínio Salgado

Leandro Gonçalves

PARTE II - Da experiência democrática à ditadura militar

CAPÍTULO V

Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira

Fábio Koifman

CAPÍTULO VI

Abdias Nascimento: de assecla integralista a líder pan-africanista

Petrônio Domingues

CAPÍTULO VII

Apolonio de Carvalho: uma vida, muitas lutas e vários tempos

Jorge Ferreira

CAPÍTULO VIII

O livro como arma branca: ensaio biográfico de Ênio Silveira

Américo Freire

CAPÍTULO IX

Marcos Antônio. Trajetória de um guerrilheiro que veio do mar: reflexões sobre as ações armadas no Brasil (1964-1970)

Anderson Almeida

PARTE III - Vivendo a ditadura militar

CAPÍTULO X

Expectativa e o sonho: o desenho biográfico de Joaquim Pedro de Andrade durante o regime civil-militar

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

CAPÍTULO XI

A ditadura não fala: um esboço biográfico de Emílio

Garrastazu Médici

Janaína Cordeiro

CAPÍTULO XII

Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu:
1971 e 1981

Isabel Cristina Leite

CAPÍTULO XIII

O menino que descobriu o segredo do Brasil: Joel Rufino dos Santos

Samantha Viz Quadrat

PARTE IV - Da ditadura militar aos novos tempos de democracia-liberal

CAPÍTULO XIV

A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez

Antonia Lana de Alencastre Ceva

CAPÍTULO XV

O roqueiro e os monstros: Raul Seixas, esoterismo e ditadura

Mario Luís Grangeia

CAPÍTULO XVI

Da reserva de São Marcos ao Congresso Nacional: a trajetória política do xavante Mário Juruna (anos 1970 e 1980)

Michelle Reis de Macedo

CAPÍTULO XVII

Cidadania, Educação em Saúde e Divulgação Científica: a trajetória de Virgínia Schall no contexto da redemocratização brasileira

Denise Nacif Pimenta e Juniele Rabêlo de Almeida

AS FOTOGRAFIAS

SOBRE OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

Todos os livros, inclusive os de História, têm também a sua história. Este livro surgiu em 2015 quando a Capes, sob gestão do professor Renato Janine Ribeiro, lançou o edital número 13, *Memórias Brasileiras: Biografias*. Um dos organizadores do livro, Jorge Ferreira, reuniu um grupo de professores de várias universidades e submeteu à avaliação da Capes projeto de pesquisa, cujo objetivo era o de levar ao conhecimento do público biografias de brasileiros, homens e mulheres, brancos e negros, das mais variadas profissões e atividades políticas.

Biografias têm sido escritas durante décadas por profissionais das áreas do jornalismo, da literatura ou mesmo por pessoas que, sem formação acadêmica, têm o gosto pela escrita. Aventureiros não faltam, como em qualquer área, com biografias, geralmente de pessoas famosas, escritas com o estilo sensacionalista.

O gênero biográfico tem e mantém seu público. A vida das pessoas desperta curiosidade. Nas livrarias e bancas de jornal são inúmeras as publicações que proporcionam ao leitor conhecer a vida dos outros. Líderes políticos, militares e religiosos, artistas e desportistas e, até mesmo, criminosos encontram o seu público. Algo que a biografia oferece, por exemplo, são modelos exemplares de comportamento – para o bem ou para o mal. Não é casual, nesse aspecto, a quantidade de biografias sobre Adolf Hitler e Winston Churchill nas estantes das livrarias. Um, o mal absoluto; o outro, a resistência ao mal absoluto.

E os historiadores? Como é sabido, desde muito tempo eles se afastaram do gênero biográfico. Na avaliação de Benito Schmidt

(2003) contribuiu para o abandono e, mesmo, para a rejeição ao trabalho biográfico as influências das ideologias do progresso, como o positivismo e o marxismo, para as quais as mudanças históricas ocorriam devido a “leis” imutáveis e, portanto, por forças impessoais. Desse modo, os indivíduos teriam ínfima capacidade de atuar na realidade que viviam. Nós acrescentaríamos também o estruturalismo e a concepção braudeliana de refletir sobre a história. A biografia, assim, era interpretada como trabalho menor diante das forças inelutáveis e inexoráveis da economia, das coerções sociais, das estruturas e das “prisões de longa duração”, para usar expressão de Fernand Braudel.

Há de considerar, contudo, que os historiadores tinham seus motivos. Desde o século XIX a biografia era o domínio do que havia de mais tradicional na sua oficina: descritiva, factual, circunscrita ao âmbito do Estado e dedicada ao elogio dos grandes homens construtores da nacionalidade, como reis, militares, políticos, diplomatas, entre outros. Homens, há de ressaltar, porque a história tradicional não considerava a possibilidade de existirem “grandes mulheres”. E, complementando, tais homens eram brancos.

A novidade veio nos anos 1980, mais precisamente em sua segunda metade, quando historiadores europeus reconhecidos internacionalmente publicaram biografias, a exemplo de George Duby (1987), Carlo Ginzburg (1987), Jacques Le Goff (1999) e Christopher Hill (1988). Uma mudança, sem dúvida, na prática historiográfica. É verdade que a biografia de Oliver Cromwell, escrita por Christopher Hill é de 1970. Mas foi em meados dos anos 1980 que as biografias entraram na oficina do historiador, compreendidas naquele momento como gênero legítimo e, mesmo, necessárias para conhecer a história das sociedades do passado e do tempo presente. Muito contribuiu para a retomada do gênero biográfico o interesse renovado pela História Política, pela História Cultural e pelos avanços da metodologia em História Oral.

Por esse motivo é que, entre os historiadores, os anos 1980 ficaram conhecidos como a época do “retorno à biografia”. Passados tantos anos, a historiadora Vavy Pacheco Borges (2006, p. 207-208) considera que não houve propriamente um “retorno”. As biografias tradicionais, descritivas e factuais continuaram sendo produzidas. Os historiadores é que abandonaram o gênero biográfico, desconfiados, com razão, do modelo dominante que exaltava os “grandes homens”. Os historiadores retomaram a biografia, mas não à moda tradicional – factual e dedicada aos grandes homens. Retornaram de outra maneira.

Ao se dedicarem ao trabalho biográfico, os historiadores, no dizer de Benito Schmidt (2003, p. 65), consideraram as críticas realizadas anteriormente ao gênero tradicional. Por exemplo, ao escreverem biografias mantiveram o horizonte da “história como problema” – uma das indicações dos pioneiros dos *Annales* que fincou raízes na historiografia contemporânea, permitindo superar a biografia tradicional, cronológica, meramente narrativa. Também superaram a maneira elitista de estudar o passado porque não se tratava de escrever tão-somente sobre os “grandes homens”, mas também a história de vida de operários, escravos, ex-escravos, entre outros, revelando conflitos e transgressões a sistemas normativos impostos a eles. Outra questão importante na prática da biografia é não procurar um personagem que seja “representativo” da sociedade que viveu. Schmidt, neste caso, pergunta se existe, realmente, um “homem médio” e que represente toda a sociedade. Para ele, a “[...] biografia pode servir para introduzir o elemento conflitual na explicação histórica, para ilustrar, matizar, complexificar, relativizar ou mesmo negar as análises generalizantes que excluem as diferenças em nome da regularidade e das continuidades”. Por fim, ele considera que o historiador dispõe de métodos eficazes para evitar que a biografia possa recair em uma “ilusão”, assim como aponta Pierre Bourdieu (SCHIMIDT, 2003, p. 65-69).

Diversos são os historiadores que concordam com o princípio metodológico de que o estudo da trajetória de um indivíduo pode abrir perspectivas para compreender a dinâmica da sociedade em que ele viveu. Algo difícil porque, na definição de Jean-René Pendaries (1991, p. 53), o método biográfico obriga o historiador a trabalhar, ao mesmo tempo, na articulação entre dois marcos temporais: o da trajetória de um indivíduo e o do tempo social e histórico em que ele está inserido e vivenciando suas experiências.

Outro problema, também superado, resultou das interpretações que opunham, ou subordinavam, o indivíduo à sociedade. Na interpretação de Phillippe Levillain, a crise dos modelos globalizantes – estruturalistas, funcionalistas ou marxistas –, permitiu considerar que, embora os indivíduos sejam modelados pela sociedade em que vivem, eles manifestam preferências que devem ser consideradas nas análises (1996, p. 168). Os cerceamentos econômicos e sociais existem, não se pode negá-los, mas também há, para homens e mulheres, diversas margens para escolhas, decisões, opções e maneiras de atuar na sociedade em que vivem.

A leitura das 17 biografias que formam este livro é reveladora das novas questões levantadas pelos historiadores. Alguns personagens são de origem familiar negra e pobre, como Leônidas da Silva, Raymundo Souza Dantas, Abdias Nascimento, Joel Rufino dos Santos e Lélia Gonzalez. Embora cerceados por limitações econômicas e sociais, além da discriminação racial, eles elegeram estratégias de vida, fizeram determinadas opções e encontraram alternativas para explorar suas vocações em diferentes atividades, como Leônidas e seu talento para o futebol ou Raymundo Souza Dantas, jornalista e primeiro embaixador negro do país. Outros tiveram nos estudos a possibilidade de superar a vida difícil, como Abdias nas artes cênicas. Mas ele também se tornou professor, da mesma maneira que Joel e Lélia. Todos os três atuaram, cada um à sua maneira, na militância política e na luta contra o racismo. E o que dizer do índio xavante Mário Juruna? No esforço por melhorar as condições de vida do seu

povo, percorreu os corredores dos ministérios de Brasília com um gravador K-7, estrangendo burocratas e, inclusive, a própria ditadura militar, se tornando o primeiro deputado federal índio.

Não se trata, evidentemente, de partilhar de ideologias liberais que exaltam o esforço do indivíduo e retirando do contexto social que viveu as coerções econômicas, políticas, ideológicas e culturais. O que os autores fizeram ao escreverem as suas biografias, na frase conhecida de Robert Darnton (1986, p. XIV), e não casualmente escrita nos anos 1980, não foi tentar “[...] transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. Operando a nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a ‘se virar’ – e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos”. Para os personagens biografados, o futebol, os estudos e o gravador foram as maneiras que eles encontraram para “se virar”.

É nesse sentido que concordamos com o historiador italiano Giovanni Levi (1996, p. 179-180) quando afirma que “[...] nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”. A concepção de que a sociedade é um sistema fechado, supra-individual e com poder de autorregulação, dominando as iniciativas e as crenças das pessoas, tem sido bastante criticada. Mas igualmente é recusada a noção de que a sociedade é um agregado de indivíduos e ao estudar a primeira podemos compreender os segundos. Mais interessante ao trabalhar a relação entre indivíduo e sociedade é a sugestão de Christopher Lloyd (1995, p. 65-149): se a sociedade é estruturada por regras, papéis e significados, ela se reproduz e se transforma com a ação dos indivíduos. Embora o ator histórico não deva ser visto como o agente modelador do mundo, fora da sociedade e da própria história, tanto no início quanto no final do raciocínio ele deve estar presente.

Vale citar, também, Adam Przeworski (1989, p. 118). Para ele, as relações sociais devem ser “[...] tratadas como estruturas de escolhas disponíveis aos agentes, e não como fontes de padrões a serem

internalizadas e expressas em atos". Tais relações, diz o autor, constituem as estruturas nas quais "[...] os agentes, individuais e coletivos, deliberam sobre objetivos, percebem e avaliam alternativas e selecionam linhas de ação". Embora as relações sociais constituam uma estrutura de escolhas em que os atores sociais fazem suas opções, "[...] essa opção pode alterar as relações sociais. Estas não são independentes das ações humanas". Como lembra Vavy Pacheco Borges (2004, p. 304), a oposição entre indivíduo e sociedade é uma falsa questão: "o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações".

Personagens podem se encontrar e seguir caminhos diferentes, nos ajudando a compreender como ocorrem escolhas no âmbito das ideias e dos projetos políticos. Abdias Nascimento que tanto lutou pela igualdade do negro na sociedade, quando jovem militou no movimento integralista. Nesse aspecto, esteve sob a liderança de outro biografado no livro: Plínio Salgado. Enquanto Abdias tomou outros rumos com base em ideais de igualdade e solidariedade social, Plínio manteve suas ideias autoritárias e conservadoras.

Algumas biografias também nos ajudam a compreender que ideias autoritárias podem ter matizes diferentes. Se Plínio Salgado inspirou-se nos fascismos que tomavam países europeus nos anos 1930, Oliveira Viana, outro biografado, também partilhava de ideias autoritárias, ou melhor, antiliberais. Sua obra de 1920, *Populações meridionais do Brasil*, ecoa até hoje e o corporativismo sindical brasileiro, que vigora atualmente, foi planejamento dele. Plínio Salgado e Oliveira Viana foram contemporâneos. Ambos partilharam de ideologias autoritárias, mas não as mesmas.

E como definir o general-presidente Emílio Garrastazu Médici, homem que na rua poderia ser definido como velhinho boa-praça, mas que instituiu a tortura como política de Estado? No livro, Médici é um dos biografados, mas também o marinheiro Marco Antonio da Silva Lima que participou do motim dias antes da queda do governo Goulart e que, a seguir ao golpe, aderiu à luta armada para derrubar a

ditadura. Como também Inês Etienne Romeu, guerrilheira cativa na “Casa da Morte”, em Petrópolis, onde sofreu as piores torturas e sevícias. Podemos também conhecer a ditadura através do mundo da produção cultural, seja pelas lentes do cineasta Joaquim Pedro de Andrade, seja pela explosão imaginativa do roqueiro Raul Seixas. Inclusive na área de ciência, com a luta de Virgínia Schall pelos direitos de cidadania na saúde e educação públicas, durante e após a ditadura militar. No dizer de Mary Del Priore (2018, p. 78), a biografia não é conhecer um indivíduo isolado, mas é “a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.”

Este é outro desafio da escrita biográfica: escrever a história de homens e mulheres que vivenciaram experiências temporalmente próximas ao historiador, particularmente momentos de grande violência, e que não foram ainda plenamente sedimentadas nas memórias individuais e coletivas. Henry Rousso (2017) alerta que quando se trata da História do Tempo Presente lidamos com traumas e feridas sociais não cicatrizados que podem envolver o próprio pesquisador. As disputas e conflitos de memórias, os silenciamentos, as políticas de rememoração e a investigação do passado por grupos opostos indicam conflitos de um “passado que não passa”, como no nosso caso as ditaduras latino-americanas.

A biografia também pode ser instrumento para tornar visível personagens que desapareceram nas penumbras da memória histórica. Poucos ouviram falar de Eros Volússia, dançarina e intelectual dos anos 1920 e 1930, que agregou dança clássica, negra e indígena. Artista modernista, ela estava à procura da autêntica estética brasileira. Também podemos considerar se perdendo da memória aquele que produzia arte, ou melhor, livro no Brasil: Ênio Silveira, cuja editora que dirigiu, a Civilização Brasileira, abriu espaço para uma nova geração de literatos brasileiros e publicou obras de literatura estrangeira, editando ainda livros importante e marcantes na cultura das esquerdas, a exemplo de Karl Marx e Antonio Gramsci.

Acreditamos que não se estuda uma vida por ela mesma, descontextualizada da história econômica, política, social, ideológica e cultural de sua época. Afinal, como nos lembra Vavy Pacheco Borges, “[...] a razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu”. Estuda-se um personagem para compreender o mundo de seu tempo, que valores sociais compartilhou, que história política esteve inserida. É conhecer uma sociedade através das experiências e vivências de um indivíduo. Nesse sentido, todas as biografias citadas até aqui ilustram a afirmação, mas talvez uma delas apareça com maior realce. Trata-se da vida de Apolonio de Carvalho, homem que militou na Aliança Nacional Libertadora, na Guerra Civil Espanhola, na Resistência Francesa, no Partido Comunista do Brasil entre 1946 e 1964, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário durante a ditadura e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Por sua trajetória de vida, podemos compreender diversos momentos na história do Brasil, da Espanha e da França, antes, durante e depois da Segunda Guerra. Vida incomum, é certo, mas, como dissemos anteriormente, não acreditamos que exista um indivíduo representativo de sua sociedade e de sua época.

O livro, portanto, volta-se para a história de vida de 17 personagens, todas redigidas por historiadores de diversas universidades federais, instituições de pesquisa e pesquisadores na área de História.

A todos os autores, os nossos agradecimentos. À Eduff, na pessoa de seu diretor, Professor Renato Franco, agradecemos pelo apoio recebido. Sem o aporte financeiro da Capes o livro dificilmente viria à público. Por fim, dedicamos o livro aos nossos alunos, futuros professores e historiadores. Esperamos que, até lá, os tempos sejam mais floridos.

Jorge Ferreira e Karla Carloni
Primavera de 2019.

Referências bibliográficas

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: Pinsk, Carla Bassanezzi. (org.). *Fontes históricas*. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

DARNTON, Roberto. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUBY, George. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. [primeira edição francesa de 1983].

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. [primeira edição italiana de 1976].

HILL, Christopher. *Os eleitores de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. [primeira edição inglesa de 1970].

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999. [primeira edição francesa de 1996].

PENDARIES, Jean-René. *Approche biographique et approche structurelle*: quelques remarques sur le 'retour du biographique' en sociologie. *L'Homme et la société*. Paris: L'Harmattan, n. 102, 1991. [Fait partie d'un numéro thématique : État et société civile].

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996.

LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

PRIORE, Mary Del. Biografia. Biografados. Uma janela para a história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PZEWSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, jan-jun, 2003.



Foto 1

CAPÍTULO I

Oliveira Vianna

Notas sobre a história e a memória de um “fundador de discursividades”

[Ângela de Castro Gomes](#)

Oliveira Vianna faz parte dos escritores que não foram apenas escritores. Foram fundadores [...] de discursividades, quer dizer, de uma maneira de falar sobre o Brasil da qual ninguém escapa. [...] Mas a história deste processo de seleção de ideias não é ‘obra’ apenas do próprio autor, senão do campo intelectual. (FARIA, 2002)¹

Alameda São Boa Ventura, 41, Niterói. No dia 28 de março de 1951, aos 68 anos, morria, em sua residência, Francisco José de

Oliveira Vianna. Ao seu lado estavam as duas irmãs, Cenira e Zilda, e sua sobrinha Emérita, que o acompanhavam de há muito, além de outros parentes. O padre Lamego, antigo vigário da paróquia de São Lourenço, também estava lá e lhe deu a extrema unção. Essas informações, entre muitas outras das quais nos iremos valer, estão nos inúmeros necrológios e notícias publicados sobre o falecimento do “sociólogo e historiador de renome em todo o Continente” ou do “ministro Oliveira Vianna” ou da “figura de brilho nas letras jurídicas, nas pesquisas sociológicas e nos estudos etnográficos.”²

O sepultamento ocorreu às 17h do dia seguinte no cemitério do Maruí, em Niterói, uma vez que a família declinou do oferecimento da Academia Brasileira de Letras (ABL) para enterrá-lo no mausoléu da instituição na cidade do Rio de Janeiro. Parece, segundo o tom das notas, que tal decisão se harmonizava com o feitio discreto do “grande fluminense” desaparecido. Assim, o féretro saiu de sua própria casa em direção ao cemitério. Mas ele não foi discreto, muito ao contrário. Muita gente esteve presente e gente muito importante. A imprensa compareceu com numerosos repórteres que registraram também em fotos o acontecimento, com destaque para o momento em que o caixão foi carregado. Essa missão de honra foi cumprida pelo representante do presidente da República, Getúlio Vargas; pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto; pelo representante do Ministério da Educação e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Reitor Pedro Calmon; pelo representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Prof. Emílio Dias Filho; pelo presidente da ABL, Prof. Aloísio de Castro; pelo diretor da Faculdade de Direito de Niterói, desembargador Abel Guimarães e pelos representantes da Academia Fluminense de Letras: o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Geraldo Bezerra de Menezes,³ o deputado estadual Vasconcelos Torres e o professor Marcos Almir Madeira.⁴

Essa enumeração pode até ser um pouco cansativa. Porém nada tem de ingênua e por duas razões. A primeira e mais óbvia é destacar o prestígio e reconhecimento que Oliveira Vianna possuía no momento de seu falecimento, tanto no campo político como no intelectual. A presença de Amaral Peixoto – governador fluminense e genro de Vargas – é expressiva, sendo reforçada pela do representante do ministério do Trabalho, no qual o “ilustre morto” teve papel de destaque como Consultor Jurídico, entre 1932 e 1940, como um dos principais responsáveis pelo novo Direito do Trabalho vigente no país. Quanto a instituições acadêmicas, estão literalmente na alça do caixão as mais importantes da época, considerando-se o perfil intelectual construído por e para Oliveira Vianna, até o momento de seu desaparecimento. A segunda remete à fonte onde foto e legenda do enterro foram publicadas: o periódico de cultura geral, como se chamava, *Letras Fluminenses*. Sob a direção de Luiz Magalhães, tinha como endereço a Rua Miguel Couto, 348, apto. 201, em Niterói. Não tendo circulação diária, nem semanal, era um tipo de periódico que podia ser classificado como revista, embora se chamasse de jornal. Tanto que sua venda não se fazia em bancas de jornal, mas nas livrarias do Centro de Niterói e, no Rio de Janeiro, na Livraria José Olympio, na Rua do Ouvidor, 110, endereço muito conhecido e frequentado pela intelectualidade.

Letras Fluminenses estava apenas em seu sexto número, que ganhou caráter muito especial por ter sido fruto da “gentileza da família de Oliveira Vianna”, leia-se, principalmente de suas irmãs, bem como da colaboração de seus amigos e “discípulos”, especialmente Dayl de Almeida, Geraldo Bezerra de Menezes, Hélio Palmier e Marcos Almir Madeira. Com inúmeras matérias e fotos, esse exemplar pretendia ser a primeira e grande homenagem à vida e obra de Oliveira Vianna, após sua morte, servindo-se para tanto dos principais e mais autorizados guardiões de sua memória. Por isso, o exemplar recolheu não apenas as notícias relativas a seu falecimento, matérias escritas por amigos intelectuais em vários momentos da trajetória do autor, como publicou fotos e reproduziu documentos, como cartas,

algo que era usual nessas ocasiões. Entre alguns exemplos de correspondência está uma carta manuscrita de Afrânio Peixoto, escrita antes da entrada de Vianna na ABL, transmitindo o convite que lhe fazia Alcântara Machado, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, para ministrar um curso ou fazer conferências sobre qualquer assunto de seu interesse. O P.S., contudo, é mais saboroso: “O caminho da academia [com minúscula] não tem espinhos”⁵. E ainda há uma carta de Getúlio Vargas, de 16 de abril de 1928, quando era Presidente do estado do Rio Grande do Sul, remetendo dados, a pedido de Vianna, para elaboração “da tese *Problema eugênico da imigração*” e garantindo que o receberia com prazer em suas plagas⁶.

Por esses poucos nomes fica evidente o quanto a rede de sociabilidade de Oliveira Vianna era forte e antiga, pois, se Vargas não foi a seu enterro pessoalmente, desde os anos 1920 o conhecia e estava inteirado de suas preferências de temas de pesquisa. Já a ABL deixa marcas mais vivas, como se verá. De toda a forma, neste capítulo, entre outras fontes,⁷ resolvi privilegiar esse periódico, quer pelo fato de ter assumido um indiscutível *status* de primeiro **lugar de memória** do autor após sua morte, quer por ter sido publicado com a intenção de ser uma espécie de biografia que, pelas circunstâncias, tem claro caráter hagiográfico. Por fim, porque meu objetivo, neste capítulo, é traçar apenas algumas poucas notas sobre a história e memória desse intelectual (e não sobre o conteúdo da obra), que considero, seguindo Castro Faria, um “fundador de discursividades”. Ou seja, alguém que inventou uma “maneira de falar sobre o Brasil”, elaborando uma interpretação e a configurando em uma linguagem, que suscitou debates e teve amplo compartilhamento e duração no tempo.

Essas notas têm como estratégia a observação do processo de construção de memórias sobre Oliveira Vianna: um intelectual que foi sendo criado e recriado durante sua própria vida e após sua morte, por ele mesmo, por seus amigos e pelos que dele discordaram e que não foram poucos. Todos eles contribuíram de formas diversas e com

intensidades variadas, através de décadas, para a conformação e consolidação da figura de um autor, que se tornou um dos primeiros sociólogos do país e um dos clássicos do que chamamos de pensamento social brasileiro.

A ilusão biográfica e os guardiões da memória de um “trabalhador incansável”

Dois dias depois de concluir sua última obra – “História social do capitalismo no Brasil” – sucumbia uma das mais legítimas expressões da intelectualidade brasileira [...].⁸

O necrológio é um tipo de texto particularmente propício à ocorrência do que Pierre Bourdieu denominou de “ilusão biográfica”: a escrita de uma vida de forma coerente e com sentido teleológico (seu fim explica todo o percurso). Afinal, ele é produzido no momento da morte de uma pessoa, devendo muito mais elogiar do que criticar aquele que acaba de partir. Por isso, deve apresentá-la aos leitores de forma sintética e clara, o que exige procedimentos de seleção e de ordenação que contemplem o sentido e direção dessa vida, “naturalmente” orientada para seu ponto de chegada, especialmente no caso de “grandes” homens, como Oliveira Vianna. Exatamente por tal razão, necrológios ou textos de homenagem a um morto que se comemora são escritos por amigos, alguns da “família” (ainda que não biológica), outros apenas colegas de profissão etc. Enfim, para o historiador, são documentos que podem dar indícios, já nesse momento liminar, da existência de “guardiões da memória” do morto e da figuração mais desejada para sua vida: como ele era; o que fez de melhor e como o fez.

A morte de Oliveira Vianna foi efetivamente considerada uma perda para o mundo intelectual brasileiro, tendo causado muita repercussão. Isso porque, é fácil perceber, nas notícias que circularam quando de seu falecimento e naquelas que continuaram a comentar

seu trabalho anos a fio, uma constante foi o reconhecimento que ele se manteve ativo praticamente até a morte. Concordando ou não com seus textos, era indiscutível que produzira muito e suas ideias causaram impactos na política e na sociedade brasileira da época. Para os que dele discordavam – cada vez mais numerosos após o fim do Estado Novo e de sua morte – a influência de suas propostas, sobretudo as de organização do Estado corporativo, era fator de oposição ainda maior. Mas até esses, tomando o mote dos necrológios, reconheciam que tinha sido “um trabalhador incansável”. Vianna começara a ter problemas de saúde mais evidentes (cardíacos e renais) em 1949, tanto que em dezembro licencia-se do Tribunal de Contas da União (TCU), para onde fora nomeado por Vargas, em 1940. Tais problemas se agravaram no primeiro semestre de 1950 e tornaram-se agudos em outubro. Apesar disso, só em janeiro de 1951, quando já está praticamente incapacitado, sai sua aposentadoria. Em março desse mesmo ano, um quadro de esclerose arterial o levou de vez.

Apesar de estar doente seu desaparecimento causou alguma surpresa, mesmo nos meios intelectuais, como no caso de Afonso de Taunay, historiador paulista e acadêmico que o recebeu na ABL quando de sua posse, em 1940, coincidentemente à sua nomeação para o TCU. Em carta de pêsames às irmãs de Vianna, ele lamenta a pouca convivência, não só por não morar no Rio, mas porque raras vezes, quando vinha à capital, conseguia encontrar o “velho amigo”. Este trabalhava muito e era um tanto “recluso” e desinteressado de reuniões sociais.⁹ Essas características são marcantes no traçado do perfil de Vianna. Aliás, não só dele, como de outros intelectuais do período, entre os quais é bom destacar Capistrano de Abreu, pela exemplaridade das mesmas adjetivações e pelo reconhecimento recebido por um círculo de amigos que os consideravam grandes mestres. No caso de Vianna, um desses amigos é Marcos Almir Madeira, ex-aluno que manteve contato próximo e para quem ele

escreve, em abril de 1950, de Friburgo, onde busca melhoras de saúde e, incrivelmente, demonstra certo humor:

Aqui estou estropiado pela ... 'dieta'. Mas vinguei-me da esclerose (esclerose ou coisa que o valha). O 'Capitalismo' está prontinho da silva. Acho que você tem razão quando diz que ele é primo de 'Instituições Políticas' e que 'vem a ser o mais afanoso' dos meus livros. Por isso tenho fé nele – por me ter consumido (**consumido**, eis o termo) mais trabalho na ordenação do pensamento, nas leituras de **gregos** e **troianos** e na meditação sobre fatos e tipos sociais do nosso capitalismo. Os capítulos que você conhece – parte apenas do 2º volume – não representam um terço do esforço de investigação e de raciocínio que me custou a elaboração do restante.¹⁰

Como se vê, Vianna gostava de comer, inclusive, o que não devia, em função de seus problemas de saúde e era rebelde a esse respeito. Porém, o que a carta ressalta é seu “esforço” de conviver com a doença, trabalhando: escrevendo livros e também cartas. Como Capistrano e muitos outros intelectuais seus contemporâneos, Vianna tem, na correspondência, parte importante de sua obra. Era um homem “recluso”, mas não isolado. Se sua presença não era frequente em reuniões e festas, ele construiu uma grande rede de sociabilidade intelectual, acionando outras estratégias, entre as quais a prática da correspondência que foi cuidadosamente cultivada por décadas. Giselle Venâncio, em sua pesquisa, identifica 261 missivistas (VENÂNCIO, 2015, cap. I), sendo a maioria composta por intelectuais e políticos, havendo entre eles acadêmicos da ABL e do IHGB, editores e ex-alunos. Em muitos casos, essa correspondência começava em tom mais formal e deslizava para uma relação de amizade pessoal, mesmo quando os dois missivistas não tiveram chance de se encontrar pessoalmente. É o incrível caso de Monteiro Lobato, seu principal editor (além de ser o primeiro), com quem Vianna se entende e desentende ao longo do tempo, sem nunca o ver (VENÂNCIO, 2015, p. 211 e segs.). Ladeando o envio de cartas, Vianna tinha a prática (ele e muitos outros) de enviar livros e cumprimentos aos amigos, para reforçar as relações e fazer seu pensamento mais conhecido. Para isso, ele tinha uma caderneta de anotações, na qual enumerava todo esse

trâmite muito especial no que se refere à construção de redes de sociabilidade intelectual (VENÂNCIO, 2015, p. 101 e segs.).

É essa correspondência que permite o traçado do círculo de seus amigos mais fiéis ou, como se intitulavam, seus “discípulos” da Faculdade de Direito de Niterói (FARIA, 2002, p. 125). Entre eles, três ex-alunos se destacam: Marcos Almir Madeira, Dayl de Almeida e Vasconcelos Torres. Seriam eles os responsáveis por uma das iniciativas mais significativas no que diz respeito à criação de um “lugar de memória” para Oliveira Vianna. Em 14 de junho de 1951, menos de dois meses após seu falecimento, o governo do estado do Rio de Janeiro sancionou o projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Vasconcelos Torres e aprovado pela Assembleia Legislativa. Assim, a Lei n. 1208 criou a Casa Oliveira Vianna, que se instalaria na residência onde morou o autor, local em que estava sua biblioteca, mobiliário e pertences, desde então “musealizados” para o bem da cultura fluminense. A família, engajada em manter a memória do morto, com a mediação dos “discípulos”, concordou em vender o imóvel para o governo do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que lá se instalaria um centro de estudos superiores, diretamente subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. Dessa forma, garantia-se não apenas a conservação de tudo que se encontrava na “Casa”, como sua utilização por outros intelectuais, interessados nos “estudos brasileiros” e na decisiva contribuição de Oliveira Vianna. A ABL, através do político e intelectual fluminense, Levi Carneiro, aplaude a medida em sessão de 21 de junho, ecoando sentimento mais geral partilhado nos meios políticos e culturais do país. Vale lembrar que projetos semelhantes a esse já eram conhecidos, como é o caso da criação da Casa de Rui Barbosa, ocorrida em 1928, por iniciativa federal capitaneada pelo presidente da República, Washington Luís. Lugar de culto à memória de um intelectual e igualmente de estudos de sua obra, nesse caso liderada por amigos e “discípulos”, sem a presença do poder público, era a Sociedade Capistrano de Abreu, que datava de 1927 e permaneceu ativa até a década de 1960 (GONTIJO, 2013, p. 82 e segs.).

A “Casa” foi, sem dúvida, a mais importante ação desencadeada pelos guardiões da memória de Oliveira Vianna, mas não foi a única. Nesse sentido, é fundamental ressaltar a mobilização de escritores e de um editor em especial, que se dedicaram a recolocar no mercado de livros, tanto os títulos conhecidos como os inéditos, além de tudo que considerassem poder estimular o interesse pelo estudo de sua obra. O editor era José Olympio, com o qual Oliveira Vianna, alguns meses antes de falecer, assinara um contrato que concedia à editora todos os direitos para publicação de sua obra completa, literária ou científica. No momento de sua morte, o próprio José Olympio informa que estavam em preparação: uma reedição do primeiro volume de *Populações Meridionais*; a edição do esperado segundo volume desta “série”; e a publicação de outro inédito, *História social do capitalismo no Brasil*. Não fosse o bastante, o balanço feito pela nova editora era o de que estavam esgotados todos os livros do autor, mas que seu projeto era fazer uma reedição de sua obra completa, na qual havia nada menos que nove trabalhos inéditos (OLYMPIO, 1951, p. 4). Tal nota, sobretudo o anúncio dos livros inéditos, dá bem a dimensão do quanto o autor havia escrito nos últimos anos de sua vida e, igualmente, do quanto uma das mais importantes editoras do país estava apostando na vendagem de seus livros e, ao mesmo tempo, contribuindo para a circulação de suas ideias após seu desaparecimento.

Na mesma direção, *Letras Fluminenses* publica em seu número de março/julho, dedicado à memória de Vianna, uma grande matéria que ocupa, com destaque, parte da primeira e segunda página do jornal e cujo título é “Fontes para um estudo da obra de Oliveira Vianna”.¹¹ Ela se constitui em um imenso conjunto de dados, levantados e organizados por seus “discípulos”, vale dizer, Dayl de Almeida, com a colaboração de Hélio Palmier, Geraldo Bezerra de Menezes e Marcos Almir Madeira. Trata-se de esforço enorme, muito provavelmente em curso, já que disponibiliza para consulta dos interessados grande volume de fontes, agrupadas em três categorias. Em primeiro lugar, há uma lista de 114 artigos de periódicos, escritos

por autores os mais variados e publicados entre 1915 e 1951, ou seja, cobrindo integralmente o período em que o autor publicou seus textos. Além dos artigos, há um conjunto de 21 editoriais (notas e registros), que se inicia com uma matéria de 1921, do *Correio do Povo* de Porto Alegre e termina com o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, datada de 23 de março de 1951, apenas cinco dias antes do falecimento de Oliveira Vianna. Em terceiro lugar, elencam-se 10 livros, nos quais se encontram comentários críticos sobre a obra de Oliveira Vianna, realizados por intelectuais como Agripino Grieco (1933), Humberto de Campos (1935) e Nelson Werneck Sodré (1942), entre outros.

Por fim, a mobilização dos guardiões da memória de Oliveira Vianna incluía planos de médio prazo, como a escrita de livros que estudassem sua vida e sua vasta obra. Tanto que, no próprio número especial de *Letras Fluminenses*, anunciava-se que estavam em preparação três livros desse tipo. Um deles, composto por ensaios inéditos, reuniria textos de autores que se dedicariam a estudar aspectos do pensamento de Vianna, entre os quais estariam: Djacir Menezes, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Alberto Lamago Filho, Marcos Almir Madeira, Costa Pinto e Castro Faria (o mesmo que tem sido citado neste capítulo). A nota não diz qual seria a editora e, pelo que sabe, o projeto não se realizou. A Editora José Olympio é citada como responsável pela publicação dos dois outros livros. Um, de Marcos Almir Madeira, mais uma vez interessado na vida e obra de Vianna; o outro seria iniciativa pessoal do próprio José Olympio e sem maiores informações, se intitularia *In Memoriam*.¹² Nos dois casos, também os planos não se concretizaram. Porém, um dos “discípulos”, Vasconcelos Torres, cumpriu essa missão e, em 1956, lançou *Oliveira Vianna: sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*, livro que se tornou uma referência fundamental, ainda que, como não poderia deixar de ser, deva ser tratado muito mais como outro “lugar de memória” do autor, do que como uma análise crítica de sua vida e obra (TORRES, 1956).¹³

Algumas anedotas sobre um “grande fluminense” ou como fabricar o perfil de um imortal

Alberto de Oliveira, o poeta, acaba de dar informações sobre Oliveira Viana, que se conhecia de nome. É, como ele, de Saquarema, morador de Niterói, onde advoga; dá-lhe vinte e seis anos, deve ter uns dez mais [...]. (Carta de Capistrano de Abreu a Afonso de Taunay, Poços de Caldas, 1921) (ABREU, 1977, p. 322-323).

O que é uma anedota? Geralmente é uma narrativa curta em tamanho; mas esse não é seu atributo principal. Fundamentalmente, esse tipo de historieta tem pouca complexidade e toma como temas fatos singulares retirados da vida cotidiana, selecionados por serem considerados interessantes, curiosos, surpreendentes ou mesmo extraordinários. Além disso, uma anedota é uma narrativa com poder de condensar, em poucas linhas, o significado (ou a “essência”) de um personagem, situação, evento ou período, tornando-o apreensível/visível sem maiores dificuldades a seus ouvintes e leitores. Tais narrativas são histórias pequenas e “totais”, quer dizer, elas conseguem fornecer informações importantes e até complexas, sem demandar qualquer conhecimento prévio para serem entendidas (GOSSMAN, 2003, p. 143-168). Por tal razão, elas se encaixam como uma luva em textos de tipo biográfico e autobiográfico, uma vez que, justamente por se basearem em acontecimentos simples ou até banais, permitirem a caracterização de aspectos fundamentais e duradouros de uma personalidade ou evento, que se está procurando fixar. Não é incomum, por conseguinte, que muitos dos “grandes homens”, sejam políticos, intelectuais etc., tenham uma série de anedotas contadas e recontadas sobre eles, obedecendo-se frequentemente à máxima de quem conta um conto aumenta um ponto. Oliveira não foi uma exceção a essa regra.

Uma dessas anedotas é a que o caracteriza como o “menino de Saquarema”, localidade do interior fluminense, que ele jamais tiraria de dentro de si mesmo. De fato, Francisco José de Oliveira Vianna

nasceu em 20 de junho de 1883, em Rio Seco, município de Saquarema no estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, seus pais – Francisco José de Oliveira Vianna e Balbina Rosa de Azevedo – e seus cinco irmãos, mantinham-se em uma propriedade rural da família, que não era grande e passava pelas dificuldades que atingiam a economia fluminense com o correr da década de 1880 e a abolição da escravatura. Na vertente hagiográfica da vida do autor, de que é exemplar o artigo de Luiz Palmier¹⁴, *Oliveira Vianna e Saquarema*, os Oliveira e Castro Vianna, como muitas outras famílias, chegaram a esse sítio na segunda metade do século XIX, “[...] no auge da grandeza, conseqüente à intensiva exploração da terra”, onde se plantava café. Embora muitos descendentes dessas famílias tenham permanecido pouco tempo no local, como seria o caso do autor, que deixou Saquarema ainda menino, “[...] um dos traços mais característicos de sua grandiosa e monumental obra de sociólogo [...] foi sempre a ligação permanente e entusiástica, com essa gleba de origem [...]”. O ruralismo, portanto, não aparecia por acaso na obra do autor; ele integrava sua personalidade, pois Vianna permaneceria ligado à sua casa em Saquarema durante toda a vida.

A morte do pai, quando ele tinha apenas dois anos, teria atingido o menino e toda a sua família, agravando ainda mais a situação em que viviam. A mãe torna-se figura central na pequena fazenda e na educação dos filhos. Foi ela que ensinou Oliveira Vianna a ler. Mas ele continuou seus estudos em instituições formais de ensino, a começar pelo “Colégio Quincas de Souza”, uma escola pública estadual, dirigida por esse professor (REIS, 1951). Aos 10, 13 ou 14 anos (encontra-se as três datas) ele vai partir para Niterói, onde frequentou o Colégio do Prof. Carlos Alberto; a seguir, para a capital, sendo aluno do Pedro II e, finalmente, da Faculdade Livre de Direito, onde se formou em 1905 (VENÂNCIO, 2015, 43 e segs e p. 112 e segs). Era um típico bacharel, estando longe do autodidatismo que por vezes lhe atribuem, no desejo de engrandecê-lo ainda mais. Entretanto, o que esse tópico quer ressaltar é que mesmo vivendo na cidade, Oliveira Vianna continuou, até morrer, a manter suas

“origens”: a ser o proprietário da Fazenda Rio Seco, em Bacaxá, para onde retornava para descansar, andar a cavalo e conversar com os foreiros, que lhe contavam suas dificuldades e ouviam suas orientações. Se de fato essas visitas ocorriam não se sabe muito bem, mas a verdade é que Vianna foi reconhecido como um homem de Saquarema e também como um “saquarema”, no que diz respeito às tradições políticas conservadoras que vinham do regime imperial, que muito admirou, rendendo-lhe livro de grande sucesso: *O ocaso do Império* (1925).¹⁵

Outra anedota, fortemente atrelada à primeira, é a que assinala o talento precoce dessa “voz do interior fluminense” e, em o fazendo, demonstra a importância do jornalismo na trajetória intelectual de Vianna, algo nem sempre tão comentado, certamente em razão do sucesso obtido pelos livros do autor e sua consagração como sociólogo. Contudo, a diversidade de folhas para as quais contribuiu, e a duração com que o fez evidenciam a montagem inicial de sua rede de sociabilidade intelectual e a importância com que foi cultivada, durante toda a vida. Nesse caso, a historieta, que tem variações, flagra outra face das “origens” desse grande intelectual, vale dizer, o momento em que começa a publicar.¹⁶ Segundo um juiz da Comarca de Araruama, vizinha da de Saquarema, Oliveira Vianna fora desafiado por um anúncio da *Revista da Semana*, então dirigida pelo famoso jornalista Alcindo Guanabara, que prometia a “um escritor de província” que mandasse artigo digno de ser publicado, não só um prêmio em dinheiro, como a garantia da primeira coluna do periódico. Vianna, que nem havia se formado em Direito, escreveu, mandou o artigo e o viu aparecer na referida primeira coluna, lugar de destaque. Logo em seguida, teria recebido carta de Guanabara, convidando-o a ser um colaborador efetivo. Tinha, então, cerca de 22 anos e não parou mais. Conheceu Plínio Barreto e outros homens de jornal, acabando por contribuir para o grande jornal *Correio Paulistano*.

Em outra vertente, menos gloriosa (VENÂNCIO, 2015, p. 85-6), Vianna, ainda quando fazia seus preparatórios para entrar no Pedro II e devido à amizade mantida com o secretário do jornal *O Fluminense*, escreveu um artigo, que apareceu publicado na seção “A pedidos”, o que tornava sua estreia algo bem próximo a um fracasso. E ainda há uma versão mais caseira, narrando que os vínculos de Vianna com os impressos começaram em Saquarema, quando escreveu para um jornalzinho local. Versões à parte, o certo é que a trajetória intelectual de Vianna, como a de outros seus contemporâneos, não prescindiu da imprensa. Se não foi um jornalista de profissão, ele se converteu em um colaborador de sucesso em diversos jornais e revistas, por décadas: em Niterói (*Diário Fluminense* e *A Capital*), no Rio de Janeiro (*A Imprensa*, *O Paiz*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e outros) e, em São Paulo, no já citado, *Correio Paulistano*. A década de 1920 é a mais rica nesse tipo de produção, quer pelos títulos dos periódicos em que publica, quer pelo número de matérias. Foi como um nome relativamente pouco conhecido do público leitor que Vianna lançou seu livro de estreia e, ao mesmo tempo, de consagração: *Populações meridionais no Brasil*. Esse livro, concluído em 1918 e lançado em 1920 pela editora Revista do Brasil de Monteiro Lobato, foi muito bem recebido pela crítica, tendo repercussão nacional, o que, sem dúvida, pode ser entendido tanto pela força interpretativa das teses defendidas por Vianna – que fundam um diagnóstico e uma linguagem para se falar dos “males” do Brasil – como pela capacidade de distribuição de seu editor e amigo. Tal sucesso foi decisivo para sua entrada no IHGB, em 1924, o que lhe permitiu frequentar um círculo restrito e muito reconhecido de intelectuais que se voltavam justamente para pensar a realidade brasileira.¹⁷ Ou seja, Vianna passava a integrar um “pequeno mundo intelectual” que se agitava com o debate das questões políticas e estéticas trazidas pelos movimentos modernistas e nacionalistas, que grassavam no mundo e no Brasil.

Não é, portanto, de espantar que Capistrano de Abreu, em 1921, quase nada soubesse de Oliveira Vianna. Os anos 1910 tinham sido

decisivos para ele, que trabalhou muito e fez contatos valiosos para seu futuro. Mas é o próprio Vianna que, falando de si e de sua obra, em prefácios e textos de teor biográfico, demarca os anos 1920, como o do início de sua trajetória, à qual procura dar coerência e continuidade no tempo. Por isso mesmo, como observa Antônio Brasil Jr., ele mesmo é dos primeiros a obscurecer o percurso realizado “antes” de *Populações meridionais*, quando a vida não era nada fácil, bastando lembrar que, a partir de 1926, Vianna ganha certa tranquilidade financeira ao entrar no quadro de funcionários públicos do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL JUNIOR, 2017).

De toda a forma, como acontece em historietas que explicam processos de fabricação de “grandes homens”, não é incomum o aparecimento de fadas madrinhas e também de padrinhos. É o que teria acontecido com Vianna (tudo indica), mais de uma vez. Na primeira, já formado, logo, após 1905, teria sido convidado por nada menos que Alberto Torres, político e intelectual fluminense, para trabalhar em seu escritório à Rua da Quitanda no Rio de Janeiro. Ora, Alberto Torres é referência sempre lembrada quando se traça a formação intelectual de Vianna, especialmente porque eles teriam mantido contatos pessoais, sendo o pensamento de Torres um dos referenciais mais importantes e inovadores das décadas iniciais do século XX, mesmo que, naquele momento, não encontrasse boa recepção. Ou seja, seu grande livro, *A organização nacional*, de 1915, por suas ideias nacionalistas, acabaria tendo grande impacto sobre políticos e intelectuais das décadas posteriores. Tal livro, inclusive, mais de uma vez foi aproximado por comentaristas de *O idealismo da Constituição* (1924) e de *Instituições políticas brasileiras* (1949). Este último, inclusive, referido pelo próprio Vianna como um dos mais difíceis trabalhos a que havia se dedicado. Assim, esse conjunto de reflexões realizadas pelos dois autores é, com frequência, entendido como um dos marcos para o estudo do nacionalismo no Brasil e, também, para a montagem de modelos constitucionais alternativos de organização do Estado. Algo que precisa ser avaliado no contexto

internacional de produção desses trabalhos, uma vez que as décadas de 1910 a 1940 abriram um amplo espaço de liberdade para se imaginar novos modelos institucionais de Estado, e de organização e representação da sociedade, colocando em xeque o que era conhecido e desenhando outras possibilidades, entre as quais o corporativismo e o autoritarismo teriam destaque.

Outra dessas historietas coloca o experiente advogado e pensador, Alberto Torres, em contato com o jovem Oliveira Vianna, em um escritório (lugar físico e/ou simbólico), é bem interessante¹⁸. De um lado, o que se diz é que Vianna não era apenas inexperiente, mas igualmente inábil para o que a profissão exigia, mesmo quando orientado pelos conselhos de Torres. Entretanto, ele não deixou de aproveitar bem esse tempo de convivência, já que teria sido ali, naquele escritório, que teria começado a esboçar o projeto de *Populações meridionais*, aliás, também seguindo o exemplo de Torres. Este não sendo jornalista de “profissão”, publicara capítulos de *A organização nacional*, primeiro em periódicos para torná-los amplamente conhecidos e debatidos, Vianna faria o mesmo com *Populações*. Em 1917, ele foi convidado e aceitou integrar o corpo de colaboradores de uma revista paulista criada um ano antes: a *Revista do Brasil*, organizada pelo “grupo” de *O Estado de S. Paulo*, com Júlio de Mesquita à frente. A partir de 1918, seu proprietário e editor passaria a ser Monteiro Lobato, em muitos sentidos, alguém que possuía o que se poderia considerar uma verdadeira varinha de condão. Foi nessa revista, em 1917, que Vianna publicou seu artigo intitulado, *Populações meridionais (II)*, além de mais três colaborações, o que o tornou um dos autores mais assíduos, ao lado apenas do próprio Lobato e de Medeiros e Albuquerque, jornalista, escritor, professor e um dos fundadores da ABL. A entrada de Vianna na *Revista do Brasil* e as relações que vai estabelecer com Lobato, desde então, podem ser consideradas como a primeira grande travessia de sua trajetória intelectual. A revista, entre outras vantagens, remunerava seus colaboradores e Vianna tornou-se rapidamente um de seus autores mais valorizados, o que se constata

pela correspondência recebida, que remarcava o quanto seus artigos eram apreciados pelos leitores, traduzindo-se em pedidos dos números em que publicava (VENÂNCIO, 2015, p. 203-6).

O sucesso alcançado nesse periódico, que se transformou na melhor, senão na única, publicação cultural de respeito do país (excetuando-se a revista do IHGB), à época, abriu janelas e portas para Oliveira Vianna, que já vinha investindo na visibilidade de seu nome, através da imprensa escrita. Mas, até aquele momento, nada se comparara à *Revista do Brasil*, que fortaleceu a rede de sociabilidade de Vianna em São Paulo, tanto com o “grupo” de *O Estado de S. Paulo* – pois se torna conhecido do redator-chefe, Nestor Pestana – como e principalmente, porque se aproxima de Monteiro Lobato, seu primeiro e grande editor, como remarcado.

Impossível entender o percurso da obra de Vianna sem associá-lo aos esforços editoriais da Editora Revista do Brasil, que publica a primeira e segunda edição de *Populações meridionais*, respectivamente em 1920 e 1922 (quando o autor era ainda pouco conhecido); e, a seguir do empenho da Companhia Editora Nacional (CEN), formada em torno de 1925, ainda com Lobato, mas principalmente sob a direção de Octalles Marcondes Ferreira. É essa editora que consagrará definitivamente Oliveira Vianna, ao reeditar *Populações* (em 1933 e 1938) na prestigiosa Coleção Brasileira, além de publicar vários originais e reeditar outros livros. Nesse sentido, é incontornável observar que é nessa mesma coleção, a Brasileira, que são reeditados os livros de Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* (vols. 15 e 16), publicados nos anos 1910, mas que só ganham efetivo prestígio nos anos 1930/40. A circulação desses livros foi precedida do lançamento de um importante estudo sobre o autor, *As ideias de Alberto Torres* (vol. 3), de Alcides Gentil (1891-1976), convivendo com a formação, em 1932, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Sediada no Rio de Janeiro, foi uma sociedade civil destinada à promoção do pensamento desse autor fluminense, que reuniu participantes da

maior influência do mundo político e intelectual da época. Não é casual, portanto, a crescente aproximação que é promovida entre esses dois “grandes fluminenses” e o sucesso que seus livros então alcançam. José Olympio, como se viu, seria seu segundo grande editor, mas só após o falecimento de Vianna, o que confirma o prestígio de seu nome até o início dos anos 1950.

Por fim, uma última historieta, que se concentra em momento de ápice da trajetória de Vianna – o de sua entrada na ABL – jogando luz sobre outro grande padrinho, Alberto de Oliveira: o poeta de Saquarema, que informou Capistrano de Abreu sobre quem era aquele advogado de Niterói, em 1921. Dois discípulos, Geraldo Bezerra de Menezes e Marcos Almir Madeira, são os responsáveis pela saga que confirma, ao mesmo tempo, a modéstia e o brilho do intelectual. O artigo de Bezerra de Menezes é escrito quando da eleição de Vianna para a ABL, em maio de 1937 e publicado em *O Estado*, de Niterói. Seu autor é então apenas um recém-formado que quer homenagear o professor e referência de tantas leituras na faculdade de Direito. Por conseguinte, alguém muito distante do Ministro Presidente do TST, de quando o material é republicado em *Letras Fluminenses*, em 1951 (MENEZES, 1951, p. 4). O elogio do texto fixa-se no homem que nunca se preocupou com as galas dos salões e nem precisaria entrar na ABL para merecer a imortalidade. Sendo um “escritor político”, sempre soubera ficar distante dos interesses de partidos e facções, algo que se extraía de seus livros e de suas posições pessoais. Não por acaso relutou muito para se candidatar a ABL, razão pela qual seus amigos organizaram o Comitê da Catequese, cujo objetivo era “quebrar a resistência” de Oliveira Vianna que insistia em não querer se candidatar. O comitê, formado pelos seus mais próximos ou na linguagem irônica de Marcos Almir Madeira, pelo “clã doméstico”, se reunia na casa de Henrique Castrioto. Alberto de Oliveira era um dos membros, que sempre perguntava a Vianna as razões para tal decisão, estimulando-o a fazê-lo. Mas os anos se passavam, as vagas se abriam e nada de Vianna se candidatar. Para o discípulo “a modéstia inenarrável” de Viana era o

empecilho. Até que morre o poeta de Saquarema e fica vaga a cadeira de Alberto de Oliveira. Então, cedeu e se candidatou, sendo eleito em 1937. Mesmo assim, demorou a tomar posse, o que ocorreu apenas em 1940, coincidentemente quando o Chefe do Estado Novo o dispensou dos serviços no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nomeando-o como ministro do TCU.

De fato, em 1932, Vianna havia sido convidado pelo ministro Salgado Filho, a ocupar o posto de consultor jurídico dessa pasta, não apenas uma posição de destaque, mas principalmente de grande poder, na medida em que se encarregava diretamente de participar da formulação de leis e políticas públicas na área do trabalho e previdência – com destaque para a montagem do sistema sindical corporativista e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) – como de elaborar numerosos pareceres, sobre os diversos assuntos que a pasta abarcava. Por isso é bom lembrar que o Ministério do Trabalho era dos mais importantes nesse período e que grande parte da legislação que regulamentou o mercado de trabalho no Brasil foi elaborada e implementada exatamente após 1930 e antes do estabelecimento do Estado Novo, justamente quando Vianna ocupava a consultoria jurídica. Em 1940, já em pleno Estado Novo e com a Segunda Guerra Mundial em curso, uma quebra de braço com o empresariado suscitara aborrecimentos de parte a parte, facilmente evitáveis com seu afastamento do ministério e premiação com as benesses próprias do TCU. Era hora de Vianna encerrar uma etapa de sua vida e produção intelectual, redirecionando-as de forma diferente. Finalmente, segundo ele mesmo, poderia dedicar-se mais às academias, escrevendo e publicando, sem maiores preocupações pecuniárias, até porque era um imortal (FARIA, 2002, p. 124).

Um “fichário de ideias” e muitos “papagaios”: a leitura e a escrita de Oliveira Vianna

Vianna, um novo livro teu vale por festa mental das que deixam imperecível recordação. [...] é a mesma firme rocha, sólida máquina de bem pensar que o

Brasil tem em casa e não aproveita. Vejo anunciado o II vol de Populações. Que venha. Estou ansioso por ele; como eu, estão todos que leram o I. [...] Adeus meu caro. Saúde e produção. Do Lobato. (Carta de Monteiro Lobato a Oliveira Vianna)¹⁹

Li com simpatia o artigo de Julinho de Mesquita [do Estado de São Paulo], a quem fui ligeiramente apresentado na passagem para o R. Grande do Sul. Ele tem carradas de razão: para que ler testamentos, inventários, atas da Câmara? Está tudo no Le Play, está tudo na Science Sociale (revue), está tudo no Oliveira Viana. (Carta de Capistrano de Abreu a Paulo Prado. Rio, 25 de novembro de 1922) (ABREU, 1977, p. 428).

A obra de Oliveira Vianna é vasta e muito diversa, até porque produzida ao longo de décadas, sendo que vários textos inéditos – alguns incompletos e organizados por terceiros – foram publicados após sua morte. Aliás, a Editora José Olympio, que detinha os direitos de edição quando de seu falecimento, beneficiou-se desse fato, anunciando que nove livros, ainda desconhecidos do público, entrariam brevemente em circulação. Como Castro Faria (FARIA, 2002; VENÂNCIO, 2009, p. 173-188) chama a atenção, a obra de um autor é um conjunto complexo que, nesse caso, envolve livros, matérias de jornal, correspondência, pareceres técnicos e até mesmo curtas anotações. Oliveira Vianna escreveu muito e, também, se esforçou muito para tornar sua reflexão, em especial aquela em suporte livro, um “todo” dotado de sentido e estabilidade. Algo que, segundo o analista mencionado, muitos de seus comentaristas acabaram assumindo, quer porque tomassem um de seus livros como representativo desse pseudo “todo”, quer porque vissem incongruências em seu pensamento, como se “de fato” (como Oliveira Vianna desejava), uma obra fosse algo sempre harmônico e sem transformações no decorrer do tempo.

Para tal perspectiva, contribuiu decisivamente uma de suas práticas de escrita. Vianna costumava ser, ele mesmo, seu próprio prefaciador. Os textos de apresentação de seus livros são fontes valiosas para se observar como ele orientava seus leitores, destacando as ideias principais do livro e apontado como elas se articulavam com o que ele já havia publicado e, igualmente, com o que ainda estava

sendo objeto de planejamento. Também apontava quais autores o haviam inspirado, especialmente naquele trabalho, respondendo a objeções, quando era o caso de reedições. Enfim, sendo o prefácio um texto em que o autor se dirige diretamente ao leitor, Oliveira Vianna dele se aproveitava (como poucos o fizeram) para fixar uma imagem de "autor" que ele gostaria de encarnar. Nessa medida, os prefácios, sobretudo os das reedições, são de grande valor para responder às críticas; para o esclarecimento de alterações que pudesse ter realizado; e, também, para justificar os acréscimos, que iriam atualizar o texto, enriquecê-lo, enfim, torná-lo melhor. Exemplos não faltariam, bastando percorrer alguns desses prefácios. Contudo, o que mais me interessa nessa menção é destacar uma ocorrência banal que, paradoxalmente, parece pouco observada. A de que Oliveira Vianna recebeu muitos elogios, mas também recebeu críticas, durante todo o tempo em que publicou. Embora desejasse, esteve longe de ser um consenso, mesmo sendo um exemplo raro de autor que praticamente se consagrou com seu primeiro livro. Porém, ele escreveu muito e, tendo-o como guia, é possível recuperar não apenas uma espécie de cronologia de seu trabalho, como igualmente, algumas características que marcariam sua escrita.

Para tanto, é interessante ressaltar que Oliveira Vianna foi um professor, embora os indícios sejam de que essa não era a profissão de seus sonhos. As notícias de *Letras Fluminenses* assinalam que ele começou a ganhar a vida dando aulas de matemática em casa e de história no Colégio Abílio, estabelecimento de ensino muito prestigiado. Tornou-se, em 1916, professor da Faculdade de Direito do estado do Rio de Janeiro que, em 1921, passou a se chamar, Faculdade de Direito de Niterói. Deu aulas de Teoria e Prática do Processo Penal e Direito Industrial, sendo que o mais interessante não é sua atuação em classe, mas sua ação extraclasse. Isso porque, é na convivência com um grupo de alunos mais próximo a ele, que seria fundado o Clube de Sociologia, no qual funcionava como um orientador de leituras e, também, de pesquisas de campo. Faziam

parte desse time de aspirantes a sociólogos-bacharéis exatamente os que se chamariam seus “discípulos” e que se encarregariam da guarda de sua memória, todos, aliás, reconhecidos como homens de letras fluminenses: Alberto Lamago, Geraldo Bezerra de Menezes, Marcos Almir Madeira, Dayl de Almeida, Vasconcelos Torres e Hélio Palmier, entre outros. Essa amizade, portanto, foi crescendo com o passar tempo, perdurando, como se viu, até a morte do autor. Da Faculdade esses alunos se transferiram para a residência de Vianna, que passaram a frequentar, observando e participando do próprio processo de escrita de seus textos. Em função disso, é possível flagrar Oliveira Vianna em seu cotidiano de vida e trabalho, pelo relato de Vasconcelos Torres sobre uma dessas visitas que, tudo indica, eram uma constante no relacionamento entre eles:

[...] chegávamos pela manhã e o surpreendíamos na espaçosa varanda, entregue à leitura de jornais. Os artigos que despertavam sua atenção eram recortados e à medida que se ia inteirando do noticiário esparramava as folhas pelo chão. Logo nos conduzia à biblioteca e comentava o último livro lido ou abria a gaveta e nos exibia os originais do próximo estudo, escolhendo um capítulo para que o lêssemos em voz alta. De ver como seguia atentamente a leitura, determinando aqui e ali uma interrupção para uns comentários. Nós formávamos como que uma pequena sociedade para ele. As poucas visitas que fez foi sempre a um de nós, os amigos moços que contavam com sua afeição (VENÂNCIO, 2015).

Esses moços são a mais evidente demonstração de como o tempo vivido na Faculdade de Direito de Niterói deixou marcas na vida pessoal e profissional de Vianna, demarcando seu círculo “familiar” de sociabilidade intelectual. A passagem inicial da descrição de Torres, por exemplo, coincide exatamente com uma fotografia de Vianna, já idoso e lendo jornal em sua casa, entre folhas esparramadas pelo chão. Ela está (em parte) na capa do livro de Castro Faria e integralmente, na página 3 de *Letras Fluminenses*, ilustrando o artigo de Dayl de Almeida, “As palavras na obra de Oliveira Vianna”. O tom apologético dessa matéria, como era de esperar, quer assinalar a grande preocupação de Vianna pelo “apuro da forma” e “o carinho pelas belezas da linguagem”; não por “ambições literárias” e sim “[...]”

para ser preciso na grafia de suas ideias e fiel a seus pensamentos [...].” Ou seja, a forma de escrita apenas se submetia à precisão do conteúdo que se queria fixar. Assim, ao mostrar como Vianna teria sido um obcecado por esse tipo de precisão, Dayl de Almeida nos mostra como eram os originais dos livros deixados por ele, onde se veria um excesso de emendas nas provas tipográficas e, no caso das reedições, um “[...] grande número de vocábulos substituídos, para não falarmos nas formas sintáticas aqui e ali modificadas [...].” Um prato cheio para os estudos literários, mas certo paradoxo para o discípulo, pois ele mesmo reconhece que Vianna costumava afirmar que não retificava o conteúdo de seus livros. Talvez, seja possível aventar, porque isso pudesse soar como uma mudança de suas ideias ou até pior, uma “adequação” a críticas sofridas. Algo que feria o desejo de se construir como um autor coerente, que planejava e dava continuidade a sua obra ao longo do tempo. Dessa forma, a solução encontrada por Almeida foi explicar essa “severa revisão” de palavras, em cada nova edição, como uma vontade de “fortalecer o conteúdo” do que já escrevera. Saída honrosa, que ele lembra perseguir o autor desde o momento da datilografia dos originais (lidos, inclusive, pelos moços como ele) e que continuava nas provas tipográficas e não cessava nunca.

Certamente Oliveira Vianna não era o único “obcecado” de sua geração e também não era o único a fazer projetos de livros que seriam escritos. Contudo, nesse particular talvez ele mereça algum destaque, pelo tanto que planejou e fica atestado pela quantidade de originais inéditos que deixou ao falecer. O rascunho de uma carta²⁰, escrita ao Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha (1951, p. 6-7) em 1944, cedido pela família de Vianna a *Letras Fluminenses* é de uma riqueza ímpar para uma aproximação de como, nesse momento, Vianna via seu trabalho retrospectivamente, e como o projetava para o futuro. A primeira observação relevante vem da família, que esclarece que Vianna escrevia tudo, “no mínimo, em duas mãos”, ou seja, tanto os livros como as cartas sofriam mudanças, não sendo

aquele rascunho a versão da carta efetivamente enviada “ao caro ministro e eminente amigo”. Oliveira Vianna, já na ABL e no TCU, respondia a um convite que Aranha lhe fizera: integrar a Comissão de Estudos sobre o Paraguai, com o objetivo de subsidiar o traçado de uma nova política no relacionamento com aquela nação. Vianna agradece, mas recusa o convite, para o que procura construir uma sólida argumentação. Explica que se encontrava no justo momento de uma “*démarrage* literária”, recomeçando a elaboração de uma obra que fora forçado a interromper há 10 anos, mas que representava o esforço de 20 anos de “intensas leituras e penosas pesquisas arquivais sobre o Brasil.” Diz que possuía nada menos que o esboço (“pouco polido”) de quatro volumes sobre questões de imigração e colonização, aos quais gostaria de se dedicar. Então, ele os enumera: Raça e etnia; Seleções telúricas; Mobilidade social e Sociologia das elites. Todos esses livros tinham sido planejados entre 1924 e 1932, depois de ter publicado *Populações meridionais e Evolução do povo brasileiro* (1922).

Considerando um possível espanto de Aranha, Vianna esclarece que o fato de ter tantos livros no “estaleiro” se devia a seu método de trabalho um “tanto extravagante”: “[...] planejando o livro, escrevo-o logo, num esforço grosseiro, sem labor literário, falquejando-o por assim dizer; feito isso, guardo-o; e só depois de vários anos é que o retomo para os trabalhos definitivos de refusão, atualização e polimento.” Para reforçar ainda mais esse “método” informa que ainda tem também “na gaveta”, desde 1924, o segundo volume de *Populações*, inteiramente dedicado aos povos pastoris do extremo sul, conterrâneos de Aranha. A essa altura, ao lado do “método”, ele produz uma espécie de periodização para seu trabalho intelectual, narrando quando é forçado a interromper todo esse trabalho. O ano é o de 1932 e o evento decisivo é sua entrada no Ministério do Trabalho. É esse acontecimento que vai obrigá-lo

[...] a abandonar tudo, romper bruscamente com velhos estudos que vinham desde a fase de elaboração de *Populações* e lançar-me de todo o corpo

num novo campo de estudos – o dos aspectos jurídicos dos problemas sociais. Não lamento, entretanto, esta interrupção violenta dos meus estudos, nem os oito anos que ali consagrei. Deles me saíram alguns livros de interesse geral que considero úteis ao meu país.

Fica claro, portanto, que seu método de escrita é um tanto decorrente das circunstâncias e possibilidades de sua vida profissional, sendo a função de Consultor Jurídico do ministério um divisor de águas, pois Vianna não só tem que abandonar diversos projetos já encaminhados, como precisa se lançar com mais afinco em campo de estudos não previsto. Tal imperativo o atraiu, sem dúvida, e resultou em livros como *Problemas de Direito Corporativo* (1938) e *Problemas de Direito Sindical* (1943), que ele envia a Aranha com a carta. Nessa linha e mantendo a “gaveta” cheia, tinha dois inéditos, compostos a seu modo: uma História da questão social no Brasil (1500-1940) e Fundamentos da política brasileira (1930-1945), possivelmente uma reflexão sobre a Revolução de 1930 e seus desdobramentos políticos. Como se sabe, Vianna não publicaria nada próximo a esses títulos, mas esse elenco dá a dimensão do balanço que fazia, em 1944, para seu trabalho nos anos que se seguiriam. Ele finalmente podia voltar para seus projetos iniciais, estando tudo preparado para um esforço concentrado que não queria, de forma alguma, interromper. Mesmo em função de um convite de Aranha, ministro que admirava e conhecia desde os tempos da preparação do anteprojeto de Constituição para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934.

Pela carta vê-se que Vianna tinha um calendário. Queria concluir até 1946, quando a guerra já teria terminado, segundo ele, os volumes sobre problemas migratórios, voltando-se então, até 1948, para os dois livros sobre a questão social e o governo Vargas. Reconhecendo, certamente, que já era muito, escreve:

Poderei então, se Deus se amercear (sic) de mim e me der vida para tanto, ultimar a elaboração dos dois últimos trabalhos de meu plano de estudos brasileiros, o II volume das **Populações meridionais** [...] e a **Introdução à**

História da Revolução de 30, que será o ponto final de minha vida de escritor.²¹

Não se pode dizer que Oliveira Vianna viveu pouco; o que é impressionante é o quanto ele imaginava poder escrever – mesmo tendo planos e esboços etc. – no, literalmente, restante de sua vida. Porém, a obsessão e dedicação do autor indicam que era precisamente isso que ele pretendia. No ano da graça de 1944 tinha tudo arrumado para esse “recomeço”, sendo ele mesmo, mais uma vez, quem descreve como costumava trabalhar: vou mobilizar “[...] as milhares de fichas e nótulas que coligi sobre essas árduas matérias em vinte anos de pesquisas e leituras”, para reclassificá-las e elaborar sínteses parciais, que irão se conformando em longas narrativas. Oliveira Vianna, como os intelectuais de seu tempo, elaborava seus próprios sistemas de coleta e classificação de dados, o que chamava muito a atenção dos que se iniciavam em estudos e pesquisas sociais. No caso de Vianna, são comuns as menções a um móvel que existia em sua biblioteca, com quatro faces e com muitas gavetinhas, que funcionava como um grande fichário. Um “fichário de ideias”, como era chamado, pois guardava uma infinidade de papeletas – seus “papagaios” – ou seja, notas que podiam ser escritas sobre qualquer tipo de papel, além de poderem ser curtas ou longas, registrar citações, números, impressões etc.²²

Obviamente, não é possível realizar, em um capítulo de livro, exame condigno das condições de produção dos livros de Vianna, menos ainda fazer uma análise – que teria que ser mais longa e mais complexa que a primeira – da história da recepção de suas ideias, que reverberam até hoje. Oliveira Vianna, recebido em 1924 no IHGB, foi, provavelmente, um dos primeiros intelectuais brasileiros a ser reconhecido e chamado de sociólogo. Críticos como Agripino Grieco, Humberto de Campos e Cândido Motta Filho, entre outros grandes nomes do período, como Monteiro Lobato, elogiaram o autor e o aproximaram, por exemplo, de Alberto Torres, Silvio Romero e Euclides da Cunha, pelo realismo e poderosa argumentação. Sem

contribuições como as dele, outras do mesmo quilate não ocorreriam. Nesse caso estaria, por exemplo, Gilberto Freyre e outros. Sendo assim, vê-se que, durante os anos 1920, 1930 e 1940, mesmo sendo as críticas majoritariamente positivas, houve os dissonantes.

Entre eles estava Capistrano de Abreu, para quem Oliveira Vianna “grassava”, como escreve em carta de 1926 a Paulo Prado: “Que me diz do clã?” (ABREU, 1977, p. 476). Sem dúvida, Capistrano, nos anos 1920, era o maior e mais reconhecido historiador de seu tempo. Em várias menções que faz em cartas a amigos, sobre o que acha de *Populações Meridionais* e de Oliveira Vianna, ele é categórico. Vianna não era um historiador – ser aceito no IHGB não tinha maior significação para Capistrano –, mas o que contava mesmo era que ele não prezava a regra número um do método – “ler documentos” –, sendo a ciência que praticava de pouca credibilidade, já que parecia conhecer melhor Le Play (de cujas ideias Capistrano não gostava), do que a história do Brasil. Assim, Julinho de Mesquita tinha carradas de razão! Astrogildo Pereira, ainda nos anos 1920 foi outro crítico arguto, pois aponta que a fama de *Populações* se devia ao desejo de Vianna justificar o domínio dos grandes proprietários rurais, que ele chamava de “aristocracia rural”. Um ponto que seria observado e aprofundado por muitos outros críticos que se seguiriam, mas apenas algumas décadas depois. Entre 1920 e 1940, a estrela de Vianna não foi seriamente abalada por observações desse, nem de qualquer outro tipo (FARIA, 2002; CARVALHO, 1993, p. 37).

No ano de sua morte, em 14 de novembro de 1951, em chave muito diversa, mas muito expressiva, observa-se um sinal de mudança. Ele está no discurso de Austregésilo de Athayde, o sucessor de Oliveira Vianna na ABL. Anunciando o novo clima político-intelectual em relação ao autor, Athayde, delicadamente, na fala em que devia homenagear seu antecessor, explica:

Os meus contatos com Oliveira Viana foram mais raros e creio que as entranhadas e irredutíveis convicções liberais, a diversa maneira de encarmos a organização da polis, nos colocaram por vezes em posição antagônica, embora confluindo as nossas aspirações para o mesmo objetivo,

o engrandecimento da pátria comum. Traduzindo em termos do Segundo Império, direi que Oliveira Viana foi, em toda a sua vida, um "Saquarema", [...] identificado até a medula com o esplendor imperial dos trinta anos que se seguiram à Maioridade. Enquanto eu sou um "Luzia", ligado pelo sangue Feitosa à Revolução Praieira, signatário do Manifesto de 1870, abolicionista sem dúvida, membro de clube republicano e por instinto inimigo do trono e dos incomportáveis privilégios da realeza.²³

O sinal era o de que os tempos sorriam para os Luzias. Quer dizer, para os que iriam fazer o combate político e acadêmico aos que aderiram ao trono do Estado Novo, como Oliveira Vianna. Porém, os trabalhos do autor seriam mais fortemente criticados, quando não atacados por sua adesão ao autoritarismo e corporativismo, nos anos 1960/70, principalmente após o golpe de 1964. Um período que é uma espécie de inferno astral para a recepção da obra de Oliveira Vianna. São exemplares desse momento, os livros de José Honório Rodrigues (1979) e Dante Moreira Leite (1955/1969) que acabam por desqualificar completamente as ideias do autor em função de suas escolhas políticas. Algo que seria apontado como uma confusão de efeitos maléficos, tendo-se em vista a influência das propostas de Oliveira Vianna nos anos 1930/40 e a importância do estudo de suas ideias, que deixaram marcas na conformação de uma cultura política no Brasil da segunda metade dos anos 1950. Assim, os anos 1980/90 assistirão a uma retomada do interesse pelo autor e igualmente por outros pensadores autoritários, como Azevedo Amaral e Francisco Campos. Ocorre, então, uma espécie de movimento para a leitura e reedição de seus livros²⁴ e de seus inéditos, entre os quais vale mencionar *Ensaio inédito* (OLIVEIRA VIANNA, 1991), com apresentação de Marcos Almir Madeira. Dois livros de teor biográfico compõem esse conjunto: *Oliveira Vianna: um saquarema na República* (LONGO, 1981) e *Mundos e construções de Oliveira Vianna* (MACIEIRA, 1990).

Esse afluxo é tão importante, como duradouro e enriquecedor para a história e as ciências sociais no Brasil, sendo a produção de comentaristas sobre a obra de Oliveira Vianna tão ampla, densa e

diversificada que seria inútil sequer tentar fazer uma nota de rodapé com alguns exemplos. Sem dúvida, em 2019, Oliveira Vianna é (e continuará sendo), entre os clássicos do pensamento social brasileiro, um dos mais frequentados, permitindo resultados sempre estimulantes e desafiadores.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

ALMEIDA, Dayl de. Oliveira Vianna e a cultura fluminense. *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia*, Niterói, 1957.

BRASIL JUNIOR, Antônio da Silveira. *Uma sociologia da ação coletiva: Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARTA a Paulo Prado, 13 de abril de 1926. In: ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, vol. 2.

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide; MORAES, José Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boa Ventura, 41, Niterói; o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano, Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2013.

GOSSMAN, Lionel. Anecdote and History. *History and Theory*, v. 42, n. 2, 2003, p. 143-168.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*: a história de uma ideologia. São Paulo: Ed. USP, 1955; São Paulo, Ed. Pioneira, 1969.

LONGO, Angelo. *Oliveira Vianna*: um saquarema na República. Niterói: SEEC, 1981.

MACIEIRA, Anselmo. *Mundos e construções de Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

MACIEIRA, Anselmo. Oliveira Vianna, historiador social a serviço do Brasil. *Sociologia*, São Paulo, v. XIV, n. 3, 1952.

MENEZES, Geraldo Bezerra. *O novo acadêmico*. Letras Fluminenses, 1951.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *Ensaio Inédito*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

OLYMPIO, José. *A propósito de Oliveira Vianna*. Letras Fluminenses, 1951.

REIS, José Orsine. *Oliveira Vianna e a Escola de Quincas de Souza*. Letras Fluminenses, 1951.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TORRES, João Batista de Vasconcelos. *Oliveira Vianna*: sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1956.

VENÂNCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VENÂNCIO, Giselle Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 173-188.

-
1. Luiz de Castro Faria foi meu professor de antropologia na Universidade Federal Fluminense nos idos de 1967/8, tendo me apresentado a Oliveira Vianna. Esta epígrafe foi retirada de seu instigante livro – *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boa Ventura, 41, Niterói; o autor, os livros, a obra* (Rio de Janeiro, Relume - Dumará, 2002) – e este capítulo deseja ser uma singela homenagem às suas aulas.
 2. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1951, p. 2; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1951, p. 3; *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1951, p. 2.
 3. Geraldo Bezerra de Menezes (1915-2002) nasceu em Niterói e fez carreira na Justiça do Trabalho. Em 1946 presidia o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e, com a criação do Tribunal Superior do Trabalho pela Constituição de 1946, foi seu primeiro Ministro Presidente.
 4. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, Ano II, n. 6, março/julho, 1951. Agradeço publicamente a George Coelho, professor da Universidade Federal de Tocantins, que fez pós-doutorado na Unirio sob minha supervisão, por ter-me cedido as imagens desse exemplar.
 5. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 6.
 6. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 7
 7. Trabalharei aqui com livros e artigos que contemplem mais a dimensão biográfica do autor, deixando de lado os inúmeros estudos sobre sua obra, apenas eventualmente referidos, em função de meus objetivos.
 8. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1951, p. 2.
 9. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 2.
 10. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 1. (grifos no original).
 11. Trabalhar sistematicamente com esse material é algo extremamente interessante e que ainda não foi feito.
 12. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 13.
 13. Não me dedicarei a comentar esse livro ou outros textos escritos sobre a vida e obra de Oliveira Vianna, quer pela quantidade, quer pela diversidade, algo incompatível com o objetivo e tamanho deste capítulo. Ainda nos anos 1950, duas publicações, de tipo elogioso, devem ser ressaltadas: Macieira (1952) e Almeida (1957).
 14. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 8.
 15. Saquaremas eram os integrantes do Partido Conservador no Império. Ver Carvalho (1993, p. 13-42).
 16. Estou me baseando em uma matéria de Álvaro Amorim Machado, juiz de Direito em Araruama, publicada em *Letras Fluminenses* (1951, p. 11); mas, em seus traços básicos, ela é repetida por outros autores, compondo o perfil que se queria consolidar para sua memória.
 17. A análise do discurso de posse de Oliveira Vianna no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está em Gomes (2012).
 18. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p.

11.

19. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 8.

20. Essa e todas as demais citações originam-se dessa carta.

21. *Letras Fluminenses*: periódico de cultura geral, Niterói, ano II, n. 6, março/julho, 1951, p. 9.

22. Uma fotografia desse móvel e mais duas fotos da biblioteca onde Vianna trabalhava aparecem no número especial de *Letras Fluminenses*, dando visibilidade e valor aos ambientes do que seria a Casa de Oliveira Vianna, recém-criada.

23. Discurso de posse de Austregésilo de Athayde, disponível em <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em 9 de maio de 2018.

24. O melhor exemplo são as edições da Itatiaia (Belo Horizonte) e Eduff (Niterói).



Foto 1

CAPÍTULO II

Leônidas da Silva

Um ídolo negro no Brasil de Getúlio Vargas

Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Em julho de 1938, em meio à atribulada agenda de uma visita oficial ao estado de Minas Gerais, o presidente Getúlio Vargas encontrou tempo para um compromisso peculiar. Durante um desfile no estádio do América F.C., no qual 800 atletas que participariam da abertura dos jogos universitários empunhavam a bandeira brasileira, ele viu aproximar-se do séquito presidencial um grupo de jogadores do Flamengo, que havia na véspera vencido o Palestra Itália em partida amistosa disputada em Belo Horizonte. Ao ver dentre eles

alguns dos jogadores que no mês anterior haviam participado do selecionado brasileiro que disputou a Copa do Mundo da França, o presidente “teve curiosidade” em conhecê-los pessoalmente, como testemunhava um jornalista ali presente. Depois de dizer “palavras elogiosas” para cada um dos jogadores, afirmando estar “satisfeito” com todos, fez questão de abraçar um deles, para o qual tratou ainda de dirigir “algumas palavras afetuosas”: o atacante Leônidas da Silva, já então conhecido como “Diamante Negro”. Tratou ainda de tirar uma fotografia ao lado do jogador – que, de terno e olhar compenetrado, fazia pose de acordo com a pompa e solenidade da ocasião.²⁵

Por mais que tenha se tratado de encontro fortuito, o cuidado do presidente em relação aos jogadores nada tinha de casual. Desde os primeiros tempos de seu governo, Getúlio Vargas tratou de atribuir papel relevante ao esporte, em especial ao futebol. Mesmo não sendo um admirador do jogo, preferindo acompanhar as disputas de hipismo e de golfe, ele logo se mostrou atento à sua força social. Em agosto de 1931, quando ainda não havia completado um ano como chefe do governo provisório iniciado após a derrubada do presidente Washington Luiz no ano anterior, recebeu em seu gabinete os diretores do Flamengo para tratar da cessão ao clube de um terreno na Lagoa Rodrigo de Freitas, destinado à construção de seu estádio.²⁶ No ano seguinte, recebeu Renato Pacheco, presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) para discutir a representação brasileira nas Olimpíadas de 1932.²⁷ Em dezembro daquele mesmo ano, saudou da sacada do Palácio do Catete os jogadores brasileiros que desfilavam pela cidade após vencerem a Copa Rio Branco, disputada no Uruguai contra a poderosa seleção local. Entre eles estavam Leônidas da Silva e Domingos da Guia, que celebravam seu primeiro sucesso em uma disputa internacional.²⁸

Por atitudes como estas, em 1932 Vargas já era reconhecido pelos dirigentes do futebol brasileiro como o “grande benemérito

dos *sports* nacionais”.²⁹ Assumindo o papel, ele passou a ser frequentemente chamado a intervir nas crises que envolviam o processo de profissionalização do futebol no país. Em maio de 1934, por exemplo, em meio à formação da equipe que representaria o Brasil na Copa do Mundo daquele ano, intercedeu junto a Gabriel Terra, presidente uruguaio, para tentar garantir a liberação para o selecionado nacional de Domingos da Guia, que jogava profissionalmente no Nacional do Uruguai.³⁰ Mesmo sem ter alcançado sucesso no pleito, a delegação brasileira que foi à Europa para o torneio foi chefiada por Lourival Fontes, auxiliar de Vargas que era então diretor do recém-criado Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DRUMMOND, 2008, p. 58). Dois anos depois, o presidente foi novamente chamado para arbitrar a disputa entre adeptos do amadorismo e do profissionalismo no Brasil – tarefa que aceitou por acompanhar “a situação deplorável do *sport*”, como ele mesmo explicou ao presidente do Fluminense.³¹

A motivação para este envolvimento seria explicada pelo próprio Vargas, em discurso pronunciado em junho de 1934, no palácio Guanabara, em manifestação organizada pela Associação Brasileira de Produtores: “[...] associando o cinema ao rádio e ao culto racional dos esportes, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil”, explicava, mostrando ver nos esportes um dos caminhos de afirmação de um novo tipo nacional (*apud* SOUZA, 2001, p. 159). Como resultado, seu governo patrocinou, entre 1935 e 1937, iniciativas de “oficialização dos *sports*”, que propunham que se atribuísse ao governo federal “poderes absolutos” para uma “quase intervenção” no campo esportivo nacional.³²

Estas tentativas oficiais de controle do esporte viriam a assumir nova dimensão a partir de 10 de novembro de 1937. Rompendo com a ordem democrática definida pela Constituição de 1934, Getúlio Vargas anunciou nesse dia o decreto de promulgação de uma nova

constituição, que lhe garantia poderes absolutos sob um regime autoritário. “Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, [...] subverte e hierarquiza, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação”, justificava o próprio presidente em seu pronunciamento à nação, no qual explicava a necessidade de instauração de um “regime forte”.³³ Iniciava-se o período conhecido como o Estado Novo – marcado por um forte nacionalismo que, nas palavras de Francisco Campos, Ministro da Justiça de Vargas, tinha a proposta de levar o governo “ao encontro do Brasil”.³⁴

Não era de se admirar, por isso, que dali em diante a aproximação de Vargas com o futebol – um esporte que desde as primeiras décadas do século XX já se mostrava capaz de mobilizar o sentimento nacional (PEREIRA, 2000) – se tornasse ainda mais intensa. Em parte, ela se ligava à própria lógica autoritária do regime. Como acontecia em outras experiências totalitárias então em curso na Europa, as autoridades do Estado Novo aprofundariam as tentativas de fazer da educação física o meio de afirmação de uma nova raça, forte e sadia, capaz de representar a nacionalidade (PARADA, 2009; CAPELATO, 1999). No caso brasileiro, no entanto, o futebol se mostrava o único esporte capaz de mobilizar interesses e paixões mais amplas – em especial nos meses seguintes ao golpe de novembro de 1937, quando se iniciavam os preparativos para a participação brasileira na Copa do Mundo de 1938.

Ao contrário do que acontecera nas duas edições anteriores do campeonato mundial, dessa vez o selecionado escolhido seria representado pelo que havia de melhor nos campos do Rio de Janeiro e São Paulo. Superada a disputa entre defensores do amadorismo e do profissionalismo, e suspensas momentaneamente as rivalidades regionais que opunham autoridades esportivas cariocas e paulistas, o time brasileiro era saudado pela imprensa e pela torcida como digno representante da nacionalidade. Colaborava para isso a presença de

destacados jogadores negros e pardos, que até poucos anos antes não costumavam ser chamados para tomar parte na representação esportiva nacional. Era o caso, em especial, do zagueiro Domingos da Guia, vindo de uma família de operários de Bangu, e do próprio Leônidas da Silva. Eles representavam, nos campos, uma nova imagem da nacionalidade, como expressava o jovem sociólogo Gilberto Freyre, que saudava a escolha de “um team fortemente afro-brasileiro” por ver nele a expressão de um “mulatismo” capaz de caracterizar positivamente o “estilo brasileiro de *foot-ball*”³⁵. Não era de se admirar, por isso, que aquele selecionado contasse com todo o apoio do governo de Vargas, que concedeu à delegação brasileira uma subvenção de Rs.200:000\$000 – o que levou os dirigentes esportivos do país a visitar o presidente em Caxambu e a convidar sua filha, Alzira Vargas, para ser a madrinha da delegação nacional.³⁶

Ainda mais do que Domingos da Silva, Leônidas da Silva era a expressão acabada da imagem formulada por Freyre. Com jogadas de grande agilidade corporal, como a famosa “bicicleta” – um giro de pernas pelo ar que lembrava os passos da capoeira – ele representava com precisão aquilo que o sociólogo definia como os elementos de “dança e capoeiragem” que marcariam a peculiaridade do futebol brasileiro. Além disso, o sucesso que ele alcançou nos campos da França durante a Copa do Mundo, reconhecido por toda a imprensa europeia, fazia dele o símbolo maior daquele selecionado.³⁷ Ainda que o selecionado brasileiro tenha ficado em terceiro lugar, após sofrer uma polêmica derrota na partida contra os italianos, Leônidas era caracterizado como “a grande atração do campeonato mundial”, transformando-se na representação acabada da nova imagem do futebol brasileiro.³⁸

Parece compreensível, desse modo, o interesse de Getúlio Vargas em se deixar fotografar com o jogador do Flamengo pouco após o regresso dos jogadores que haviam disputado a Copa do Mundo. Na pose casual se expressava a tentativa do presidente em se associar à imagem de um atleta capaz de personificar e popularizar muitos dos

ideais afirmados pelo Estado Novo: a educação física como meio de aprimoramento da raça, o nacionalismo como valor a ser defendido e a mistura racial como meio de constituição de uma raça brasileira forte e original. Leônidas da Silva aparecia assim como um símbolo do novo regime, um herói capaz de representar os valores fundamentais defendidos pelo governo de Vargas.

Calcada no ideário forjado por alguns dos ideólogos do Estado Novo, esta leitura acabou por sobreviver ao seu tempo, consolidando-se na produção historiográfica posterior. Ao analisar as estratégias ideológicas adotadas pelo governo de Vargas para garantir sua força, autores como Adalberto Paranhos mostram como “[...] a ideologia do trabalhismo se apropriaria dos discursos dos trabalhadores”, em um processo de “roubo da fala” que acabaria por definir para esses homens e mulheres do trabalho o papel passivo de simples receptores da ideologia oficial (PARANHOS, 1999, p. 36). Ainda que não se referisse especificamente ao caso do futebol, tal perspectiva foi reiterada por estudos que apontam para a utilização da imagem de Leônidas da Silva e outros jogadores afrodescendentes como instrumento de propaganda do regime varguista, que os utilizavam como “símbolo de harmonia social e democracia racial brasileira” (COSTA, 2006, p. 109). Figuras como o próprio “Diamante Negro” tinham, assim, seu protagonismo esvaziado, passando a ser compreendidos apenas sob a ótica do regime político varguista.

Por mais verdadeira que seja esta ideia se pensada da perspectiva dos ideólogos do Estado Novo, ela esclarece apenas um dos lados da história que resulta na fotografia tirada por Getúlio Vargas e Leônidas da Silva em 1938. Para compreendê-la com mais complexidade, torna-se necessário acompanhar outro lado: aquele do próprio jogador. Resultante de suas aspirações, interesses e lógicas, seu interesse em posar para tal fotografia deve ser analisado a partir de sua própria história. Acompanhar a carreira futebolística de Leônidas da Silva nos anos anteriores e posteriores a esta imagem se mostra, por isso, uma boa forma de tentar entender experiências e

motivações que os propagandistas do Estado Novo tentavam então encobrir.

Os sonhos de um jovem negro

A trajetória de Leônidas da Silva não parecia, até a adolescência, muito diversa daquela de muitos outros meninos negros de sua geração. “Descendente de uma família humilde”, como ele mesmo definiria em um testemunho memorialístico, nasceu em setembro de 1913, no bairro de Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro.³⁹ Era o segundo filho de Maria da Silva, uma mulher negra natural de Conservatório, município da região escravista do Vale do Paraíba. Como ela lembrava em uma entrevista dada em 1949 ao *Jornal dos Sports*, quando era ainda “uma menina” mudou-se para o Rio de Janeiro “para trabalhar como doméstica na casa de uma família conhecida”. “– Como gostei, e como gostaram de mim, fiquei, fui ficando”, explicava Maria, para justificar o fato de que ainda trabalhasse lá quando Leônidas nasceu.⁴⁰ Seu pai (que era “bem mais claro” que a mãe, nas palavras desta) era gerente de um bar situado dentro do São Cristóvão F.R.,⁴¹ mas faleceu quando ele era ainda pequeno, deixando à mãe a tarefa de cuidar dele e de sua irmã mais velha. “– A alimentação tornara-se difícil, a vida apertada, mas graças a deus nunca nos faltou nada”, lembrava a mãe. Morando no pavimento térreo de um sobrado do bairro, “que era mais modesto e custava menos”, a família de Leônidas ainda atravessaria outro drama: a morte prematura da irmã, que nas lembranças da mãe “não resistiu à primeira manifestação de fraqueza”.⁴² Foi assim como filho único de uma mãe de poucas posses que Leônidas da Silva atravessou a infância.

Para lidar com estas dificuldades sua família tratou desde cedo de buscar redes de proteção que garantissem sua sobrevivência. Estas se afirmaram logo após o nascimento de Leônidas, quando seus pais ainda não haviam definido seu nome. Nas lembranças da mãe, a

escolha se deu em função da tentativa de estabelecer laços de compadrio com figuras que pudessem garantir o futuro do recém-nascido. Por este motivo, primeiro seus pais pensaram em chamá-lo de Ubirajara, nome do filho de um general da vizinhança que costumava visitá-los, e que apareceu como a primeira opção de padrinho para o recém-nascido. A decisão final coube, porém, ao próprio general, que em visita ao casal criticou a escolha: " – Vocês não parecem gente vivida. Então, dar o único filho a um garoto, para esse garoto batizá-lo", advertiu. Ainda que a mãe tenha explicado que tal escolha se devia à esperança de que o jovem rapaz "chegasse um dia a general" para "amparar" o filho, o próprio general determinou que eles teriam que "arranjar outro padrinho", oferecendo-se para o papel. Ao visitante coube ainda a escolha do nome de Leônidas, dado em homenagem ao guerreiro espartano de mesmo nome⁴³. Era assim apoiando-se em redes de proteção paternalistas, como haviam feito muitos escravos nas décadas anteriores (CHALHOUB, 2003, p. 17-57), que a família do recém-nascido pensava em garantir seu futuro.

Em pouco tempo, as dificuldades financeiras levaram a família a se mudar para uma nova residência na Avenida Francisco Bicalho, no local conhecido como a Ponte dos Marinheiros. Tais dificuldades aumentariam ainda mais com a morte do pai, que levou sua mãe a se tornar sua única fonte de sustento. Para garantir o futuro do filho ela se apoiou mais uma vez em redes de dependência, passando a contar com a proteção de Mario Pinto de Sá, dono da casa na qual ela havia ido trabalhar ainda menina, que havia ajudado também a criá-la. O patrão e sua mulher assumiram o papel de "pais de criação" de Leônidas, garantindo seu sustento material e sua educação.⁴⁴ Como resultado ele teve acesso a escolas nas quais era o único menino negro,⁴⁵ e pôde concluir seus estudos. As mesmas redes de proteção lhe garantiriam ainda, aos anos, seu primeiro emprego formal, pois até então só havia trabalhado como engraxate ou entregador das marmitas vendidas pela mãe.⁴⁶ Assim, ainda que com uma boa formação amparada pelos laços de dependência, Leônidas via abrir-se

à sua frente um horizonte de trabalho definido por sua cor e sua origem social.

Foi a expectativa de conseguir superar este horizonte, alcançando um sucesso raro para homens negros como ele, que alimentou os primeiros sonhos de Leônidas. Como faziam muitos meninos naquele ano de 1919, quando se disputou pela primeira vez no Rio de Janeiro o campeonato sul-americano de futebol (PEREIRA, 2000), Leônidas passava boa parte de seu tempo livre jogando futebol, em peladas improvisadas nas quais mostrava sua habilidade.⁴⁷ Em uma das tardes nas em que deveria estar na escola, sua mãe recebeu a visita de uma amiga que contou tê-lo visto na Ponte dos Marinheiros com a “cabeça inteiramente raspada. Quanto voltou para casa, Leônidas ouviu a bronca da mãe: “que mania é esta, meu filho? Você não vê então que isto é próprio de menino sem brio e sem família?”. Respondeu então não ter feito isso “por mal”: “Cortei para ficar parecido com Gradin”, explicou o menino.⁴⁸ Gradin havia sido um dos grandes destaques do campeonato sul-americano disputado naquele ano – não apenas por seu desempenho em campo, mas também por se tratar do único jogador negro do campeonato. Se, por um lado, esta condição fez dele o alvo de ironias constantes por parte da imprensa carioca, por outro garantiu-lhe o apoio e a simpatia dos muitos torcedores negros do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2000, p. 170-172). Vendo no jogador uruguaio um modelo de sucesso no qual buscava se espelhar, ele passou a ver no futebol um caminho de realização de seus sonhos de ascensão e sucesso.

Não que o futebol fosse, durante a adolescência, sua única opção de lazer. Como era comum entre os jovens negros de sua geração, Leônidas era entusiasta dos muitos clubes carnavalescos que eram criados nos bairros habitados por trabalhadores de baixa renda (PEREIRA, 2018). “Sempre fui do samba no carnaval”, afirmava o jogador em entrevista dada em 1949, na qual relembrava sua trajetória e refletia sobre suas opções. “Poderá haver coisa melhor para um homem alegre do que o carnaval? Quando foi que pensei em

sacrificar a festa de meu sangue, que vive dentro de mim, para viver a satisfação de uns minutos de felicidade dentro de um campo de *football?*", perguntava-se Leônidas. O próprio jogador explicava, porém, ter sido "a vida", assim como "o próprio carnaval", que lhe ensinaram a "lutar com outras armas".⁴⁹ Mais do que uma diversão, o futebol aparecia como um caminho de afirmação profissional, que poderia garantir seu sustento.

Não que se tratasse de um caminho fácil para um jovem de sua origem. Por mais que, ao longo da década de 1920, o futebol tenha conquistado grande popularidade, e os jogadores de sucesso já aparecessem como verdadeiros ídolos, poucos eram os que conseguiam viver do esporte. Por se tratar de um regime esportivo ainda amador, no qual as ligas esportivas principais eram reservadas aos atletas que pudessem viver de outras rendas, não eram ainda grandes as possibilidades de sustento nos campos. Para a sorte de Leônidas, porém, quando ele completou 17 anos, atingindo uma idade e um desenvolvimento físico que já lhe permitiam disputar os campeonatos das principais ligas da cidade, a situação começava a mudar. Depois de passar por vários pequenos clubes de seu bairro, Leônidas foi chamado para jogar no Havanese Esporte Clube, com sede na própria região da Ponte dos Marinheiros, onde ainda residia. Nas suas memórias, o ingresso nesse clube veio a amenizar "as dificuldades financeiras em que vivia", na indicação de que já recebia por isso alguma remuneração.

O sucesso alcançado no Havanese lhe valeu o convite para ingressar no Barroso Futebol Clube, originalmente um grêmio formado pelos marinheiros do bairro da Saúde. Do primeiro dia de treinos no novo clube lembrava-se da chegada de um diretor que, "a título de condução", lhe deu a quantia de 5 mil réis, o que o próprio jogador explicava que era "dinheiro pra burro".⁵⁰ Pouco depois fez testes no Sírio Libanês, clube de melhor estrutura formado pela colônia árabe, no qual em pouco tempo passou a receber "a considerável quantia de oitenta mil réis" mensais, além das

gratificações após cada jogo.⁵¹ Com a expectativa de que os jogadores fossem verdadeiros *sportman*, Leônidas passou a disputar outros tipos de competição esportiva pelo clube, como os campeonatos de basquete e atletismo, nos quais figurou em 1930.⁵² Com a dissolução naquele mesmo ano do time de futebol do Sírio Libanês, expulso da Associação Metropolitana de Sports Atléticos justamente pela suspeita de que remunerava seus jogadores de forma disfarçada, passou a atuar pelo Sul América F.C. – no qual enfrentou mais uma vez acusações de profissionalismo. Ainda que negasse tais acusações, o próprio Leônidas admitiria depois que, na busca por um novo clube, respondera ao interesse do São Cristóvão – outro clube que o procurou interessado em seu futebol – com o pedido de um emprego, dizendo necessitar de um “vencimento maior” para auxiliar a família. Se neste caso a negociação não avançou, pouco depois, no início de 1931, Leônidas foi convidado a atuar pelo Bonsucesso F.C., pelo que receberia “quatrocentos mil réis mensais, dois ternos e dois pares de sapatos”. Por mais que o regime esportivo brasileiro continuasse amador, para Leônidas já era “normal” o fato de que os clubes disputassem os bons jogadores oferecendo “algo útil para o atleta” – o que, segundo ele, “todos os clubes aceitavam”.⁵³

A partir desse momento a carreira de Leônidas da Silva teve ascensão meteórica. Por suas boas atuações no Bonsucesso ele foi em junho daquele ano escalado para compor um combinado de jogadores carioca que disputaria uma partida internacional contra a equipe húngara do Ferencvaros F.C. Apesar do empate por 2 a 2, Leônidas foi, para a imprensa esportiva, “um dos melhores” da partida.⁵⁴ Como resultado foi em seguida chamado para fazer parte do selecionado carioca que disputaria em setembro o campeonato brasileiro.⁵⁵ Por esse tempo, afirmava que sua “maior ambição” seria a de ser campeão brasileiro com este selecionado, feito que para ele marcaria a aspiração de ter “conseguido tudo em *football*”.⁵⁶

Este sonho não demorou para se realizar, no dia 13 de setembro de 1931 o selecionado carioca chegava à final do campeonato a ser

disputada contra os paulistas. Reserva do afamado Nilo, em um momento no qual não existiam ainda substituições durante a partida, Leônidas não parecia ter muitas chances de entrar em campo. Em vista disso, passou as noites anteriores ao jogo em bailes de um clube dançante de Ramos que costumava frequentar. Na manhã da final disputou ainda uma “pelada” e almoçou fartamente. Só quando chegou ao estádio recebeu a notícia de que Nilo, machucado, não poderia jogar.⁵⁷ Mesmo sem se preparar adequadamente, Leônidas entrou em campo e foi a sensação da partida. “Enérgico, corajoso, incansável e cheio de astúcia”, como definiu um repórter do *Jornal dos Sports* – ele marcou dois dos três gols que garantiram o título aos cariocas.⁵⁸

Apenas dois dias depois de completar 18 anos Leônidas via consolidar-se sua carreira esportiva. Morando de novo em Vila Isabel, naquela que definiria décadas depois como uma “excelente casa” que já conseguia pagar com seus próprios rendimentos,⁵⁹ ele alcançava através do futebol uma projeção e uma renda inesperadas para alguém de sua origem. Em um país que acabara de atravessar uma mudança política que se anunciava como a superação de um passado elitista e oligárquico, seu talento era saudado por jornalistas que viam na trajetória do “moreno rosado” um exemplo da vitória do talento sobre o preconceito dos que teimavam em tentar excluí-lo.⁶⁰ Não por acaso, em uma festa realizada no mês seguinte pelo Bonsucesso o jogador fez questão de saudar o *Jornal dos Sports*, uma das folhas da cidade cujos redatores se mostravam entusiastas de seu futebol.⁶¹ Junto a outros jogadores de sua geração, como o próprio Domingos da Guia, Leônidas tornava-se um dos maiores exemplos da conquista do futebol por jovens negros vindos de famílias de baixa renda – alcançando os sonhos que alimentara desde a infância a partir do exemplo de Gradin.



Foto 2

O sucesso e seus limites

Se 1931 marcou a afirmação profissional de Leônidas da Silva, foi no ano seguinte que seu sucesso se consolidou de forma definitiva. Em março daquele ano seria disputada, em Montevideu, a Copa Rio Branco, que colocaria o selecionado nacional em disputa contra a temida seleção uruguaia, campeã mundial em 1930. Por conta das disputas entre os dirigentes esportivos do Rio de Janeiro e de São Paulo, no entanto, a federação paulista resolveu boicotar a CBD, que se viu obrigada a montar uma seleção somente com os jogadores que haviam se destacado no campeonato carioca do ano anterior. Se até então era incomum que jogadores negros figurassem nos times que representavam o Brasil no exterior, a crise esportiva levou os dirigentes da Confederação a abrir mão deste critério em nome do perigo de enviar ao Uruguai um time sem qualidades técnicas. Como resultado, o jovem Leônidas da Silva, junto com o também negro Domingos da Guia, foi chamado para compor a delegação brasileira, e embarcou para aquela que seria sua primeira viagem internacional.

62

Surpresa geral venceu a disputa por dois gols contra um, o que era saudado pela imprensa brasileira como uma “notável façanha” e um motivo de “justo orgulho” para o futebol nacional. Autor dos dois

gols brasileiros, Leônidas foi definido pela imprensa como a “grande figura” do jogo.⁶³ No regresso ao Rio de Janeiro a delegação foi recebida com festa e passeatas pelas ruas. Dentre os que celebraram o feito estava o próprio Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, que saudou os jogadores da sacada do Palácio do Catete no momento da passagem da delegação.⁶⁴ Símbolo maior da conquista, o jovem Leônidas da Silva, que começava a ser chamado pela imprensa de “Diamante negro”,⁶⁵ consolidava seu sucesso, transformando-se em verdadeiro herói nacional.

Àquela altura, no entanto, as fissuras e contradições dessa imagem heroica celebrada pelo próprio presidente pareceriam claras para os que acompanhavam o jogador nos campos e nas páginas esportivas da grande imprensa. Em paralelo ao processo de consolidação de seu prestígio, Leônidas experimentava naqueles anos diversas dificuldades e tensões alimentadas por sua origem. Estas se manifestariam desde os primeiros anos de sua carreira como jogador, quando lutava ainda para se firmar no cenário esportivo carioca. Jovem negro vindo de uma de uma família de poucas posses, ele estava distante da autoimagem refinada construída nas décadas anteriores pelos *sportman* para representar a elevação associada ao esporte.⁶⁶ Como resultado, foi alvo frequente da má vontade e do olhar disciplinador dos árbitros, em geral escolhidos dentre os sócios dos clubes de mais prestígio e dinheiro.

Era o caso de Jorge Marinho, sócio do Fluminense F.C. que atuou como juiz de uma disputa entre o Bonsucesso e o Botafogo em dezembro de 1931. Segundo o que ele escreveu na súmula da partida, Leônidas o teria injuriado durante o jogo por não se conformar com uma de suas decisões, o que afrontaria a disciplina e educação exigida de um *sportmen* – o que o levou a expulsar o jogador de campo.⁶⁷ Ainda que parecesse se tratar de um conflito corriqueiro, a reação da diretoria do Bonsucesso mostrava que não era o caso. Em ofício enviado à Associação Metropolitana de Esportes Atléticos, que dirigia o campeonato, seu presidente pedia “a abertura de um inquérito”

para averiguar se Leônidas havia mesmo proferido “palavras injuriosas” ao juiz. Este pedido se baseava na denúncia de que outro sócio teria ouvido Jorge Marinho “dizer a um senhor do Botafogo que botaria o amador Leônidas fora de campo na primeira oportunidade”. Explicava ainda que o próprio jogador declarava, “sob sua palavra de honra, que nada disse ao juiz que o injuriasse”. Pedia, por fim, que fossem ouvidos os jogadores do Botafogo que se achavam próximos ao juiz, que poderiam atestar a inocência do jogador expulso.⁶⁸ Por mais que não seja possível saber quem tinha efetivamente razão, o próprio fato de que a diretoria do Bonsucesso julgasse que Leônidas poderia estar sendo perseguido mostrava a desconfiança e má vontade que pairava então sobre jogadores como ele. Ainda que àquela altura ele estivesse longe de ser o único jogador negro a alcançar sucesso nos campos, Leônidas foi mais um dos que experimentaram as dificuldades de conquistar espaços antes restritos aos jovens brancos vindos de famílias de posse – tendo sido suspenso por 30 dias por conta desta expulsão.

A alimentar má vontade em relação a jogadores como Leônidas estava um tema que, àquela altura, dividia o mundo esportivo brasileiro: a crescente profissionalização do futebol. Ainda que continuasse formalmente amador, portanto restrito a atletas que tivessem meios próprios de sobrevivência, o futebol havia se consolidado ao longo da década de 1920 como alternativa profissional para jovens de baixa renda – naquilo que *sportman* como Marcos de Mendonça, ex-goleiro do Fluminense, definiam no período como o resultado da “substituição gradativa dos princípios idealistas pelos utilitaristas entre as classes moças”.⁶⁹ Por ser um dos beneficiados maiores deste processo, Leônidas da Silva personificou também a reação a ele, expressa nas seguidas denúncias que teve que enfrentar em seus primeiros anos nos campos. Poucos dias após o episódio da expulsão, por exemplo, ele foi acusado de tentar embarcar para a Europa junto com Jaguaré – um goleiro que havia se destacado pelo Vasco e que naquele ano começara a atuar profissionalmente pelo Barcelona – para se profissionalizar no

exterior. “De que modo obteve Leônidas da Silva os recursos pecuniários para tornar efetiva esta viagem, sabido ser ele um rapaz pobre, sem grande emprego e desprovido de recursos suficientes para um tal empreendimento?”, perguntava-se um dos denunciante.⁷⁰ A própria origem social do jogador era assim usada como prova de sua culpa, que fazia dele um dos alvos preferenciais dos defensores do amadorismo.

Acusações como estas marcariam os primeiros anos da atuação de Leônidas nos campos. Em março de 1932 surgia uma nova suspeita: a de que Leônidas teria participado de um jogo em benefício do mesmo Jaguaré, atuando junto com um jogador já profissional.⁷¹ Ainda que ele negasse, o *Jornal dos Sports* informava que em vista de tal participação no jogo ele poderia ser “declarado profissional”, ficando impossibilitado de jogar nos principais clubes e campeonatos do Brasil. Se o caso ajudava a colocar em pauta a necessidade de profissionalização do futebol brasileiro, o próprio Leônidas tratava de se afastar do movimento para se proteger – afirmando não acreditar “que esse movimento em prol do profissionalismo dê resultado”, e que não trocaria “as regalias que o título de amador” conferia aos jogadores para se sujeitar “aos incômodos do profissionalismo”.⁷² De nada adiantou, porém, sua prudência. Por mais que o primeiro relator do inquérito reconhecesse que “não houve possibilidade para chegar-se à conclusão provada dos fatos”,⁷³ a desconfiança permanente em relação a jogadores como ele se mantinha. Como resultado, em 1933 o caso foi levado até o Conselho de Julgamentos da Confederação Brasileira de Desportos, que acabou por decidir pela eliminação de todos os jogadores que supostamente haviam participado daquela partida do seu quadro de amadores.⁷⁴ Nas palavras do próprio Leônidas, em entrevista concedida décadas depois, ele era “considerado profissional sem a existência ainda deste regime no Brasil”.⁷⁵

A origem social não era, no entanto, o único motivo da má vontade de parte da imprensa e dos dirigentes esportivos nacionais

para com Leônidas. Como ele, muitos outros atletas de destaque já faziam do futebol um meio de ascensão social, sem serem alvos da mesma má vontade dedicada ao jogador do Bonsucesso. Para além de sua condição social, que gerava a suspeita do profissionalismo disfarçado, pesava ainda contra o ele o fato de ser um atleta negro. Por mais que tenha se iniciado nos campos em um momento no qual a marca de negritude começava a ser valorizada pelos homens de letras (VIANNA, 1995; LOPES, 2009; DANTAS, 2010), muitas das acusações lançadas contra ele nos primeiros anos de sua trajetória mostravam que Leônidas, apesar do sucesso alcançado nos campos, não fugia da suspeita generalizada que costumava recair sobre as pessoas de sua cor.⁷⁶

Era o que mostrava um caso ocorrido em março de 1932, quando Leônidas foi deliberadamente cortado do selecionado carioca que enfrentaria um time uruguaio que excursionava pelo Rio de Janeiro. Além da deliberação dos jogadores do América F.C., que decidiram “não treinar no quadro em que figurasse Leônidas” pela imagem negativa que tinham do jogador,⁷⁷ esta decisão dos dirigentes esportivos cariocas foi tomada “em virtude de denúncia feita em desabono de sua conduta”, como explicava um redator do jornal *A Noite*.⁷⁸ O caso foi explicado no dia seguinte pelo *Jornal dos Sports*: após a excursão à cidade de Santos de um combinado olímpico do qual Leônidas havia feito parte no início daquele mês, “surgiu a história complicada de uma joia perdida por certa dama, que alega ter sido a mesma achada por Leônidas e não restituída”.⁷⁹ Ainda que a acusação não tivesse nenhuma prova, ela bastou para que a Associação Metropolitana de Sports Atléticos tirasse o jogador do selecionado que iria na disputa internacional, e para que o próprio Bonsucesso, seu clube, instaurasse um inquérito para averiguar o caso.

⁸⁰

O presidente da Confederação Brasileira de Desportos, responsável pela excursão do combinado olímpico, chegou a enviar um ofício à Associação Metropolitana do Esportes Atléticos do Rio de

Janeiro atestando que Leônidas havia se portado “com disciplina e exemplar comportamento”. O mesmo fez o Delegado Regional da Polícia de Santos, que escreveu ao Bonsucesso para negar a ocorrência de qualquer problema.⁸¹ Por mais que tais testemunhos levassem os redatores do *Jornal dos Sports* a reconhecer que “a acusação não tinha fundamento” a diretoria da entidade carioca resolveu ainda assim “instaurar rigoroso inquérito” para apurar o caso.⁸² O jogador se viu obrigado a prestar depoimento junto com outros atletas da delegação, permanecendo no foco da acusação por semanas. Ao fim da investigação, na qual todos os depoentes atestaram a falsidade da suspeita, o inquérito foi concluído com o reconhecimento de que o jogador nada fizera de errado.⁸³

Em paralelo ao sucesso alcançado nos campos, casos como estes mostravam a Leônidas os limites ainda existentes para a afirmação esportiva de alguém como ele no Brasil do início da década de 1930. Impedido de continuar a jogar os principais campeonatos brasileiros por ter sido declarado profissional, e alvo constante do preconceito e da discriminação por conta de sua cor, só restava ao jogador tentar a sorte em outros centros esportivos nos quais estas questões não aparecessem como impedimentos para o desenvolvimento de sua carreira. Mesmo celebrado em dezembro de 1932 pela conquista da Copa Rio Branco, ele resolveu, no início do ano seguinte, se mudar para o Uruguai, onde o futebol já era profissional, para jogar pelo Peñarol – pelo qual receberia 32:000\$000 na assinatura do contrato e um salário mensal de 1:500\$00, quase quatro vezes o valor que recebia até então do Bonsucesso.⁸⁴ Por mais que já se tratasse de um ídolo esportivo, celebrado por suas vitórias nos campos, Leônidas percebia que ainda não havia espaço para o sucesso de alguém como ele no país que para trás.

De problema a solução

A saída do Brasil de jogadores como Leônidas da Silva e Domingos da Guia, que se transferiu para o Nacional do Uruguai no mesmo ano, marcou um momento de inflexão no panorama esportivo nacional. Por um lado, a acirrada competição com vizinhos latino-americanos como o Uruguai e a Argentina, nos quais o profissionalismo já era a regra, levavam os dirigentes esportivos a encaminhar a mudança do regime esportivo brasileiro rumo ao profissionalismo. Por outro, a idolatria já dedicada pela torcida a Leônidas e a outros jogadores negros evidenciava os limites da autoimagem branca e elitista projetada até então para os representantes do esporte brasileiro – em processo que, longe de se restringir ao futebol, era o fruto das conquistas dos próprios afrodescendentes em diversos campos nos anos anteriores (GOMES, 2001; ABREU, 2010; PEREIRA, 2010, p. 275-299). Como resultado, ao longo dos primeiros anos do governo constitucional de Getúlio Vargas, iniciado em julho de 1934, começava a se afirmar um novo modelo de legitimação para o esporte nacional e para a própria nação, em movimento no qual o Leônidas seria figura central.

No caso do futebol, este movimento teve como base inicial a efetiva instauração do profissionalismo no Brasil, que se iniciou pouco antes da partida de Leônidas. As primeiras iniciativas surgiram no mesmo dia em que eliminado do quadro de amadores da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos, quando os representantes do América, do Fluminense, do Bangu e do Vasco decidiram fundar a Liga Carioca de Football, já profissional.⁸⁵ Este era, porém, apenas o primeiro passo de uma disputa entre os dirigentes esportivos nacionais que se arrastaria pelos meses seguintes. Se poucos meses depois o Flamengo se juntou também aos adeptos do profissionalismo, isolando o Botafogo como o único dos grandes clubes que o combatiam, cabia ainda à amadora Associação Metropolitana de Esportes Atléticos a representação oficial do futebol carioca junto à Confederação Brasileira de Desportos.⁸⁶ Desse modo, foi somente ao longo daquele ano, quando Leônidas já estava no

Uruguai, que o profissionalismo começaria a se afirmar entre os clubes cariocas.

Por mais incipiente que fosse, o crescimento do futebol profissional no Rio de não passou despercebido a Leônidas. Depois de passar um ano no Uruguai, ele voltou ao Rio em janeiro de 1934, disposto a se transferir para algum dos clubes profissionais da cidade. Reclamando do clima e do estilo de jogo uruguaio, que teriam prejudicado seu futebol, e da saudade que tinha do carnaval, dizia não ter sido feliz no Peñarol. Decidiu por isso voltar ao futebol carioca, aceitando a oferta de 15:000\$000 de luvas e 800\$000 mensais feita pelo Vasco. Ainda que em depoimento dado décadas depois ele explicasse que não se tratava ainda de um regime de fato profissional, mas da simples “oficialização das gratificações” que os jogadores já costumavam receber como amadores, o novo estatuto do esporte nacional afastava muitas das acusações lançadas contra ele nos anos anteriores.⁸⁷

Não seria longa a trajetória de Leônidas no Vasco. Naquele ano de 1934 iniciava-se a preparação do selecionado que representaria o Brasil na segunda Copa do Mundo, a ser realizada na Itália. Ao excluir de seus quadros os clubes profissionais, a Confederação Brasileira de Desportos se via na contingência de formar um time do qual estariam excluídos os jogadores de alguns dos principais clubes do Rio de Janeiro e São Paulo, como o próprio Vasco. Frente à necessidade de garantir uma representação de qualidade, o presidente da CBD enviou ao clube um ofício no qual pedia que fosse permitido a Leônidas e a outros jogadores do clube tomar parte neste selecionado.⁸⁸ Frente à recusa dos diretores ao pedido, o presidente da Confederação procurou os próprios jogadores, oferecendo-lhes contratos profissionais. A Leônidas foi oferecido o valor de 30:000\$000 pela transferência e 1:000\$000 mensais, com passe livre ao fim de um ano. Aceita a oferta, ele se tornava oficialmente jogador da seleção brasileira.⁸⁹

Mais uma vez, o selecionado carioca contava com todo apoio do governo de Vargas. Ao receber pessoalmente a delegação antes da partida para a Itália, o presidente explicou aos jogadores a importância que via na disputa esportiva de que participariam, citando o exemplo da própria Itália: “o italiano, que se sentia deprimido antes do advento do fascismo, sente-se hoje orgulhoso de sua própria raça”, explicava Getúlio. De seu ponto de vista, era esse exemplo que deveria “guiar os sportsmen brasileiros” no campeonato mundial, em lógica que fazia do investimento físico associado ao nacionalismo o caminho de afirmação da grandiosidade de uma nação. “– O pequeno campo onde ides lutar tem contornos que se estendem até o Brasil”, afirmava o presidente, mostrando ver na representação nacional um meio de garantir o “renome do Brasil”.⁹⁰ Não parece casual, nesse sentido, que no momento do embarque para a Itália os jogadores, com Leônidas ao centro, se colocassem sobre uma grande bandeira brasileira estendida na borda do navio, em imagem reproduzida pela imprensa no dia seguinte.⁹¹

O retumbante fracasso do selecionado nacional, que foi eliminado da Copa logo em sua primeira partida ao perder para o time espanhol, não chegou a atrapalhar o projeto de fazer do futebol um meio de afirmação de uma nação forte e original. Apesar do fraco desempenho do time brasileiro no torneio, Leônidas destacava-se como o símbolo de um novo projeto de esporte e de nação. Ao fim do contrato com a Confederação, em 1935, começou a jogar pelo Botafogo.⁹² Pouco mais de um ano depois, no entanto, deu um passo importante para a consolidação da imagem que vinha construindo: a transferência para o Flamengo, que ele mesmo definia como “um fato de enorme significação na vida de qualquer jogador de football”.⁹³ Isso se devia não somente à “torcida numerosa” do clube, mas também ao projeto que sua diretoria começava a colocar em execução: instituído o profissionalismo, ele tratou de contratar os mais destacados jogadores negros do país, como Domingos da Guia, Fausto e o próprio Leônidas. A este, em especial, cabia um papel especial nesse projeto, como ele lembraria anos depois: “mudaram

minha imagem. Todos me consideravam indisciplinado, agora faziam de mim o capitão da equipe”, explicava o jogador, mostrando-se consciente do seu processo de transformação em grande ídolo de massas.⁹⁴ Como resultado, o Flamengo consolidou sua fama como “o mais querido do Brasil”,⁹⁵ sendo Leônidas o seu maior astro.

Seria mesmo na Copa do Mundo de 1938 realizada na França, no entanto, que Leônidas atingiria o ápice de seu sucesso. Se no Brasil jogadores como ele e Domingos da Guia já tinham seu talento nos campos reconhecido e valorizado a partir da aceitação do profissionalismo, foi a partir daquele evento que começou a se afirmar no exterior esta orgulhosa marca mestiça que vinha se construindo nos campos brasileiros ao longo dos anos anteriores. Não sem alguma surpresa, os jornalistas brasileiros que cobriam o campeonato ressaltavam o grande interesse do público francês pelo “excepcional jogador que chefia o grande ataque do Brasil”, e citavam o caso de torcedores que viajavam só para vê-lo jogar.⁹⁶ “Leônidas, todos sabem, foi o crack número um do campeonato”, escrevia o redator de uma revista esportiva francesa, que via nos jogadores brasileiros “a atração máxima do certâmen mundial”.⁹⁷ Em carta escrita para a revista *Sport illustrado*, o próprio jogador se dizia “contentíssimo” na França, onde estaria sendo “tratado como um Deus por esse povo gentil”.⁹⁸ Impressionado com aquele jogador de “cabelos esticados, pele escura como um grão de café torrado, pequeno de corpo”, o redator de outro periódico francês descrevia como “a magia negra”, no reconhecimento de uma singularidade expressa tanto por seu talento quanto por sua cor.⁹⁹

Apesar da derrota frente aos italianos, que impediu que o selecionado brasileiro disputasse o título da competição, Leônidas alcançava então um sucesso que já levava os jornalistas brasileiros a caracteriza-lo, em sua volta, como “o jogador mais perfeito que se poderia conceber”, cuja carreira seria “exemplo de dedicação e fulgor”.¹⁰⁰ Com uma popularidade que fazia dele um “autêntico ídolo da multidão”, era requisitado para entrevistas e propagandas,

recebendo homenagens por todos os lugares pelos quais passava.¹⁰¹ Não era de se admirar, por isso, que os ideólogos do Estado Novo recém instaurado tentassem fazer dele o símbolo do projeto de nação que tentavam afirmar. “A vitória de hoje tem um sentido: tudo pelo Brasil”, escrevia Gustavo Capanema, da do governo Vargas, em carta enviada à delegação brasileira após o jogo contra a Tchecoslováquia. “Estes rapazes criaram para nós um justo título de vaidade”, afirmava a um jornalista, mostrando ver em jogadores como Leônidas “a medida da nossa gente: dureza e agilidade no corpo e ainda impressionante resistência moral” – o que faria deles a expressão máxima do homem novo que os partidários do regime instaurado pretendiam afirmar.¹⁰² Flagrado por um repórter acompanhando pelo rádio um dos jogos do time brasileiro, ele se mostrava por isso certo de que atacante negro marcaria um gol, e fazia questão de esclarecer que era “o próprio governo” que estava “patrocinando a delegação *sportiva* do nosso país”.

Crítico do Estado Novo, o jornalista Osório Borba não deixou de atentar para o sentido da operação que se realizava. Em artigo publicado na revista *Diretrizes* poucas semanas após o regresso da delegação que foi à França, começava por reconhecer que, com sua “formação mestiça”, o futebol brasileiro teria conseguido “fazer a unidade nacional”, derrotando os representantes daquelas que eram consideradas “raças superiores”. Frente à consagração experimentada por Leônidas e seus companheiros, no entanto, não deixava de estranhar a “adesão geral e instantânea dos intelectuais”, que teriam se mobilizado “para glorificar as canelas morenas e explicar o fenômeno do interesse nacional unânime pela competição”. Além de ver nisso um exemplo de “oportunismo”, de “adesismo de última hora” que deliberadamente associava aos movimentos da política, citava o caso de um “panfletário intransigente” que “injurara Leônidas no momento da partida”, para depois “reforçar com um cliché os louvores ao poderoso moreno”. Ainda que sua crítica tivesse o objetivo de sugerir que a “intensidade da admiração das multidões pelos heróis das simples façanhas musculares” como o futebol era

fruto da falta de educação intelectual do povo, ela mostra que muitos contemporâneos se mostravam atentos para os limites e contradições da operação que tentava transformar Leônidas em um grande símbolo da nacionalidade.¹⁰³

O próprio jogador não deixava de se mostrar consciente do sentido da operação de que era objeto. Em depoimento dado décadas depois, reconhecia que somente após a boa campanha brasileira na Copa de Mundo de 1938 seu nome passou a ser celebrado em ambientes que iam muito além daquele dos aficionados pelo futebol. “Não havia, por exemplo, esta ligação da elite com o jogador de futebol, cujo conceito era de marginal”, explicava o jogador, que se mostrava atento para a atenção que jogadores como ele passavam a receber por parte de intelectuais e autoridades governamentais. Para ele seria somente a partir de então que teria havido “uma aproximação mais do governo para o futebol da nossa terra”, que de modo deliberado tentava fazer do jogo e de seus ídolos uma forma de afirmar “perspectivas nossas” para a nacionalidade.¹⁰⁴ Apagadas as tensões e conflitos que haviam marcado sua trajetória, Leônidas era transformado na expressão acabada de um orgulho nacional homogêneo e coeso, capaz de iluminar para o grande público que acompanhava seus jogos o sentido da nova nacionalidade que se tentava afirmar.

O trabalhador da bola

Atento ao fenômeno, que aumentava seu prestígio e reconhecimento, Leônidas da Silva não deixou de se colocar ativamente em relação a ele. Em artigo publicado em um grande jornal poucos meses depois de seu regresso da França, tratava de reiterar o ideário do Estado Novo, afirmando que a disciplina e a educação física seriam as bases necessárias para o sucesso do Brasil nos campos. “Havendo disciplina, principalmente, a Europa não levará vantagem”, escrevia o jogador.¹⁰⁵ O mesmo atleta que passara os

primeiros anos de sua carreira convivendo com a fama de indisciplinado tornava-se, então, um propagandista de alguns dos princípios que alimentavam a propaganda ideológica do novo regime.

Meses depois, de forma ainda mais direta, ele aparecia em uma cerimônia como propagandista do elemento que simbolizava a relação do governo Vargas com os trabalhadores: a carteira de trabalho, instituída em 1932 por decreto do governo provisório.¹⁰⁶ “Como os trabalhadores de outras profissões, os profissionais do *football* estão também amparados pela legislação trabalhista em vigor”, explicava um redator do jornal *O Globo*. Por tal motivo, os jogadores também precisariam, para ver garantidos seus direitos, da “carteira profissional do Ministério do Trabalho”, que era descrita como “um documento indispensável para todos os trabalhadores”. Em vista disso, Leônidas comparecia ao Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, criado em 1930 por Vargas, “para obter sua carteira profissional”, em ato registrado solenemente em uma foto publicada no jornal.¹⁰⁷ Em um momento no qual aquele documento era atacado por importantes setores do movimento operário, que viam nele a tentativa do governo de usurpar prerrogativas e lutas que seriam dos sindicatos,¹⁰⁸ ele se tornava propagandista da iniciativa do novo regime, assumindo o papel de símbolo do novo Brasil que se tentava afirmar.

Mais do que simples propaganda oficial, atos como estes podiam ter para Leônidas outros sentidos. Afinal, em termos pessoais nem mesmo o sucesso nos campos o livrava dos prejuízos e preconceitos decorrentes de sua cor. Era o que mostraria, em maio de 1939, uma notícia publicada no jornal *A Noite*, que tentava ao roubo de um relógio de luxo. Sem ter nenhuma base, o caso levou o jogador a publicar uma nota ao público para “repor a verdade em seu lugar”, na qual protestava contra a forma “equívoca e maliciosa” com que o caso foi tratado pelo jornal e ameaçava processá-lo em “juízo criminal”.¹⁰⁹ Poucos meses depois, um novo episódio privado, no qual

atropelou por infelicidade um transeunte, gerava manchetes sobre sua prisão “em flagrante”.¹¹⁰ Por mais que já fosse então um dos símbolos da harmonia racial que se tentava afirmar, Leônidas continuava a conviver cotidianamente com os olhares de preconceito que continuavam a colocá-lo no lugar da suspeição.

Mais grave foi o desdobramento de um caso iniciado ainda em 1935, antes da Copa do Mundo. Em julho daquele ano, o *Correio da Manhã* publicou uma denúncia relativa à emissão de certificados de alistamento militar falsificados.¹¹¹ Além de descrever o serviço militar como um “dever de todo cidadão bem compenetrado de seus deveres cívicos”, o repórter responsável pela notícia lembrava se tratar de documento necessário para a obtenção de emprego público, regra definida por decreto assinado por Vargas em agosto de 1933.¹¹² Esta exigência teria gerado um esquema de falsificação de certificados por parte das autoridades municipais que eram então responsáveis por concedê-lo. Dentre os acusados de portar certificados falsificados estava o próprio Leônidas da Silva.

Como ele mesmo explicaria tempos depois, o caso se originara de seu desejo, no início da carreira, em “normalizar” a vida, garantindo seu sustento. Aproveitando-se das “relações de amizade que tinha no governo”, planejava obter um emprego público que lhe permitisse sustentar a família após a morte recente de seu pai adotivo, o que o obrigava a ter um certificado militar. Conversando sobre a possibilidade em uma roda de amigos na qual estava também Zezé Moreira, atleta como ele, um fã teria se aproximado deles para dizer que conhecia um sargento que tratava da “regularização de tais assuntos”. Embora não precisasse de subterfúgios para isso, por ser arrimo de família, Leônidas e os outros jogadores aceitaram as facilidades oferecidas pelo sargento, supostamente ignorando que se tratava de uma falsificação.¹¹³ Descoberto o esquema, ele e Zezé Moreira viraram réus em uma ação penal cujos primeiros desdobramentos ocorrem pouco após a Copa de 1938, quando o jogador foi chamado a prestar depoimento frente ao Conselho

Permanente de Justiça.¹¹⁴ Se naquele contexto a imprensa se mostrava ainda simpática ao jogador, afirmando que ele “teve reconhecida a sua inocência”, os desdobramentos posteriores do caso nos anos seguintes se encarregariam de apontar sua participação no caso. Em julho de 1941 ele acabou condenado pelo Supremo Tribunal Militar junto com Zezé Moreira, e foi preso na fortaleza de Santa Cruz.¹¹⁵ Poucos meses depois, no entanto, seu companheiro de pena, um jogador branco que atuava então pelo Botafogo, acabou absolvido, enquanto Leônidas cumpriu sua pena até o final de março de 1942.¹¹⁶

Era em termos profissionais, porém, que se expressava mais claramente a fragilidade da posição de jogadores como Leônidas. Transformados em meros funcionários do clube com o advento do profissionalismo, eles experimentavam naqueles anos iniciais do novo sistema as dificuldades de sua condição. Acostumados ao sistema paternalista do falso amadorismo, que colocava diretores e jogadores em relação de cumplicidade, eles se viam então frente ao fosso que os separava de patrões que não admitiam “a mais leve intimidade” – como ele definia ser o caso de Alaor Prata, presidente do Fluminense.¹¹⁷ Se eles mostravam no geral não desgostar desta distância formal, descrevendo o próprio Prata como “o presidente ideal” por respeitar os jogadores como seus funcionários, em momentos de conflito trabalhista como os que Leônidas enfrentou com o Flamengo se expressavam mais claramente as dificuldades de sua condição de empregado. Além das multas recebidas por atos de suposta indisciplina,¹¹⁸ ele se via juridicamente fragilizado frente à força dos clubes no modo pelo qual estava estabelecida a relação trabalhista destes com seus atletas. Em um momento no qual o profissionalismo apenas se iniciava no futebol brasileiro, aquela geração de atletas se via diante da necessidade de lutar para garantir seus direitos como esportistas profissionais.

Foi o que fez o próprio Leônidas, usou seu prestígio em favor desta causa. Ainda que sua fama o colocasse em situação privilegiada em relação ao resto dos jogadores profissionais, com a possibilidade

de negociar contratos vantajosos com o próprio Flamengo,¹¹⁹ ele foi um dos primeiros a defender a nova categoria profissional surgida com o fim do amadorismo. Em uma série de artigos publicados em grande jornal do período a partir de abril de 1939, mostrava seu descontentamento com os que reclamavam da “pouca produção deste ou daquele jogador”. Embora reconhecesse em parte a razão dos críticos, dizia que este mau desempenho era o fruto do “esforço que se pede aos jogadores, obrigados a disputar amistosos e interestaduais quando mais precisavam aproveitar o descanso”. “Não se pode exigir mais, enquanto os jogadores não descansarem como necessitam”, defendia, chamando a atenção para a importância das férias como meio de recuperação física dos atletas.¹²⁰ A partir desta primeira reivindicação, Leônidas passaria a utilizar o espaço que lhe foi oferecido pelo jornal para trabalhar pela organização da categoria. Já no artigo seguinte, publicado uma semana depois, passou a defender abertamente “a ideia da fundação do sindicato dos jogadores”, que via como “uma necessidade”. “Todos estão sindicalizados”, escrevia o jogador, citando categorias como os barbeiros, os empregados de hotéis, os gráficos e os operários. Era a vez dos jogadores, transformados em trabalhadores da bola pelo profissionalismo, fazerem o mesmo.¹²¹ Tendo experimentado em sua própria carreira a fragilidade da posição profissional dos jogadores, Leônidas colocava assim sua projeção a serviço dos interesses de sua categoria.

De seu ponto de vista, no entanto, não se tratava de pensar o sindicato como simples elemento de combate. Mostrando-se em harmonia com lógica defendida pelo próprio Estado Novo, ele concebia o sindicato não em oposição aos clubes, que eram os empregadores, mas em associação a eles. Defendia por isso que “a função” do sindicato seria não só a de “assegurar o futuro dos cracks”, mas também a de “evitar qualquer excesso por parte dos jogadores” – que seriam “fiscalizados em sua ação pelo órgão de classe”. Ao sindicato caberia também “arbitrar” as “faltas disciplinares”, de modo a proteger tanto os jogadores quanto os clubes contra os abusos de

parte a parte. Se iniciativa anteriores de fundação de um sindicato do gênero haviam esbarrado no receio de muitos jogadores em relação aos clubes, ele fazia questão de definir sua proposta não como uma forma de “combater os clubes”, mas como um meio de estabelecer uma parceria com eles. Se o sindicato garantiria que os jogadores fossem “amparados” nas suas necessidades materiais e físicas, ele também os faria “disciplinados e respeitadores”, garantindo com isso a harmonia do esporte nacional.¹²² Era assim nos termos da legislação corporativa defendida pelo Ministério do Trabalho de Vargas, na qual a linguagem das disputas de classe era substituída pela afirmação de uma parceria e solidariedade entre empregados e empregadores mediada pelo Estado (MUNAKATA, 1981), que o jogador dava forma à sua proposta.

Pouco mais de dois meses depois da publicação do artigo, a ideia saía do papel para virar realidade. Em uma reunião realizada na sede do Sindicato dos Advogados, que contou com a presença de “elevado número de jogadores”, era fundado o Sindicato dos Jogadores Profissionais. Dirigindo a assembleia, um assistente do Ministério do Trabalho fez um discurso garantindo o apoio oficial à iniciativa, tendo ao seu lado um representante da Delegacia Especial de Ordem Política e Social que em seguida elogiou também a iniciativa dos jogadores. Chamado para secretariar os trabalhos, Leônidas declinou do convite. Na foto publicada para celebrar o ato, no entanto, é ele que aparece sentado à mesa junto dos representantes oficiais. Não por acaso, o atacante do Flamengo foi um dos escolhidos para fazer parte da diretoria da nova associação, na qual assumiu o cargo de tesoureiro.¹²³

Em artigo publicado no mesmo dia, o craque voltava a explicar sua proposta nos termos da política trabalhista do Estado Novo, reafirmando que o sindicato não pretendia “combater os clubes”. Ainda assim, passava a enfatizar de maneira mais clara a ideia de que sua criação seria “muito útil aos jogadores”, que passariam a ter “amparo dentro das leis que o país possui”. Leônidas escrevia: “Demos

um passo firme à frente e agora é tratar de ir mais longe”, clamando pela presença de um número ainda maior de atletas na segunda reunião para fortalecer a instituição.¹²⁴ Semanas depois, com o sindicato já oficializado, afirmava como ponto “essencial” da iniciativa o fato de que se criara “uma associação capaz de defender quem estiver em situação delicada”, protegendo jogadores que “não poucas vezes” se viam “a braços com dificuldades e obstáculos incontáveis”¹²⁵. Ainda que por dentro da lógica corporativa do governo de Vargas, que lhe valia o apoio oficial para a iniciativa, ele mostrava com isso os motivos de seu entusiasmo pela causa, vindos de sua própria experiência como jogador.

Não demoraria muito para que o próprio Leônidas experimentasse, mais uma vez, algumas das dificuldades às quais fez menção em seu artigo. Elas se explicitam de forma mais clara em fevereiro de 1941 durante uma excursão do Flamengo à Argentina, na qual o clube disputaria cinco partidas nas quais, por contrato, o craque negro era presença obrigatória. Com uma ruptura nos ligamentos, no entanto, ele se mostrava sem condições físicas para disputar a partida, tendo por isso se recusado a entrar em campo. Ainda que tivesse laudos médicos a ampará-lo, a decisão do jogador levou o Flamengo a excluí-lo da delegação, o que o obrigou a se manter às próprias custas na capital portenha até o momento do regresso. Na volta ao Brasil, o jogador foi ainda suspenso e multado “por atos de indisciplina”, em valor correspondente à dívida que o clube tinha então com ele.¹²⁶ Discutido por semanas na imprensa, o caso se arrastou por meses, e acabou por levar ao rompimento do contrato de Leônidas com o Flamengo no mesmo momento em que ele começaria a cumprir a pena pela falsificação do certificado militar.¹²⁷ De forma ativa, no entanto, este passou a buscar na justiça o direito ao “passe livre” que lhe permitisse negociar com outros clubes, afirmando na ocasião que “profissional de futebol não é escravo”.¹²⁸

Evidenciava-se, em atitudes como estas, os motivos que levaram Leônidas, poucas semanas após a fundação do sindicato dos

jogadores, a posar orgulhosamente como garoto propaganda da carteira de trabalho instituída pelo governo de Vargas. Amparado por um sindicato que assegurava aos jogadores possibilidades antes inexistentes em sua relação com os clubes, Leônidas fazia do discurso do Estado Novo, que tentava controlar os trabalhadores, um meio de lutar por direitos, de modo ativo e consciente. Pautado não pelo princípio do enfrentamento, mas sim da negociação, operava nas brechas de um sistema forjado para ocultar os conflitos que fazia questão de explicitar. Mostrava-se, com isso, herdeiro de uma lógica política que por tempos alimentara a luta dos antepassados de sua mãe na busca pela liberdade, e que estimulava no pós-abolição as reivindicações de cidadania por parte de trabalhadores que se divertiam em clubes carnavalescos semelhantes àqueles que ele mesmo gostava de frequentar – em um tipo de estratégia frequentemente ignorada e subestimada por aqueles que se propuseram a analisa-la (CHALHOUN, 1990; PEREIRA, 2013).

Um homem do povo

Os anos seguintes apontariam para o sucesso das escolhas e estratégias de Leônidas. Pouco após o fim do período e cumprimento de sua pena, sua luta em favor da liberdade profissional acabou por viabilizar o rompimento do contrato com o Flamengo, com uma milionária transferência para o São Paulo. Para fazer o acordo, que garantiria uma boa soma ao clube da Gávea, Leônidas exigiu que fossem respeitados seu direito de trabalhador, com o pagamento por parte do clube dos “honorários atrasados” e a devolução do valor que lhe foi tirado com a multa que considerava ilegal. Satisfeitas as exigências, o jogador se transferiu para o clube paulista, recebendo para isso o valor de 75:000\$000. Como afirmavam os jornais, tratava-se da “maior transação desde o advento do profissionalismo”.¹²⁹ A transferência de clube, pelo qual jogaria até o fim de sua carreira, atestava a importância e grandiosidade alcançados pelo jogador, que já se constituía em um garoto propaganda disputado e bem pago

para diversos produtos que queriam se associar ao seu prestígio – como brinquedos, chocolates e até mesmo cigarros.¹³⁰ Afirmava-se, com isso, o sucesso de seu caminho, que, além de fazer dele o “primeiro milionário do football brasileiro”,¹³¹ transformara um jovem negro, que convivera por toda a vida com o preconceito, em um verdadeiro ídolo da nacionalidade.

Não parece casual, nesse sentido, um pequeno episódio ocorrido na mesma viagem a Belo Horizonte no qual Leônidas tirou a foto com Getúlio Vargas. Enquanto conversava com os companheiros em um dos vagões do trem que os levava para a capital mineira, ouviu “a voz forte de um homem de cor, aparentando uns 60 anos, que perguntava em altos brados: onde tá o *tar* de Leônidas”? Embora dizendo-se “constrangido, diante da surpresa”, ele levantou para se apresentar e viu o senhor caminhar em sua direção para dizer que viajara “sete léguas a cavalo” só para cumprimentá-lo. “Foi uma das grandes emoções de minha vida”, escreveu o jogador, que décadas depois ainda guardava o caso na memória como expressão do reconhecimento de sua luta.¹³²

Por mais que continuasse a representar as aspirações do Estado Novo, sem recusar as associações que autoridades do regime tentavam estabelecer com sua trajetória, o próprio Leônidas parecia, desse modo, atento à singularidade de sua trajetória e de sua posição. Esta se afirmaria, de modo ainda mais claro, em dezembro de 1945. Após a derrubada o regime instaurado por Vargas em meio aos ventos de redemocratização vindos com o fim da Segunda Guerra, o país atravessaria naquele mês as primeiras eleições presidenciais desde 1926. Durante a campanha, Eurico Gaspar Dutra, um dos candidatos, tratou de tentar se apropriar do tipo de relação estabelecida por Vargas com o esporte, afirmando que “todo e qualquer governo não pode desprezar a questão desportiva”, que seria parte fundamental de seu “programa educativo”.¹³³ Reunidos naquelas semanas em Caxambu, onde se preparavam para a disputa de mais um campeonato, os jogadores da seleção brasileira

reivindicaram o direito de participar do pleito, ainda que estivessem fora de seu domicílio eleitoral, ganhando a oportunidade de votar na própria concentração. A maior parte dos jogadores se dividiu entre o brigadeiro Eduardo Gomes, o mais votado, e o próprio Dutra. Não foi nenhuma destas, porém, a escolha de Leônidas, que optou por votar em Yedo Fiúza, o candidato do Partido Comunista recém-saído da ilegalidade. Frente à surpresa dos repórteres, que após a votação lhe perguntaram o motivo desta escolha, o próprio jogador tratou de se explicar: “porque sou um homem do povo”, disse ele, que se assumia assim “partidário do comunismo”.¹³⁴

Ainda que a opção lhe valesse a ironia de repórteres e colunistas, que satirizavam fato de que o atacante “só quer brilhar na extrema-esquerda”, ele mostrava com isso assumir uma identidade social condizente com sua trajetória. Era a partir dela que o jogador, ao longo de toda sua carreira, definira seus caminhos, opções e estratégias, que o haviam levado a posar orgulhosamente com Getúlio Vargas na fotografia de 1938. Ainda que as motivações do presidente e do jogador se configurassem a partir de um campo de símbolos compartilhados, em constante conexão e negociação, é por este prisma da experiência que deve ser analisada a aproximação entre Leônidas e os ideólogos do Estado Novo.

Era através desta mesma lógica que o levava a exercitar sua autonomia ainda que por dentro de redes paternalistas de proteção, que ele viria a estruturar nas décadas seguintes a própria vida. Após alcançar grande sucesso jogando pelo São Paulo, o jogador decidiu abandonar os campos em 1950, tornando-se em um primeiro momento membro da equipe técnica do clube e depois seu treinador principal. Frente ao insucesso na empreitada, valeu-se de seu prestígio e de suas boas relações com diretores do São Paulo, como Paulo Machado de Carvalho, para iniciar uma nova carreira como comentarista esportivo nas rádios paulistanas. Por conta das mesmas ligações, conseguiu ainda no início da década de 1960 um emprego público na Secretaria de Trabalho do Estado de São Paulo, na qual

chegou a exercer cargos de direção por indicação do governador Abreu Sodré. Aposentado em 1983, começou dois anos depois a conviver com os efeitos do Alzheimer, doença que marcou seus últimos anos de vida. Mesmo nesse momento, no entanto, pode colher os frutos das redes de proteção nas quais se colocou, sendo amparado até a morte, em 2004, pela diretoria do São Paulo.¹³⁵ Por mais que muitos tenham tentado se apropriar de sua imagem, era assim a partir de seus próprios interesses e aspirações que Leônidas definia sua trajetória – que deve por isso ser compreendida a partir das experiências, estratégias e lógicas do próprio jogador e não daqueles que tentavam ocultá-las.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. O crioulo Dudu: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, jan-jun., 2010.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

BORBA, Osório. Foot-ball e outras coisas. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, n. 5, agosto de 1938.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

CASTRO, Celso. A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. In: CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Paternalismo e escravidão em Helena. In: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das

Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Maurício Drumond da. Os gramados do Catete: futebol e política na era Vargas (1930-1945). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.). *Memória Social dos Esportes. Futebol e Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2010.

DRUMMOND, Maurício. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FERRARI, Danilo Wenseslau. Diretrizes: a primeira aventura de Samuel Wainer. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 31, junho de 2008.

GOMES, Tiago. Negros Contando (e Fazendo) sua História: Alguns Significados da Trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, 2001.

LOPES, Antonio Herculano. Vem cá, mulata. *Tempo*, v. 13, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PARADA, Mauricio. *Educando Corpos e criando a nação*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2009.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEREIRA, Leonardo. Flor do Abacate: Workers of African Descent, Dancing Associations and Nationality in Rio de Janeiro, 1898-1914. *Journal of Latin American Studies*, v. 50, 2018.

PEREIRA, Leonardo. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Tempo*, v. 19, p. 97-

116, 2013.

PEREIRA, Leonardo. O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. (org.). *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PEREIRA, Leonardo. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RIBEIRO, André. *Diamante Negro. Biografia de Leônidas da Silva*. São Paulo: Cia. dos Livros, 2010.

SOUZA, Carlos Roberto de. Cinema em tempos de Capanema. In: BOMENY, Helena et al. *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

-
25. O Sr. Getúlio Vargas em Minas Gerais, *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1938; Os cracks brasileiros recebidos pelo Presidente da República, *Jornal dos Sports*, 20 de julho de 1938; e Estou satisfeito com vocês, *Sport Illustrado*, 27 de julho de 1938.
26. O estádio do Flamengo, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1931.
27. Pacheco recebido pelo Chefe do Governo, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1932.
28. Uma consagração aos heróis do triplo triunfo, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro 20 de dezembro de 1932.
29. Pacheco recebido pelo Chefe do Governo, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1932.
30. O passe de Domingos movimentando chefes de governo, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1934.
31. A intervenção do Presidente da República no dissídio esportivo, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 25 de março de 1936.
32. A oficialização dos sports, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro 7 de julho de 1935; O governo quer apressar a oficialização dos sports, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1937. Sobre o processo de crescente intervenção do governo federal sobre o futebol no período, ver Pereira (2000).
33. O presidente Getúlio Vargas à Nação, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1937.
34. O que está feito, está feito, declara à Noite o ministro Francisco Campos, *A Noite*. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1937. Ver ainda Pandolfi (1999).
35. Foot-ball mulato, *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de junho de 1939.
36. Aceitou o convite a senhorita Alzira Vargas, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1938.
37. O prestígio do Diamante Negro atrai parisienses a Bourdeaux, *Diário da Noite*, 18 de junho de 1938.
38. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938.
39. Da bola de meia aos primeiros cinco mil réis, *Última Hora*, 24 de março de 1964. Uma visão mais geral da trajetória de Leônidas da Silva foi apresentada pelo jornalista André Ribeiro (2010) que se utiliza também de algumas das fontes que serão aqui analisadas.
40. Minha vida é um turbilhão, *Jornal dos Sports*, 27 de julho de 1949.
41. Ver, a tal respeito, uma entrevista concedida em 1938 por sua mãe. Que Deus o guarde e o faça campeão!, *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938.
42. Conflito entre suas datas, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1949.
43. O Brasil precisa de soldados!, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro 30 de julho de 1949.
44. Da bola de meia aos primeiros cinco mil réis, *Última Hora*, Rio de Janeiro 24 de março de 1964.
45. Leônidas, fantasma das professoras, *O Globo*, 24 de junho de 1938.
46. Conflito entre suas datas, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1949; Ser

Gradin, o primeiro sonho de Leônidas, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1949; Que Deus o guarde e o faça campeão!, *O Globo*, 16 de junho de 1938.

47. Leônidas, fantasma das professoras, *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1938.

48. Que Deus o guarde e o faça campeão"! *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938.

49. Leônidas pede que se faça justiça a El Tigre, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1949.

50. Da bola de meia aos primeiros cinco mil réis, *Última Hora*, Rio de Janeiro. 24 de março de 1964.

51. Como ganhei dos pares de sapatos, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1964.

52. O campeonato carioca de atletismo, *A Batalha*, 20 de agosto de 1930; Como ganhei dois pares de sapatos, *Última Hora*, 25 de março de 1964. Sobre a figura do *sportman* ao longo da 1ª. República, ver Pereira (2000).

53. Como ganhei dois pares de sapatos, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1964; A malfadada política que vem sendo neste momento um entrave para o progresso do Sul América, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1930.

54. A despedida dos húngaros, *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1931.

55. Para o treno de hoje, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1931.

56. Um astro que surgiu na meia-esquerda do scratch carioca, *A Batalha*, 2 de julho de 1931.

57. As flores do inimigo paulista, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 de março de 1964.

58. Três lindos *goals* asseguram aos cariocas o título de campeões do Brasil, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1931.

59. Camisa 9 – Leônidas, *Realidade*, setembro de 1979, p. 136.

60. Três lindos *goals* asseguram aos cariocas o título de campeões do Brasil, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1931.

61. O ensaio de ontem do Bonsucesso, *Jornal dos Sports*, 16 de outubro de 1931.

62. As emoções da Copa Rio Branco, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1964.

63. Os brasileiros invictos na Copa Rio Branco, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1932.

64. Uma consagração aos heróis do triplo triunfo, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1932.

65. Um substituto para Leônidas no onze da AMEA, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1932.

66. Sobre a construção da imagem refinada para os *sportman*, ver Pereira (2000).

67. O *player* Leônidas, do Bonsucesso, foi suspenso por 30 dias, *O Jornal*, Rio de Janeiro 11 de dezembro de 1931.

68. Os termos em que o Bonsucesso solicitou ao presidente da AMEA a abertura de um inquérito para apurar a procedência das acusações a Leônidas, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1931.

69. Amadorismo, *F.F.C.*, 31 de julho de 1932.

70. Resenha da semana, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1931.

71. Leônidas jura que não atuou em Niterói, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 9 de março de

1932.

72. Continua intenso o movimento em torno do profissionalismo em football, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1932.

73. O festival de Jaguaré Bezerra de Vasconcelos, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1932.

74. Até que enfim, *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1933.

75. A boemia me arruinou no Uruguai, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1964.

76. Sobre a marca da suspeição generalizada que se abatia sobre os trabalhadores negros e pardos no Brasil da Primeira República, ver Chalhoub (1996, p. 15-59).

77. Com Leônidas, nunca!, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 18 de março de 1932.

78. Últimas notícias deportivas, *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de março de 1932.

79. Leônidas jogará no combinado olímpico, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1932; Leônidas alijado do scratch, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 19 de março de 1932.

80. Também o Bonsucesso, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 20 de março de 1932.

81. Afinal, nada houve com Leônidas, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1932; A reabilitação de Leônidas, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1932.

82. Afinal, nada houve com Leônidas, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1932; As resoluções da comissão executiva da AMEA, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1932.

83. Dando panos para a manga, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1932; O Leônidas ficou limpo, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1932.

84. Leônidas e Congo a caminho do Uruguai, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 21 de março de 1933.

85. Está implantado o profissionalismo no football carioca, *A Nação*, 24 de janeiro de 1933.

86. Flamengo X Fluminense, a batalha de estreia do rubro-negro no profissionalismo, *Jornal dos Sports*, 1 de junho de 1933.

87. Entrevista de Leônidas da Silva, 1976. *Museu da Imagem e do Som – SP*. [Coleção memória do futebol. Número de registro 45.01; A.035445.1; A.0345].

88. Football, *O Paiz*, 28 de março de 1934.

89. O Brasil na II Taça do Mundo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1934; Camisa 9 – Leônidas, *Realidade*, setembro de 1979.

90. Football, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1934. Sobre a ligação do governo de Getúlio com o esporte, ver Parada (2009).

91. Nossos patrícios em demanda à Itália, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1934.

92. Leônidas no Botafogo?, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro 4 de junho de 1935.

93. Leônidas diz que espera brilhar na estreia, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1936.

94. Camisa 9 – Leônidas, *Realidade*, setembro de 1979, p. 142.

95. Da força de vontade rubro-negra surgiu uma magnífica praça de sports, *Sport Illustrado*, 14 de setembro de 1938. Sobre o sentido deste processo, ver Pereira (2000).

96. O prestígio do Diamante Negro atrai parisienses a Bordeaux, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938.
97. Paris, a cidade luz, invejou Bourdeaux, *Sport Illustrado*, 6 de julho de 1938.
98. Sonhando ainda com a consagração definitiva do Brasil, *Sport Illustrado*, 29 de junho de 1938.
99. Camisa 9 – Leônidas, *Realidade*, setembro de 1979, p. 142-144.
100. O Diamante negro, *O Cruzeiro*, 25 de junho de 1938.
101. Leônidas na A Noite, *A Noite*, 17 de julho de 1938; Leônidas seguirá hoje para São Paulo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1938.
102. O campeonato mundial, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1938. Sobre os projetos do Ministério da Educação do período para “formar um *homem novo* para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade”, ver Bomeny (1999, p. 137-166).
103. Foot-ball e outras coisas, *Diretrizes*, n. 5, agosto de 1938. Sobre a revista Diretrizes e seus colaboradores, ver Ferrari (2008).
104. Entrevista de Leônidas da Silva, 1976. *Museu da Imagem e do Som – SP*. [Coleção memória do futebol. Número de registro 45.01; A.035445.1; A.0345].
105. Um scratch sul-americano venceria fatalmente um selecionado europeu, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1939.
106. BRASIL. Governo Provisório. Decreto n. 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Rio de Janeiro, 23 de março de 1932, p. 5338.
107. Leônidas identifica-se no ministério do trabalho, *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1939.
108. Sobre o princípio de controle do Estado sobre os trabalhadores que alimentou a criação do documento, ver Munakata (1981, p. 83-106).
109. Os relógios desapareceram inexplicavelmente, *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1939; Leônidas não está envolvido em nenhum caso de polícia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1939.
110. Leônidas preso em flagrante, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1939; Leônidas preso em flagrante, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1939.
111. Certificados de serviço militar a tanto por cabeça, *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1935.
112. BRASIL. Governo Provisório. Decreto n. 23.125, de 21 de agosto de 1933. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 8 de novembro de 1933, p. 21175. Sobre as discussões quanto a obrigatoriedade do serviço militar no período, ver Castro (2012).
113. O famoso caso do exército, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 de abril e 1964; Entrevista de Leônidas da Silva. 1976. *Museu da Imagem e do Som – SP*. [Coleção memória do futebol. Número de registro 45.01; A.035445.1; A.0345].
114. Leônidas prestou depoimento, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938.
115. Um julgamento sensacional, *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1941; Zezé Moreira e Leônidas transferidos para a Fortaleza de Santa Cruz, *Jornal do Brasil*, Rio de

Janeiro, 31 de julho de 1941.

116. O caso dos falsos certificados de reservista, *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1942; Esportes, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1942.

117. Sua excelência, o crack, *O Globo Sportivo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1941.

118. Flamengo pune, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1939.

119. Leônidas e o Flamengo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1940.

120. Jogos amistosos e interestaduais que prejudicam o padrão do football carioca, *O Jornal*, 20 de abril de 1939.

121. O sindicato não prejudicará os clubs, *O Jornal*, 1 de julho de 1939.

122. O sindicato de jogadores não será arma de combate, *O Jornal*, 27 de abril e 1939.

123. Fundado o sindicato dos profissionais de football, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1939; Walter, do Flamengo, na presidência do sindicato, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1939.

124. O sindicato não prejudicará os clubes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1939.

125. O sindicato será um defensor dos jogadores, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1939.

126. Flamengo reduziu-me a escravo, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 de abril e 1964.

127. Leônidas será culpado?, *O Imparcial*, 1 de março de 1941; Só depois de operado, *A Noite*, 29 de abril de 1941; Intenções de franca hostilidade, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1941; Recorre Leônidas, *O Globo*, 12 de agosto de 1941; Esportes, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1941.

128. Última hora esportiva, *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1942; Realidade, setembro de 1979.

129. Cento e oitenta contos pela aquisição de Leônidas, *O Globo*, 4 de abril de 1942; Preço record para a transferência de Leônidas, *O Globo Sportivo*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1942.

130. Da primeira fila, *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de março de 1942.

131. Leônidas, o primeiro milionário do football brasileiro, *O Globo Sportivo*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1943.

132. O abraço de sete léguas, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1964.

133. O general Eurico Dutra e os problemas esportivos, *Jornal dos Sports*, 1 de dezembro de 1945.

134. Na concentração venceu o Brigadeiro, *O Globo Sportivo*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945; A bola da semana, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1945.

135. Cf. André Ribeiro (2010, p. 279-362).



Foto 1

CAPÍTULO III

Eros Volúcia

A bailarina do Brasil moderno

[Karla Carloni](#)

A dança liberta-nos, transporta-nos à natureza, à infância, à primavera do mundo. Seu exercício é fuga deliciosa das mesquinhas do mundo (VOLÚSIA, 1983).

A dança é necessária à educação: ela desenvolve a formosura, corrige imperfeições físicas, dá ritmo aos movimentos e às atitudes, conserva a saúde e predispõe o espírito para o amor e a beleza, além de ser a mais bela das artes (VOLÚSIA, 1945).

Algumas considerações iniciais

Escrever a trajetória biográfica da “mais brasileira das bailarinas” é, também, registrar um pouco da história, ainda pouco explorada, da dança cênica nos palcos nacionais. Igualmente é defender a sua legitimidade e relevância enquanto objeto dos estudos históricos. Arte que ainda recebe pouca atenção dos historiadores brasileiros quando se trata da análise do corpo enquanto instrumento fundador da experiência de vida. E é nesse sentido, em parte, que proponho a análise da vida e obra de Eros Volúcia, recorrendo, igualmente, aos seus escritos sobre si e as apreensões de contemporâneos seus. Eros era uma artista-intelectual que com o próprio corpo e por meio de estudos produziu gestos que pretendiam forjar a brasilidade em seu estado bruto e primitivo, projetando o futuro da moderna nação brasileira.¹³⁶

A bailarina é uma daquelas personagens na qual a arte e a vida se fundem de uma maneira na qual o público e o privado dificilmente poderão ser distinguidos de forma clara e objetiva. Nas narrativas sobre si, a própria Eros selecionou elementos que justificariam a sua predisposição para desvendar e estilizar as danças nacionais desde a tenra idade. É assim que ela gostaria de ser vista e é assim que muitos a interpretaram. O sentimento de missão dá coerência à sua narrativa pública. Ter a consciência desta operação talvez me ajude a enfrentar o desafio de produzir uma escrita que não reforce a mitologia e, ao mesmo tempo, não torne estéril a identidade da personagem. É uma boa oportunidade para fazer uma viagem na qual a paisagem histórica pode ser observada por outros olhos e novos ângulos (GOMES, 2004).

Diante de uma trajetória um tanto densa, foi preciso fazer escolhas. Entre as opções mais significativas para os objetivos do texto, destaco quatro: a relação com o movimento estético modernista nacional e internacional; os laços de sociabilidade estabelecidos com artistas e intelectuais cariocas engajados com proposta de renovação da arte; as relações com o governo Vargas, destacadamente na época do Estado Novo (1937-1945); e, por fim, a

representação da brasilidade no corpo e nos movimentos de Eros em terras estrangeiras. Seguindo recortes temáticos, quando possível, foi obedecida a sequência cronológica dos fatos. Recorremos a fontes documentais diversas, como os periódicos; as memórias deixadas pela própria bailarina; o acervo do Fundo Gustavo Capanema/CPDOC; e o acervo do CEDOC/Funarte.

O contexto histórico no qual a arte da bailarina emergiu, entre as décadas de 1930 e 1940, foi caracterizado pela interseção entre os anseios de intelectuais e artistas modernistas e a política nacionalista do governo Vargas. Cultura e política se mesclaram dando origem a uma rica experiência estética. Mas se partimos do princípio do caráter histórico do estatuto artístico, como medir a relação entre o espírito criativo, a subjetividade e os condicionantes do contexto, sem recorrer a excessos, nem para um lado, nem para outro? A trajetória artística de Eros, ao longo do texto, é revelada sem haver a pretensão de resolver a problemática em si e, portanto, estabelecer diagnósticos rígidos e indiscutíveis que determinem as fronteiras e as interações entre arte, artista, público e momento histórico.

As origens

Os poetas Gilka Machado, famosa por sua escrita erótica, e Rodolpho Machado, morto precocemente, renunciaram o futuro da filha ao lhe registrar como Heros Volúsia Machado. Com a carreira artística, a bailarina suprimiu a primeira letra do nome, passando a se chamar Eros, deus do amor na mitologia grega. Nada poderia ser tão revelador. A sonoridade das palavras provocava as imaginações e parece expressar, com exatidão, a personalidade da jovem bailarina.

Nascida em 1º de junho de 1914, Eros ensaiou os seus primeiros passos no antigo bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. Era determinada e, segundo os seus contemporâneos, dotada de uma beleza morena encantadora. A bailarina se definia como mestiça. A mistura de elementos indígenas, negros e brancos em seu

sangue indicariam a predisposição para a dança brasileira, de acordo com a sua própria interpretação. Era como se o determinismo biológico e do meio, associados a uma transcendência espiritual, definissem o seu caminho:

Eu não danço por informação, em meu corpo de mestiça orgulhosa da ancestralidade, bem cedo acordaram manifestações atávicas. Comecei a dançar naquele terreiro, lá dei os meus primeiros recitais. O velho 'babalaô' atribuía as minhas danças a um enviado de Yemanjá [...] (VOLÚSIA, 1939).

A arte da bailarina selecionava e representava o que considerava como as mais legítimas e originais manifestações da cultura brasileira. Em busca da síntese da nação, forjava estilizações compreendidas como capazes de representarem a unidade entre o presente, o passado e o povo brasileiro. Uma aspiração que intelectuais de gerações anteriores já havia manifestado.¹³⁷

A memória operacionalizada por Eros, em sua autobiografia, apresenta uma infância ligada precocemente à dança e à cultura popular brasileira, criando, assim, os primeiros fundamentos legitimadores do seu papel no cenário artístico. Os anos iniciais de vida teriam sido marcados por apresentações em sua casa e pelo contato direto com os ritmos das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Destacadamente o samba e as danças dos terreiros de candomblé. (VOLÚSIA, 1983, p. 38)

Mestiça e popular foram duas categorias frequentemente acionadas por Eros ao construir a sua imagem pública como representante da "raça brasileira". Para a bailarina, o balé clássico europeu não daria conta de expressar a identidade de seu povo. Haveria um sentido, quase metafísico, para a sua arte: "Seria absurdo cultivar uma arte de expressão internacional, quando toda uma raça esperava de meu corpo a realização de sua alma" (VOLÚSIA, 1983). Seja como for, o primeiro contato de Eros com a dança acadêmica se deu na escola de bailados do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, fundada em 1927, sob a direção da russa Maria Olenewa. A mestra, junto com outros bailarinos do leste europeu, havia cruzado o

Atlântico fugindo das dificuldades advindas do processo revolucionário em curso na Rússia. Posteriormente, outros profissionais também se estabeleceram no novo continente por conta da devastação da Segunda Guerra Mundial. Esses artistas e suas companhias foram, em grande parte, responsáveis pela divulgação do balé clássico e pela criação de escolas ligadas à tradição russa em vários países do novo continente, como Cuba, Argentina, México, Brasil e Estados Unidos (PAVLOVA, 2001).

A dança de Eros esteve mergulhada no processo de renovação da dança acadêmica que ocorria na Europa e nos Estados Unidos desde a virada do século XIX para o XX. Por meio de experimentações e inovações bailarinos de origens e escolas variadas buscavam uma nova forma de expressar o homem e seus sentimentos. Estavam conectados ao espírito modernista que atravessa as artes. Já no início do século XX, as experiências das norte-americanas Loie Fuller e Isadora Duncan e do russo Vaslav Nijinsky trouxeram grandes impactos. Para Huesca (2012) e Suquet (2012), os três podem ser considerados pioneiros da dança moderna. Expressionistas ou inspirados pelo primitivismo e/ou futurismo tinham propostas bastante distintas que rompiam com os padrões estéticos do século XIX e suas linhas retas cartesianas.

Estes bailarinos apresentaram as suas artes revolucionárias na cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX. Loie Fuller, em 1904; Nijinsky, junto ao *Ballets Russes*, em 1913; e Isadora Duncan, em 1916 (HUESCA, 2012; SUQUET, 2012). Eros Volúcia nasceu em 1914, não assistiu as apresentações, mas certamente entrou em contato com a atmosfera de inovações trazida pelos percussores da dança moderna, sobretudo o expressionismo de Duncan, por quem nutria particular admiração. Inspirada nas observações de imagens retratadas nos antigos vasos greco-romanos e da própria natureza, a bailarina norte-americana dançava descalça com túnicas esvoaçantes e translúcidas, libertando o corpo feminino. Buscava movimentos

compreendidos como naturais. A dança deveria ter a função de expressar as emoções, a alma (DUNCAN, 1940).

Em 6 de setembro de 1929 Eros já aparece na imprensa como integrante do elenco da opereta *A montaria*, do espanhol Jacintho Guerrero, encenada no Teatro Apollo, em São Paulo.¹³⁸ Mas o que tudo indica é que a estreia da bailarina, como representante da dança nacional, foi em 28 de setembro de 1929, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2004).

Era a “Festa da Primavera”, organizada pela Mocidade Feminina Carioca com o objetivo de celebrar a nova estação do ano e homenagear o presidente da República, Washington Luiz. O público era composto por representantes do governo federal e destacados nomes da elite da capital. Como noticiado à época, o evento foi marcado por “fortes sentimentos patrióticos”, característica de uma geração que desejava construir as bases da modernidade a partir do que era então compreendido como legitimamente popular. Assim, na ocasião, foram apresentados músicas, danças e versos que se destacavam pelo “caráter de acentuada brasilidade”. Tipos populares idealizados, como o matuto, o caipira, o sertanejo e a morena brejeira, foram apresentados ao público.¹³⁹

Jovens intérpretes, como a cantora e violonista Olga Praguer, emprestaram as suas vozes para composições marcadas pelo regionalismo e pelos ritmos considerados populares. Entre as composições apresentadas naquela noite estiveram obras de destacados representantes do universo musical brasileiro, como: J. Imberê, Catulo da Paixão Cearense, Ernesto Nazareth, Luiz Peixoto, Heckel Tavares e Olegário Marianno.¹⁴⁰

No evento destacou-se a apresentação da composição inédita “Oia a fóia no a”, de Aníbal Duarte de Oliveira e identificada como “samba típico baiano”. De acordo com Ruy Castro, Oliveira se dedicava, dentre outras atividades, a organizar *shows* beneficentes. Em janeiro do mesmo ano, 1929, ele havia lançado Carmem Miranda em seu primeiro musical, também dirigido pelo compositor Josué de

Barros, em um festival organizado no Instituto Nacional de Música (CASTRO, 2005, p. 38-44).

Eros, então aos 15 anos de idade, fez parte da apresentação de "Oia fóia no a". Número contava com o canto e a dança de um grande grupo de jovens. Ainda identificada pelos jornais como Heros Machado, a bailarina parece ter despertado a atenção do seletor público ao dançar descalça acompanhada por violões e batucadas (PEREIRA, 2004, p. 27)¹⁴¹. Surgia, assim, o mito de criação da bailarina. Segundo as memórias de Eros, ao fim da apresentação teria ocorrido um silêncio absoluto do público só rompido pelos aplausos entusiasmados do próprio presidente da República, que teria feito questão de visitá-la no camarim. Nada mais poderia reforçar tão bem a ideia de predestinação da bailarina do que o reconhecimento do próprio chefe da nação (VOLÚSIA, 1983, p. 37).¹⁴²

No final do ano seguinte, a jovem, já identificada com o seu nome profissional, aparece nos jornais como integrante da Companhia Regional Brasileira. Em 1º de janeiro de 1931, estreava no teatro Cassino (RJ) as peças "A voz do violão" e "O disco no sertão". Ambas do compositor e músico Freire Júnior, um dos maiores autores de revistas musicais da época. As revistas, espetáculos importantes na vida cultural da então capital federal, se multiplicavam pelos teatros e cassinos, empregando muitos profissionais. Constituíam lugares de criação e sociabilidade nos quais circulavam artistas variados e se desenvolvia uma estética tipicamente carioca, exportada como representante da brasilidade. (LOPES, 2000; BARROS, 2005).

O primeiro recital de danças apresentado exclusivamente por Eros ocorreu em 10 de abril do mesmo ano, no teatro João Caetano. Tratava-se de uma homenagem ao então interventor da capital do país, Adolpho Bergamini, designado pelo governo provisório instituído após a Revolução de 1930. O evento foi patrocinado pela Associação dos Artistas Brasileiros e contava com composições estrangeiras e nacionais.

Foram apresentadas danças expressionistas, como “Ânsia Azul”, com música de Debussy, e números que seriam inspirados na cultura popular, como lundu, jongo e samba. Destacou-se o número “Amor de Iracema” que, baseado no romance de José de Alencar, contava com composição de Antônio Peixoto Velho realizada exclusivamente para a bailarina. “Sertaneja” também foi outro sucesso da noite.

Este último número era encenado junto à composição homônima de Basílio Itiberê da Cunha. Produzida em 1869, a peça musical é considerada a mais antiga e significativa obra pianística de concerto brasileira e, igualmente, destaca-se por fazer uso de melodias folclóricas nacionais.¹⁴³ “Sertaneja” era entendida por Eros como um dos seus trabalhos de maior importância, por retratar “a mais interessante mulher brasileira”. A bailarina trazia para o palco o regionalismo e a idealização do tipo sertanejo, presentes na literatura brasileira desde o final do século XIX. Fruto do isolamento geográfico e da mistura entre bandeirantes e indígenas, de acordo com a definição mítica de Euclides da Cunha, a sertaneja era representada pela bailarina por meio de movimentos do corpo que remeteriam à sua natureza. Mais do que isso, Eros, que trazia em seu figurino uma cruz nas costas, parecia apresentar nos palcos a idealização da mulher nordestina, arredia e de grande força-física, eternizada na personagem Luzia, da obra Domingos Olímpio, “Luzia-Homem”, publicada em 1903 (VOLÚSIA, 1983, p. 45).

O espetáculo foi amplamente comentado pela imprensa carioca. A moderníssima revista *Fon-Fon!* destacou “o máximo da beleza choreographica” da jovem bailarina em “Sertaneja”.¹⁴⁴ Já o *Diário de Notícias*, de Assis Chateaubriand, um dos principais apoiadores da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas na imprensa, exalta a originalidade do requinte primitivista de Eros: “[...] dentro da melodia brasileira todo o seu ser vibra desse arrastado e arrebatamento que vive no nosso samba, no nosso jongo, no nosso maxixe de salão”.¹⁴⁵

Eros tinha grande plasticidade. Seu corpo com movimentos intensos, livres e espontâneos foram registrados por vários periódicos

e um grande número de fotos está no seu livro de memória. Percebemos um corpo pequeno que se agiganta com movimentos que rompiam profundamente com as linhas retas da estética clássica. Muitas vezes aparece descalça com longos cabelos soltos e esvoaçantes, usando vestimentas sempre ornadas com muitos adereços ou, no caso das danças expressionistas, com túnicas, tal como Duncan e Loie Fuller. Os figurinos eram temáticos, em “Caboclinho”, por exemplo, usava um cocar, uma saia com penas e um pequeno arco e flecha. Em “Macumba” usava um bustiê feito de contas e uma tanga toda enfeitada com franjas que acentuavam os movimentos de seus quadris. Pernas e barrigas a mostra davam um ar, às vezes, de sensualidade, e, outras, de primitivo. Características que apareciam mescladas no corpo da jovem bailarina. Em “Dança Selvagem”, Eros fazia movimentos embrutecidos e primários que foram registrados no documentário da década de 1940, “As Rainhas do Bailado”.¹⁴⁶

Outro importante figurino usado por Eros era o de baiana. De forma estilizada a bailarina representava as quituteiras de Salvador que, idealizadas, já estavam presentes nos palcos dos teatros cariocas desde o final do século XIX. Sensual e matreira, o ícone da representação da brasileira no imaginário ocidental foi eternizado por Carmem Miranda nos cassinos e, principalmente, em Hollywood. Curiosamente, os famosos movimentos ondulantes das mãos da pequena notável, segundo as memórias Eros, teriam sido criados pela própria bailarina na coreografia “Cascavelando”, na qual imitava os movimentos de uma serpente. E, posteriormente, “teriam sido emprestados” a *it-girl* brasileira.¹⁴⁷

Entre o passado primitivo e o futuro moderno: o corpo mestiço

Na imprensa o termo folclore era frequentemente associado à dança de Eros. O interesse pelos aspectos culturais, considerados legitimamente populares,¹⁴⁸ era corrente desde a geração de

intelectuais de 1870 (ABREU, 2016; CARLONI, 2018). Em 1940, uma edição da *Pranove*, revista ilustrada da rádio Marink Veiga e dedicada a notícias sobre cultura, publicou um texto da folclorista Mariza Lira sobre a arte de Eros Volúcia. Segundo Moraes (2006), a historiadora da música fazia parte de um grupo de pesquisadores dedicados ao estudo da música brasileira moderna urbana. Ela pertencia à chamada segunda geração de folcloristas e reafirmava a condição científica do folclore, definindo que a produção musical brasileira estaria diretamente relacionada com as condições raciais e mesológicas.

Discurso que se aproximava ao de Eros, que definia quase um determinismo biológico e geográfico para justificar a sua predisposição para a dança brasileira. Raça e meio seriam, assim, determinantes na música e na dança retomando teorias científicas do século XIX. Para Mariza Lira, a bailarina era justamente o elo entre o passado primitivo brasileiro e o presente.¹⁴⁹

A proposta de Eros não era isolada. A busca de homogeneidade étnica e cultural por meio da música e da dança foi uma característica comum aos países latino-americanos. Ao longo da formação dos seus modernos Estados Nacionais, a realidade de uma sociedade multiétnica aparecia muitas vezes como um entrave. Neste sentido, houve a construção de um paradigma de história nacional caracterizado pelo ideal de uma sociedade com formação multiétnica harmônica na qual, porém, frequente e contraditoriamente, sobressaía a imagem e a cultura do homem branco como fundadoras da civilidade. No caso brasileiro, devido à peculiaridade de seu processo histórico, esse movimento teve início mais tardiamente (QUIJAD, 2000).

Chasteen (2004) identifica que as danças e as músicas, tidas como representações do “gênio nacional” de cada país, foram resultado de um processo de seleção e enquadramento atrelado à independência e ao sentimento nacionalista. Desde a segunda metade do século XIX, em países como Argentina, Brasil e Uruguai, foram realizadas operações de memória que tenderam a congelar no tempo

e no espaço as danças e seus ritmos como representações fechadas e concretas da identidade coletiva (KARUSH, 2012).

No contexto da Revolução de 1930 e do governo provisório de Getúlio Vargas, essas reflexões se renovaram e ganharam contornos políticos, tornando-se assunto a ser tratado pelo próprio Estado. A arte de Eros recebeu incentivos daqueles que se sentiam comprometidos com a construção de novas bases políticas, sociais e culturais da nação. Relação que iria se aprofundar nos anos subsequentes, sobretudo a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo. O corpo moreno da bailarina representava, por um lado, o desejo de valorização da mescla étnica e cultural que daria origem a brasilidade. Por outro, e não contraditoriamente, indicava a possibilidade de construção de um passado e de um presente calcados na ideia de unidade. A arte de Eros carregava em si um propósito estético que ganhava nuances e sofria apropriações diferenciadas de acordo com as aspirações da própria artista, do movimento modernista e do novo espírito político do governo Vargas.

Em 1931, o *Diário de Notícias*, um dos principais jornais que apoiou a Revolução de 1930 e caracterizado por uma perspectiva liberal-democrática, apresentou Eros como a única bailarina brasileira com formação clássica que executava, estilizando, as “danças populares e bailados regionais”.¹⁵⁰ Já em novembro de 1933, o jornal *O Radical* fez menções elogiosas a arte nacionalista de Eros. O periódico trazia em seu cabeçalho o subtítulo “A voz da Revolução” e definia-se como um órgão destinado a defender e a propagar os princípios revolucionários do tenentismo entre os trabalhadores (FERREIRA, 2010). Na reportagem “A Salomé Moderna”, Eros recebia louvores por seu compromisso de representar “as danças da raça, e o ritmo bárbaro do povo”. Associada à sedutora figura bíblica, a nossa “Salomé dos trópicos” estaria envolta pelas danças das macumbas, tal como a dos sete véus. O mesmo jornal, durante a sua existência entre 1932 e 1954, prosseguiu fazendo análises positivas do trabalho da

bailarina, destacando sua importante contribuição para a construção do espírito nacionalista.¹⁵¹

Ainda em agosto de 1931, na Escola Nacional de Bellas Artes, Eros ilustrou a conferência “Dansas do Brasil Antigo”, ministrada pelo literato e historiador Luiz Edmundo Mello Pereira da Costa. O intelectual era conhecido por sua dedicação ao estudo da história do Rio de Janeiro e definia a dança como verdadeira expressão da cultura e, conseqüentemente, do estado civilizatório de um povo.¹⁵²

O ponto alto da reflexão abordava as “Dansas portuguesas”, os “Bailados Mediúnicos dos Índios” e apontava para o “Fator Negro”. Esse último tema constituía uma importante problemática enfrentada por gerações de intelectuais desde o final do século XIX. Com Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, consagrava-se uma percepção positiva, não sem contradições, que valorizava a contribuição da cultura negra para a formação da sociedade brasileira. A problemática da mestiçagem, da unidade das raças e do “fator negro”, todos mergulhados em uma natureza, ao mesmo tempo exuberante e selvagem, eram compreendidos, ainda, como elementos básicos para pensar a nossa civilidade. Renovavam-se, ganhando novos contornos e ritos.¹⁵³

Outro intelectual que igualmente admirava Eros foi um dos mais importantes representantes do modernismo brasileiro, Mario de Andrade. O literato considerava que a bailarina dava vida e, ao mesmo tempo, atualizava o passado das danças brasileiras. Entre as décadas de 1930 e 1940, o escritor desenvolveu valiosos estudos etnográficos a respeito dos ritmos populares, publicados, posteriormente, nos três tomos de *Danças Dramáticas no Brasil*, em 1982. Era um admirador e entusiasta da música e da dança regionais (CAVALCANTI, 2004).

Para Mario de Andrade, Eros seria a encarnação da alma do povo brasileiro e representava a união de uma cultura fragmentada e dispersa pelo território nacional. Em crítica publicada na *Estado de S.*

Paulo, o intelectual reconhecia o mérito da bailarina. Eros possuiria uma

[...] graça mestiça que lembra delicadamente os desenhos de Rugendas e Debret [...] numa primariedade tão negra, tão impressionantemente grave, que se desdobram em beleza aos nossos olhos expressões que nos atiram para as fórmulas larvares iniciais da vida.¹⁵⁴

O autor de *Macunaíma* enxergava, nas criações “deliciosas de espírito” e “de um sabor brasileiro marcado”, uma conexão com o passado primitivo brasileiro e com a cultura negra, forjando, assim, ingredientes importantes da modernidade nacional.¹⁵⁵

A deglutição da cultura estrangeira e da própria cultura local, como desejava Oswald de Andrade, outro importante nome do modernismo, era realizada por Eros no terreno da dança. O balé clássico europeu, a moderna dança ocidental e as pretéritas e atuais danças regionais e étnicas do Brasil eram digeridas. Davam origem à verdadeira dança nacional. Nesse movimento, o selvagem seria diferente do bom indígena do romantismo, remetia a um estágio de barbárie que precedia a civilização e rompia radicalmente com presente. Era o antropófago de Oswald de Andrade que, para Antônio Candido, tratava-se de uma verdadeira filosofia embrionária da cultura. Propunha-se a devoração ritual dos valores europeus, a fim de superar a sociedade patriarcal e capitalista com as suas normas rígidas no plano social e os seus recalques impostos no plano psicológico (CANDIDO; CASTELLO, 1972).

Eros elaborava em suas danças o que seriam os movimentos e as expressões deste corpo ainda não civilizado, primitivo e bruto. Tal como havia feito o bailarino e coreógrafo russo Vaslav Nijinsky, em 1913, ao chocar a plateia francesa com a sua coreografia para “Sagração da Primavera”, composição do igualmente russo Igor Stravinsky. O bailarino ao romper radicalmente com a perspectiva e a rigidez do classicismo, e trazer para o palco movimentos tão dissonantes quanto a música que o acompanhava, além de inaugurar

o modernismo na dança, sintetizava o espírito de uma época (GARAFOLA, 1989).

A transcendência enigmática da arte floresceu de forma magistral na dança. A sensibilidade e o radicalismo da sua forma moderna traziam capacidade de expressar, em movimentos corpóreos, o sinal dos tempos. Nos trópicos, o corpo de Eros faria aflorar, segundo a sua própria interpretação, os desejos de realização de uma raça que estaria ainda em vias de formação. De forma curiosa, nas apreciações de seus admiradores, Eros preenchia, ao mesmo tempo, o arquétipo de mãe da pátria e de mulher sedutora dos homens. Seu corpo moreno e mestiço representaria um país composto por uma natureza selvagem e um povo nascido de um passado sensual e violento. A nação não poderia ter como símbolo gerador uma imagem virginal, cândida e alva.

Em 1931, a revista *Frou-Frou*, homenageando Antônio Brandão de Amorim, pesquisador que havia copilado lendas amazônicas em Nheêngatú, apregoava: "Façamos o nosso classicismo indígena". Na página do artigo Eros aparece vestida como uma índia e representa uma dança que remeteria aos que na selva "não recuaram diante da luta ou da morte" e fizeram "reboar o seu grito de guerra e se atiravam sedentos de sangue e glória à chacina".¹⁵⁶

Já em 2 de julho de 1932, a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem especial, "A Salomé Contemporânea". A moderna revista pertencia a Assis Chateaubriand. Mais uma vez a bailarina era associada à personagem bíblica. Os tributos de mulher sensual e primitiva emergiam. O texto da reportagem é do escritor José Vicente Payá, que definitivamente encantado e seduzido pelas "orgias espirituais e barbaras" encenadas por Eros, define a bailarina como "[...] deusa, vestal, bruxa, santa, cortezam, escrava e rainha ao mesmo tempo". Compara-a, ainda, à Isadora Duncan.¹⁵⁷

Payá insere Eros nos mais variados arquétipos femininos presentes na cultura ocidental e, ainda, deixa registrada uma definição do literato Gilberto Amado, diante da potência artística da brasileira:

“Sem exagero nenhum, estamos diante de um gênio. A arte de EROS é sonho, e se entre nós tivesse importância as coisas da arte, poderíamos afirmar que ella é uma das raras realidades do Brasil”.¹⁵⁸

Já em 1938, com sua carreira consolidada, a bailarina seria retratada como “Madona Marajoara” pelo pintor ucraniano, radicado no Brasil, Dimitri Ismailovitch. Na atmosfera de valorização da cultura indígena de tempos remotos, a estética marajoara havia se tornado moda nos centros urbanos. Sua presença na *Art Déco* brasileira sobressaía e dava originalidade.¹⁵⁹ No pincel do artista, Eros era associada, novamente, aos arquétipos de mãe e guerreira da natureza. Antíteses que sintetizavam um corpo mítico que pretendia gestar uma raça e sua pátria.¹⁶⁰

Ainda em novembro de 1933, após as suas primeiras apresentações para o grande público, a bailarina estreou no Teatro Cassino um novo espetáculo que estava dividido em duas partes. Em “Dança Selvagem” ela argumentava que trazia movimentos bárbaros, autênticos dos selvagens brasileiros. De acordo com Roberto Pereira, na ocasião os solos de piano ficaram sob responsabilidade do professor Arnaldo Estrela, os figurinos foram de Oswaldo Teixeira e o Conjunto Típico era o de Pixinguinha (PEREIRA, 2004, p. 31). As críticas foram arrebatadoras. O *Diário de Notícias*, também pertencente à Chateaubriand e que registrava todos os passos da bailarina, comemora os números apresentados como “encarnação de nossa Pátria”. Eros teria conseguido interpretar o que até aquele momento ninguém havia ousado fazer, devido à dificuldade do ritmo e da expressão, “um tanto bárbara” e com cadência difícil, dos “bailados peculiares ao povo e natureza do país”. O “ardente patriotismo” e a habilidade única fariam de Eros “[...] sacerdotisa desta nação, poética, bizarra e misteriosa”.¹⁶¹

No *Jornal do Brasil*, crítico do governo provisório de Vargas e defensor da reconstitucionalização, Eros aparece como a única preocupada com as coisas do Brasil em um movimento nacionalista “muito natural”. E é com esse mesmo tom que boa parte da imprensa

constrói a imagem pública de Eros: representante e tradutora da alma nacional. Era a “bailarina do Brasil” que unia a natureza selvagem com a alma bárbara dos índios e negros.¹⁶² Já em 1934, Eros aparecia nas páginas da revista *Fon-Fon!* como a extraordinária artista que revelou um Brasil coreográfico “[...] que vivia latente na sensibilidade e no gênio de nossa raça”.¹⁶³

Críticas ao selvagem

Apesar do sucesso da bailarina, os círculos mais conservadores rejeitavam os elementos populares estilizados pela arte de Eros que tanto entusiasmavam as vanguardas modernistas e os intelectuais nacionalistas. Consideravam grotescas as danças de matriz cultural negra ou indígena. O gosto por essas representações, mesmo que de forma estilizada em um “corpo branco”, seria um retrocesso no nosso processo civilizatório. Para uma parcela da elite os “ritmos bárbaros” não deveriam representar de forma alguma o bailado nacional, especialmente diante do mundo ocidental.

Um destes críticos foi Oscar D’Alva, que mantinha uma coluna sobre arte na revista *Fon-Fon!*. Ao tratar da conferência de Luiz Edmundo, que contou a apresentação de Eros, o crítico foi mordaz. Não depreciava a qualidade da pesquisa do historiador e nem a habilidade da bailarina, mas criticava o fato do evento ter revelado aspectos da cultura nacional que mereceriam ser rejeitados e esquecidos.

Para Oscar D’Alva a arte “de incultos, de índios e pretos” deveria ser abandonada, pois quem teria feito a sociedade brasileira seria o elemento ocidental europeu. Desta forma, o atestado de civilizado do Brasil seria, dentre outros aspectos, o fato de seus habitantes não falarem “[...] nem Guarany, nem mandingo, ou outras quaesquer línguas de caboclos e negros, mas ou menos civilizados”.¹⁶⁴

Já em outras ocasiões, Oscar D’Alva parece ter se dobrado ao sucesso das danças de matriz-africana. Porém, Eros teria a qualidade

de ter purificado as representações selvagens. Mesmo assim, o crítico insistia que a habilidade empírica da bailarina deveria ser polida e passar pelo refinamento das escolas estrangeiras de dança acadêmica. Os bailados expressionistas, como “Mariposa na Luz”, dançado ao som de composição homônima de Villa-Lobos, seriam os que verdadeiramente revelariam a capacidade da jovem artista. Os batuques e os sambas, mesmo estilizados, seriam grosseiros e só agradariam os instintos inferiores dos homens, a “nossa animalidade”.

¹⁶⁵

Posicionamento semelhante era de Mário Nunes, presidente da Associação Brasileira de Autores Teatrais e crítico do *Jornal do Brasil*, periódico no qual manteve uma coluna por mais de 50 anos. De acordo com Roberto Pereira, Nunes recusava a proposta de um bailado nacional que não respeitasse os cânones do balé clássico que havia se difundido na capital federal com a bailarina Maria Olenewa. De quem era um grande admirador e incentivador (PEREIRA, 2003, p. 71).

Em abril de 1941, o crítico protestava contra os bailarinos que compunham o corpo de baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro e atuavam em outros espaços artísticos, como os cassinos e *nights-clubs*. Os representantes da dança clássica ao buscarem complementação para os seus rendimentos, “sonhando com a glória de Eros Volúcia”, apresentariam, de forma grotesca, maxixes e sambas. Danças que somente interessavam ao corpo “da cintura para baixo” e promoviam a “excitação de instintos inferiores”.¹⁶⁶

Vale destacar, também, a polêmica entre Theophilo de Barros Filho, do jornal *Dom Casmurro*, e um crítico, apenas identificado como Juracy, do conservador e direitista *Gazeta de Notícias*. O primeiro periódico reunia intelectuais dedicados, sobretudo, a crítica literária, como Jorge Armado e Graciliano Ramos. Ganhou a fama de esquerdista por seu combate aos integralistas e a defesa da democracia liberal, antes de 1937. Embora tenha manifestado simpatias à Vargas e ao seu modelo de governo ao longo do Estado

Novo. O segundo periódico não escondia sua simpatia pelos integralistas e pelo nazifascismo. Possuía um tom nacionalista autoritário e chegou a acusar *Dom Casmurro* de jornal comunista (LUCA, 2015; LEAL, 2010).

Theophilo, na edição de setembro de 1937, publicou uma notícia na qual elogiava o folclore nacional com as suas músicas populares cantadas e tocadas por um grupo de artistas do norte. Defendia que deveriam, até mesmo, serem reconhecidos no estrangeiro.¹⁶⁷ Em resposta um jornalista do *Gazeta de Notícias* criticou duramente a percepção do colega de profissão. Apesar de reconhecer “verdadeiro folclore brasileiro”, “cantado por todo o povo”, afirmava o seu desprezo pelas composições musicais dos nortistas mencionados pelo jornalista de *Dom Casmurro*. Esses seriam apenas responsáveis por “simples estilização [...] sincopes violentas, gritos histéricos, estrebuchos horríveis”. O autor defendia uma cultura popular idealizada e congelada no passado brasileiro, tal como a corrente modernista Verde-Amarelista, integrada por, dentre outros nomes, Plínio Salgado. Não admitia a dinâmica constante e transformadora de qualquer manifestação cultural e, conseqüentemente, a estilização. Terminava a sua crítica bradando: “O Brasil é nosso!”.¹⁶⁸

Em réplica, Theophilo de Barros despreza o “jovem rapaz”, identificado apenas como “Juracy”, que teria dito “tanta bobagem e coisa errada”. Entende que certamente havia sido alvo da cólera do colega por justamente ser nortista. E, em tom de deboche, concluía que o jovem, ao rejeitar a cultura do norte em sua forma estilizada, era, portanto, crítico das coisas produzidas e pensadas por aqueles que se inspiravam e admiravam o popular oriundo daquela região, como a própria Eros Volúcia. Listava ainda, nomes como: Mario de Andrade, Luciano Gallet, Hekel Tavares, Braguinha, Villa Lobos, Francisco Mignone, Jorge Amado, Catullo da Paixão Cearense, Olga Paguer e Peixoto Velho.¹⁶⁹

Os limites da incorporação dos elementos da cultura popular nem sempre eram tão flexíveis. Críticas, como as expostas, revelam

conflitos nas narrativas sobre o passado e, conseqüentemente, a construção da identidade da nação no presente, que reverberavam no campo das artes. Os diferentes posicionamentos indicavam as disputas e as divergentes percepções do que seria “legitimamente popular”, entre as correntes modernistas e seus respectivos projetos políticos. Dos mais conservadores e autoritários aos mais progressistas, como identificou Monica Velloso (2010).

Igualmente, vale destacar, que mesmo sofrendo críticas a bailarina representava aos olhos de seus contemporâneos, a mescla racial e étnica em um corpo entendido como branco. Residindo aí, também, os limites do discurso racial brasileiro. Realidade bem ilustrada pela carta remetida à Capanema e ao Ministro da Justiça, pelo general de Brigada Benício da Silva, em 1945. No documento o oficial não esconde o seu descontentamento diante de um espetáculo no palco do Cassino da Urca, onde o Brasil era representado por outro tipo de estereótipo feminino: uma “[...] mulata com lúbricos e imorais meneios das cadeiras, gestos só tolerados em teatrinhos de ínfima categoria”. O general cobrava uma ação repressora, pois, apesar de afirmar reconhecer a importância dos escravos para a construção do país e dos soldados negros, defendia que o “tipo nacional verdadeiro era o branco”, sobretudo diante de plateias estrangeiras. Assim, “[...] fazer do preto, do mulato, o tipo nacional [...] é inadmissível e merece uma repressão severa”.¹⁷⁰

O estúdio Eros Volúcia e o teatro: vanguardas, diálogos e experimentações

A inspiração de Eros teve origem em um meio no qual jovens artistas buscavam a autêntica estética da brasilidade. Segundo as memórias da bailarina, o seu “amor à Terra” seria autodidata na pesquisa e na criação. Contudo, a experiência integrava um amplo e heterogêneo movimento de “olhar para dentro”.

Esses jovens podem ser classificados, como propõem Capelato, como “artistas intelectuais”. Ao analisar a geração latino-americana de 1920, a pesquisadora destaca a atuação na produção de manifestos, na criação de revistas, na grande imprensa e nos debates sobre o papel da arte e das possibilidades do campo artístico na construção da modernidade cultural. Comportamentos que podem ser estendidos às décadas de 1930 e 1940, no Brasil. Eros fazia parte desse universo (CAPELATO, 2009b, p. 252).

Havia na cidade do Rio de Janeiro uma vigorosa rede de sociabilidade nos espaços dos salões, teatros e cafés. A troca de ideias era uma constante entre diversificados artistas plásticos, bailarinos, escritores e músicos. Buscavam encontrar as linhas estéticas e definir o sentido da modernidade brasileira (GOMES, 2004b, p. 80-106; VELLOSO, 2010). Ao longo da carreira, os bailados criados por Eros frequentemente contaram com músicas de compositores brasileiros contemporâneos, ou, às vezes, de gerações anteriores. Todos caracterizados pela inspiração em temas nacionais. Entre eles estavam Villa-Lobos, Zequinha de Abreu, Nepomuceno e Frutuoso Vianna. A dança rendeu parcerias destacadamente com os maestros e compositores J. Otaviano (João Octaviano Gonçalves), da Escola Nacional de Música, e Antônio Peixoto Velho, autor de sambas, polcas e choros. Para Eros o primeiro compôs, dentre outras obras, “Yara”. Já com o segundo, houve a criação de um dos mais famosos bailados da bailarina, “Macumba”, inspirado, segundo ela, em pesquisas de “temas feitichistas”. Os dois músicos procuravam revelar uma musicalidade comprometida com o que seria o mais importante da cultura nacional. Compunham temas pátrios com os sons da brasilidade (VOLÚSIA, 1983, p. 41-38).

No início da década de 1930, a casa da então prestigiada poetisa Gilka Machado transformou-se em verdadeiro ponto de encontro de artistas. Alguns ainda muito jovens. Eram realizadas festas, exposições, números de literatura e dança, com o objetivo de promover a arte nacional. Os jornais noticiavam com entusiasmo as animadas reuniões

no então chamado “Estúdio Eros Volúcia”, um sobrado na Rua São José, número 87. Apesar de não ter muito recursos, a família promovia encontros denominados “Hora Literária e Artística” que reuniam nomes como Cecília Meireles e José Oiticica.¹⁷¹

Em janeiro de 1933, por exemplo, jovens pintores do Núcleo Bernadelli tiveram as suas obras reunidas no estúdio. Era a “Exposição dos Seis”, uma homenagem ao mecenas Paschoal Carlos Magno. Eram artistas que, reunidos por espírito de camaradagem, confrontavam a Escola Nacional de Belas Artes propondo liberdade de expressão artística. Suas obras se destacam até hoje como uma importante referência na renovação estética e temática no campo das artes plásticas no Brasil.¹⁷² A inauguração do evento contou com a dança de Eros, com poemas recitados por sua mãe e, ainda, com a prestigiada presença da então primeira dama do país, Darcy Vargas. Outros nomes de destaque também estiveram presentes, como os escritores Tasso da Silveira e Viriato Correia que, igualmente, recitaram poemas. E, o já citado, José Oiticica.¹⁷³ Já no dia 22 do mesmo mês, o studio promoveu uma grande festa da música popular brasileira. Na ocasião estiveram presentes vários nomes prestigiados, dentre eles, Carmem Miranda, Lamartine Babo, Noel Rosa, Moreira da Silva, Jorge Murad e Assis Valente.¹⁷⁴

O Studio Eros Volúcia era um destacado espaço de sociabilidade, proporcionava momentos nos quais se debatiam os ideais e o papel da arte. Esse espectro já rondava a cidade desde o início do século e, no contexto após Revolução de 1930, ganhava contornos políticos cada vez mais acentuados. Assim, em sua própria casa, a jovem bailarina entrava em contato com valores estéticos e referências artísticas diversificadas unidas por um espírito em comum.

A bailarina também participou de montagens do “teatro sério”, destacadamente as produzidas pelo prestigiado dramaturgo Renato Viana, no Theatro Escola. Em 1934, Viana havia recebido da prefeitura do Rio de Janeiro a concessão do Teatro Cassino, onde funcionava a Escola Dramática Municipal. Os jornais indicam que o projeto fora

discutido diretamente com Getúlio Vargas, conhecido por seu interesse pela dramaturgia. O presidente apoiou financeiramente o Theatro Escola.¹⁷⁵ O ato do chefe da nação foi recebido com muito entusiasmo pela classe artística e pelos críticos que faziam a defesa de uma arte nacional renovada.¹⁷⁶

Havia uma intensa relação entre a classe artística e Getúlio Vargas. Quando ainda deputado, em 1928, Getúlio foi autor de lei que garantia os direitos autorais aos dramaturgos. Já em agosto de 1931, durante o governo provisório, o decreto 20.291 estabeleceu que empresas e casas comerciais deveriam possuir, pelo menos, 2/3 de empregados nacionais – a “Lei dos 2/3”. As duas medidas agradaram a classe artística em um contexto de luta por direitos sociais e de disputa por mercado de trabalho (BRASIL, 1928; 1930; BARROS, 2005).

Eros, junto a outros artistas, fazia parte do grupo reunido por Viana. A bailarina ficou responsável pelo desenvolvimento dos aspectos ligados à dança. O projeto teve um breve período de existência, porém, relevante em termos de inovações e debates de ideias. Uma das finalidades do projeto de Vianna era: “[...] reivindicar para o teatro os seus direitos políticos, rítmicos e picturais, pela influência do Ideal da Música, da Dança e da Cor, fundidos na obra dramática”.¹⁷⁷ Uma arte total e politicamente engajada, característica comum aos modernistas.

Dentre outras participações no projeto, Eros fez parte do elenco da peça “Sexo”. Uma reflexão desafiadora a respeito da moral da sociedade. Tratava-se da adaptação de um texto escrito por um médico, com temas freudianos. Em outubro de 1934, um comunicado oficial do Theatro Escola definia a peça como:

[...] um drama de várias vidas, oriundo da discordância profunda entre a ânsia de liberdade integral que é o despertar do homem de hoje e o jugo intolerante dos preconceitos milenares, que alimentam a hipocrisia, câncer social.¹⁷⁸

O presente, que almejava a liberdade do sujeito moderno, chocava-se com um passado caracterizado como conservador e intolerante.

A peça foi motivo de rebuliço na imprensa, sendo amplamente divulgada e enaltecida pelo crítico teatral Mario Nunes. Em sua coluna no *Jornal do Brasil*, Nunes defendia a renovação do teatro a partir da criação de uma arte verdadeiramente nacional, com o apoio do Estado. Durante o drama, Eros se apresentava dançando tema cadente. Era “Volúpia”, que ao som da composição “Angustia”, regida por J. Octaviano, se destacava como “um hino da carne à alegria do amor”, de acordo Mário Nunes. A carreira da bailarina cada vez mais passaria a entrelaçar-se com a própria trajetória do governo de Vargas. Política e cultura andavam de braços dados.¹⁷⁹

Segundo a imprensa da época, em 1936, Eros teria solicitado, ao Instituto Cultural Argentino-Brasileiro, com sede no centro do Rio de Janeiro, ajuda para promover espetáculos seus em Buenos Aires. Em 10 de julho a bailarina, junto com a sua mãe, embarcou no vapor *Estern Prince* para realizar dois espetáculos na capital portenha. Aparentemente a recepção da crítica local foi muito positiva, de acordo com os próprios recortes de jornais feitos por Eros.

O *La Prensa* comparou os bailados de Eros com as produções de uma das mais importantes companhias de dança estrangeira do século XX, o *Ballets Russes*, do empresário Sergei Diaghilev. O grupo, que havia excursionado pelas principais capitais da América Latina, revolucionou a dança acadêmica ao trazer para os palcos referências do folclore russo junto a uma estética moderna (GARAFOLA, 1989; HUESCA, 2012).

A companhia havia se apresentado em Buenos Aires, em 1913, levando, de acordo com *La Prensa*, “[...] aos domínios da coreografia culta os mais característicos elementos do baile popular oriental e eslavo, com um trabalho de estilização”. O periódico, igualmente, relacionou a dança de Eros com o trabalho do importante coreógrafo russo, Boris Romanoff, que havia começado sua carreira no teatro

Mariinsky e se estabelecido, temporariamente, junto com a Companhia de Ana Pavlova, no Theatro Colon, em Buenos Aires. Romanoff se destacava por estilizar danças locais.

A feliz comparação realizada pelo jornal portenho, nos ajuda a compreender a arte de Eros de forma mais dilatada. Como já citado anteriormente, a dança moderna internacional trazia, em uma de suas facetas, a estética primitivista. Característica das artes mergulhadas no complexo e multifacetado processo de renovação promovido pelo movimento modernista ocidental. No primitivo, de acordo com os seus entusiastas, residiriam os verdadeiros valores humanos que teriam sido corrompidos pelo capitalismo. Os trabalhadores urbanos; os camponeses; e os povos “selvagens e exóticos” das Américas, Ásia e África passaram, assim, a serem idealizados e retratados de diversas formas na literatura, nas artes plásticas, na música e, também, nas artes cênicas.

Esta realidade amplia, em muito, a dimensão da comparação entre os bailados de Eros e as produções do Ballets Russes e de Boris Romanoff. A bailarina sistematizou a sua dança de forma semelhante e em diálogo com os seus colegas pioneiros russos sediados na Argentina e em outros países do continente. Em contato com a cultura local e com as demandas estéticas das elites intelectuais e políticas, esses profissionais deram início a produções de bailados com temas nacionais. Desta forma, o primitivo, sobretudo no caso de Eros e dos bailados do Ballets Russes, destacando-se o já citado, “Sagração da Primavera”, estava longe de ser o “bom-selvagem”. Era o primitivo em seu estado bruto, quase animal.

Os revolucionários: o Serviço Nacional de Teatro e o Curso de Dança do Ministério da Educação e Saúde Pública

O grande momento de Eros Volússia se deu no ano de 1937. A Comissão do Teatro Nacional, organizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), promoveu um espetáculo exclusivo

da bailarina no Theatro Municipal, “Bailados Brasileiros”. A casa era reconhecida por abrigar os mais importantes nomes do meio artístico erudito, apreciados pela elite carioca da época.

A apresentação fazia parte da agenda de grandes eventos promovidos pelo Mesp naquele ano, como a ópera *O Guarani*, cantada, pela primeira vez, em português. Nos espetáculos, além das experiências de vanguarda, sobressaía o forte espírito nacionalista que predominava no governo Vargas. Característica que iria se acentuar após o golpe de 1937.

O Mesp foi importante na elaboração e aplicação do ideal modernista, conjugado ao nacionalismo desejoso de unir nação e povo sob o projeto de modernização.¹⁸⁰ O período em que o ministro Gustavo Capanema ocupou a pasta (1934-1945) foi marcado pela presença de destacados intelectuais e artistas, comprometidos com a ideia de construção de um Brasil moderno.

Capanema era mais próximo ao ideal de construção das bases de um Estado forte, por meio do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e ao chefe da nação. Contudo, para os artistas o Mesp significou algo além da oportunidade material. Era um espaço no qual a arte poderia ter uma função prática, revolucionária, quase pedagógica (BOMENY, 2001; COSTA, 1984, p. 81; SCHWARTZMAN; BOMENY; GOMES, 2000). Artistas e intelectuais de grande porte e representantes de diferentes orientações políticas e estéticas, como Carlos Drummond de Andrade, Candido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Anísio Teixeira, Mario de Andrade e Gilberto Freyre, eram atraídos para esse grande projeto de renovação do Estado, da cultura e, conseqüentemente, da sociedade (SCHWARTZMAN; BOMENY; GOMES, 2000, p. 84).

O incentivo do Mesp foi um importante impulsionador da carreira de Eros, principalmente após novembro de 1937. A arte da bailarina, atrelada aos seus estudos da cultura brasileira, despertou os interesses do novo regime. O Estado Novo fundamentava o seu projeto no ideal de construção de um futuro que deveria ser erigido

sobre as bases de um passado comum e harmônico, por meio da valorização das tradições do povo e de sua raça. Outro elemento importante que caracterizava a união entre política e cultura era o espaço destacado dado à natureza do país. Ângela de Castro Gomes sinaliza que o projeto do novo Estado trazia a necessidade de retorno “às riquezas potenciais e inativas do país” e um retorno à cultura original, processo a ser mediado pela elite política e que culminaria, dentre outros aspectos, na integração do trabalhador nacional. Somente dessa forma retornaríamos ao processo evolutivo interrompido com o advento da democracia liberal na Primeira República (GOMES, 2005, p. 195).

Neste contexto, o “corpo mestiço” de Eros era a união entre o passado primitivo, a natureza exuberante e voraz e as tradições populares. A artista e intelectual transitava nas redes de sociabilidade dos representantes cariocas da modernidade cultural da nação e, ao mesmo tempo, entre os representantes do novo Estado. Eram grupos com uma grande diversidade de correntes e matizes, mas não necessariamente excludentes.

A estreia de “Bailados Brasileiros” foi em 3 de julho de 1937, quatro meses antes do golpe do Estado Novo. Na ocasião foram apresentados números que já faziam parte do repertório de Eros e outros ainda inéditos. Como, por exemplo, “No terreiro de Umbanda” e “Congada”. A composição deste último era do maestro Francisco Mignone e remete ao folguedo de negros, onde danças, cantos e dramaticidade simulam o coroamento de um rei, ou de uma rainha, do Congo. Eros igualmente dançou “Lundu”; “No terreiro de Umbanda”; “Batuque”, composição de Alberto Nepomuceno; “Banzo”, de Hekel Tavares; e “Cateretê”, também de Mignone. Vale lembrar que os dois últimos músicos igualmente circulavam no Mesp e dele receberam apoio para a elaboração de estudos a respeito da música popular. Ao evento compareceram Getúlio Vargas e destacadas autoridades políticas (PEREIRA, 2004).¹⁸¹

Na ocasião, uma coluna no *Diário de Notícias* congratulou o apoio do governo à arte de Eros. O periódico, como já sinalizado, era importante defensor da democracia liberal e, assim, grande crítico de Vargas desde a instauração do Governo Provisório. A despeito do envolvimento com o Estado, a arte da bailarina, sob a perspectiva do jornal, teria a qualidade de promover, de forma pioneira, uma dança a partir de elementos do primitivismo do povo e da natureza. Eros que “[...] tudo tem colhido virgem ainda sem qualquer retoque, aprofundando-se nas origens” produziria uma obra patriótica que sintetizava toda a “[...] angústia de um povo em caldeamento, que ainda não atingiu seu caminho definitivo”.¹⁸²

Em outubro de 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, O *Radical* que, como também já sinalizado, era compromissado com os ideais tenentistas da Revolução de 1930 e grande apoiador de Getúlio, publicou a matéria “Dança Brasileira”. Escrita pelo jornalista Santa Cruz Lima, a longa reflexão alertava para a necessidade de uma arte própria e original que representasse o povo. A fraqueza artística brasileira residiria exatamente nessa ausência e pela adoção de fórmulas universais estrangeiras. Assim, Eros, a “única bailarina nacional”, teria, ao mesmo tempo, o mérito e uma missão a cumprir: revelar a nossa identidade em estado bruto. Explorando, assim, as origens raciais e percorrendo “[...] o rio histórico de nossa formação [...] ressuscitando os ritmos bárbaros que o poder da civilização sepultou”. Cruz Lima descreve as excursões de Eros pelos terreiros de candomblé da cidade de Salvador e o seu compromisso de restaurar “a alma negra”¹⁸³. O jornalista menciona, ainda, e de forma entusiasmada, o retorno da bailarina ao universo indígena por meio de obras como “Iracema”. E deixa um alerta a respeito da necessidade de uma arte com valor pedagógico, comprometida em nos conectar com o nosso passado negro e o indígena.¹⁸⁴

No projeto nacionalista autoritário do grupo político no poder pós-1930 houve o investimento em práticas que pudessem dar sustentação à formação da “nova nação” e superar em termos

políticos, culturais a “velha República” de 1889. Monica Velloso indica que o ideal de brasilidade e da renovação nacional aparecia, então, indevidamente “como o elo comum que viria a unir as duas revoluções: a artística e a política” (VELLOSO, 1997). Porém, como mostra o caso de Eros Volúcia, houve realmente uma relação entre representantes da classe artística e o Estado, muitas vezes simbiótica e, conseqüentemente, complexa de ser compreendida. Se não havia necessariamente uma estreita identificação político-ideológica, a comunhão dos ideais de renovação estética, por meio do resgate e da valorização daquilo que se entendia como brasilidade, atendia interesses de ambos, mesmo que em proporções desiguais e com finalidades distintas.

Desejando anular as barreiras entre Estado e indivíduo, o modelo corporativista encontrava no terreno da cultura formas de promoção dos seus ideais e de aproximação com o povo. Nesse cenário os espetáculos, festejos e comemorações, caracterizados por grandeza, ostentação e luxo, teriam o papel de promover e ritualizar o encontro dos governados com o seu governante. Celebravam o passado, o presente e o futuro (CAPELATO, 2009a).

Eros fez parte de alguns destes grandes espetáculos luxuosos. E, além disso, mediada pelo Estado Novo, representou o “povo mestiço” na capa da prestigiada revista norte-americana *Life* e na indústria cinematográfica de Hollywood. Certamente o interesse de Eros pela brasilidade antecede ao Estado Novo e ao próprio incentivo do Mesp. Por outro lado, é evidente que a bailarina, como outros tantos artistas, encontrou no ministério espaço para a promoção de seus ideais de arte. Além disso, e não menos importante, o Mesp representava acesso a recursos materiais e ao campo de trabalho.

Eros Volúcia, em 1938, novamente voltou aos palcos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Estava escalada para o espetáculo comemorativo do cinquentenário da Abolição da Escravatura. Um decreto-lei, emitido pela presidência da República, designava o Mesp como responsável por promover e organizar as atividades

concernentes à data. Foi elaborada uma vasta programação pelo médico Arthur Ramos, a pedido de Gustavo Capanema. Nas atividades, que se espalharam pelas principais capitais, celebrava-se de forma selecionada a contribuição da cultura africana para a construção da identidade brasileira. A data possuía grande valor simbólico para o governo que desejava apagar o passado negativo da escravidão e construir o novo trabalhador, peça central do Estado corporativista.

Durante o concerto de gala, que foi transmitido ao vivo pelo Serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação, foram apresentadas somente composições nacionais. Estiveram presentes ministros e o presidente da República. Costa Rego e Roquette Pinto abriram o evento com as suas falas. Eros dançou, dentre outros números, "No terreiro de Umbanda", "Cascavelando" e "Maracatu".¹⁸⁵

A aproximação entre Eros e o novo regime era clara. Curiosamente, na edição de 19 de novembro de 1938 do periódico *O Globo Esportivo*, a bailarina ao responder a enquete "Qual o supremo tipo masculino?", respondeu: "o corpo de Errol Flyn e o espírito do senhor Getúlio Vargas". Nada menos revelador.¹⁸⁶

Sintetizando as suas experiências e ideias, em 20 de julho de 1939, a bailarina proferiu no Teatro Ginástico uma palestra na qual apresentou um estudo a respeito da dança brasileira, material que posteriormente foi publicado em forma de livro. Afirmando um sentido de missão definidos pela ação de descoberta, registro, estilização e, posteriormente, divulgação das danças originalmente representantes do gênio nacional, a artista-intelectual revelou profundo conhecimento da história da dança cênica, principalmente do balé clássico. A conferência apresenta, paralelamente, a própria trajetória da bailarina que revela uma escrita de si coerente com o seu próprio objeto de pesquisa.

Por longas páginas Eros defendeu a consolidação de uma dança nacional, por ela inicialmente revelada, que, por sua vez, seria resultado do "fruto moreno" originário do "entrelaçamento amoroso

de três raças dissemelhantes”. Compartilhava do “mito das três raças”, marca do discurso estado novista. Desta forma, explicou as danças que considerava como principais representantes da nacionalidade e que, ao mesmo tempo, representavam as particularidades regionais (VOLÚSIA, 1939, p. 41).

Na ocasião a revista *Diretrizes* divulgou uma matéria elogiosa. O periódico de Samuel Wainer possuía nos seus quadros membros do PCB, com Jorge Amado e Rubem Braga, e fazia oposição ao Estado Novo, o que lhe rendeu episódios de censura. A reportagem, que tomava uma página inteira, apresenta os “altos e baixos” da conferência da bailarina ao lado de uma grande foto de Eros com cocar, provavelmente figurino de “Cabloquinho”, termina em tom patriótico: “Ela demonstrou que o bailado brasileiro existe e – mais do que isso – pode ser confrontado, sem receio de humilhações ou vexames, com a coreografia estrangeira. É uma dança com esplendor da terra tropical e a angústia da gente em que muitas raças se misturam”.¹⁸⁷ Assim, Eros, ao ser associada ao nacionalismo, era quase uma unanimidade entre as esquerdas e as direitas políticas da época. Ao longo de sua existência *Diretrizes* dedicou outras páginas à bailarina.

Em novembro de 1939, o jornal o *Correio da Manhã* lançou outra crítica muito positiva. Assinava o texto um dos fundadores do periódico, João Itiberê da Cunha. O crítico musical respeitado, conhecido por defender a música brasileira e a função pedagógica dessa arte, salientava que Eros havia contribuído para recuperar e estilizar as danças tradicionais “primitivas” e “selvagens” brasileiras. Danças, que por sua vez, teriam enriquecido a famosa cantora Carmem Miranda e que até então estavam esquecidas pela “preguiçosa dança nacional”.¹⁸⁸

A imprensa ligada ao regime estado-novista frequentemente destacava contribuição de Eros para a arte nacional através da valorização da cultura popular. O jornal *A Manhã*, naquele momento órgão oficial do Estado Novo, foi particularmente importante na

construção da imagem pública de Eros e de sua arte como engajadas no projeto nacionalista do governo, destacando os estudos a respeito da cultura negra.

Em julho de 1938 o periódico apresentou uma entrevista de João da Goméia. O polêmico pai de santo baiano que no final da década de 1940 se mudou para o Rio de Janeiro e obteve destaque na imprensa ao revelar aspectos da cultura afro-brasileira. Goméia igualmente chamava atenção por representar “danças de terreiro” nos cassinos cariocas, frequentados pela elite da capital. O pai de santo revelou ao *A Manhã* que Eros teria frequentado seu terreiro na Bahia e lá aprendido muito: “Muita vez ela madrugava lá no terreiro, ansiosa para aprender alguma coisa nova [...]. Ensinei a Eros, com carinho especial, tudo quanto sabia e ela participou de nossos cerimoniais, vestida de ‘baiana’”.¹⁸⁹

Ainda em 1939 o ministro Capanema convidou Eros Volúcia para assumir a direção do Curso de Ballet do Serviço Nacional de Teatro. O SNT havia sido criado em dezembro de 1937 e estava subordinado ao Ministério da Educação e de Saúde Pública. Tinha como missão a “elevação e edificação espiritual do povo” por meio das artes cênicas (BRASIL, 1937; PEREIRA, 2001, p. 69).

O curso de balé do SNT era gratuito e funcionava no Teatro Ginástico (RJ) em meio a dificuldades. A maioria dos alunos era jovem e pobre. Um documento produzido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) ajuda a compreender o vínculo da bailarina com o governo. O ofício destaca a importância de Eros por ter levado, sob o patrocínio do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, a arte “genuinamente brasileira” para a apreciação da peça-chave do Estado corporativista, os trabalhadores:

Graças ao patriotismo, ao talento e esforço de Eros Volúcia, a dança brasileira, até então ignorada, e, até bem pouco, considerada algo inferior, já conquistou o seu lugar nos palcos nacionais e internacionais. [...] já realizou espetáculos no Rio e várias exposições para operários, sendo que sob o patrocínio do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho.¹⁹⁰

Muitos alunos, contudo, tinham dificuldades de comparecer às aulas por trabalharem em espetáculos nos cassinos da cidade do Rio de Janeiro. Dentre os estudantes que passaram pelo curso de Eros estavam nomes que se destacariam no cenário artístico brasileiro, como as bailarinas Any Guahyba e Mercedes Batista e a atriz Fada Santoro (VOLÚSIA, 1945).

Os bons resultados iniciais e o prestígio da bailarina, contudo, não garantiam condições adequadas para realização do curso de dança. Tudo era muito precário e improvisado. Em 1945 Eros apresentou ao ministro do Mesp um relatório, solicitado pelo próprio Capanema, no qual expôs um balanço das atividades até então realizadas. No documento, a bailarina transformada em professora, revela de forma direta a realidade material lastimável e questiona o ministério quanto às providências necessárias para que o projeto de construção de uma verdadeira escola de dança pudesse se concretizar. Eros reclama que o curso funcionava no palco, quase sempre ocupado por companhias teatrais, do Teatro Ginástico. Faltavam no espaço “[...] amplitude, claridade, ventilação, higiene, banheiro, espelho e barras”. A bailarina foi extremamente dura nas críticas direcionadas a Capanema e cobrava o apoio do ministério:

É um absurdo que, num ambiente oficial, rapazes e raparigas se vejam obrigados a trocar de roupas atrás de cenários, a fazer exercícios clássicos em barras pequenas e mal seguras, dando com os pés uns nos outros por falta de espaço, a executar acrobacias em um assoalho imundo, a treinar saltos e respiração em uma poeira infecta prejudicial aos pulmões [...] (VOLÚSIA, 1945).

A atuação de Eros no SNT, mesmo com o fim do Estado Novo, foi bem sucedida. Mais um argumento que reforça a autonomia e o reconhecimento da importância da sua arte. Em 1948, o então ministro do Mesp, Clemente Mariani, indicou a bailarina para representar o país no Festival Internacional de Dança, realizado em Paris em maio do mesmo ano. A vigem, de acordo com as memórias de Eros, foi um sucesso que rendeu frutos além da apresentação na

Maison de L’Amerique Latine e no *Champs Elisées*. A bailarina permaneceu por seis meses em cartaz na boate *Drap D’or* e recebeu convite do diretor dos *Archives Internacionales de la Danse* para proferir uma conferência no Teatro Ópera de Paris (VOLÚSIA, 1983, p. 78-80; PEREIRA, 2004, p. 99).

Cultura Política: Eros e o papel do “artista-intelectual”

Em *Cultura Política*, revista oficial do regime e diretamente vinculada ao Departamento de Propaganda e Imprensa (DIP), Eros aparece, como não poderia deixar de ser, como representante da identidade nacional no campo da dança. Fundado em 1937, o periódico teve importante papel na difusão dos ideais estadonovistas e reunia destacados nomes da intelectualidade brasileira. A revista possuía duas missões: esclarecer o curso das transformações que vinham se processando na política e debater os valores que orientavam tais mudanças (GOMES, 1996).

A revista abrigou artigos que discorriam a respeito do que seria a legítima cultura popular. Encontramos estudos folclóricos e referências a danças tidas como tradicionais e representativas das várias regiões do país, como o frevo, o coco, o cabloquinho, o batuque, o baião e o maracatu. São apresentados, também, estudos sobre as origens e as influências indígenas, negras e europeias que teriam sido “aclimatadas” no Brasil.

Na sua primeira edição, em 1941, *Cultura Política* traz um detalhado estudo a respeito da “Evolução política e social no Brasil”. O editorial, segundo a análise da Ângela de Castro Gomes, esclarecia que a produção cultural de um país envolveria tanto a cultura erudita quanto a cultura popular. Ambas formariam o indicativo da “vitalidade de um povo” e, assim, em seu conjunto, deveriam estar, estrategicamente, sob a tutela da política. Esse, como os demais editoriais que se seguiram, indica qual era o papel dispensado aos intelectuais pelo Estado Novo: “[...] atores e criadores de bens

simbólicos, que alimentam a própria mecânica de funcionamento do poder” (GOMES, 1996, p. 135).

O nome de Eros figura no grupo dos “artistas-intelectuais”. De acordo com o estudo apresentado na primeira edição da revista, o campo artístico brasileiro ainda estaria em processo de transformação para o amadurecimento de uma arte que representasse o novo e moderno projeto político. O caminho seria longo e difícil, porém, já existiriam brasileiros empenhados em segui-lo. Como Tarsila do Amaral na pintura, Brechelet na escultura e Heckel Tavares na música. Ou, ainda, as experiências teatrais do Clube de Arte Moderna de São Paulo, as composições de Mozart Camargo Guarnierei ou Luciano Gallet e, por fim, as tentativas coreográficas iniciais da bailarina Eros Volúcia.¹⁹¹

Na edição de julho de 1941, Eros aparece, novamente, em uma detalhada análise a respeito do teatro brasileiro e da atuação da Comissão do Teatro Nacional, que deu origem ao Serviço Nacional de Teatro. O artigo de Julio Pires, intitulado “Getúlio Vargas e o Teatro”, além de elaborar uma síntese da história da dramaturgia no Brasil e demonstrar a importância dada a esta arte por Vargas, apresenta as realizações da temporada lírica de 1937. Momento no qual, como já mencionado, foi promovido o espetáculo “Bailados Brasileiros” de Eros Volúcia, sob a regência de Francisco Mignone. O texto destaca a atenção dispensada por Vargas às artes cênicas e, igualmente, a evolução deste campo a partir de sua fusão com o político.¹⁹²

Cabe refletir até que ponto a dança de Eros ao ser promovida pelo SNT pode ser entendida como uma “arte tutelada”, tal como desejavam os ideólogos do Estado Novo e alguns historiadores ainda hoje. Ou se havia limites no processo de associação, ocorrendo, como já foi dito, um jogo de interesses que não significou necessariamente uma integral adesão política-ideológica.

Naquela época, a democracia-liberal vivia descrédito mesmo na Europa, não estando no horizonte político de uma parte significativa da sociedade brasileira. Por outro lado, não devem ser

menosprezadas as possibilidades materiais que foram proporcionadas, mesmo que de forma precária, pelo novo Estado. O artista-intelectual encontrou ambiente acolhedor para a produção de uma arte comprometida com os ideais de renovação estética. O seu papel no novo cenário político era ressaltado enquanto importante peça na elaboração de valores autênticos. A relação era mais complexa que adesão ou não a um governo autoritário e, conseqüentemente, a submissão da arte aos desígnios deste.

Gomes indica que teria ocorrido um pacto de cooperação no qual o papel dos intelectuais e artistas seria o de "intérpretes do país". Eram considerados os mais habilitados a captar e expressar a "consciência coletiva". Seus "produtos" garantiriam que a vida cultural girasse em torno dos problemas nacionais e, portanto, ajudariam a solucioná-los. Sob orientação política e acolhidos na máquina do Estado, eles tinham a sua ação canalizada. Política e cultura caminhavam de mãos dadas e os modernistas seriam os mais habilitados a cumprir esse papel (GOMES, 1996).

Desta forma, no Serviço Nacional de Teatro Eros tentava interpretar a verdadeira e legítima dança nacional, condensando em seu corpo e em suas coreografias o "espírito nacional". A fusão dos costumes, tradições, raças, língua e memórias do passado gerariam a "consciência coletiva", amálgama considerado essencial pelos ideólogos do novo regime por ter um papel chave na ruptura com o passado recente. A bailarina era a intelectual que por meio do próprio corpo daria rumo ao processo evolutivo da sociedade e sua política (GOMES, 1996).

Nos cassinos e no cinema: uma bailarina brasileira em Hollywood e no front de guerra

A política pan-americanista promovida pelos EUA revelou-se nos palcos tanto daquele país quanto do Brasil. O ideal de cooperação interamericana e solidariedade hemisférica, como apresentou Gerson

Moura em seu já clássico trabalho, transpareceram no rádio, no cinema, nos jornais e no teatro e tiveram importante papel na construção de um sentimento pró-americano, principalmente no contexto da II Guerra Mundial (MOURA, 1986).

Neste momento, a dança e a música tiveram papel de destaque. Não foi somente Carmen Miranda que estrelou na "terra do Tio Sam". Outros artistas nacionais, entre eles Eros Volúcia, também mantiveram relações próximas com a indústria cultural daquele país. A bailarina foi a primeira brasileira a estampar a capa da revista norte-americana *Life Magazine*, em 1941, e participou do filme *Rio Rita* (1942), comédia gravada pela *Metro Goldwyn Mayer*, na qual encenou de forma estilizada uma "roda de macumba".

Na edição de 22 de setembro de 1941, a revista *Life* traz uma reportagem sobre a "Brazil top's dancer". Na capa Eros aparece sorridente com vários adereços. No dorso o pequeno e famoso bustiê somente de contas que se movimentavam junto com o ritmo da dançarina. Ao longo da reportagem, com muitas fotos, a jovem era apresentada como uma mestiça compromissada com as danças nativas, como as das "selvas africanas dos antepassados escravos". As imagens retratavam um corpo com vestimentas diminutas para os padrões da época. Cabelos soltos, movimentos livres e pés descalços eram acompanhados por percursionistas negros com o torso nu e tocando atabaques em torno da bela morena. Além de fazer parte de política de aproximação entre os dois países, e certamente por isso mesmo, Eros satisfazia o desejo de consumo da "cultura exótica e erótica dos trópicos" tal como já ocorria entre os europeus desde o final do século XIX.¹⁹³



Foto 2

No ano seguinte Eros embarcou para os EUA contando com o apoio direto do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, notório por seus esforços no estreitamento de laços do Brasil com aquele país. O contrato da bailarina com a *Metro Goldwyn Mayer*, uma das gigantes de Hollywood, foi orgulhosamente noticiado pela imprensa brasileira. Tudo parecia indicar que Eros seguiria os passos de Carmem Miranda, então grande sucesso nas telas e palcos dos Estados Unidos:

Partindo para os Estados Unidos, Eros Volúcia, através do grande veículo de divulgação que é o cinema, terá agora oportunidade de mostrar ao mundo inteiro que o Brasil já tem a sua coreografia original, formada exclusivamente por motivos nacionais, dentro de um ritmo puramente brasileiro.¹⁹⁴

A bailarina obteve calorosa recepção da imprensa local. Fotos da época mostram Eros elegantemente vestida desembarcando do navio. Ao lado do jornalista Gilberto Souto, dedicado a noticiar o universo do cinema *hollywodiano* para a revista *Cinearte*, Eros carregava em um dos braços um casaco de pele e um belo buquê. Raul Bopp, cônsul brasileiro em Los Angeles, recepcionou a bailarina.

¹⁹⁵

A imprensa da época e a própria Eros relataram as dificuldades na relação com os produtores norte-americanos. A bailarina fazia

questão de dançar ritmos legitimamente brasileiros e do seu próprio repertório. Foram intensas e tensas as negociações. Eros não abria mão de suas exigências. Por fim, e apesar das expectativas, a artista dançou apenas dois números, “Macumba” e a famosa composição “Tico-tico no fubá” de Zequinha de Abreu, outro importante número de seu repertório. Dividiu o palco de um grande *salon* com bailarinas norte-americanas, ensaiadas exaustivamente por ela própria, e com orquestra composta por músicos, igualmente locais, com os quais a bailarina implicava por achar que não sabiam tocar de forma correta os ritmos nacionais (PEREIRA, 2004).¹⁹⁶

Quem conhecia a arte de Eros percebia que a sua atuação estava longe do que exibia nos palcos brasileiros. Foram deixadas de lado as diminutas vestimentas usadas originalmente em “Macumba” e que fizeram sucesso na capa da revista *Life*. O famoso top composto só por contas e que dava asas à imaginação dos mais aficionados, ficou no fundo do baú levado a bordo do navio. Os americanos desejavam ver em Eros a exótica latina que povoava a imaginação e as telas de Hollywood.

Durante a sua permanência nos EUA, Eros participou das comemorações do aniversário do presidente Roosevelt na Casa Branca. Na oportunidade, de acordo com as memórias da própria bailarina, o presidente norte-americano teria declarado: “Gosto muito de seu país e dos brasileiros e quero que leve uma mensagem ao Presidente Vargas: diga-lhe que estou escrevendo uma longa carta de interesse para os nossos Países!” (VOLÚSIA, 1983, p. 62-64).

Diferentemente de Carmem Miranda, Eros não se adaptou a Hollywood. Apesar de receber propostas para contracenar em outros filmes e se apresentar em casas de espetáculos e da possibilidade de viver o *glamour* de ser uma atriz estrangeira, a bailarina retornou ao Brasil logo após o término das filmagens de *Rio Rita*. No Brasil, a Eros também atuou em filmes como *Favela dos Meus Amores* (1935), *Samba da Vida* (1937), *Caminho do Céu* (1943), *Romance Proibido* (1944) e *Pra Lá de Boa* (1949) (PEREIRA, 2004).

De acordo com Pereira, Eros tinha dois grandes números que faziam sucesso durante as suas apresentações nos restaurantes dos cassinos da capital da República. Um era “Tico-tico no fubá”, no qual sambava usando sapatilhas de ponta e deslumbrando o público. O outro era “Macumba” no qual subia aos palcos por um alçapão e dançava rodeada de percussionistas negros tocando atabaques.¹⁹⁷

No espetáculo “Ritmos do Brasil”, que estreou, também, na Urca, em novembro de 1944, Eros divide página com notícias a respeito da participação brasileira na II Guerra Mundial. O Brasil havia declarado guerra à Alemanha e à Itália, em agosto de 1942, e quase dois anos depois, em julho de 1944, a Força Expedicionária Brasileira foi enviada ao *front* de guerra. Nesse contexto a imprensa reforçava o tom nacionalista e o orgulho de ser brasileiro. As danças nacionais estilizadas pela bailarina traduziriam, assim, o que de melhor teria o nosso povo, retomando, assim, a reflexão de intelectuais de gerações passadas:

Não há nada melhor para definir as emoções populares de um determinado povo como a dança. O frevo de Pernambuco é um espelho vivo da coragem, da decisão e da vivacidade dos filhos do Leão do Norte, e as marchas carnavalescas definem bem a alegria de todos nós, brasileiros.¹⁹⁸

Durante o Estado Novo até a dança era capitaneada como parte do esforço de guerra ao ajudar a criar uma atmosfera de exaltação do orgulho nacional perante a atuação da FEB e de um mundo ameaçado pelas teorias raciais do nazismo, que assinalavam a suposta superioridade da “raça ariana” (CARLONI, 2014).

Era comum organizações e clubes civis se mobilizarem em nome do esforço de guerra e os artistas não ficaram de fora. Orlando de Barros (2010) detalha a atuação da classe artística, de forma espontânea ou por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em campanhas de mobilização, em filmes, discos fonográficos, nas emissoras de rádio e no teatro de revista. Em 27 de janeiro de 1945, por exemplo, a “Comissão Estudantil de Ajuda ao

Expedicionário e ao Estudante Convocado da União Nacional dos Estudantes” promoveu imensa festa para os expedicionários brasileiros baseados na Vila Militar do Rio de Janeiro. O evento de confraternização uniu estudantes e artistas, entre eles, Eros Volúcia, Virginia Lane, Grande Otelo e a Orquestra Tabajara. Segundo notícia publicada em *A Manhã*, durante a festa foram distribuídos presentes e cigarros e os estudantes aproveitaram o momento para “[...] chegar até aquele homem do povo que agora era soldado contra Hitler e com ele conversar [...] esclarecer-lhe sobre a função política do inimigo pardo [...]”.¹⁹⁹

A mais brasileira das bailarinas

A mais brasileira das bailarinas deixou os palcos ao chegar próximo dos 40 anos, permanecendo professora da Escola de Dança do SNT. Formou várias gerações de bailarinos deixando um importante legado artístico. Entre as suas alunas esteve a primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, Mercedes Batista, responsável pela formação inédita de uma companhia exclusivamente de dança afro no Brasil. O curso de Eros foi extinto em 1966 quando ela mesma se aposentou. A bailarina nunca se casou, permaneceu ao lado da mãe até 1980, quando ela veio a óbito. Após o episódio, Eros tornou-se reclusa, falecendo em 2004.

Sua trajetória pública é um caleidoscópio com nuances políticas e culturais diversas. A sensibilidade da artista-intelectual revolucionou o campo da dança cênica ao produzir um bailado comprometido com a estética modernista. Ela foi aceita pelas esquerdas e direitas políticas pelo teor nacionalista de sua arte, em um contexto marcado pelo acirramento dos sentimentos pátrios e ascensão do autoritarismo. Sua obra foi rejeitada, porém, pelos setores mais reacionários, nitidamente racistas.

A bailarina não pode ser reduzida a uma artista tutelada pelo Estado. De forma autônoma e original, e por meio de suas pesquisas e

reflexões, Eros encarnou símbolos compreendidos à época como representativos do caráter nacional e das suas origens. Qualidades que elevaram à condição de representação simbólica do corpo feminino que daria luz à “verdadeira raça mestiça brasileira”.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Unicamp, 2016.

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha et al (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BARROS, Orlando de. *A guerra dos artistas: dois episódios da história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BARROS, Orlando de. *Corações de chocolate. História da companhia negra de revistas (1926-27)*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

BARROS, Orlando de. *Custódio Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Funarte/Ed.UERJ, 2001.

BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y nación. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema. Intelectuais e política*. Rio de Janeiro/Bragança Paulista: Ed. da FGV/Universidade de São Francisco, 2001.

CANDIDO, Antônio; CASTELLO, J. Aderaldo. *A presença da literatura brasileira. Modernismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009a.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, 2009b.

CARLONI, Karla. Dança e identidade nacional na imprensa carioca do início do século XX: diálogos culturais e relações étnicas e de gênero. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 44, n. 2, maio-ago. 2018.

CARLONI, Karla. Em busca da identidade nacional. Bailarinas dançam maracatu, samba, macumba e frevo nos palcos do Rio de Janeiro (1930-1945). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, jul.-dez. 2014.

CARLONI, Karla. *O Serviço Nacional de Teatro e a Formação do Balé Brasileiro: nacionalismo e modernismo nos palcos cariocas (1937-1945)*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

CASTRO, Ruy. *Carmem: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, 2004. [Original encontra-se no arquivo do CPDOC-GC-164f].

CHASTEEN, John Charles. *National Rhythms, African Roots. The Deep History of Latin American Popular Dance*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

DANTAS, Carolina Vianna. A nação entre samba, cordões e capoeiras nas primeiras décadas do século XX. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, jan.-jun. 2011.

DECORET-AHIHA, Anne. L'exotique, l'ethnique et l'authentique. Civilisations. *Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines*. Bruxelas, n. 53, 2006.

DUNCAN, Isadora. *Minha Vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

EROS Volúcia: dança mestiça. Direção: Dimas Oliveira Junior e Luís Felipe Harazim. Coprodução da We Do Comunicação em realização da Rede STVS-SESC-SENAC, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qlxgwmm_kHE>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Radical. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio

de Janeiro: CPODC/FGV, 2010.

GARAFOLA, Lynn. *Diaghilev's Ballets Russes*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1989.

GARCIA, Tânia da Costa. *O "it verde e amarelo" de Carmen Miranda (1930-1946)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de Festa. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 1, 2004b.

GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/Universidade São Francisco, 2000.

GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. FGV: Rio de Janeiro, 1996.

HUESCA, Roland. *Danse, art et modernité. Au mépris des usages*. Paris: PUF, 2012.

KARUSH, Mathew B. Blackness in Argentina: jazz, tango and race before Perón. *Past & Present*, v. 216, n. 1, 2012.

LEAL, Carlo Eduardo. Gazeta de Notícias. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPODC/FGV, 2010.

LOPES, Antonio Herculano. O teatro de revista e a identidade carioca. In: LOPES, Antonio Herculano. (org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks/FCRB, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. O jornal literário Dom Casmurro e a condição do intelectual. In: ENGEL, Magali et al. (orgs.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2015.

MORAES, José Geraldo Vinci de. O Brasil sonoro de Mariza Lira. *Temas & matizes*, n. 26, 2006.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NÚCLEO Bernardelli (Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, [20--]. Disponível em:

<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo434033/nucleo-bernardelli-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 04 de jul. 2018.

PAVLOVA, Adriana. *Maria Olenewa: a sacerdotisa do ritmo*. Rio de Janeiro: Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 2001.

PEREIRA, Roberto. *Eros Volúcia: a criadora do bailado nacional*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

QUIJAD, Mónica. El paradigma de la homogeneidad. In: QUIJAD, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad e y nación. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

ROITER, Márcio Alves. A influência marajoara na Art Déco Brasileiro. Dossiê Art Déco. *Revista UFG*, ano XII, n. 8, 2010.

SILVA, Soraia Maria. *Poemadançado: Gilka Machado e Eros Volúcia*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

SUQUET, Annie. *L'évil des modernites. Une histoire culturelle de la danse (1870-1945)*. França: Centre National de la Danse, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena; COSTA, Vanda Maria R. da. *Tempos Capanema*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

VELLOSO, Mônica. *História e modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VELLOSO, Mônica. Os intelectuais e a política Estadual do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. Rio de Janeiro: FGV, n. 9, 1997.

VOLÚSIA, Eros. Eu e a dança. *Revista Continente Editorial*, Rio de Janeiro, 1983.

VOLÚSIA, Eros. *Relatório de Eros Volúsia, professora do curso de dança*. SNT/MESP: Rio de Janeiro, 1945. [Acervo Gustavo Capanema - CPDOC - GCg 1937.03.00].

VOLÚSIA, Eros. *Dança Brasileira: a criação do bailado brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Baptista de Souza, 1939. [Conferência realizada em 20 de julho de 1939 no Teatro Ginástico].

136. Eros é pouco conhecida fora dos meios dedicados ao estudo da dança acadêmica. Destacam-se as obras: Pereira (2004); Silva (2007); EROS Volúcia: dança mestiça. Direção: Dimas Oliveira Junior e Luis Felipe Harazim. Coprodução da We Do Comunicação em realização da Rede STVS-SESC-SENAC, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qlxgwmm_kHE>. Atualmente, o diretório de pesquisa em Artes Cênicas da UnB recebe o nome de Coletivo de Documentação e Pesquisa e Dança Eros Volúcia (CDPDan)..

137. Ver, dentre outros: Carloni (2018); Abreu (2016); Dantas (2011).

138. *A Gazeta*. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1929. p. 5.

139. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1929. p. 1. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1929. p. 5.

140. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1929. p. 5.

141. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1929. p. 5.

142. Documentário *Eros Volúcia: a dança mestiça* (2004).

143. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1931. p. 15. Volúcia (1983, p. 45). Oswaldo Colarusso. 'A Sertaneja' de Basílio Itiberê: a primeira obra de concerto pianística brasileira. *Falando de Música, Gazeta do Povo*. 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/falando-de-musica/a-sertaneja-de-brasilio-itibere/>>. Acesso em: 04 de jul de 2018.

144. *Fon Fon!*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931, p. 51.

145. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1931, p. 15.

146. As Rainhas do Bailado. Produção de: Flamma Filmes, [194?]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zexvP_k3MiA. Acesso em: 04 de jul. 2018.

147. A respeito da construção da imagem da baiana, ver: Garcia (2004) e Barros (2005). O depoimento de Eros sobre o "empréstimo" à Carmem Miranda encontra-se no documentário Eros Volúcia: dança mestiça (2004).

148. Sobre a construção do conceito de folclore ver, dentre outros: Abreu (2003).

149. *Pranove*, Rio de Janeiro, março de 1940, p. 30.

150. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1930, p. 14; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1930, p. 8.

151. *O Radical*, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1933, p. 4.

152. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 1931, p. 10.

153. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 1931, p. 10.

154. De Mário de Andrade, *Estado de São Paulo*. São Paulo, [19--?] apud Silveira, Tasso. *Eros Volúcia através da crítica*. Rio de Janeiro: [s.n], [19--?], p.15. [Original encontra-se no arquivo do CPDOC - GC-164f].

155. De Mário de Andrade, *Estado de São Paulo*. São Paulo, [19--?] apud Silveira, Tasso. *Eros Volúcia através da crítica*. Rio de Janeiro: [s.n], [19--?], p.15. [Original encontra-se no arquivo do CPDOC - GC-164f].

156. *Frou-Frou*, Rio de Janeiro, novembro de 1931, p. 45.

157. O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1932, p. 13.
158. O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1932, p. 13.
159. A respeito de *Art Deco* e pintura marajoara ver: Roiter (2010).
160. *Excelsior*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1938, p. 846.
161. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1933, p. 23.
162. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1933, p. 13.
163. *Fon-Fon!*, setembro de 1934.
164. *Fon-Fon!*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1931, p. 50.
165. *Fon-Fon!*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1931, p. 48; *Fon-Fon!*, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1932, p. 50.
166. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1941, p. 11.
167. *Dom Casmurro*, setembro de 1937, p. 10.
168. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1937, p. 3.
169. *Dom Casmurro*, setembro de 1937, p. 10.
170. SILVA, Benício da. [**Correspondência**]. Destinatário: Gustavo Capanema e Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1941. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_B&pasta=GC%20b%20Silva,%20V>. [CPDOC - GC b Silva, V., rolo 6 fot. 172 a 179].
171. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1933, p. 9.
172. NÚCLEO Bernardelli (Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, [20--]. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo434033/nucleo-bernardelli-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 04 de jul. 2018.
173. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1933, p. 8.
174. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1933, p. 8.
175. A respeito da relação entre Vargas e o teatro, ver: Barros (2001).
176. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1934, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1934, p. 17; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1943, p. 8; *Teatros do centro histórico do Rio de Janeiro*, "Teatro Escola". Disponível em: <<http://www.ctac.gov.br/centrohistorico/TeatroXPeriodo.asp?cod=151&cdP=20>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.
177. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1934, p. 24.
178. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1934, p. 25.
179. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1934, p. 23.
180. Órgão do governo federal criado pelo Decreto n. 19.402, em 14 de novembro de 1930, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1937 passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1930, p. 20.883).
181. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 de julho de 1937, p. 11.
182. *Diário de Notícias*, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de->

[janeiro](#)>. Acesso em 24 de Abril de 2018; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1937.

183. *O Radical*, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1937, p. 2.

184. *O Radical*, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1937, p. 2.

185. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1938, p. 1.

186. *O Globo Esportivo*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938, p. 10.

187. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, setembro de 1939, p. 124.

188. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1939, p. 10.

189. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1942, p. 7.

190. CEDOC/FUNARTE. Pasta Eros Volúcia. [20--].

191. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, março de 1941, p. 277.

192. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, julho de 1941, p. 154.

193. Reportagem e a capa de *Life* estão integralmente reproduzidas em Volúcia (1983, p. 49-51). Sobre o consumo de danças exóticas na Europa, ver: Decoret-Ahiha (2006, p. 149-166).

194. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1942, p. 190.

195. *Cinearte*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1942, p. 32-33.

196. *Cinearte*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1942, p. 32-33.

197. Documentário *Eros Volúcia: a dança mestiça* (2004).

198. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 novembro de 1944.

199. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945.



Foto 1

CAPÍTULO IV

Do fascismo ao conservadorismo católico

A trajetória de Plínio Salgado²⁰⁰

[Leandro Pereira Gonçalves](#)

Todos aqueles que se têm mostrado curiosos em conhecer a minha biografia que leiam este livro e encontrarão subsídios, não só para ela, mas para a própria história do integralismo brasileiro. O Escritor não deve ter outra biografia, senão as suas obras. O que interessa nele é o seu pensamento e o seu sentimento. E quando um escritor exerce ação social e política, seus livros adquirem, um valor de 'folha corrida' (SALGADO, 1935, p. 6-7).

Memórias e formação

Plínio Salgado “[...] é o Chefe Nacional, em caráter perpétuo da AIB, com plenos poderes deliberativos. O Chefe Nacional é a síntese dos anseios de todos os integralistas, o intérprete e o defensor supremo da Doutrina do Sigma; mais que uma pessoa é uma ideia”. Com essas diretrizes, o líder do integralismo brasileiro foi caracterizado nos *Protocollos e Rituais* (1937, p. 18), documento oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB). No decorrer de sua trajetória, expressou que, para conhecer a sua biografia, era preciso possuir o entendimento de suas obras, como expresso na epígrafe. Com base em suas produções, busca-se o conhecimento da trajetória e as apropriações de elementos políticos daquele que ficou conhecido como chefe do integralismo brasileiro, movimento que pode ser considerado como o “mais bem-sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos” (PINTO, 1994, p. 143).

A principal composição política do movimento integralista brasileiro esteve presente no pensamento do seu líder, Plínio Salgado. Ainda jovem foi para São Paulo, onde se destacou nos anos de 1920 no modernismo, para posteriormente formar, na década seguinte, o primeiro movimento de massa do Brasil: a AIB. Com matrizes múltiplas, Salgado tinha como propósito a construção de uma doutrina política original. No entanto, a circularidade de ideias do período fez com que o Chefe sofresse influências consideráveis para a formação de seu pensamento. Buscou em Portugal o exemplo doutrinário, o Integralismo Lusitano (IL): um movimento de cunho nacionalista da direita radical com visível formação embasada na precursora do conservadorismo, a *Action Française*, que, assim como todos os grupos políticos do princípio do século XX, estabeleceram uma resposta prática para a teoria proferida pelo Papa Leão XIII, em 1891, através da *Rerum Novarum*. Após a influência lusitana na formação do pensamento pliniano e a idealização do integralismo, novamente Portugal foi um destaque na organização doutrinária de Plínio Salgado, quando passou os anos de 1939 a 1946 no exílio, durante o período do Estado Novo getulista, momento que utilizou para reordenar seu pensamento, suas ações e articulações políticas,

tendo a vertente do espiritualismo católico como força central. Com o fim do período ditatorial varguista, retornou para o Brasil com a afirmação de ser um luso-brasileiro, passando a ser um defensor supremo da política de António de Oliveira Salazar, imagem que seguiu até o fim da vida.

Filho de um coronel e de uma professora, Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895, na cidade de São Bento do Sapucaí, no interior de São Paulo, sendo desde pequeno influenciado pela presença de uma doutrina cristã e autoritária. A imagem de defensor dos valores do cristianismo sempre foi a marca central em torno do garoto Plínio. Ao lado de um típico discurso autoritário do pai e da educação concedida pela mãe, demonstrava com clareza e visibilidade que o lema integralista, *Deus, pátria e família*, estava presente desde sua infância.

Plínio Salgado se transformou em um escritor fervoroso, entretanto, nos textos que redigia, evitava utilizar a primeira pessoa e escrevia pouco sobre sua família e seu cotidiano – quando o fazia era de forma superficial ou sem detalhes. Apesar dessa descrição em relação à sua vida privada, no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro,²⁰¹ no Fundo Plínio Salgado, foi localizado um manuscrito do autor com mais de 100 páginas intitulado: *Histórias da minha vida*.²⁰² O documento, com datação final de 1938, é claro ao afirmar, em uma anotação feita na primeira página pelo próprio autor, que o material não seria publicado por se tratar de informações íntimas.

No documento vê-se um discurso criado pelo próprio autor que, em tom memorialístico, buscou o desenvolvimento da imagem de um herói detentor de uma sabedoria única e superior, apontando momentos e passagens da vida que são caracterizados como essenciais para a criação de uma liderança política e cristã. O seguinte trecho faz parte de um anexo do documento citado em que criou uma espécie de diálogo-entrevista realizado consigo mesmo:

– E seus avós? – do lado paterno, o português de Viseu, Manuel Esteves da Costa e D. Mariana Salgado Cerqueira Cezar. Estudante na Universidade de

Coimbra, Manuel Esteves veio para o Brasil por motivos políticos, pois era partidário de D. Miguel contra D. Pedro. Quanto a Mariana, ligava-se a uma família, pelo ramo Salgado, vinda para o Brasil no século XVIII e pelo lado Cerqueira/Cezar se entrosa na linhagem dos Bandeirantes, oriundos do casamento da princesa Terebê, filha do cacique Tibiriçá, no século XVI. Do lado materno, Plínio descende de Antonio Leite Cortez, de origem espanhola e cujos membros da família foram varões notáveis no Vale do Paraíba; era amigo das letras latinas e político do Partido Conservador, na Monarquia. Sua avó, deste ramo era D. Mario de Sofia Renow, filha do médico alemão Johan Renow, capitão da cavalaria de Baden e nascido na Prússia e parece ter vindo para o Brasil em 1826, por motivos políticos, era rico, pois clinicava de graça. Em Curitiba conheceu D. Ana Joaquina Ferreira, filha do Governador, com quem se casou e o casal veio para o Sul de Minas, a cavalo, formar fazendas de café, deixando centenas de descendentes, pois a família Renow, que abraçou o nome para Rennó, é das mais numerosas naquela região.²⁰³

Plínio Salgado buscou, na trajetória política e intelectual, elementos contidos na sua origem, valorizando a árvore genealógica de sua família formada por portugueses e bandeirantes, marcas de destaque na produção literária e política do autor, e indígenas, que passaram a ser um dos principais símbolos da política pliniana. Foi no tupi-guarani que buscou o grito: *Anauê!* para simbolizar o movimento integralista na década de 1930. Por coincidência ou não, no exílio em Portugal, no ano de 1940, buscou a região dos avós paternos, Viseu,²⁰⁴ para se tratar de uma hemoptise na cidade de Mangualde.

Inserido na geração daquela época, percebe-se a formação elitista que teve Plínio Salgado em torno de uma ótica centralista, controladora e dominadora. Verifica-se nessa relação uma busca de modelo e valores autoritários exercidos pelo pai que foram marcas essenciais da política desenvolvida por Plínio Salgado em toda sua trajetória. Esse nacionalismo autoritário, que foi característica de intensidade no discurso do autor, tem a origem clara na sociedade do fim do século XIX e início do século XX e está expressa na figura do coronel Francisco Esteves Salgado.

Após a morte do pai, em 1911, iniciou o período do autodidatismo e, em seguida, a carreira jornalística. Foi obrigado a

mudar-se para São Paulo. Sem sucesso na capital, retornou para São Bento do Sapucaí, depois de dois anos, em 1913, quando iniciou a carreira no jornal Correio de São Bento, período fundamental para a criação de um Plínio materialista. No ano de 1918 casou-se com Maria Amélia Pereira e, três dias após o nascimento da única filha, a esposa faleceu vítima de uma febre puerperal.²⁰⁵ A filha Maria Virgília Salgado, que nasceu em 6 de julho de 1919, ficou conhecida por Maria Amélia Salgado, nome que adotou em homenagem à falecida mãe.²⁰⁶ Após o nascimento da filha e morte da esposa, ocorreu uma transformação em Plínio, que desenvolveu um pensamento antimaterialista baseado na ótica espiritualista.

No ano da morte da esposa, o autor publicou uma coletânea de poemas intitulada *Thabôr* (SALGADO, 1919). Nos textos exprime, de maneira melancólica, todo o seu desgosto com a vida. Plínio Salgado foi afetado em todos os setores: familiar, íntimo e intelectual. A morte prematura da esposa fez com que ocorresse uma mudança radical. A inquietação do momento promoveu uma luta interna entre o materialismo e o espiritualismo, segmento utilizado para buscar conforto nesse novo momento de vida que novamente encontrara a morte.

O fator morte foi visto pelo autor como um elemento de transformação do pensamento. Com o falecimento do pai, uma maturidade intelectual foi criada, ainda na adolescência, em busca de uma valorização materialista de cunho marxista e evolucionista, colocou-se em contato com teóricos defensores de teorias ligadas à superioridade racial e psicologia das massas, sendo muitas dessas teorias expressas no denominado darwinismo social. Com a morte da esposa, a busca é em direção aos preceitos cristãos, valor que foi criado e desenvolvido desde o seu nascimento e fez parte da sua criação moral.

O ano de 1918 é visto por uma intensa representatividade para Plínio Salgado, uma vez que foi o momento que completou a maioridade e entrou na vida pública, compondo a fundação do

Partido Municipalista. Momento de grande relevância, pois esse período marca-o na fase adulta, casado e, logo depois, viúvo, jornalista e em torno de uma organização política. O municipalismo, defesa central do partido, se transformou em uma das bandeiras do movimento integralista. O momento final de Plínio Salgado em São Bento do Sapucaí ocorreu em 1920 com um ato de violência acarretada em prisão: "Plínio acaba por ser preso pela polícia após um tiroteio ocorrido durante a campanha do Partido Municipalista, seguindo-se a essa prisão uma segunda e definitiva viagem para São Paulo" (ARAÚJO, 1988, p. 23).

Em São Paulo: do modernismo ao integralismo

A experiência em sua cidade natal colocou Plínio Salgado na rota jornalística. Por intermédio do amigo Nuto Sant'Anna,²⁰⁷ que publicou alguns trabalhos do autor na seção de letras do *Correio Paulistano*, conseguiu um lugar de suplente de revisor do periódico (SALGADO *et al*, 1936, p. 10). O jornal representava o Partido de Representação Popular (PRP), justamente o órgão que tinha como preceito a defesa de valores oligárquicos, questões criticadas com veemência pelo autor. Após conhecer a estrutura do partido, não poupou palavras: "Em São Paulo, formaram-se verdadeiras quadrilhas de 'gangster', chefiados por cabos eleitorais estrangeiros, que serviam a chefes do PRP" (SALGADO, 1937, p. 111). Vale lembrar que a figura de referência paterna era um exemplo típico de força local. O coronel Francisco Esteves Salgado representava aquilo que Plínio afirmava ser um "divertimento de quatro em quatro anos" (SALGADO, 1935, p. 186), e não media o tom das críticas à estrutura oligárquica, mais um sinal da ambiguidade pliniana.

A importância para Plínio Salgado nesse momento não era de fato a atuação nos jornais, mas, sim, o círculo de contatos. Ao estabelecer relações com grupos de intelectuais paulistanos, foi aos poucos promovendo uma inserção no meio cultural na ótica política.

A sua atuação profissional no órgão do PRP era enxergada como algo inferior, mas com necessidade momentânea, como expresso pelo seu biógrafo oficial na década de 1950: “É um cargo subalterníssimo, mas sente-se satisfeito” (ALBUQUERQUE, 1951, p. 15). Atuou ainda no periódico *A Gazeta*, comentando a seção de futebol: “[...] com isso obtém entrada grátis nos jogos esportivos e auferir remuneração pela crônica que redige” (ALBUQUERQUE, 1951, p. 15).

Naquela época, a chefia de redação do jornal *Correio Paulistano* estava a cargo do poeta Menotti del Picchia, que o promoveu a revisor de redação do jornal. O contato com o ambiente cultural que o jornal promovia foi crucial para a criação do tempo da formação cultural nacionalista, que está associado ao tempo da criação literária e catequizadora.

No período do *Correio Paulistano*, antes mesmo do crucial ano de 1922 com a realização da Semana de Arte Moderna e todas as repercussões, ampliava relacionamentos e demonstrava avanços culturais. Nos anos de 1920 e 1921 o autor publicou na respeitada *Revista do Brasil*,²⁰⁸ coordenada por Monteiro Lobato. O periódico, que foi fundado em 1916, tinha como característica básica a defesa e análise cultural de cunho nacionalista, o espaço adequado para Plínio Salgado. No ano de 1918, Monteiro Lobato adquiriu a revista e passou a abrir espaços para novos talentos, consolidando a revista como uma expressão dos valores nacionalistas.

Verifica-se no movimento em questão a existência de muitos intelectuais modernistas de última hora, com o objetivo claro de aproveitar o momento e aparecer ao público que estava em voga: “[...] apareceram travestidos de radicais intransigentes e dispostos a dissimular sem titubeios o compromisso inequívoco que sempre os amarrou à ideologia dos valores dominantes” (PRADO, 1983, p. 7). Plínio Salgado estava nesse grupo, e as ações modernistas do autor foram desfiguradas perante o movimento, por isso entende-se por que Monteiro Lobato não o criticou da mesma forma que teceu comentários ofensivos a outros membros da vanguarda.

Com uma concepção nacionalista ocorreu a Semana de Arte Moderna nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento contou com a presença de um grupo considerado inovador e que encarou, pela ironia e/ou gravidade, a forma de identificar o Brasil em um período de grandes mudanças mundiais. Segundo Plínio Salgado: "Estávamos todos preparados para o grande movimento. Faltava aglutinar. E isto foi feito em fevereiro de 1922" (SALGADO, 1982, p. 576).

Na Semana de Arte Moderna, Plínio Salgado apresentou um texto denominado: *Arte brasileira*²⁰⁹, que fazia parte de uma série de reflexões que o autor estabeleceu na ocasião. A sua presença no movimento de 22 é questionada, e ao viabilizar uma análise do momento, é possível identificar a presença de jovens algozes na Semana como imposição histórica, no sentido de forçar uma renovação cultural contra os "tradicionalistas emperrados". Esta é "[...] a fresta por onde se insinua Plínio Salgado para uma primeira saraiva no ideário de 22" (PRADO, 1983, p. 48-49). O próprio Mário de Andrade não o reconhecia como participante do grupo, ao afirmar: "Plínio Salgado que, vivendo em São Paulo, era posto de parte e nunca pisou nos salões" (ANDRADE, 1978, p. 31). Os salões modernistas não eram espaço para ele, que, evidentemente, não teve expressão alguma em 1922.

Em um depoimento à revista *O Cruzeiro*, em 1972, disse que: "[...] após a Semana de Arte Moderna em 1922, deu-se o que poderemos chamar de 'diáspora' dos elementos que promoveram; entretanto, houve um denominador comum: o sentido brasileiro dos novos literatos e artistas".²¹⁰ O primeiro deles foi o *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade em 1924, que rejeitava as formas cultas e convencionais da arte e defendia aspectos de uma independência mental vindos do espírito revolucionário de 22. Com o lançamento do *Manifesto Antropofágico*, em 1928, o pensamento de Oswald de Andrade foi radicalizado, sendo considerado como uma

síntese das ideias amadurecidas durante a fase do modernismo brasileiro (ANDRADE, 1990).

Contra esses manifestos e processos políticos e culturais, divulgou-se, em 1929, o *Manifesto do Verde-amarelismo*. Assim como nos manifestos anteriores, pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, mas, por sua vez, inserido no contexto de ascensão dos movimentos conservadores e radicais europeus. Foi inspirado nesses regimes autoritários que o nacionalismo desse grupo mostrou sua ação, pois, para os intelectuais envolvidos, a estrutura republicana era incompatível com o ideário nacionalista. Um dos principais defensores dessa organização política cultural foi Plínio Salgado.

Plínio encontrou no grupo verde-amarelo uma concepção de nacionalismo, mas para ele era necessário aprofundar o debate, por isso fundou o grupo Anta: "uma espécie de ala esquerda do *verde-amarelismo*" (SALGADO, 1935, p. 10). Para ele, esse momento representa o rompimento com os modernistas e com os verde-amarelos, iniciando com o Anta a radicalização do pensamento, curiosamente denominado por ele como ala esquerda do movimento, uma vez que as concepções políticas do autor estão pautadas no ultranacionalismo de base direita extremista. Era preciso criar a consciência da nacionalidade, pois a Revolução do Anta cumpria o papel de criador do pensamento, para a gênese da Ação Integralista Brasileira começar a ser estabelecida.

Ao mesmo tempo em que as agitações modernistas afloravam na cidade de São Paulo, questões políticas eram debates dominantes. Já filiado ao PRP, promoveu um processo de radicalização interna com a intenção de renovação do partido oligárquico. Com ideias pretensiosas e ambiciosas, o jovem rapaz que havia chegado há pouco tempo do interior de São Paulo mostrava possuir um pensamento forte no sentido do crescimento social, político e cultural. Enfrentou os modelos internos do partido com o intuito de criar uma nova política baseada nos aspectos nacionalistas,

estabelecidos no movimento de 1922. Fora das lideranças perrepistas e do jornal oficial, *Correio Paulistano*, era detentor de certo conhecimento nos órgãos culturais da cidade de São Paulo, despertando alianças e oposições. Dessa forma, logo após a cisão interna no partido, recebeu um convite do então opositor do PRP, Alfredo Egídio de Souza Aranha, para trabalhar em seu gabinete de advocacia. Fez isso por dois anos na Rua Libero Badaró, n. 134, em São Paulo.

A relação com Alfredo Egídio transpôs o elemento político e chegou ao nível pessoal. Após a entrada no escritório de direito, Salgado e Souza Aranha se transformaram em grandes amigos, propiciando ao autor a possibilidade de uma viagem à Europa, tendo assim condições de conhecer Benito Mussolini, na Itália. Alfredo Egídio de Souza Aranha era oriundo de uma família de banqueiros; seu pai, Olavo Egídio de Sousa Aranha, foi um tradicional político de São Paulo, segmento que seguiu e persiste na família até os dias que seguem. Alfredo de Souza Aranha fundou o Banco Central de Crédito, que, após algumas fusões no decorrer do século XX, passou a ser chamado de Banco Itaú.

A relevância dessas questões é significativa. Ex-integralista, Gerardo Melo Mourão aponta que a criação da AIB e grande parte do custeio de Plínio Salgado, na década de 1930, foram financiadas pelo banqueiro Alfredo Egídio Souza Aranha.²¹¹ Plínio Salgado trabalhou nos anos de 1931 e 1932 em um jornal intitulado *A Razão*, periódico que projetou as ideias do autor em momentos antecedentes à fundação da AIB.

Percebe-se que os anos seguintes à Semana de Arte Moderna foram para reflexões internas, referentes aos caminhos que seriam atingidos por ele. Apenas em 1926 o autor voltou a produzir com intensidade, pois foi justamente nesse ano que ocorreu o lançamento da sua principal obra ficcional, *O estrangeiro* (SILVA; GONÇALVES; PARADA, 2016). Com o sucesso do romance, recebeu em 1927 convite para se apresentar às eleições legislativas e foi eleito deputado

estadual em São Paulo, juntamente com Menotti del Picchia (TRINDADE, 1979, p. 41).

Com a publicação do romance e o mandato de deputado estadual, o interiorano que alcançou conhecimento com a Semana de Arte Moderna “[...] transforma-se num dos autores mais famosos do movimento. Vale observar que *O estrangeiro*, um dos primeiros romances modernistas, recebeu excelente acolhida – a primeira edição esgotou-se em 20 dias” (ARAÚJO, 1988, p. 23). Nesse momento de euforia, desligou-se do escritório de Alfredo Egídio e passou a se dedicar à política e à cultura, elementos que o acompanharam até a morte, em 1975.

Com uma concepção política no movimento literário, foi atacado por vários grupos de oposição, principalmente os comunistas, defensores da literatura oswaldiana. Em 1941, o romancista comunista Jorge Amado escreveu a biografia de Luís Carlos Prestes, como forma de pressionar a libertação do líder, preso desde 1936. Em uma passagem, não mediu as palavras para tecer críticas ao “modernismo verde-amarelo integralista” do “fascista Salgado”:

Nunca, em todo mundo, incluindo o futurismo de Marinetti no fascio italiano, incluindo as teorias árias do nazismo alemão, nunca se escreveu tanta idiotice, tanta cretinice, em tão má literatura, como o fez o integralismo no Brasil. Foi um momento onde maior que o ridículo só era a desonestidade. Plínio Salgado, führer de opereta, messias de teatro barato, tinha o micróbio da má literatura. Tendo fracassado nos seus plágios de Oswald de Andrade, convencido que não nascera para copiar boa literatura, plagia nesses anos o que há de pior em letra de forma no mundo. É a literatura mais imbecil que imaginar se possa (AMADO, 1987, p. 143).

De fato, afirmar que o integralismo foi uma cópia fidedigna do fascismo é um erro, porém ocorreu clara influência de movimentos conservadores europeus. A sua composição nacionalista passou a ser mais evidente em 1929, com o lançamento oficial do Manifesto do verde-amarelismo ou da Escola da Anta. No mesmo ano de divulgação desse manifesto, ocorreu a grande depressão com a crise da bolsa de valores de Nova York. A economia brasileira foi atingida e

ficou totalmente arrasada, dando início a uma crise generalizada na sociedade política brasileira. Tudo culminou com um movimento de luta em 1930, cujo objetivo era derrubar a oligarquia e formar um novo Estado. Antes do conflito que colocou Getúlio Vargas no poder, Plínio Salgado foi convidado pelo então candidato à Presidência da República Júlio Prestes de Albuquerque “para dirigir a propaganda da chapa: Júlio Prestes – Vital Soares” (ALBUQUERQUE, 1951, p. 18). Plínio Salgado enxergava essa ação como uma possibilidade de congregar dois dos elementos centrais dos objetivos plinianos: política e intelectualidade.

No meio do processo eleitoral, Plínio Salgado recebeu um convite do amigo Alfredo Egídio de Souza Aranha para acompanhar o cunhado, Joaquim Carlos, em uma viagem à Europa. Assim ocorreu o momento de consolidação de fato da criação da AIB, por meio das reflexões literárias pautadas na década de 1920 e das experiências europeias. A mescla de influências vindas dos debates políticos e culturais foram os elementos centrais para o avanço do conservadorismo brasileiro e a liderança suprema de Plínio Salgado em torno do nacionalismo espiritualista.

O chefe Plínio Salgado

A AIB foi criada oficialmente no dia 7 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, estabelecendo-se como um grupo político que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional. A partir dessa data, logrou intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo brasileiro, em novembro de 1937. Esse movimento político tornou o líder Plínio Salgado conhecido nacionalmente. O integralismo, por meio de um forte discurso com uma sólida base cristã, canalizava para a ação política as angústias e os temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político.

Devido ao movimento, consolidou-se como líder e intelectual com pretensões ambiciosas na sociedade brasileira do período entreguerras. Ao estudar o movimento integralista e seu pensamento político, verifica-se uma concentração quase que totalizante no período em questão, um dos motivos está na importância que a AIB obteve na década de 1930, principalmente nas relações políticas e influências externas. É possível identificar a existência de fascismo fora do continente europeu, pois o movimento é um fenômeno predominante, mas não exclusivamente europeu, sendo a AIB o único caso de movimento fascista latino-americano.²¹²

A “brasilidade integral”, fundamentação proposta para o integralismo, teve um objetivo muito claro e explícito de sintetizar os elementos conquistados nos espaços culturais e políticos dos últimos anos de atuação em São Paulo, tendo a religiosidade espiritual como elemento central do discurso e da ação do movimento. Foi nesse momento, vésperas da fundação da AIB e período posterior à Semana de Arte, no auge das discussões e dos debates sobre o conceito de nacionalismo, que identificou em si “[...] a passagem do *poeta-construtor* para o *homem-índice*, ou, em outros termos, do *gênio literário* para o *gênio-político*” (PRADO, 1983, p. 99).

Notória a relação que é feita pelo autor em artigo escrito em 1931, véspera de fundação da AIB, ao afirmar que o *gênio* surgirá de um movimento nacional. A pesquisa não o define como um intelectual modernista, mas, sim, como um intelectual que consegue aproveitar o momento e usar o movimento de vanguarda como uma espécie de vitrine para surgir no cenário político brasileiro. Dizia: “É preciso que nós, intelectuais, tomemos conta do Brasil. Definitivamente. Temos de romper com a tradição medíocre da política. [...] Estamos fartos de vivermos, nós, intelectuais, à sombra dos poderosos. Queremos mandar”.²¹³

O pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do Integralismo Lusitano (IL), que é oriundo no maurrasianismo, da Doutrina Social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e

prática do Fascismo italiano, regime do qual adotou o modelo do partido único e o corporativismo de Estado. Dentro dessas concepções, aliadas ao autodidatismo nacionalista-cristão, além da influência familiar e a necessidade de um discurso de vanguarda, nasceu a AIB.

Em entrevista para Héglio Trindade, Plínio Salgado comprova a prática de uma circularidade cultural no campo das apropriações, mostra que, naturalmente, a produção intelectual portuguesa de cunho conservador encontraria espaço nos círculos brasileiros. A questão do idioma é algo básico, muito mais simples do que relações apropriadas de países de origens não lusófonas. Obviamente a apropriação não ocorre apenas por uma facilidade linguística, mas também por uma afinidade cultural e política.²¹⁴

De forma incontestável, verifica-se que a literatura dos conservadores lusitanos, observados no IL, originados do maurrasianismo, teve notável influência nos doutrinadores da AIB (TRINDADE, 2016, p. 158-179).

H.T. O pensamento de Maurras lhe parecia politicamente interessante? O que é que o Sr. aceitou no Maurras?

– P.S. Em parte... Bom, o espírito conservador, restaurador dos princípios humanos [...]

– P.S. O único movimento que eu achava interessante era o do a, do Sardinha, muito mais orientado.

H.T. O que lhe impressionava no integralismo lusitano?

– P.S. Era justamente o sistema de representação que nós queríamos aqui também; tradicionalidade; a história como fundamento, era isto o que interessava.

H.T. E o Salazar, depois do Sardinha, lhe pareceu polarizador de algumas ideias do integralismo lusitano?

– P.S. Ele aproveitou muitas, apesar de que grande parte dos integralistas ficaram à margem.

H.T. Além do Sardinha, tinha o Rebelo também?

– P.S. Pequito Rebelo, Hipólito Raposo, o Conde de Monsaraz.

H.T. Quer dizer que esta literatura era muito lida no Brasil?

– P.S. Era

Para compreender a origem do integralismo brasileiro, em especial o pensamento político de Plínio Salgado, é preciso recorrer, além da doutrina social da Igreja, na origem do congênere europeu, ao IL, apontado pelo líder da AIB como “[...] o mais notável movimento de ideias destes últimos tempos na história do pensamento português”.²¹⁵ Em torno da ótica fascista com a Itália, volta-se a reflexão anterior, quando Plínio Salgado, antes da realização das eleições de 1930, desligou-se da candidatura de Júlio Prestes e iniciou uma viagem pela Europa patrocinada pelo amigo e financiador do integralismo, Alfredo Egídio de Souza Aranha. Atribuía seu afastamento da candidatura a uma alteração dos preceitos políticos de Júlio Prestes. Afastado, promoveu a viagem à Europa (SALGADO et al., 1936, p. 17).

Plínio Salgado não realizou simplesmente uma interpretação do fascismo, e sim uma aproximação no sentido político como fonte inspiratória para a praticidade do movimento integralista brasileiro. A sua prática fascista passou a ser oficializada no dia 14 de junho de 1930, em um sábado, às 18h, quando conseguiu uma audiência com o líder italiano Benito Mussolini. Esse encontro, durante anos, foi colocado como a prova viva e cabal da relação de Salgado com o líder italiano. O encontro nada mais foi do que uma breve reunião de 15 minutos,²¹⁶ ou seja, foi algo formal sem qualquer tipo de mistérios. Todavia, o importante é que, a partir desse momento, mostrou-se encantado com a prática de elementos anticomunistas e antiliberais, como Leão XIII pregou e de forma radical, com um cunho conservador, como Charles Maurras idealizou. Com base em uma organização espiritual de cunho conservador e nacionalista, estava sendo consolidada a doutrinação que ele estava montando no Brasil: a AIB.

Retornou ao Brasil ainda em 1930 quando o país passava por transformações de ordem política, engendradas pelo golpe idealizado pela Aliança Liberal que resultou na chegada de Getúlio Vargas. Após a viagem pela Europa, mostrou ânsia por colocar em

prática suas concepções teóricas. No fim de fevereiro de 1932, fundou-se a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), um órgão que é resultado do trabalho político realizado pelo jornal *A Razão*. A criação objetivava a organização de um grupo que pudesse discutir a organização de um novo movimento político, tendo como princípio um forte nacionalismo conservador e revolucionário, seguindo assim a proposta de Mussolini. Essa fundação foi resultado de vários outros movimentos que existiram no Brasil em anos anteriores, grupos que podem ser denominados como pré-integralistas (TRINDADE, 1979, p. 103).

A política integralista de Plínio Salgado obteve certo sucesso, uma vez que conseguiu arregimentar milhares de militantes, no entanto nunca alcançou o poder central. No modelo político em que a AIB estava inserida, existiam duas opções para alcançar o poder: a via insurrecional ou eleitoral. A primeira foi o caminho teórico escolhido por ele ao organizar os ideais integralistas. Entretanto, em um contexto cultural e espiritualista, esse caminho era demasiado longo, visto que haveria a necessidade de mexer com as estruturas culturais e intelectuais do país, e o integralismo, por mais aceitação que obtivesse em determinados meios, não possuía força capaz de vitória, por isso a saída encontrada foi a alteração do discurso político. Em um primeiro momento, autorizou a participação da AIB nas eleições de 1934, mesmo não sendo um partido constituído. Em dezembro desse ano, ficou radiante devido ao crescimento dos militantes e dos votos obtidos nas eleições.

Com certo sucesso alcançado, viu que era preciso entrar na “vulgaridade partidária”, indo contra os seus ensinamentos. A trajetória para o poder fez com que fosse realizado, na cidade de Petrópolis, em 7 de março de 1935, o 2º Congresso Integralista Brasileiro, quando ocorreu oficialmente a alteração jurídica do movimento, transformando-o em partido político, e, para isso era preciso alterar o discurso feito até então. Dessa forma, o líder integralista afirmou, em artigo no mesmo ano do congresso, que a

questão não era ser contra os partidos políticos, mas, sim, contra os partidos políticos estaduais, que eram a base da velha oligarquia brasileira.

Com a alteração política do movimento, preparava-se para uma ação política ousada: a candidatura à Presidência da República, em 1938. Com um discurso salvacionista dos integralistas, que não teriam opção nas eleições de 1938, dizia ter alterado as bases intelectuais do movimento pelo bem integral. No entanto, seu projeto eleitoral sofreu mudanças devido às alterações políticas promovidas por Getúlio Vargas, que, em 1937, decretou o golpe do Estado Novo, consolidando a ditadura. Dessa forma, todos os partidos e agremiações políticas foram extintos, apesar de o integralismo continuar a ter uma presença política discreta até 1938.

Com a divulgação do embuste conspiratório conhecido como Plano Cohen e o consequente Estado Novo Getuliano, ocorria um questionamento entre os integralistas: "seria o momento do poder?" Com a presença de alguns deles na organização ditatorial de 1937, o objetivo de certo poder passava a ser vislumbrado por Plínio. Muitos identificavam como uma "normalidade" e passagem natural do poder para os integralistas. O contato dos integralistas e Getúlio Vargas ocorria pelas relações de proximidades em torno dos inimigos em comum, mas a busca pelo poder supremo era um elemento gerador de divergências e, devido à ânsia pelo poder, Vargas conseguiu manipulá-lo habilidosamente.

A "ameaça" comunista passou a ser elemento de ligação entre o governo e a AIB. O período que antecedeu o mês de novembro foi de grande agitação e manobras políticas. O ponto central estava por trás de uma entrada oficial de Plínio Salgado no governo. O presidente lhe havia prometido que, após o golpe político, os integralistas iriam participar do Estado Novo, sendo os responsáveis pelo Ministério da Educação. Entretanto, quando Getúlio Vargas decretou o golpe, não tomou tal atitude, despertando um sentimento de traição aliado ao desejo de vingança entre os integralistas.

Era, portanto, necessário criar uma imagem em torno do líder, como uma vítima nas mãos do mau Getúlio Vargas, e ainda justificar como e por que não haveria combates para defender a AIB. Como forma de manutenção organizacional, Plínio Salgado criou a Associação Brasileira de Cultura (ABC), que pretendia seguir os ideais do integralismo no limite da lei.

O ponto máximo da insatisfação dos integralistas com o governo getulista foi ocasionado em março e, posteriormente, em maio de 1938, por meio de um levante armado com o objetivo de liquidar Getúlio Vargas, que foi um fracasso. O episódio possui a presença de dois grupos, o militar e o civil. Os participantes são basicamente militares de centro direita com conotação golpista e defensores de propostas liberais e conservadoras. Os integralistas estavam presentes, mesmo assim não podemos caracterizar o episódio como um movimento dos adeptos de Plínio Salgado. Com muita desordem e falta de preparo, esse episódio destruiu completamente qualquer tipo de pretensão dos integralistas no Brasil, tendo havido prisões e perseguições de vários membros, inclusive do líder dos camisas-verdes.²¹⁷

O ataque ao Palácio da Guanabara, em maio de 1938, frustrou completamente qualquer possibilidade de diálogo com o governo, mesmo existindo a versão oficial de que o líder não estava por trás da revolta. Nesse momento, passou a assumir uma dupla face, em alguns momentos, ocupou um espaço de crítico do regime getulista, principalmente quando era preciso inflamar os militantes; já em outros momentos, de diplomacia, buscando um rápido acordo. Em nenhuma revolta o seu nome figurava como mandante, mas era bem claro que o Chefe era o visado no momento da punição. Segundo sua esposa, Carmela Patti Salgado, o período era de muitas instabilidades. Em depoimento, afirmou: "Nós não tínhamos uma casa fixa. Uma semana numa casa, uma semana em outra, uma semana no interior, uma semana na capital durante 2 anos. Até que ele foi preso numa madrugada".²¹⁸ Foi capturado por estar foragido em janeiro de 1939.

Sua captura teve episódios peculiares, que mostra como a força do chefe integralista continuava persistindo. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, a sua busca estava sendo tentada há vários meses pelas autoridades da Ordem Política e Social de São Paulo. No entanto um homem que dizia ser seu inimigo realizava diversas denúncias em relação ao paradeiro do líder integralista. "Esse homem andou percorrendo várias regiões do Estado acompanhado de policiais. Quando uma diligência fracassava, ele imediatamente apresentava nova pista".²¹⁹ O delegado responsável, Carneiro da Fonte, começou a desconfiar do homem e, para testá-lo, prendeu-o, tendo este confessado que não sabia o paradeiro do foragido e que estava no processo para atrapalhar as investigações, "[...] mas disse que ele estava residindo num bairro da capital paulista, em companhia de pessoas da sua família".²²⁰

A procura continuou e o caso policial foi solucionado no dia em que um rapaz passou a desconfiar de que a namorada o estava traindo com outra pessoa. Segundo o jornal *O Diário*, o Chefe estava enfermo e necessitava de acompanhamento médico no esconderijo, contratando assim os serviços de conhecidos médicos. No entanto, precisou ser submetido a algumas intervenções que precisava da presença de uma enfermeira. "Acontece, porém, que essa jovem tinha um namorado, que ao presenciar todos os dias a assiduidade do médico junto a enfermeira entrou a ter ciúmes de sua namorada, chegando a externar suas suspeitas". Para azar do Plínio Salgado, segundo o jornal *O Diário*: "[...] o namorado da jovem enfermeira, que, coisas do destino, era um agente policial, levou o caso ao conhecimento dos seus chefes, resultando daí a prisão do Sr. Plínio Salgado".²²¹

Plínio Salgado ficou livre de fevereiro a meados de maio de 1939, quando foi preso definitivamente. Logo após a prisão, foi comunicado que deixaria a capital paulista no dia seguinte em direção ao Rio de Janeiro, para a Fortaleza de Santa Cruz. Oficialmente dizia não saber a causa da prisão. As tentativas de

levantes e conspirações de integralistas levaram o governo a enxergar naquele que sempre teve uma presença de liderança total e absoluta um perigo para o Estado Novo. O líder integralista tinha confiança de que a prisão seria breve e colocava nos comunistas a culpa pelo cárcere.

No dia 7 de junho, o preso recebeu a visita do banqueiro amigo, Alfredo Egídio de Souza Aranha. Este, por intermédio do primo Osvaldo Euclides de Sousa Aranha, na ocasião na pasta de Ministro das Relações Exteriores, transmitiu a notícia de que o líder dos integralistas partiria em breve para o exílio em Portugal (SALGADO, 1980, p. 30). As relações de amizade política foram o ponto central para a organização do exílio, momento de extrema importância para compreensão do seu pensamento político, uma vez que um novo discurso passou a ser estabelecido com base nos interesses e valores do regime salazarista pregados em Portugal.

Tempos de exílio: Plínio Salgado em Portugal

Plínio Salgado e Dona Carmela saíram do Brasil em 22 de junho de 1939 e desembarcaram no cais de Alcântara, em Lisboa, em 7 de julho. O líder dos integralistas oficialmente não era um exilado político, apesar de discursar aos militantes que o era como refém da ditadura getulista. Ao solicitar autorização de residente ao governo português em questionário de viagem, foi perguntado o motivo do requerimento. Respondeu de próprio punho que estava em Portugal para turismo e tratamento de saúde ao lado da esposa.²²² Em versão aos militantes, disse ter aceitado as passagens pagas pelo governo para dar o entendimento de que foi deportado (SALGADO, 1980, p. 62).

Antecipadamente, antes da sua partida, foram para Portugal Hermes Malta Lins e Albuquerque e Rosa Dottori Lins e Albuquerque, secretário particular do chefe integralista e respectiva esposa, que acompanharam o líder durante todo o tempo do exílio. Vê-se, com

esse ato, que, apesar de fazer um discurso de humildade e pobreza, mantinha o nível social e político, pois o objetivo era bem claro naquele momento: retornar o mais rápido ao Brasil. Tinha uma expectativa real de acordos com Vargas, inclusive de participar do governo getulista, obviamente sem sucesso algum.

Em 7 de julho de 1939, o navio saiu do Oceano Atlântico, entrou no Rio Tejo e, no cais de Alcântara, encontrou o casal Lins e Albuquerque com a imprensa portuguesa, que estava presente para noticiar e fiscalizar, visto que parte dos jornalistas era compactuada com o regime salazarista e tinha que saber quem era Plínio Salgado, que afirmou não querer falar de política (SALGADO, 1980, p. 111). Sabia muito bem que qualquer palavra inadequada poderia impedir uma estadia em Portugal, além de atrapalhar a busca de acordos com Vargas.

A presença de Hermes Malta Lins e Albuquerque foi fundamental, pois a função do seu secretário particular não era organizar somente questões relacionadas à sua vida privada, e sim estava ao seu lado para auxiliar nos contatos políticos, tanto que foi identificado pela *Legião Portuguesa*²²³ como elemento suspeito e passível de investigações. Portugal, em 1939, teoricamente era um ambiente propício para Plínio Salgado, visto que a representatividade da direita poderia ser notada no governo, mas nem todos os grupos estavam em consonância com o regime.

Dessa forma, Plínio Salgado iniciou uma tática cujo objetivo era não estabelecer publicamente ações políticas, restringindo os primeiros momentos em Portugal na busca das velhas solidariedades, mas sem ações imediatas, uma vez que tanto em Portugal quanto no Brasil havia uma instabilidade, e a sua posição em um lado específico poderia gerar alterações na rota a caminho do almejado poder. No entanto, era notório que grupos de poetas ligados à política seriam a tendência natural para o companheirismo do autor no exílio, principalmente dos integralistas. As primeiras relações de amizade vieram com “[...] os integralistas lusitanos, companheiros de António

Sardinha, todos escritores e poetas: Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, conde Monsaraz".²²⁴

Nesse contexto, desembarcou em Portugal com cautela, a fim de analisar com propriedade qual o melhor ambiente político para a consolidação dos seus ideais. Ao analisar a chegada a Lisboa, afirmou em carta para a filha, em 8 de julho de 1939: "Recusei-me a falar sobre política. É uma homenagem à hospitalidade lusitana" (SALGADO, 1980, p. 18). A dita hospitalidade nada mais era do que uma forma de impedir qualquer tipo de desavença inicial. Após alguns dias, passou a frequentar locais com possibilidade de alcançar algum tipo de benefício. O escritor Joaquim Paço d'Arco afirmou: "Conheci Plínio Salgado e sua mulher na casa acolhedora de D. Alelaide e D. Alberto Bramão – um dos últimos salões literários de Lisboa" (D'ARCOS, 1986, p. 96-97). Em pouco tempo, já agia em torno da criação de uma rede relacional.

A rapidez com que buscou a relação social o transformou, em pouco tempo, em alvo de olhares investigativos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Havia apenas 10 dias em solo português e o líder dos integralistas buscou rapidamente aquele a que mais se assemelhava politicamente: Rolão Preto. Em 17 de julho de 1939, sua ficha completa foi levantada com dados pessoais, profissionais e políticos e em cadastro secreto foi notificado.²²⁵

As concepções teóricas entre Rolão Preto e Plínio Salgado representavam uma proximidade indiscutível. Ao chegar a Portugal, buscou contato justamente com o símbolo maior do fascismo português. A primeira ação foi política, havia um anseio pelo poder, e o tal respeito em não falar de política estava restrito às declarações oficiais, pois, de forma clandestina, eram verificadas as relações de poder envolvendo o conservadorismo radical português. Ele sabia muito bem em que organização política estava se inserindo. A política salazarista não admitia ações comportamentais abertas e visíveis.

Nos primeiros meses em Portugal, dividia o tempo em relações com os portugueses e nas negociações com o Brasil, visando a um

rápido retorno. Em novembro de 1939, enviou correspondência ao Uruguai para Barbosa Lima, membro do Núcleo Integralista de Montevideu, na qual refletia as possibilidades de permanecer em um país da América do Sul, no mesmo contexto citado anteriormente, envolvendo a Argentina. Como isso não ocorreu, o período de ansiedade por mudanças foi sendo reduzido, e a adaptação com o país começou a ocorrer de forma gradual: "Se as coisas aqui na Europa continuassem como estão, francamente eu não sairia jamais de Portugal. Povo bom, clima menos rigoroso do que nos outros países no inverno. Mas o futuro é um enigma" (SALGADO, 1980, p. 74).

Tinha muitos receios em relação ao conflito iminente: "[...] a guerra, por enquanto não está sendo ferida nas trincheiras, porém nos bastidores diplomáticos" (SALGADO, 1980, p. 74). Nos bastidores, continuou suas relações políticas e para isso contou com Hermes Lins e Albuquerque, realizador de todos os contatos, assumindo uma espécie de imagem pública de Plínio Salgado, que passou os primeiros meses, em Portugal, dividindo espaço na criação de um círculo de amizades intelectuais e ações políticas de forma clandestina. Entretanto uma relação não estava fora da outra, pois ele e grande parte da intelectualidade portuguesa usavam a literatura como uma forma de maquiagem política.

O ano de 1939 foi apontado como "um ano sombrio para a Humanidade" (SALGADO, 1980, p. 109) e para o próprio Plínio Salgado, mas vê-se que, a partir de 1940, adaptado em Portugal, continuou sua dupla ação entre a busca de um acordo com Vargas e o das ações políticas clandestinas, algumas maquiadas em ações literárias, culturais e religiosas, já outras nem tanto.

Passou parte do ano de 1940 com alguns problemas de saúde, isso o fez se afastar de Lisboa e, conseqüentemente, do centro político e cultural. Em carta à filha e ao genro, em janeiro, disse: "Conforme lhes contei, ando um pouco doente, com umas dores no peito dos dois pés, que às vezes se estendem às cursas das pernas" (SALGADO,

1980, p. 113). Em outubro, ainda com algumas complicações, após ser atendido pelo médico da Legião Portuguesa, afirmou: “[...] estive, minha filha, realmente mal [...] fui assaltado por um congestionamento pulmonar” (SALGADO, 1980, p. 227). Portanto, passou recluso no Distrito de Viseu, inicialmente em Abranhosa do Mato e, em seguida, Mangualde.

Nessa região, Salgado e Carmela passaram os meses de outubro a dezembro de 1940, retornando a Lisboa no dia 15 de dezembro, quando já se mostrava recuperado e pronto para o restabelecimento das práticas políticas, culturais e religiosas. O ano de 1940 não foi unicamente dedicado a esse recluso, visto que durante o período passou a se dedicar à elaboração da obra *Vida de Jesus*. Em 30 de março, afirmava a Maria Amélia: “[...] estou no cap. 53 da *Vida de Jesus* e espero terminar tudo este mês” (SALGADO, 1980, p. 152). Em setembro, afirmou ter enviado os originais para o Brasil visando à publicação (SALGADO, 1980, p. 219). Vê-se que tinha uma urgência no envio, pois sabia que isso renderia os direitos autorais e uma complementação financeira em Portugal. Em 1956 afirmou: “[...] os honorários que recebo em cada edição correspondem a 10% sobre os preços de venda, no Brasil, e em Portugal me pagam 20%” (SALGADO, 1956, p. 61).

Com temáticas oriundas em São Bento do Sapucaí, quando teve sua formação religiosa e cristã em torno do catolicismo, um “novo” Plínio Salgado passou a ser criado em Portugal. O integralista sempre se ancorou no catolicismo como forma de conforto e necessidade, assim, nos momentos difíceis, a doutrina religiosa servia como suporte para o fortalecimento do autor. Ao estar foragido em 1939, iniciou a criação da sua principal obra espiritual, *Vida de Jesus*, e com ela estabeleceu uma nova fase política baseada no cristianismo português, um país de fertilidade católica, onde percebeu a existência de uma possibilidade de ascensão intelectual.

O católico Plínio Salgado

A nova fase de Plínio Salgado é marcada por atos políticos travestidos de religiosos. Com inúmeras conferências e publicações, teve uma grande atuação na imprensa em todo o país, transformando suas ações em ferramenta para uma nova concepção política após o exílio, que coincide com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e a consequente destruição dos regimes fascistas.

Em Portugal, buscou uma nova forma de desenvolver o discurso integralista, era o tempo da “renovação” política necessária, uma forma de sobrevivência nas sociedades políticas portuguesa e brasileira. Passava a ser caracterizado como um teólogo, responsável por promover reflexões de ordem cristã. Vê-se que o contexto político de Portugal foi um elemento no âmbito de um novo discurso para a sua sobrevivência. Importância significativa tiveram as conferências e publicações divulgadas no exílio, com o objetivo claro de expressar a imagem religiosa e propagadora da paz, quando, no entanto, o teor político estava ainda mais vivo.

A sua associação com elementos da religiosidade passou a ser mais evidente em 1942 com o lançamento do livro *Vida de Jesus*, momento que coincidiu com a “crise” ocorrida em torno do planejamento secreto com os nazistas. Dessa forma, essa imagem religiosa veio a calhar no momento, principalmente por ter em Portugal um terreno fértil para a prática conservadora e religiosa.

Em Portugal, Plínio Salgado passou a ser definido como apóstolo, o quinto evangelista, aquele que passou a representar o “[...] novo evangelho em novos meridianos [...] o evangelho do amor, aquele mesmo, do Novo Testamento, pregado pelos quatro evangelistas: Mateus, Marcos, Lucas e João[...]” (DOREA, 1999, p. XXV). A repercussão referente à presença de Plínio Salgado em Portugal era constante. Após o lançamento de *Vida de Jesus*, o líder político brasileiro foi transformado em uma espécie de grande profeta da religiosidade luso-brasileira, conseguindo espaço para aparições constantes na imprensa nacional. A visão profética espiritualista que era evidente nos tempos da AIB foi intensificada no período em

Portugal, momento de busca e ambições políticas. A sua ação em Portugal decorreu no sentido de formar e propagar um ideal. Uma ideia necessária para a manutenção do seu nome no cenário político brasileiro (e lusitano). Em 1944, o jornal conservador *A voz*, em artigo de Armando de Castro e Abreu, denomina-o como *Um mensageiro da paz*. Justamente essa a imagem que buscou criar no exílio após o lançamento da *Vida de Jesus*.

Por mais que desenvolvesse um discurso religioso e que o aspecto político transcorresse de uma forma linear evolutiva, Salgado não apresentou, em nenhum momento, negação ou até mesmo arrependimento pelo passado em torno do discurso fascista (apesar de negar ser fascista). Inclusive a base de sua oratória era de um injustiçado pela política brasileira, por isso a necessidade do exílio. Da mesma forma foi o comportamento em Portugal, pois o discurso, que para ele era exclusivamente religioso, representou nada mais do que uma organização política no período em torno da Segunda Grande Guerra Mundial, coincidente com o seu exílio.

Até o início da década de 1940, era rotulado como o líder da Ação Integralista Brasileira, mas no exílio passou a ser nomeado como o autor da *Vida de Jesus*, representando assim a importância da obra no sentido político e cultural. Em razão do livro, diversos grupos conservadores portugueses injetaram palavras positivas sobre o líder integralista, realizando uma representação do objetivo almejado e alcançado por ele, ou seja, arregimentar o maior número de letrados em torno da sua palavra e imagem.

Em torno de um clima de guerra e incertezas, sabiamente e de forma estratégica, utilizou um discurso amplamente religioso, com mensagens de esperança em torno da necessidade da paz – uma paz política em torno de um ideal: o integralista. Dessa vez, sem a nitidez fascista, uma vez que grande parte da oficialidade do discurso era contra os já combatidos liberalismo e comunismo e que, agora, contava com a luta e combate contra o fascismo. Não deixou de ser fascista, mas o discurso defendido publicamente não poderia mais ser.

Mais uma vez, vê-se uma adaptação em torno da necessidade e ocasião.

Existiam dois ambientes: em Portugal, um espaço adequado e favorável às ideias do quinto evangelista, com aceitações e apoio à doutrinação; no Brasil, a associação fascista e quinta colunista impedia qualquer tipo de retomada de poder público por parte de determinados segmentos políticos no nível democrático pós-Estado Novo. Existiam diversos grupos de apoio e até mesmo seguidores, mas nada semelhante ao que ocorreu na década de 1930. Fato é que retornou ao Brasil em 1946 com uma “nova” concepção política, ideias que foram criadas, discutidas e refletidas com base nos anos de exílio em Portugal, portanto existe a necessidade absoluta de compreender quais são os preceitos políticos de Plínio Salgado em Portugal e como ocorreu essa aparição no cenário lusitano.

Em torno de tais questões, o exílio pode ser dividido em dois momentos: o primeiro tem início em 1939, com a chegada em Lisboa, quando ações políticas foram promovidas de forma não explícita, período de ordem clandestina, inclusive com ações da PVDE e Legião Portuguesa em relação ao exilado. Vê-se esse momento até o ano de 1943, ocasião do lançamento do livro *Vida de Jesus*, em que se coloca, portanto, a obra como elemento de baliza para a identificação de Plínio Salgado no exílio. O segundo momento ocorre até o retorno ao Brasil, em 1946.

Na segunda fase, pode ser identificado um líder político em mutação, mas não uma transformação natural, e sim necessária e inautêntica para o estabelecimento de uma sobrevida na política, uma vez que, naquele momento, o Brasil entrava na Segunda Grande Guerra Mundial e os rumos contra o eixo eram evidentes. Com isso, qualquer imagem direcionada ao fascismo deveria ser destruída, daí a criação de um “novo” discurso, que não era tão novo. Era o tempo da reformulação do discurso. Uma mensagem religiosa iniciada em São Bento do Sapucaí, na infância, teve, em Portugal dos anos 1940, uma possibilidade real de ascensão, principalmente pela existência de um

solo fértil para o crescimento de ideias católicas. Plínio teve habilidade suficiente para perceber essa questão e investir na prática religiosa durante o exílio. O pensamento de Salgado não tinha uma única preocupação religiosa, a base central era política, sendo o religioso usado para ascender aos grupos da intelectualidade lusitana e alcançar uma aparição pública. Seu objetivo foi alcançado, pois, a partir de 1943, a quantidade de notícias veiculadas nos jornais e demais periódicos portugueses é de grande relevância, ao contrário do primeiro momento, a partir de 1939, quando a presença em solo português tinha uma aparição pública limitada.

As relações políticas afastaram-se e, Plínio Salgado, estrategicamente, dizia não ter tais preocupações, pois afirmava estar em um período de reclusão espiritual, por isso a produção e a reflexão em torno do pensamento cristão. Nada mais foi do que uma tática de afastamento público das questões políticas do período de guerra, além do fato de estar exilado e não ter condições de se expressar de forma tão aberta, por temer qualquer tipo de ação contrária.

As palavras discursadas por Plínio eram exaltadas como pouco se via em Portugal. Frequentemente era convidado para banquetes, festas, eventos, conferências, o que propagava certa notoriedade na sociedade portuguesa. A rede relacional criada por ele foi suficiente para alcançar o objetivo: a notoriedade. Uma aparição pública de um estrangeiro, aparentemente, não é algo tão simples, e Salgado não teve essa facilidade inicial. Nem mesmo o lançamento de *Vida de Jesus* foi capaz de criar essa publicidade em torno do autor. Foi preciso alguém ao seu lado para promover uma espécie de abertura intelectual em Portugal, e vê-se que o grande responsável foi o então redator-chefe do jornal Novidades, Monsenhor Francisco Moreira das Neves, que, assim como Salgado, era um poeta e intelectual de destaque em Portugal.

Os dois passaram a ser grandes amigos a partir de 1943, uma relação que ultrapassou o exílio como mostram os relatos. Uma

relação que não caminhava apenas no nível religioso, mas, sim político. O Padre Moreira das Neves, por meio do jornal, assumia diversas posições a favor do regime estado-novista, uma vez que a Igreja Católica, por intermédio do Cardeal Patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira, foi transformada em uma espécie de bastião do governo Salazar.

Após a repercussão de *Vida de Jesus*, Plínio Salgado passou a ter espaço garantido em todos os grandes jornais portugueses, além de participações na Emissora Nacional e na Rádio Renascença. Com uma agenda de constantes compromissos em torno de conferências e lançamentos de livros, o autor passou a estabelecer, com mais êxito, o projeto religioso com ares políticos no intuito de esperar os novos tempos após a Segunda Guerra Mundial. Com a entrada do Brasil no conflito, não havia alternativa a não ser esperar o término da beligerância e o posterior retorno. Enquanto isso, articulações clandestinas continuavam, mensagens codificadas enviadas ao Brasil e, oficialmente, um teólogo havia tomado o lugar do fascista.

O período foi de intensa atividade e, entre 1944 e 1946, Salgado desenvolveu uma forte ação propagandista no exílio. Um espaço aberto e fértil para o crescimento de suas ideias e para a consolidação da teologia nacionalista pliniana, um tempo de reorientação doutrinária. A presença de Plínio como conferencista passou a ser mais evidente a partir de 1944, após o lançamento de *Vida de Jesus*, o que permitiu a inserção e o convite para contribuir com textos em diversos periódicos do país. Além de receber o rótulo de religioso, passou a ser colocado, por parte da imprensa conservadora, como o verdadeiro representante do intelecto brasileiro em Portugal. Com isso, em várias oportunidades, foi convidado a expressar opiniões ou escrever sobre o Brasil, sendo mais frequente nas semanas próximas à data comemorativa da chegada dos portugueses no Brasil em 1500.

Por todo o país, passou a fixar concepções em torno da relação mútua e próxima entre os dois países. O ano de 1944 foi fundamental para a sua presença intelectual, portanto as palavras e teorias

deveriam ser bem pensadas no intuito de alcançar notoriedade. Sua passagem em Portugal não foi apagada, seja no sentido político, religioso ou até mesmo afetivo, uma vez que a criação de laços sociais foi intensa. Viveu cerca de sete anos no país, uma nova vida foi criada e estabelecida. A presença intelectual de Plínio Salgado em Portugal não foi restrita a aspectos religiosos. O conservadorismo português passava a desenvolver um discurso de agradecimento por sua presença em Portugal e não o contrário, por ter sido o país que acolheu o exilado em um momento de necessidade política. O integralista conseguiu alterar a visão em relação ao exilado e a Portugal.

O término do ano de 1944 foi um momento revelador para a compreensão do pensamento político de Plínio Salgado. A defesa de uma política baseada nos componentes políticos presentes na Democracia Cristã portuguesa passou a ser a ideia central do discurso do líder integralista, que precisava de um tom democrático em uma nova sociedade que estava por vir após a Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez no exílio, publicamente abordava a política como temática. Em um processo de controle e articulação operacional, analisou questões políticas, mas com base em um pensamento centralmente religioso. A Democracia Cristã passava a ser questão presente no seu pensamento, e a intensidade política foi notada pela intelectualidade lusitana, que apontava o autor como o detentor de uma palavra sábia que possuía condições claras de constituir um futuro digno e cristão.

O momento da década de 1940 fornecia-lhe a necessidade de criar uma imagem pública diferente da anterior, mas sem radicalizar a sua concepção política. A resposta mais uma vez ocorreu com base na sociedade portuguesa. Para esse novo momento, o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) ocupou um papel de destaque na organização do seu pensamento – uma doutrina pautada na democracia cristã, mas em torno da concepção idealizada em Portugal e defendida nos preceitos da democracia orgânica do

regime Salazar. Um conglomerado de fatores proporcionou a criação de uma “nova” concepção política para Plínio Salgado, sendo o CADC, a política salazarista e o direcionamento do Vaticano por meio da Radiomensagem do Sumo Pontífice Pio XII, no Natal de 1944, elementos centrais para o seu discurso com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Era apontado e idealizado como aquele que levantou a voz diante dos problemas que o mundo passou a viver no período que antecede o fim (e o fim) da Grande Guerra. O autor teve o mérito de discutir a temática em um momento de importância, mas não pode ser apontado como idealizador de uma nova concepção ideológica, uma vez que tais conceitos já eram existentes. No entanto, como possuía um mecanismo de grande controle da imprensa em razão de suas relações de sociabilidade, a impressão transportada para a sociedade portuguesa era que Plínio consagrou uma nova doutrina em um momento de incertezas para a sociedade cristã.

O retorno ao Brasil: da democracia à ditadura

Com a aproximação do fim do Estado Novo getulista, Plínio Salgado teve, como consequência natural, o regresso ao Brasil, e o ano de 1945 foi de duplo sentido para o autor. Havia a necessidade de manter a base organizacional do cristianismo e o estabelecimento de uma versão “Plínio pós-guerra”. Dessa forma caminhou em três ações: a manutenção das ações para o fortalecimento como intelectual católico; a consolidação de uma nova composição metodológica com base na Democracia Cristã; e as articulações políticas que precisavam ser construídas para um bom regresso para o seu estabelecimento no Brasil, além da consolidação do Partido de Representação Popular (PRP). Para o sucesso do projeto, havia um modelo exemplar a ser seguido: António de Oliveira Salazar.

Detentor de uma política autoritária com fortes dogmas católicos, inclusive com apoio da Igreja Católica, e, ao mesmo tempo,

sem entrar no contexto de “fascistização”, sobrevivendo no pós-Segunda Guerra, Salazar promoveu uma espécie de sedução a Plínio, que tentou transportar, para a nova versão política brasileira, projetos e ideias semelhantes aos de Portugal do Estado Novo, em uma tentativa clara de restituir o integralismo, mas sem a concepção fascista da década de 1930. Para isso, cercou-se de projetos cristãos, em um discurso democrático – novo contexto brasileiro pós-Vargas –, corroborando as palavras de Pio XII proferidas na mensagem radiofônica natalina de dezembro de 1944, além da fixação do discurso explicitado no CADC em conferência sobre a Democracia Cristã, estabelecendo qual era o seu objetivo político daquele momento. Havia um desejo de transposição do intelectual católico Salazar para o intelectual Salgado, sendo que, no exílio, consolidou sua imagem como líder cristão e defensor do catolicismo.

Em entrevista reconheceu não apenas a admiração pelo líder português, mas também as afinidades políticas, uma vez que o Estado Novo de Salazar não possuía uma concepção ortodoxa e monárquica, como o Integralismo Lusitano, sendo, portanto, mais realista, isto é, um modelo mais próximo do integralismo brasileiro (TRINDADE, 2016, p. 188-189).

H.T. E o Salazar? Como o Sr. viu?

– P.S. Eu fiz um discurso recentíssimo sobre ele. Não leu?

H.T. Eu vi, na ocasião da morte dele. Mas eu me refiro ao seguinte: na época havia o integralismo lusitano e depois surge o salazarismo, como uma outra filosofia em grande parte semelhante. Como o Sr. encarou este problema?

– P.S. O Salazar tinha mais ou menos uma atitude semelhante ao integralismo brasileiro. Não era ortodoxo-monárquico como os outros são.

H.T. Quer dizer que o Sr. achou que era talvez a posição mais realista da época?

– P.S. Ele era mais realista

H.T. Quer dizer que neste sentido o Sr. se aproxima mais da atitude dele do que da atitude do Rolão Preto e do Sardinha?

– P.S. É, politicamente, sim.

Após o exílio, vê-se o tempo do último suspiro em busca do poder, mostrando ser, além de um seguidor do modelo salazarista, um líder intelectual sem a mesma força de antes, mas que alcançava certa projeção no cenário nacional na égide do PRP. Após 1964, quando passou a ser um dos sustentáculos discursivos de apoio ao golpe civil-militar, passou a figurar de forma tímida, em 1965, na Aliança Renovadora Nacional (Arena), seu espaço político até 1974, ano de sua aposentadoria.

Plínio Salgado passou a ser um dos principais defensores dos interesses portugueses na política brasileira, com discursos inflamados a favor do Estado Novo, notadamente de seu líder Oliveira Salazar, imagem seguida até a morte do português, em 1970.²²⁶ Além do mais, a defesa de Portugal continuou sob a égide de Marcello Caetano,²²⁷ sucessor na liderança do país, de 1968 até 25 de abril de 1974, quando houve a consolidação da democracia no país, período que coincidiu com a aposentadoria de Plínio Salgado da vida política. Há um paralelo entre Plínio Salgado e Portugal que pode ser notado após o exílio. Os sete anos vividos na Europa foram cruciais para a compreensão da nova fase do autor no Brasil, que, aliada à formação originária em São Bento do Sapucaí e a toda sua experiência política, cultural e intelectual, formou uma nova concepção de organização no contexto democrático brasileiro.

A democracia cristã do CADC, que representou um componente de formação salazarista e de consolidação do regime, “[...] nada teria a ver com o conceito político de democracia, mas, sim, com um conceito social (orgânico, corporativista) da mesma, enquanto outros afirmavam ser a democracia cristã um estado de espírito” (BARRETO, 2002, p. 131). A dita democracia era mais, propriamente, antidemocrática, pois o conceito empregado no restante da Europa não existiu em Portugal, que usou o nome apenas como uma forma de combate político.

O retorno ao Brasil foi cercado de dificuldades envolvendo sua recepção. Havia um clima desfavorável ao integralismo, o passado

pliniano e a associação direta com o fascismo não eram esquecidos por grupos políticos e sociais, promovendo dificuldade para o reestabelecimento do autor e sua esposa, além do fato de haver rupturas de antigos líderes com Plínio Salgado, o que contribuiu para o enfraquecimento do novo projeto. A repulsa ao integralista era intensa e todos os seus atos eram motivos de críticas e representações contrárias no Brasil.

Nesse panorama, o chefe dos camisas-verdes regressou ao Brasil, com Carmela Salgado, após longo período de exílio em 16 de agosto de 1946. Em memórias, expressa que a lembrança que trouxe do exílio foi de trabalho, amizades e, principalmente, reflexões cristãs.²²⁸ Voltou para o Brasil. No entanto, nunca mais foi o mesmo. O retorno foi de um homem marcado pelo sofrimento e pela angústia. O integralista fora uma liderança de um momento auge da década de 1930. Após esse período de euforia nacionalista baseada no fascismo, o Chefe não atingiu mais nenhum esplendor, transformando-se em um simples político, muitas vezes, solitário e esquecido pela sociedade. A proposta era reestruturar as “glórias do passado” com a arregimentação dos militantes em torno do líder, mas percebe-se que não havia muitas saudades dele no Brasil, diferentemente de Portugal, uma vez que o lamento em torno de sua partida percorreu meses antes e depois do embarque.

Com o regresso de Plínio Salgado e a elevação a presidente do Partido de Representação Popular, a situação política voltava à cena. O PRP foi fundado quando ainda estava no exílio, em setembro de 1945. Existia uma preocupação em demonstrar que o novo partido não representava uma extensão da AIB. Entretanto, grupos, principalmente do Rio de Janeiro, defendiam a rearticulação do movimento dos anos 1930 (OLIVEIRA, 2014). A defesa de um novo partido não era apenas a necessidade de impedir a relação AIB/Fascismo e pelo novo discurso pregado em Portugal, baseado na democracia cristã. Havia um receio eminente de fracasso nas urnas. Em tempos finais do exílio, o próprio Plínio esclareceu ao genro,

Loureiro Júnior, os verdadeiros motivos que o levaram a solicitar a criação do PRP.

*Você sabe que os integralistas nunca souberam exatamente quantos eram em todo o país. Viviam na ilusão das estatísticas da secretaria de propaganda e dos quadros do nosso querido Pujol. Só falavam em milhão. Ora, se não se organizasse um partido, para pôr as coisas em pratos limpos, viveríamos sempre uma vida fantasiosa, falsa, que já nos custou derrotas. Era preciso que a realidade aparecesse ao vivo. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil e sabendo que não passamos disso, não incorreremos em erros perniciosos.*²²⁹

Transportar para o Brasil a imagem de profeta consolidada em Portugal era o seu objetivo nos primeiros momentos após o exílio, período em que foi aclamado e constantemente exaltado pela sociedade conservadora lusitana. O mesmo desejou no Brasil, para isso discursou em tom profético na Convenção do PRP, após dizer por que aceitou a missão de ser presidente do partido, mesmo contra a sua vontade.

Sempre que possível, a analogia entre Cristo e Salgado era estabelecida. Após as experiências vividas em Portugal, enxergou o espiritualismo como um caminho aberto para doutrinações e arregimentações. No mesmo discurso, afirmou que o objetivo do novo projeto era criar “[...] uma corrente nacionalista e espiritualista destinada a defender o Brasil contra todos os perigos”.²³⁰ No interior do PRP, conseguiu o espaço para buscar a legitimidade política que precisava após o exílio. Assumiu a presidência e liderança do partido e, após apoiar a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra e eleger alguns membros para o legislativo, esteve ao lado da União Democrática Nacional (UDN) no apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, exaltado por Plínio como “um dos brasileiros mais dignos dos sufrágios dos seus compatriotas”²³¹.

No entanto, nas eleições de 1950 Getúlio Vargas, da coligação Partido Trabalhista Brasileiro-Partido Social Progressista (PTB-PSP), foi o vitorioso, inaugurando um momento de mudanças constantes em respeito a definições políticas. Plínio Salgado, obviamente, em um

primeiro momento, estabeleceu um forte sentimento antivarguista, associando o novo governo ao antigo Estado Novo, mas, após a vitória de Vargas, iniciou publicamente uma campanha a favor do novo governo, alterando radicalmente a posição em relação ao “antigo ditador” (CALIL, 2010, p. 110). O apoio não durou muito tempo, pois a postura trabalhista de Vargas passou a ser acusada de estímulo à luta de classes. Dessa forma, os integralistas reagiram e romperam com o governo, iniciando assim a fase da independência partidária.

No pleito de 1955, lançou-se candidato à Presidência da República, obtendo 714.379 votos, ou 8,3%, alcançando a maior votação da história integralista. A eleição foi um marco para Plínio Salgado, pois a adesão ao integralismo alcançou números até então não conhecidos, apesar da dificuldade de ser líder de um pequeno partido. A opção em lançar-se candidato fazia parte de uma estratégia política com a intenção de promover o crescimento partidário e de si próprio. Para tal, utilizava o discurso democrata-cristão como sustentáculo dessa nova fase política. A candidatura de 1955 à Presidência foi única, não houve outra experiência em pleito federal, e a explicação concedida pelo líder era o modelo político imposto que impedia a arregimentação dos pequenos partidos, que não possuíam recursos financeiros no modelo democrático estabelecido.

Com o lançamento da sua candidatura, a imprensa passou a questionar uma possível vitória: “Se Plínio vencer” foi a manchete de reportagem da revista *O Cruzeiro*, em setembro de 1955, “sem Sigma e Anauê” o candidato respondeu às perguntas da imprensa ressaltando, principalmente, as propostas para a política nacional,²³² cuja matriz era uma política baseada no nacionalismo democrata-cristão. Ao ser questionado qual o ponto capital do programa de governo, respondeu que era a educação, pois com ela enxergava o avanço da moralidade, compactuante com os anseios democratas e espiritualistas defendidos por Pio XII. Esta, inclusive, era outra

temática ressaltada pelo candidato: a importância do pensamento do pontífice para a sua formação política no momento pós-guerra, quando passou por uma necessária reorientação doutrinária.

De forma lenta, alguns preceitos foram ocultados por Plínio Salgado, que passou, em alguns momentos, a sobrepor o lado político à organização doutrinária integralista. "A aliança com o PTB e Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, foi, certamente, a posição tomada pelo PRP que maior repercussão gerou, inclusive no interior do partido" (CALIL, 2010, p. 555). O ano de 1958 foi marcante, pois ele possuía um projeto eleitoral para o legislativo federal para finalmente alcançar um cargo público – o único havia sido em 1927, como deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. Sendo assim, afirmou: "Leonel Brizola: mentalidade nova e capaz de inaugurar um tipo de governo adequado à necessidade do nosso tempo! Guido Mondin: candidato nitidamente representativo da índole popular do PRP".²³³ O acordo que foi louvado e condenado por ambos os lados tomou a imprensa gaúcha, que noticiou de forma contínua o apoio integralista ao candidato ao governo do estado: "Plínio recomenda Brizola".²³⁴



Foto 2

Os anos do governo Juscelino Kubitschek foram relativamente tranquilos para ele, pois, com entendimento, os dois políticos

mantiveram a cordialidade. Nesse clima, Plínio Salgado foi indicado e eleito deputado federal pelo Paraná, na eleição de 3 de outubro de 1958, alcançando finalmente uma vitória federal e no espírito democrático, agora defendido pelo integralista. A posse como deputado federal ocorreu em 2 de fevereiro e, em seguida, aconteceu uma série de negociações políticas. Apenas dois dias após a posse, o integralista recebeu a visita do vice-presidente João Goulart, que prometeu entregar ao PRP um alto posto na administração federal.²³⁵ Plínio Salgado teve um papel relevante no início do governo JK, buscando apoio e manutenção da estabilidade para o novo presidente. Em entrevista ao jornal gaúcho *A Hora*, afirmou que “toda atitude de oposição *a priori* será nociva ao momento nacional”.²³⁶ No entanto, o que movia a ansiedade da imprensa era a presença do líder integralista no Congresso Nacional. Tanto no jornal *A Marcha* quanto nos periódicos de maior circulação, havia notícias sobre a estreia de Plínio Salgado na Câmara Federal. O *Jornal* divulgou reportagem com os projetos do PRP e as ideias dos quatro parlamentares eleitos para a “Banca de Plínio Salgado”. O líder integralista era apontado como uma das atrações entre os deputados que, ao lado de Jânio Quadros e Carlos Lacerda, certamente promoveriam bons e calorosos debates.²³⁷

A influência portuguesa de Salazar foi notada logo nos primeiros meses de mandato. Em 10 de agosto de 1959, como deputado federal, proferiu um discurso no plenário do Congresso Nacional estabelecendo a presença de Portugal e a influência do Estado Novo de Salazar na sua política do pós-guerra, quando defendeu a criação da chamada “Câmara Econômica”: uma Câmara Corporativa nos mesmos moldes da existente em Portugal. Apesar da inflamada eloquência, sua proposta foi apenas um desejo político. A representatividade da bancada do PRP era mínima no Congresso Nacional, e a implantação de uma Câmara Corporativista (ou Econômica) não era prioridade ou desejo da maior parte dos parlamentares. A sua ação passou a ser relativamente intensa, nos limites do partido, atuando em setores ligados, principalmente, à

educação, na Comissão de Educação e Cultura. Foi um período de pressões tanto políticas como parlamentares, líder partidário, articulador político, líder religioso (não da forma como planejara após o exílio), empresário, pai de família e com muitos projetos, mas sem a força que possuía em tempos passados.

Com a transferência da capital para Brasília, ocorreu o término do governo JK e a eleição de Jânio Quadros, alvo de críticas dos integralistas, rotulado de comunista. No entanto, “[...] após a vitória eleitoral de Jânio, a posição do PRP modificou-se rapidamente” (CALIL, 2010, p. 257). Nesse período passou a residir no Planalto Central em uma construção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).²³⁸ Durante o governo João Goulart, percebe-se Plínio Salgado como um deputado federal mais atuante nas articulações políticas em relação à questão do sistema parlamentarista, sem dúvida, com a intenção de ter benefícios com o novo regime, que fortalecia o legislativo. Em algumas entrevistas em Portugal, fez grandes elogios ao novo sistema político brasileiro, inserindo o parlamentarismo brasileiro como o mais correto do mundo: “Todos os partidos fazem parte de um conjunto de interesses nacionais [...]. O caso do meu país, portanto é o que me parece mais certo e mais de acordo com o interesse geral”.²³⁹

Em setembro de 1961, fez uma série de pronunciamentos a favor do sistema parlamentar. Como consequência da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto e nos meses seguintes, diversos debates foram travados na tentativa de influenciar a escolha do presidente do Conselho de Ministros. As ações de Plínio Salgado foram de críticas ao contexto econômico e político em que o Brasil estava inserido e, em 1962, em plena crise política, afirmou: “Fala-se em revolução – evidentemente contra o sistema parlamentar e as instituições vigentes. Nós também temos o direito de pregar outra revolução, para repor a ordem em nosso País”. Com dois anos de antecedência, o parlamentar fixava a sua posição em torno de uma “revolução” brasileira, sendo ele e seu grupo integralista representantes do

conservadorismo radical brasileiro os mais eufóricos com o golpe civil-militar de 1964.

Como uma espécie de resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente Jango anunciou as Reformas de Base, uma série de marchas foram organizadas em todo o país por setores do clero e por entidades femininas. Em tempo de Guerra Fria e com receio de um avanço comunista, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* reuniu o conservadorismo brasileiro, que defendia a queda imediata do presidente João Goulart. Plínio Salgado não ficou ausente e participou de atividades em São Paulo e em Belo Horizonte.

Dias após o início do novo regime, Plínio Salgado fez questão de focar na Câmara o apoio do PRP ao general Castello Branco, com exaltações à figura do militar. Percebe-se claramente a intenção de ter algum benefício político, principalmente após o apoio concedido ao golpe. Em várias oportunidades, o plenário da Câmara dos Deputados foi palco para elogios e exaltações ao General Olympio Mourão Filho, um dos idealizadores do golpe – e antigo membro da AIB (um dos idealizadores do Plano Cohen) –, e de outros representantes da política nacional que contribuíram para a implantação de fato da expressão nacionalista no Brasil contra o “grande mal” que assombrava o mundo, o comunismo.

Plínio Salgado tinha a esperança que 1964 fosse o momento dos integralistas no poder, pois, com um discurso nacionalista de defesa da soberania nacional e de um Brasil forte, a doutrina militar possuía determinados focos compactuantes com suas ideias. Em muitos momentos, por necessidade política, fez discursos a favor do regime, no entanto, em outras oportunidades, proferiu uma crítica possível. Em janeiro de 1965, em entrevista, desconsiderou a visão militar de um ato revolucionário, não concordando que 1964 representara o início de uma mudança drástica no Brasil. O motivo era bem simples, não havia o integralismo.

A dificuldade ficou ainda mais visível a partir de 27 de outubro de 1965, quando o governo militar decretou o Ato Institucional número 2 (AI-2) extinguindo todos os partidos políticos. Isso provocou instabilidades e irritações entre os integralistas, principalmente em seu líder, Plínio Salgado, que sofria pressões em relação ao tema desde 1964, quando o governo iniciou sondagens em torno do tema, levando o líder do PRP a cogitar uma fusão com o PSP de Adhemar de Barros para engrandecer o pequeno partido integralista. Em 25 de maio de 1965, utilizou a bancada federal para expressar a insatisfação ao Projeto de Estatuto dos Partidos, uma espécie de pré-projeto do AI-2 (SALGADO, 1982, p. 272).

A insatisfação com a atitude ditatorial continuou mesmo após o decreto do AI-2, apesar de Plínio não ter tido escolha: ou ficava ao lado do governo, na Aliança Renovadora Nacional (Arena), ou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma oposição possível. Com seu histórico e interesses políticos, não restava dúvidas de que a escolha seria pela Arena. No entanto a tarefa não foi fácil, pois muitos filiados do PRP e líderes estaduais não aceitaram a migração, principalmente porque seriam minoritários no novo partido. Entretanto, a influência e o poder do Chefe fizeram com que, em âmbito nacional, a maior parte dos integralistas passassem a figurar na Arena, a partir de 1965.

A insatisfação de Plínio Salgado com a situação política era notória. A existência da Arena tinha justamente esta função: colocar ao lado do governo o maior número de parlamentares com o objetivo de fortalecer o regime, servindo assim como "bode expiatório e objeto de chacota" (GRINBERG, 2009) na sociedade política brasileira. Não há dúvidas de que esse foi o motivo para que Plínio Salgado utilizasse ainda mais o seu tempo como parlamentar ocupando o cargo de relator na Comissão de Educação e Cultura e estabelecendo propostas relacionadas à educação brasileira, sendo a de maior destaque a criação da "Educação Moral e Cívica", projeto compactuante com a doutrina nacionalista do movimento

integralista. Em 1970, foi questionado em relação ao abandono do plenário da Câmara e à presença apenas nas comissões. O deputado justificou, sem grandes explicações: “Para não me comprometer”.²⁴⁰

Dizia ser o fundador do nacionalismo brasileiro, um nacionalismo cristão que, na visão do deputado, apresentava forças políticas em 1970.²⁴¹ O mesmo nacionalismo que sempre pregou, no entanto com alterações e adaptações de acordo com a governabilidade política do Brasil. Percebe-se que tinha uma possibilidade de ação política mais favorável no regime democrático brasileiro, nos tempos do PRP, do que na ditadura dos militares, com os mandatos da Arena.

Morou em Brasília durante 13 anos (SALGADO, 1973) e lá construiu um sítio que chegou a “confraternizar o reino vegetal com o animal” (SALGADO, 1973, p. 45). Essa “convivência da natureza”, possivelmente, foi a causa da morte de Plínio Salgado, em 8 de dezembro de 1975. Em sua propriedade, foi picado por um inseto, o que gerou uma fraqueza, obrigando a mudança para São Paulo. Após alguns meses, o estado de saúde foi piorando e precisou ser internado no Hospital São Camilo, onde teve ligeira melhora, mas, após receber alta, foi internado novamente no Hospital de Moléstias Digestivas e, em dezembro de 1975,²⁴² faleceu, sendo enterrado no Cemitério do Morumbi, espaço que até hoje é cultuado pelos “herdeiros” do movimento integralista.

Exaltado e idolatrado por uns, esquecido e ocultado por outros devido ao radicalismo de direita, foi indiscutivelmente uma figura polêmica no século XX. Com uma trajetória plena de tensões, representou um dos principais nomes da política brasileira, sobretudo por ter sobrevivido a diversos momentos da história. Quando soube da morte, o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, afirmou que o Brasil perdia um notável escritor.²⁴³ Com a morte do integralista, diversas homenagens foram feitas, principalmente entre os militantes. Houve a tentativa, sem êxito, de manter viva a memória do espiritualismo orgânico de Plínio Salgado, no entanto, o auge

autoritário da década de 1930 representou uma força considerável, e a relação com o fascismo jamais foi esquecida, uma das causas do fracasso do projeto idealizado na democracia cristã de cunho corporativista.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. de F. *Plínio Salgado: resumo biográfico*. Salvador: Gazeta dos Municípios, 1951.

AMADO, J. *O cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes*. 34a. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ANDRADE, O. de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: ANDRADE, O. de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990.

ANDRADE, M. de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.

ARAÚJO, R. B. de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BARRETO, J. Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo. In: BARRETO, J. *Religião e sociedade: dois ensaios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BERTONHA, J. F. *Salgado, Reale e Barroso. Políticos e intelectuais em circulação entre o Brasil, a Itália, a Alemanha, a França e Portugal*. Perseu: História, Memória e Política, v. 12, 2018.

CALIL, G. G. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CAMPOS, R. P. de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas; São Paulo: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

D'ARCOS, J. P. Lembrança de Plínio Salgado. In: CARVALHO, J. B. *Plínio Salgado: in memoriam*. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986, v. 2.

DOREA, A. G. R. *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. São Paulo: GRD, 1999. p. XXV.

GONÇALVES, L. P. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018).

GONÇALVES, L. P. Literatura e autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, G. B.; GONÇALVES, L. P.; PARADA, M. (orgs.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GONÇALVES, L. P. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

MARTINHO, F. C. P. *Marcello Caetano, uma biografia (1906-1980)*. Lisboa: Objectiva, 2016.

OLIVEIRA, A. L. *Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PINTO, A. C. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PRADO, A. A. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, L. N. *A Legião Portuguesa: A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Estampa, 1996.

SALGADO, P. A semana da arte moderna no seu cinquentenário (10-05-1972). In: SALGADO, P. *Discursos parlamentares. Seleção e*

introdução de Gumerindo Rocha Dorea. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. v. 18 (Série Perfis Parlamentares).

SALGADO, P. A extinção dos pequenos partidos (25-05-1965). In: SALGADO, P. *Discursos parlamentares*. Seleção e introdução de Gumerindo Rocha Dorea. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. v. 18. (Série Perfis Parlamentares).

SALGADO, P. *Minha segunda prisão e meu exílio, seguido de Diário de bordo e Poema da Fortaleza de Santa Cruz*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia, 8 jul. 1939. In: SALGADO, P. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Diário de bordo. In: SALGADO, P. *Minha segunda prisão e meu exílio, seguido de Diário de bordo e Poema da Fortaleza de Santa Cruz*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia e Loureiro Júnior, 4 nov. 1939. In: SALGADO, P. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 30 dez. 1939. In: SALGADO, P. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia e Loureiro Júnior, 7 jan. 1940. In: SALGADO, P. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia, 15 out. 1940. In: SALGADO, P. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia e Loureiro Júnior, 25 set. 1940. In: SALGADO, P. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia, 30 mar. 1940. In: SALGADO, Plínio. *Tempo de exílio: correspondência familiar – I*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, P. *13 anos em Brasília*. Brasília: Horizonte, 1973.

SALGADO, P. *Livro verde da minha campanha*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1956.

SALGADO, P. *O que é o Integralismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937.

SALGADO, P. et al. *Plínio Salgado*. São Paulo: Edição da Revista Panorama, 1936.

SALGADO, P. *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, P. Roteiros de gente nova. In: SALGADO, P. *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, P. Arte brasileira. In: SALGADO, P.; PICCHIA, M.; RICARDO, C. *O curupira e o carão*. São Paulo: Helios, 1927.

TRINDADE, H. *A tentação fascista no Brasil*: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

TRINDADE, H. *Integralismo*: o fascismo brasileiro da década de 30. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

200. Este trabalho apresenta resultados do apoio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que teve como resultado a tese de doutoramento: *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*, publicada pela Editora Imprensa de Ciências Sociais (Lisboa) em 2017 com o título *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*; e, em 2018, pela Editora FGV do Rio de Janeiro.

201. A cidade de Rio Claro, localizada no interior de São Paulo, recebeu, em 1985, a doação de todos os documentos pessoais e políticos das mãos da viúva de Plínio Salgado, Carmela Patti Salgado.

202. SALGADO, Plínio. *História da minha vida*. 1938. (APHRC/FPS-01.007.001).

203. SALGADO, Plínio. *História da minha vida*. 1938. (APHRC/FPS-01.007.001 – anexo).

204. MATOS, Fernando de. Intelectuais da região o caracterizavam como “ilustríssimo descendente dos beirões”. Viseu em Festa, *Jornal da Beira*, Viseu, 11 de agosto de 1944.

205. Plínio Salgado se casou novamente em 1934 com Carmela Patti Salgado, uma militante do movimento integralista. Essa união durou até o fim de sua vida e não tiveram filhos.

206. “Durante a infância de minha filha, deixei-a a cargo de minha mãe e, por falecimento desta; de minha irmã Irene, enquanto eu lutava na capital, no jornalismo e nas letras”. (SALGADO, Plínio. *História da minha vida*. 1938. APHRC/FPS-01.007.001).

207. Pseudônimo de Benevenuto Silvério de Arruda, jornalista do *Correio Paulistano* e de outros periódicos paulistas. Membro da Academia Paulista de Letras, foi chefe da Documentação Histórica do Departamento de Cultura de São Paulo.

208. Não matará. *Revista do Brasil*: seção de obras de *O Estado de S. Paulo*, n. 58, p. 142-145, out. 1920; O Bello poema do Lexicon. *Revista do Brasil*: seção de obras de *O Estado de S. Paulo*, n. 70, p. 108-111, out. 1921.

209. SALGADO, Plínio. *Arte brasileira*. (APHRC/FPS-006.004.003). Através de uma versão modificada foi publicado em: SALGADO, Plínio. *Arte brasileira*. In: SALGADO, Plínio; PICCHIA, Menotti; RICARDO, Cassiano. *O curupira e o carão*. São Paulo: Helios, 1927, p. 31-42.

210. 50 anos de modernismo: o depoimento de Plínio Salgado, *O Cruzeiro*, 9 de fevereiro de 1972, p. 90-91.

211. MOURÃO, Gerardo Melo. Depoimento. In: SOLDADO de Deus. Direção: Sérgio Sanz. Argumento e roteiro: Sérgio Sanz e Luiz Alberto Sanz. Produção: Júlia Moraes. Rio de Janeiro: Videofilmes Produções Artísticas, 2004. (87 min.).

212. Para uma exploração bibliográfica sobre o integralismo brasileiro, ver: Gonçalves, Leandro Pereira. Un ensayo bibliográfico sobre el integralismo brasileño, *Ayer*, v. 105, p. 241-256, 2017.

213. Salgado, Plínio. [**Correspondência**]. Destinatário: Ribeiro Couto. [S.l.], 5 de jul. de 1933. (FCRB/APEB-Pop: 28177).

214. O que se viu foi um pensamento marcado por ramificações, ou seja, Plínio Salgado, por possuir uma circularidade de apropriação, foi utilizando uma série de ideias coletadas e identificadas ao longo da vida para criar e segmentar uma doutrina defendida por ele

como inovadora, única e autêntica. Para Roger Chartier, entre o texto e o sujeito que lê, coloca-se uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, a maneira como estes afetam e o conduzem a uma nova forma de compreensão (CHARTIER, 2003, 1990). Em perspectiva contrária, João Fábio Bertonha afirma a “invalidade e fragilidade” da minha interpretação simplesmente porque o líder do integralismo não mencionou em suas obras elementos da *Action Française*, como o maurrasianismo, e os aspectos da intelectualidade portuguesa com base no Integralismo Lusitano (BERTONHA, 2018, p. 11-37). Ora, Plínio Salgado sempre deixou explícito o desejo da originalidade e, em diversos momentos, negou relações políticas ou até mesmo inspirações, colocando o integralismo como um movimento genuinamente brasileiro e de uma criação original, dando a entender que possuía o “marco zero”. A visão de vanguarda exigia um pensamento modernista e inovador perante a sociedade brasileira, defendia a originalidade, caracterização que os movimentos conservadores de cunho radical também adotavam para a aceitação da intelectualidade. Foi assim em Portugal, com o Integralismo Lusitano, e no Brasil, com a Ação Integralista Brasileira. Em razão de um demasiado apego à questão documental e em detrimento à interpretação, o fato simplesmente de não existir a citação e referência das leituras realizadas por Plínio Salgado não pode ser a comprovação cabal da ausência. Havia uma circularidade cultural em que o conservadorismo português e o brasileiro estavam inseridos. Com essa relação, vê-se a constituição da trajetória histórica do sujeito político que foi Plínio Salgado (GONÇALVES, 2018).

215. Palavras de despedida, *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1946.

216. ARCHIVIO CENTRALE DELLO STATO. Segreteria Particolare del Duce. Carteggio Ordinario, Udienze, b. 3102, f. giugno/1930. (Informação dada pelo Prof. Dr. João Fábio Bertonha).

217. “A repressão policial foi implacável e perto de 1500 pessoas foram detidas, entre integralistas, simpatizantes e adversários de Vargas” (CAMPOS, 1982, p. 89).

218. SALGADO, Carmela Patti. Depoimento. In: SOLDADO de Deus. Direção: Sérgio Sanz. Argumento e roteiro: Sérgio Sanz e Luiz Alberto Sanz. Produção: Júlia Moraes. Rio de Janeiro: Videofilmes Produções Artísticas, 2004. (87 min.).

219. Foi preso em S. Paulo o Sr. Plínio Salgado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro 1939.

220. Foi preso em S. Paulo o Sr. Plínio Salgado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro 1939.

221. A prisão do chefe dos camisas-verdes movimentou a polícia paulista, *O Diário*, Santos, 28 de janeiro de 1939.

222. Questionário de viagem para Portugal em 1939 (APHRC/FPS-001.006.002-b).

223. Sobre a *Legião Portuguesa*, ver Rodrigues (1996).

224. Recordações de Lisboa, *Correio Brasiliense*, Brasília, 16 de abril de 1969.

225. SALGADO, Plínio. *Prontuário*. NT 4223. Processo 4262 (ANTT/PIDE/DGS).

226. A força lusitana no pensamento de Plínio Salgado e as ações políticas a favor do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial fizeram com que as ações do autor no exílio fossem rotuladas de antibrasileiras. (SEITENFUS, Ricardo. Salgado, amargo engano, *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 maio 1995).

227. Sobre Marcello Caetano: Martinho (2016).
228. Recordações de Lisboa, Correio Brasiliense, 16 de abril 1969.
229. SALGADO, P. [**Correspondência**]. Destinatário: Loureiro Júnior. [S.l], 4 maio 1946. (APHRC/FPS PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010 - grifo nosso).
230. Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro: Encerramento da 2ª Convenção Nacional do Partido de Representação Popular em 27 de outubro de 1946, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1946.
231. Plínio Salgado e o momento político nacional, *Folha do Rio*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1950.
232. Se Plínio vencer, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1955, 82M-82Q.
233. Mensagem de Plínio Salgado aos Integralistas do Rio Grande do Sul (Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS. Fundo PRP-RS. Série 16, p. 44).
234. Plínio recomenda Brizola, *A Hora*, Porto Alegre, 15 de janeiro 1958.
235. Mantiveram demorada conferência os Srs. João Goulart e Plínio Salgado, *Folha da Manhã*, São Paulo, 5 de fevereiro 1959.
236. É nosso dever dar ao governo federal um crédito de confiança, *A Hora*, Porto Alegre, 16 de outubro 1956.
237. Plínio Salgado considerado uma das atrações, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1959.
238. Dossiê sobre a "Mansão do Galo Azul" e outros imóveis. 1961. (APHRC/FPS-054.009.001).
239. A entrevista do dia: Dr. Plínio Salgado (escritor e político brasileiro), *Diário Ilustrado*, Lisboa, 15 de maio de 1962.
240. A volta do 'Chefe', *Revista Veja*, São Paulo, 13 de maio de 1970.
241. Entrevista concedida por Plínio Salgado ao *Times* de Los Angeles (APHRC/FPS-091.004.007).
242. Segundo relatos, Plínio Salgado sofreu nos últimos anos com o alcoolismo, o que contribuiu com a doença. (O Prestes da direita, *Jornal de Brasília*, 1995 - Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS. Fundo AIB. Série 17-Diversos, p. 18).
243. Plínio Salgado (1895-1975), *Revista Veja*, São Paulo, 17 de dezembro de 1974.



Foto 1

CAPÍTULO V

Raymundo Souza Dantas

O primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira

[Fábio Koifman](#)

Até o ano de 2010 e a promoção de Benedicto Fonseca Filho, o nome de Raymundo Souza Dantas perdurou como exemplo único de representação em nível de embaixador de indivíduo negro. Se constituindo em paradigma expressivo do racismo e da persistente “desigualdade racial” no país.²⁴⁴ Benedicto além de ser “de carreira”, tendo sido aprovado em concurso público e passado pelo Instituto Rio Branco, foi também até a presente data o mais jovem embaixador brasileiro de todos os tempos. Ou seja, demorou ainda praticamente

50 anos, meio século, para que finalmente um segundo embaixador brasileiro negro, dessa vez de carreira, surgisse.

No momento em que esse texto é escrito ocorre um processo de esquecimento em relação a Raymundo Souza Dantas: o nome permanece na lembrança de seus contemporâneos, agora com idade avançada, tendendo a esmaecer na memória da maioria das pessoas. Vez por outra, o nome do primeiro embaixador brasileiro negro é lembrado na mídia, em ocasiões nas quais os textos produzem considerações a respeito da persistente discriminação que sofrem os descendentes de escravos no país. Raymundo é lembrado como raríssimo exemplo de alguém que logrou atingir um posto de destaque no governo: o de embaixador.²⁴⁵

Dentro da proposição deste texto, a trajetória de vida pública de Raymundo pode ser dividida em três fases: a primeira, como personagem exemplo de determinação e superação, que passou a ser conhecido nacionalmente como modelo por ter conseguido superar as dificuldades de nascer pobre, negro, nordestino e analfabeto até quase os 18 anos. A segunda fase, como escritor e jornalista que trabalhou e publicou intensamente e foi lido no país inteiro. A terceira fase, como o primeiro embaixador negro do Brasil, nomeado em 1961, por Jânio Quadros, para servir em Gana.

O noticiário do ano de 1961 expressava, especialmente, as tensões e polarizações da Guerra Fria. Naquele momento o julgamento do criminoso nazista Eichmann trazia à tona os extremos da intolerância, dividindo espaço com as persistências racistas e as respectivas manifestações contra o preconceito nos Estados Unidos e as lutas pelos direitos civis naquele país. Também estavam presentes nas páginas dos jornais os registros de manifestações nas Nações Unidas e na opinião pública, de repulsa e proposição de boicote ao regime do *Apartheid* na África do Sul. A influência de ideias ou de nações socialistas junto as jovens nações africanas eram apontadas como risco de expansão do comunismo pelo mundo. A política anticolonialista e de aproximação diplomática com o bloco socialista,

anunciada pelo conservador Jânio Quadros, parecia justamente remar em sentido contrário a tradição anticomunista dos governos anteriores, desorientando partidários e apoiadores. A pasta das Relações Exteriores sofreu bastante interferência do presidente, mas também contou com a orientação de Afonso Arinos de Mello Franco, responsável pelo Itamaraty. Um político que quando senador, anos antes, propôs e aprovou uma lei antirracismo que passou a ser conhecida com o seu próprio nome e que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.²⁴⁶

A reiterada pretensa “democracia racial” brasileira era um cartão de visitas e a alma da diplomacia cultural brasileira, especialmente no então chamado terceiro mundo. Ao mesmo tempo, brasileiros descendentes dos escravos africanos se mobilizavam politicamente denunciando publicamente o racismo de que eram vítimas no dia a dia.²⁴⁷

Algumas versões dos fatos que circularam ao longo do ano de 1961, relacionados à indicação e nomeação de Raymundo Souza Dantas para o posto de embaixador do Brasil em Gana, acabaram sendo repetidos até aqui pela historiografia, que produziu como fatos históricos rumores não comprovados. Os mais significativos foram responsáveis por influenciar determinada versão dos fatos que constroem um pretense ambiente de crítica e até repulsa por parte do governo de Gana ou do próprio presidente daquele país, Kwame Nkrumah (1909-1972), em relação a indicação de um embaixador brasileiro negro.

O primeiro desses rumores dá conta de que a indicação de Souza Dantas para uma embaixada na África fez com que o historiador José Honório Rodrigues acusasse Jânio Quadros de “racismo às avessas” (DÁVILA, 2011, p. 60; SARAIVA, 1996, p. 90-91). O segundo diz respeito à demora por parte do governo ganês em enviar o *agrément*²⁴⁸ após ter recebido a comunicação oficial enviada pelo governo brasileiro. Essa demora seria indicativa de dúvida quanto a aceitar

Raymundo em razão de tratar-se de um representante negro ou até que não seria de fato aprovado pelo governo de Gana. O terceiro rumor dá conta de que Raymundo foi “recebido com reserva” por Nkrumah. O quarto, e último, dá conta de que o próprio presidente de Gana teria confidenciado a um representante do governo brasileiro que se o Brasil realmente desejasse dar provas de sua harmonia racial, melhor faria enviando representantes negros também para importantes países brancos (SELCHER, 1974, p. 94; SARAIVA, 1996, p. 90; LIGEIRO, 2011, p.123; DÁVILA, 2011, p. 63).

Um começo de vida

Raymundo Souza Dantas nasceu no dia 11 de janeiro de 1923 na pequena cidade sergipana de Estância. Em livro autobiográfico, publicado em 1949, contou que era filho, neto e bisneto de analfabetos e sua mãe, Porfíria, trabalhava como lavadeira. Apesar dos esforços da progenitora em matriculá-lo em uma instituição de ensino, entre os seus 6 e 10 anos, nunca logrou permanecer em uma escola. Segundo o seu relato, se alfabetizou somente aos 18 anos (DANTAS, 1949, p. 5-30).

De acordo com as memórias registradas em livro, Raymundo foi aprendiz de ferreiro, de marceneiro, pintor de paredes e entregador de embrulhos. Aos 16 anos foi trabalhar no jornal de sua cidade natal, o *A Estância*. Ali auxiliava nos serviços gerais, na tipografia, impressão e na distribuição dos jornais. Pouco depois, mudou-se para Aracaju. Descreveu que próximo a completar 18 anos “[...] tudo o que sabia era o alfabeto e o usava de forma estranha, forma que talvez somente eu no mundo soubesse usar. Era capaz de unir letras, formar nomes e frases, se alguém me auxiliava” (DANTAS, 1949, p. 27). Em 1941 resolveu ir para o Rio de Janeiro. Na então capital do país, dormiu alguns dias na rua e realizou trabalhos diversos até encontrar-se por acaso com o jornalista Joel Silveira, a quem conhecia de Aracajú/SE (COSTA, 1982, p. 228). Com a ajuda de Silveira conseguiu um

emprego na revista *Diretrizes* e depois na editora de Adolfo Aizen. Nesse trabalho foi tipógrafo e em outros que se empregou, passou “a dominar o alfabeto” e a publicar seus textos em diferentes jornais e revistas (DANTAS, 1949, p. 46).

Ao longo de 1941 diversos artigos assinados por Souza Dantas foram publicados.²⁴⁹ Nesse mesmo ano, e seguintes, Raymundo passou também a contribuir com a revista *Vamos Ler!*²⁵⁰ E com a revista *Carioca*.²⁵¹ Desse tempo data a sua aproximação com Graciliano Ramos (DANTAS, 1949, p. 33-35). Ao fim de 1942 Raymundo tinha dois empregos como revisor e nessa época já trabalhava no *Diário Carioca* (DANTAS, 1949, p. 52).

A partir do ano de 1944, além do trabalho no *Diário Carioca*, Souza Dantas passou a colaborar com alguma frequência em diferentes jornais, como o *O Jornal*²⁵² e o *A Manhã*.²⁵³ Em dezembro de 1944 o primeiro romance de Raymundo foi publicado com o título de *Sete Palmos de Terra* pela editora Vitória,²⁵⁴ empresa bastante associada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1945 Souza Dantas já publicava também na revista *O Cruzeiro*.²⁵⁵

Para a Assembleia Constituinte de 1946, o *Diário Carioca*, escalou Raymundo para a cobertura. Dessa forma, de acordo com as suas memórias, o jornalista aproximou-se pelos anos que se seguiram do universo dos políticos:

Trabalhei no Palácio Tiradentes até 1960. Vivi como testemunha e como repórter, às vezes até mesmo como protagonista, todo o processo político-parlamentar vivido no país [...] enfim, privei com todos os personagens de maior importância na vida política e parlamentar brasileira. E foi essa a minha Universidade, fiz desses homens os meus professores, com eles aprendi quase tudo (COSTA, 1982, p. 230).

No dia 21 de abril de 1946 ocorreu uma “homenagem do Partido Comunista do Brasil aos seus escritores e artistas” no centro do Rio de Janeiro.²⁵⁶ Com a presença esperada de Graciliano Ramos, Candido Portinari, Astrogildo Pereira, Aparício Torelli, Oscar Niemeyer, Eduardo Guarnieri, Leôncio Basbaum, Jaime Grabois, Carlos Scliar,

Jorge Amado, Brasil Gerson, Mario Schemberg, Solano Trindade e outros, “[...] figuras da nossa literatura e da nossa arte, cuja formação se fez num contato íntimo com o povo”, a solenidade foi presidida por Luiz Carlos Prestes. Raymundo foi um dos escritores homenageados e recebeu o seu “carnet” de membro do PCB.

Também em 1946, Raymundo se casou com Idoline Isa Botelho e no mesmo ano nasceu Roberto, o primeiro filho do casal²⁵⁷ DANTAS, 1949, p. 75-81). Seguiu escrevendo e publicando largamente em diferentes jornais e revistas.²⁵⁸ A partir desse ano, Souza Dantas passou também a colaborar com o caderno “Letras e Artes”, publicado como suplemento do jornal *A Manhã*²⁵⁹ e com a revista *A Cigarra*.²⁶⁰ No ano seguinte, já assinava textos no jornal *Diário Carioca*,²⁶¹ e em outras revistas literárias, como a paranaense *Joaquim*.²⁶² Em fins de 1947, relatou ter descoberto os autores católicos, fez novos amigos como Otto Maria Carpeaux e Prudente de Moraes Neto (DANTAS, 1949, p. 85-86). No ano seguinte Souza Dantas seguiu publicando seus textos em diferentes jornais.²⁶³

Raymundo Souza Dantas escritor e jornalista: exemplo de superação

No início de 1949 Raymundo publicou o livro autobiográfico *Um Começo de Vida*. Com tiragem de 40 mil cópias, a obra foi encomendada e publicada por iniciativa da “Campanha de Alfabetização de Adultos” do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação que a distribuiu às escolas de ensino supletivo de todo o país²⁶⁴ (COSTA, 1982, p. 229).

O objetivo da campanha era que “[...] a história de Raymundo Souza Dantas fosse conhecida pelo maior número dos que tenham aprendido a ler e ainda pelos analfabetos contado a estes pelos pais, parentes ou amigos” pois “[...] nos mostram o que vale a instrução, como igualmente nos mostram que o valor da instrução é

multiplicado quando haja força de vontade e inteireza de caráter”.²⁶⁵ A história de um homem nordestino e pobre que chegou ao Rio de Janeiro em 1941 com 18 anos, analfabeto e que quatro anos mais tarde era redator do jornal *Diário Carioca* e já havia publicado o seu primeiro livro, foi a escolhida para servir de exemplo aos brasileiros (DANTAS, 1949, p. 9-11). Ou, nas palavras de Clemente Mariani, então Ministro da Educação e Saúde Pública, conforme redigiu na introdução da obra:

Ainda perto dos dezoito anos era ele analfabeto, vivia em penúria, no desconforto e na descrença. Agora, aos vinte e seis anos, faz parte de um dos grandes jornais diários do Rio de Janeiro, escreve em outros jornais e revistas, tem vários livros publicados. Como pode subir da triste condição de vida em que vivia, para assim afirmar-se e vencer? [...] o que Raymundo nos conta, neste belo livro, poderá, servir de exemplo e de incentivo a milhares de moços e homens feitos que agora tem aprendido a ler nos cursos da Campanha de Educação de adolescentes e adultos.

Naquele momento, Raymundo já havia publicado além do romance *Sete Palmos de Terra* em 1944 (Ed. Vitória), o livro de contos *Agonia* em 1945 (Ed. Guaira), o romance *Solidão nos Campos* em 1949 (Ed. Globo), um ano profícuo em termos de publicação de livros para o autor, já que também em 1949 publicou a novela *Vigília da Noite* (Ed. Revista Branca). O livro autobiográfico *Um Começo de Vida* foi amplamente divulgado, especialmente pelo *Diário Carioca*, tendo sido objeto de algumas colunas críticas – todas elogiosas – do mesmo jornal que, no mesmo ano, o publicou na íntegra.²⁶⁶ Além dos propósitos pedagógicos anunciados pelo MEC, o livro foi também produzido com outro objetivo, de natureza ligada a imagem do país em relação as políticas públicas orientadas pelas Nações Unidas, atendendo a interesses relacionados a diplomacia brasileira. Entre julho e setembro de 1949, o Brasil sediou o “Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos” organizado pelo governo brasileiro em conjunto com a Unesco e a Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo sido o evento realizado no hotel Quitandinha, localizado na cidade serrana de Petrópolis.²⁶⁷ A

obra de Raymundo foi ali distribuída para os “[...] mais de cem técnicos e observadores de repúblicas continentais e de outras nações”. A revista *Courier*, publicada pela Unesco em três idiomas em julho de 1949, trouxe matéria a respeito de “La campaña latino-americana contra el analfabetismo” e do Seminário de Petrópolis, abrindo o texto da página noticiando o livro de Raymundo como “exemplo do que o Brasil estava fazendo na luta contra o analfabetismo”.²⁶⁸

Além do *Diário Carioca*, outros jornais e jornalistas de diferentes cidades do país publicaram resenhas críticas ao *Um Começo de Vida*.²⁶⁹ Boa parte dos autores dessas resenhas estavam entre os jornalistas, escritores e intelectuais mais famosos e respeitados da época, como Augusto Frederico Schmidt,²⁷⁰ Raimundo Magalhães Júnior,²⁷¹ Otto Maria Carpeaux,²⁷² Rachel de Queiroz,²⁷³ Ledo Ivo,²⁷⁴ e Oto Lara Rezende.²⁷⁵

Não há dúvida de que a profusão de resenhas e elogios estavam relacionadas a possíveis expressões espontâneas de reconhecimento das qualidades do livro, de amizade, coleguismo e simpatia dos articulistas para com Raymundo, como também, possivelmente, em algum grau, pelo usual condicionamento dos redatores e editores dos jornais em atender, eventualmente, solicitações governamentais – no caso, o editor do livro, o MEC, de proceder com a divulgação de obra por eles patrocinada. De qualquer maneira, são registros expressivos do quanto o livro e o nome de Raymundo circularam e foram publicados naquele tempo, atendendo não só o projeto do MEC como também a proposição da autoimagem construída pelo autor.

Os demais livros de Raymundo lançados no mesmo ano de 1949, *Solidão nos Campos e Vigília da Noite*, foram, de certo modo, eclipsados pela obra *Um Começo de Vida*. Ainda assim, obtiveram algum destaque na mídia aparentemente espontâneo ou fruto de esforço de divulgação da obra.²⁷⁶

Os anos 1950: Raymundo jornalista, funcionário público e escritor

Em janeiro de 1950 o *A Manhã* publicou em seu suplemento literário uma entrevista com o prestigiado escritor José Lins do Rego.²⁷⁷ Incluído entre os importantes escritores que haviam surgido nos últimos anos, Lins do Rego mencionou, entre outros, Clarice Lispector, Ledo Ivo, Ligia Fagundes Teles e Raymundo Souza Dantas. Essa associação aos grandes das letras, e como destaque entre os novos, apareceu na imprensa do período com regularidade.²⁷⁸

Paralelamente com a carreira de escritor, a imagem de Raymundo ficou, a partir da década de 1950, muito associada ao jornalismo, em especial ao político, em decorrência da presença dele no meio e pela quantidade de jornais com os quais ele contribuía. Desse modo, o escritor perdia espaço para o jornalista. No *Diário Carioca*, Souza Dantas seguiu publicando textos assinados,²⁷⁹ como também, eventualmente algumas de suas reportagens,²⁸⁰ assim como no *A Manhã*.²⁸¹

Nos primeiros meses de 1953 Raymundo estava colaborando com o “Bureau dos Jornais do Interior”, que distribuía textos para serem publicados em jornais de diferentes Estados brasileiros, como por exemplo na *Folha do Povo* do estado do Espírito Santo e na *Folha Mineira* de Juiz de Fora.²⁸²

Em 30 de agosto de 1953 o *Diário Carioca* noticiou que o Ministro da Educação e interino da Saúde Antônio Baldino “[...] que fez do escritor negro Raymundo Souza Dantas oficial de gabinete no seu segundo ministério”, acabara de confiar ao jornalista “[...] uma missão especial no ministério da Educação, no setor de Relações Públicas da Campanha de Alfabetização dos Adultos”. A missão era organizar o Serviço de Imprensa Educativa, “[...] cujo objetivo é a distribuição de artigos, reportagens e trabalhos outros, de jornalistas e escritores, para jornais de todo o país, principalmente do interior. A matéria versará sobre problema de educação e cultura”.²⁸³

Desse modo, Raymundo foi alçado a uma função prestigiada. Aparentemente, o posto no governo afastou um pouco Raymundo de suas publicações regulares. Somente em 29 de novembro de 1953 ele voltou a publicar um texto assinado no *Diário Carioca*²⁸⁴ e, em 23 de janeiro de 1954, uma nova crônica na *Revista da Semana*.²⁸⁵

Com o suicídio de Vargas e as mudanças no ministério, Raymundo assumiu novo posto. Conforme nota publicada, em setembro de 1954, no *Diário Carioca*, o novo Ministro da Educação e Cultura, Cândido Mota Filho, "[...] nomeou para chefe do Serviço de Imprensa, o jornalista Raymundo Souza Dantas, redator político de *A Noite* e do *DC*".²⁸⁶

Depois dos três livros lançados em 1949, Raymundo ficou seis anos sem publicar uma nova obra. Em março de 1955, a *Tribuna da Imprensa* noticiou que o serviço de Documentação do MEC havia lançado na semana anterior *Bernanos e o problema do romancista católico* de autoria de Raymundo.²⁸⁷ O trabalho teve poucos registros na imprensa, tendo sido mencionado como "ensaio"²⁸⁸ ou *plaque*.²⁸⁹

Em março de 1957 Raymundo começou a assinar uma "seção" no caderno "Letras e Artes" do *Diário Carioca* intitulada "Informações Literárias".²⁹⁰ Em setembro de 1957 Raymundo publicou um conto no "Suplemento Literário" do *O Estado de S. Paulo* e a partir daí passou a colaborar com o jornal outras vezes nos anos seguintes.²⁹¹

Em 15 de fevereiro de 1958, o respeitado colunista político Carlos Castello Branco publicou em sua coluna "Diário de um Repórter" a seguinte nota: "Uma ideia. Ao Sr. Afonso Arinos, candidato a senador e autor da lei contra preconceitos raciais, ocorreu uma ideia: a de ter o jornalista Raymundo Souza Dantas como seu companheiro de chapa, candidato a suplente de senador".²⁹² Alguns dias depois, a mesma coluna voltou ao tema com a nota na qual informou que o deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) Aduvaldo Cardoso "[...] declarou-se na Câmara encantado com a ideia do sr. Afonso Arinos de fazer de Raymundo

Souza Dantas candidato a suplente de senador pela UDN carioca. – Teríamos – disse – o primeiro homem de cor no Senador e um homem decente, com inteligência e caráter”.²⁹³ Depois dessas notas publicadas em colunas políticas, a candidatura de Raymundo para a suplência de Afonso Arinos no Senado não foi adiante, já que o nome escolhido foi o de Venâncio Igrejas.

No mesmo ano, depois de três anos sem publicar um livro, Raymundo lançou uma vez mais, pelo mesmo Serviço de Documentação do MEC que já havia publicado o seu ensaio de 1955, uma nova obra: *Reflexões dos Trinta Anos*.²⁹⁴

O prestígio de Raymundo aparentemente seguia significativo. Exemplo desse fato pode ser constatado na edição do suplemento semanal do *Correio da Manhã* de setembro de 1959. Raymundo publicou o conto “Caso Antigo” dividindo a mesma página com texto Carlos Drummond de Andrade.²⁹⁵ Ainda nesse mês, voltou a colaborar com a revista *Literatura*, em uma edição que trouxe textos de Rubem Braga, Adonias Filho, Brito Broca e outros.²⁹⁶ Também em 1959 o texto “Psicologia do enfermo” de Raymundo foi publicado em um livro da série “Panorama do Conto Brasileiro”, organizado por Raimundo Magalhães Júnior, intitulado *O Conto do Norte*. Editado pela Civilização Brasileira em dois volumes, a obra reuniu nomes de prestigiados autores vivos e já falecidos naquele momento, como Artur Azevedo, José Veríssimo, Humberto de Campos, Graciliano Ramos, Barbosa Lima Sobrinho, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Jorge Amado, Josué Montelo, Joel Silveira, Lêdo Ivo e Carlos Castelo Branco.²⁹⁷ Em novembro de 1960 Raymundo publicou um artigo no *O Globo*, o primeiro que nos foi possível localizar.²⁹⁸

Até onde pode ir um negro na “democracia racial” brasileira?

Desde pelo menos 1945 o nome de Raymundo esteve com regularidade ligado à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e à Associação Brasileira de Escritores (ABDE),²⁹⁹ como eventualmente

associado a movimentos políticos ligados ao chamado movimento negro que abrigava membros oriundos de diversas correntes ideológicas. Embora não tenha sido um ativista dos mais atuantes, Souza Dantas apareceu ao longo dos anos em diferentes grupos e eventos, junto e associado com Abdias do Nascimento e outros importantes líderes negros.³⁰⁰ Por exemplo, os dois acompanhados de outros colaboradores, como Solano Trindade, Aladir Custório e Corsino de Brito, fundaram o "Comitê Democrático Afro-Brasileiro", em março de 1945 (SOTERO, 2015, p. 131). O Comitê reuniu-se em 22 de março de 1945 e exarou uma "Declaração de Princípios" contendo 27 itens.³⁰¹ Nos interessa especialmente o 18º item que reivindicava a "Abolição das seleções raciais e de cor na diplomacia", uma vez que essa é a primeira denúncia pública dando conta das restrições à entrada de negros no Itamaraty que pudemos identificar logo após o fim do Estado Novo. A segunda ocorreu um ano depois, em de março de 1946, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, contida em discurso pronunciado pelo senador Hamilton de Lacerda Nogueira.³⁰²

Desde então, e nos anos seguintes até 1961, especialmente a experiência e o relato do professor José Pompílio da Hora que tentou seguir carreira na diplomacia brasileira mas esbarrou nas restrições ao ingresso de negros no Itamaraty, foi mencionada conjuntamente com diversas reivindicações por parte de ativistas no sentido do combate ao preconceito e do estabelecimento de uma sociedade sem racismo.³⁰³

Entre os militantes negros que denunciavam pública e sistematicamente a discriminação nesse período, além de Pompílio da Hora, Joviano Severino de Mello e João Cabral Alves foram alguns dos que mais vezes obtiveram espaço nos jornais para denunciar o racismo e aproveitaram algumas oportunidades para apontar a ausência de afro-brasileiros nos quadros do Ministério das Relações Exteriores (MRE).³⁰⁴

O embaixador Lafayette de Carvalho e Silva foi diretor do Instituto Rio Branco entre 1947 e 1956, tendo sido um dos mais

longevos no posto (MOURA, 2007, p. 31). Ainda como diretor, o embaixador concedeu uma longa entrevista a Carlos Rocha Mafra de Laet do *Última Hora* e publicada em setembro de 1951. Na oportunidade, o diplomata desenvolveu argumento que buscava justificar a ausência de negros entre os diplomatas brasileiros. Carvalho e Silva reiterou a atribuída “democracia racial” no país ao mesmo tempo em que “exportou” o racismo – assim como a responsabilidade pelo preconceito – para as nações racistas do exterior. A prática ou estratégia seria reutilizada 10 anos depois quando da nomeação de Raymundo para o posto de embaixador. A entrevista se deu no contexto em que candidatos negros reprovados na seleção do Instituto Rio Branco alegaram racismo no processo seletivo.³⁰⁵ Em seu discurso, o diretor deixou claro que o inconveniente e o mal-estar em relação a entrada de negros na diplomacia brasileira relacionava-se não a problemas da cultura ou da sociedade brasileira, mas a preconceito dos povos estrangeiros. Impedindo ou desmotivando-se a entrada de não brancos na carreira, se estaria evitando o constrangimento, entre outros problemas (COSTA, 1982, p. 84-88).

É fato que muitos países, naquele momento, seguiam racistas e estabelecendo restrições de toda ordem naquelas sociedades. Mesmo os representantes negros de países Africanos nas Nações Unidas, não raro, encontraram dificuldades para acomodação e outras. O que de modo algum, na perspectiva do universo diplomático, respaldariam os argumentos de Carvalho e Silva.

A ausência de afrodescendentes em postos de prestígio no Brasil, entre os quais, os diplomáticos, já vinha sendo denunciada desde o fim do Estado Novo. A sugestão de Raymundo Souza Dantas representar o governo brasileiro no exterior também não era sugestão nova. Localizamos pelo menos um registro publicado quase quatro anos antes da nomeação de Raymundo para Gana. Com o título “Racismo Frio do Catete e do Itamaraty. Não Querem Negro na Representação Brasileira na ONU” um jornal do Rio de Janeiro

anunciou em janeiro de 1957, reproduzindo entrevista com Joviano Severino de Melo, fundador da “União dos Homens de Cor” que declarou ao jornal: “Dizem que o Brasil é uma democracia racial, isenta do preconceito de cor. Puro engano” e registrou que havia enviado à presidência da República e ao Itamaraty demanda pela designação também de representantes brasileiros negros no exterior e, entre os nomes sugeridos, estava o de Raymundo Souza Dantas.³⁰⁶ Como Joviano nunca obteve qualquer retorno por parte das autoridades, asseverou: “[...] responderam-nos com a maior indiferença, o que nos leva à proposição inicial: há preconceito de cor no Brasil!”.

Nesse período a acusação de racismo contra o Itamaraty seguiu surgindo mais algumas vezes na imprensa quando o tema se relacionava às situações nas quais se abordava o tema do preconceito aos afrodescendentes na sociedade brasileira.³⁰⁷ Em maio de 1959 o *Última Hora* estampou em sua capa a chamada “Racismo no Itamaraty”. O pequeno texto dava conta de que “[...] circulam rumores de que D. Vera [Regina do Amaral] Sauer, 1ª secretária do Itamaraty, incumbida de coordenar os exames de seleção ao Instituto Rio Branco está imprimindo a esses exames orientação destinada a impedir o ingresso de pretos na ‘carriere’”. Atitude, aliás, que o próprio sobrenome de D. Vera sugere, fazendo reeditar, no Brasil, processos nazistas”.³⁰⁸

A capa do *Jornal do Brasil* de 7 de agosto de 1959 trouxe a seguinte chamada: “Lott leva a Kubitschek queixa contra Lafer: preto não pode ser diplomata”. O então Ministro da Guerra recebeu ativistas negros que o procuraram para “reclamar contra irregularidades no ministério do Exterior”.³⁰⁹ O grupo solicitou que o ministro intervisse já que “[...] pessoas de cor estavam sendo sistematicamente recusadas (sob diversas desculpas) ou sumariamente reprovadas, quando se apresentavam como candidatas ao vestibular do Curso Rio Branco, no Itamaraty, destinado a formar diplomatas de carreira”. A notícia repercutiu em outros jornais³¹⁰ e

produziu resposta pública com esclarecimentos de Horácio Lafer, que tinha assumido o ministério dias antes, negando categoricamente a existência de “preconceito racial no Itamaraty”, mas que no entanto, iria realizar “uma sindicância mais rigorosa do assunto.”³¹¹

Em 25 de setembro de 1959 a revista *Mundo Ilustrado* na chamada de capa estampou a acusação: “Racismo no Itamaraty”. A reportagem de cinco páginas, trouxe como título: “Negro não entra no Itamaraty”, escrevendo no alto da página “Democracia brasileira, 1959” e anunciando que “[...] pela primeira vez a velha denúncia de que há preconceito racial no Itamaraty é comprovada numa reportagem”, reproduzindo fotografias dos jardins, do cisne do palácio do Itamaraty e de José Pompílio da Hora. Em destaque, registrou que “negro pode ocupar uma cátedra na universidade: ser diplomata, não” e que

[...] é verdade que existe preconceito racial no ministério das Relações Exteriores e, por esta afirmação, Mundo Ilustrado responsabiliza-se inteiramente, apresentando um negro brasileiro, professor de direito e homem de vasta cultura, cujo ingresso foi barrado, de modo inexplicável, no Itamaraty, quando se apresentou para a carreira diplomática.³¹²

A reportagem repercutiu em outros periódicos.—³¹³ Em depoimento que concedeu anos mais tarde, o professor José Pompílio da Hora relatou que tentou duas vezes o concurso para o Instituto Rio Branco, a primeira em 1948, ocasião que teria ouvido do então ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura que “[...] no Cais do Porto estamos precisando de muitos trabalhadores, você é forte, você dá”. Na segunda tentativa, contou que um professor do próprio Instituto, pai de dois alunos seus, teria dito: “Professor, pela segunda vez o senhor está tentando a carreira diplomática. Lembre-se de uma coisa: o senhor é negro, jamais vai transpor os umbrais do Rio Branco [...]. Desista, professor. O senhor nem pense em entrar na carreira diplomática do qual eu sou o coordenador cultural” (COSTA, 1989, p. 84-88).

Compreensivelmente, o Itamaraty representava para os ativistas negros, simbolicamente, um importante e sensível local de persistente exclusão. Os esforços de denúncia e mobilização dos anos anteriores seriam reiterados e ganhariam mais espaços e repercussão a partir daí.

Jânio assume a presidência

Jânio Quadros assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1961. No seu longo discurso de posse, expressou a ideia de que “[...] somos um povo tenaz e tranquilo, impermeável a preconceitos de raça, de cor, de credo, que realizou o milagre de sua unidade cimentada nos séculos e que começa a erigir uma civilização sem rival nestes paralelos”.³¹⁴ No mesmo dia, Afonso Arinos de Mello Franco assumiu a pasta das Relações Exteriores. Em sua fala na posse, o chanceler mencionou que

[...] os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como o ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos [...] é uma responsabilidade do Brasil que muito me honro de proclamar – extinguir qualquer preconceito de raça, franco ou disfarçado, no serviço do Itamaraty.³¹⁵

Se ao longo da década anterior, ao menos de maneira oficial, o ministério se esforçara para desmentir a existência de racismo no Itamaraty, o novo governo ao tomar posse explicitamente o admitiu, prometendo ter como diretriz acabar com ele.

Dois dias depois da posse de Jânio, os jornais publicaram que o presidente nomearia Raymundo como diretor do Instituto Nacional do Livro.³¹⁶ Tendo passado uma semana, a imprensa conjecturou que o escritor e jornalista seria nomeado como “novo Chefe do Setor de Imprensa do MEC”.³¹⁷ Por fim, a nomeação de Souza Dantas para exercer as funções de Oficial de Gabinete da presidência da República foi publicada no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 1961.³¹⁸

Raymundo atuara como jornalista junto ao congresso por muitos anos. Nesse espaço político conheceu Jânio Quadros, conforme ele mesmo relatou que naquele tempo,

[...] onde eu era o único jornalista negro credenciado no Palácio Tiradentes, conheci o então deputado Jânio Quadros, que me foi apresentado por José Aparecido e pelo jornalista Castello Branco, [...] Durante a campanha de Jânio para presidente eu o acompanhei por todo o Estado do Rio, fazendo a cobertura para o *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca* e o *Estado de São Paulo*. E porque já tinha tido uma aproximação com ele na Câmara, era sempre distinguido com a participação nas conversas pós-comícios, que varavam a madrugada nos hotéis [...] Depois da posse, um mês depois, eu recebi um telefonema de Brasília e um dos secretários do presidente me dizia: o Jânio mandou perguntar se você não vem tomar posse? Eu tinha sido nomeado Oficial de Gabinete, foi publicado no *Diário Oficial* e eu não tinha nem tomado conhecimento (COSTA, 1982, p. 230-231).

Dois dias depois da nomeação de Souza Dantas, Jânio determinou que ele seguisse para o Rio de Janeiro “estudar problemas relacionados com assuntos afro-asiáticos”.³¹⁹

É bastante perceptível que setores da imprensa foram sistematicamente bastante críticos a Jânio Quadros ao longo de seu curto governo. Qualquer assunto era oportunidade para expressar desagrado em relação ao presidente. Mesmo que Raymundo contasse com a simpatia de muitos colegas jornalistas, a participação no governo Jânio, somada também a condição de afrodescendente em uma sociedade na qual o racismo era presente, fez com que se tornasse alvo de ataques cruéis.

Ainda em 24 de fevereiro, apenas dois dias após a indicação do novo Oficial de Gabinete, no espírito de atacar o governo Jânio, o Ministro Mello Franco, e lançando mão de criticar também a nomeação de Raymundo, Paulo Motta Lima publicou artigo intitulado “Sensacionalismo administrativo”. No texto Motta Lima afirmou que Jânio e Afonso Arinos teriam discordâncias e que

[...] querendo obter um ‘dossier’ sobre a situação afro-asiática, mandou que seu oficial de gabinete, Raymundo Souza Dantas, entrasse nessa seara. Isto, simplesmente devido à origem racial de Souza Dantas, que o presidente convocou para seu serviço como ‘homem de cor, destacado jornalista e

escritor' [...] Não terá por ventura um fundo de demagogia do sr. Jânio Quadros ao mobilizar, 'como homem de cor', o cronista e literato? Sem dúvida, a ancestralidade de Souza Dantas, por si só, não lhe confere especialização em assuntos afro-asiáticos [...] Tem o sr. Jânio Quadros em seu ministério um homem que é autor da lei contra a discriminação racial. É esse homem, até, um fidalgo ariano de Paracatu, o sr. Afonso Arinos. Por que não toma o presidente lições com ele, para se libertar de sintomas de arcaicos preconceitos? ³²⁰

O texto acima é um registro inicial de críticas de mesmo sentido que seriam publicadas a partir da notícia dando conta da nomeação de Raymundo como embaixador de Gana menos de dois meses depois: a percepção de que a nomeação de Souza Dantas havia ocorrido como expressão de racismo. A acusação era de que a condição de negro e não a competência para o cargo teriam prevalecido na escolha. Algo que naquele momento ainda não era percebido de maneira positiva e tampouco no sentido do que se passou mais comumente a chamar, também no Brasil, como "ação afirmativa".

No dia 27 de fevereiro foi a vez do jornalista Antônio Maria em sua coluna no *Última Hora*, jornal afinado com o trabalhismo e opositor de Jânio, com o título "O Amigo do Negro" acidamente atacar a indicação de Raymundo. É perceptível aqui, e em outros textos que criticaram a nomeação de Souza Dantas, primeiro para oficial de Gabinete e depois para embaixador, que o principal alvo dos ataques era essencialmente Jânio Quadros, embora expressassem alguns mais, outros menos, todo o seu incomodo e preconceito com a situação de novidade. Afirmando que Jânio Quadros tinha feito

[...] sua mais sensacional descoberta: há negros. Então, o que fez Jânio? – É preciso exibir o estranho achado! Imediatamente, nomeou-o oficial de gabinete, mandou um vespertino fotografá-lo em várias posições [...] Sua nomeação e as notícias em torno de sua nomeação, devem significar que Jânio, além de honesto, gramático, católico, esposo amantíssimo e pai exemplar, é amigo dos negros. Está absolutamente certo de que, via Raymundo, passará à História como o novo redentor, a nova Isabel. ³²¹

Pouco mais de uma semana depois da nomeação de Raymundo para Oficial de Gabinete e das notícias relacionadas a incumbência de aparentemente tornar-se um assessor especial do presidente para assuntos africanos, no dia 2 de março de 1961 o respeitadíssimo historiador José Honório Rodrigues que, entre tantos itens em seu currículo também fora professor, justamente, do Instituto Rio Branco que formava os diplomatas do país, publicou o texto intitulado “O racismo às avessas do presidente Jânio Quadros”.³²²

Usualmente a expressão “racismo às avessas” possuía um sentido denunciativo, no qual uma pessoa ou grupo – normalmente composto de afrodescendentes – era acusado de discriminar pessoas brancas, ou seja, reservar espaço, convívio ou qualquer oportunidade exclusivamente para negros, de forma semelhante ao que os preconceituosos racistas brancos faziam em relação àqueles que eles consideravam não brancos, se estabelecendo aí o sentido do “às avessas”, relacionado a esse tipo de exclusão discriminatória.

O significado que José Honório Rodrigues deu a expressão é diferente. O historiador considerou que Jânio escolheu Raymundo para “cuidar, junto à Presidência, dos assuntos afro-asiáticos” apenas em razão dele ser negro e não por outras qualidades do jornalista. Daí considerar a escolha racista, ou “racismo às avessas”.

Nas construções de memória a expressão e a crítica de José Honório Rodrigues se relacionava ao tempo da indicação de Raymundo para o posto de embaixador (SARAIVA, 1996, p. 90-91; DÁVILA, 2011, p. 60), o que se trata de um equívoco. A linha de raciocínio que se baseia nessa forma imprecisa ampara o argumento da historiografia até aqui de que o texto publicado pelo historiador no dia 2 de março de 1961 é um exemplo de reação contemporânea negativa ou até racista por parte dos intelectuais brasileiros quando da divulgação da notícia da indicação de Raymundo para o posto de embaixador em Gana, acontecimento que só ocorreria um mês e meio depois da publicação do artigo de Rodrigues. A historiografia contaminou-se pelas intenções daqueles que buscaram estabelecer

uma versão específica da sucessão dos fatos em acordo com as suas perspectivas e, talvez, interesses.

O primeiro acadêmico a induzir essa confusão na historiografia foi o próprio José Honório Rodrigues. Na primeira edição de seu livro *Brasil e África*, publicado em 1961, não aparece referência a nomeação de Raymundo. Na segunda edição da obra, “revisada e aumentada”, publicada em dois volumes e em 1964, portanto contendo complementações escritas poucos anos depois, Rodrigues (1964, p. 379) escreveu que

[...] as vacilações do presidente Quadros e do seu ministro do Exterior são mais evidentes no campo político. Primeiro, é preciso não esquecer que um auxiliar de gabinete, mais tarde embaixador, foi escolhido por ser preto. O descaminho ali era evidente: era o racismo às avessas.

Ao fim da frase está inserida uma nota de pé de página, a de número 172, na qual está indicada a fonte: “José Honório Rodrigues, ‘O racismo às avessas do presidente Jânio Quadros’, *O Jornal*, 2 de março de 1961.”

A leitura simples e direta dessa informação, não observadas as datas e a cronologia dos fatos, levou a historiografia até aqui a confusão e a repetição da imprecisão. Talvez fosse mesmo o propósito de José Honório produzir essa confusão cronológica de associar o sentido original do texto que produziu a fato subsequente. E esse detalhe é importante, uma vez que registra a contrariedade e o incomodo dele não com a indicação de um negro para embaixador do Brasil em Gana, mas tão somente com a nomeação de um negro para Oficial de Gabinete que recebeu a incumbência de colaborar com Jânio em assuntos relacionados a África e os afrodescendentes brasileiros. O conteúdo do artigo de José Honório publicado no *O Jornal* não foi reproduzido nessa obra dele e nas décadas posteriores ou mesmo no ano da publicação dessa segunda edição, poucas pessoas teriam a facilidade de acesso a texto de um jornal publicado três anos antes. É também perceptível a má vontade de Rodrigues

(1964, p. 385) em relação a Raymundo na edição de 1964 do *Brasil e África*.

Nos dias a seguir o tema do racismo no Brasil voltou a ocupar espaço em diferentes jornais, dando a entender que Raymundo estaria no gabinete presidencial também como assessor, incumbido ou atento à matéria. Entre outros, o *Última Hora* do Rio de Janeiro, registrou que a imprensa carioca sistematicamente publicava anúncios racistas e que uma amostra deles “[...] foi entregue ao presidente da República, pelo jornalista Raymundo Souza Dantas, seu oficial de gabinete, acompanhado do competente relatório. Aguarda-se providências a respeito do Ministério da Justiça.”³²³

Em 28 de março de 1961, o Diário Oficial publicou o decreto assinado por Jânio elevando à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil junto ao governo de Gana, em Acra.³²⁴

Em 14 de abril de 1961, pouco antes de Jânio Quadros conceder a sua primeira entrevista coletiva à imprensa nacional e estrangeira, “surpreendeu” três jornalistas e um pintor “nomeando-os embaixadores”.³²⁵ Além de Raymundo indicado para Gana, o escritor Rubem Braga foi indicado para o Marrocos, o jornalista Barreto Leite Filho para Israel e o pintor Cícero Dias para o Senegal.³²⁶

O assunto da nomeação do primeiro embaixador brasileiro negro ganhou destaque na imprensa.³²⁷ Entre outros, a primeira página do *Jornal do Brasil* do dia 15 de abril trouxe, no alto em posição central e abaixo da manchete, uma foto de Jânio Quadros tirada no momento em que concedia a entrevista coletiva. Logo abaixo, uma imagem de mesmo tamanho, com um pequeno título “Raymundo é embaixador”. A foto, recolhida na casa de Souza Dantas, exibiu o novo “embaixador plenipotenciário” rodeado pela esposa e os três filhos. A legenda dava conta de que Raymundo, “primeiro brasileiro negro a ser nomeado para tal posto” ao saber da nomeação, havia viajado para o Rio de Janeiro para comemorar com os parentes. Logo abaixo, a terceira e última fotografia dessa mesma

primeira página registrou a imagem do cosmonauta Yuri Gagarin ao lado do primeiro-ministro soviético Nikita Krushev, sendo recebido em Moscou como herói nacional, logo depois de ter se tornado o primeiro homem a viajar pelo espaço.³²⁸

Em contraste com a forma pela qual o *Jornal do Brasil* noticiou a indicação de Raymundo, *O Globo* em sua capa publicou uma nota no centro de página com o título “Convite ao Racismo” e texto no qual comentou que fora “[...] a primeira vez que em nosso país se fez referência à cor de alguém na oportunidade da nomeação para um cargo público” e que o “[...] Sr. Raymundo Souza Dantas não é diplomata, nem esteve em qualquer tempo relacionado com os problemas internacionais, é de crer que a escolha teve por base, novamente, a cor de sua epiderme” e que medidas como essas “[...] podem ter consequências altamente perigosas para a comunidade brasileira, que sempre fora poupada do menor preconceito racial. O governo dá o exemplo e embora com as melhores intenções está fazendo um convite à população para que comece a pensar em termos de raça e de cor.”³²⁹

Nos dias que se seguiram, algumas notas publicadas em jornais reproduziram um tom otimista. Um jornal de Brasília registrou que “foi bem recebida no Senado, com entusiasmo até a designação” de Souza Dantas para o cargo em Gana, informando ainda que “[...] tudo indica que não haverá problemas a aprovação do seu nome. É o primeiro embaixador negro indicado pelo Itamaraty”.³³⁰ No mesmo espírito o editorial do mesmo *Diário Carioca* elogiou expressivamente as novas nomeações,³³¹ assim como o *Tribuna da Imprensa*³³² e outro artigo publicado no dia seguinte no *Diário Carioca*.³³³

Mas as críticas à nomeação de Raymundo (RODRIGUES, 1961), em especial, os questionamentos em relação ao seu conhecimento específico a respeito da África, foram também intensos, pelo que se evidencia do que ele mesmo declarou à imprensa na época, conforme artigo publicado no *Última Hora* dois dias depois da nomeação, com

a manchete de topo de uma de suas páginas: “Souza Dantas: “Conheço Problemas da África”.³³⁴

Não localizamos nos registros disponíveis nenhuma entrevista semelhante concedida pelos três demais embaixadores então indicados buscando reafirmar os seus respectivos conhecimentos específicos em relação aos continentes ou países para os quais foram designados. Raymundo foi o alvo preferencial daqueles que questionaram as nomeações de Jânio no que tange a competência para o posto.

Na Assembleia Legislativa, do então Estado da Guanabara, o deputado Átila Nunes Pereira, radialista identificado com o credo umbandista, fez nesse mesmo dia elogios a Raymundo e críticas a Jânio quanto a escolha do local de designação para o primeiro embaixador negro do Brasil. Julgando estar criticando o racismo e apoiando Souza Dantas, Átila Nunes foi o primeiro a formular publicamente, até onde nos foi possível identificar, um questionamento que alguns intelectuais e diplomatas passaram em suas memórias a atribuir ao então presidente de Gana Kwame Nkrumah, de que Raymundo sendo negro não deveria ter sido enviado para a África, mas sim para um país europeu de maioria branca:

– Homem de grande valor individual e de grande cultura, o Sr. Raymundo Souza Dantas está preparado para cargos mais elevados ainda. Mas se a intenção de S. Exa. o Sr. presidente da República, Sr. Jânio Quadros, ao nomear o jornalista Raymundo Souza Dantas oficial de gabinete foi não só premiar os seus méritos como também demonstrar, cabalmente a inexistência da discriminação racial entre nós, esta nobilíssima intenção esboroou-se diante da escolha para embaixador plenipotenciário em um pedaço do Continente africano. Por que não na Suíça, Roma, Estados Unidos, Londres? Por quê?³³⁵

Embora o raciocínio seja compreensível e pudesse até ter sido aventado por qualquer pessoa, a sugestão de nomeação de um embaixador brasileiro negro para um país de maioria branca, na fala do presidente de Gana, nos parece se constituir em um episódio de

construção de memória. Atribuir a fala de Átila Nunes e de outros depois dele – que curiosa e significativamente não aparecem nas memórias dos depoentes – a expressão de Nkrumah sem que existam outras fontes que amparem essa autoria além de um único depoimento, são razões para estabelecer dúvida quanto a versão tantas vezes reiterada.

Ainda no dia 17, o *Diário Carioca* noticiou as críticas dos deputados Átila Nunes e Souza Marques, afirmando ainda que o “[...] sr. [José] Souza Marques chegou a dizer que se a nomeação fosse dele, como preto que é, não aceitaria o cargo.”³³⁶ As falas dos deputados repercutiram e produziram comentários em outros diários.³³⁷

O *Correio da Manhã* também registrou o discurso de Átila Nunes na Assembleia, acrescentando a crítica do político a Jânio, “[...] por considerar que houve a preocupação de enviar um negro para país de raça negra. No seu entender, deveria o sr. Souza Dantas ser embaixador em país de raça branca.” Nunes teria concluído dizendo esperar “[...] que, na próxima vez, o presidente medite mais, para que não pare entre os homens de cor do país a impressão de que, por mais que se deem demonstrações francas e sinceras, existe entre nós o preconceito racial”.³³⁸

A coluna “Ponte Aérea Rio-Brasília” assinada por “M.D.M.” no *A Noite*, registrou que

[...] embora a opinião pública tenha recebido com simpatia a nomeação dos jornalistas Rubem Braga, Raymundo Souza Dantas, Barreto Leite Filho e do pintor Cícero Dias para as novas embaixadas que serão criadas, na África, é indisfarçável o descontentamento que as referidas nomeações, todas elas fora da ‘carrière’, provocaram no Itamaraty.³³⁹

O próprio Souza Dantas chegou a ser entrevistado e opinou:

- Não acredito que a escolha de um negro para ocupar a Embaixada num país negro seja um convite ao racismo [...]
- Sinto-me – continuou – ao lado dos meus três companheiros, honrado com a designação do Presidente da República para tão alta função [...]

A uma pergunta do repórter respondeu o sr. Raymundo de Souza Dantas, que, em vez de Gana, poderia ter sido escolhido para qualquer outro país.

– Ocorre que meu nome foi cogitado para Gana – concluiu – tendo em vista minha paixão por tudo quanto se desenrola naquela região, e pela minha admiração pelos jovens chefes de Estado africanos.³⁴⁰

No dia seguinte, outro jornal complementou o registro da fala de Souza Marques na Câmara publicando que o deputado “[...] provocou risos de todos os presentes, quando, dizendo que o presidente não devia nomear um homem de cor para embaixador de um país de pretos, afirmou: ‘Para Gana devia ir um louro. O Brasil tem homens louros’”.³⁴¹

Mais simpática à nomeação de Souza Dantas, e alinhando-se com o discurso pretendido no âmbito da diplomacia cultural brasileira, Dinah Silveira de Queiroz escreveu a respeito. Otimista, vaticinou:

Vai brilhar em Gana, e, naturalmente, servirá de amostra viva de nossa ausência de preconceito racial. O homem de cor saberá contar aos que não acreditam se torne possível uma pacífica convivência entre brancos e pretos, que se em muitas coisas estamos errados, pelo menos acertamos no que tange à democracia racial.³⁴²

Também elogioso foi o comentário de Antônio Olinto em sua coluna “Porta de Livraria” publicada no *O Globo*. Depois de elogiar o governo pela criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, afirmou que

[...] a verdadeira revolução de Jânio Quadros foi a escolha de Rubem Braga, Raymundo Souza Dantas, Cícero Dias e Barreto Leite Filho para embaixadores. Quando saídos fora dos quadros regulares do Itamaraty, os antigos embaixadores eram escolhidos por motivos inteiramente alheios aos domínios da inteligência. Agora, não. Agora a inteligência tem valor.³⁴³

E o assunto ainda muito ocupou os jornais nos dias que se seguiram.³⁴⁴ A Coluna “Do ponto-de-vista Internacional” publicada no *Última Hora* anunciou “novos embaixadores”. Não se referia naquele momento aos já nomeados, mas a outros nomes que surgiam a partir

de boatos relacionados aos planos de Jânio Quadros e que naturalmente preocupavam, decepçionavam e aborreciam os funcionários de carreira do ministério. Especialmente, mas não exclusivamente, em razão dos nomes estarem sendo também sugeridos para postos disputados, como por exemplo Lisboa. Registrou a coluna que “[...] circula com insistência no Itamaraty o rumor de que três novos embaixadores fora da carreira serão nomeados proximamente: o escritor Jorge Amado, para a República Árabe Unida; o sociólogo Gilberto Freire, para Portugal; e o compositor Ari Barroso, para Costa Rica”.³⁴⁵ Era de se esperar que, naturalmente, os servidores de carreira do ministério se sentissem desprestigiados.

Em 27 de abril o jornalista Edmar Morel publicou no *O Semanário* crítica dura a nomeação de Raymundo, a Jânio, a ativistas e ao movimento negro brasileiro.³⁴⁶ Com base em outros textos, acreditamos que Edmar Morel não era racista.³⁴⁷ Dois anos antes, em 1959, o jornalista lançou o livro *A Revolta da Chibata* no qual exaltou a liderança do marinheiro negro João Cândido Felisberto. A antipatia por Jânio Quadros e o governo dele contribuíram, mas o texto parece extrapolar essa motivação. O diretor-presidente do *O Semanário* era Oswaldo Costa e o jornal possuía uma linha editorial considerada nacionalista e socialista, tendo estabelecido oposição sistemática e agressiva em relação ao governo Jânio. Em edições subsequentes, o jornal atacaria também as demais indicações de embaixadores fora da carreira. Entretanto, nenhum deles receberia do jornal tanto espaço e igual agressividade como a dirigida contra Raymundo.

A partir de maio, as notícias passaram a se concentrar mais na preparação de Raymundo para a necessária sabatina da Comissão de Relações Exteriores do Senado e para o posto.³⁴⁸ Entretanto, os ataques a Souza Dantas continuaram. A edição do dia 4 de maio do *O Semanário* publicou texto, não assinado, que é paradigmático do preconceito e da crueldade de que Souza Dantas foi vítima. O artigo

misturou declarações públicas de Raymundo com informações falsamente atribuídas a ele:

Raymundo Souza Dantas contou a história da sua nomeação para embaixada em Gana. Já não suportava as humilhações que sofria de parte do Presidente, que só o tratava de negro. 'Negro, faça isso...Negro, faça aquilo...' [...] Jânio chama à sua sala um oficial de gabinete. Como era único que, na ocasião, se encontrava, em Palácio, apresentou-se. 'As suas ordens, Presidente'. Jânio retrucou-lhe com rispidez: 'Chamei um oficial de gabinete!' – 'Estou aqui, Presidente! [...] acabo de nomeá-lo meu embaixador junto ao Exmo. Sr. Presidente da República de Gana'. Raymundo respirou, não de satisfação por ter sido feito embaixador, mas de alegria por livrar-se, enfim, do relho do feitor que impiedosamente lhe surzia o lombo. Acabara aquela humilhação de todas as horas. 'Negro, faça isso...Negro, aquilo'.³⁴⁹

A forma pela qual Jânio deu a notícia a Raymundo de sua nomeação, ocorreu mais ou menos na forma de parte do diálogo acima reproduzido, conforme outros jornais também repercutiram. Entretanto, as referências a humilhações e tratamento racista ou em alusão a condição de escravo não aparecem em outra fonte. O jornalista possivelmente teve pretensões humorísticas, porém acabou por explicitar preconceito.

Ainda repercutindo as indicações e expressando desagrado, Abelardo Jurema, político e jornalista, que como deputado federal fora líder do governo Juscelino Kubitschek na Câmara, criticou os nomes escolhidos por Jânio:

Não se improvisa um doutor, nem em direito nem em medicina, nem em engenharia, nem em odontologia, nem em farmácia, nem em nada mesmo neste mundo. [...] Na velha Casa de Rio Branco, não é à toa que se chega a embaixador. Vem o Instituto Rio Branco, a nomeação para cônsul, para terceiro secretário, segundo e primeiro, para ministro e por último, depois de várias missões, pode-se chegar a embaixador. Em regra geral, essa forma de generalato na carreira diplomática é atingida depois de uns 20 anos de lutas, experiências e sacrifícios, da Indonésia a Paris. [...] Conheço Raymundo Souza Dantas como repórter da Rádio Nacional e do Estado de São Paulo e sempre reconheci sua vivacidade, suas boas tendências literárias e suas qualidades excelentes de caráter, mas de oficial de gabinete da presidência da República não se pula para embaixador, ainda mesmo que seja preto, cor muito na moda nos altos conselhos do país. [...] Chegou a vez do Senado da República sustar os devaneios literários dos quarenta e poucos anos do sr. Jânio Quadros.³⁵⁰

Outros jornais daqueles mesmos dias acompanharam as críticas e deram boa medida da contrariedade que Jânio produziu ao escolher Raymundo. Um exemplo foi *O Globo*, em texto publicado em sua primeira página intitulado “O direito do avesso”:

Se a proscrição dos brasileiros de cor é coisa abominável, como todas as discriminações entre seres humanos por motivo de pigmentação da epiderme ou outros quaisquer, não deixa de ser igualmente repulsiva essa preocupação facciosa dos fiscais anti-racistas que, a breve trecho, se converte no mal oposto. Já fizemos sentir não faz muito, por ocasião da escolha do Sr. Raymundo Souza Dantas para o posto de embaixador em Gana, que as preferências presidenciais para tão alto encargo não devem resultar do fato de o indicado ser preto, mas de ser capaz.³⁵¹

Fora as matérias nos jornais ocupando-se do debate relacionado às indicações de Jânio, em meados de maio, começou a circular o rumor de que os respectivos *agrément* de cada um dos novos embaixadores estavam demorando a serem enviados pelos concernentes governos, fato que estaria “preocupando os círculos chegados ao Itamaraty”.³⁵² Informação apurada ou até mesmo, plantada, justamente por gente do MRE possivelmente desagradada com as nomeações de pessoas não oriundas dos quadros da “Casa”.

Do mesmo modo que alguns jornais apontavam a atribuída demora – na memória de alguns depoentes, associada tão somente ao caso de Souza Dantas –, começou a surgir a versão de que as indicações não teriam agradado os respectivos governos dos países que os receberiam como novos embaixadores. Segundo citavam os jornais, a origem de tal rumor era o próprio pessoal do Itamaraty. Jornais de outras cidades do país repercutiram o rumor.³⁵³ Em entrevista coletiva realizada no fim de maio, o próprio presidente da República acabou por comentando a respeito.³⁵⁴ No início de junho foi a vez do ministro Afonso Arinos se manifestar publicamente, afirmando “[...] não terem procedência as notícias referentes à recusa por alguns países – dois – aos pedidos de ‘agreement’ para os embaixadores designados pelo governo brasileiro. Os ‘agreements’ estão chegando ao Itamaraty e logo a relação dos futuros

embaixadores será encaminhada ao Senado”.³⁵⁵ Ainda assim, o assunto seguiu ocupando espaço nos jornais.³⁵⁶ Até mesmo o famoso colunista social Ibrahim Sued reproduziu uma informação a respeito.³⁵⁷

Dois dias depois, o *Jornal do Brasil* publicou nota em sua primeira página anunciando: “Demora de ‘agrément’ preocupa”. E registrou que os nomes dos três embaixadores indicados para nações africanas não tinham recebido *agrément*, decorridos “quase dois meses”.³⁵⁸ A fonte da matéria era “um alto funcionário do Itamaraty”, como usual foi, em especial, no sentido de torpedear a indicação dos embaixadores de fora da carreira e, em especial, Raymundo. Bem a conveniência das teses defendidas antes e depois a respeito do atribuído “racismo às avessas” e a construída repulsa do presidente daquele país, Kwame Nkrumah em relação a indicação.

Naquele momento, Gana liderava em muitos aspectos a luta pela independência dos países africanos. A postura de Nkrumah em relação aos temas caros relativos aos africanos e relacionados aos afrodescendentes residentes nas américas (DÁVILA, 2011, p. 64) põe em xeque essa teoria, como realmente os fatos subsequentes a desmontaram. Mas é digno de nota, e chama muito atenção a intenção tão veemente e explícita por parte de algumas pessoas, em especial diplomatas de carreira, em desacreditar, esvaziar, desmoralizar e até ridicularizar a indicação de Raymundo. Para que tal informação pudesse ser comprovada, seria necessário que na correspondência no MRE algum ofício sinalizasse nesse sentido. Naquele momento estava em Gana o encarregado de negócios Sérgio Maurício Correa do Lago, alguém que poderia ter feito registro dessa situação. Entre os documentos hoje arquivados no Itamaraty não existe nenhum indício que confirme o que se atribuiu ao governo ganês ou ao presidente Nkrumah. A igual demora do recebimento de *agrément* relativo ao nome de Cícero Dias ou mais especialmente, de Rubem Braga, não suscitou nos diplomatas o mesmo incômodo explícito e volume de boatos que o nome de

Souza Dantas produziu explicitado por esse “vazamento” de informações.

O que de fato ocorreu, e aparece na correspondência diplomática, é que no dia 1º de maio, o encarregado de negócios brasileiro Correa do Lago apresentou o pedido de *agrément* ao governo local em Acra e alertou: “É meu dever levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a sua concessão habitualmente toma muito tempo neste país. Assim, o Líbano aguarda a sua resposta há vinte e cinco dias e a última ‘démarche’ italiana sobre o assunto levou dois meses”.³⁵⁹ Passado um mês e meio sem resposta, o MRE voltou a consultar Correa do Lago quanto ao tema.³⁶⁰ Em resposta, o diplomata esclareceu que “[...] a única razão da demora reside na absoluta centralização de todos os assuntos em mãos do presidente da República. O *agrément* do Líbano, pedido um mês antes do nosso, ainda não foi concedido. Solicitei audiência especial ao presidente da República a fim de obtê-lo. A audiência será concedida após seu regresso na próxima semana”.³⁶¹ Nessa época, Nkrumah viajava para o exterior com regularidade.

Conforme se constata do acompanhamento dos registros da mídia, a indicação de Raymundo para Gana causou expressivo incômodo. No mais das vezes, expresso não pela nomeação de um negro em si – embora uma quantidade expressiva de desqualificativos foram também atribuídas a pessoa de Souza Dantas – mas alegadamente em razão do país destino, uma nação de maioria negra.

No dia 26 de junho de 1961 a *United Press International* (UPI) divulgou que recebeu de “uma fonte autorizada” a informação de

[...] que já chegou ao Itamaraty, a comunicação de que a República de Gana concedeu o ‘agreement’ para a nomeação do sr. Souza Dantas, como embaixador do Brasil naquele país africano. Ficam assim, desmentidas as versões de que estaria sendo dificultada, em razão de preconceito racial, a ida do sr. Souza Dantas, para a nossa representação, naquele país.³⁶²

A seguir, Jânio encaminhou mensagem ao Senado submetendo o nome de Raymundo à ratificação. Outros jornais deram a notícia nos

dias que se seguiram, alguns comentando que a demora “[...] deu ensejo à divulgação de que o nome do Sr. Souza Dantas não fora bem recebido em Acra”.³⁶³

Mais de uma semana depois de receber o *agrément* relativo a indicação de Raymundo, o governo brasileiro recebeu de Rabat a resposta positiva em relação indicação de Rubem Braga para embaixador na capital marroquina.³⁶⁴ O de Cícero Dias, tardaria ainda mais de um mês.³⁶⁵ Entretanto, a demora de recebimento do *agrément* desses dois novos embaixadores não suscitou os mesmos questionamentos, espaço nos jornais ou boatos que incidiram em relação a Souza Dantas.

Uma vez mais, o pessoal do próprio Itamaraty repassou à imprensa o conteúdo da nota que foi publicada na coluna “Diplomáticas” da edição de 30 de junho do *Última Hora*. Com o título “O *agrément* mais caro”, denunciando que

O ‘*agrément*’ concedido por Gana ao Sr. Raymundo de Souza Gomes [sic] foi o mais caro que custou ao Brasil até hoje. Depois que foram veiculadas as notícias de que aquele país estava demorando em responder ao Brasil por entender que a indicação do Sr. Souza Dantas envolvia discriminação racial, o presidente Jânio Quadros ordenou ao Itamaraty que fizesse tudo no sentido de obter o ‘*agrément*’ o mais rápido possível. Inúmeros telegramas foram passados para Paris, Londres e mesmo Gana. Em poucas horas veio a resposta afirmativa daquele país, já que a demora era devida apenas a desorganização em que ainda se encontram os seus serviços diplomáticos.
³⁶⁶

O diplomata ou diplomatas que vazaram a informação mais uma vez buscaram vilipendiar a nomeação de Raymundo, contabilizando o suposto gasto excessivo com telegramas – como se a emissão de telegramas não fizesse parte regular do dia a dia da chancelaria – a que classificaram como o “mais caro” da história. Entretanto, a consulta da correspondência telegráfica diplomática não confirma nem tampouco ampara tal notícia. Contudo, dessa vez, de maneira diferente de outras, o rumor não atribuiu a demora de resposta a suposta repulsa do governo de Acra em ter em sua capital um

representante do governo brasileiro negro, mas sim a “desorganização” do Estado ganês. O desejo de alguns diplomatas de carreira era de que Gana de fato recusasse Raymundo como embaixador. Mas a realidade é que governo de Acra enviou a sua concordância colocando por terra a tese construída que relacionava a demora a suposto desaprovação relacionada a cor da pele daquele embaixador.

Resolvida a questão do *agrément*, as notícias, preocupações e boatos passaram a circular em torno da aprovação da indicação pelo Senado. No dia 11 de julho de 1961, com sete votos a favor e um contra, a Comissão de Relações Exteriores do Senado em reunião secreta aprovou a indicação do nome de Raymundo para o Gana.³⁶⁷ Dias depois, o nome de Souza Dantas foi aprovado no Senado.³⁶⁸ Em atenção ao fato, o jornalista [João] Batista de Paula em sua coluna “Plantão Militar – Terra, Mar e Ar” no *Última Hora* publicou uma nota de conteúdo bastante direto, curto e explícito, informando que Raymundo já era “[...] embaixador do Brasil em Gana. Sua nomeação foi uma vitória contra o preconceito de cor alimentado pelo Itamaraty. Agora só falta Jânio Quadros determinar a abertura das portas do instituto Rio Branco para os candidatos negros barrados, sempre sem apelação.”³⁶⁹

Em contraste, no dia seguinte, Ari Cunha em sua coluna “Visto, Lido e Ouvido” no *Correio Braziliense* publicou nota na qual afirmava de que

[...] consta que quando estava sendo sabatinado, o embaixador Raymundo Souza Dantas teria feito uma referência ao ‘trust americano’. A esta altura, o senador Vitorino Freire teria intervindo [sic], afirmando que ‘isto é problema de branco, e é melhor você não se meter...’.³⁷⁰

Não tivemos acesso aos registros da sabatina a que foi submetido Raymundo. É possível que o tema do “trust americano” tenha ali surgido e produzido intervenção do citado senador Vitorino. O que imaginamos improvável é a utilização dos termos e argumento

de cunho explicitamente preconceituosa em que teria se dado essa intervenção por parte do político, apresentada pelo jornal em tom racista e desrespeitoso.

Tudo parecia se encaminhar bem. Naquele mesmo dia 8 de agosto “todos os planos e sugestões” que Raymundo apresentou a Jânio “[...] foram aprovados pelo presidente da República, na conferência realizada na manhã de hoje, e que durou meia hora”, segundo informou o *Correio da Manhã*, complementando que “[...] o primeiro embaixador do Brasil em Gana seria também portador de uma mensagem pessoal de Jânio para o presidente Nkrumah.” ³⁷¹

Seguindo a linha de ataques violentos, ofensivos e preconceituosos a Raymundo e inspirado na versão da intervenção que teria ocorrido durante a sabatina realizada no Senado pouco mais de um mês antes, *O Semanário* publicou em 18 de agosto na coluna não assinada “Planalto Confidencial” o texto intitulado “Vitorino Interroga Raymundo”:

O Sr. Vitorino Freire, ontem líder da SPVEA [Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia] e hoje líder de Jânio no Senado, contou, na residência do deputado [Antônio Ferreira de] Oliveira Brito, em Brasília, por entre gargalhadas molhadas a uísque, o interrogatório a que submeteu o novel embaixador Raymundo Souza Dantas, antes de atender ao pedido que Jânio lhe fez para que se interessasse pelo caso dele, Raymundo. – “O moleque de repente se saiu (é o Vitorino quem fala) com essa história de trustes norte-americanos. Eu, então, lhe disse: “Olha, negro, esse negócio de trustes é pra branco, não é pra gente da tua cor não! Não te mete nisso, senão não te aprovo. Está legal?” Gostei do moleque: compreendeu que eu estava certo e aceitou o conselho de pai que lhe dei em benefício, aliás, de sua carreira. Disse-lhe mais: “Toma cuidado com aquele negro do Mali! Conheci ele na ONU. Esse negro é comunista. Não te mete com ele, não. Está legal?” O moleque ficou assustado: “Virgem! É mesmo?” – “No duro? Estou falando porque conversei com o cabra. O negro é da peste”. E Vitorino concluiu: - “Confesso que fiquei gostando do moleque. Sabe defender o dele. Nesse pé, vai longe”. ³⁷²

Uma vez aprovada pelo Senado a indicação de Raymundo, o articulista procurou por meio de racismo explícito e referências ao oportunismo de políticos adversários seus, ridicularizar, infantilizar, diminuir e deslegitimar a figura de Raymundo de uma forma das mais

baixas e ofensivas. Os citados influentes políticos, o então senador Vitorino de Brito Freire (1908-1977) e o deputado líder do partido Antônio Ferreira de Oliveira Brito (1908-1997), aparecem no texto com a intenção de igualmente atacá-los, como o jornal já fizera em outras oportunidades.³⁷³ A referência ao local e a forma pelo qual o suposto relato se deu teve também como objetivo aparentar, senão credibilidade, suposta possibilidade quanto a origem da fonte da informação, retratando os políticos responsáveis pela aprovação como uma espécie de antigos coronéis racistas e dados a se embebedar, como se o preconceito em relação aos negros fosse desses e não do autor do texto. Não sabemos se o relato de fato ocorreu ou se deu da forma e conteúdo conforme os descritos. De qualquer maneira, é um dos registros mais cruéis e paradigmáticos do tipo de discurso e argumentos empregados por pessoas incomodadas com a nomeação de Raymundo e que a percebiam como algum tipo de aberração, não tanto pelo atribuído despreparo do jornalista em relação ao posto, mas em razão do embaixador ser negro, conforme se observa da ênfase e repetição dos termos empregados relacionados a esse fato. Nem de longe os demais embaixadores de fora da carreira indicados por Jânio sofreram por parte da imprensa ou do esquerdista *O Semanário* tamanho ataque. A oposição sistemática que fazia a Jânio não explica realmente o conteúdo racista que o jornal empregou para criticar Raymundo.

Aproximando-se da data de embarque para Gana e, sem que Raymundo soubesse, também o dia que ocorreria a renúncia da presidência por parte de Jânio Quadros, o *Diário Carioca* do dia 23 de agosto anunciou para aquele dia nova homenagem ao embaixador Raymundo Souza Dantas organizada pela "Recreativa 13 de Maio".³⁷⁴ A Associação ofereceu um coquetel e anunciou que a confraternização "[...] se prende ao fato de ser ele o primeiro homem de cor a ser designado para missão diplomática do Brasil".³⁷⁵

As notícias seguintes publicadas na imprensa já traziam o impacto da renúncia de Jânio Quadros a presidência da República

ocorrida nesse mesmo dia 25 de agosto de 1961, na véspera do dia, em verdade, há poucas horas, do embarque de Raymundo para Gana. No mesmo dia 25, ao saber da decisão do presidente, Souza Dantas renunciou ao posto e a notícia repercutiu na imprensa.³⁷⁶

Na segunda semana de setembro, os jornais começaram a divulgar notícias de que Raymundo seria confirmado no cargo.³⁷⁷ O *Correio da Manhã* publicou nota a respeito afirmando-se basear-se em “fontes do Itamaraty”.³⁷⁸ Depois de tantas idas e vindas, Raymundo foi confirmado no posto e finalmente remarcou a partida de sua viagem para a África para o dia 23 de setembro.³⁷⁹

Raymundo chega a Gana

O *Última Hora* do dia 25 de setembro noticiou que o “jornalista brasileiro” Raymundo Souza Dantas chegou a Acra e que nos próximos dias assumiria o cargo de embaixador do Brasil em Gana.³⁸⁰ Diversos jornais brasileiros registraram com notas, textos e fotografias a apresentação das credenciais e o encontro de Raymundo com Nkrumah.³⁸¹ Um episódio evidenciou a calorosa recepção que o novo embaixador recebeu:

[...] após as cerimônias protocolares de entrega de credenciais foi levado pelo ‘premier’ Nkrumah para um jardim localizado no lado do Palácio, onde presenciou um espetáculo com músicas típicas, cujo ritmo é semelhante ao das músicas brasileiras e ao final todos estavam dançando, inclusive o próprio Nkrumah. Esse relatório chegou ao Itamaraty no dia 2 último.³⁸²

Para um governo ou líder africano que supostamente teria demorado propositalmente a enviar o agrément por expressar contrariedade em relação ao embaixador indicado e que no ano seguinte ainda se atribui uma declaração de má vontade, desaprovação e descontentamento em decorrência da nomeação de um embaixador brasileiro negro, Nkrumah quebrando o protocolo, dançando com Raymundo e expressando receptividade das mais calorosas, certamente soa contraditório.

Repercutindo a chegada do navio-escola da marinha de guerra brasileira “Custódio de Melo” a Gana na semana seguinte, o *Jornal do Brasil* noticiou a visita oficial de Nkrumah a embarcação.³⁸³ Em entrevista concedida algum tempo depois, o capitão do navio relatou que “[...] o embaixador Raymundo Souza Dantas é extraordinariamente popular em Gana. A fim de demonstrar-lhe seu apreço, o presidente Nkrumah fez uma visita pessoal ao *Custódio de Melo* (foi sua primeira visita a um navio estrangeiro)”.³⁸⁴

De maneira bastante diferente do que gostariam os desafetos de Raymundo no MRE e entre alguns intelectuais, o testemunho não interessado do comandante do navio apontou em direção contrária ao atribuído fracasso de aproximação de Raymundo com Nkrumah ou a construção de uma versão que dava como certa a rejeição do embaixador por parte do líder africano em razão do envio de um embaixador brasileiro negro, ou da historiografia que baseou-se aparentemente em memórias para afirmar que Raymundo foi “recebido com reserva naquele país” (LIGEIRO, 2011, p. 123).

No dia 9 de novembro de 1961 uma portaria do Itamaraty removeu Sérgio Correa do Lago de Acra para Buenos Aires.³⁸⁵ A remoção só foi publicada no *Diário Oficial* mais de dois meses depois. O primeiro secretário possuía férias acumuladas e o Itamaraty não estava satisfeito com a maneira pela qual o diplomata, quando respondia como encarregado de negócios, encaminhou o assunto da aquisição e reforma dos imóveis destinados a missão.³⁸⁶ De qualquer maneira, a notícia apareceu no *Última Hora* de Curitiba em 23 de novembro acompanhada das explicações abaixo:

Mais uma fofoca nos corredores do Itamaraty. O diplomata Sérgio Maurício Correa do Lago foi removido inesperadamente da embaixada de Gana para a de Buenos Aires. Fala-se que foi seu exagerado ‘sense of humor’ responsável, inclusive, pelo samba que o embaixador Raymundo Souza Dantas dançou com o presidente Nkrumah ao apresentar-lhes suas credenciais. Dizem que foi um samba pouco diplomático [...].³⁸⁷

A nota é surpreendente. Facilitando o trabalho dos historiadores do porvir, o jornalista indica de pronto a natureza e a fonte da informação: “fofoca” e “corredores do Itamaraty”. Os diplomatas que divulgaram mais esse rumor – adequadamente classificado por outro termo menos sofisticado no *Última Hora* – ou o fizeram de fato por desconhecer as razões que levaram a remoção de Correa do Lago e apenas aventaram uma hipótese ou, o mais provável do que isso, não sabendo as razões da destituição, maldosamente criaram essa versão dos fatos intencionalmente para enxovalhar o êxito de aproximação pessoal (e, portanto, diplomática) de Raymundo com Nkrumah.

Afinal, esses mesmos “corredores do Itamaraty” não passaram meses anunciando que o *agrément* tardava a ser emitido em razão do suposto desagrado e discordância do presidente ganês com a indicação de um brasileiro negro para o posto na embaixada em Acra? A notícia da recepção explicitamente festiva e calorosa rompia com a ideia de repulsa e soterrava a versão construída.

A nota no jornal revela que os diplomatas incomodados com a nomeação, e agora também com o aparente sucesso de aproximação de Raymundo com Nkrumah, buscaram criar, uma vez mais, uma versão nova para os fatos. A tentativa foi a de inverter o sentido, o valor e a interpretação do episódio no qual o embaixador recém-chegado a Acra dançou com o presidente de Gana. O objeto era caracterizá-lo como de senso de humor “exagerado” e, portanto, absolutamente inadequado, senão ridículo. Ao invés de sucesso diplomático os “corredores do Itamaraty” buscavam aqui caracterizar o ocorrido como uma expressiva gafe diplomática. Como evidência para tal falácia, apresentaram um fato real e concreto: a remoção de Correa do Lago, apresentada aqui como decorrente de punição e expressão do desagrado do ministério em razão do ocorrido – a dança – na ocasião da entrega das credenciais. E essa, absolutamente, não foi realmente a razão que produziu a remoção do primeiro secretário. Será que os detratores de Raymundo souberam da remoção, mas não tiveram acesso a correspondência diplomática ou a

conheciam e, mesmo assim, não perderam a oportunidade de deturpar os fatos e buscar ridicularizá-lo? Um mês depois, no início de novembro, quando da visita da rainha Elizabeth II a Gana, Nkrumah dançou com a chefe da comunidade britânica sem que o fato fosse percebido ou noticiado como gafe.³⁸⁸

Pouco mais de um mês antes, o *Última Hora* já havia sido empregado, muito provavelmente pelos mesmos detratores funcionários de carreira do MRE, como meio para criticar e expor publicamente Raymundo. O colunista José Mauro publicou que “[...] causou enorme surpresa no Ministério do Exterior o tom surrealista do primeiro relatório do embaixador Raymundo Souza Dantas, enviado de Gana, mandando contar a sua recepção em Acra. O Itamaraty está seriamente preocupado.”³⁸⁹ A nota explicitava a origem precisa da informação pois, obviamente, tão somente o próprio pessoal do Itamaraty tinha então acesso ao relatório citado. Se existia oposição e contrariedade por parte de alguns membros do MRE quando da indicação de Raymundo ao posto, ela acompanharia o embaixador até ele deixar definitivamente o cargo em 1963.

Em sentido oposto, o colunista Ronaldo Moreira comentou no *O Jornal*, com o sugestivo título de “Familiaridade universal”:

[...] dois fatos aparentemente despretensiosos tiveram lugar na imprensa, nas últimas semanas. O primeiro narra a excepcional recepção ao embaixador Raymundo de Souza Dantas em Gana – Estado pioneiro da independência africana e que recebeu o primeiro diplomata brasileiro [...]. No caso de Gana, ressaltava a sensível amistosidade do presidente Nkrumah e as prerrogativas extraordinárias concedidas a Souza Dantas junto ao Ministério do Exterior e ao próprio palácio do governo de Acra [...].³⁹⁰

A “democracia racial” brasileira e a frase atribuída a Nkrumah

Como então surgiu a versão de que Nkrumah teria dito “[...] que a melhor prova da integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos” (SARAIVA, 1996, p. 90), ou que Raymundo deveria ter sido enviado para a Suécia? O primeiro

acadêmico a publicar tal informação foi Wayne A. Selcher (1974, p. 94) que serviu de fonte para Saraiva (1996, p. 90) que a repetiu posteriormente. A fonte indicada por Selcher é descrita como “[...] confidential interview with the author, March 15, 1968.” Mais adiante, no mesmo artigo, outra nota informa: “Interview with Candido Mendes de Almeida, March 15, 1968” (SELCHER, 1974, nota 70, p. 134). A coincidência de datas aparentemente revelam a fonte não mencionada na nota anterior, especialmente em razão do mesmo depoente muitos anos depois repetir a mesma versão dos fatos e mencionar a Suécia em depoimento concedido a Dávila (2011, p. 63-64). O que nos leva a concluir que a origem e fonte dessa versão, que atribui a Nkrumah o comentário, é única e tão somente Candido Mendes de Almeida.

Em junho de 1962 foi realizado o evento “The World Without the Bomb Conference” em Gana. Estiveram presentes na conferência, além do embaixador Raymundo, Cândido Mendes e Maria Yedda Linhares. No dia 26 de junho de 1962 ocorreu um breve encontro entre os dois delegados brasileiros, acompanhados dos respectivos cônjuges, juntamente com os mexicanos Francisco Lopez Camara e Enrique González Pedrero. Mesmo que se estabelecesse tanta intimidade ou proximidade, no curto espaço de tempo em que o grupo esteve com Nkrumah, no contexto no qual o líder africano recebia em seu país tantos outros estrangeiros, (100 convidados de mais de 30 países, fora as delegações de soviéticos, norte-americanos, outros participantes da conferência e a imprensa), nos parece que soaria grosseria e falta de diplomacia o presidente afirmar o que lhe foi atribuído. Seja em respeito ao próprio Souza Dantas presente no evento, seja em relação aos representantes brasileiros que lhe foram apresentados naquele momento e com os quais não privava de qualquer intimidade. O tema da Conferência não tinha essa pauta, tratava de propostas de desarmamento mundial. Será mesmo que Nkrumah se prestaria a esse comentário nada amistoso, nada diplomático e, no mínimo, constrangedor e desconcertante em relação ao representante que o governo brasileiro indicou para o

posto de embaixador naquele momento e ainda expressaria essa opinião para representantes desse mesmo país que estava sendo criticado? Compartilhamos da dúvida expressa na ponderação de Jerry Dávila (2011, p. 64): “Mas teria Nkrumah criticado um brasileiro negro para um brasileiro branco?” Desconfiamos que Cândido Mendes não teve tempo e espaço para entabular tal assunto na conversa que afirma ter ocorrido ou então, que o comentário feito por Nkrumah a respeito de Raymundo, se realmente o fez, tenha sido deturpado e resignificado.

Suspeitamos que essa versão dos fatos tenha aparecido, de maneira conveniente, como forma de respaldar as críticas a nomeação de Raymundo de diferentes naturezas e motivações, deslocando a repulsa, uma vez mais, para fora das fronteiras políticas da “democracia racial” brasileira, imputando-a um estrangeiro negro. Dessa maneira, se buscou estabelecer um sentido de que até mesmo “eles” – africanos negros – perceberam e se manifestaram em relação ao que consideraram um erro, um inconveniente. Ao mesmo tempo, a versão buscou afirmar dessa forma que nem para diplomacia cultural a nomeação de um embaixador negro havia se prestado, já que não teria produzido a esperada empatia com quem se pretendia justamente produzir, o importante líder Nkrumah.

Considerações finais

A conclusão a que chegamos é a de que a despeito de tantos outros argumentos, a nomeação de um embaixador negro e de origem pobre produziu expressivo incomodo. Muito além de qualquer dúvida quando a competência ou não de Raymundo para o posto, da escolha de Gana como destino e não a Suécia, para os “bem nascidos” brasileiros Souza Dantas não possuía “berço”, ocuparia um posto até então seletivamente disputado entre os filhos das “melhores famílias”, cuja promoção na carreira era também influenciada pela “qualidade” do sobrenome ou do círculo de

contatos. E se isso não bastasse, ainda “por cima” Souza Dantas era negro. Por muitas décadas as elites do país zelaram cuidadosamente em representar a si mesmas e ao povo brasileiro no exterior como brancas. Raymundo era um embaixador inconveniente. Não por acaso, o “equivoco” do Brasil em ter um embaixador negro só voltaria a repetir-se quase 50 anos depois.

Ao retornar para o Brasil, em fins de 1963, Raymundo voltou a ser funcionário público e jornalista. Publicou, em 1965, o livro *África difícil. Missão condenada. Diário*, registrando as suas memórias no posto de embaixador. Faleceu em 2002.

Referências bibliográficas

COSTA, H. *Fala Crioulo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1982.

DANTAS, R. S. *África difícil. Missão condenada. Diário*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

DANTAS, R. de S. *Um Começo de vida* (Depoimento Biográfico). Rio de Janeiro: Campanha de Educação de Adultos, Ministério da Educação e Saúde, 1949.

DÁVILA, J. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIGIERO, L. F. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MOURA, C. P. de. *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RODRIGUES, J. H. *Brasil África: outro horizonte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, J. H. *Brasil África: outro horizonte*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SARAIVA, J.F.S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade

de Brasília, 1996.

SELCHER, W.A. *The afro-asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1972*. Gainesville, University of Florida Press, 1974.

SOTERO, E. C. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

244. MINHA HISTÓRIA Benedicto Fonseca Filho. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 nov. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>>. Acesso em 06.01.2018.

245. RAIMUNDO SOUZA DANTAS (1923 – 2002): Único embaixador negro do Brasil. Contista, romancista, jornalista e ensaísta. A cor da cultura. Heróis de todo mundo. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/raimundodantas>>. Acesso em 12.01.2018.

246. BRASIL. Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. *Diário Oficial*, 10 de julho de 1951. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

247. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 5.8.1958, p. 5, entre outros.

248. Ato que precede à designação do agente diplomático, através do qual um governo consulta ao outro se é de sua conveniência receber o agente diplomático como seu representante.

249. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 20.9.1941, p. 5; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2.10.1941, p. 8; *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19.11.1941, p. 15; *Vamos Ler!*, Rio de Janeiro, 9.10.1941, p. 48; 16.10.1941, p. 30 e 62; 6.11.1941, p. 18, 19 e 63.

250. *Vamos Ler!*, Rio de Janeiro, 1.1.1942, p. 18-19; 15.1.1942, p. 38 e 62; 29.1.1942, p. 8 e 9; 12.3.1942, p. 18 e 19; 26.3.1942, p. 22-23.

251. *Carioca*, Rio de Janeiro, 1.11.1941, p.11; 28.3.1942, p. 34; 8.8.1942, p. 39.

252. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26.11.1944, p. 4; 4.3.1945, 3ª secção, p. 4; 13.5.1945, p. 3; 13.6.1948, 3ª secção, p. 3; 4.7.1948, p. 3.

253. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 23.7.1944, p. 3; 22.8.1944, p. 3. O *A Manhã* era do mesmo grupo do *A Noite*. Ambos, anos antes, haviam sido incorporados ao patrimônio da União pelo governo Federal.

254. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 3.12.1944, p.3; 21.12.1944, p. 3.

255. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 5.1.1945, p. 20; 26.5.1945, p. 20; 24.11.1945, p.21; 23.2.1946, p. 21; 13.4.1946, p. 24.

256. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 21.4.1946, p. 1 e 2. Mais de dois anos depois, o *Jornal do Comércio* voltou a reproduzir essa mesma matéria (25.7.1948, p. 12).

257. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12.10.1946, p. 6.

258. Entre outros exemplos, o conto "Um Filho" na revista *Literatura*, conforme *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15.9.1946, p. 30; *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 14.9.1946, p. 4.

259. *A Manhã*, Rio de Janeiro, suplemento "Letras e Artes", 15.12.1946, p. 14; 12.1.1947, p. 5; 11.1.1948, p. 10; 14.3.1948, p. 10; 24.10.1948, p. 10; 13.11.1949, p. 10; entre outros.

260. *A Cigarra*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1946, p. 24-26 e dezembro 1949, p. 48-50.

261. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19.1.1947, 2ª seção, p. 8; 19.2.1947, 2ª seção, p. 1, entre outros.

262. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20.7.1947, 2ª seção, p. 8. *Joaquim*, Paraná, edição 11, 1947, p. 11.

263. Como por exemplo, no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 e 2.5.1948, p. 36; 11.7.1948, p. 30; 10.10.1948, p. 30; 20.11.1948, p. 34.
264. *Jornal do Commercio*, Amazonas, 2.10.1949, p.1.
265. BRASIL. Notícias. Diário Oficial da União, 28.6.1949, Seção 1, p. 10.
266. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20.1.1949, p. 6; 3.7.1949, 3ª seção, p. 2; 10.7.1949, p. 4; 31.7.1949, 3ª seção, p.1. A íntegra do texto foi publicada no *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, entre fevereiro e abril de 1949.
267. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18.7.1949, p. 2; 21.7.1949, p. 3; 23.7.1949, p. 2; 27.7.1949, p. 3; 4.9.1949, p. 2.
268. *El Correo de La Unesco*, julio 1949, p. 11. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000740/074013so.pdf>>. Acesso em 16.08.2018.
269. Entre outros exemplos: *Jornal de Notícias*, São Paulo, 14.7.1949, p. 5.
270. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17.6.1949, p. 2.
271. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25.6.1949, 2ª seção, p. 1.
272. *Letras e Artes*. Suplemento do *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17.7.1949, p. 5.
273. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 23.7.1949, p. 106.
274. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20.7.1949, p. 6; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26.7.1949, 3ª seção, p. 10.
275. *O Acre*, Acre, 21.3.1954, p. 4; *Diário da Tarde*, Paraná, 8.6.1954, p. 2; *A Época*, Rio Grande do Sul, 1.7.1954, p. 3; *Gazeta do Triangulo*, Minas Gerais, 17.10.1954, p. 2.
276. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 2.10.1949, 3ª seção, p. 2; *Pequeno Jornal*, Pernambuco, 19.11.1949, p. 3; *Correio de Uberlândia*, Minas Gerais, 31.10.1950, p. 4.
277. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Suplemento *Letras e Artes*, 15.1.1950, p. 14.
278. Entre outros exemplos, *A Manhã*, Rio de Janeiro, Suplemento *Jornal dos Novos*, 18.12.1949, p. 3.
279. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15.10.1950, 3ª seção, p. 5; 3.12.1950, p. 5-6; 11.2.1951, p. 3; 11.3.1951, p. 5; 1.4.1951, p. 4-5; 14.10.1951, *Rev. do D.C.*, p. 6; 5.1.1952, p. 2; 3.2.1952, p. 4; 13.4.1952, p. 2 e 6; 16.3.1952, "Rev. do D.C." p. 6; 15.6.1952, p. 2 e 6; 16.11.1952, p. 2 e 6; 22.3.1953, p. 3 e 6; 29.3.1953, p. 3 e 6; 24.5.1953, p. 2; 23.8.1953, p. 3; 8.11.1953, p. 12; 22.11.1953, p. 12; 15.3.1959, *Caderno Letras e Artes*, p. 3; 12.4.1959, *Caderno Letras e Artes*, p. 3; 24.5.1959, *Caderno Letras e Artes*, p. 3.
280. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 2ª seção, 5.2.1950, p. 1.
281. *A Manhã*, Rio de Janeiro, *Letras e Artes*, 5.3.1950, p. 12; 2.4.1950, p. 15; 23.4.1950, p. 7; 21.5.1950, p. 4; 3.12.1950, p. 8; 22.7.1951, p. 6.
282. *Folha do Povo*, Espírito Santo, 14.3.1953, p. 3 e 6; *Folha Mineira*, Juiz de Fora, 19.3.1953, p. 4; 20.3.1953, p. 4.
283. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30.8.1953, 2ª seção, p. 2.
284. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29.11.1953, 2ª seção, p. 3 e 8.
285. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 23.1.1954, p. 19.
286. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7.9.1954, p. 3; *Diário de Notícias*, Rio Janeiro, 7.9.1954, p. 4.

287. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 2.3.1955, Caderno 2, p. 2.
288. Além do *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30/31.7.1955, p. 13 e *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7.4.1957, p. 3.
289. *A Cigarra*, Rio de Janeiro, junho de 1955, p. 47. O texto de 25 páginas que compõe a obra tem sido mencionado como livro e no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontra-se dessa forma catalogado.
290. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17.3.1957, 2ª seção, p. 2.
291. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21.9.1957, p. 3; 12.12.1959, p. 3; 16.7.1960, p. 3; 4.3.1961, p. 3.
292. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15.2.1958, p. 4.
293. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27.2.1958, p. 4.
294. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5.10.1958, 2ª seção, p. 4.
295. Revista "Singra - suplemento intergráfico" do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 a 24.9.1959, p. 7. O texto foi também publicado no *Diário de Notícias*, Rio Grande do Sul, 18.9.1959, que publicava o mesmo encarte.
296. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26.9.1959, 2ª seção, p. 3; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4.10.1959, Suplemento Literário, p. 3.
297. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1876-2009, p. 225-226; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2ª seção, 7.7.1959, p. 3.
298. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5.11.1960, p. 11.
299. Entre outros, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 31.3.1946, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8.11.1947, p. 2.
300. Entre outras, Raymundo colaborou com Abdias nas aulas de alfabetização e iniciação cultural do Teatro Experimental Negro, ao longo dos anos.
301. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23.3.1945, p. 3.
302. Entre outros, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15.3.1946, p. 3, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15.3.1946, p. 2.
303. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27.4.1946, p. 11.
304. *Redenção*, Rio de Janeiro, 9.12.1950, p. 4. Entre outros, *A Noite*, Rio de Janeiro, 5.7.1951, p.1; *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12.12.1955, p. 4; *O Globo*, Rio de Janeiro, 5.7.1956, p. 5; *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 7.9.1958, p. 2.
305. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13.9.1951, p. 8.
306. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 10.1.1957, p. 1 e 2.
307. Entre outros, *O Semanário*, Rio de Janeiro, 10 a 17.10.1957, p. 3; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11.3.1958, p.3; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14.4.1959, p. 7 e 13; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17.4.1959, p. 1; *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 18.4.1959, p.1 e 2.
308. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29.5.1959, p. 1.
309. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7.8.1959, p. 1.
310. Entre outros, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7.8.1959, p. 3.
311. *Diário do Paraná*, Paraná, 2.8.1959, p. 3; 4.8.1959, p. 1; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p. 3; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p. 4; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p.

3; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p. 6; *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p. 6; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p. 3; *Diário do Paraná*, Paraná, 8.8.1951, p. 2; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8.8.1959, p. 5.

312. *Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, 25.9.1959, p. 1, 36-41.

313. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27.9.1959, p. 55, capa do encarte *O Metropolitano*; *O Semanário*, Rio de Janeiro, 3 a 9.10.1959, p. 2; *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12.11.1959, p. 2.

314. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1.2.1961, p. 1 e 10; *A Cigarra*, Rio de Janeiro, ano 47, março 1961, p. 12-15; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1.2.1961, p. 1 e 9.

315. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 2.2.1961, p. 8. Essa edição reproduziu a íntegra do discurso do ministro.

316. *A Noite*, Rio de Janeiro, 2.2.1961, p. 2, Coluna "Aqui entre nós...V. & Comp."

317. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 9.2.1961, p. 5.

318. Página 3 da Seção 1 do *Diário Oficial da União* de 21.2.1961.

319. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 23.2.1961, p. 3.

320. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro. Coluna "Estrada do Povo", assinada por Paulo Motta Lima, 24.2.1961, p. 5.

321. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27.2.1961, p. 9.

322. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2.3.1961, p. 4. O mesmo texto foi publicado no *Diário do Paraná*, Paraná, 5.3.1961, p. 2 e 4; no *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 7.3.1961, p. 4 e 11 e no *Diário de Notícias*, Rio Grande do Sul, em 7.3.1961, p. 4.

323. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20.3.1961, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.3.1961, p. 10; *O Globo*, Rio de Janeiro, 21.3.1961, p. 12.

324. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 28.3.1961, p. 5; *Diário Oficial da União*, p. 6 da Seção 1, 28.3.1961.

325. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 7.

326. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 4; *O Globo*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 6.

327. Entre outros, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 1; *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 7; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 1; *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 1; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 4.

328. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.4. 1961, p. 5.

329. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15.4.1961, p. 1 (Edição Matutina).

330. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 16.4.1961, p. 3.

331. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16/17.4.1961, p. 1.

332. *Tribuna de Imprensa*, Rio de Janeiro, 17.4.1961, p. 4.

333. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18.4.1961, p. 6.

334. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17.4.1961, p. 8.

335. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17/18.4.1961, p. 3.

336. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17.4.1961, p. 3.

337. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18.4.1961, p. 1; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 18.4.1961, p. 3, por exemplo.

338. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18.4.1961, p. 8.
339. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18.4.1961, p. 3. Possivelmente, "M.D.M." tenha sido Maurício de Medeiros, mas não logramos confirmar essa informação.
340. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17.4.1961, p. 12; *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18.4.1961, p. 5 e 8.
341. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19.4.1961, p. 3.
- 342.
343. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20.4.1961, p. 9.
344. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21.4.1961, p. 8; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22.4.1961, p. 4; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23.4.1961, p. 4; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24.4.1961, p. 7; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25.4.1961, p. 6; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26.4.1961, p. 3; *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 27.4.1961, p. 4.; 28.4.1961, p. 4.
345. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24.4.1961, p. 6.
346. *O Semanário*, Rio de Janeiro, semana de 27.4 a 3.5.1961, p. 5.
347. Entre outros, em artigo publicado no *Última Hora*, Rio de Janeiro em 22.6.1951 (p. 12) intitulado "Preconceito de Cor: árvore daninha que está frutificando no país".
348. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2.5.1961, p. 9; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4.5.1961. p. 2; *O Globo*, Rio de Janeiro, 5.5.1961, p. 3.
349. *O Semanário*, Rio de Janeiro 4 a 11.5.1961, p. 5.
350. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 6.5.1961, p. 3.
351. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8.5.1961, p.1.
352. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14.5.1961, p. 9.
353. Como por exemplo, o *Estado de São Paulo*, São Paulo, 19.5.1961, p. 5.
354. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 31.5.1961, p. 5. A íntegra da entrevista foi publicada nessa edição do jornal.
355. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 3.6.1961, p. 1.
356. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 8.6.1961, p. 3; *Jornal do Brasil* (RJ), 8.6.1961, p. 8, por exemplo.
357. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3.6.1961, p. 4.
358. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22.6.1961, p. 1.
359. Telegrama Secreto nº 82, de Acra para o MRE, 1.5.1961.
360. Telegrama Secreto nº 53 do MRE para Acra, 13.6.1961.
361. Telegrama Secreto nº 99 de Acra para o MRE, 14.6.1961.
362. *Diário de Natal*, Rio Grande do Norte, 26.6.1961, p. 1.
363. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27.6.1961, p. 2; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27.6.1961, p.4; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27.6.1961, p. 4.
364. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.7.1961, p. 3.
365. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19.8.1961, p. 7.
366. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30.6.1961, p. 6.
367. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12.7.1961, p.4; *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12.7.1961, p.

1; *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 12.7.1961, p.1; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13.7.1961, p. 2; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13.7.1961, p. 4; *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 13.7.1961, p. 2.

368. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14.7.1963, p. 1 e 3; *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 15.7.1961, p. 9; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14.7.1961, p. 4; *O Globo*, Rio de Janeiro, 15.7.1961, p. 11.

369. *Última Hora*, Rio de Janeiro. 19 de julho de 1961, p. 14.

370. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 20.7.1961, p. 9.

371. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 9.8.1961, p. 9.

372. *O Semanário*, Rio de Janeiro, n. 272, semana de 18 a 25 de agosto de 1961, p. 12. O presidente de Mali a que o texto faz referência, sem mencionar o nome, é Modibo Keita (1915-1977).

373. Como por exemplo, entre outras, as edições de 12 a 19.5.1961, p. 12; a de 2 a 9.8.1961, p. 7; e a de 10 a 17.8.1961, p. 4 no caso de Vitorino, a edição de 26.8 a 2.9.1961, p. 3; no caso de Oliveira Brito.

374. *Diário Carioca*; Rio de Janeiro, 23.8.1961, p. 6. "Nova" possivelmente em razão de outra homenagem ter sido realizada na véspera, na "Churrascaria Parque Recreio".

375. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22.8.1961, p. 6.

376. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 26.8.1961, p.3; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26.8.1961, p. 4; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26.8.1961, p. 4; *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 26.8.1961, p. 4; *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 26.8.1961, p. 3; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26.8.1961, p. 1; *O Globo*, Rio de Janeiro, 26.8.1961, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27.8.1961, p. 9; *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30.8.1961, p. 5.

377. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 12.9.1961, p. 1; *Diário da Tarde*, Paraná, 12.9.1961, p. 1.

378. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14.9.1961, p. 2; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20.9.1961, p. 6; *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 20.9.1961, p. 5; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20.9.1961, p. 4, também fizeram registro.

379. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22.9.1961, p. 2; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23.9.1961, p. 4; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23.9.1961, p. 2; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25.9.1961, p. 5; *O Globo*, Rio de Janeiro, 25.9.1961, edição matutina, p. 5.

380. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25.9.1961, p. 6.

381. Entre outros, *Correio Brasiliense*, Distrito Federal, 7.10.1961, p. 1; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7.10.1961, p. 10; *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 20.10.1961, p. 11.

382. *Correio Brasiliense*, Distrito Federal, 7.10.1961, p. 1.

383. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14.10.1961, p. 8.

384. *Revista Marítima Brasileira*, ano LXXXIII, Ministério da Marinha, jan./mar., 1963, p. 192-194.

385. *Diário Oficial da União*, 12.1.1962, Seção 1, p. 38.

386. Telegramas nº 85, do MRE para Acra, 6.11.1961; Telegrama nº 96, do MRE para Acra, 16/17.11.1961 e Telegrama nº 97, do MRE para Acra, 16/17/11/1961.

387. *Última Hora*, Paraná, 23.11.1961, p. 8.

388. Disponível em: <<https://pro.magnumphotos.com/image/PAR296538.html>> e <<https://www.eaumf.org/ejm-blog/2017/11/10/november-10-1961-hm-queen-elizabeth-ii-begins-a-royal-tour-of-ghana>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

389. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16.10.1961, p. 3. A mesma nota foi republicada no mesmo jornal e coluna, no dia seguinte, 17.10.1961, p. 10.

390. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3.12.1961, 3º caderno, p. 4.

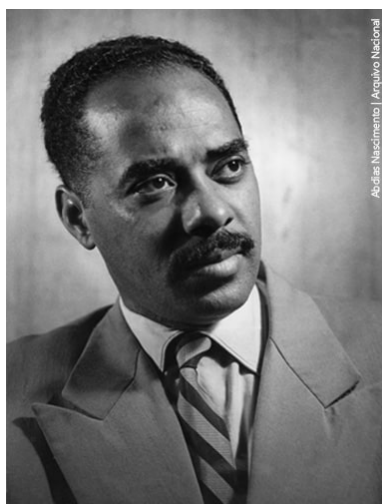


Foto 1

CAPÍTULO VI

Abdias Nascimento

De assecla integralista a líder pan-africanista

[Petrônio Domingues](#)

Franca é hoje um próspero município industrial do estado de São Paulo, também conhecido como a “Terra do calçado”. Porém, nas primeiras décadas republicanas, aquela cidade do interior, distante cerca de 400 km da capital, ostentava uma paisagem bastante diferente de muitas fazendas, com amplas extensões de terra destinadas ao cultivo de café, à criação de gado e a outras atividades agrárias e manufatureiras que se reportavam à herança do cativo. Foi ali que, no dia 14 de março de 1914, nasceu Abdias Nascimento,

um neto de escravas, o segundo dos sete filhos de José Ferreira do Nascimento, um sapateiro, e Georgina Ferreira do Nascimento, uma cozinheira, doceira e costureira, que chegou a ser contratada como ama de leite de filhos de fazendeiros de café da região. Seus pais, ambos de origem negra, eram pessoas católicas, humildes e resignadas, sempre envolvidas na luta diária pela sobrevivência. Quando a mãe era contratada como ama de leite, Abdias Nascimento e seus irmãos passavam a temporada na zona rural, convivendo com os remanescentes da Casa Grande e Senzala. A infância foi uma fase de novas descobertas, marcadas por experiências e influências as mais diversas e pungentes, relacionadas ao mundo de superações, sonhos e fantasias. Quando estava na cidade, ia às festas católicas. Tais eventos eram prestigiados por toda a família. Sua mãe oferecia prendas para colaborar com a quermesse da Igreja e ajudava na organização. Abdias gostava de ver os fogos de artifício, aquelas alegorias da religião. Ficava todo serelepe no meio da criançada, brincava e se entretinha. Outra coisa que o encantava era o teatro, sobretudo o teatro de fantoches, que costumava promover em sua casa, reunindo irmãos e vizinhos. Costumava também ir ao circo, acompanhar especialmente a parte dos espetáculos dramáticos que atraía a atenção da plateia.

Porém, a infância de Abdias não foi apenas de alegria e diversão. Vivendo numa casinha modesta na zona urbana de Franca e andando geralmente descalço, começou a trabalhar a partir da tenra idade, por volta dos oito ou nove anos. Foi entregador de leite, doces e carne. Todas as manhãs, bem cedinho, fazia entregas nas portas das casas das famílias endinheiradas e bem estabelecidas. Tentou aprender telegrafia e se dedicou a outras atividades temporariamente, em condições precárias. Conseguiu uma ocupação numa farmácia, onde lavava vidros e entregava os remédios encomendados. Com cerca de

12 e 13 anos foi trabalhar no consultório médico do dr. José Ribeiro Conrado – o dr. Juquinha, como era conhecido –, como auxiliar de serviços gerais: fazia desde a faxina até a preparação dos instrumentos para os exames médicos ou as pequenas intervenções cirúrgicas.

Essa labuta diária não impediu Abdias de ingressar no grupo escolar Coronel Francisco Martins, onde aprendeu as primeiras letras e se alfabetizou. Depois, mediante uma bolsa de estudos, matriculou-se na Escola de Comércio do Ateneu Francano, no antigo ginásio. Foi estudar contabilidade. Nessa fase gostava de ler os livros versados em literatura, história, sociologia e filosofia. Na iminência de concluir o curso de contabilidade, procurou um trabalho na área. Conseguiu um emprego de auxiliar de guarda-livros numa fazenda. Sua responsabilidade básica seria a de cuidar da escrituração comercial do estabelecimento. Quando estava tudo certo para começar no novo trabalho, ocorreu um episódio desagradável: foi tratado, pela administração da fazenda, como “peão” e não escriturário. Teria reagido com indignação e desistiu do emprego. Aquela não foi primeira, nem a última vez, que sentiu na pele a discriminação em função de sua origem racial. Desde o período escolar era chamado de “tição” pelas professoras, quando fazia alguma travessura. Ao longo do tempo, foi percebendo como, em determinadas situações, recebia um tratamento diferenciado, desrespeitoso.

Já na véspera de terminar o curso de contabilidade, Orozimbo Campos, o pai de um amigo, que chefiava o setor de almoxarifado da companhia de eletricidade de Franca, o contratou para ser seu auxiliar direto na empresa. Abdias ficou feliz. Com cerca de 14 anos, assumiu um trabalho de maior responsabilidade. As coisas iam caminhando favoravelmente. No entanto, aquele adolescente vislumbrava alçar novos voos, novas possibilidades, de liberdade, ascensão e conquistas que a cidade de Franca, onde ele vivia, não comportava mais. Ao concluir o curso contábil, tomou uma decisão impactante: migrar para São Paulo, mesmo não tendo como viver na capital paulista, sem família, sem um conhecido mais próximo, sem nada.³⁹¹

Ano de 1930. Com a ajuda de um funcionário da prefeitura, Abdias, com cerca de 16 anos, conseguiu passagem para São Paulo. Abandonou o emprego em Franca, despediu-se emocionado da família e foi atrás de seus sonhos na *Paulicéia desvairada*. Chegando lá, assentou praça no Exército e foi servir como voluntário no Segundo Grupo de Artilharia Pesada, num quartel localizado em Quitaúna, no então bairro de Osasco, região Oeste da capital paulista. Isto só foi possível porque ele falsificou sua certidão de nascimento, já que não tinha 18 anos – a idade mínima para o serviço militar. Meses depois de Abdias se alistar no Exército, Getúlio Vargas, que capitalizou uma ampla coalização política, chegou ao poder, por meio de um golpe de Estado batizado de “Revolução de 30”. Dois anos mais tarde, com Abdias já promovido à patente de cabo, deflagrou-se a Revolução Constitucionalista. As elites paulistas, descontentes com os rumos do governo Vargas e reivindicando o retorno da ordem constitucional, lideraram um movimento de insurgência militar contra o governo central. Abdias cerrou fileiras na 11ª. Companhia de Infantaria do exército constitucionalista e até chegou a lutar no *front*, porém, as forças paulistas se renderam três meses mais tarde, assinando o acordo de paz. Vargas consolidou-se no poder.

A década de 1930 foi caracterizada por uma polarização político-ideológica, no Brasil e no mundo, entre as correntes de esquerda, sob o espectro da Revolução Russa e dos movimentos comunistas, e de extrema direita, com a expansão dos movimentos autoritários e fascistas. No cenário nacional, essa polarização se refletiu no surgimento, em 1935, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular que, sob a iniciativa do Partido Comunista do Brasil, defendia um programa reformista, antifascista e anti-imperialista. No vértice oposto, três anos antes, formou-se a Ação Integralista Brasileira (AIB). A AIB preconizava o culto à figura do líder – Plínio Salgado – e a instalação de um “Estado integral”, centralizado, nacionalista, antiliberal e anticomunista. Sua principal divisa era “Deus, Pátria e Família”, que catalisava seus princípios conservadores.

O fascismo à brasileira conquistou corações e mentes de milhares de brasileiros, arvorando-se como um autêntico movimento de massa. Seus adeptos usavam uniforme (calça preta, camisa verde e uma braçadeira com o Sigma, o distintivo do movimento) e adotavam rituais (como se cumprimentarem com a palavra "anauê!") e uma série de símbolos identitários (bandeira, emblemas, hinos etc) (TRINDADE, 1979, 2016; MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 39-61).

Um dia, ao ouvir o discurso de Plínio Salgado em praça pública, Abdias teria encontrado o eco de seus próprios sentimentos. Provavelmente, o líder da AIB proferia um discurso eloquente, conclamando a valorização nacional, a revolução moral, o princípio da autoridade, a prática cristã e a reorganização da sociedade brasileira. Seja como for, Abdias aderiu à AIB no início do movimento, por volta de 1932, e passou a nutrir grande admiração por Plínio Salgado que, assim como ele, era oriundo do interior paulista. A adesão ao integralismo permitiu que aquele jovem negro, um tanto quanto caipira, ampliasse seus horizontes para além da cultura militar. A AIB lhe proporcionou um cabedal de oportunidades e conhecimento sobre os grandes problemas nacionais e outras questões importantes na vida do país. "O integralismo foi para mim uma grande escola de vida", admitiu Abdias décadas depois (ALMADA, 2009, p. 53).

Sobre a participação dos negros no integralismo, é importante frisar que, apesar de terem sido poucos os que ocuparam cargos de direção, seu número não foi desprezível, como é comum supor. Afora Abdias, nomes como João Cândido (o líder da revolta naval de 1910) e Sebastião Rodrigues Alves (militar, que se tornaria amicíssimo de Abdias), no Rio de Janeiro; Ironides Rodrigues (estudante, que se formaria em Direito), em Minas Gerais; Dario de Bittencourt, um advogado, em Porto Alegre; Guerreiro Ramos (um estudante, que faria carreira como sociólogo), em Salvador; Gerardo Campos de Oliveira, um jornalista, em São Paulo, entre outros afro-brasileiros, também aderiram ao movimento.

Abdias sentiu-se atraído pelo discurso fortemente nacionalista da AIB (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 30). Possivelmente porque se tratava de um discurso de defesa da identidade nacional – pátria unida, forte e soberana, o que pressupunha a “integração das raças” na comunidade nacional. Plínio Salgado considerava o negro como um dos elementos primordiais da sociedade brasileira, por ser uma das três raças que a constituíam. Assim, a retórica do “Estado integral”, alicerçado nos princípios da unidade nacional, da ordem, da disciplina e hierarquia, não negligenciava a contribuição da população negra. Na verdade, o projeto de nação da AIB previa a formação de uma “raça genuinamente brasileira”, produto da miscigenação da população ligada às tradições históricas, culturais e religiosas que remetiam ao processo de colonização da sociedade brasileira.³⁹² O uso do “[...] ideal nacionalista eminentemente reconhecido da harmonia inter-racial brasileira” ajudou a AIB a se apresentar como um “[...] movimento patriótico, que não afastava, mas, antes, recebia de bom grado os afrodescendentes como companheiros brasileiros” (GRAHAM, 2014, p. 364-365; KÖSLING, 2004, p. 19-24).

Abdias tornou-se um ativista das bases do Sigma, enfrontado nas atividades de propaganda e agitação do movimento. Participava de cursos de formação doutrinária, reuniões de células, atos de rua, comícios, panfletagens etc. No dia 13 de julho de 1935, “[...] foi detido com mais 2 companheiros, na Rua São Bento [centro da cidade de São Paulo], quando envergando a camisa verde do integralismo regressava da sede do Sigma”.³⁹³ Nesse contexto, foi expulso do Exército. Ao que tudo indica, por conta de sua militância política e de uma briga de bar. Ser um assecla de Plínio Salgado era motivo suficiente para o sujeito ser visto como criador de desordem política e/ou social. Em função de suas atividades na AIB, Abdias vinha sendo monitorado pela Delegacia de Ordem Política e Social (Deops) (DOTTA, 2016, p.31), cuja atuação foi modelada mais pelas necessidades práticas de controle social e menos pela observação das normas legais (FLORINDO, 2006, p. 4).

No entanto, a gota d'água para aquele jovem negro ter sido expulso da corporação militar foi um episódio que ocorreu em 1936. Relata que ele e seu amigo Sebastião Rodrigues Alves, também integralista e cabo do Exército, saíram à paisana para aproveitar a noite (beberem, paquerarem, dançarem, enfim, divertirem-se) no centro de São Paulo, quando se envolveram numa confusão com o porteiro de um bar. Houve troca de agressões e quebra-quebra em todas as direções. Durante a ocorrência, quem teria passado pelo estabelecimento foi Egas Botelho, um delegado da DEOPS de São Paulo. A pancadaria continuou. Abdias e o amigo conseguiram fugir do local, contudo dois dias depois acabaram sendo descobertos e detidos no Gabinete de Investigações do DEOPS. Comeram o pão que o diabo amassou na prisão. Após um mês, o delegado do DEOPS os mandou se apresentar ao comandante da Região Militar, que os expulsou do Exército. Esse é o relato de Abdias em texto memorialístico, pois o que a imprensa informa é que a expulsão daquele cabo se deveu a um ato de insubordinação perante um oficial.³⁹⁴

A vida foi se tornando cada vez mais difícil e complicada para Abdias em São Paulo. Uma alternativa vislumbrada, por aquele jovem negro formado no catolicismo tradicional, com aulas de catecismo, primeira comunhão e crisma, foi tentar ingressar no seminário para ser padre, porém não teria sido aceito (ALMADA, 2009, p. 50; CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 27). Sem meio de se sustentar e em vista de "apagar a mancha na ficha policial" lavrada no DEOPS, decidiu se aventurar no Rio de Janeiro, então capital federal, encetando uma nova fase de sua vida. A princípio, foi morar no morro da Mangueira, num quartinho de fundos de uma casa que ficava próxima à escola de samba, posteriormente, mudou-se para a cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Também se transferiu de curso, de Administração e Finanças, iniciado na Escola de Comércio Álvares Penteado de São Paulo, para o de Economia, na Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Para sobreviver, realizou diversos biscates – trabalhos subalternos e temporários, até ser

beneficiado pela rede de apoio constituída por integralistas, o que lhe permitiu conseguir um emprego na imprensa do movimento.

Nessa época, portanto, Abdias continuava vinculado à AIB, que tinha uma estrutura administrativa complexa. Era dividida em vários departamentos, entre os quais o de *Finanças*. Era o responsável pela obtenção de recursos financeiros da organização. Todos os militantes tinham que pagar uma cota mensal. Como esse sistema de arrecadação era insuficiente, o departamento de *Finanças* valeu-se de “[...] campanhas financeiras internas (‘campanha do ouro’), contribuições de industriais e comerciantes, integralistas ou simpatizantes, que queriam colaborar com o movimento anticomunista” (TRINDADE, 1979, p. 186). Em 1936, Abdias fez doação para a “campanha do ouro”,³⁹⁵ assim como conferenciou com Plínio Salgado,³⁹⁶ com quem viria a trabalhar no “Gabinete” do “Chefe Nacional da AIB” (COSTA, 1982, p. 248). No ano seguinte, já aparecia como diretor do *Doutrina*, órgão informativo da Diretoria de Estudantes da Província da Guanabara da AIB. Em edição especial de julho de 1937, o jornal divulgava a candidatura de Plínio Salgado nas eleições para Presidente da República.³⁹⁷

Abdias teria reingressado no Exército, desta vez, para fazer o curso da Escola de Cadetes da Reserva. Estava começando o curso quando, em 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe político, inaugurando um dos períodos mais autoritários da história do Brasil, que viria a ser conhecido como Estado Novo. A justificativa alegada pelo presidente foi a necessidade de impedir um “complô comunista”, que ameaçava tomar conta do país, o chamado Plano Cohen, que posteriormente foi desmascarado como uma farsa.

Os integralistas apoiaram Vargas no combate ao comunismo no Brasil. A AIB tinha, inclusive, pretensões de participar do governo, mesmo após a instauração do Estado Novo. Porém, Vargas frustrou as expectativas dos integralistas e decretou o fechamento de todas as organizações políticas, incluindo a AIB. Este ato gerou forte descontentamento em várias fileiras do Sigma. Plínio Salgado, por

exemplo, escreveu uma longa carta endereçada ao chefe da nação e expressou sua indignação por não poder continuar o movimento fascista à brasileira. A indignação não se limitou às palavras. Em maio de 1938, os integralistas realizaram um *putsch*, visando derrubar o governo Vargas através de um golpe. O levante foi debelado pelas forças do governo.

Não consta que Abdias tenha participado do *putsch* integralista, mas consta que ele e outros estudantes, militantes e simpatizantes do movimento foram presos em flagrante após a instalação do Estado Novo, por distribuírem, no centro do Rio de Janeiro e bairros adjacentes, boletins e panfletos “atemorizando a população”, com “propaganda subversiva” e “[...] notícias falsas, nas quais comunicavam uma revolução e mudança de regime”.³⁹⁸ Depois de detido na sede da polícia, cujo chefe era o famigerado Felinto Müller, foi encaminhado para a penitenciária da rua Frei Caneca. Lá respondeu processo e foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional.³⁹⁹ Cumpriu sua pena de cerca de seis meses, tendo sido libertado em 1938. A partir daí conseguiu concluir o curso na Faculdade de Ciências Econômicas, tendo inclusive participado do Diretório Acadêmico daquela instituição superior.⁴⁰⁰

Ativistas e líderes da AIB foram perseguidos e presos por Vargas. Plínio Salgado ficou encarcerado por alguns meses em 1939 e teve que partir para o exílio, em Portugal. Antes, porém, passou um período foragido. Para manter o chefe integralista, foi montado um esquema de arrecadação de fundos, o “Socorro Verde”. Abdias chefiava um posto do “Socorro Verde” no Rio de Janeiro.⁴⁰¹ Talvez tenha sido esse o último cargo de militante profissionalizado do Sigma, que aquele afro-brasileiro ocupou. Na década de 1960, Plínio Salgado escreveu um artigo no jornal *A Cruz*, no qual relatou como se deu a trajetória de Abdias no integralismo:

Minha amizade com Abdias do Nascimento vem de 1933. Era ele um rapazinho. Idealista e apresentando todas as características de alguém que o destino designara para missões apostolares, inscrevera-se, em São Paulo, entre os jovens inquietos arregimentados no integralismo. Mais tarde, no Rio,

quando o movimento cresceu e se estruturou em várias secretarias e departamentos, selecionei um grupo intelectualmente capaz para compor o meu gabinete e, entre eles, estava Abdias. Sobrevieram os acontecimentos políticos de que resultou o meu exílio, cumprido em Portugal, durante oito anos.⁴⁰²

O relato de Plínio Salgado é precioso porque, entre outras coisas, confirma que Abdias fez parte de seu gabinete de assessores no Rio de Janeiro. Ao que parece, com a partida do “Chefe Nacional da AIB” para o exílio, o assecla afro-brasileiro procurou reestruturar sua vida. Talvez porque a repressão do Estado Novo aos integralistas o obrigava a atuar na clandestinidade. Ou talvez porque, aos poucos, foi arrefecendo seu entusiasmo doutrinário pelo fascismo à brasileira. Certo é que ele, naquele contexto, passou a exercer diferentes tipos de atividades, inclusive caixeiro-viajante.⁴⁰³ Com a ajuda de um amigo da órbita integralista, Rui Barbosa Pereira, conseguiu um emprego no Banco Mercantil de São Paulo, como profissional da área contábil. Logo em seguida, foi indicado para colaborar na implantação de novas agências do banco pelo interior de São Paulo. Foi nesse ínterim que Abdias, com 24 anos, amasiou-se com uma “moça muito agradável”.

Com efeito, não permaneceu muito tempo, nem no banco, nem no relacionamento amoroso (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 93). Procurando se reinventar, reuniu-se com um grupo de jovens de espírito aventureiro e amantes da poesia (Napoleão Lopes Filho, Juan Raul Young, Efraín Tomás Bó e Godofredo Tito Iommi) e partiram para uma viagem pela Amazônia e América Latina, particularmente Colômbia, Peru (cordilheiras dos Andes), Bolívia, Argentina e Uruguai. Foram cerca de dois anos levando uma vida mambembe, com pouco dinheiro, mas com muita disposição para se esbaldarem na boemia (nas festas, nos flertes, nos porres etc.), nas experiências sensitivas, nas discussões sobre arte surrealista, nos contatos amistosos com grupos indígenas, no turismo cultural por lugares longínquos. Foi, assim, uma fase em que aquele grupo de amigos impetuosos buscou aproveitar a vida intensamente, como se não houvesse o amanhã.

Ao retornar ao Brasil, em 1942, Abdias se viu enredado com o empreendedorismo em São Paulo, fundando, em regime de sociedade, uma empresa dedicada à exploração de borracha no Amazonas, a Companhia Brasileira de Borracha – Cobrado.⁴⁰⁴ O negócio, porém, malogrou. Tempos depois, descobriu que, durante sua ausência na viagem pelo continente, o Exército havia levado adiante o processo penal contra ele e o condenado à revelia (devido ao crime de insubordinação nos idos de 1936, na ocorrência que havia gerado sua expulsão das Forças Armadas).⁴⁰⁵ Em 1943, foi preso e encarcerado na Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. Foi no presídio que Abdias teve sua primeira experiência teatral, montando um espetáculo com os sentenciados. Quase dois anos mais tarde, obteve o “livramento condicional” pelo Supremo Tribunal Federal, que atendeu a um pedido de *habeas corpus* feito pela sua defesa.⁴⁰⁶

Quando Abdias saiu da prisão, com 30 anos de idade, voltou a fixar residência no Rio de Janeiro e se reuniu com um grupo de amigos (a princípio Aguinaldo de Oliveira Camargo, Wilson Tibério José Herbel, Teodorico dos Santos e a estes, logo depois, juntaram-se Arinda Serafim, Marina Gonçalves, Sebastião Rodrigues Alves, Claudiano Filho, Oscar Araújo, José da Silva, Antônio Barbosa, Natalino Dionísio e outros) e decidiram em 1944 fundar uma companhia de teatro amador, batizada de Teatro Experimental do Negro (TEN).⁴⁰⁷ O grupo funcionava na sede da União Nacional do Estudante (UNE), na Praia do Flamengo, onde também realizava os ensaios. Sua primeira experiência de palco foi a colaboração ao Teatro do Estudante para encenação da peça *Palmares*. Com montagem própria, a estreia do TEN ocorreu no Teatro Municipal, em 8 de maio de 1945 (dia em que se comemorava o fim da Segunda Guerra Mundial), com a peça *O imperador Jones*, do dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill. A apresentação no Teatro Municipal foi única, mas suficiente para repercutir na imprensa da época.⁴⁰⁸

O TEN não foi o primeiro grupo de teatro negro no Brasil. Antes dele, a Companhia Negra de Revistas – nascida no Rio de Janeiro em 1926, sob o comando de De Chocolat (nome artístico de João Cândido Ferreira) e Jaime Silva – já havia empreendido a proposta de levar para os palcos espetáculos protagonizados por um elenco formado exclusivamente por artistas negros e voltados para encenar as coisas relacionadas à *raça*, história e cultura negra (BARROS, 2005, p. 14; GOMES, 2001, p. 53-83). Aliás, De Chocolat era definido pelos jornais da época como o “criador do teatro negro entre nós”.⁴⁰⁹ A especificidade do TEN foi ter investido em uma das modalidades do teatro ocidental, o drama, em detrimento da “revista”, um gênero teatral que combinava canto, dança, esquetes (sátira do cotidiano) e bom humor, também conhecido por *vaudeville* ou “teatro de variedades”. Sob a condução de Abdias, o TEN montou vários espetáculos e *performances* especiais e colaborou em montagens de outros grupos e companhias de teatro no Rio de Janeiro.⁴¹⁰

Em 1945, houve a derrubada da ditadura do Estado Novo, quando o país restabeleceu a democracia e a sociedade civil pode se rearticular. Um clima de otimismo, fé e esperança de que um governo constitucional, de liberdades democráticas, pudesse garantir um futuro melhor para a nação, contagiou os diversos segmentos da sociedade brasileira (DELGADO, 2001, p. 167-203; IORIS, 2014). Abdias não ficou indiferente aos ventos da nova cultura política. É nesse período que ele abandonou de vez o ideário integralista e esposou a democracia como uma metáfora política e social basilar no campo dos direitos e da cidadania. Para tanto, ele abraçou de corpo e alma o ativismo negro. É verdade que no final da década de 1930, após cumprir sua pena no presídio Frei Caneca, ele já havia passado uma temporada em Campinas, no interior de São Paulo, e participado do Congresso Afro-campineiro, um evento organizado pelo Centro Cívico Campineiro e que transcorreu na semana de 13 de maio de 1938, tendo como objetivo precípuo “estudar os hábitos, costumes e instituições dos escravos”.⁴¹¹ Ali Abdias teria se engajado nas ações coletivas relacionadas às questões do negro (ABDIAS; SEMOG, 2006,

p. 90), mas foi só no processo de redemocratização da sociedade brasileira que ele desfraldou como eixo central de sua militância a bandeira da igualdade racial.

Aproveitando o momento de abertura política, Abdias procurou compor alianças, tanto entre os negros quanto com estudantes, intelectuais, partidos, movimentos da sociedade civil, políticos profissionais, jornalistas e artistas brancos. “Para integrar o negro definitivamente na sociedade e elevá-lo um pouco mais que simples figura pitoresca de macumbas, sambas e candomblés”, argumentava o animador do TEN, “[...] devemos difundir e prestigiar movimentos que colimam a elevação do negro, mas sempre com a presença de brancos”.⁴¹² Seu intuito era, a partir dessa coalisão de forças, inserir na cena pública a luta pela “democracia racial”, expressão que surgiu nesse período. A “democracia racial” deveria ser evocada menos como uma realidade do que um novo pacto nacional sobre o que o Brasil poderia se tornar em um cenário de redemocratização e participação popular ampliada (ALBERTO, 2011, p. 151-195).

Em 1945, Abdias participou da criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, um fórum de recorte racial, presidido por Claudemiro Tavares, cuja finalidade era o “alevantamento” do nível social, econômico e cultural do “homem de cor” à luz do jogo democrático.⁴¹³ O Comitê promoveu a “Semana Afro-Brasileira”⁴¹⁴ e chegou a se envolver com a UNE, alguns ativistas, artistas e intelectuais progressistas na campanha pela anistia dos presos políticos do Estado Novo. Naquele mesmo ano, Abdias foi até São Paulo tomar parte da primeira reunião da Convenção Nacional do Negro, um evento que tornou público o “Manifesto à Nação”, documento no qual denunciava o “preconceito de cor” na sociedade brasileira e preconizava uma série de reivindicações em favor da população negra, em vista de influenciar o debate da Assembleia Nacional Constituinte, instalada naquele ano.⁴¹⁵ Em 1946, a segunda reunião da Convenção Nacional do Negro ocorreu no Rio de Janeiro e o dirigente do TEN foi o “presidente” do conclave. À sessão inaugural

compareceram diversas pessoas, entre as quais os deputados Gilberto Freyre (UDN), Hamilton Nogueira (UDN), Manoel Benício Fontenele (PTB), Claudino José da Silva (PCB), o poeta Solano Trindade, presidente do Centro de Cultura Afro-Brasileira e Eurico Oliveira, diretor do *Diário Trabalhista*.⁴¹⁶

Em meio a esse torvelinho de acontecimentos, Abdias casou-se com Maria de Lourdes Vale Nascimento, sua prima, que também passou a atuar na trupe de artistas negros. Durante a Segunda República (1945-1964), período igualmente designado de “tempo da experiência democrática” (FERREIRA; DELGADO, 2010). ele emergiu como uma figura pública, no então Distrito Federal, a partir sobretudo do trabalho à frente do TEN. Embora o grupo fosse numericamente pequeno (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 40) e mantido na informalidade – jamais teve sede própria, criou um sistema de afiliação, estatuto, regimento e tampouco regulamentou sua estrutura de funcionamento, por meio assembleias, eleições para os cargos diretivos etc. –, empreendeu uma atuação para além do campo artístico. Uma das primeiras atividades desenvolvidas pelo TEN foi um curso de alfabetização, cujos inscritos eram, fundamentalmente, empregadas domésticas e trabalhadores em posições subalternas de modo geral. Simultaneamente, uma série de conferências sobre “arte negra” foi realizada.⁴¹⁷ Em 1947, o grupo patrocinou o Concurso Rainha das Mulatas; em 1948, foi a vez do “Glamour Negro Girl” e do Concurso Boneca de Pixe.⁴¹⁸ Ainda nesse ano, lançou a primeira edição de *Quilombo*, jornal que trazia um subtítulo sugestivo: “Vida, problemas e aspirações do negro”. Consistia no veículo de comunicação (e divulgação) das ideias, narrativas, demandas e utopias do TEN. Era dirigido por Abdias Nascimento, com a colaboração de ativistas e intelectuais negros e brancos. O jornal publicou textos da lavra de Arthur Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Thales de Azevedo, Raquel de Queiroz, Roger Bastide, entre outros importantes nomes da *intelligentsia* brasileira. Por meio do *Quilombo*, Abdias defendia a “democracia racial” –

igualdade de direitos e de oportunidades – como um ideal a ser conquistado na sociedade brasileira:

O nosso trabalho, o esforço de *QUILOMBO* é para que o negro rompa o dique das resistências atuais com seu valor humano e cultural, dentro de um clima de legalidade democrática que assegura a todos os brasileiros igualdade de oportunidades e obrigações. Os atentados a essa paridade jurídica, e de fato praticados frequentemente em nosso meio, são antidemocráticos, separatistas e lesivos à integração nacional da qual o negro é um dos principais protagonistas”.⁴¹⁹

O jornal *Quilombo* mantinha uma coluna regular intitulada “Democracia racial”, que incluía ensaios de intelectuais considerados aliados, como Gilberto Freyre.⁴²⁰ Uma das preocupações do TEN foi se aproximar do mundo acadêmico, procurando estabelecer canais de interlocução com instituições de pesquisas, agências de fomento e intelectuais especializados nos estudos afro-brasileiros. Com esse escopo, o TEN promoveu a Conferência Nacional do Negro, em 1949,⁴²¹ evento preparatório do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, realizado no ano ulterior e que reuniu ativistas negros e intelectuais (como Costa Pinto, Edson Carneiro, Darcy Ribeiro e Roger Bastide) para discutirem os problemas, dilemas e desafios da população afro-brasileira.⁴²² O TEN ainda patrocinou a “Semana de Estudos sobre Relações de Raça”.⁴²³

Em 1949, ocorreu uma dissidência no TEN. Haroldo Costa e outros integrantes colidiram com Abdias, devido às suas inclinações autoritárias e à orientação artística imposta ao grupo.⁴²⁴ Resolveram então criar uma nova companhia teatral, denominada a princípio de Grupo dos Novos, em seguida, Teatro Folclórico Brasileiro que, por fim, em 1953, quando viajou para uma turnê pela Europa, adotou o nome de Brasiliana. Apesar dessa defecção, o TEN continuou sua jornada, com Abdias mantendo seu estilo centralizador de comando: “Era preciso ter mão firme para dirigir as atividades” do grupo, admitiu ele décadas depois (ABDIAS; SEMOG, 2006, p. 155).

Ao que parece, sua fama de autoritário emergiu pari passu a de galanteador. Afora Maria de Lourdes, Abdias teve *affairs* com outras mulheres negras ligadas ao TEN. Com Ruth de Souza, a grande estrela da trupe, viveu uma paixão.⁴²⁵ Também flertou com Nair Gonçalves, outra artista revelada pelo TEN, até que, em 1951, ele iniciou um caso amoroso com Léa Garcia, romance este que ganhou as páginas dos jornais do Rio de Janeiro e escandalizou a opinião pública. Isto porque Abdias tinha 36 anos, ao passo que Léa Garcia era ainda menor de idade. Conforme alardeou o *Diário da Noite* em sua edição de 18 de maio de 1951, “[...] o ‘galã’ Abdias Nascimento raptou uma colegial de 15 anos. Depois de surrado pelo pai de sua vítima, conseguiu levá-la para lugar ignorado – Em diligência a polícia para capturar o casal”.⁴²⁶ O animador do TEN, que na época era um homem comprometido, foi acusado de ter “seduzido” e “violentado uma estudante ainda menina”. Ele, relatou Léa Garcia décadas depois, “[...] era casado com Nair, uma prima dele, e estavam se divorciando”. Seja como for, sua atitude foi vista como um atentado à moral e bons costumes, razão pela qual circulou o boato de que ele seria preso, pela Delegacia de Costumes e Diversões.⁴²⁷

Abdias, nessa época, trabalhou como repórter, revisor, colunista ou *free-lancer* dos jornais *O Radical*, *O Povo*, *O Sol*, *Diário Trabalhista*, da revista *A Forma*, em suma, de vários órgãos da imprensa carioca. No *Diário Trabalhista* – uma folha de linha editorial popular, que apoiava o governo do presidente Eurico Dutra (1946-1951) –, ele atuava em diversas áreas. Além de fazer a cobertura de eventos que ocorriam no Distrito Federal e receber representantes de trabalhadores e de sindicatos, assinava a coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*. No decorrer do primeiro ano do jornal, Abdias utilizou o espaço da coluna para realizar uma enquete que questionava intelectuais, políticos, autoridades e cidadãos comuns, negros e brancos, sobre a existência ou não do preconceito racial entre a população brasileira. A coluna igualmente realizou entrevistas e reportagens com ativistas e organizações que denunciavam o “[...] injusto tratamento dispensado aos negros e as

discriminações de que é vítima em vários setores das atividades públicas e privadas”.⁴²⁸ Ao mesmo tempo em que endossava o potencial inclusivo da “democracia racial”, Abdias indicava as distorções que precisavam ser corrigidas na sociedade brasileira para erradicar o “preconceito racial” e seus efeitos deletérios.⁴²⁹

Do ponto de vista do sistema político e partidário, a conjuntura favoreceu, tanto a ampliação das formas de representação e participação cidadã, quanto a emergência da temática racial no *mainstream* político, fruto, em grande parte, da permeabilidade de partidos políticos ao assunto e da atuação das lideranças negras. Abdias que o diga. Em 1946, ele ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e articulou o seu Diretório Negro, mas, como não conseguiu espaço na legenda partidária para disputar uma vaga de vereador na Câmara Municipal do Distrito Federal, desvencilhou-se dela e se afiliou ao Partido Republicano Democrático (PRD), agremiação pela qual se candidatou nas eleições de 19 de janeiro de 1947, apresentando-se como “legítimo representante dos brasileiros de cor”.⁴³⁰ Abdias teve apenas 37 votos.⁴³¹ O resultado foi desapontador, porém, ele não desistiu. Essa foi a primeira de várias incursões pela via eleitoral no tempo da experiência democrática. As sucessivas tentativas de inserção na carreira política parecem indicar um desejo pessoal de ele se tornar um político profissional, representando uma coletividade (SOTERO, 2015, p. 170).

Nas eleições de 1950, para Câmara de Vereadores, e depois nas de 1954, também para vereança, Abdias lançou sua candidatura, mas por problemas que combinaram falta de apoio partidário e dificuldades de registro na Justiça Eleitoral, acabou naufragando.⁴³² Ele voltaria a concorrer a um cargo no legislativo no pleito de 1962, quando se candidatou a deputado estadual pelo PTB no estado da Guanabara. Apesar da retórica de sua campanha ter deixado de focalizar especialmente a população negra, passando a se valer de uma plataforma de propostas populares mais genéricas, sem muito

contornos raciais, Abdias, mais uma vez, não passou no teste das urnas.⁴³³

Nesse período, sua atuação continuava alicerçada no campo cultural, notabilizando-se com o trabalho à frente do TEN. Depois *d'O imperador Jones*, a trupe encenou os seguintes espetáculos: *Todos os filhos de Deus têm asas*, também do dramaturgo Eugene O'Neill, no teatro Fênix; *O filho pródigo*, de Lúcio Cardoso, no teatro Ginástico; *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, que ficou em cartaz em duas temporadas num intervalo de dois anos; uma cena de *Calígula*, de Albert Camus;⁴³⁴ *Sortilégio* (1957) e *Rapsódia negra* (1952), ambas de autoria do diretor do TEN.⁴³⁵ Esta última peça, uma revista, foi apresentada no teatro Recreio e lançou a atriz Léa Garcia, na época esposa de Abdias e mãe de seus dois primeiros progênitos: Abdias Filho e Henrique Cristóvão (ALMADA, 1995, p. 86).



Foto 2

Na década de 1950, o TEN deu os primeiros sinais de crise, não conseguindo, por exemplo, montar seus espetáculos com regularidade. Enfrentando obstáculos na cena teatral carioca, a trupe resolveu se transferir para São Paulo.⁴³⁶ Sua estreia na capital paulista se deu com a remontagem de *O imperador Jones*, no Teatro São Paulo.⁴³⁷ Lá o TEN fez alguns trabalhos em televisão⁴³⁸ e reivindicou receber uma subvenção por parte governo municipal e estadual. Não

foi atendido (DOMINGUES, 2011, p. 54). Depois de um tempo, a trupe também passou dificuldades na *paulicéia desvairada*. Sem o mesmo ímpeto de outrora, retornou para o Rio de Janeiro, onde continuou promovendo ações extra teatrais, das quais adquiriram repercussão: a Semana de Estudos sobre Relações de Raça, em 1955, e o concurso de artes plásticas intitulado Cristo de Cor, cujo vencedor foi Djanira, com a obra *Cristo na colina*, que evocava um negro no pelourinho escravocrata.⁴³⁹

Paralelamente ao trabalho de dirigir e atuar no TEN, Abdias também exerceu cargo comissionado, dedicou-se à formação acadêmica e incursionou pela carreira de ator de cinema. Em 1954, foi nomeado encarregado da subchefia do Serviço de Alimentação Pública (S.A.P.) do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (M.T.I.C.).⁴⁴⁰ Dois anos mais tarde, concluiu o curso de especialização em Sociologia, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Teria apresentado a monografia "Valor sociológico do Teatro Experimental do Negro".⁴⁴¹ Em 1959, ele participou do filme *O homem do Sputnik*, de Carlos Manga, e em 1962 integrou o elenco de *Escola de samba, alegria de viver*, filmagem dirigida por Cacá Diegues para o longa-metragem *Cinco vezes favela*, uma das películas precursoras do Cinema Novo no Brasil.⁴⁴² No intervalo entre uma filmagem e outra, Abdias fez uma viagem a Cuba. Teria sido financiado pela *Casa de Las Américas*, instituição do governo cubano. Lá ele montaria uma exposição de fotos e palestraria sobre a experiência do TEN. Retornaria ao país caribenho numa segunda visita em 1963 (MACEDO, 2006, p. 290). Do ponto de vista da conjuntura política nacional, Abdias continuava acreditando que o "negro brasileiro" estava "vinculado profundamente" a tudo que fosse "popular e nacionalista", por isso ele apoiou a candidatura vitoriosa de João Goulart (PTB) à presidência da República.⁴⁴³

Todavia, no dia 1 de abril de 1964, um movimento civil-militar derrubou o governo de Goulart, abortando o projeto de reformas sociais que o líder trabalhista encarnava. O golpe de Estado foi

executado sob o pretexto de livrar o país da corrupção e do comunismo. Mas o fato é que colocou um ponto final à experiência democrática e inaugurou uma fase de sucessivos governos autoritários, que suspenderam garantias constitucionais e direitos individuais. Instituiu-se um regime de exceção, caracterizado pela censura, repressão e prisão de opositores (NAPOLITANO, 2014). Frente a essa situação, desarticulou-se boa parte das ações coletivas no campo da cidadania e dos direitos dos afro-brasileiros. Seus ativistas e agrupamentos passaram a ser acusados, pelos governos da ditadura, de provocarem a “desordem”, a “tensão social”, o “dissenso”, enfim, de atentarem contra a Segurança Nacional. Qualquer protesto contra o racismo era visto como obstáculo à “integração nacional” e à “paz social”. Aliás, a discussão pública sobre o racismo, uma erva daninha que supostamente não existia em *terra brasilis*, ficou interdita, virando um assunto quase tabu. A democracia racial se converteu na ideologia oficial do regime militar. Por isso os ativistas afro-brasileiros e seus agrupamentos eram vistos com suspeição, quando não rotulados de subversivos (KÖSLING, 2011, p. 288; SKIDMORE, 1994, p. 137).

Isto não impediu Abdias de continuar fomentando manifestações em prol da valorização social, política e cultural da população negra. Entre 1964 e 1968, ele participou de seminários, ministrou palestras, manifestou-se contra o *apartheid* e o colonialismo no continente africano, estabeleceu especialmente contato com o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), sem contar que tentou manter vivo o TEN. Em 1966, a trupe tentou representar o Brasil no Primeiro Festival Mundial de Artes Negras de Dacar, no Senegal. Encenaria a peça *Além do Rio*, de Agostinho Olavo, mas o Ministério das Relações Exteriores a impediu, sob a alegação de que o trabalho do TEN não era representativo da cultura brasileira. Abdias protestou.⁴⁴⁴ Em “Carta para Dacar”, escrita depois do evento, ele acusou o governo militar de ter enviado uma comitiva oficial “a seu gosto”, comprometida com posições favoráveis à democracia racial. Surpreendentemente, o dirigente do TEN definia

tal ideologia como uma espécie de farsa (DÁVILA, 2011, p. 163-164). Tudo indica que, com a instalação da ditadura militar, Abdias tenha perdido a esperança no potencial inclusivo da “democracia racial”, razão pela qual ele mudou de opinião, passando a vê-la como um instrumento de dominação ideológica. Isto fica evidenciado no seu discurso proferido durante o debate que *Cadernos Brasileiros* promoveu sobre os 80 anos de Abolição: “O *status* de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor” (DEPOIMENTOS, 1968; GUIMARÃES, 2005-2006).

Já moribundo, o TEN deu o seu último suspiro em 1968: uma exposição inaugural do Museu de Arte Negra, que teve lugar no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.⁴⁴⁵ Mesmo Abdias não correndo riscos iminentes de prisão, foi alvo de inquérito policial militar (IPM).⁴⁴⁶ Sem espaço na cena teatral e passando dificuldades financeiras, ele começou a pintar de modo autodidata, no seu modesto apartamento de Copacabana (ENTREVISTA..., 2009, p. 12). Aos 54 anos, Abdias – então casado com a afro-capixaba Genilda Cordeiro Nascimento,⁴⁴⁷ com quem viria a ter uma filha, a Yemanjá do Nascimento – preferiu abandonar o país e partir para uma viagem aos Estados Unidos, com direito a passagem pelo México, em outubro de 1968. Um mês depois foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), a partir do qual a ditadura militar intensificou o cerceamento das liberdades civis, as perseguições e prisões políticas.

Os consecutivos governos militares das décadas de 1960 e 1970 transformaram a “democracia racial” numa “cortina de fumaça” ideológica, que escamoteava a repressão do Estado a qualquer reivindicação pública por parte da população negra. Foi nesse momento que tal ideologia perdeu sua base social de legitimidade e se converteu em retórica vazia, quebrando, assim, o pacto nacional forjado na era da democracia. Em outras palavras, na medida em que os governos militares fecharam os canais de negociação frente às agências da sociedade civil, com suas pautas, demandas e

expectativas, os ativistas negros perceberam que a noção de democracia racial se tornou incompatível com o ideal de inclusão, daí eles terem revisto sua política racial. De campo de disputa e possibilidades, a democracia racial foi reinterpretada como um “mito”, sendo caracterizada dali em diante como uma fraude, engodo ou falsa consciência (GUIMARÃES, 2001, p. 147-162; ALBERTO, 2011, p. 245-256).

Por intermédio de Judith Gleason, uma intelectual afro-americana que se sensibilizara com sua situação de penúria, Abdias ganhou uma bolsa de dois meses da Fairfield Foundation – uma fundação que servia de frontispício para escamotear as atividades da Central Intelligence Agency (CIA) – (SAUNDERS, 2008, p. 144), para conhecer os problemas da educação e da cultura do negro nos EUA. O que deveria ser uma viagem curta se tornou uma estada de 13 anos, um momento de diversas experiências, interlocuções e reviravoltas que demarcaram uma nova inflexão na vida de Abdias. Quando concluiu a bolsa em janeiro de 1969, ele resolveu se instalar em Nova York. Sem fluência na língua inglesa, passou dificuldades financeiras. Para sobreviver, “[...] recorria, entre outras coisas, a cascos de Coca-Cola recolhidos e levados ao supermercado, onde recebia uns centavos por garrafa; cinco cascos davam para comprar um bife de chã” (NASCIMENTO, E. 2014, p. 208). Também dependia da venda de suas pinturas, realizada pelas ruas, logradouros e galerias da cidade, até que por acaso reencontrou a família Bagley, que o conhecera da época do TEN. O sr. Bagley era jornalista, correspondente internacional da Reuters no Brasil nos anos 1940. Com o reencontro, a família teria abrigado Abdias e oferecido ajuda para ele estabelecer uma rede de contatos e influências, que foi decisiva para sua permanência nos EUA.

A partir dali, Abdias impulsionou sua atividade de pintor e artista. Conheceu novas companhias teatrais e conseguiu realizar suas primeiras exposições em 1969, no Harlem Art Gallery e Crypt Gallery (Columbia University). Simultaneamente, iniciou visitas a diversas

universidades, como a Berkeley University, na Costa Oeste, onde conheceu Bobby Seale, o líder dos Panteras Negras. Ainda no ano de 1969, Abdias ministrou, como *visiting lecturer*, seminários na área de artes e teatro na Yale School of Drama. Lá fora, auxiliado nas traduções por uma estudante negra, chamada Pamela Jones. Em 1970, ele foi *visiting fellowship* na Wesleyan University, em Connecticut, onde também exerceu atividade pedagógica como tutor de quatro alunos, interessados em literatura brasileira. No final desse período, tornou-se professor na State University of New York em Buffalo (SUNY). Assumiu o cargo no início do ano letivo de 1971-1972, dando aulas no Departamento de Estudos Porto-riquenhos. A contratação de Abdias se inscrevia no interesse daquela universidade por ter um artista afro-latino-americano em seu quadro docente. Naquele momento pouco se conhecia sobre o Brasil, especialmente sobre a cultura afro-brasileira. Como Abdias não dominava o idioma, as aulas eram proferidas em português e espanhol. O Departamento concentrava estudantes e pesquisadores interessados em América Latina, versados em espanhol e, alguns, em português.

As oportunidades que se abriram para Abdias nos EUA também devem ser vistas como parte do contexto de ascensão do movimento dos direitos civis. Apesar de ele não ter tomado parte nesses movimentos diretamente, sua inserção na academia norte-americana e a recepção de sua produção como pintor é fruto daquele cenário. Abdias estabeleceu contato com intelectuais afro-americanos importantes, como o escritor e ativista LeRoi Jones (Amiri Baraka), e, em Buffalo, tornou-se amigo do professor daquela universidade, Molefi K. Asante, um dos criadores do Museu de Artes e Antiguidades Africanas e Afro-Americanas da universidade, que se tornou conhecido internacionalmente como o criador do conceito de afrocentricidade, conceito tributário das ideias difundidas por intelectuais africanos, notadamente Chiekh Anta Diop. A afrocentricidade, nas palavras de Asante, “[...] é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem

cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93).

Naquele instante, os embates pelos direitos civis, a emergência das políticas de ações afirmativas, o protagonismo e postulações dos diversos movimentos ligados ao “Poder Negro”, a contestação do regime do *apartheid* na África do Sul e o apoio às lutas de libertação dos países do continente africano entrelaçavam-se às ideologias que embasavam um discurso negro, ora nacionalista ora pan-africanista (fundada na ideia de que existe uma solidariedade racial entre os povos africanos e descendentes). Abdias aproveitou as oportunidades, os repertórios analítico-políticos e os contatos estabelecidos nos EUA, reformulando sua retórica racial, perspectiva identitária (o que passava pela roupa, estética, religiosidade, rituais e símbolos culturais) e estratégia de luta em favor da libertação negra.

Em 1976, com 61 anos de idade, Abdias contraiu seu quarto casamento. Desta vez com Elisa Larkin, uma jovem branca que tinha morado no Brasil por conta de um programa de intercâmbio e que ele conhecera como aluna no Departamento onde lecionava em Buffalo. Elisa viria a ser mãe de Osiris Larkin Nascimento, o quarto filho de Abdias. Ela se tornou uma pessoa importante na experiência internacional do ativista afro-brasileiro, pois, afora a colaboração para escrever e traduzir os textos dele, cumpria o papel de tradutora, acompanhando-o nos encontros, seminários e congressos, nos Estados Unidos e em outros países. Por sinal, desde 1974, Abdias, além de artista e professor, procurou ampliar sua atuação na arena da militância negra, participando de eventos internacionais. Nesses fóruns, denunciava, sistematicamente, a existência do racismo na sociedade brasileira, algo que contrariava o discurso oficial dos governos militares, por isso os serviços de inteligência voltaram a mirá-lo. Em 1975, seu passaporte foi apreendido pelo consulado brasileiro de Nova York. Passou a viajar com salvo-conduto do governo norte-americano. É nesse momento que Abdias percebeu a natureza de sua situação de auto-exilado (CUSTÓDIO, 2012, p. 73).

Em 1973, ele participou, em Kingston, da Conferência Preparatória do Congresso Pan-Africano, ocasião em que conheceu Amy Jacques Garvey, a viúva de Marcus Garvey, e abriu um diálogo com C.L.R. James; no ano seguinte, fez-se presente no VI Congresso Pan-Africano, sediado em Dar-es-Salaam, Tanzânia, quando foi apresentado a Julius Nyerere, então presidente daquele país africano e de quem incorporaria o conceito de *ujamaa*; dois anos depois, esteve no Seminário sobre Alternativas Africanas, realizado em Dacar, Senegal. Ali conheceu Wole Soyinka e Cheikh Anta Diop, autor que o influenciaria na noção de herança africana. Entre 1976 e 1977, foi professor visitante na Universidade de Ifé, em Ilé-Ifé (Nigéria), no Departamento de Línguas Africanas e Literaturas, onde, além de participar de seminários, circulou em lugares sagrados da cultura religiosa lorubá, como as cidades de Oshogbo e Oyo. Em 1977, ele tentou participar como “delegado oficial” do Brasil no II Festival Mundial Negro e Africano de Arte e Cultura (Festac), realizado em Lagos (Nigéria), mas, como estava sendo vigiado pela embaixada brasileira desde que pisou no país africano para a estada como professor visitante, acabou sendo impedido. A ditadura militar não queria que Abdias desconstruísse a imagem do Brasil como uma democracia racial. Só lhe restou protestar e frequentar o conclave como observador.⁴⁴⁸ Nesse ínterim ele também conheceu outros países africanos, como Uganda, Guiné Bissau, Angola e Gana. Ainda em 1977, participou do I Congresso das Culturas Negras nas Américas, realizado em Cali, Colômbia. Além de orador, fez parte da equipe de organização do evento.

Essa experiência – de participar de congressos internacionais e de conhecer, intercambiar e se aproximar de intelectuais africanos e da diáspora – foi decisiva para Abdias ter se reinventado, esculpindo uma autoimagem de liderança do protesto negro em escala internacional. Apropriando-se das teorias pan-africanistas e afrocêntricas, baseadas na representação da África como o centro referencial ancestral, ele passou a enfatizar que a identidade e cultura negras são parte de um legado transnacional da diáspora. Isto se

refletiu nas suas pinturas, cada vez mais irrigada pela cultura religiosa iorubá, algo que não se manifestara até então na sua dramaturgia.⁴⁴⁹ Também foi a partir dessa experiência pelo Atlântico Negro que ele elaborou o discurso de que se via como um “estrangeiro”. O termo teria um duplo sentido: “estrangeiro” pela sua condição de brasileiro auto-exilado no exterior (Estados Unidos); e “estrangeiro” pela sua condição diaspórica, de ser negro e viver fora do continente africano (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 48; CUSTÓDIO, 2012, p. 76).

Foi nesse contexto que Abdias intensificou sua produção intelectual relacionada às relações raciais. Se antes ele já tinha organizado algumas coletâneas de autoria coletiva que giravam em torno da experiência do TEN (NASCIMENTO, 1950, 1961, 1966, 1968), é no final da década de 1970 que ele publicou os primeiros livros exclusivamente com ensaios e textos próprios: *Racial democracy in Brazil: myth or reality?* (1977), obra ampliada e traduzida como *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), *Brazil, mixture or massacre? Essays in the genocide of a black people* (1979) e *O Quilombismo* (1980).

Dada à importância desta última obra, vale a pena esquadrihá-la brevemente. Coletânea de artigos oriundos dos seminários e congressos internacionais que Abdias havia participado, como o II Congresso de Cultura Negra nas Américas, que ocorrera no Panamá, tratava-se de “uma proposta do autor aos seus irmãos negros do Brasil”. Partindo de uma visão essencialista, de que haveria diferenças fundamentais entre as pessoas da “raça branca” e da “raça negra”, Abdias sustentava que, para esta, caberia estudar aquela e “seus impulsos agressivos”; esse interesse de conhecer o “inimigo e/ou adversário, desde dentro, significa atuar em autodefesa”, valendo-se da experiência das instituições negras (desde os quilombos históricos até a “[...] rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras”), a fim de afirmar uma prática de libertação e assumir o comando da própria

história. A essa práxis afro-brasileira Abdias designa de "quilombismo".

A experiência histórica dos quilombos era tomada como modelo de democracia para toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, o autor concebia o Quilombo de Palmares não apenas como referência de realização de valores democráticos, mas também do "comunalismo tradicional da África", cuja longa experiência teria demonstrado que em seu seio não haveria lugar para "exploradores e explorados". Apropriando-se das ideias de Julius Nyerere a respeito do projeto político do "ujamaísmo" na Tanzânia, Abdias postulava a adaptação do "comunalismo africano" à realidade brasileira. A seu ver, valeria a pena optar pelo "comunalismo africano", uma "qualidade de socialismo" cujo funcionamento na África teria sanção de vários séculos, muito antes que os teóricos europeus brancos tivessem inventado o marxismo. No "projeto quilombista", a figura de Zumbi, o último chefe do de Palmares, ganhava destaque como símbolo de integração para todos os "afro-brasileiros" (NASCIMENTO, A., 1980).

Portanto, no livro *O Quilombismo*, Abdias sintetizava várias de suas ideias pan-africanistas colocadas em circulação na época, e tentava transformá-las num projeto nacional de emancipação negra.⁴⁵⁰ Abandonava, de vez, o projeto de integração da população negra à identidade nacional, tal como defendera no passado. Interessante saber que, na coletânea *Memórias do Exílio*, publicada em 1976, ele já havia feito uma autocrítica de sua trajetória nas hostes do ativismo negro. Foi ali que Abdias condenou, com virulência, o paradigma racial assimilacionista, proclamando, em seu lugar, a perspectiva multicultural fundada na autodeterminação dos afro-brasileiros. Ao "mundo branco", ele opunha, como alternativa, "um mundo negro" afrocentrado:

Devo fazer uma autocrítica: a perspectiva de "integração", que me orientou, mal ou bem, desde a década dos trinta, significava uma direção que conduzia ao afastamento do povo. O Teatro Experimental do Negro, por

exemplo, chegou a fazer alguns espetáculos nos subúrbios, uma vez num terreiro de "macumba". Foi a coisa mais gostosa, aquela reação imediata e viva, o público entendendo tudo, participando integralmente do espetáculo. Mas isso foi exceção. No geral, nos dirigíamos ao público tradicional de teatro, que, claro, é branco e de elite. Foi um erro insistir tanto em projetos para o meio intelectual. Havia o equívoco de querer se "civilizar", a expectativa de ser "compreendido" pelas elites do país. A "integração" significava um esforço para que a cultura negra fosse reconhecida pela sociedade brasileira, e são as elites (brancas) que controlam os mecanismos de reconhecimento e de prestígio. Então circulávamos num meio que não era exatamente o nosso, sempre aquela ambiguidade, pedindo apoio, buscando patrocinadores, usando a linguagem e os contatos de gente que não só explora o negro economicamente, como ignora e despreza a sua cultura [...]. Por todas essas razões é que mudei de posição. Hoje estou convencido de que namorar o branco para receber reconhecimento é tempo perdido, além de ser uma perspectiva falsa. O negro tem que fazer a coisa dele, sem esperar, sem nem olhar para cara do branco. Depois pode dar uma colher de chá para os brancos, mas antes tem de se afirmar como negro. Senão, acaba sendo manipulado. É o caso por exemplo do Partido Comunista (que aliás, não está sozinho nisso). Acha que afirmar a tradição africana e manter um estilo de vida africano não faz sentido; mas está sempre lá, dando opinião, procurando influir e desviar o movimento para a sua linha ideológica. Se acham que questão negra é besteira, por que então se imiscuem em nosso assunto, por que tentam nos manipular? Vai manipular branco, porra! (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 43).

Naquela altura, o governo ditatorial brasileiro encaminhava um processo de abertura política, definida como "lenta, gradual e segura". Na prática, a abertura do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho tortuoso, permeado de avanços e recuos (SILVA, 2010, p. 243-282). Entre outras medidas, o governo promoveu uma reforma partidária, decretando o fim do bipartidarismo, no que resultou no surgimento de várias legendas. As lideranças políticas de oposição à ditadura, que viviam no exílio, trataram de se rearticular nesse processo de transição rumo à democracia, fundando partidos políticos que atuariam no cenário nacional. Com a intermediação do cientista político Clóvis Brigadão, Abdias estabeleceu os primeiros contatos com Leonel Brizola – liderança política histórica ligada ao trabalhismo, que vivia em Nova York no final da década de 1970. Este teria se convencido da importância da luta antirracista para o projeto de construção de uma nação justa, incluyente e democrática. Diante disso, Abdias se somou

a outros exilados nos Estados Unidos e na Europa e, sob o comando de Brizola, fundaram em 1979 o Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação pela qual ele viria fazer carreira política.

O nome de Abdias ainda circulava pelas “comunidades de segurança e informações” da ditadura,⁴⁵¹ porém já não sofria mais perseguição. Prova disso é que, em 1978, ele esteve no Brasil.⁴⁵² Concedeu entrevista para *O Pasquim*⁴⁵³ e participou, no dia 7 de julho, do Ato Público contra o Racismo, que serviu para lançar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (*a posteriori* encurtado para Movimento Negro Unificado – MNU). O protesto ocorreu nas escadarias do Teatro de Municipal de São Paulo e congregou um número significativo de ativistas afro-brasileiros da nova geração (COVIN, 2006; ANDREWS, 1995, p. 281-240). Embora Abdias tenha se aproximado do MNU e colaborado com algumas de suas ações coletivas, acabou se afirmando como um quadro independente do movimento negro, não se vinculando, assim, a nenhuma entidade. Sua volta definitiva ao Brasil ocorreu em 1981, quando (re)estabeleceu contato com o candomblé da Bahia, bem como reeditou, ele e outros ativistas, a subida à Serra da Barriga, no estado de Alagoas, uma peregrinação ao local no qual havia sido formado o Quilombo de Palmares, que se notabilizou no período colonial sob a liderança de Zumbi. Lá os peregrinos promoveram um ato público. Abdias fez uso da palavra: “Eu invoco aqui o poder e a força de Olorum. Olorum, nosso pai!”. Depois de invocar os orixás, referiu-se ao histórico líder quilombola como o paladino da resistência negra no Brasil, destacando-lhe atributos com os quais parecia se identificar. Abdias e os demais militantes que subiram a Serra, desde 1980, impulsionaram os passos em prol da revalorização de Zumbi.⁴⁵⁴ Foram protagonistas de uma mobilização racial, cujo resultado seria o tombamento da Serra da Barriga, a princípio como monumento histórico, passando depois a monumento nacional.

Abdias era uma figura respeitada, se não celebrada, pela nova geração do movimento negro brasileiro. Muitos militantes viam

aquele sexagenário, de postura altaneira e voz altissonante, como uma fonte de inspiração (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 91, 93, 99, 101). Isso não significa que houvesse consenso em torno dele. Suas ideias pan-africanistas – especialmente aquelas veiculadas no livro *Quilombismo* – não foram abraçadas pela nova geração de militantes. Em parte, isso se deu porque o movimento negro brasileiro, naquele momento, era hegemonizado pelas lideranças de formação marxista (como Lélia Gonzales, Hamilton Cardoso, Rafael Pinto e Milton Barbosa), que, em vez do afrocentrismo de vertente essencialista, advogavam uma estratégia de luta baseada na articulação de *raça* (negra) e *classe* (trabalhadora). Assim, o combate ao racismo seria uma tarefa democrática, de negros e brancos, devendo fazer parte da luta classista contra o sistema opressor (HANCHARD, 2001, p. 146-148). Às divergências ideológicas, soma-se a personalidade forte de Abdias, cujo estilo de liderança distinguiu-se pelas controvérsias e polêmicas diversas. Chegou a ser acusado de arrogante, personalista e incoerente.⁴⁵⁵

Com a abertura política, a reforma partidária e a promulgação da Lei da Anistia, a ditadura se esgarçava paulatinamente. Novos personagens entraram em cena. Trabalhadores, mulheres, negros e *gay* se (re)organizavam coletivamente, envergando suas bandeiras e lutas específicas, no campo dos direitos e da cidadania (MITCHELL, 1985, p. 95-119). A pressão das ruas – dos novos movimentos sociais – e do próprio sistema político se intensificava. Testemunhou-se uma espécie de insurgência da sociedade civil contra o Estado, o que pavimentou o terreno para a vida política do país retomar aos poucos os rumos da democracia. Em 1981, Abdias criou a Secretaria do Movimento Negro do PDT e foi escolhido o vice-presidente da legenda, pela qual, em novembro de 1982, concorreu à Câmara dos Deputados Federais, pelo estado do Rio de Janeiro, nas primeiras eleições gerais por voto direto durante o regime de exceção. Não foi eleito, obtendo a terceira suplência.⁴⁵⁶ Ainda no processo de retorno ao Brasil, candidatou-se à cadeira número 15 da Academia Brasileira de Letras,⁴⁵⁷ assim como fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos

Afro-Brasileiros (Ipeafro), nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, onde promoveu, em agosto de 1982, o III Congresso de Cultura Negra das Américas, reunindo ativistas e intelectuais de vários países do continente e de diversos estados brasileiros. No ano seguinte, foi favorecido por uma manobra política de Leonel Brizola – recém-eleito governador do Rio de Janeiro com a plataforma do “socialismo moreno” (SOARES; VALLE SILVA, 1987) – e assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais.⁴⁵⁸

Finalmente, com 68 anos de idade, Abdias realizava um antigo sonho: chegar a um espaço de poder da vida político-institucional do país, onde poderia legislar a favor das causas afro-brasileiras (MEDEIROS, 1998; JOHNSON III, 2000, p. 7-29). Ao longo de quase três anos, procurou mostrar a problemática racial como uma questão nacional. Partindo dessa premissa, levou para a tribuna as questões ligadas ao racismo e às relações do Brasil com a África, tentou sensibilizar os parlamentares e a opinião pública para aquelas questões e arquitetou projetos – como o de definir o racismo como crime de lesa-humanidade e o de instituir o feriado nacional da consciência negra, no dia 20 de novembro, data presumível da morte de Zumbi dos Palmares –,⁴⁵⁹ sem contar que propôs, de maneira precursora, políticas “compensatórias” à população negra “após séculos de discriminação”. Seu Projeto de Lei n. 1.332 postulava, entre outras coisas, reserva de 20% de vagas para mulheres e homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; incentivo às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como a inclusão no currículo escolar da história das civilizações africanas e do africano no Brasil (MOEHLECKE, 2002, p. 204). Apesar de todo o esforço de Abdias durante o período de pleno exercício do mandato, já que em algumas ocasiões retornou à suplência, ele não conseguiu aprovar nenhum de seus projetos (SANTANA, 2018).

Enquanto isso, completava-se a transição democrática no Brasil, o que trouxe esperanças para Abdias e toda a população negra do país.⁴⁶⁰ Em 1985, José Sarney, um político civil, tomou posse no cargo de presidente da República, selando o fim da ditadura militar.⁴⁶¹ Para recuperar as liberdades democráticas plenas, o novo governo marcou a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição. Em novembro de 1986, Abdias candidatou-se a deputado federal constituinte, na legenda do PDT. Não alcançou êxito.⁴⁶² Continuou sua luta sob o selo do movimento negro, um ator político que levou suas demandas e agenda de reivindicações para a Assembleia Constituinte, o que lhe permitiu assegurar duas grandes conquistas na Carta Magna: o estabelecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível e o reconhecimento do direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos (PEREIRA, 2013, p. 298-305). Convém salientar que o movimento negro multiplicou seus quadros, expandiu sua capilaridade pelo território nacional, adquiriu mais reconhecimento, na medida em que articulou um diálogo proativo com o Estado e a sociedade civil brasileira, e ganhou destaque no processo de construção e consolidação da Nova República – termo utilizado para designar ao pacto de governabilidade que se seguiu ao fim da ditadura (PASCHEL, 2016).

Os avanços institucionais das questões da população negra, no âmbito do Estado, foram significativos com a redemocratização do país. Basta dizer que, em alguns estados e municípios, foram criados órgãos e programas específicos direcionados à promoção da igualdade racial e do reconhecimento da cultura afro-brasileira, culminando com a instalação, pelo governo federal, da Assessoria para Assuntos Afro-brasileiros e da Comissão para o Centenário da Abolição da Escravatura. Como corolário desse processo, em 1988, foi instituída a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura com o papel de ser a interlocutora entre a comunidade afro-brasileira e o poder público (RIBEIRO, 2014). Abdias atuou junto ao Ministério da Cultura, tendo sido um dos responsáveis pela criação da

Comissão do Centenário da Abolição e por seu desdobramento – a formação da Fundação Cultural Palmares.⁴⁶³ No dia 12 de maio daquele ano, ele participou da Marcha Contra a Farsa da Abolição, organizada pelas entidades do movimento negro do Rio de Janeiro e realizada com uma grande passeada da Candelária à Central do Brasil.⁴⁶⁴

Em 1991, ele foi convidado por Brizola, que voltara a se eleger governador do Rio de Janeiro no ano anterior, para assumir a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Seafro), um órgão criado para implementar políticas públicas de valorização da população negra e de combate ao racismo.⁴⁶⁵ Entre as realizações da Seafro, destacaram-se a criação de uma Delegacia Especial para Crimes de Racismo, os cursos e oficinas de capacitação dos policiais militares para o convívio com a diversidade e o trabalho com os professores da rede pública estadual, no sentido de qualificá-los para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Abdias era suplente de senador na chapa de Darcy Ribeiro, intelectual e liderança política do PDT do Rio de Janeiro que fora eleito em 1990. Como este assumiu a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais no governo Brizola no ano seguinte, Abdias tomou posse na câmara alta do Congresso Nacional na sua vaga, numa cerimônia que contou com a presença dos embaixadores de Nigéria, Angola, Senegal, Gana e Líbia.⁴⁶⁶ A partir de então, revezou-se no cargo de senador com Darcy Ribeiro, até que o titular do mandato veio a óbito, em fevereiro de 1997, e Abdias voltou a tomar assento naquela Casa Legislativa.⁴⁶⁷ Sua atuação como senador foi centrada, mais uma vez, na defesa sistemática dos direitos humanos e civis dos afro-brasileiros, na denúncia do racismo na sociedade brasileira e na proposição de políticas públicas de valorização da cultura de matriz africana.

Em outubro de 1998, candidatou-se à Câmara dos Deputados pelo PDT, porém, mais uma vez, não conseguiu ser sufragado pelo

voto popular. Esta foi a última tentativa de submeter o seu nome a um pleito eleitoral. Deixou o Senado em janeiro de 1999. Já no mês seguinte, assumiu a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro, na gestão do governador Anthony Garotinho, correligionário do PDT.⁴⁶⁸ No entanto, só permaneceu no cargo por cerca de um ano. Garotinho travou uma disputa hercúlea com o presidente do partido, Leonel Brizola. Desgastado, desligou-se do PDT, com o seu agrupamento político. Nesse torvelinho de acontecimentos, a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania foi extinta e transformada em Coordenadoria Executiva do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Abdias foi mantido por Garotinho à frente do novo órgão,⁴⁶⁹ mas, em gesto de fidelidade ao PDT e especialmente a Brizola, seu amigo de longa data, acabou se demitindo.

Octogenário, Abdias sentia o peso da idade. Aos poucos foi se desvencilhando da vida pública, dedicando-se aos projetos pessoais e às atividades mais *light*, como a de pintor. Nessa fase, as homenagens a ele se tornaram cada vez mais frequentes, no Brasil e no exterior.⁴⁷⁰ Já alçado ao panteão dos ícones monumentalizados da história afro-brasileira, galvanizava em torno de si um discurso de virtudes e uma mística de resistência e revolta em meio a uma legião de fãs e admiradores no movimento negro, que o idolatravam pelas imagens e (auto)representações legendárias colocadas em circulação ao longo do tempo e cristalizadas nos domínios da memória. Fato é que não havia no país outro militante negro capaz de suscitar tanta reverência, de ser tão celebrizado entre seus pares.

Quando completou 90 anos de idade, já apresentando problemas de saúde, um grupo de familiares, amigos e ex-assessores preparou as comemorações aparatosas de seu aniversário. A programação foi extensa. No dia 14 de março de 2004, um domingo, houve uma missa ecumênica na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, e, na segunda, um jantar em um restaurante no Aterro

do Flamengo. Em março daquele ano, na abertura do Seminário América do Sul, África – Brasil 2004 “Acordos e Compromissos com a Promoção da Igualdade Racial”, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ligada ao Governo Federal, concedeu a Abdias o Prêmio de Reconhecimento pelos trabalhos prestados à nação brasileira. Ainda em 2004, o Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo, homenageou-o no painel “Abdias Nascimento, um brasileiro no mundo”, ocasião em que foi lançada a campanha “Abdias Nascimento, Prêmio Nobel da Paz”, ampliando a repercussão da indicação feita por um conjunto de entidades da sociedade civil. As celebrações do natalício de Abdias culminaram com uma exposição no Arquivo Nacional de toda a sua obra e a realização, em parceria com a PUC-Rio, de um colóquio internacional intitulado *Ancestralidade africana e cidadania – o legado vivo de Abdias Nascimento* (NASCIMENTO, E., 2004).

Em 2006, foi condecorado com a mais alta honraria concedida pelo governo brasileiro, a Ordem do Rio Branco, entregue pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em Salvador, durante a cúpula de chefes de Estado da 2ª Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora; em 2009, recebeu o Prêmio Direitos Humanos na categoria Igualdade Racial da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e, em 2010, foi oficialmente indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em virtude de sua defesa dos direitos civis e humanos dos afrodescendentes no Brasil e no mundo.

Abdias já andava com a saúde debilitada. Naqueles eventos públicos, era comum vê-lo numa cadeira de rodas. Sofria há anos de hipertensão e diabetes. Em 2011, seu quadro clínico deteriorou. Internado por dois meses, faleceu no dia 23 de maio, de insuficiência cardíaca, aos 97 anos. Chegara ao fim o longo percurso de um sujeito multifacetado – ativista, intelectual e artista –, que era visto (e se via) como uma das mais notáveis lideranças pan-africanistas, e cuja vida teria se distinguido pela luta contra o racismo e pelo resgate da cultura negra no Brasil e na diáspora. Para além dessas

(auto)representações, vale enfatizar: sua trajetória sintetizou bem as metamorfoses ideológicas e transformações semânticas pelas quais passou o movimento negro brasileiro no transcurso de boa parte do período republicano.⁴⁷¹

Seu corpo foi velado na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e cremado na Santa Casa de Misericórdia, no Caju, zona portuária da cidade. Suas cinzas foram levadas para a Serra da Barriga, no Parque Memorial Quilombo dos Palmares (AL), numa cerimônia revestida de grande simbolismo. Familiares, autoridades e diversos ativistas se fizeram presentes, como também religiosos do candomblé e da tradição iorubá. Ocorreram discursos, recitação de poema, cânticos e saudações aos ancestrais ao som dos tambores nigerianos. O momento célebre do evento foi a deposição das cinzas, no local onde foi plantada uma muda de baobá, árvore nativa da África, considerada sagrada em Angola. Estar no mesmo solo de seus ancestrais quilombolas que lutaram pela liberdade, eis o último desejo de Abdias realizado.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALBERTO, P. L. *Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth-century Brazil*. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2011.

ALMADA, S. *Damas negras: sucesso, lutas, discriminação*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

ANDREWS, G. R. Black political mobilization in Brazil, 1975-1990. In: ANDREWS, G. R.; CHAPMAN, H. (orgs.). *The social construction of democracy, 1870-1990*. New York University Press: New York, 1995.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BARROS, O. *Corações De Chocolat: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27)*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

BERTONHA, J. F. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem, 2014.

BRUNETTI, A. de C. Abdias do Nascimento: negro de alma branca. *Revista Iberoamericana*, v. 50, n. 126, 1984.

CAMUS, A. C. *Diário de viagem*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

CAVALCANTI, P. C. U.; RAMOS, J. (orgs.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)*. São Paulo: Livramento, 1976.

CLEVELAND, K. L. Abdias Nascimento. In: CLEVELAND, K. L. *Black art in Brazil: expressions of identity*. Gainesville: University Press of Florida, 2013.

CONTINS, M. *Lideranças negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

COSTA, H. As origens do Brasiliana. In: MÜLLER, R. G. (org.). *Dionysos* - Edição especial sobre o Teatro Experimental do Negro, n. 28, Brasília/MinC; Rio de Janeiro/Fundacen, 1988.

COSTA, H. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

COVIN, D. *The Unified Black Movement in Brazil (1978-2002)*. Jefferson, NC: McFarland & Company, 2006.

CRUZ, N. dos R. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CUSTÓDIO, T. A. S. *Construindo o (auto)exílio: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DÁVILA, J. *Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DELGADO, L. de A. N. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEPOIMENTOS. *Cadernos Brasileiros*. Rio de Janeiro, n. 47, maio-junho, 1968.

DOMINGUES, P. A cor na ribalta. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 63, n. 1, 2011.

DOTTA, R. A. *Elementos verdes: os integralistas brasileiros investigados pelo DOPS-SP (1938-1981)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ENTREVISTA com Abdias Nascimento. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 22, n. 2, 2009.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano, v. 3).

FERREIRA, S. J. *A questão racial negra em Recife*. Recife: Edições Pirata, 1982.

FLORINDO, M. T. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

GOMES, F. *Políticas da raça: experiências e legados da Abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GOMES, F. dos S. *O negro ingrato: lutas antirracistas e a trajetória de Abdias Nascimento*. Rio de Janeiro. [s.d.]. (Trabalho não publicado).

GOMES, T. de M. Negros contando (e fazendo) sua história: alguns significados da trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 23, 2001.

GRAHAM, J. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GUIMARÃES, A. S. A. Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. *Revista USP*, n. 68, 2005-2006.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 61, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A.; MACEDO, M. Diário Trabalhista e a democracia racial negra dos anos 1940. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 51,

n. 1, 2008.

HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

IORIS, R. *Transforming Brazil: a history of national development in the Postwar Era*. New York: Routledge, 2014.

JAREMTCHUK, D. Abdias do Nascimento nos Estados Unidos: um 'pintor de arte negra'. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, 2018.

JOHNSON III, O. A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38, 2000.

KÖSSLING, K. S. Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983). In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

KÖSSLING, K. S. Os afro-descendentes na Ação Integralista Brasileira. *Revista Histórica*. São Paulo, n. 14, 2004.

MACEDO, M. Abdias do Nascimento: teatro, revolta e quilombismo na organização do ativismo negro no Brasil. In: CHALHOUB, S.; PINTO, A. F. M. (orgs.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

MACEDO, M. J. de. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAIO, M. C.; CYTRYNOWICZ, R. Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil republicano v. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MEDEIROS, C. A. Abdias Nascimento: um Quixote vence os moinhos de vento. In: CEBRAP. *População negra em destaque*. São Paulo: CEBRAP, 1998.

MILES, T. Abdias Nascimento e a tradição intelectual afrodiaspórica no combate ao racismo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, 2017.

MITCHELL, M. Blacks and the Abertura Democrática. In: FONTAINE, P-M. *Race, class and power in Brazil*. UCLA, Los Angeles: Center for Afro-American Studies; 1985.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117.

MÜLLER, R. G. (org.). *Dionysos* - Edição especial sobre o Teatro Experimental do Negro, n. 28, Brasília: MinC; Rio de Janeiro: Fundacen, 1988.

NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, A. *Sitiado em Lagos*: autodefesa de um negro acossado pelo racismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NASCIMENTO, A. do. *O Quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. Brazil, mixture or massacre? Essays in the genocide of a black people. *Afrodíaspóra*, 1979.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, A. "Racial Democracy" in Brazil: myth or reality. Nigéria: Obafemi Awolowo University, 1977.

NASCIMENTO, A. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

NASCIMENTO, A. *Teatro Experimental do Negro*: testemunhos. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

NASCIMENTO, A. *Dramas para negros e prólogo para brancos*. Rio de Janeiro: TEN, 1961.

NASCIMENTO, A. *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Quilombo, 1950.

NASCIMENTO, A.; SEMOG, É. *Abdias Nascimento*: o griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

NASCIMENTO, E. L. *Abdias do Nascimento*: grandes vultos que honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

NASCIMENTO, E. L. (org.). *Catálogo da Exposição Abdias Nascimento 90 anos: memória viva*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

PASCHEL, T. S. *Becoming black political subjects: movements an ethno-racial rights in Colombia and Brazil*. New Jersey: Princeton Universtiy Press, 2016.

PEREIRA, A. A. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, A. L. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RIBEIRO, M. *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2014.

ROCHA, G. dos S. *O negro como tema e sujeito na produção intelectual de Abdias do Nascimento, 1944-1968*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTANA, C. A. A. *Racismo, instrumentos legislativos e antirracismo: uma história da trajetória de parlamentares negros no Congresso Nacional*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SAUNDERS, F. S. *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria cultural*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008.

SILVA, D. S. da. *História e protagonismo negro: africanidade, cultura histórica e ensino de história na trajetória de Abdias Nascimento (1944-1999)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, F. C. T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Série: O Brasil republicano, v. 4).

SILVA, R. F. da. *Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos*. 2010. Tese (Doutorado em

Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SKIDMORE, T. E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOARES, G. A. D.; VALLE SILVA, N. do. Urbanization, race and class in brazilian politics. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 2, 1987, p. 155-176.

SOTERO, E. C. *Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

TRINDADE, H. *A tentação fascista no Brasil*: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

TRINDADE, H. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.

391. A maior parte dos dados biográficos de Abdias, na cidade de Franca, se baseou em: Contins (2005, p. 17-43); Macedo (2005); Nascimento; Semog (2006); Almada (2009); Gomes [s.d.].

392. Sobre o integralismo e a questão racial, ver Bertonha (2014); CRUZ (2004).

393. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP). Abdias do Nascimento. Arquivo Geral no 41 586. Dossiê DEOPS/SP, São Paulo: AESP. [s.d.]

394. Primeira Auditoria da 2ª. Região Militar. *Correio Paulistano*, 01/05/1936, p. 17; Candidato dos homens de cor. *Revista da Semana*, 05/08/1950, p. 23-24.

395. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo Polícia Política. Setor Integralismo, Pasta no 22, Dossiê 5, folha 7.

396. Chefia Nacional da A.I.B. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, 04/08/1936, p. 2; Chefia Nacional da A.I.B. Movimento do Gabinete. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, 04/09/1936, p. 2.

397. *Doutrina*, Rio de Janeiro, 07/1937, p. 1.

398. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo Polícia Política. Setor Geral, Pasta no 70, Dossiê 13, Folha 3; APERJ. Fundo Polícia Política. Setor Informações, Pasta no 49, Folha 111; Distribuíam boletins de propaganda subversiva. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28/12/1937, Segunda Seção, p. 7; Como distribuíam os boletins. *A Noite*. Rio de Janeiro, 27/12/1937, p. 2; Em nome de Deus, da Pátria e da Família queriam ensanguentar o Brasil!. *O Radical*. Rio de Janeiro, 28/12/1937, p. 1; Distribuíram boletins atemorizando a população. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14/04/1938, p. 3.

399. Os primeiros integralistas julgados pelo Tribunal de Segurança. *A Noite*. Rio de Janeiro, 13/04/1938, Edição Final, p. 1; Condenados, ontem, sete integralistas no Tribunal de Segurança. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 06/04/1938, Primeira Seção, p. 4.

400. A nova diretoria do D. A. da F. Ciências Econômicas. *A Batalha*. Rio de Janeiro, 04/05/1938, p. 3.

401. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo Polícia Política. Setor Integralismo, Pasta no 6, Dossiê 2, folha 4.

402. Elevação cultural da raça negra. *A Cruz: órgão da paróquia de S. João Baptista*. Rio de Janeiro, 29/12/1968, p. 6.

403. Candidato dos homens de cor. *Revista da Semana*, 05/08/1950, p. 23-24.

404. Companhia Brasileira de Borracha. *Observador Econômico e Financeiro*. n. 79, São Paulo, 08/1942, p. 112-114; A borracha e a iniciativa particular. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 18/07/1942, p. 4.

405. Recolhido na penitenciária de São Paulo por insubordinação. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 23/07/1943, p. 4. Ver ainda: Gazeta jurídica. *Gazeta de Notícias*. 08/05/1943, p. 11; Condenado por crime de insubordinação. *Gazeta de Notícias*. 23/07/1943, p. 5; Na Justiça Militar. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1943, p. 8.

406. Supremo Tribunal Militar. *Jornal do Brasil*. 30/06/1944, p. 8; Livramento condicional. *A Noite*. Rio de Janeiro, 30/06/1944, p. 12; Livramento condicional na Justiça Militar. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 30/06/1944, p. 11.

407. Realizar uma obra de divulgação cultural sem tornar o teatro uma coisa vulgar. *O*

Jornal. Rio de Janeiro, 17/10/1944, p. 2; O teatro de negros. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18/10/1944, p. 2.

408. Para uma compilação de notícias, reportagens, críticas e artigos da imprensa sobre o TEN, consultar Müller (1988, p. 157-228).

409. Nos theatros. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 12/10/1926, p. 6; Ba-Ta-Clan Preta. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15/10/1926, p. 7; Novas e e'cos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/10/1926, p. 12.

410. Para uma cronologia das atividades do TEN, incluindo a apresentação de suas peças, ver Müller (1988, p. 157-228).

411. Campinas. *Correio Paulistano*. São Paulo, 11/05/1938, p. 7.

412. Fraternidade contra o racismo. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14/12/1951, p. 2.

413. Entra em atividade o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24/04/1945, p. 3.

414. Semana Afro-Brasileira. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 29/04/1945, p. 6.

415. Os negros lutam contra o preconceito de cor. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 18/11/1945, p. 5.

416. As comemorações de 13 de Maio na Convenção Nacional do Negro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 12/05/1946, p. 1.

417. Teatro Experimental do Negro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20/01/1945, p. 3.

418. Antonieta da Silva, a primeira colocada. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 25/01/1948, p. 8; Maria Tereza, Boneca de Pixe de 48. *O Momento Feminino*. Rio de Janeiro, 11/06/1948, p. 7.

419. Nós. *Quilombo*. Rio de Janeiro, 12/1948, p. 1;6.

420. A atitude brasileira. *Quilombo*. Rio de Janeiro, 12/1948, p. 8.

421. Ciência e cultura a serviço da democracia racial. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 08/05/1949, p. 9; Agitados debates em torno do problema do negro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 11/05/1949, p. 7.

422. Primeiro Congresso do Negro Brasileiro. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 26/08/1950, p. 4; Instalou-se o Congresso do Negro Brasileiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/08/1950, p. 16; Instalado o 1º. Congresso do Negro Brasileiro. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 27/08/1950, Segunda Seção, p. 1; I Congresso do Negro. *A Noite*. Rio de Janeiro, 05/09/1950, p. 14.

423. Semana de estudos sobre a Abolição. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 10/05/1955, p. 2; Comemorações da Abolição. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14/05/1955, p. 12; O teatro negro comemorou solenemente o aniversário da Abolição. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14/05/1955, p. 10.

424. Sobre à postura autoritária de Abdias na condução do TEN, ver os depoimentos de três ex-integrantes do grupo, Haroldo Costa, Aidée de Souza e Ruth de Souza. Quando esta última se desligou do TEN, um repórter do *Diário Carioca* questionou a motivação daquela atitude, ao que ela respondeu: "A culpa foi do Abdias". Segundo Ruth de Souza, Abdias "[...] queria tomar conta de tudo e de todos. Afinal eu estive com ele desde 1945, quando inauguramos o Teatro, e a sua mania era mandar em todo mundo, inclusive em mim. O Abdias se julga predestinado [...]". Cf. O culpado foi ele. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro,

18/03/1952, p. 5; Vítima de uma grosseria de Abdias. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 29/10/1948, p. 6; Costa (1988, p. 142).

425. Quando a jornalista Sandra Almada colheu o depoimento de Ruth de Souza para um livro de memórias, esta foi indagada: "A senhora viveu um grande romance com Abdias do Nascimento, não?", ao que a atriz respondeu: "Ele foi o grande amor da minha vida. Mas não deu certo". (ALMADA, 1995, p. 179)

426. O 'galã' Abdias Nascimento raptou uma colegial de 15 anos. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 18/05/1951, p. 6.

427. Prisão. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28/12/1951, p. 3.

428. 'Somente o negro sente o preconceito de cor que vive à margem da lei' – declara o Sr. João C. Alves, presidente da União dos Homens de Cor do Brasil ao *Diário Trabalhista*. *Diário Trabalhista*. Rio de Janeiro, 15/02/1946, p. 5. Sobre *Problemas e aspirações do negro brasileiro*, ver Guimarães; Macedo (2008, p. 143-178).

429. A política racial, esposada por Abdias, não agradava a todos os artistas negros. Grande Otelo, por exemplo, que o chamava de "Capitão do Mato", divergiu publicamente dele em 1954. No entanto, a posteriori, Otelo trabalhou com o diretor do TEN. Grande Otelo descobriu". *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 15/12/1951, p. 8; Grande Otelo discorda da política de Abdias Nascimento, diretor do Teatro Experimental do Negro. *A Noite*. Rio de Janeiro, 19/05/1954, p. 12; Abdias do Nascimento responde a Grande Otelo. *A Noite*. Rio de Janeiro, 22/05/1954, p. 12; Grande Otelo no elenco do T.E.N.. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 10/01/1956, p. 6.

430. Os preconceitos raciais não devem obstar o progresso do homem negro. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 14/01/1947, p. 3.

431. Resultados finais das eleições no Distrito Federal. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 06/02/1947, p. 6.

432. Em 1950, Abdias foi indicado como candidato pelo Partido Social Democrático (PSD) a vereador. Faltando cerca de dois meses para as eleições, o partido o incluiu entre os postulantes ao cargo de deputado federal, o que o desagradou tremendamente, já que essa mudança implicava na diminuição de suas chances de ser eleito. Abdias sequer compareceu ao Tribunal Eleitoral para fazer a regularização final do registro de sua candidatura. Em 1954, voltou a se candidatar a uma vaga na câmara de vereadores pela legenda do PSD. Seu *slogan* era "Não vote em branco, vote no preto", *slogan* que gerou controvérsia na opinião pública. No período de campanha, ele contou com o apoio de um grupo de correligionários ligado à militância negra, porém, acabou não se elegendo. Registro de candidatos pelos partidos cariocas. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 19/09/1950, p. 12; Sobrou o sr. Abdias do Nascimento. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 19/09/1950, p. 3; Pedra no caminho da candidatura de Abdias. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 24/06/1954, p. 6; Sotero (2015, p. 173).

433. Em que pese Abdias não ter explorado a questão racial como eixo da campanha, ele se valeu de propaganda eleitoral com tal divisa: "Para deputado estadual não vote em branco... vote em Abdias Nascimento – (PTB)". *Última Hora*. Rio de Janeiro, 05/10/1962, p. 2; Sotero (2015, p. 180).

434. Em 1949, o reputado romancista e filósofo francês Albert Camus visitou o Brasil para

uma série de conferências. Suas impressões pouco lisonjeiras do país estão no *Diário de viagem*, um livro póstumo. Nele Camus faz alusão a Abdias, que o ciceroneou em uma “macumba”, na cidade de Duque de Caxias (Baixada Fluminense), e em um “*dancing popular*” (gafieira) no subúrbio do Rio de Janeiro. O TEN resolveu homenagear Camus durante sua estada pelas paragens cariocas, montando uma peça de sua autoria, *Calígula*, no Teatro Ginástico (CAMUS, 1978, p. 86-96).

435. Sortilégio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27/08/1957, p. 8; Sortilégio é glória de negro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 22/08/1957, p. 12; Rapsódia negra. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 30/07/1952, p. 6; Rapsódia negra, no Recreio. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 21/08/1952, p. 5. Para uma análise da peça *Sortilégio*, ver Brunetti (1984, p. 203-209).

436. O Teatro Experimental do Negro em São Paulo. *A Noite*. Rio de Janeiro, 31/03/1953, p. 6; Nesta capital, o ator Abdias Nascimento. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 24/04/1953, p. 8.

437. O Teatro do Negro. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 31/01/1953, p. 81.

438. Notinhas. *Correio Paulistano*. São Paulo, Suplemento, 14/12/1952, p. 13; Almada (1995, p. 88).

439. Cristo negro visto pelos artistas. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 18/07/1955, p. 1; Se Cristo fosse negro. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 22/07/1955, p. 3.

440. *A Noite*. Rio de Janeiro, 27/04/1954, p. 29.

441. Formatura. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 19/12/1956, p. 4; Sr. Abdias do Nascimento. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19/12/1956, p. 3.

442. Cinco vezes favela. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 27/02/1962, p. 15; Cinco vezes favela. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 07/12/1962, p. 2.

443. Homens de cor marcharão com os candidatos nacionalistas. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 17/09/1960, p. 7; Intelectuais e artistas aderem a Lott e Jango: continuidade do regime. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25/09/1960, p. 3.

444. Teatrólogo negro contra integração feita no Itamarati. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/04/1966, 1º Caderno, p. 14; Abdias protesta em carta aberta contra exclusão do Teatro do Negro em Dacar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02/04/1966, 1º Caderno, p. 4.

445. Arte negra é exposição amanhã. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/05/1968, p. 9; Festa da Abolição tem livro de Luther King. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 07/05/1968, p. 6; Negros e brancos juntos festejam dia da Abolição. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12/05/1968, p. 5.

446. Indiciados no IPM dos comerciários. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21/11/1964, 1º Caderno, p. 9; Forças Armadas. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24/03/1965, 1º Caderno, p. 8; IMP do ISEB indícia 60, inclusive Jânio, Juscelino e Goulart. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 04/06/1966, 1º Caderno, p. 3; IPM do IAPC chega a juiz-auditor com 122 indiciados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04/12/1966, 1º Caderno, p. 17; Inquérito no IAPC termina acusando de subversivas 122 pessoas em todo o País. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15/01/1967, 1º Caderno, p. 7.

447. Sociedade. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30/03/1960, p. 8.

448. FESTAC – A presença do Brasil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03/02/1977, Caderno B, p. 9; Dávila (2011, p. 282-287). Abdias (1981) publicou um livro sobre o confronto que travou com o governo brasileiro no FESTAC, mas, como adverte Jerry Dávila, “[...] seu relato

da perseguição [sofrida] é tão extremo que parece quase implausível" (2011, p. 283).

449. Mito negro na arte de Abdias. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28/02/1974, Segundo Caderno, p. 14; A teogonia afro-brasileira na pintura de Abdias. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 14-15/06/1975, Suplemento da Tribuna, p. 3; Jaremtchuk (2018, p. 263-282).

450. Ao conceder entrevista para a *Tribuna da Imprensa*, por ocasião de lançamento do *Quilombismo*, Abdias explicou que este não era "[...] apenas um livro, mas o primeiro passo nessa mobilização quilombista que estou fundando. Trata-se de um instrumento de luta político-social das massas afro-brasileiras. Esse movimento quilombista está reatando a antiga luta dos Palmares e oferecendo à sociedade brasileira a primeira experiência democrática genuína. Uma experiência democrática onde se propõe uma sociedade realmente igualitária, anti-racista, livre, justa e soberana". Um negro ergue a voz em defesa de sua raça e de seu povo. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 16/05/1980, p. 9.

451. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Setor Deops. Dossiê 50-J-0, 5371; Dossiê 50-J-0, sem número; Nossos negros solitários, entrevista com Abdias do Nascimento na *Revista Veja*, n. 512, 28/06/1978. Dossiê 50-Z-0, 14627.

452. Abdias já havia estado no Brasil antes. Em 1975, ele realizou, pela primeira vez, uma exposição individual com suas pinturas, definidas como "arte negra". A exposição ocorreu na galeria Morada, no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. Abdias expõe no Rio. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 20/06/1975, Segundo Caderno, p. 9; Artes plásticas. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 08/06/1975, p. 7.

453. A coisa tá branca. *O Pasquim*, n. 481, 09/1978, p. 10-11.

454. Negros revivem Palmares. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/11/1980, 1º Caderno, p. 27.

455. Em maio de 1980, Sylvio José Ferreira, então presidente do Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (Cecerne), recebeu Abdias na cidade do Recife, por ocasião do lançamento do livro *O Quilombismo* na capital pernambucana. O "mais badalado líder negro do Brasil" teria lá causado uma série de contratempos e revelado um temperamento desequilibrado, razão pela qual Ferreira, na ocasião, definiu-o como um sujeito um tanto quanto arrogante, personalista e racista. Tais detrações reverberaram na imprensa do Rio de Janeiro e foram retomadas no livro que o dirigente do Cecerne escreveu sobre a questão racial no Recife. Outra acusação que pairava contra Abdias era a de incoerente, pelo fato de ter se casado com Elisa Larkin, uma mulher branca. Em 1979, o colunista Paulo Branco, da *Tribuna da Imprensa*, fez o relato de um episódio em que o assunto veio à baila: "O Movimento Negro Unificado realizou manifestação no Teatro Oficina, em São Paulo. Entre os presentes estava o líder negro Abdias Nascimento. Cobertos de razão, os oradores se revezaram fazendo as mais contundentes acusações à sociedade branca, que segrega o negro no Brasil. O discurso candente de Abdias do Nascimento teria feito mais sucesso se ele não tivesse apresentado sua mulher aos presentes. Tratava-se de uma *branca azeda*, segundo definição de um dos participantes da manifestação". Ao regressar ao Brasil, o relacionamento amoroso interracial daquele líder negro não passou despercebido pelos olhares brancos e negros. Alguns ativistas, e mesmo Agnaldo Timóteo, um cantor e político afro-brasileiro do PDT, então deputado federal, criticavam Abdias por isso: "Este se diz negro, mas é casado com uma branca estrangeira". Em nota publicada na seção de cartas do *Jornal do Brasil*, Roberto Pumar também se valeu da ironia para tratar da

questão: “Interessante a figura do Deputado Federal Abdias Nascimento (PDT-RJ). Defensor da raça negra, paladino da manutenção dos costumes, preservador da cultura negra, mas ele mesmo é casado com uma branca. Deve ser o tal socialismo moreno”. Professor acusa Abdias de racista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09/06/1980, 1º Caderno, p. 13; Ferreira (1982, p. 42-70); Inconfidência. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 12/07/1979, p. 2; Timóteo: mamãe está indignada. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 06/12/1983, p. 2; Paladino. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/09/1984, 1º Caderno, p. 8.

456. Pinga fogo. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 19/01/1983, p. 4.

457. Em 1980, Abdias não foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, recebendo apenas dois votos. Dois anos mais tarde, ele voltou a concorrer a uma vaga na “casa dos imortais”, desta vez à cadeira 34, mas não obteve votos. Na década de 1990, pleiteou novamente ingressar na Academia Brasileira de Letras. Sem sucesso. Dom Marcos na Academia. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 15/04/1980, p. 37; Acadêmicos em votação rápida elegem Castello imortal. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05/11/1982, 1º Caderno, p. 8; Murilo Melo Filho é eleito para a ABL. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26/03/1999, Cidade, p. 23.

458. Suplemente do PDT assume e pede fim da gravata. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19/03/1983, 1º Caderno, p. 4.

459. Abdias quer usar trajes africanos. *O Fluminense*. Rio de Janeiro, 20-21/03/1983, p. 3; Boletim Informativo. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21/07/1983, 2º Caderno, p. 2.

460. Tancredo dá vez aos negros em seu governo. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 19/12/1984, p. 3; Abdias: Tancredo e a esperança dos negros. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15/03/1985, Suplemento Especial, p. 21; Negros. Eles querem assumir sua identidade e participar da vida do País. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 31/03 e 01/04 de 1985, p. 12.

461. Apesar das grandes manifestações nacionais clamando por eleições diretas, o presidente civil foi escolhido de maneira indireta: Tancredo Neves. Mas, não assumiu. Morreu antes da posse, assumindo no seu lugar, o vice, José Sarney.

462. Eleitor fluminense derrota políticos tradicionais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27/11/1986, Cidade, p. 4.

463. Fundação Palmares vai preservar cultura negra. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 31/12/1988, Suplemento Especial, p. 8.

464. Exército mostra a cor do racismo. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 12/05/1988, p. 8.

465. A secretaria dos negros. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17/04/1991, 1º Caderno, p. 11; Posse. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 11/04/1991, p. 2.

466. Abdias critica racismo à brasileira. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 30/10/1991, 2.

467. Abdias assume vaga no senado. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23/02/1997, p. 14.

468. Novos secretários já mostram serviço. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 2-3/01/1999, p. 3.

469. Garotinho corta pastas do PDT. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07/10/1999, Cidade, p. 16.

470. Entre as várias homenagens com as quais Abdias foi laureado, destacam-se: título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993) e pela Universidade Federal da Bahia (2000); Prêmio Mundial Herança Africana, do Centro

Schomburg (EUA) de Pesquisa da Cultura Negra (2001); Prêmio Comemorativo das Nações Unidas por Serviços Relevantes em Direitos Humanos (2003); reconhecimento do governo da República da África do Sul pelo trabalho em prol da campanha internacional pela democratização daquele país (2004).

471. Ultimamente, várias pesquisas acadêmicas têm se debruçado em torno da vida e do pensamento de Abdias Nascimento. Ver: Silva (2010); Pereira (2011); Cleveland (2013, p. 46-68); Rocha (2016); Silva (2016); Miles (2017, p. 106-136).



Foto 1

CAPÍTULO VII

Apolonio de Carvalho

Uma vida, muitas lutas e vários tempos

[Jorge Ferreira](#)

Em alguma noite dos anos 1990, Apolonio de Carvalho foi ao Departamento de História da Universidade Fluminense, na cidade de Niterói. Ele foi convidado para falar sobre sua participação da Guerra Civil Espanhola. Ao chegar nas dependências do Departamento, eu percebi que ele estava na sala de convivência, junto a meus colegas professores. Havia vários deles na sala e o velho militante conversava, sentado em um sofá. Eu parei na porta e fiquei olhando para ele. Era um homem alto, branco, com cabelos muito brancos. Chamava a

atenção os enormes olhos azuis. Fiquei pensando no que aquele homem tinha vivido: as perseguições do Estado Novo, a luta na Guerra Civil Espanhola, sua atuação na Resistência Francesa contra a ocupação alemã, a militância no Partido Comunista do Brasil (PCB) durante a experiência democrática de 1946-1964, a participação na esquerda armada contra a ditadura militar à frente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o longo exílio na França e a presença na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Francamente, pensei, não era pouco. Aquele homem havia participado como protagonista de momentos decisivos do século XX brasileiro e europeu. E a história que ele viveu foi muito dura: guerras, mortes de amigos em batalhas, vida clandestina, perseguição policial. Ele também sofreu torturas e amargou exílios.

Continuei parado na porta quando, para minha surpresa, eu percebi que ele me chamava. O gesto com uma das mãos me convidava para entrar e seus enormes olhos azuis reiteravam o chamado. Aproximei-me, um tanto tímido. Sua voz era fraca, mas plenamente audível. Dele ouvi algo como: "você é professor também?"; "fale-me de você". Eu fiquei absolutamente surpreso. Um homem com todas aquelas histórias, por vezes tão cruéis, não perdeu a sensibilidade, a delicadeza, a amabilidade. Ele me viu sozinho encostado na porta e teve o cuidado de me inserir nas conversas.

De Corumbá para Bagé

Apolonio de Carvalho nasceu em 1912, na cidade de Corumbá. Aos dois anos de idade não tinha noção do que ocorria à sua volta, mas um de seus irmãos e vários colegas da escola fugiram de casa e se alistaram como voluntários no exército francês na luta contra a Alemanha. Diante do lamento de sua mãe e irmãs, seu pai, Candido Pinto de Carvalho Júnior, mais conhecido como Candoca, foi

categorico: “– o que vocês queriam? Aqui amamos demasiado a França!” (CARVALHO, A., 1997, p. 19). Candoca era militar. Nascido de família muito pobre, com imenso esforço entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Formado na Arma de Artilharia, foi enviado para a cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. Na cidade, ele conheceu Inês e logo se casaram. Após o nascimento do quarto filho, Candoca pediu transferência para a cidade de Corumbá, estado do Mato Grosso. Logo vieram mais dois filhos, um deles chamado de Apolonio.⁴⁷² Candoca, no entanto, sofreu perseguições políticas e falsas acusações. Como punição, foi reformado. Como o soldo era muito pequeno, as filhas tornaram-se professoras primárias – atual Fundamental I – e passaram a ajudar nas despesas da casa. O outro filho homem formou-se em contabilidade. Todos colaboravam nas despesas da casa.

O menino cresceu feliz. Com os amigos, jogava bola e pingue-pongue; com as meninas imaginava grandes romances; gastava horas escrevendo poemas. Em certo momento, decidiu ser médico. Sua mãe trouxe-o de volta à realidade. Não havia como pagar a faculdade de medicina. Uma das irmãs, ainda solteira, ajudava nas despesas da casa. Era o momento de ele também ajudar. Com determinação, a mãe sentenciou: “a carreira militar é a carreira do pobre” (CARVALHO, A., 1997, p. 29). Desse modo, ele entrou para a escola de oficiais, na Arma da Artilharia.

O jovem Apolonio começou os estudos na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, em março de 1930. A vida era dura na escola, sobretudo os exercícios físicos, os regulamentos e o autoritarismo dos instrutores. Os alunos acordavam às 5h30min para marchas e simulações de combate. Somente às 12h tinham a primeira refeição do dia. Na parte da tarde assistiam aulas e às 18h jantavam. Mas havia fugas. Apolonio e outros amigos pulavam os muros da escola para frequentar cinemas e se divertir nas noites do bairro de Bangu. Nunca foram descobertos (CARVALHO, A., 1997, p. 33-34).

Mas quais os caminhos que levaram o jovem aspirante à oficial a ideias de esquerda e que, mais adiante, resultariam na crença no comunismo de vertente soviética? Um depoimento é fundamental: seu livro autobiográfico, *Vale a pena sonhar*, de 1997. O livro pode ser incluído no que os historiadores, em tempos recentes, chamam de História de Si (GOMES, 2004). Neste caso, descarta-se a ingenuidade de lidar com textos autobiográficos como se fossem trajetórias lineares e coerentes, onde um acontecimento leva automaticamente a outro, resultando em uma narrativa “verdadeira”, a do próprio autor. É o que convencionou-se chamar de “ilusão biográfica”.

É importante estar atento a injunções como essas, ou seja, no momento em que Apolonio justifica sua opção pela esquerda a partir das leituras na biblioteca da Escola Militar. Ele afirma que leu Sinclair Lewis, Upton Sinclair e Michael Gold, abrindo-lhe os olhos “às injustiças sociais”.⁴⁷³ Leu também Darwin, Büchner e Max Nordau,⁴⁷⁴ autores que inocularam nele “o rigor intelectual” e sepultaram sua “tênue religiosidade”. Leu Olavo Bilac e se interessou pelos poetas da crítica social, a exemplo de Pádua de Almeida. Dessas leituras, ele afirma: “[...] o anticapitalismo vai-se instalando, assim, numa consciência em transição” (CARVALHO, A., 1997, p. 37). Mas suas leituras avançaram, com José Ingenieros⁴⁷⁵ e, sobretudo, com *Abc do comunismo*, de Bukharin. Segundo Apolonio, “[...] eu estava apaixonado pela literatura libertária e rejeitava o que me parecia excessivamente pesado ou mais próximo a dogmas. Curioso é que boa parte dos cadetes com quem mais convivia ou já eram comunistas ou tinham largo cabedal de leitura marxista” (CARVALHO, A., 1997, p. 41).

Nessa época ele entrou em contato com livros de orientação marxista. Até então suas leituras eram de escritores voltados para a crítica social, próximos das ideias de esquerda, mas sem nenhuma vinculação com o comunismo de vertente soviética. No máximo ele conheceu o anarquismo via Bukharin. Contudo, na primeira metade dos anos 1930, o Brasil conheceu ampla liberdade editorial. Livros

marxistas publicados originalmente em francês, inglês ou russo foram traduzidos para o português e publicados no Brasil. Além das leituras, Apolonio também passou a escrever poemas – algo que fazia desde garoto. Logo foi convidado para dirigir a *Revista da Escola Militar*. Junto com o amigo da escola, Nelson Werneck Sodré, ele mudou a linha editorial, publicando contos e poemas.⁴⁷⁶

O jovem cadete justifica sua guinada à esquerda pelas leituras a que teve acesso. Como é comum entre os comunistas, é necessário dar sentido a uma escolha decisiva na vida. Explicar, não tanto para os outros, mas para si mesmo, porque tomou este caminho político, e não um diferente. Nesse sentido, cabe ao historiador ser crítico com suas fontes – e a autobiografia é uma fonte. Mas não é pertinente por as afirmações sob suspeição, na ingênua busca de saber “o que realmente aconteceu” com Apolonio. Citando Angela de Castro Gomes (2004, p. 15), “[...] o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.” As leituras citadas, anos depois, demonstram as sensibilidades políticas de Apolonio nas escolhas políticas que fez.

Para quem alimentava ideias revolucionárias, deve ter sido angustiante ser impedido de participar dos eventos da Revolução de 1930. Ele e seus colegas cadetes, embora tivessem a iniciativa de saírem às ruas, foram impedidos pelo capitão Henrique Teixeira Lott. Seu argumento era que os militares tinham que estar ao lado da lei e da disciplina (CARVALHO, A., 1997, p. 42).

No início de 1934, o até então aspirante a oficial foi enviado para Bagé, no Rio Grande do Sul para iniciar suas atividades profissionais.

Da Aliança Nacional Libertadora para a Casa de Detenção

O tenente Apolonio de Carvalho assumiu o comando da bateria do 3º Grupo de Artilharia a Cavalo. Em Bagé, ele continua suas leituras e lembra da importância delas para sua formação revolucionária. Entre os livros citados estão: *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed; *A mãe*, de Gorki, como também os anarquistas Bakunin e Kropotkin, além de Marx e Engels. Apolonio não cita quais textos desses últimos. É possível que os tenha lido mais tarde.⁴⁷⁷

Em Bagé, Apolonio manteve relações mais próximas com duas pessoas. Uma delas, Corina, vendedora da livraria que frequentava. Tornaram-se noivos, marcando o casamento para 1936. O outro foi o capitão Moésia Rolim, homem vinculado à Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Moésia tornou-se seu grande amigo. Durante as noites em bares, ele explicava os objetivos da ANL, a política de frentes populares, a recusa ao fascismo e ao integralismo, a luta contra a Lei de Segurança Nacional. Moésia foi contundente com o amigo: “[...] um tenente de esquerda como você tem de aderir à ANL e trabalhar pela sua implantação em Bagé”. Moésia não contava com um dado: Apolonio, com suas leituras anarquistas, considerou o programa da ANL “demasiado cor-de-rosa”. Afinal, sequer propunha o fim do capitalismo. Achando tudo muito limitado, não se comprometeu com a frente política (CARVALHO, A., 1997, p. 54). Para ele, a ANL em Bagé era uma frente popular, ampla, formada por movimento sociais, sindicalistas, intelectuais – e não foi criação dos comunistas. O Partido Comunista não existia na cidade.⁴⁷⁸

Seu amigo, porém, não desistiu. Argumentou que naquela noite haveria reunião com sindicalistas. O objetivo era levá-los a participarem da ANL. A tarefa não era simples porque havia sindicalistas anarquistas. E como Apolonio tinha leituras de Bakunin, poderia ajudar. Ele cedeu e logo viu-se à frente de dezenas de operários, padeiros, sapateiros e alfaiates. Todos o ouviram com desconfiança, mas, horas depois, foram à sua casa comunicar que decidiram a filiação na ANL. O próprio Apolonio convenceu-se a si

mesmo de que deveria se filiar. Contudo, logo a seguir, o governo Vargas declarou a ANL ilegal. Na distante Bagé, eles nem souberam do manifesto de Luiz Carlos Prestes, de 5 de julho, em que ele defendia a tese de “todo o poder à ANL”, motivo utilizado pelo governo para fechar a organização. Os aliancistas em Bagé, na avaliação de Apolonio, permaneceram paralisados: “verdes, inexperientes” não tinham “como responder ao desafio do momento” (CARVALHO, A., 1997, p. 56-57). A seguir, foram pegos de surpresa com as insurreições comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

A situação de Apolonio no meio militar em Bagé tornou-se insustentável. Todos sabiam que ele era aliancista e os comunistas usaram o nome da ALN para realizar as três insurreições. Amigos aliancistas propuseram a ele fugir. Ele negou-se. Foi preso e transferido para o 12º Regimento de Cavalaria Independente. Em abril de 1936, aos 24 anos de idade, sua patente militar foi cassada. Foi expulso do Exército junto a outros 40 oficiais. Não houve processo judicial. A expulsão foi sumária. A partir daí, ele era um civil e preso político. Em um navio, detido em um camarote, foi levado ao Rio de Janeiro. Nos três dias de viagem, tentou refletir sobre os acontecimentos:

Ainda não me é possível compreender, por exemplo, o porquê da fugacidade da ANL, o porquê de sua derrota fácil e quase inglória. Como uma entidade tão promissora, de tão ampla e crescente audiência popular, pôde ruir com tanta rapidez? Ainda não me é possível compreender, enfim, que o brusco abandono da participação popular direta e o consequente estímulo a ações insurrecionais imediatas estavam na origem da derrota. [...] O Manifesto de 5 de Julho e os levantes de novembro significaram, pois, a diluição da face original da ANL – a política de frente popular. Trouxeram perplexidade à grande massa de militantes aliancistas, inclusive à base do PC, sua parcela mais politizada e ativa. Desmobilizaram-nos. Esvaziaram-nos do impulso unitário (CARVALHO, A., 1997, p. 62-63).

Apolonio afirma que tais reflexões foram realizadas na viagem ao Rio de Janeiro, em 1936. Muito possivelmente são resultados de suas dúvidas em meados dos anos 1990, quando as escreveu. Embora o nome não apareça, foram os erros de Luís Carlos Prestes, com seu

manifesto de 5 de julho e as insurreições de Natal, Recife e Rio de Janeiro, que desmobilizaram a participação popular e esvaziou a ANL de caráter frentista. A propósito, Prestes raramente é citado em seu livro autobiográfico – ausência certamente proposital.

Ele entrou na Casa de Detenção, na rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, em maio de 1936. Segundo suas memórias, estar preso junto com militantes e dirigentes nacionais e internacionais comunistas – caso de Rodolfo Ghioldi, secretário-geral do Partido Comunista Argentino – era um aprendizado político. “Tomei contato com a doutrina comunista na prisão”, afirma. Na Casa de Detenção ele leu partes de *O Capital*, de Marx, e alguns textos de Lenin.⁴⁷⁹ Foi nesse momento, em 1936, a decisão de entrar para o PCB.

Apolonio não foi torturado, nem sofreu maus tratos físicos. Oficiais do Exército foram poupados do suplício. Diferente foi o que ocorreu com os Praças, sargentos em particular. Muitos deles foram brutalmente espancados, caso do sargento Gregório Bezerra.⁴⁸⁰

Foi na Casa de Detenção, junto a centenas de intelectuais, oficiais, sargentos, entre outros presos políticos, que Apolonio adquiriu a formação comunista de vertente soviética. Grupos de estudos se organizaram para o estudo da teoria. Ele afirma ter lido Marx, Engels e Lenin. Segundo suas palavras: “[...] compreendo o papel do Estado e a exploração capitalista, assimilo o socialismo como superação dialética da sociedade de classes, apreendo o pendor revolucionário dos trabalhadores. Convenço-me da necessidade dos partidos comunistas” (CARVALHO, A., 1997, p. 72). Segundo Apolonio, os comunistas na prisão acreditavam que “[...] o movimento revolucionário não estava derrotado, que 1935 era apenas um episódio e que viriam muitos outros episódios”. A crença, que durou até o ano seguinte, era explicada pelo “[...] idealismo dos jovens e, também, em função da mística entre os militantes comunistas da infalibilidade das direções do PC, da infalibilidade das orientações vindas da Internacional Comunista”.⁴⁸¹

O mês de maio de 1937 reservaria surpresas para ele. O ministro da Justiça, Edmundo Macedo Soares, decretou anistia a todos os presos políticos sem processo formado, beneficiando mais de 400 detidos. A seguir, o Estado de Guerra foi suspenso.

Livre, Apolonio e três amigos dividiram um quarto de pensão no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Como militante do Partido Comunista, foi trabalhar em revista inspirada no programa da ANL. Ele estava livre, mas afastado do Exército, sem emprego regular, sem rendimentos suficientes para gastar, além de sua parte nas despesas da pensão. Em sua "escrita de si", décadas após os acontecimentos, Apolonio não demonstra inseguranças ou receios diante de sua precária situação econômica e profissional.

Contudo, ele logo foi convocado para uma conversa com Otávio Malta. Além de sua integração no PCB, Malta explicou as dificuldades do governo da Frente Popular na Espanha, na sua luta contra a insurreição reacionária do general Francisco Franco, apoiado por Hitler e Mussolini. Era necessário formar milícias populares na defesa da República espanhola. Apolonio, com sua experiência militar na Arma da Artilharia, daria um importante apoio aos republicanos espanhóis. O convite foi aceito imediatamente: "logo estarei a serviço de uma causa revolucionária" (CARVALHO, A., 1997, p. 76), pensou ele. Foram 18 comunistas brasileiros convocados para lutar na Espanha, entre eles os ex-oficiais: Apolonio de Carvalho e Nemo Canabarro Lucas, e quatro ex-sargentos: Roberto Morena, David Capistrano, Dinarco Reis, todos bastante conhecidos no Brasil após 1945, e um quarto que morreu na guerra, de nome Eneas.⁴⁸²

Havia dois problemas a resolver. Um deles, mais simples, escrever para o pai, o velho Candoca, e revelar seus planos de lutar na Espanha. Apolonio sabia que teria o apoio dele. O outro, mais delicado, era sua noiva Corina, que o esperava para o casamento. Ele escreveu uma carta explicando sua opção de lutar na Espanha, mas pedindo que não o esperasse, que não perdesse sua juventude devido ao compromisso assumido.

Dias depois, à noite, ele embarcou clandestinamente para Salvador, na Bahia, onde conheceu Diógenes de Arruda Câmara, na época membro do Comitê Central do partido. No dia seguinte, recebeu um envelope contendo um passaporte e dinheiro para comprar passagem para a Espanha. Em agosto de 1937, o navio saiu do cais rumo a um país dividido pela guerra civil.

A Espanha em convulsão

Apolonio de Carvalho desembarcou em setembro de 1937 na cidade francesa de Le Havre. Nesse momento, a República espanhola já estava condenada. A guerra civil eclodiu em julho de 1936 em reação à vitória da coligação de esquerda em fevereiro daquele ano – a Frente Popular.⁴⁸³ Os grupos de direita estavam reunidos em torno da Falange Espanhola Tradicionalista. A reação ao governo eclodiu com revolta militar contra o governo, liderado pelo general Francisco Franco, representante de grandes proprietários de terras, Igreja Católica e o Exército. O grupo militar tinha o apoio dos setores mais reacionários e retrógrados da sociedade.

Inicialmente os golpistas tomaram cidades importantes, como Cádiz, Córdoba e Sevilha, mas outras cidades, também importantes, como Barcelona, Madri e Valência apoiaram o governo republicano. A primeira derrota de Franco foi exatamente na Catalunha. A população, sobretudo operários, armada de maneira precária, derrotaram os 40 mil soldados de Franco. Mas o general recebeu apoio providencial da Alemanha hitlerista e da Itália fascista. Embora o governo republicano obtivesse solidariedade da União Soviética e do México, não foi suficiente para enfrentar os falangistas. O governo espanhol também recebeu apoio de milhares de cidadãos de outros países que foram lutar em território espanhol, formando as Brigadas Internacionais pró-Republicanas. França, Reino Unido e Estados Unidos preferiram a neutralidade (SALVADÓ, 2008).

Quando Apolonio de Carvalho chegou em Le Havre, os falangistas controlavam o sul e o oeste do país, bem como grande parte da costa norte. Ele partiu para Paris e, com orientação prévia, procurou o Centro de Solidariedade à Espanha. Recebeu passaporte espanhol e visitou a mãe e a irmã de Luís Carlos Prestes, D. Leocádia e Lídia. A seguir, dirigiu-se ao posto fronteiriço entre França e Espanha e tomou trem para Valência. Três dias depois estava na cidade repleto de otimismo (CARVALHO, A., 1997, p. 94-96).

Ele entrou no território espanhol poucos dias depois de sua chegada à França. Naquele momento, havia cerca de 50 mil homens do Exército italiano nas forças de Franco, sem contar a ajuda da aviação alemã. Apolonio recebeu a patente de tenente, mas atuou também como capitão, major e coronel.⁴⁸⁴ Comandou uma bateria de artilharia, com quatro canhões e 250 homens. Eram armados pela União Soviética. A mobilidade compensava a superioridade bélica do inimigo. Ele atuou em todas as frentes e pode sentir a proximidade entre as forças do exército republicano e o povo.⁴⁸⁵

Quando ele iniciou os combates, os falangistas alcançavam a Catalunha, isolando Barcelona e Madri. As possibilidades de vitória dos republicanos eram poucas. Para piorar a situação, meses antes de ele chegar ao país, as esquerdas espanholas dividiram-se, entrando em conflito autodestrutivo. Situações o deixaram estarecido:

[...] nas frentes de batalha, as surpresas serão tão ou mais contundentes: fissuras na unidade da tropa; a difícil coordenação das diversas armas; a intolerância política em todos os grupos e organizações; as discriminações ideológicas. Em suma, dissimulados ou não, efeitos dos agudos confrontos na retaguarda pela hegemonia do poder central (CARVALHO, A., 1997, p. 97-98).

Há também falta de lugar para dormir sob o rigoroso inverno, problemas com alimentação, falta de munição para artilharia, entre outras carências.

Exemplo das dificuldades foi episódio em Córdoba. Apolonio comandava uma *agrupación*, um grupo de artilharia. Ele havia

combinado com o chefe da 28ª Divisão de Artilharia, anarquista, o ataque conjunto às trincheiras inimigas. A senha seria dada por metralhadora. A neblina ajudava no ataque. O problema é que o tempo passava e a metralhadora continuava silenciosa. Um dos oficiais da *agrupación* pegou o telefone de campanha e, com o chefe da 28ª Divisão, perguntou por que não havia cumprido o combinado. O diálogo entre eles deixou Apolonio sem ação (CARVALHO, A., 1997, p. 111-112):

- O senhor não tinha ordens precisas para passar seus homens ao assalto?
- Naturalmente”, respondeu o chefe anarquista
- E por que não fez isso?; a resposta foi inesperada e surpreendente
- Simplesmente porque *no me dio la gana* [...]

Ou seja, não lhe deu vontade. Para Apolonio, de formação comunista, era muito difícil ganhar uma guerra com líderes anarquistas que põem sua vontade individual acima das decisões de comando.

Em fins de 1938 a derrota dos republicanos é certa. Os falangistas avançavam sobre a Catalunha. As cidades de Madri e Barcelona estavam isoladas. Um ano após Apolonio chegar à Espanha, em setembro daquele ano, o Ministro das Relações Exteriores anunciou à Liga das Nações a desmobilização dos 45 mil brigadistas internacionais, entre eles Apolonio de Carvalho. No início de 1939, a Catalunha foi tomada pelos falangistas, resultando em mortes e destruição.

A ordem das tropas republicanas era a de recuar, rumo aos Pirineus até chegar na França. Segundo Apolonio, os milhares de voluntários estrangeiros misturam-se aos 250 mil soldados do exército republicano e mais 300 mil catalães. Eram homens e mulheres cansados, levando seus filhos. Na fronteira, ele e o amigo Joaquim Silveira dos Santos foram levados a um colégio de freiras. Nesse momento, Apolonio ainda acreditava nas forças do exército

republicano e na possibilidade de vitória. Ele estava tomado pela crença de absoluto otimismo, algo comum em um comunista, mesmo nos momentos mais difíceis:

Eu padecia de um otimismo quase obsessivo, e preservava, nas malhas quentes da primeira militância – já plena de certezas definitivas, conquanto imune ainda à rigidez, à intransigência e ao fanatismo típicos da época –, boa parte de minhas ilusões e características: altas doses de boa-fé, tangente à ingenuidade; tendência a buscar a elementos positivos em circunstâncias as mais difíceis; pendor à tolerância. Herança da família, talvez; pelo sim, pelo não, escudo íntimo frente à dureza dos episódios recentes (CARVALHO, A., 1997, p. 116).

Herança familiar possivelmente, mas sua crença era no inexorável futuro que se abriria para o mundo com a vitória final do proletariado revolucionário conduzido pelos comunistas. Somente muitos anos depois é que Apolonio poderia avaliar o que ocorreu na Espanha. Entre os motivos da derrota estava a ruptura da aliança entre as esquerdas devido a dependência cega dos comunistas à política externa do governo de Stalin. Houve, é verdade, o apoio militar e bélico de Hitler e Mussolini. Mas houve também o isolamento do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) e dos anarquistas pelos comunistas. A propósito, o PC espanhol padecia de “[...] autoritarismo elitista, determinado por seu modelo de organização e consequente intolerância a controvérsias e contradições; o messianismo, donde o considerar-se dono absoluto da verdade e condutor insubstituível das massas.” Mais contundente em suas críticas, Apolonio afirma que o partido era dependente não apenas da política externa soviética, mas também da Internacional Comunista que, na época, pregava combate ao trotskismo.

Credite-se a isso a nefasta participação dos dirigentes comunistas espanhóis no rompimento da Frente Popular – de início, impingiu ao POUM, organização comunista independente e crítica dos Processos de Moscou duplo e falso epíteto de trotskista e serviçal de Franco [...]; por fim, tramou e conseguiu o isolamento dos socialistas de esquerda e da massa anarquista (CARVALHO, A., 1997, p. 121).

As críticas de Apolonio de Carvalho ao Partido Comunista da Espanha são contundentes, mas são formuladas *a posteriori*, muitos anos depois dos acontecimentos que vivenciou. Ele admite que, na época, não tinha essa visão crítica:

Não me apercebia de tais deformações, e aceitava as diretivas do partido como Tábuas da Lei. Afirmassem o contrário, ainda que à luz de provas inapeláveis, eu não creria. [...] Imbuídos de nossa missão social, tínhamos por alimento único a sementeira de verdades dos altos organismos partidários e, acima de todos, dos 'onicientes' guias soviéticos (CARVALHO, A., 1997, p. 121-122).

Ao chegarem ao lado francês dos Pirineus, o ônibus em que Apolonio estava foi cercado por tropas senegalesas. Ele esperava ser recebido como asilado político. Não foi o que ocorreu. Era um prisioneiro de guerra. A direita francesa chamava os homens das brigadas internacionalistas de “peste vermelha”. Apolonio foi confinado no campo de internamento de Argelès-sur-Mer – verdadeiro campo de concentração. Tratava-se de uma vastidão fria, entre o Mar Mediterrâneo e uma rodovia. Ele se viu em uma imensidão de areia em frente ao mar, cercado por arame farpado e vigiado por tropas militares. Não havia alojamentos. Os prisioneiros tinham que cavar buracos para se protegerem da brisa do mar e usarem cobertores. O vento frio noturno atacou gravemente seus pulmões. A fome castigava os quase 8 mil refugiados naquele campo (CARVALHO, A., 1997, p. 129-130).

Em abril de 1939 eles foram transferidos para outro campo de refugiados, Gurs. Viviam em barracos de madeira. Era tanta lama que, para caminhar, eles improvisaram tábuas para por nos pés (CARVALHO, R., 2012, p. 72). A pressão de organizações de esquerda sobre o governo francês, no entanto, conseguiu melhorar as condições de vida dos refugiados. Em Gurs não havia o vento frio mediterrâneo. Eles usufruíam de barracas para dormir e serviços de saúde, cozinha e higiene (CARVALHO, A., 1997, p. 131-132).

Como se não bastasse, chega ao campo de refugiados a notícia do pacto germano-soviético, assinado em agosto de 1939. Como compreender a aliança entre a União Soviética e o mais odiado dos regimes políticos, o nazismo? A explicação logo acalmou os espíritos: tratava-se de estratagema de Stalin para ganhar tempo e se preparar para a guerra. Hoje sabemos que Stalin acreditou no acordo com a Alemanha hitlerista, recuperando territórios perdidos na Primeira Guerra, tomando parte da Polônia e exportando matérias-primas para a Alemanha. Na época, porém, o argumento do tempo para se preparar para a guerra convenceu comunistas do mundo inteiro. Para Apolonio, os comunistas dos anos 1930 estavam impregnados “[...] dos conceitos da *História do PC (b) da URSS*, a leitura em voga no seio da esquerda.”⁴⁸⁶ Tudo o que vinha de Moscou era correto. Não havia o que duvidar ou questionar.

O contexto internacional somente conspirava contra Apolonio. Em maio de 1940, as tropas alemãs invadiram a França, a Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo. No mês seguinte, o governo francês admitiu a rendição. O país foi dividido em zonas de ocupação e um terço ficou sob a direção do governo-títere do marechal Pétain, da França de Vichy. Os ex-brigadistas no campo de refugiados de Gurs, até então, recebiam cuidados médicos, remédios, livros e jornais financiados por organizações democráticas solidárias a eles. Com o domínio alemão, essas organizações tornaram-se ilegais. O que havia para Apolonio e seus amigos era um futuro incerto e muito perigoso.

Na França, resistindo na Resistência

Após dois meses, Apolonio e a maioria dos internados no campo de Gurs concluíram que a alternativa era a fuga. Para ele em particular, a decisão era a mais correta porque a embaixada brasileira não respondia aos seus apelos. A estratégia era a fuga de três homens por vez. Após cortar o arame farpado, ele e os dois amigos passaram por um bosque e alcançaram a estação ferroviária. O destino era Marselha.

A chegar na cidade, em julho de 1940, conheceu um casal de militantes comunistas, que levaram Apolonio ao Consulado Geral do Brasil. O cônsul concedeu-lhe uma carta de apresentação à polícia francesa para obter documento provisório de permanência, renovável a cada mês. Não era muito, mas o suficiente para estar em situação legal no país (CARVALHO, A., 1997, p. 138).

Mas era preciso ganhar algum dinheiro. O casal amigo deu a diretriz: muitos judeus franceses estavam temerosos com as perseguições e pensavam em mudar para Portugal ou Brasil. Para isso, necessitavam aprender a língua portuguesa. Em pouco tempo Apolonio tinha seis alunos. Ele ainda colaborou com os funcionários do consulado brasileiro na confecção de documentos para brasileiros que deixavam Marselha, fugindo da repressão policial francesa e alemã. Determinado, Apolonio se inscreveu em curso de datilografia para ajudar com maior presteza. O cônsul brasileiro o contratou, ainda que por tempo determinado. Ele aproveitou para salvar os amigos brasileiros presos nos campos de Gurs e Les Milles. Sem que o cônsul soubesse, emitiu vistos de entrada para o Brasil para vários brasileiros detidos. Os comandantes dos campos, diante do documento, liberavam os brasileiros. Na verdade, nem era preciso o subterfúgio. Certo dia, ele descobriu que o vice-cônsul brasileiro era partidário da Resistência Francesa (CARVALHO, A., 1997, p. 139).

Apolonio soube da existência da Resistência ao tomar conhecimento de sabotagens, como corte de cabos telefônicos. Armas de soldados alemães e franceses sumiam. A Resistência cresceu com a recusa de homens franceses de trabalhar na Alemanha no STO – Serviço do Trabalho Obrigatório. Ao recusarem o recrutamento forçado, somente lhes restava fugir, formando organizações militares – os chamados *maquis*. As transmissões radiofônicas vindas de Londres davam ânimo à Resistência (CARVALHO, A., 1997, p. 140-141).

O contexto político novamente expôs Apolonio a perigos. Em agosto de 1942, o governo de Getúlio Vargas declarou guerra à Alemanha. A embaixada brasileira e suas representações na França

seriam fechadas. Ele perderia o apoio que recebia até então do Consulado brasileiro. A partir daí somente lhe restava cair na clandestinidade e entrar para a Resistência. Foi o que fez. Ingressou no *Front* Nacional, de orientação comunista, e atuou em seu braço armado: os franco-atiradores e guerrilheiros franceses (Franc-Tireurs et Partisans Français) (CARVALHO, A., 1997, p. 144).

Enquanto aprendia a luta de guerrilha, a armar explosivos e a sabotar instalações, um amigo, Emiliano de Paiva Palácios convidou-o a conhecer sua mulher que acabara de dar à luz a um menino. Disse que certamente encontrariam uma moça chamada Renée, dirigente da Juventude Comunista de Marselha. É nesse momento que Apolonio conheceria aquela que o acompanharia até o final de sua vida.

Renée Laugery France nasceu em 1925. Ela era 13 anos mais jovem que Apolonio. Sua mãe era muito doente e veio a falecer quando Renée tinha 14 anos. A menina vivia com o pai, a avó, o irmão e a irmã. Sua família envolveu-se na política do país com a crise de 1929, cujo desemprego foi cruel para os trabalhadores franceses. Em Marselha, onde vivia, a máfia dominava, mas, a partir de 1936, surgiram candidatos do Partido Comunista Francês. Seu pai, homem de poucas palavras, ingressou no partido. Renée com 12 anos e a irmã Paulette, com 17, aderiram ao movimento comunista *Jeunes filles de France* (Jovens de França). A formação da Frente Popular, unindo comunistas e socialistas, deu maior fôlego ao movimento reformista (CARVALHO, R., 2012, p. 23-43). A Frente Popular francesa era um arremedo de governo reformista.

Com a invasão alemã, judeus e comunistas franceses eram perseguidos pela própria polícia do governo do marechal Pétain. A irmã de Renée, Paullete, foi presa e condenada à morte por atividade comunista – pena convertida em prisão perpétua. Mais tarde foi deportada para a Alemanha e detida no campo de concentração de Ravensbrück – o mesmo em que morreu Olga Benário. Seu pai foi preso, mas solto após averiguações. Sua tia foi condenada a 10 anos de trabalhos forçados, tendo ficado presa junto com Paullete. Renée,

com 17 anos, militava na Juventude Comunista, mas contra a vontade do pai, receoso de que algo pudesse acontecer com a filha (CARVALHO, R., 2012, p. 49-59).

O encontro de Apolonio com Renée foi por meio de Emiliano de Paiva Palácios, ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista do Paraguai. Apolonio e Emiliano se conheceram no Mato Grosso e lutaram juntos na Espanha. Sua mulher, uma judia polonesa, havia tido o parto em uma clínica precária, praticamente clandestina. Emiliano pediu para Renée passar a noite com ela, mas disse que um amigo iria acompanhá-la até sua residência. O amigo era Apolonio de Carvalho. Segundo Renée, “[...] já nesse primeiro contato o Apolonio me impressionou! Aquela gentileza... Nunca tinha conhecido alguém assim.” (CARVALHO, R., 2012, p. 76). Ele, por sua vez, afirma que ficou encantado ao conhecê-la. Semanas depois retornou para visitar a mulher e o filho de Emiliano. E lá estava Renée novamente. Apolonio logo passou a frequentar a casa da jovem. O pai de Renée, velho comunista, não deixava as dúvidas para depois. Chamou Apolonio para uma conversa franca. Ele sabia que muitos comunistas viajavam e deixavam suas mulheres no Brasil. Seria ele casado? Apolonio se defendeu, mas o pai de Renée não se convenceu. Quem o ajudou foi a avó de Renée que percebeu o afeto sincero de dele pela neta. A partir daí os encontros em um café popular próximo à sua residência era cotidiano. Renée decidiu que deixaria a União da Juventude Comunista e atuaria na Resistência Armada – ao lado de Apolonio (CARVALHO, A., 1997, p. 147-148).

Na verdade, ela já atuava na guerrilha urbana. Seu trabalho era perigoso: a ligação entre comandos de várias regiões, transportando armas, granadas, munições, dinamite, tudo em pequenas malas com flores como disfarce. Se fosse descoberta, a punição era a morte.⁴⁸⁷ Apolonio, René e os companheiros da Resistência praticaram várias sabotagens, como explodir transformadores de energia elétrica, descarrilar trens, inclusive com atentados que resultaram na morte de

muitos soldados franceses e alemães – preferencialmente em cinemas e bordeis que eles frequentavam (CARVALHO, R., 2012, p. 81-82).

Quando as tropas aliadas desembarcaram na Normandia, em junho de 1944, as atividades da Resistência redobram. Para facilitar o avanço aliado, os *maquis* cortavam as linhas de comunicação e incentivavam greves de trabalhadores. Segundo avaliação de Apolonio de Carvalho, em agosto todo o sudoeste da França, um quarto do país, estava liberto devido a atuação da Resistência e da participação popular (CARVALHO, A., 1997, p. 166). Quando as tropas aliadas desembarcaram na Normandia, no chamado “Dia D”, o casal mudou-se para Toulouse. Apolonio reconstruiu a Resistência local, trouxe companheiros de outras cidades e recomeçaram as atividades. Em agosto, os militares alemães na cidade capitularam. Como Apolonio era a liderança da Resistência, o comandante alemão, junto a seus oficiais, hasteou a bandeira branca e entregou suas armas para ele. Mesmo estando à frente da resistência da cidade, Apolonio foi enfático: “Sou estrangeiro, quem deve receber a capitulação é um francês”. Um companheiro comunista da Resistência recebeu a capitulação, embora não tivesse atuado na luta armada (CARVALHO, R., 2012, p. 87).

Renée engravidou e, em dezembro de 1944 nasceu René Louis. O pai de Renée foi visitar o neto e Apolonio aproveitou para oficializar o casamento. Era uma satisfação que ele dava ao sogro. A tia e a irmã de Renée, Paulette, foram libertadas do campo de concentração e retornaram completamente desfiguradas, magérrimas e traumatizadas. O final da guerra foi também o encerramento de uma fase nas vidas de Apolonio e Renée. O casal, junto com o filho e a avó, foram morar em Paris.

Os membros da Resistência foram reconhecidos como integrantes das Forças Armadas. Renée recebeu do governo francês a patente de tenente e Apolonio de coronel e a condecoração da Legião de Honra. Em Paris ele trabalhou na Associação dos Antigos Combatentes da FTPE onde organizou a exposição Arte e Resistência,

junto com obras de Matisse e Picasso. De Gaulle, quando retornou, desmobilizou a Resistência. Quem quisesse se alistaria nas Forças Armadas com as patentes. Caso contrário, as perderiam (CARVALHO, R., 2012, p. 91-92).

Durante todo o tempo em que esteve na Espanha e na França, Apolonio não teve contatos com o PCB. No Brasil, os comunistas não sabiam da existência dele. Quem o descobriu em Paris foi Samuel Wainer, na época correspondente de guerra e editor da revista *Diretrizes*. Wainer entrevistou Apolonio e, pela publicação, o Comitê Central do PCB soube dele.⁴⁸⁸ Desse modo, não foi casual seu encontro com Cândido Portinari, em Paris, quando expunha quadros. O artista plástico entregou para ele uma carta de Dinarco Reis que, em nome da direção do partido, afirmou a necessidade do seu retorno ao Brasil o quanto antes. Segundo percepção de Renée, Portinari ficou com a incumbência de levá-los de volta, tanto assim que foi ele quem pagou as passagens (CARVALHO, R., 2012, p. 104-105).

Ainda de acordo com Renée, sua avó ficou desesperada por se afastar da neta e do bisneto. Mas eram ordens do partido. “Para mim foi duro, tenho um remorso, uma mágoa tê-la deixado. [...] Foi um gesto desumano tê-la afastado de seu primeiro bisneto, mas não tive outro jeito, a vida é assim”. Ou melhor, o partido quis assim. Um horizonte duvidoso se abria para Renée e Apolonio. Eles não tinham dinheiro, não sabiam onde ficariam ou o que fariam. Ela, então, iria para um país estranho, cuja língua desconhecia. Levava uma criança pequena e outra no ventre. Ela estava grávida de Raul. A alternativa, descartada, era ficar na França, separada do marido e sozinha com dois filhos (CARVALHO, R., 2012, p. 106).

Na percepção de Apolonio, foi Prestes que mandou chamá-lo de volta ao Brasil. No fundo, ele queria ficar porque já estava integrado à sociedade francesa e participara da luta pela libertação do país. Estava casado com um francesa que tinha família. Tivera um filho pequeno e outro para nascer. De repente, ele era convocado a retornar ao Brasil. Mas retornar sozinho? Impossível. Muitos anos depois ele reavaliou

aquela situação: “Eu gostaria de analisar com mais tempo, mas o convite do Partido Comunista não era parecido com coisas delicadas, eram ordens incisivas”. Em análise retrospectiva, continua: “Eu tinha obrigatoriamente que voltar, porque nós, os comunistas da época, os militantes, éramos completamente cegos, completamente submissos, diante dos arbítrios da direção. Não tínhamos coragem de nos opor a uma decisão do Partido”.⁴⁸⁹ E eles foram para o Brasil.

De volta ao Brasil - um militante e suas dúvidas na experiência democrática

Apolonio estava 10 anos fora do Brasil. Ele afirma, em suas memórias, que retornou por navio, acompanhado de Portinari, em dezembro de 1947. Mas tudo indica que ele chegou meses antes.⁴⁹⁰ Vários amigos comunistas foram recebê-lo no desembarque, como Jorge Amado, Maurício Grabois, Davi Capistrano, entre outros. Primeiro ele foi visitar a família em Corumbá. Renée estranhava o novo mundo:

Nunca tinha visto uma mesa de doces tão farta como a que tinham preparado: compostas de figo, de laranja, doce de leite... Confesso que gostei bastante da surpresa, embora estivesse meio espantada. A família estava muito feliz, mas eu me sentia isolada, sem falar a língua portuguesa... Nas reuniões de família, todos me tratavam com a maior gentileza, mas eu me sentia estranha a tudo aquilo, especialmente por eu não falar nem entender português (CARVALHO, R., 2012, p. 107).

Para Apolonio, no entanto, tudo era vivido com entusiasmo. Havia a grande novidade do partido atuando na legalidade. Pela primeira vez ele assistiu um comício do Partido Comunista. Logo a seguir, aos 35 anos de idade, ele foi indicado para presidir, ainda que provisoriamente, a União da Juventude Comunista (UJC). Seu companheiro na direção foi o ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), João Saldanha. Embora ele tenha conseguido obter o registro legal da UJC, logo a organização sofreu perseguições, em

particular da Igreja Católica (CARVALHO, A., 1997, p. 174-176). Completamente absorvido pelas tarefas partidárias, Apolonio reconheceu, muitos anos mais tarde, que Renée ficou completamente esquecida:

Eu saía de manhã cedo, muito cedo, e só voltava tarde da noite. Houve um isolamento muito grande da Renée, que estava esperando o Raul para três meses depois, março. Foi um período em que eu comecei a sentir que a direção do partido tinha uma dinâmica muito especial, admirável, extremamente particular, rica, mas que me arrastava a um ritmo de vida e de participação que praticamente eliminava a minha presença do ponto de vista pessoal, de estudo, amizades, visitas e, antes de tudo, da vida familiar, reduzida ao final da noite. Os filhos eu via muito pouco. Esse foi um período duro.⁴⁹¹

Começou, também, uma experiência difícil para o casal: a moradia. Apolonio era um militante profissional e vivia exclusivamente do e para o partido. Ganhava uma ajuda de custo ínfima, impossibilitando alugar uma residência. Inicialmente foram morar no apartamento de Dinarco Reis e sua família, no bairro do Grajaú, Rio de Janeiro. Renée estranhou o clima. Para quem conhecida temperatura abaixo de zero, viver o calor carioca, com 36 graus, foi muito sofrido. Para piorar, lembra Renée,

[...] o Apolonio sumiu, desapareceu! Eu lá, grávida, com o René pequeno, querendo se movimentar o tempo todo [...]. Lígia, a mulher de Dinarco, uma boa pessoa, foi muito gentil comigo – eles tinham dois filhos. E o Apolonio sumido, porque o levaram para uma reunião, afinal ele estava de volta depois de dez anos! Passei maus momentos [...]. Apolonio era o militante-herói que voltava, o partido aproveitou bastante isso e eu... eu era a mulher do Apolonio, a acompanhante, com um filho pequeno e outro por nascer. Para o partido era como um peso. Eu me sentia angustiada (CARVALHO, R., 2012, p. 108).

Depois eles foram morar em uma casa em Santa Tereza. Uma moça chamada Berta residia na casa e ajudou Renée. Embora ela começasse a se familiarizar com a língua portuguesa, os estranhamentos continuaram. Apolonio, de repente, aparecia com um amigo militante para almoçar – sem avisar que iria. Eles praticamente não tinham dinheiro, o que impedia de oferecer um prato melhor –

algo que envergonhava Renée. Além disso, ela não entendia como os brasileiros conseguiam comer arroz com feijão todos os dias. Em 11 de março de 1947, nasceu o segundo filho, Raul. Apolonio somente conheceu o filho dois dias depois, pois estava em São Paulo (CARVALHO, R., 2012, p. 110-111).

A experiência da vida partidária legal durou pouco. Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do partido por 3 votos a 2 e, meses depois, em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas perderam seus mandatos. A resposta do partido inicialmente foi um documento intitulado “Declaração de Janeiro de 1948” em que Prestes formulou autocrítica com as ilusões do partido com a legalidade. Mas a guinada do PCB foi o “Manifesto de Agosto de 1950”, em que Prestes orientou o partido para posição de ultraesquerda, propondo a revolução socialista imediata com a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo objetivo era o de derrubar o governo pelas armas, além de retirar o partido de todas as organizações da sociedade, inclusive dos sindicatos. O Manifesto também convocava os militantes a atuar na clandestinidade. Isolado da sociedade, o PCB foi para o gueto político.

Apolonio viu-se em situação muito difícil: “[...] sob clandestinidade, vou conhecer um isolamento político extremo: como que desterrado dentro de meu próprio país, banido da sociedade em que sonhava reintegrar-me após dez anos de ausência”. Ele foi crítico dessa orientação partidária. Estava afastado do país muitos anos, não tinha contatos ou conhecimentos pessoais que pudessem ajudá-lo. Além disso, ele argumenta que poderia, sim, levar uma vida às claras. Ele era um comunista e disso não havia segredo. Mas ser comunista não era crime. Nada que pudesse levar-lhe para a prisão. Para ele, foi um erro o partido exigir a clandestinidade dos militantes (CARVALHO, A., 1997, p. 176). Renée avaliou a situação no mesmo sentido. Não havia nenhum processo judicial contra Apolonio, não havia condenação. Talvez ele ficasse preso por uns meses, mas nada havia

contra ele. Não fazia sentido o partido obrigá-lo a viver na clandestinidade. O casal saiu da casa em Santa Tereza e foi para um apartamento em Copacabana. Apolonio sumiu e deixou Renée sozinha, praticamente sem dinheiro. A seguir, o partido decidiu que o casal iria morar em São Paulo (CARVALHO, R., 2012, p. 112-113). Durante um ano e meio Apolonio e Renée foram “caseiros” de João Amazonas.⁴⁹² Algo surpreendente: o combatente da guerra civil espanhola e, junto com a mulher, guerrilheiro da Resistência Francesa tinha como tarefas cuidar da casa de um dirigente do Comitê Central. Para a ideologia partidária, uma tarefa como outra qualquer, contribuindo para a causa revolucionária. Mas na política interna do partido, o que ocorria, na prática, era a de limitar a atuação de um militante admirado no partido pelos seus feitos contra o fascismo espanhol e o nazismo alemão.

O casal foi obrigado a mudar de bairro ou cidade a cada seis meses, sem ter contato com os vizinhos. As crianças trocavam de escola e de nomes. Renée deixou de receber cartas de seus familiares franceses, enquanto ele também teve que cortar contatos com seus parentes em São Paulo e Mato Grosso. A exigência da clandestinidade, para eles, era orientação equivocada e distante da realidade dos militantes (CARVALHO, A., 1997, p. 176). Não podiam ter relações sociais com os vizinhos e nem receber visitas. A cada mudança de endereço era preciso recomeçar, mesmo sem dinheiro. No máximo, compravam uma mesa usada e quatro cadeiras – e assim a casa estava mobiliada. As crianças mudavam de escola e os nomes, algo possível porque Renée nunca apresentava a certidão de nascimento. “Nós parecíamos uns fanáticos”, diz Renée, “[...] vivendo na clandestinidade por escolha, sem mesmo estarmos sendo perseguidos” (CARVALHO, R., 2012, p. 118). Durante sete anos ele e René somente foram ao cinema três vezes. Em uma dessas vezes, foi João Amazonas que sugeriu o lazer, comprometendo-se a tomar conta das crianças. Renée ficou com a consciência pesada por ter ido ao cinema, abandonando as tarefas partidárias. “Hoje”, ela afirma,

“fazemos a crítica”. Mas naquela época “quem criticasse era visto logo como inimigo” (CARVALHO, R., 2012, p. 119).

Como ocorre com militantes profissionais, que se dedicam integralmente ao partido, “vivíamos todo o tempo a serviço do partido”, diz Renée. “Não havia a possibilidade de existência de vida profissional e, menos ainda, pessoal”. O casal obedecia ao partido e o faziam com entusiasmo. Mais ainda, “[...] não se pensava em criticar o partido. Ele sempre tinha razão. Isso era assim também na França [...].” Segundo relato de Renée,

[...] não tínhamos interlocutores, pessoal com quem discutir. Estávamos em contato direto com os dirigentes; não nos sentíamos, entretanto, em igualdade de condições para discutir. Dizia-se que quem fazia críticas era contra o partido ou que se tratava de desvio pequeno burguês. Era assim: ou se obedecia ou se era excluído e não havia, portanto, um clima favorável à discussão. Nas relações com a direção, os militantes eram vistos como suspeitos dos desvios pequeno burgueses, aos quais os dirigentes pareciam imunes. Dizia-se que o partido sempre tinha razão. E o partido eram os dirigentes (CARVALHO, R., 2012, p. 114).

O que mais decepcionou Apolonio foi conhecer a profunda desigualdade entre os militantes e os dirigentes partidários:

A relação entre direção e bases se constrói sob o modelo do partido comunista da União Soviética. Seus dirigentes, aureolados pelo prestígio da vitória da revolução, detêm o monopólio do saber e da verdade. Não precisam justificar ou prestar contas de suas decisões. Sob esse escudo, impõem o elitismo e o autoritarismo – consideravelmente agravados durante o domínio do estalinismo – que acabarão se tornando marcas registradas dos PCs. Elas também estarão presentes em relação às vocações, desejos e necessidades dos militantes (CARVALHO, A., 1997, p. 178).

Apolonio, no entanto, reconhece que tais problemas não começaram em 1945, com o novo período que se abriu ao partido. Era algo já existente no PCB nos anos 1930. Na época,

[...] éramos imbuídos de um sentimento quase religioso de integração e devotamento à entidade partidária, o que se traduzia na submissão integral dos problemas pessoais às exigências da revolução. Sob esse cunho de religiosidade, o monolitismo e a disciplina abafavam qualquer reserva crítica ou sentimento de rebeldia ao que chamávamos de ‘espírito de partido’ (CARVALHO, A., 1997, p. 179).

Além disso, algo frustrava Apolonio. Ele retornou ao Brasil com grande prestígio. Para quem lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa, ele se via em verdadeira inatividade política. As tarefas que recebia do partido eram sem importância: “[...] procura aluguel de casas para moradia dos dirigentes clandestinos ou realização de reuniões da direção” (CARVALHO, A., 1997, p. 177).

Renée viveu situações verdadeiramente dramáticas. Em meados de 1948, o filho Raul, com dois anos e meio acordou com problema na garganta. Vivendo no afastado subúrbio de Pilares, no Rio de Janeiro, ela não tinha muitos recursos. Mas se apavorou ao ver um caroço crescer no pescoço do filho. Tratava-se de um abscesso, logo tratado por um médico, mas o menino piorou de saúde e por 13 dias ficou hospitalizado. Ele estava com endocardite. Mesmo assim, Apolonio recebeu da direção do partido ordens para resolver um problema, sendo obrigado a viajar. Embora sabendo do estado grave de Raul, a direção do partido deu a tarefa para Apolonio que, disciplinado, cumpriu com as determinações. Para Renée, o que eles fizeram “foi muito cruel” (CARVALHO, R., 2012, p. 120-121). Em avaliação retrospectiva do que viveram no Partido Comunista, Apolonio e Renée são muito críticos em relação ao autoritarismo dos dirigentes. Para Apolonio,

[...] uma fase em que a imagem do militante, já inteiramente transformada, passou a ser a de um militante que se despersonalizou diante das exigências e necessidades da organização, que assimilou todas as características da mística e da visão do partido como uma entidade dirigida por figuras infalíveis, por semideuses da teoria e da prática revolucionária. A imagem da organização e suas direções reduz, elimina os pruridos, as exigências, os escrúpulos pessoais, mesmo no quadro afetivo, no quadro familiar e no quadro social. Quando falo de escrúpulos, não me refiro a ter sido em qualquer momento ferido na minha dignidade, mas na minha personalidade, na minha visão das relações de família, amizade, na minha visão também do que seria a complementação natural de uma atividade política no mundo da cultura, do estudo, do enriquecimento da visão da sociedade, do mundo, das ideias e das vocações.⁴⁹³

Para quem não militou em organizações de vanguarda, pode parecer estranho tamanha submissão. Contudo, é necessário considerar que um partido comunista não era um partido como os outros. A palavra partido, inclusive, era redigida com letra maiúscula. Ao ingressar na organização revolucionária, o militante recebia instrumentos para decifrar o conhecimento do passado, não se confundir com o imediatismo do presente e códigos para decifrar o futuro da humanidade. Os militantes assumiam que formavam a vanguarda do proletariado e, por isso, tinham que ser disciplinados e agir de acordo com a vontade do partido. Um partido comunista expressava a *vontade coletiva* da classe operária e era detentor de um saber único e verdadeiro, porque científico. O militante recebia do partido consciência política, conhecimentos teóricos, fundamentos da teoria científica do socialismo e orientações para revolucionar o mundo. De fato, não era pouca coisa – o que criava nele a gratidão e a necessidade de retribuir (FERREIRA, 2002, p. 40-41). Esta é a razão para os militantes assumirem tantas tarefas, renunciando a sua vida privada.

O casal mudou para a cidade de São Paulo, novamente obedecendo orientação do Comitê Central. Apolonio foi incumbido de dirigir o curso superior oferecido à militância, o Curso Stalin.⁴⁹⁴ As obrigações assumidas por ele novamente o afastaram de vez da família. Certo dia Renée reclamou:

Apolonio, eu não tenho com quem conversar! Eu só tenho o papagaio da vizinha, que fica num canto aí, para conversar... É terrível para mim! É claro que tenho os meninos, mas não é a mesma coisa! Se eu estivesse na cadeia, consideraria aquilo uma frente de luta, mas nem isso, Apolonio! Eu estou aqui sozinha e completamente à toa! (CARVALHO, R., 2012, p. 122).

A partir daí ele se esforçou para estar mais presente. Mesmo assim, as cartas que ela recebia da família na França passavam pelo crivo do Comitê Central e chegavam abertas. Ela mesma não podia responder aos familiares expressando o que sentia (CARVALHO, R., 2012, p. 122).

Apolonio de Carvalho formou-se como militante comunista no auge do stalinismo. Ele ingressou no partido ainda nos anos 1930, quando Stalin impôs seu poder na União Soviética. A imagem heroica de Stalin liderando o Exército Vermelho na luta contra o exército alemão e a vitória contra o nazismo elevaram ainda mais sua imagem. Por vezes, ele tinha a tarefa de escrever nos jornais do PCB. Em um desses extensos artigos, ele exalta o papel de Stalin durante o processo da Revolução de Outubro de 1917. “Ao lado de Lenin”, escreveu Apolonio, “Stalin é o inspirador e o organizador da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro”. Um exagero, sabemos hoje. Após a revolução de fevereiro de 1917, continua em seu artigo, Stalin, “encarnando as ideias de Lenin”, congrega o partido para transformar a revolução democrático-burguesa em revolução socialista. “Apoiado por Molotov, Stalin se torna o centro de toda atividade do Partido. Dirige o Comitê Central e o Comitê de Petrogrado”. A seguir,

[...] Lenin e Stalin ganham o Partido para a ideia do assalto ao poder, vencem a resistência dos oportunistas e inimigos do Partido. [...] Forma-se o Comitê Militar Revolucionário [...]. Stalin está a frente deste organismo e é ainda ele quem, ao lado de Lenin, dirige as ações revolucionárias que resultaram na Revolução Soviética.⁴⁹⁵

Sabemos que quem esteve à frente do Comitê Revolucionário foi Trotsky. Mas, nesse momento, auge do stalinismo, a história da revolução soviética era escrita e contada exaltando, excessivamente e de maneira imaginada, o papel de Stalin – cujo exemplo é *História do PC (b) da URSS*.

Apolonio escreveu outros artigos exaltando, sempre de maneira excessiva, a atuação de Stalin na revolução de 1917, na construção do socialismo, na Segunda Guerra Mundial e na luta pela paz nos anos 1950. Mas o que Apolonio escrevia sobre Stalin não diferia dos textos produzidos por militantes e intelectuais de outros países. Entre o final da Segunda Guerra até as denúncias de seus crimes por Krushev, em 1956, o culto a Stalin entre os adeptos do comunismo soviético era a

norma social. Para os comunistas do mundo daquela época, diz Gérard Vincent, Stálin era definido como “o homem que mais amamos” (VINCENT, 1994, p. 428).

Em 1953, Apolonio viajou para Moscou, onde faria um curso. Renée foi designada por Diógenes Arruda Câmara a frequentar o Curso Stalin. Ao final, ele a indicou para “tomar conta do curso”, ou seja, cozinhar para os 40 alunos e depois lavar toda a louça. Renée se queixa de que nenhum homem a ajudava. Ela afirma que era respeitada, sobretudo pela luta na resistência francesa, mas seu trabalho era na cozinha. E assim ficou durante dois anos, época marcada para o regresso de Apolonio da União Soviética (CARVALHO, R., 2012, p. 124-125). Ocorre que ele não voltou. Renée logo recebeu a notícia de que ele ficaria mais dois anos, mas que ela iria ao seu encontro. Em 1955 ela partiu para a França onde deixou os dois filhos com a avó, a tia e a irmã, seguindo para a União Soviética. Renée considera que fizera uma barbaridade com a família e com os meninos. Eles já estavam longe do pai há dois anos, agora ficariam também longe da mãe. Mas ela não tinha alternativa, se não fosse isso, ficaria longe de Apolonio por mais dois anos (CARVALHO, R., 2012, p. 127-128).

Na União Soviética, ela ficou chocada com a arrogância dos dirigentes intermediários. Em automóveis com motoristas, eles, cheios de empáfia, tratavam os trabalhadores de maneira humilhante. Na visita a uma fábrica, ela lembrou de um campo de concentração, com o contramestre gritando com as operárias (CARVALHO, R., 2012, p. 131-132).

Na ocasião, ocorreu o XX Congresso do Partido Comunistas da União Soviética, quando Nikita Krushev leu documento denunciando os crimes de Stalin, algo que pegou de surpresa comunistas de todo o mundo. Renée tinha a mente mais aberta para o mundo, com grande senso crítico. Não era o caso de Apolonio, ainda preso ao “espírito de partido”. Aos poucos, Renée foi convencendo o marido sobre a necessidade de abandonar o culto à personalidade. Mas ele ainda

tinha visão idealizada da União Soviética, o que o impedia de perceber o autoritarismo político, a ausência de práticas democráticas, o menosprezo aos direitos humanos. Renée o ajudaria a enxergar o que ele não conseguir ver:

[...] largos desníveis sociais; as duras condições de vida dos trabalhadores, no campo como na cidade; os privilégios dos altos e médios escalões partidários; o monopartidarismo; a diluição do papel dos soviets, ou conselhos populares, sob o peso da fusão Partido-Estado. Em viagem no período de férias, presenciávamos algo para mim inimaginável, mas a partir de então emblemático: no país do socialismo, passageiros de terceira e quarta classes! (CARVALHO, A., 1997, p. 182).

Renée ajudou Apolonio a olhar de maneira crítica o socialismo soviético:

[...] Lá na URSS, ela me ajudou muito a começar a corrigir a visão ilusória da realidade e a posição de crente, do místico que acredita na infalibilidade, no lado róseo das coisas prescritas, nos dogmas e na religião, e que não quer olhar a realidade. [...] Eu não queria abrir os olhos. Era Renée que me forçava a abrir os olhos. E havia coisas muito chocantes.⁴⁹⁶

Em meados de 1957, Renée foi para a França buscar os meninos, enquanto Apolonio retornou ao Brasil. Sozinho, ele passou necessidades. Embora se dedicasse exclusivamente ao partido, não teve ajuda financeira alguma. Ele se alojou no apartamento de amigo militante no bairro de Olaria, subúrbio do Rio de Janeiro. Para não prejudicar o camarada, ele não almoçava. Sequer tinha dinheiro para o ônibus. Enfraquecido, andando pelas ruas, ele não percebeu a chegada de uma locomotiva em um cruzamento. Com o choque, ele quebrou o braço. Sem poder fazer fisioterapia, o braço fraturado ficou mais curto que o outro. Quando Renée retornou com as crianças, ele recebeu ajuda de custo do partido e alugou um apartamento da rua Jardim Botânico (CARVALHO, R., 2012, p. 135-136).

Quando Apolonio retornou ao Brasil, ele encontrou o PCB dividido diante do impacto das denúncias de Krushev. A direção partidária inicialmente escondeu o relatório do líder soviético, mas

logo intelectuais e jornalistas abriram debate sobre os crimes de Stalin e o culto à personalidade. Quando o debate avançou no limite da crítica à União Soviética, ao leninismo e ao centralismo democrático, Prestes encerrou a discussão. Os jornalistas e muitos artistas e intelectuais saíram do PCB.⁴⁹⁷

Diante da grave crise que se abateu sobre o partido, o Comitê Central elaborou nova orientação política no documento conhecido como “Declaração de Março de 1958”.⁴⁹⁸ De uma política de ultraesquerda, o PCB abriu-se para sociedade, admitindo o caminho pacífico ao socialismo. Apolonio demonstrou satisfação com o fim da linha de radical, mas também ficou duvidoso com a nova orientação moderada.

Seja como for, durante o governo de Juscelino Kubistchek o PCB viveu em semilegalidade. Apolonio tornou-se responsável por cursos de formação política ministrados nos subúrbios do Rio de Janeiro, em sindicatos e entre estudantes universitários. Seu entusiasmo aumentou quando sindicalistas pediram cursos sobre marxismo. Com auxílio de Renée, ele levou a tarefa adiante. Com a ampliação dos cursos, o Comitê Central decidiu criar a Comissão de Educação Política. Apolonio junto com Jacob Gorender, Mário Alves e João Pedro Francisco foram indicados para a compor a nova organização. Outra atividade foi ser responsável pela coluna “Teoria e Prática”, publicada no jornal do partido *Novos Rumos*. Apolonio teve a incumbência de responder cartas que chegavam na redação questionando as novas diretrizes partidária, como a “via pacífica ao socialismo”, a “coexistência pacífica” ou o caráter “revolucionário da burguesia nacional”. Tarefas nada fáceis, sobretudo para quem tinha dúvidas sobre a linha política adotada (CARVALHO, 1997, p. 184).

Segundo depoimento de Renée, a coluna era um tormento para Apolonio. Tratava-se de matéria que, semanalmente, respondia a perguntas de militantes. Ela e os filhos se intrometiam no texto porque não acreditavam em “democracia popular”. Ele escrevia e

reescrevia. "Discutíamos muito", diz ela, "eu era contra, assim como René e Raul. Foi uma briga em família!" (CARVALHO, R., 2012, p. 144).

De fato, Apolonio tinha que se virar para responder as perguntas. Em janeiro de 1962, anos depois de Krushev criticar o "culto à personalidade", um militante do Rio de Janeiro escreveu carta perguntando como o "culto" era explicado pelo marxismo-leninismo. Depois de citar Marx e Engels e falar sobre a luta de classes na sociedade capitalista, Apolonio afirmou que há a necessidade de um dirigente político para a luta de classes do proletariado, mas que ele se expressa em dirigente coletivo. Ele pode ser a fração mais avançada do proletariado: "Não se compreende, porém, um partido sem seu núcleo de personalidades dirigentes, formado dos chefes políticos mais capazes de organizar e dirigir o movimento."⁴⁹⁹ Apolonio caminhava na corda bamba. Krushev havia criticado duramente a ditadura personalista de Stalin. Mas no Brasil havia a liderança inquestionável de Luís Carlos Prestes. E os membros do Comitê Central eram vistos como infalíveis. A saída foi qualificar esses dirigentes como "fração mais avançada do proletariado". Suponho que Renée deve ter ficado muito aborrecida ao ler o artigo.

Difícil, certamente, foi responder na coluna "Teoria e Prática" à pergunta do leitor J.S, de Porto Alegre: "Há algum exemplo concreto de transição pacífica para o socialismo?"⁵⁰⁰ Apolonio respondeu que Marx proclamara a possibilidade "em praça pública, em Amsterdam, já em 1872". Citou também Lenin que, segundo sua interpretação, deu "os contornos, a forma e as cores peculiares russas, em suas Teses de Abril" à tese da transição pacífica. Mais recentemente, os partidos comunistas da Inglaterra e França defenderam a possibilidade "através da transformação paulatina do conteúdo social do Parlamento". A tese da transição pacífica ao socialismo, ratificada no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, continua em seu argumento, não atribui um "caráter absoluto, geral", mas condiciona a conquista do poder político por via pacífica "à correlação de forças e à situação concreta de cada país e de cada época". Com argumentos

muito genéricos, Apolonio, então, afirma ao leitor: “Vejam, agora, os exemplos concretos de transição pacífica ao socialismo. A história mostra não apenas um exemplo, mas vários”. No entanto, Apolonio cita um único, o da revolução húngara de 1919.⁵⁰¹ Provavelmente o texto gerou muita celeuma em família.

Por essa época, Apolonio foi eleito suplente do Comitê Central. Suplente, mas jamais integrante titular. O casal continuou como militante profissional, dedicado exclusivamente ao partido. Mas somente quem recebia ajuda de custo era Apolonio. Algo que não permitia sustentar a família. Renée, mesmo sem receber ajuda de custo alguma, trabalhava para a organização revolucionária. Sua tarefa era recolher contribuições financeiras de simpatizantes. Ela percorria os subúrbios do Rio de Janeiro recebendo dinheiro que depois entregava ao partido. Certo dia, ela foi receber a ajuda de custo do Apolonio. O responsável do partido pela distribuição do dinheiro a acusou de ficar com a ajuda de custo do marido. Renée ficou tão revoltada que resolveu largar a atividade e arranjar um emprego que lhe desse algum rendimento. Apolonio reclamou com o Comitê Central de que a ajuda de custo que recebia era ínfima. Em 1962, Luís Carlos Prestes resolveu o problema, indicando Renée para trabalhar na Embaixada da Hungria. Mas ela não deixou de trabalhar para partido, traduzindo, para a Editora Vitória, textos de Lênin: *Que fazer?*; *Um passo adiante e dois atrás*, entre outros (CARVALHO, R., 2012, p. 141-142).

Toda a divergência que Apolonio de Carvalho guardava sobre a direção partidária desde seu retorno ao Brasil, explodiu no dia 31 de março de 1964, com o golpe militar. Segundo seu relato, ele esteve na reunião do Comitê Central naquele dia. Como Prestes não pode se encontrar com o presidente João Goulart, a decisão tomada foi a de esperar. Em casa, Apolonio comunicou a decisão à família. Seus filhos, na época estudantes, ficam indignados. Eles estavam no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o Caco. Mandaram dizer ao pai que, com os amigos, estariam no dia seguinte na Cinelândia. Eles

confidenciaram a Apolonio e a Renée que os estudantes receberiam armas do Almirante Aragão e atacariam o Palácio Guanabara com o objetivo de prender o governador Carlos Lacerda. Preocupado, Apolonio localizou um membro do Comitê Central e dele ouviu um pedido de calma. Bastava ouvir os comunicados oficiais de que tudo estava sob controle. Não estava e Apolonio percebia o perigo.

Renée, em reflexão muito posterior ao evento do golpe, lembra que a revolta dos sargentos e a dos marinheiros “parecia ter ido longe demais”. As reivindicações eram justas, mas também sabiam “[...] que nenhum governo nem comando militar poderia suportar aquele grau de indisciplina”. Em 25 de março, Prestes, por exemplo, disse na Associação Brasileira de Imprensa: “nós não estamos no governo, mas estamos no poder”. E todos acreditavam no assim chamado “dispositivo militar”. Ainda segundo Renée,

[...] tínhamos certa inquietude por sentir que estávamos indo muito longe sem ter como segurar; estávamos avançando muito sem base para respaldar aqueles avanços. Sobretudo no comício de 13 de março, Jango radicalizou terrivelmente. [...] Da parte do partido não se preparava nada, ninguém estava sendo mobilizado, ninguém tinha armas nem orientação de procurar armas, nada (CARVALHO, R., 2012, p. 149-151).

Na tarde do dia 31 Apolonio procurou amigos militares e encontrou 15 deles portando armas portáteis. No dia seguinte, 1º de abril, ao meio-dia, eles estavam na Cinelândia junto aos estudantes. Apolonio se esforçou para convencer de que não havia dispositivo militar algum e que Goulart já tinha partido para Brasília. Pouco adiantou. Quando tanques de guerra surgiram a caminho do Palácio Guanabara, os veículos foram saudados pela multidão na Cinelândia que ainda acreditava que se tratava de tropas defensoras da legalidade. Era difícil acreditar na dura realidade. Foi nesse dia, 1º de abril, que Apolonio perdeu o pouco que lhe restava da crença na infalibilidade do núcleo dirigente comunista. Ele lembrou da célebre frase do líder do Partido Comunista Francês, Maurice Thorez: “Nós, os comunistas, somos como as corujas: enxergamos no escuro”. Ele,

Apolonio, comunista, nada tinha previsto. Admitiu, naquele momento, que “[...] não tinha olhos nem ouvidos para reconhecer-lhe a realidade”. Naquele momento, ele sofreu a maior humilhação de toda sua vida de militante comunista (CARVALHO, A., 1997, p. 186-189). Na avaliação de Renée, “[...] o partido se anulou, o que foi para os militantes uma omissão vergonhosa, uma decepção imensurável” (CARVALHO, R., 2012, p. 152).

Na luta contra a ditadura militar - a terceira militância

Apolonio de Carvalho viveu sua primeira experiência como militante comunista nos anos 1930; a segunda foi durante a experiência liberal-democrática brasileira; a terceira seria sob a ditadura militar. Na noite de 1º de abril, com a vitória do golpe civil-militar, ele caiu na clandestinidade e foi para a cidade de Niterói. Sua casa no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, estava cercada pela polícia. Ele foi indicado para o cargo de secretário regional de organização do partido – sua primeira participação em cargo de direção (CARVALHO, A., 1997, p. 189).

Segundo Apolonio, a direção do PCB foi pega de surpresa com o golpe e se dispersou. Dirigentes não tinham sequer onde dormir. Somente um ano após o golpe militar é que o Comitê Central conseguiu se reunir. Carlos Marighela, Jover Teles, Mário Alves e Apolonio de Carvalho assinaram documento para que o partido mudasse a linha do V Encontro de 1960, que defendia aliança entre a classe operária, os camponeses, a pequena-burguesia e a burguesia nacionalista, visando o desenvolvimento econômico e a transição pacífica ao socialismo. A revolução, nesta etapa, seria anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. Eles argumentaram que foi esta linha que permitiu a vitória do golpe. O Comitê Central, no entanto, avaliou que a culpa foi do radicalismo dos grupos esquerdistas, dentro do partido e fora dele, continuando a defesa da linha estabelecida anteriormente.⁵⁰² A luta interna avançaria: o grupo

criticava também a orientação da Declaração de Março de 1958, acusando-a de desarmar o partido e permitindo que o movimento popular ficasse sob direção dos setores nacionalistas e democráticos. Era necessário abandonar essa diretriz política e elaborar outra que respondesse à difícil realidade com o golpe militar. No entanto, a maioria do Comitê Central não aceitou a crítica. Os motivos para a derrota poderiam ser encontrados no radicalismo de marinheiros, de Leonel Brizola e do próprio PCB, assustando a burguesia e resultando no golpe militar. Por 25 votos a 6 esta tornou-se a posição oficial do partido.

Representando os comitês estaduais, Carlos Marighella e Câmara Ferreira por São Paulo; Jover Teles pela Guanabara; Miguel Batista e Apolonio de Carvalho pelo estado do Rio de Janeiro; Mário Alves por Minas Gerais e Jacob Gorender pelo Rio Grande do Sul foram minoria no partido e repudiaram a explicação do golpe pelos “erros de esquerda”. Eles serão chamados, pejorativamente, de “Corrente Revolucionária” (CARVALHO, A., 1997, p. 195-196). Na luta interna que se abriu, a direção do partido convocou o VI Congresso, mas impôs regras que limitavam a participação de membros da “Corrente”. As esquerdas – e não apenas o PCB – se estilhaçaram, formando múltiplos grupos e organizações. Nos estados surgiram as DIs, as Dissidências Internas. No início de 1968, Carlos Marighella e Câmara Ferreira fundaram o Agrupamento Comunista de São Paulo e, meses depois, a Ação Libertadora Nacional. No Rio Grande do Sul, ex-militantes do PCB fundaram o Partido Operário Comunista.

Os grupos comunistas dissidentes do estado do Rio de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo, Paraná e estados do nordeste romperam definitivamente com o PCB em setembro de 1967. Desse rompimento surgiu o Partido Comunista Revolucionário Brasileiro, o PCBR. Jacob Gorender atuava em São Paulo, enquanto Apolonio de Carvalho no estado do Rio de Janeiro. Naquele momento, Gorender define Apolonio, como um “[...] otimista por temperamento e entusiasta da tarefa de criação da nova organização partidária.” (GORENDER, 1990,

p. 101). A nova organização tinha bases em estados do Nordeste, como Bahia e Ceará. No estado do Rio de Janeiro tinha bases entre várias categorias profissionais. Em abril de 1968, em um sítio na Serra da Mantiqueira, vários militantes fundaram o PCBR. Entre os nomes mais conhecidos estavam o próprio Gorender, Mário Alves, Eloi Marins e Apolonio de Carvalho, este último eleito secretário-geral do partido.

Os filhos René e Raul abandonaram os estudos e ingressaram ao novo partido. Renée não aderiu ao PCBR. Primeiro porque era contra a luta armada naquele momento. Depois, porque os estatutos do partido tinham itens “esquisitos”, como a exigência de ser uma “militante completa” – militante de tempo integral. Como ela estava ligada à produção, ou seja, trabalhava, não poderia ser “completa” (CARVALHO, R., 2012, p. 159).

O PCBR recusou o foquismo e o maoísmo. Segundo Gorender, o partido ficou entre a tradição doutrinária marxista e a pressão pela luta armada imediata. De início, todas as formas de luta, legais e ilegais, eram consideradas válidas para a preparação da luta armada. Mas, ainda segundo Gorender, “[...] no ambiente da esquerda revolucionária do final dos anos 60, falar apenas em *preparação* da luta armada já servia para sofrer a acusação de pacifismo, oportunismo e capitulação. Não se podia aceitar menos do que a luta armada *imediata*.” (GORENDER, 1990, p. 103-104). Apolonio era o secretário-geral, mas somente apoiaria a luta armada se contassem com o apoio das “massas”. Para ele, a luta armada e a ida ao campo não era algo imediato. Logo foi contestado por Mário Alves que retornara de Cuba. Ele era favorável à luta armada naquele momento. No embate entre eles, Mário Alves levou a melhor, ganhando a maioria do partido. Aos poucos Apolonio foi perdendo espaço no PCBR. O cargo de secretário-geral foi assumido por Mário Alves. Apolonio perdeu o direito ao voto nas reuniões. Poderia falar, mas não votar (CARVALHO, R., 2012, p. 160). No dizer de Gorender, “[...] seu currículo de combatente da guerra civil espanhola e da

Resistência Francesa não o protegeu da pecha de oportunista de direita” (GORENDER, 1990, p. 180).

A entrada de militantes oriundos do Movimento Armado Revolucionário (MAR) para o PCBR reforçou a organização. O MAR era formado por militares, como Prestes de Paula e Avelino Capitani.⁵⁰³ Mas em 1969 a organização encontrava dificuldades. Primeiro, com o refluxo do movimento estudantil. Depois, com as poucas ações armadas, o PCBR vê seu prestígio reduzido diante de outras organizações. O assassinato de Marighella e as diversas prisões de militantes apontavam para o impasse na luta armada. A esquerda armada estava isolada dos movimentos sociais e da própria sociedade. Em janeiro de 1970, importante quadro do PCBR, Salatiel Teixeira Rolim, foi preso e brutalmente torturado. Embora haja controvérsias, a versão que ficou é a de que ele não resistiu aos suplícios e relatou o paradeiro de vários militantes do partido, inclusive Mário Alves. Preso, Mário Alves não suportou as torturas e morreu (CARVALHO, A., 1990, p. 206).⁵⁰⁴ Em 1970 as esquerdas armadas estavam sendo dizimadas fisicamente pela repressão.

Renée continuou trabalhando na Embaixada da Hungria, mas foi, para ela, um “tempo de muita angústia”. Segundo seu depoimento, “[...] a todo momento, eu temia receber notícias sobre a prisão ou morte dos três, de Apolonio ou de meus filhos. Poderia dizer que vivi uma rotina de angústia. Era mais que angústia: era um desespero permanente à espera de más notícias.” (CARVALHO, R., 2012, p. 164).

Apolonio de Carvalho sempre respeitou as regras de segurança. Responsável pela reunião do partido, ele foi à procura de Salatiel Rolim em sua residência. Ao abrir a porta, viu dois homens apontando revólveres para ele. Apolonio caiu em uma armadilha. Ao sair da casa, ele golpeou um dos policiais em seus órgãos genitais e saiu correndo. Tiros foram disparados contra ele. Mas ao dobrar a esquina se deparou com outros policiais. Dentro da viatura policial, ele lembrou de um lema da Resistência Francesa: “se tiver que morrer, levo alguns inimigos comigo”. Sentado atrás do motorista, ele esperou

oportunidade e, avançando sobre ele, torceu o volante de tal maneira que o veículo bateu em uma parede. Contudo, o impacto não foi suficiente para se livrar da prisão. No quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, havia sido inaugurado recentemente o Doi-Codi. Algemado nos pulsos e tornozelos, ele não sabe dizer exatamente quantos dias sofreu com as brutais torturas: “Só deixei de ser torturado quando o coração ficou por um fio, e eu literalmente apaguei” (CARVALHO, A., 1997, p. 207-208).

Renée e Dilma, a mulher de Mário Alves, souberam da prisão de seus maridos. Foram à procura deles em quartéis militares. Certo dia, em um escritório de advocacia, ouviu relato sobre Apolonio e das torturas que sofreu. Segundo Renée, com base no depoimento que ouviu,

[...] possivelmente só não tenham matado o Apolonio porque já tinham matado o Mário Alves. Apolonio apanhou tanto, que era para morrer! Os torturadores tinham uma palmatória de uma borracha muito dura e, entre outras barbaridades, quebraram uma nas costas do Apolonio. Depois de muita tortura, quando viram que Apolonio não falaria, deram a ele o pentotal sódico, chamado de ‘soro da verdade’. Mas Apolonio não falou nada. Deve ter feito um esforço terrível! [...] Houve um momento em que Apolonio sentiu que precisava de uma trégua na tortura e pediu para que chamassem o comandante – os outros pensaram: ‘Ele vai falar!’ Parou a tortura. Apolonio respirou um pouco, veio o comandante e Apolonio explicou a ele os acordos da Convenção de Genebra em relação aos presos políticos... O comandante não gostou e disse: ‘Podem continuar!’, e foi embora. Os torturadores só pararam mesmo quando Apolonio disse: ‘Não adianta, nem a Gestapo me fez falar!’ – e ele nunca foi preso pela Gestapo [...]. Mas nesse momento os torturadores pararam (CARVALHO, R., 2012, p. 167).

De tanto insistir no Quartel da Barão de Mesquita, um coronel recebeu Renée e permitiu que ela visse Apolonio, mas “sem falar!” Ele estava irreconhecível. Mas estar com ele fez muito bem a Renée. Sobretudo porque percebeu que os filhos não foram presos (CARVALHO, R., 2012, p. 169). Mas não demorou muito para a polícia os prenderem. Eles sofreram muito com os espancamentos. Ao final, Renée tinha que se desdobrar nas visitas aos domingos: Apolonio e

René ficaram presos em regimentos no bairro de São Cristóvão, enquanto Raul foi para a Vila Militar (CARVALHO, R., 2012, p. 171).

Apolonio de Carvalho ficou cinco meses preso. Vários foram os quarteis em que ficou detido. Renée, em uma visita, passou escondido para ele um pequeno rádio. Foi ouvindo o aparelho, baixinho para não ser descoberto, que ele soube do sequestro do embaixador da Alemanha pela ALN e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 11 de junho de 1970. No dia 15, após o jogo entre Brasil e Inglaterra pela Copa do Mundo realizada no México, Apolonio foi retirado da cela. O embaixador alemão seria trocado por 40 presos políticos, entre eles o próprio Apolonio (CARVALHO, A., 1997, p. 208-209). Depois, o filho René foi libertado em troca do embaixador da Suíça. Raul ainda ficou mais três anos preso, até 1973.

Em Argel, eles foram recebidos pelo representante do presidente do país e de movimentos políticos de Angola, Moçambique, da Palestina, Espanha, Portugal, dos Panteras Negras e de mulheres argelinas. A acolhida foi muito fraterna. Mas era necessário denunciar o que ocorria no Brasil. Apolonio foi à Bélgica, Holanda e Dinamarca. Na Europa, os sequestros de embaixadores eram compreendidos como atos terroristas. Era necessário explicar que a ação visava libertar companheiros que estavam sendo torturados pelo governo brasileiro. Na Suíça, ele foi convidado pelo Secretário do Interior a deixar o país, mas que não entendesse o convite como uma expulsão (CARVALHO, A., 1997, p. 210-211).

Fora do Brasil, Apolonio de Carvalho se absteve de atuar no PCBR, renunciado a debates ou avaliações críticas. Contudo,

[...] deve-se dizer, por outro lado, que fui esquecido e marginalizado, assim como os demais dirigentes libertados, pelas sucessivas direções que iam constituindo após cada sequência de prisões. Nunca nos consultaram, sequer buscaram nossa opinião. Só nos contataram – num SOS final – após setembro de 1972, quando a organização estava praticamente esfacelada. E ainda assim para propor um retorno suicida ao país, a fim de reforçar o pequeno grupo de militantes remanescentes. Manda a honestidade que se diga: tal retorno foi organizado; e só não se deu porque o golpe militar no Chile o inviabilizou (CARVALHO, A., 1997, p. 214).

Nesse momento, 1972, a luta armada chegara ao fim. O isolamento da sociedade e a tortura como política de Estado foram os motivos principais para a derrota da luta armada. Apolonio defende a legitimidade dessa opção de luta contra a ditadura. Ele fez questão de ressaltar

[...] a grandeza, a legitimidade, a pureza dos objetivos, o espírito de ligação com o povo, com a liberdade, os protestos contra os crimes da ditadura. Acima de tudo, quero apontar a imensa responsabilidade da ditadura militar, dos homens da alta hierarquia militar com os crimes hediondos. A insensatez que essas figuras estabeleciam em relação à classe operária e às Ligas Camponesas, aos estudantes, ao mundo da cultura, da imprensa, do teatro, das artes etc. A insensatez desses generais imbuídos do direito de tudo fazer, porque tinham o poder nas mãos e jogavam com a vida, a dignidade dos cidadãos.⁵⁰⁵

No entanto, ele também é crítico da luta armada: influência da vocação “tenentista”, da descrença na aliança com outras forças políticas e nas vias institucionais. Entre 1964 e 1968 consolidou-se entre as esquerdas a crença para uma solução não-institucional, confluindo como única alternativa a luta armada.⁵⁰⁶ Para ele:

[...] o despreparo político e teórico está presente do princípio ao fim. E, sobretudo, no preparo político e teórico. A origem do nosso erro, a causa de nossa derrota está em nosso romantismo e em nossa cegueira científica, cultural, teórica. No final de 1968, nós estávamos totalmente isolados e aí tivemos a influência que veio de fora e que assimilamos sem espírito crítico. Acreditávamos na força criadora, na força transformadora, na vara de condão de uma fada que se chama ação: a ação armada, no caso, era a grande construtora das organizações. Esse é o grande erro que você encontra em Marighella, que você encontra em Toledo, que você encontra na postura política do PCBR, embora ele não repita essas mesmas fases. Mas, no fundo, no fundo, nós acreditávamos que íamos para uma luta armada, pensando que semearíamos novas lutas populares. Era a visão de que a luta armada, apoiada nas organizações e nas lutas do povo, teria então sua realização completa, sua efetiva materialização. Nós fomos lá de olhos fechados, e fomos, de novo, surpreendidos, isolados, sem bases sociais nas cidades e no campo, e sem preparo militar.⁵⁰⁷

Quando Apolonio foi libertado e partiu para Argel, em junho de 1970, Renée foi visitá-lo, mas logo retornou ao Brasil. Ela não desistiu de apoiar o filho preso, Raul, e junto à outras mães de presos políticos

organizou um grupo com o título de “As mães da Vila Militar”, em ligação com as “Avós da Praça de Maio”, de Buenos Aires (Argentina). Raul, após seu julgamento, foi enviado a Ilha Grande. Visitá-lo exigia uma longa viagem aos domingos (CARVALHO, R., 2012, p. 175). Em 1973, Raul deixou a prisão e Renée viajou para Paris para ficar junto de Apolonio.

O projeto do casal era o de viver na capital francesa, afinal, ela era francesa e Apolonio lutara naquele país, mas ele não obteve o visto do governo francês. Algo absurdo. Ele possuía o título de coronel da Resistência Francesa e a condecoração da Legião de Honra, ainda assim, o governo francês relutou a conceder o visto. Foi necessário um grande movimento dos amigos da Resistência e dos Antigos Combatentes para que o então deputado do Partido Socialista, Michel Rocard, lutasse no parlamento francês por Apolonio. Ao final, ele obteve o visto e, pela primeira vez em tantos anos, Apolonio e Renée tiveram uma vida como de qualquer outro casal. Viveram em um apartamento modesto, mas com cotidiano certo, sem sobressaltos ou tarefas de última hora. Ela conseguiu um emprego na Maison des Sciences de l’Homme. O salário era igualmente modesto, mas passaram a frequentar cinemas, teatros e exposições de arte, algo, até então, inconcebível para o casal (CARVALHO, R., 2012, p. 183-184).

Apolonio e Renée viveram praticamente 10 anos de exílio, dois deles na Argélia e o resto em Paris. O exílio é experiência dolorosa. Eles ficaram longe dos amigos, dos familiares e de qualquer atividade política. Apesar da vida mais tranquila, Apolonio não perdeu sua vocação para a luta política e por vezes insistia com Renée que pretendia voltar ao Brasil e retomar a luta no PCBR; ela repelia a ideia, alegando, com razão, que a volta era similar ao suicídio. Certo dia, cansada de argumentar, ela disse com decisão: “ – Já que é assim, há uma solução mais simples. Compro um revólver, entrego-o a você. Suicídio por suicídio... suicidar-se em Paris é mais confortável” (CARVALHO, A., 1997, p. 219-220).

Renée retornou duas vezes ao Brasil. O filho Raul trabalhava com camponeses no limite de São Paulo com o Paraná. E ela acompanhou as primeiras greves no ABCD paulista.

Houve o momento certo da volta. Em 1979 a ditadura militar impôs uma anistia restrita, mas que permitiu o seu retorno ao Brasil. Em novembro daquele ano o casal desembarcou no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro. Muitos amigos e companheiros de luta os receberam.

Sempre comunista

Apolonio retornou ao Brasil e se deparou com a disputa entre duas grandes tradições de esquerda. Inicialmente, o Partido Comunista Brasileiro, ainda na clandestinidade, se reorganizava, mas lutas internas levaram à saída de Luís Carlos Prestes da organização. A outra tradição importante era o trabalhismo, com Leonel Brizola reorganizando o antigo PTB.

Ao voltar ao Brasil Apolonio ignorou a todos. Em seu livro de memórias, não há nenhuma referência a eles. Nem mesmo ao PCB. Seu silêncio não é casual; ele nos diz muito. Ele continuou com seus ideais revolucionários, mas organizações de vanguarda eram páginas viradas em sua vida. Chamava-lhe a atenção um partido novo no quadro político brasileiro, o Partido dos Trabalhadores (PT). O partido o entusiasmava, mas tinha dúvidas. Apolonio, vez por outra, confidenciava à Renée seu desconforto com a proposta do PT. A começar pelo nome. Para ele, o correto seria partido da classe operária e não partido dos trabalhadores. Afinal, trata-se de um "partido de massas?" (CARVALHO, R., 2012, p. 186-187) Seja como for, no relato de Renée:

Apesar de algumas dificuldades, nós nos envolvemos bastante com a formação do PT. Apolonio participou de todas as discussões preparatórias e das reuniões para a formação, no Colégio Sion, em São Paulo. Quando houve

a criação do partido, ele foi o primeiro a assinar o caderno: foi o militante número um do PT (CARVALHO, R., 2012, p. 189).

No dia 10 de fevereiro de 1980, Apolonio estava no Colégio Sion fundando o PT. Em sua percepção de velho comunista, o partido nascia com apoio de grandes contingentes de trabalhadores sindicalizados, aberto ao debate e buscando constituir um partido democrático, recusando modelos externos de socialismo. Em maio, Apolonio de Carvalho foi eleito vice-presidente do PT, algo surpreendente para ele. Afinal, ele estava afastado da política a mais de 10 anos e vinha de outra tradição política, a do Partido Comunista. Talvez ele não avaliasse o quanto era admirado pela nova esquerda e a juventude que lutava por um mundo melhor e mais justo. Foi o PT que lhe deu o devido reconhecimento e valor, e não o PCB, organização que ele dedicou a maior parte de sua vida.

Não havia dúvidas de que Apolonio era um homem aberto a novos horizontes. Mas a experiência de vida muitas vezes deixa marcas profundas. Para um militante que viveu durante anos em um partido de matriz bolchevique, era-lhe difícil compreender certas coisas no PT.

Sempre tive dificuldades de compreender a dinâmica de vários grupos políticos, em seu interior, que se comportavam como organizações independentes. Da mesma forma, choquei-me desde o início contra o exagerado jogo das tendências políticas internas, sob cujos efeitos os militantes não entravam mais para o PT, e sim para tal ou qual tendência [...]. Foi-me difícil, também, compreender o forte sentimento existente dentro do PT, que insiste em ver-se como uma força absolutamente privilegiada do movimento social, capaz de sempre de tudo resolver sozinho, subestimando, assim, a necessidade das alianças políticas e desprezando, muitas vezes, os seus aliados naturais (CARVALHO, A., 1997, p. 223-224).

Em 1987 ele recusou continuar na Comissão Executiva, no Diretório Nacional do PT e na função de segundo vice-presidente. Contribuíram para isso a contrariedade com o grupo do partido no Rio de Janeiro, de tendência muito esquerdista, com brigas políticas e divisões internas. Certamente algo para ele muito cansativo – e

repetitivo. Aos 75 anos de idade, Apolonio, muito sabiamente, sabia de suas limitações. Mas continuou a opinar e ajudar, no que fosse possível, no partido. Depois de Lula ser derrotado em duas eleições presidenciais, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Apolonio começou a ver “um certo desencanto associar-se” à imagem do PT.

A vida continuou difícil para o casal. Os rendimentos vinham da pensão que Renée recebia como viúva de segundo-tenente. Viúva de marido vivo... Segundo Renée, era praxe no Exército punir o oficial, mas não sua família. Somente em 1992 é que Apolonio foi anistiado – pelos eventos de 1935 e por sua atuação na luta armada contra a ditadura. A partir daí, ele passou a receber proventos como coronel do Exército, mas sem benefícios de tempo de serviço (CARVALHO, R., 2012, p. 190).

O casal continuou militante do PT, mas, em 2003, quando o partido assumiu o poder, eles consideraram que o movimento social refluíu. Apolonio não estava bem de saúde. Limitou-se, a partir daí, a dar entrevistas e receber pessoas para conversar.

De volta à Universidade Federal Fluminense

Talvez tenha sido poucos anos antes, na década de 1990, que eu o conheci no Departamento de História da UFF. Em setembro de 2005, aos 93 anos de idade, veio a falecer. Deixou em quem o viu pessoalmente, como eu, a imagem do homem generoso, imbuído de grandeza e com imensos olhos azuis. Renée veio a falecer 13 anos depois, em 2018.

Referências bibliográficas

BEZERRA, G. *Gregório Bezerra. Memórias*. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.

CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARVALHO, A. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, R. F. de. *Uma vida de lutas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. [Org.: Marly de Almeida Gomes Vianna, René Louis de Carvalho, Ramón Peña Castro].

ELEY, G. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERREIRA, J. *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro/Niteroi: Mauad/Eduff, 2002.

GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

KONDER, L. *A derrota da dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VINCENT, G. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (orgs.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

472. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017.

473. Sinclair Lewis foi o primeiro escritor norte-americano a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, em 1930. Autor de livros de crítica social, sendo o mais conhecido *Rua Principal*, de 1920. Upton Sinclair, por sua vez, escreveu romances e ensaios nas primeiras décadas do século XX denunciando a corrupção e os escândalos políticos nos Estados Unidos. Michael Gold foi escritor de esquerda, atuando junto a grupos e jornais socialistas e comunistas.

474. A citação de Charles Darwin, autor de *A origem das espécies*, não é casual. Trata-se de obra que nega os pilares do criacionismo bíblico. Luewig Büchner seguiu as ideias de Darwin, exaltando o primado da ciência sobre a religião. Max Nordau, possivelmente, foi um lapso de memória de Apolonio. Ele nada tem a ver com os outros dois. Médico e ativista sionista, trabalhou com Theodor Herzl. Sua obra mais conhecida, *Degeneração*, é um estudo sobre os chamados “desajustados”, dialogando com Freud e Lombroso.

475. Médico argentino cujo livro *Evolução das ideias argentinas* influenciou estudantes que lutaram pela Reforma Universitária, de 1918. Aos poucos ele toma posição política contra o imperialismo, aproximando-se de grupos comunistas e anarquistas.

476. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017.

477. Não há referências na bibliografia especializada de que obras de Marx e Engels estivessem disponíveis para leitura. Em língua portuguesa certamente não. Sabemos que em 1923 Octávio Brandão traduziu do francês para o português uma versão do *Manifesto Comunista*. Texto básico de Lenin, *Que fazer?* não estava disponível para leitura (KONDER, 2009, p. 178 e 180).

478. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

479. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017. Não há informações de que *O Capital* estivesse à disposição para leitura no Brasil. Conforme foi informado anteriormente, somente em 1923 Octávio Brandão traduziu *O Manifesto Comunista* para o português (KONDER, 2009). Nessa época, o Partido Comunista publicava manuais com o título genérico de “Princípios de Economia Política”, de poucas páginas. Publicações de Stalin, Molotov e Manuïlski, traduzidas para o português, também eram leituras dos militantes. Nos anos 1930, de Lenin, somente o texto *Imperialismo, fase superior do capitalismo* era lido no partido (FERREIRA, 2002, p. 101-102).

480. Sobre a participação de Gregório Bezerra na insurreição em Recife e os espancamentos que sofreu veja o livro de sua autoria *Memórias* (BEZERRA, 2011).

481. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

482. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017.

483. O governo espanhol, de orientação de centro-esquerda, tinha o apoio no parlamento dos partidos PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), Ação Republicana, Esquerda Republicana e do PCE (Partido Comunista Espanhol). Também integrava a Frente Popular o POUM (Partido Operário da Unificação Marxista) de orientação trotskista, a UGT (União Geral dos Trabalhadores) de tendência socialista, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), a FAI (Federação Anarquista Ibérica), ambas fundamentadas no anarquismo, e organizações políticas que reivindicavam autonomia – Esquerda Catalã, Partido Nacional Basco e organizações da Galícia e Vascônia.

484. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017.

485. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017.

486. O livro, publicado em 1938 e traduzido em várias línguas, narra a trajetória do partido bolchevista desde os primórdios do movimento operário russo até os anos 1930, com a “construção do socialismo”. Trata-se da história do período sob o ponto de vista de Stalin e do stalinismo. “Em todo o texto, a narrativa é sempre a mesma: um bando de delinquentes, malfeitores, espiões, derrotistas e vacilantes são sempre desmascarados e derrotados, nos momentos mais decisivos, pelo Partido Bolchevista, Lenin e Stalin à frente” (FERREIRA, 2002, p. 108).

487. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Tarcísio Holanda. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/entrevista-apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 28/06/2017.

488. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>. Acesso em: 28/06/2017.

489. Entrevista de Apolonio de Carvalho ao blog Overmundo em 06/04/2006. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/exclusiva-apolonio-de-carvalho-parte-i>>. Acesso em: 28/06/2017.

490. Em seu livro de memórias, Apolonio (CARVALHO, A., 1997, p. 173) afirma que a data de retorno ao Rio de Janeiro foi 10 de dezembro de 1947. Renée (CARVALHO, R., 2012, p. 107), por sua vez, afirma que a chegada foi em 29 de novembro de 1946. Há diferença de 13 meses. Creio que a informação de Renée deve ser considerada mais exata do que a de Apolonio. Ele relata ter vivido o período de legalidade do PCB e, considerando que a cassação do registro do partido foi em maio de 1947, Apolonio não poderia ter chegado em dezembro e ter atuado durante o período legal. Assim, considero como a mais próxima da realidade a informação de Renée.

491. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>. Acesso em: 28/06/2017.

492. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>. Acesso em: 28/06/2017.

493. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

494. O PCB cria hierarquia de cursos para os militantes: os elementares, de quatro dias; os médios, de 6 a 15 dias; o Curso Stalin, definido como curso superior e voltado para a formação de dirigentes.

495. *Jornal Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 29 dez. 1951, p. 2.

496. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

497. Sobre as repercussões das denúncias dos crimes de Stalin por Kruschev, os debates nos jornais comunistas e a crise política no PCB, ver: Ferreira (2002, cap. 10).

498. Sobre a “Declaração de março de 1958, ver Segatto (1995).

499. *Jornal Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 12 a 18 de janeiro de 1962, p. 4.

500. *Jornal Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 12 a 18 de janeiro de 1962, p. 5.

501. A experiência húngara não foi propriamente uma “transição pacífica ao socialismo”. Com a crise que se abriu com fim da guerra, os sindicatos socialdemocratas formaram a base do governo de coalisão em outubro de 1918. Mas a aguda crise econômica permitiu que os próprios sindicatos assumissem a administração das empresas. Surgia a ideia do que ficaria conhecido como “controle operário”. Foram formados Conselhos e Guardas Vermelhas. Em março de 1919 foi formado um novo governo, com a coalisão de comunistas e socialistas. Surgia a liderança de Bela Kun. Seu governo e a experiência revolucionária duraram apenas quatro meses. Ver Eley (2005).

502. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

503. O MAR (Movimento Armado Revolucionário) era formado por marinheiros e fuzileiros que participaram da rebelião em fins de março de 1964, ainda durante o governo Goulart. Muitos deles fugiram do presídio e, em 1968, fundaram a organização. Parte deles aderiu à Aliança Libertadora Nacional, mas a maioria ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e depois na VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares). O assassinato de Carlos Marighela os desorientou e, em fins de 1969, Prestes de Paula, que entrara para o PCBR, convidou Avelino Capitani e os marujos a ingressarem na organização, alegando que eles não tinham experiência de luta armada. Eles aderiram, mas Capitani tem relato muito negativo do partido: “O PCBR era um grupo teórico e muito pretensioso politicamente. Estavam despreparados e cheios de deturpações. Não tinham qualquer condição para entrar em ação. Na verdade, nunca nos aceitaram realmente, apenas nos utilizaram porque queriam que nosso grupo fosse uma espécie de braço armado de sua organização. Eram jovens cheios de fantasia, agiam como se soubessem de tudo, mesmo sem ter qualquer conhecimento. Inventavam esquemas militares mirabolantes. Pediam nossa opinião, mas não seguiam nossas orientações”. (CAPITANI, 1997, p. 132 e 149-150).

504. Segundo Jacob Gorender, Mário Alves sofreu torturas por oito horas seguidas. “Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário recusou dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda

extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve provocado hemorragia interna.” (GORENDER, 1990, p. 180-181).

505. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

506. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.

507. Entrevista de Apolonio de Carvalho a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/memoria-apolonio-de-carvalho>>.

Acesso em: 28/06/2017.



Foto 1

CAPÍTULO VIII

O livro como arma branca Ensaio biográfico de Ênio Silveira

[Américo Freire](#)

Peço permissão ao leitor para dar início a este texto adotando um tom de cunho pessoal. Depois, prometo, entro nos eixos e trato de apresentar as linhas básicas da trajetória pessoal e profissional de Ênio Silveira, o qual tem sido visto – com fundadas razões – como paradigma de editor engajado no Brasil da segunda metade do século passado.

Ao receber o convite para escrever o perfil biográfico do personagem em questão, inadvertidamente, aceitei de pronto. O

editor já estava no meu radar há algum tempo, dado que, no âmbito das investigações que tenho realizado sobre intelectuais de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, seu nome aparecia com regular frequência e amplo destaque, seja compondo e liderando círculos de intelectuais nacionalistas e marxistas que regularmente “batiam ponto” na editora Civilização Brasileira, seja abrigando alas das esquerdas cristãs em torno da revista e da editora Paz e Terra. Em razão disso, fui levado a crer que tinha meio caminho andado para dar conta da empreitada. Ao mergulhar na pesquisa, porém, verifiquei que havia muito a conhecer, a pesquisar e a escrever sobre o personagem em tela, haja vista as várias frentes que trabalhou e militou – apaixonadamente – por cerca de cinco décadas, até falecer em janeiro de 1996 aos 70 anos.

Os editores, bem sabemos, primam pela discricção e balizam sua conduta por uma regra de ouro: suas ideias e proposições estão contidas nos livros que publicam.⁵⁰⁸ Tal situação faz com que, por várias vezes, pouco se saiba sobre sua vida pessoal e, menos ainda, sobre sua obra literária. Resta, portanto, aos biógrafos o trabalho de reunir e construir um acervo documental particular sobre o personagem composto eventualmente por entrevistas e declarações na imprensa; discursos em associações de classe; orelhas, prefácios e textos elaborados para divulgar publicações da editora etc. Bem mais difícil, mas igualmente necessário, é o acesso a fontes pessoais e empresariais. Com vistas a lidar com diferentes pontos de vista sobre aspectos importantes da trajetória do editor, assim como para cobrir certas lacunas documentais, os pesquisadores têm se valido à larga de entrevistas de História Oral.

O caso de Ênio Silveira não foge à regra. Sua presença na vida editorial, cultural e política brasileira está registrada em um pequeno número de trabalhos acadêmicos e, até o momento, não há um estudo biográfico de conjunto sobre ele. Quanto à memorialística, duas obras são fundamentais. A primeira delas é a avassaladora entrevista que concedeu a um conjunto de pesquisadores para um

volume da série *Editando o Editor* que foi publicado pela Edusp em 1992. Na ocasião, segundo os termos de duas entrevistadoras,

Ênio Silveira prestou um depoimento apaixonado sobre a indústria editorial brasileira. Deu conta do que poderíamos perguntar e foi além; falou sobre livros, literatura, repressão política, personagens do meio editorial e relatou a história de uma das mais importantes editoras do país, a Civilização Brasileira (FERREIRA, 1992, p.17).

A outra obra-chave é o volume organizado por Moacyr Félix, um dos principais amigos e braço direito de Ênio em importantes iniciativas editoriais da Civilização, intitulado *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades* e publicado pela Editora Bertrand Brasil em 1998 (FÉLIX, 1998). Nesse livro-homenagem, dividido em seis partes, há um pouco de tudo – desde uma cuidada seleção de artigos do editor (orelhas, prefácios), passando por trechos de entrevistas, um diário pessoal escrito em tempos de cárcere, até um conjunto de textos/depoimentos de amigos, escritores e familiares a respeito do papel por ele exercido na vida política e cultural brasileira. Trata-se, portanto, de material incontornável para qualquer pesquisa a fundo sobre o editor.

Quanto aos trabalhos acadêmicos, não é de agora que as editoras – e os editores – têm sido objeto de estudos de uma gama de cientistas sociais e historiadores que, sob o viés da sociologia dos intelectuais ou da história cultural, se interessa por compreender as origens, a conformação e a dinâmica do campo editorial brasileiro. No âmbito dessa produção, há trabalhos importantes, como “O livro no Brasil”, obra de referência de Laurence Hallewell, que acompanha a história do negócio do livro no país tomando como referência a trajetória de algumas das principais casas editoriais brasileiras. Hallewell, em seu livro, dedica amplo capítulo à atuação de Ênio à frente da Civilização Brasileira, a quem atribui papel relevante para o desenvolvimento do livro no país nos meados do século XX. Segundo ele,

[...] poucos editores brasileiros foram tão empreendedores em seus métodos empresariais, ou em seu programa editorial, e poucos mantiveram tão coerentemente alto padrão de tradução. E, acima de tudo, sempre houve a contínua disposição de Ênio Silveira de aceitar o risco financeiro de promover a literatura brasileira contemporânea (HALLEWELL, 1992, p. 509).

Outra frente de estudos sobre esses temas é a que examina a atuação dos editores como figuras públicas detentoras de projetos político-civilizacionais para o país. É o caso, por exemplo, do artigo seminal de Heloísa Pontes, "Retratos do Brasil: um estudo dos Editores e das Editoras e das 'Coleções Brasileiras' nas décadas de 1930, 40 e 50", que se volta para a análise de três das mais importantes coleções de assuntos brasileiros publicadas naquela época – a *Brasiliana* (1931), a *Documentos Brasileiros* (1936) e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940), publicadas respectivamente pela Companhia Editora Nacional, pela Livraria José Olympio e pela Livraria Martins Editora (PONTES, 1988, p. 58-89).

Os editores dessas casas editoriais, segundo a autora, ao levar adiante iniciativas dessa envergadura cultural, se apresentam empenhados em "[...] cumprir um papel análogo ao dos intelectuais engajados, ou pelo menos assim se auto-representam. Verdadeiros 'heróis culturais' a suprir as deficiências dos poderes públicos e a 'civilizar' o país. Editar como missão? Tudo indica que sim." Nesse contexto, registra Pontes,

[...] esses editores também publicaram sua própria história através da escrita dos outros. E, como se sabe, toda história de cunho memorialístico traz consigo fragmentos da narrativa mítica. A dos editores não fugiu à regra. Eles também produziram o seu mito de origem e seu herói de fundação: no caso Monteiro Lobato, tido o criador da atividade editorial brasileira (PONTES, 1988, p. 57).

E no caso de Ênio Silveira? Ele também pode ser examinado por essa chave de leitura? É possível filiá-lo à larga tradição aberta por Monteiro Lobato cuja missão "heroica" consistia em difundir a cultura universal e brasileira com vistas a enfrentar nossos sérios problemas?

Para Luiz Renato Vieira, autor de *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira* – principal obra acadêmica sobre o editor – a resposta para essas questões é positiva. Vieira o vê como um remanescente, ou melhor, como o último dos editores empenhados em produzir, por meio de coleções, o verdadeiro “retrato do Brasil”. Registra Vieira (1998, p. 194):

Em comum com aqueles editores que o precederam, Ênio Silveira tem, para além de um compromisso com a divulgação da cultura brasileira, a preocupação em buscar elementos para a compreensão da realidade nacional, alimentando a utopia da superação das nossas mazelas.

E continua:

Há, no conjunto do projeto editorial levado a efeito pela Civilização Brasileira nos anos 60 e 70 – a exemplo do que representaram, *mutatis mutandis*, nos anos 30-40 as coleções *Brasiliana* [...] e *Documentos Brasileiros* [...] –, sem dúvida uma tentativa de se abordar a realidade nacional a partir de categorias que envolvem um esforço global de apreensão da realidade (VIEIRA, 1998, p. 194).

Por fim, para dar cabo deste breve apanhado bibliográfico, cabe ainda chamar atenção para uma vertente mais recente de trabalhos que tem tido como objeto as estratégias de atuação de editoras de esquerda durante os tempos da ditadura militar.⁵⁰⁹ No bojo dessa produção, há a ênfase no estudo de coleções que alcançaram amplo sucesso de público e vendas, tais como a *Primeiros Passos* – publicada pela Brasiliense entre 1980 e 1985 –; a *Revista da Civilização Brasileira* e *Encontros com a Civilização Brasileira*, publicadas, respectivamente, entre 1965 e 1968, 1978 e 1992.

Um trabalho que bem expressa essa nova leva de estudos é a tese de doutorado de Andréa Lemos Xavier Galúcio (2009) que examinou, em perspectiva comparada, os projetos editoriais e empresariais da Civilização Brasileira e da Brasiliense – as duas casas editoriais de esquerda mais influentes do país nas décadas em tela. Andréa Galúcio, em seu trabalho, preocupou-se em levantar vasto e diversificado material documental tendo em vista cobrir diferentes

aspectos da trajetória profissional de Caio Prado Junior (e depois de Caio Graco), dirigentes da Brasiliense, e de Ênio Silveira. A autora consultou acervos do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, das duas editoras, relatórios do Instituto Nacional do Livro (INL), além de fontes policiais depositadas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), entre as quais o prontuário de Ênio Silveira.

Outro aspecto importante do trabalho de Andréa Galúcio foi o de examinar como os dirigentes dessas duas casas editoriais lidaram com a transição democrática brasileira. Segundo a autora, Ênio Silveira, coerente com sua trajetória de militante comunista, jogou o peso da sua liderança nos meios culturais e políticos em defesa de teses defendidas pelo PCB naquela conjuntura, qual seja a de propugnar pela reunião das oposições em uma ampla frente democrática com vistas a derrotar o regime ditatorial. Já Caio Graco mostrar-se-ia mais próximo às forças que se reuniram em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo da década de 1980.

Três pontos merecem destaque nos trabalhos que abordam a trajetória de Ênio Silveira e da Civilização Brasileira. Um deles é o uso pertinente do método comparativo que permite aos autores melhor situar o objeto tendo em vista a atuação – e a interação – dos diferentes elementos que então compunham o campo editorial, o campo das esquerdas e suas conexões. Outro elemento forte desses estudos é a ênfase na pesquisa documental, abrindo possibilidades para análises menos ensaísticas sobre o personagem em tela. E, por fim, é possível destacar também o interesse de autores dessa corrente em tratar de tema ainda muito mal explorado na literatura sobre Ênio, qual seja o caráter próprio das suas relações com o PCB, em especial no contexto da transição política brasileira.

Dito tudo isso, creio que já podemos definir alguns aspectos que serão privilegiados neste breve perfil biográfico de Ênio Silveira, o qual, como não poderia deixar de ser, levará em conta, em especial, o conjunto de estudos sobre o personagem que acima apontamos como referenciais. Minha primeira opção será a de seguir a ordem

cronológica, como bem condiz com um texto dessa natureza, ainda que se possa, de vez em quando, romper com amarras temporais quando o desenvolvimento do tema assim exige. A segunda opção consiste em respeitar, somente em parte, a máxima de que “o editor é os livros que publica”, conforme já referido. Isso porque, a par de tratarmos de algumas das principais coleções publicadas pelo editor, abriremos espaços para examinarmos textos de cunho variado da lavra de Ênio Silveira. O terceiro aspecto a ser explorado, diretamente articulado ao anterior, será o de pensar nosso personagem como animal político, como militante humanista, democrata e comunista.

Ênio Silveira, em prefácio no livro *Poemário da Silva Brito*, de autoria de seu amigo e companheiro Mário da Silva Brito (MSB), publicado em 1966, aproveitou a ocasião para fazer um breve balanço das atividades realizadas pelos dois à frente da Civilização Brasileira desde o início da década de 1950 (BRITO, 1966). Em dois breves parágrafos desse texto, o editor registra com clareza as crenças e valores que orientaram – e continuavam a orientar – o trabalho de ambos na editora. Proponho que sirvam de inspiração e ponto de partida para o aqui pretendemos relatar. Vamos a eles:

Além de amigos, MSB e eu tínhamos agora a condição de colegas de métier. Mas não era só isso: acreditávamos no Brasil, acreditávamos nas imensas possibilidades de nosso povo avançar rumo à plena realização, desde que fossem eliminados de seu caminho os empecilhos tradicionais – miséria, fome, doenças, incultura – resultantes da exploração cruel a que sempre esteve submetido, tanto pelas classes dominantes nacionais como pelas potências imperialistas que, por sua vez, as controlavam.

Para alcançar a eliminação desses empecilhos, púnhamos (e ainda pomos) muita fé na eficiência dessa arma branca [grifo original], silenciosa e paciente, que é o livro. A despeito da eterna perseguição em que todas as épocas e sociedades sempre lhe movem as forças do obscurantismo e da prepotência, ele é instrumento capaz de revolver o mundo e fazer os homens a repensá-lo criadoramente (SILVEIRA, 1966, p. III).

Circuito São Paulo - Nova York - Rio de Janeiro

O sobrenome Silveira era bem conhecido nos meios intelectuais e políticos de São Paulo das primeiras décadas do século passado. Valdomiro Silveira, avô de Ênio, foi figura destacada do regionalismo paulista, tendo sido um dos fundadores da Academia Paulista de Letras. Defensor da chamada “Revolução Constitucionalista” liderada por São Paulo, foi deputado constituinte estadual e secretário de educação e secretário de justiça no governo de Armando de Salles Oliveira.⁵¹⁰ Agenor e Alarico, dois irmãos de Valdomiro, também brilharam nos meios literários paulistanos. O primeiro como filólogo e poeta e o segundo como pesquisador, enciclopedista e homem público. Já Miroel Silveira, filho de Valdomiro e tio de Ênio, teve carreira de sucesso como teatrólogo e contista (VIEIRA, 1998, p. 75).

As irmãs Dinah e Helena, filhas de Alarico e primas de Ênio, foram escritoras de amplo reconhecimento nos meios intelectuais. Dinah Silveira de Queiroz, por sinal, tornou-se a segunda mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1980.⁵¹¹ Já Helena Silveira teve papel marcante como jornalista em periódicos paulistas e como romancista.⁵¹²

Ênio Silveira, em seus relatos memoriais, registrava com boa dose de orgulho o fato de fazer parte dessa nobre linhagem de literatos. Assim o fez, por exemplo, quando, em 1965, ao dirigir-se em carta aberta ao presidente Castelo Branco, na primeira “Epístola ao Marechal”, caracterizou a família do seu pai como de classe média, “[...] com uma longa tradição de gerações inteiras dedicadas à advocacia e à vida intelectual, de homens e mulheres voltados para as coisas da literatura, da pesquisa e da dúvida criadora.”⁵¹³ Tanto a família paterna, como a materna, relatou o editor com algum humor, eram “[...] paulistas, tradicionais, de recursos materiais discretos, mas romanticamente orgulhosas do fato de poderem traçar suas origens até os primeiros dias da colonização portuguesa.” (FÉLIX, 1998, p. 20-21).

Roland Corbisier e Ênio Silveira se conheceram no Ginásio São Paulo no fim dos anos 1930. Corbisier era advogado e havia militado,

com algum destaque, nas hostes da Ação Integralista Brasileira (AIB). Na ocasião, ministrava aulas de filosofia no Ginásio de São Paulo e teve Ênio entre seus alunos. Certa feita, registra Corbisier,

[...] eu teria, sem razão, repreendido um aluno [...] que cometera um suposto erro de português. Em defesa do colega, [Ênio] pediu-me que reconsiderasse o assunto, reconhecendo que o erro tinha sido meu e não do aluno. Reconhecida a improcedência da censura, com pedido de desculpas, convidei-o para ir à minha casa, ouvir música (CORBISIER, 1998, p. 422).

O episódio, narra Corbisier, selou uma amizade e uma contínua convivência até a partida de Ênio para o Rio de Janeiro em 1951. Após o golpe civil-militar de 1964, Corbisier veio a compor o círculo de intelectuais que, sob a batuta de Ênio, dava o tom das principais publicações da Civilização Brasileira.⁵¹⁴

Ênio Silveira deu continuidade aos estudos no curso de sociologia da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – um importante espaço de formação da intelectualidade paulista. Na ocasião, teve a oportunidade de fazer cursos com Donald Pierson e Emílio Willems – dois jovens professores de origem norte-americana que ajudariam a fundar as bases da sociologia e da antropologia no Brasil. O editor se refere a ambos como “[...] mestres que profundamente marcariam esse período de minha formação intelectual.” (SILVEIRA, 1993 *apud* VIEIRA, 1998).

Foi também nesses tempos de estudante que ele começou a frequentar com regularidade reuniões de militantes de esquerda, fato esse que lhe valeu a primeira detenção, em 1941 (VIEIRA, 1998, p. 80). À época, tornara-se o que chamou de “simpatizante ativo” do Partido Comunista do Brasil (PCB). Logo em seguida, relata,

[...] a coisa foi avançando e eu me convencendo da necessidade de um engajamento político, acabei, nos anos da guerra, ingressando no Partido. E foi desde então, até a última assembléia [em janeiro de 1992], quando ele deixou de ter o nome Partido Comunista Brasileiro para adotar o nome que tem hoje, Partido Popular Socialista. Eu deixei porque eu disse que isso é uma contrafação, isso não é nem carne nem peixe, e eu não estou nisto (VIEIRA, 1998, p. 81).

Seu primeiro contato com o mundo editorial se deu em 1943 pelas mãos, nada mais, nada menos, de Monteiro Lobato. Os dois foram apresentados por uma amiga comum – a atriz Leonor Aguiar – em um episódio curioso que Ênio adorava contar. O jovem estudante, então com 17 para 18 anos, chegou ao apartamento de Leonor para se encontrar com Lobato. Lá o encontrou nu, no banheiro, sendo devidamente banhado pela amiga de ambos.

Feita as apresentações, o diálogo que se seguiu foi decisivo para a vida de Ênio. Lobato, ao saber do parentesco do jovem com Valdomiro Silveira, teceu loas ao avô do rapaz e lhe encheu de perguntas sobre se sabia línguas, o que tinha lido, ou que estava a ler... Em seguida, ainda nu em pelo, Lobato lhe prometeu apresentá-lo a Octalles Marcondes Ferreira, seu sócio na Companhia Editora Nacional (CEN), a quem tinha como filho e como pessoa altamente capaz (FERREIRA, 1992, p. 23-24). E assim o fez.

Ênio Silveira, em um primeiro momento, dividiu seu tempo e atenção entre a vida universitária, a militância política e o trabalho em horário parcial na CEN. Em pouco tempo, porém, mergulhou de corpo e alma no mundo editorial, atitude essa que lhe custou a interrupção dos estudos de sociologia. Transitando com naturalidade entre os intelectuais que regularmente prestavam serviço à editora, tais como os professores Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, e contando com o respaldo de Octalles, Ênio rapidamente galgou posições na empresa, ao mesmo tempo em que teve papel de destaque na organização profissional do campo do livro no país. Hallewell assim relata esses tempos:

Em dois anos [1943-1945] estava definindo a política editorial da empresa [...], e em seis (isto é, 1951), tinha sob sua responsabilidade a subsidiária no Rio de Janeiro. Mesmo antes disso havia sido eleito vice-presidente da associação dos editores e livreiros do Brasil, a Câmara Brasileira do Livro, que ajudara a fundar (20 de setembro de 1946). Tinha apenas vinte e seis anos quando, em 1952, seus colegas e editores o elegeram [para a diretoria] do Sindicato Nacional dos Editores de Livros... E ele casou-se com a filha do patrão (HALLEWELL, 1992, p. 446).

O casamento de Ênio com a filha do patrão também foi recheado de episódios inusitados que o editor se aprazia em relembrar. Os dois se conheceram na CEN, quando Cleo, a filha de Octalles, o interpelou diretamente como sendo mais um dos comunistas da editora. Ênio não aceitou a interpelação e, ato contínuo, entregou uma carta de demissão ao dono da empresa que foi devidamente desconsiderada. Para resolver o mal-estar, Cleo tomou a iniciativa de desculpar-se e logo os dois começaram um romance. Octalles, homem conservador, sabedor das posições políticas de Ênio, não se opôs ao namoro e mesmo ao casamento. Só lhe fez um pedido: que o enlace fosse adiado por oito meses dado que planejava uma longa temporada de Cleo nos Estados Unidos ao lado do irmão e da cunhada. E assim foi feito. Entrementes, Ênio fez contato com Alfred A. Knopt, diretor de importante casa editorial norte-americana com sede em Nova York, para lá trabalhar como estagiário. A ideia era também aproveitar a oportunidade para se inscrever em cursos de editoração e antropologia na Universidade de Columbia. Tudo acertado fez-se finalmente a cerimônia de casamento entre ele e Cleo, na ocasião representada pelo seu tio Jerônimo Rocha, diretor administrativo da CEN.

Alfred A. Knopt serviu de mentor e professor de Ênio nos tempos em Nova York, ou seja, entre 1946 e 1948. Lá, o jovem editor fez de tudo um pouco, vindo a travar contato com a nata dos escritores norte-americanos, entre os quais John Steinbeck, William Faulkner, Tennessee Williams, entre outros. Pelas mãos de Richard Wright e Howard Fast, ambos membros do Partido Comunista, frequentou vários círculos da esquerda radical norte-americana (FERREIRA, 1992, p. 37-40). Paralelamente, teve oportunidade de conhecer por dentro como funcionava o negócio do livro no grande mercado norte-americano. Disse ele:

Aprendi com Alfred A. Knopt algumas técnicas de divulgação do livro, a modernização dos contatos. [...] Eu ia a todos os setores, via, acompanhava os departamentos, observava o funcionamento do departamento comercial,

o tipo de promoção que se fazia. Daí, voltei para o Brasil com uma visão bastante profunda da atividade editorial (FERREIRA, 1992, p. 37).

Ênio teve uma experiência profissional e política marcante nos Estados Unidos e foi lá que decidiu optar, em definitivo, pela carreira de editor, abandonando de vez a ideia de se tornar sociólogo ou professor. Seu depoimento é claro a esse respeito: “Eu já estava apaixonado pelo livro e gostando muito do que fazia na editora, então queria virar editor mesmo. Por isso decidi me preparar o melhor que podia, em termos de enriquecimento cultural e profissional.” (FERREIRA, 1992, p. 38).

Monteiro Lobato, em seus contatos com Octalles e Ênio na CEN, gostava de trocar com eles. Octalles, para Lobato, era a “Rainha Vitória”, e Ênio, “Príncipe de Gales” (FERREIRA, 1992, p. 41). A brincadeira, como quase sempre acontece, tinha um fundo de verdade e bem expressava a posição proeminente do jovem editor na empresa. Helena Silveira, prima de Ênio, valeu-se de noção semelhante para caracterizar a maneira pela qual seu parente conduziu os negócios da Civilização Brasileira no Rio de Janeiro por várias décadas. Ela registrou em suas memórias: “Ênio, que, com sua Civilização Brasileira, formou no Rio o que chamaria de principado literário, não fora ele na vida política o extremo oposto da aristocracia, o não-elitista por excelência” (SILVEIRA, 1983, p. 21).

Troças ou ironias à parte, o fato é que Octalles nutria estrita confiança no discípulo, agora incorporado à família, e tratou de prepará-lo para novos desafios profissionais. E, ao que tudo indica, era essa a expectativa de Ênio ao desembarcar no Brasil em 1948. Um dos marcos da nova fase profissional do jovem editor foi sua participação como sócio-fundador da Câmara Brasileira do Livro (CBL), iniciativa essa que deu ensejo a uma carreira de projeção em órgãos em defesa da indústria do livro no Brasil nas décadas seguintes, seja na própria CBL, seja na Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais – depois transformada em Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Na

SNEL, Ênio ocupou vários cargos, entre os quais o de vice-presidente (1952-1954) e de presidente da entidade (1954-1958).

Em 1951, Octalles o convocou para assumir a direção da Civilização Brasileira (CB) – a filial da Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro. À época, a CB havia perdido posições no concorrido mercado editorial carioca e Octalles pensara em se desfazer da empresa. Antes disso, instou Ênio a passar uma temporada de seis meses na capital federal para ver o que era ainda possível fazer com a CB, a qual, na ocasião, mantinha um acervo limitado, mas possuía um belo trunfo: o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* – um grande sucesso de vendas.

A primeira reação de Ênio foi negativa, afinal acabara de se tornar pai do seu primeiro filho, e, como bom paulistano, não levava a sério o ambiente de trabalho no Rio de Janeiro. Logo em seguida, porém, resolveu enfrentar o desafio que, em tese, tinha data para começar e terminar. Ledo engano... Passado certo tempo, abandonou a ponte área e mudou-se de vez para a capital federal.

À frente da Civilização Brasileira

Octalles comprou a Civilização Brasileira em 1932. A aquisição da editora carioca, segundo Hallewell (1992, p. 277), teve dupla finalidade: garantir uma livraria na cidade para os livros do grupo e disputar em melhores condições o mercado de livros literários para adultos. A CEN, enquanto isso, concentrou seu foco na produção de livros didáticos e na literatura infantil (GALÚCIO, 2009, p. 10-121). A compra da editora carioca esteve também relacionada com o interesse da Nacional em penetrar no mercado português de livros. E assim o fez em 1932, quando estabeleceu uma filial da CB em Lisboa. A experiência no exterior começou bem, mas terminou por soçobrar nos duros tempos do salazarismo.

Ênio Silveira, ao desembarcar no Rio, pode, de fato, comprovar que a Civilização Brasileira perdera muito do seu prestígio como

editora. Seu catálogo, registra Hallewell (1992, p. 446), “[...] não incluía mais de duas dezenas de títulos, em comparação com os quatrocentos e tantos da Nacional.”

Para Ênio, reerguer e dinamizar a editora significava, em primeiro lugar, encontrar um novo lugar ao sol à CB em meio ao concorrido mercado editorial carioca. Na geografia do livro da cidade, o destaque era a Rua do Ouvidor e adjacências – tradicional reduto das letras brasileiras – que concentrava algumas das mais conhecidas livrarias e casas editoriais do Rio de Janeiro. Ali estavam, por exemplo, a Francisco Alves, concorrente direta da Nacional no mercado didático; a Briguier-Garnier, editora que, com dificuldades, tentava manter o alto prestígio de décadas anteriores; e a José Olympio, a “Garnier dos nossos dias”, segundo o escritor Brito Broca, ou seja, a casa que reunia grande parte do *establishment* literário e político (BROCA, 1994, p. 35-36).

Fora do circuito da Rua do Ouvidor, seguindo a Avenida Rio Branco em direção à Cinelândia, ou seja, em regiões renovadas do centro da cidade, foram criadas novas livrarias que buscaram atender às exigências de um consumidor afliente e moderno e que se mostrava interessado em acompanhar o se produzia na Europa e Estados Unidos. A Leonardo da Vinci, estabelecida na Avenida Rio Branco em 1952, foi uma delas. Fundada pelo casal Andrei Duchiade, romeno, e Vanna Piraccini, italiana, a Da Vinci logo se tornou conhecida pelo excelente acervo em Ciências Humanas e Artes. Sob nova direção desde 2016, a livraria continua apostando na possibilidade de atuar em faixa própria e fora da órbita das grandes redes de livrarias que têm dominado o mercado nas duas últimas décadas.

A Livraria Ler, *Livrarias Editoras Unidas*, foi outra casa que se destacou naquele momento. Criada pelos irmãos Zahar, a livraria, estabelecida na Rua México, tinha uma localização privilegiada – era vizinha da Faculdade Nacional de Filosofia – a FNFi – uma das mais importantes instituições de ensino superior da cidade e que reunia

vários cursos voltados para a formação de professores, entre os quais os de Ciências Humanas.

Ernesto e Jorge Zahar, tendo em vista atender à crescente demanda de professores e alunos universitários por textos e manuais de uso didático, resolveram partir para a criação de um selo próprio – a Zahar Editores – o qual se especializaria em publicar obras de referência no campo das Ciências Sociais, da História e da Psicanálise. Para fincar pé naquele mercado, os editores apostaram em apuradas traduções de obras estrangeiras, a par de uma identidade visual moderna e coerente com o espírito daqueles tempos (PIRES, 2017, p. 105-113).

A empreitada obteve sucesso e a Zahar, na década de 1960, tornou-se uma das mais importantes editoras do Rio de Janeiro, ao lado da José Olympio e da Civilização Brasileira, da Martins, entre outras. Paulo Riberto Pires, em seu já citado perfil sobre Jorge Zahar, observa que o editor da Zahar – parceiro de todas as horas de Ênio Silveira – estabelecia a seguinte distinção entre a própria editora e a Civilização Brasileira: “Jorge via na Civilização o modelo do que chamava de editora ‘cultural’, ou seja, de amplo espectro em termos de ficção e não ficção, distinta, por isso, de seu próprio catálogo, que definia como ‘universitário’” (PIRES, 2017, p. 145).

Ênio atuou em três frentes para transformar a CB em um exemplo de “editora cultural”, conforme os termos do amigo Zahar. Uma delas consistiu em tomar para si, não apenas a gestão, mas o controle da empresa. Para isso, reuniu recursos para comprar cotas da editora até tornar-se proprietário único da CB em 1963, ano em que se desligou em definitivo da Nacional. Apesar das boas relações que mantinha com Octalles, Ênio se ressentia de certo controle de cunho político-ideológico que o sogro, por vezes, impunha à publicação de obras consideradas “comunistas” ou “de esquerda”. A aquisição da empresa – apoiada pelo próprio Octalles – resolveu o problema.⁵¹⁵

Outra área de atuação do editor foi a de adotar medidas no intuito de “desmistificar o livro”, ou seja, torná-lo um objeto de

consumo popular – objetivo esse visto com reserva por figuras tradicionais dos meios editoriais, tais como José Olympio e o próprio Octalles (FERREIRA, 1992). Cinco dessas medidas merecem ser citadas. Uma delas consistiu em facilitar o manuseio dos livros, em particular das brochuras, que, até então, vinham fechadas. Cabia ao leitor se utilizar de uma espátula para abrir as páginas do volume. Ênio passou a publicar apenas “brochuras aparadas”, ou seja, devidamente abertas. Outra, foi a introdução das “orelhas” tendo em vista estabelecer o contato rápido do leitor com o conteúdo do livro. Mais uma, foi o uso intenso de publicidade para divulgar os lançamentos da editora. A promoção e a entrega de livros por via postal foi outra dessas novidades abraçadas por ele. Por fim, Ênio adotou um programa de mudança radical na imagem dos livros da editora que ficou a cargo de Eugênio Hirsch – um artista plástico que viria a se tornar diretor artístico da CB.⁵¹⁶

Hallewell (1992, p. 454) registra que o padrão estabelecido pela CB “se estendeu à indústria editorial como um todo.” E prossegue:

O aspecto do moderno livro brasileiro, de qualquer editora, ajusta-se basicamente ao estilo adotado pela Civilização Brasileira em meados da década de sessenta. [...] De muitas maneiras, as inovações representaram um rompimento final com padrões e práticas oriundos da França e a adoção de métodos norte-americanos. A maioria das famílias de tipos que passaram a ser utilizadas é de criação norte-americana. A transferência do índice ou sumário, do fim para o começo do livro é típica dessa tendência, como também o fato de, atualmente, os livros praticamente serem publicados com as páginas refiladas, o que, além de melhorar o aspecto, tem a grande vantagem promocional de estimular o hábito de folhear os livros na livraria (HALLEWELL, 1992, p. 454).

Ênio, por fim, introduziu uma nova política editorial com vistas a demarcar com maior clareza o espaço público a ser ocupado pela CB. Uma variante importante dessa política foi a de abrir canais de veiculação para novas gerações de literatos brasileiros que se encontravam à margem das principais casas editoriais, tais como a José Olympio e a Editora Martins. Para isso, criou várias coleções – tais como Vera Cruz, mais voltada para os romances; *Panorama do Conto*

Brasileiro; Poesia Hoje e Teatro Hoje, entre outras. O resultado disso, assinala Hallewell (1992, p. 447), foi “[...] tornar a Civilização Brasileira, provavelmente, o canal mais importante para a literatura moderna brasileira nos anos 60.” Na ocasião, a CB publicou escritos de Fernando Sabino, Carlos Heitor Cony, Millôr Fernandes, Antônio Callado e muitos outros. O mesmo se poderia dizer quanto ao papel da CB na divulgação de autores de peso da literatura internacional, tais como Ernest Hemingway, Scott Fitzgerald, William Faulkner, Aldous Huxley, George Orwell, Jean Paul Sartre, Franz Kafka etc.

Outra variante do projeto editorial de Ênio, tendo em vista posicionar a CB nos debates políticos contemporâneos, foi trazer a público livros de alguns dos mais importantes pensadores marxistas, fossem eles próximos ou não ao que se convencionou chamar “socialismo real”. Para além de divulgar figuras do marxismo acadêmico, como Roger Garaudy e Adam Shaff, o editor fez questão também de publicar vários livros de Isaac Deutscher – conhecido escritor trotskista e crítico ácido do stalinismo soviético. Tal fato, como era de se esperar, desagradou em cheio seus camaradas ortodoxos do PCB que se mantinham fiéis ao socialismo soviético.⁵¹⁷ Duas outras iniciativas importantes na divulgação do marxismo no Brasil, levados a cabo pela CB nas décadas de 1960 e 1970, foram a publicação de um conjunto de livros de Antonio Gramsci – até então um autor praticamente desconhecido no Brasil, além da primeira tradução para o português de *O Capital* – a obra-monumento de Karl Marx.⁵¹⁸ Para Ênio, não fazia sentido transformar a CB em uma editora submetida à direção do PCB. Afinal, como ele gostava de dizer, “é preciso frisar que eu era membro do partido, a editora, não.” (FÉLIX, 1998, p. 63).

Ênio, senhor da editora, também reuniu esforços no sentido de ampliar a presença da CB nos debates político-culturais brasileiros contemporâneos. Para tal, em 1960, lançou a coleção *Retratos do Brasil*, a qual via nos moldes de uma “Brasileana viva”, isto é, como um conjunto de livros que teria como propósito discutir os problemas do

nosso país do aqui e agora. Para resguardar-se de eventuais pressões político-partidárias, o editor, uma vez mais, tratou de abrir o escopo de temas e autores. Daí, no catálogo da coleção, é possível encontrar nomes como o de San Thiago Dantas, ministro de João Goulart e líder trabalhista; ou o de Octávio Ianni, figura de projeção da escola sociológica paulista; além de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, intelectuais vinculados diretamente ao PCB, tal como Ênio. *Retratos do Brasil*, em seu conjunto, veio a se tornar importante canal de divulgação de proposições nacionalistas e marxistas que, naquela ocasião, no começo dos anos 1960, mantiveram um franco e difícil diálogo em torno de um novo projeto de desenvolvimento para o país. A coleção teve como fio condutor, conforme registra Luiz Renato Vieira (1998, p. 143), “[...] o tom crítico da abordagem e a negação de esquemas interpretativos tradicionais.”.

O editor, em 1962, dobrou a aposta e lançou a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* – uma série de livros de bolso de cunho político-social dirigida para o grande público e que teve como principal finalidade dar suporte ideológico às lutas conduzidas pelo governo de João Goulart e por segmentos da centro-esquerda e das esquerdas em prol de projetos de transformação social no país. O editor, na contracapa do primeiro volume, deu mostra do que pretendia com a nova coleção:

Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.* LEIA-OS, COMENTE-OS, DIVULGUE-OS (LOVATTO, 2010, p. 51).

O sucesso da iniciativa fez com que Ênio substituísse o texto da contracapa da coleção por outro bem mais incisivo e triunfalista, como se poder ver a seguir:

Centenas de milhares destes Cadernos circulam hoje nos quatro cantos do País. São lidos, comentados, debatidos por todos aqueles que, insatisfeitos com a triste realidade da vida nacional, querem informar-se sobre nossos graves problemas. Por todos os brasileiros que desejam participar conscientemente do movimento cada vez mais pujante e positivo que

objetiva promover transformações radicais na anacrônica e injusta estrutura socioeconômica em que nos encontramos. Por todos aqueles, em suma, que acima de suas posições ideológicas ou partidárias, lutam pela emancipação do Brasil contra o imperialismo internacional e seus agentes internos. Agindo com amplitude e profundidade, OS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO são a chama que ilumina, a arma de que o povo dispõe para a conquista de melhores dias (LOVATTO, 2010, p. 51).

Para viabilizar o novo projeto, o editor pode contar com dois aliados de peso: a direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), então a cargo de Álvaro Vieira Pinto, e o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Vieira Pinto teve papel-chave na empreitada, afinal dividiu com Ênio a coordenação da coleção; convidou pesquisadores do ISEB para publicar na série e escreveu um dos números dos *Cadernos* de maior sucesso intitulado “Por que os ricos não fazem greve”, publicado em junho de 1962. Já coube ao CPC da UNE promover a distribuição do material pelo país. Segundo Ênio,

[...] confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte da difusão em todo país, assegurando ao CPC a comissão de distribuidor (50 por cento do preço de venda ao público). Os resultados foram bons para ambas as partes [...]. Com tiragens de 20 mil exemplares, muito significativas em 1963, esses pequenos volumes eram lidos e discutidos em centros acadêmicos, debatidos no e com o CPC, e exerceram significativo papel conscientizador (SILVEIRA *apud* FÉLIX, 1998 p. 453).⁵¹⁹

Ênio, desde que sentou praça no Rio de Janeiro, fez questão de colocar a CB como um polo de atração de intelectuais comprometidos com projetos de transformação social do país, independentemente da legenda partidária de cada um. As coleções acima aludidas cumpriram bem esse papel. Em meados de 1963, Ênio deu um passo adiante nesse trabalho de articulação quando ajudou a colocar em pé – e a presidir – o Comando de Trabalhadores Intelectuais (CTI), uma entidade criada em outubro daquele ano com base nos seguintes pressupostos:

Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas;

Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas; Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais os emitir seus pronunciamentos a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares; Considerando que os acontecimentos recentes demonstram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, [...], declara-se fundado o CTI.⁵²⁰

O CTI, sob o comando de Ênio, compôs a frente político-social que então se formara em torno da agenda reformista proposta pelo governo trabalhista de João Goulart. Daí a participação da entidade em eventos políticos dos mais variados, entre os quais o Comício das Reformas, mais tarde conhecido como “Comício da Central”, realizado em março de 1964 com o objetivo de dar impulso à ofensiva governamental em prol das reformas de base. Nada disso se sustentou muito tempo: em fins de março, uma ampla frente golpista, liderada pelos militares, derrubou o governo.

O novo regime, em pouco tempo, disse ao que veio nos campos político-parlamentar e cultural. Foi então estabelecida rígida tutela militar sobre o conjunto das instituições políticas, a qual, no plano jurídico-institucional, se expressou na edição de medidas de exceção que cassaram os direitos políticos de centenas de políticos e membros da sociedade civil. Ênio Silveira, visto como homem identificado diretamente com o regime anterior, teve seus direitos políticos atingidos em medida assinada em 14 de abril.⁵²¹ O mesmo a dizer de vários autores das coleções da CB e membros do CTI, como Nelson Werneck Sodré, Edmar Morel, Franklin de Oliveira etc (VIEIRA, 1998). Também não tardou a “caça às bruxas” nos meios artísticos e culturais.

Resistência e crise

Três são os temas-referência desta última seção. O primeiro deles gira em torno da perseguição sofrida pelo editor durante os tempos da ditadura militar. Desde o advento do golpe, Ênio foi visto e

tratado por importantes segmentos do regime como um “inimigo figadal”, isto é, como um antagonista por quem se nutre uma hostilidade aberta e profunda. Ênio, por certo, não estava sozinho nisso; boa parte de seus companheiros da CB foi tratada de forma semelhante.

Logo em seguida, serão examinadas algumas das principais iniciativas propostas e lideradas pelo editor nessa nova quadra política. A ênfase recairá na criação da *Revista Civilização Brasileira* (RCB) e da revista e do selo *Paz e Terra*.

Por fim, o foco de análise recai em textos escritos pelo editor nesses tempos de adversidade e de enfrentamento. Ênio, nesse contexto, por vezes, fez questão de se dirigir diretamente ao público leitor, atribuindo um conteúdo ainda mais pessoal às suas atividades como editor e militante político. Teremos, ainda, a modo de epílogo, alguns parágrafos relativos à crise da editora e aos momentos finais da vida do editor.

Os principais estudos relativos à trajetória do editor relatam em detalhes a perseguição sofrida por ele durante os anos da ditadura militar. A “caçada” se traduziu em inquéritos e processos de cunho político-ideológico, os conhecidos Inquéritos Policiais Militares (IPMs); prisões (sete, no total) e ameaça de fuzilamento; censura e confisco de livros publicados pela CB; além de cerco financeiro à empresa. A CB foi alvo de três atos terroristas – um incêndio no depósito da empresa, causando enorme prejuízo à editora, e dois atentados a bomba – um no depósito e outro na livraria da CB, então localizada na Rua Sete de Setembro, no coração do centro da cidade (HALLEWELL, 1992, p. 486-498).

Ênio foi preso três vezes entre os anos de 1964 e 1965. Os motivos variaram: acusação de possível enriquecimento ilícito; apoio ao ex-governador Miguel Arraes, então sob ameaça governamental, e publicação de “material subversivo” expresso em vários volumes dos *Cadernos do Povo Brasileiro*.

Elio Gaspari, em *Ditadura Envergonhada*, registra um episódio curioso relativo à segunda prisão de Ênio, ocorrida em maio de 1965, que bem retrata o insólito daqueles tempos e de como pensavam e agiam os novos detentores do poder. Segundo Gaspari (2002, p. 231), Ênio viu-se encarcerado por ter oferecido uma feijoada ao ex-governador Pernambuco Miguel Arraes.

No que viria a se tornar conhecido como o *IPM da Feijoada*, um coronel deteve, além do anfitrião, suas duas empregadas e o porteiro do edifício. [...] Sua prisão provocou um manifesto assinado por cerca de mil pessoas ligadas à produção cultural, entre os quais se juntaram desde figurinhas fáceis da militância esquerdista e adesões surpreendentes, como a do compositor Pixinguinha, até intelectuais conservadores, como o historiador Américo Jacobina Lacombe.

Gaspari (2002, p. 231) registra ainda a reação furibunda do marechal Castelo Branco, então na presidência da República, com o ocorrido. Castelo, tido como oficial militar ilustrado e com algum trânsito nos meios intelectuais, ato contínuo, enviou dura mensagem aos seus auxiliares diretos nos seguintes termos: “Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. [...] Há como que preocupação de mostrar ‘que se pode prender’. Isso nos rebaixa [...]. É mesmo um terror cultural.”

O episódio é prenhe de significados. Um deles é a explícita divisão nas forças ditatoriais quanto à forma pela qual o mundo da cultura deveria ser tratado – com algum cuidado ou maior rigor. Como veremos a seguir, pouco adiantou a reprimenda de Castelo Branco aos seus comandados. O “terror cultural” não foi detido. Outro aspecto do episódio se refere à força da presença e da liderança de Ênio nos meios culturais brasileiros. Tal fato era reconhecido inclusive pelo general Golbery do Couto e Silva – figura de proa do regime – que chegou a realizar reuniões que contou com a presença de Ênio e de outros membros da intelectualidade com o intuito de fixar acordos de boa convivência entre o governo e segmentos das esquerdas culturais. Nada disso surtiu maior efeito. Pouco tempo depois, registra Gaspari, “Ênio foi novamente preso e levado para o quartel da Polícia

do Exército, na Rua Barão de Mesquita, onde ficou 29 dias incomunicável. Nunca mais [ele e Golbery] conversaram.” (GASPARI, 2002, p. 231-232).

A edição do Ato Institucional n. 5, a 13 de dezembro de 1968, foi a senha para a abertura de um novo ciclo de prisões desfechado pelo governo ditatorial que veio a atingir centenas de opositores do regime. Ênio, dessa vez, não esperou a prisão em casa: precavido, escondeu-se em um discreto apartamento de encontros amorosos – uma *garçonnière* – localizado no Leme. Nada feito. Logo depois da sua chegada, o edifício foi cercado por policiais e assim permaneceu durante toda a noite. Zuenir Ventura, no clássico 1968: *um ano que não terminou*, relata o episódio:

De vez em quando, um soldado subia para forçar a porta e gritar; ‘Comuna safado, ou você sai por bem ou por mal!’. A porta, porém, tinha uma sólida tranca de ferro. ‘Era uma *garçonnière* à prova de qualquer marido ciumento’, recorda Ênio. Às 6 horas da manhã, entretanto, o editor resolveu ligar para o advogado Heleno Fragoso. Depois de uma longa negociação com as autoridades militares e com os sitiados, o advogado conseguiu um acordo segundo o qual Ênio, em sua companhia, se entregaria à Polícia do Exército, onde já estivera preso por três vezes. ‘Ao chegar à PE’, conta Ênio, ‘aconteceu uma coisa absurda: eu fui imediatamente detido [...] e o Heleno também’ (VENTURA, 1988, p. 295-296).

Essa foi a quarta detenção de Ênio. Viriam ainda mais três nos anos seguintes. A respeito da prisão do dia 14 de dezembro de 1968, há dois registros documentais que se mostram incontornáveis quando se trata de situar a trajetória do editor naqueles tempos sombrios. Um deles é um breve trecho da entrevista que concedeu a pesquisadores da USP, aqui já referida, no qual descreve a simulação de fuzilamento da qual foi alvo. Segue o relato:

Fui levado para a polícia do exército, e esse foi o pior momento. Nunca sofri tortura pessoal, mas dois dias depois da minha chegada, acordei com um frio na nuca, era um cano de fuzil. Fui levado de madrugada, às três horas, de cuecas, para o pátio da polícia do exército, encostaram-me na parede, perguntaram-me se eu queria venda ou não, e simularam o meu fuzilamento: ‘Pelotão preparado: apontar... parar’; e ainda o cara fez uma preleção [...].

– É um comunista, traidor da pátria. Assim como vocês fazem em Cuba no paredão, nós vamos fazer aqui também, limpar o Brasil dessa canalha comunista. [...] E continuou: 'Você quer uma venda?'

– Não preciso de venda, quero ver a falta de caráter de vocês, tudo isto é uma palhaçada.

Senti que era uma palhaçada, não sei por que algo me disse que ia ser uma palhaçada e era. Quando acabou aquilo eu perguntei:

– Acabou?

Eles ficaram irritadíssimos com a história [...] (FERREIRA, 1992, p. 75-76).

Ênio, por ocasião da detenção, fez um registro detalhado dos 23 dias em que permaneceu preso na Polícia do Exército. Nele, fornece inúmeros dados sobre o que pensava, vivia, lia e sentia naquele momento. Trata-se de documento que, por si só, merece estudo mais aprofundado para os que têm como objetivo escrever um relato amplo e detalhado da vida do editor. Para este breve perfil, cabe tão somente chamar atenção para alguns aspectos contidos no seu diário de prisão.⁵²²

O editor constrói uma narrativa em moldes jornalísticos, descrevendo de forma direta e objetiva seu dia a dia no cárcere, chegando mesmo a discriminar os horários das refeições, do banho de sol, do entre e sai da cela e do bate-papo noturno com outros presos até o horário de dormir. Também menciona o contato com carcereiros e oficiais e o que faz para passar o tempo – o jogo de xadrez, as leituras de livros e revistas e a tradução – algo entusiasmada – de um livro de Bertrand Russel.

Não há espaço para reflexões de fundo ou qualquer autocrítica. Ou mesmo quanto a análises de cunho político. O tom permanece altivo, confiante, como se mostrasse senhor da situação. Daí o registro das várias demandas aos carcereiros – seja em relação à melhora da refeição, seja reivindicando o banho de sol diário, seja requerendo maior contato com oficiais superiores. Prova desse tipo de postura foram os termos da carta que enviou ao general Syzeno Sarmiento, então comandante do I Exército, datada de 23 de dezembro de 1968, buscando esclarecimentos acerca das razões da sua detenção. O

editor defende seus direitos de cidadão brasileiro, democrata e editor e argumenta no sentido de que fora vítima de violência do Estado, comparando sua situação ao “trágico e inquietante romance de Kafka, *O Processo*.” Ênio conclui de forma assertiva:

As origens democráticas das Forças Armadas de nosso Brasil [...] são incompatíveis, a meu ver, com tal prática. Suspeitas, noções imprecisas, incompatibilidades, antipatias, ou quaisquer outros elementos de natureza subjetiva, não podem ou não devem justificar agravo a direitos inalienáveis da pessoa humana. Respondo, hoje como ontem, hoje como amanhã, por todos meus atos. Se o que se busca é proferir justiça, nada tenho a temer. Se, entretanto, o que se busca é aplicar a lei do mais forte, a lei da selva, confesso-me desarmado de tudo, inclusive da mais remota possibilidade de defesa. (FÉLIX, 1998, p. 36).⁵²³

Ênio era uma figura pública e se valia disso nas suas difíceis relações com o regime. Ao se dirigir diretamente ao comandante do Primeiro Exército, como antes fizera com o marechal Castelo Branco, demonstrava autoridade e buscava explorar as contradições existentes no interior do regime. Seja por personalidade, seja por tática, para ele a melhor defesa era o ataque, mesmo naquele contexto adverso e imprevisível.⁵²⁴

O relato do editor muda de figura quando ele passa a lidar com questões de ordem privada e com a situação da editora. Temos agora um protagonista mais desarmado e claramente preocupado com o sofrimento da esposa e dos filhos e com o quadro delicado das contas da Civilização Brasileira. Ênio, a 19 de dezembro, escreve um relato pungente e angustiado daquela situação.

Minha mulher me dá notícias da difícil situação econômica em que encontra minha complexa e difícil organização editorial. [...] Meu sogro foi de novo incomodado para tentar salvar o que puder. Fico envergonhado com isso [...]. Essa dolorosa situação me deprime e o fato de que não posso ajudar a nau que está ameaçada de naufrágio me angustia. Esta prisão não poderia ter ocorrido em pior hora! Felizmente, apesar de tudo, minha mulher e meus filhos estão bem. Noto com crescente apreensão que minha pobre mulher está trêmula e apavorada pelos dados negativos que fornecem meus auxiliares e meu sogro. [...] Beijo minha mulher, e fico de coração esmagado quando ela se vai. Só voltará a ver-me na terça-feira seguinte (FÉLIX, 1998, p. 167-168).

Ênio, em 1965, entre uma prisão e outra, continuou a tocar a empresa e a abrir novas frentes com vistas a ampliar a presença da CB junto ao público leitor. Foram lançados, nessa ocasião, dois jornais semanais – *Reunião e Folha da Semana*; a *Revista Política Externa Independente*, de periodicidade semestral e voltada para tratar de questões relativas à inserção do Brasil no plano externo; e a *Revista Civilização Brasileira* (RCB), “carro chefe” e principal publicação da editora entre os anos de 1965 e 1968. O editor, em 1966, esteve à frente ainda da revista *Paz e Terra* – uma publicação voltada para divulgar o ideário da esquerda cristã e que deu origem ao selo editorial do mesmo nome. Dessas iniciativas, somente as duas últimas reuniram condições para se manter por mais tempo.⁵²⁵

A *Revista Civilização Brasileira* foi lançada em março de 1965 como um periódico bimestral. Coube a Ênio, diretor, e Roland Corbisier, secretário, conduzir a revista nos quatro primeiros números. Em meados de 1965, diante do agravamento da repressão política – expressa na edição do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro daquele ano –, houve quebra na periodicidade da *RBC*,⁵²⁶ assim como uma mudança de guarda na direção da revista: Ênio e Corbisier, então sob investigação em vários inquéritos, cederam lugar para Manuel Cavalcanti Proença e Moacyr Félix, ambos da estrita confiança do editor e até então membros do Conselho de Redação. Com o falecimento de Proença, em 1966, a direção ficou a cargo de Moacyr Félix e de Dias Gomes. Essa dupla se manteve até o fechamento da revista em fins de 1968. Foram lançados no total 22 números e 3 cadernos especiais da revista (SILVEIRA, 2007, p. 66-68; HALLEWELL, 1992, p. 486).

“Princípios e propósitos”. Esse é o título do editorial que Ênio escreveu para o número inaugural da *RCB*. Nele, o editor demarca com clareza o que deve ser e o que não quer ver presente na publicação. Para ele, a *RCB* deverá se postar como um veículo de divulgação de estudos objetivos voltados para analisar em pormenores a complexidade da vida brasileira. Irá se colocar ainda,

conforme as palavras do editor, como “[...] um amplo e dinâmico fórum de debates. Seus colaboradores permanentes ou ocasionais são pessoas que têm algo de oportuno e importante a dizer.” (SILVEIRA, 1965, p. 3).

O editor, em linha de continuidade com sua tradicional postura à frente da editora, em hipótese alguma pensara em instrumentalizar a revista por qualquer agremiação partidária. Propõe uma publicação aberta e sem sectarismos. Observa ainda, porém, que a revista não será ecumênica a ponto de abranger todas as correntes de pensamento. E sublinha:

É preciso deixar bem claro que não somente repudiará, como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura socioeconômica do Brasil ou entender como inevitável e até mesmo necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem (SILVEIRA, 1965, p. 4).

O lançamento da *RCB* foi coroado de êxito. As tiragens chegaram a 30 mil exemplares e a publicação logo ganhou projeção no combate à ditadura militar e como importante polo de articulação da intelectualidade de esquerda. E mais: como um espaço privilegiado e qualificado de interlocução e discussão no âmbito das próprias esquerdas que então se encontravam sob o forte impacto da derrota sofrida em 1964. Ali, nas páginas da *RCB*, registra Zuenir Ventura (1988, p.55):

[...] foram travados debates entre a esquerda reformista e a esquerda revolucionária. Através de suas páginas, tomou-se contato com Walter Benjamin, Louis Althusser, Eric Hobsbawm, Adorno, Juliet Mitchell, entre outros. Nela colaboravam intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Ferreira Gullar, Paulo Francis, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Nelson Werneck Sodré.

A literatura acadêmica sobre a *RCB*, a qual tem crescido sobremaneira nas últimas décadas, a par de sublinhar o papel-central exercido pela revista como veículo de resistência política e cultural, tem apresentado alguns pontos controversos. Um deles diz respeito à

maneira pela qual se compreende as diversas etapas vividas pela revista em seus três anos e nove meses de existência. Para o historiador Carlos Guilherme Motta, por exemplo, a história da *RCB* comportaria duas fases: uma primeira que ele vê como prolongamento das lutas nacionalistas populistas, ou seja, como a reproduzir o passado (MOTTA, 1985, p. 205-208); e uma outra mais radical e aberta a outras proposições políticas e estéticas fora do padrão anterior. Moacyr Félix, ex-diretor da revista, discorda de Motta e vê as mudanças vividas pela revista como adaptações que se fizeram necessárias para a preservação e a manutenção da *RCB*, sem que isso resultasse alterações de fundo no projeto original da publicação (GALÚCIO, 2009, p. 156; CZAJKA, 2009, p. 273). Ênio corrobora o argumento de Félix da seguinte maneira:

[...] o que houve foi uma revista que teve que enfrentar, ao longo de sua existência, não pequenos perigos. Então lançamos mão de uma máxima de Bertold Brecht: 'Há pelo menos cinco maneiras de se dizer a verdade'. Ou seja, a revista foi se adaptando em termos de linguagem para conseguir escapar da repressão. Primeiro, nós nos orgulhamos de jamais termos submetido um só texto à censura. Nunca foi apreendida. Vários outros livros da editora, foram, mas a Revista não. (GALÚCIO, 2009, p. 151).⁵²⁷

Rodrigo Czajka, em sua tese de doutorado, também se detém nesse debate e acompanha em parte as proposições de Félix e Ênio quando avalia o contexto das mudanças que se processaram na *RBC* ao longo do tempo. O autor compreende o trânsito da revista – mais claro a partir do número 5-6, quando se dá o afastamento de Ênio da direção – em um quadro mais amplo no qual estariam presentes novas estratégias da CB no sentido de diversificar suas publicações com vistas a melhor atender às exigências de renovação de público e de mercado (CZAJKA, 2009, p. 282).

Um sintoma dessa diversificação, aponta Czajka, foi o lançamento, em julho de 1966, da revista *Paz e Terra*. A publicação ficou a cargo de Waldo Cesar, diretor e líder protestante, e de Moacyr Félix, na secretaria, e teve como objetivo reunir em torno da

publicação grupos de militantes cristãos de esquerda que buscavam ampliar seu espaço de atuação na resistência política e cultural contra a ditadura (GALÚCIO, 2009, p. 283). *Paz e Terra* também agregou segmentos importantes do clero católico progressista e foi um canal importante de divulgação de proposições político-religiosas que estiveram na origem do que veio a se chamar Teologia da Libertação. A boa recepção por parte do público leitor levou Ênio e Moacyr a dar um passo adiante na conquista desse mercado com a criação, em 1968, do selo *Paz e Terra*. Sete anos depois, com o agravamento da crise financeira do grupo CB, Ênio vendeu o selo para Fernando Gasparian. A revista *Paz e Terra* lançou 10 números e fechou as portas em dezembro de 1969.⁵²⁸

Cremos que não é à toa que a *RCB* continue a merecer a atenção de muitos pesquisadores, porquanto a literatura ainda nos deva um estudo de conjunto sobre o significado da publicação para a renovação das esquerdas e das artes contemporâneas brasileiras. Em torno da revista há uma memória social favorável que sempre foi cultivada por Ênio e por muitos autores que se envolveram com o periódico. O editor não poupava adjetivos quando se referia à *RCB*, conforme se verifica no trecho abaixo:

Considerada nos meios culturais e universitários do Brasil e do mundo inteiro como padrão de dignidade da *intelligentsia* brasileira diante das forças do obscurantismo, essa publicação, em suas duas fases, constitui um dos maiores galardões da minha carreira e marcará para todo sempre a presença da editora na história cultural do país (SILVEIRA, 1998, p. 78).

Ênio foi, antes de tudo, um editor que assim poderia ser definido: alguém vocacionado e motivado a publicar livros, muitos livros. E a melhor prova disso foi sua experiência exitosa na construção da Civilização Brasileira – uma casa editorial que fez história na vida cultural brasileira, a exemplo da José Olympio, Martins, Zahar e poucas outras. Mas ele, como temos visto aqui, foi um editor *sui generis* que esteve bem longe da descrição típica de alguns dos seus melhores colegas de profissão. Seu campo de ação nunca foi o dos

bastidores e Ênio não mandava suas mensagens somente pelos livros que editava. A partir de meados da década de 1950, devidamente assentado na CB, sua palavra transbordou em manifestos, prefácios, orelhas, entrevistas. Era editor militante e militante editor. Não havia como – e nem por que – separar essas duas atividades político-profissionais.

Acompanhamos, ao longo deste texto, a narrativa do editor sobre diferentes momentos da sua trajetória. Passemos agora a nos dedicar a examinar uma pequena mostra de suas proposições sobre determinados temas, nos valendo para tal de uma coleção de editoriais que escreveu para a coleção *Encontros da Civilização Brasileira* – vista e concebida por Ênio como a segunda fase da RCB.

Encontros foi lançada entre 1978 e 1982, com um total de 29 volumes. Ênio esteve à frente da coleção, ladeado, uma vez mais, por Moacyr Félix, editor-chefe. A nova coleção surgiu em um contexto bastante diferente da antecessora, afinal o país vivia sob a égide da “distensão lenta, gradual e segura” capitaneada pelo presidente Ernesto Geisel, ou seja, estava em curso uma operação de liberalização e descompressão política, a qual, mesmo marcada por idas e vindas, veio a contribuir para criar no país uma atmosfera algo mais favorável ao debate de ideias e projetos no âmbito da política e da cultura. Durante o governo de João Figueiredo (1979-1985), o último dos generais-presidentes, foram adotadas novas medidas nesse mesmo sentido, tais como uma maior franquia à formação de partidos, pondo fim ao bipartidarismo até então vigente, além da aprovação de uma lei de anistia que, mesmo restrita e recíproca, beneficiou boa parte dos que haviam sido atingidos pela legislação de exceção do regime.

Ênio, membro histórico do PCB, não perdeu a oportunidade de registrar na nova coleção sua avaliação sobre tudo aquilo que estava acontecendo no Brasil e no mundo. E o fez por seguidas vezes. Foram de sua lavra um total de 13 editoriais, conforme registrou Ana Galúcio em trabalho aqui já mencionado.⁵²⁹ Focados nesse material, cabe

perguntar: Como ele explicou para o leitor o lançamento de um periódico com o nome da editora? Qual era sua percepção sobre os caminhos da transição política brasileira? O que propunha para abreviar o regime ditatorial?

Duas características são marcantes nos editoriais escritos pelo diretor da CB: o enfoque marcadamente político e o estilo assertivo, ativo, jornalístico, expresso em títulos como: “Por quê e Para quê” (revista n. 1) ou “Fazer História ou Não, eis a opção” (revista n. 2) ou ainda “Quem tapa o sol com a peneira?” (revista n. 6). Não há rodeios – a mensagem ao leitor é incisiva e direta.

Ênio (SILVEIRA, 1978, p. 7), no primeiro número do periódico, avalia com algum grau de otimismo a conjuntura política brasileira, haja vista que compreendia que estava em curso um movimento de opinião pública que vinha conquistando “[...] aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de ideias, essencial ao progresso cultural do País.” Nesse contexto, continua o editor, é dever dos intelectuais consequentes

[...] intensificar sua participação nesse esforço, e, sobretudo, colaborar para que ele valha também como base para a edificação de valores individuais e coletivos que, filosoficamente, se ofereçam como pontos de apoio de estruturas sociais mais justas e humanas (SILVEIRA, 1978, p. 7).

A nova coleção, segundo o editor, surgia imbuída desse espírito e estava aberta a todas as tendências que conformavam o que chamou de “atual e plurificada face do humanismo contemporâneo.” Ênio prevê uma revista mensal, em linha de continuidade com a definida pela RCB e marcada pelo “amor à verdade” e pelo não-sectarismo, vindo a contribuir para a “[...] abertura de horizontes, os atos de pensar e repensar o mundo em que o homem luta e se esforça para alcançar o grau de humanidade que o realizará plenamente” (SILVEIRA, 1978, p. 7).

O editor, no editorial do número 12, de julho de 1979, fez um breve balanço do primeiro ano da revista sob o título “Um ano de

encontros". Nele, ele reitera o compromisso com os princípios que sustentaram a criação da publicação – a construção de um veículo aberto e democrático e voltado para o respeito da dignidade humana. Para Ênio, *Encontros* deverá avançar "[...] cada vez mais em seu trabalho de agitação intelectual, de galvanização de ideias." (SILVEIRA, 1979 *apud* FÉLIX, 1998, p. 69-70).

Ênio, entre 1978 e 1980, lançou seguidos editoriais tratando de demarcar seu posicionamento acerca do papel das oposições no intrincado jogo da transição política brasileira. O editor, nesses textos, vocaliza o pensamento de segmentos das esquerdas que, na ocasião, atuavam no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e apostavam em manter abertos os canais de negociação com o regime militar. Três são os principais argumentos que ele defende para que a transição brasileira chegue a bom termo.

Um deles era a defesa intransigente da manutenção de uma frente política única e democrática contra o regime. Ênio partilhava da tese de que a criação de novas legendas, situadas à esquerda do MDB, iria fragmentar e, conseqüentemente, enfraquecer a luta em prol do estabelecimento de uma democracia no país. Segundo ele, a Oposição

[...] diz uma coisa e faz outra. Proclama-se unida em sua luta por uma verdadeira democracia, mas fragmenta-se a cada dia que passa em seu afã de realçar características grupais não necessariamente ideológicas, já que, dos vários 'partidos' que ora aspiram organizar-se, vários constituem como que várias seitas de uma mesma igreja protestante. [...]. Fragmentando-se, numa hora em que razões de ordem tática e estratégica lhe recomendariam a dinamização de uma frente única, para maior substância ao seu diálogo com o governo, ela se enfraquece ainda mais ao perder tempo precioso e gastar esforços no trato de questões particulares, paroquiais [...] (SILVEIRA, 1979 *apud* FÉLIX, 1998, p. 136).

Outra linha de argumentos de Ênio girava de um torno da consecução de um acordo nacional entre governo e oposição. Para isso, o presidente Figueiredo deveria se mirar na atuação do rei Juan Carlos, da Espanha, tornando-se "[...] maior do que a forma que o colocaram e escolher um caminho que o aproxime das legítimas

aspirações nacionais.” (SILVEIRA, 1979 *apud* FÉLIX, 1998, p. 111). E continua:

Fazendo-o, poderá encontrar-se a si próprio e iniciar, sem rótulos, pseudo-ideológicos [...] a busca do equacionamento adequado para os problemas mais urgentes, de cuja solução irá depender nosso próprio futuro como nação soberana (SILVEIRA, 1979 *apud* FÉLIX, 1998, p. 112).

O caso espanhol, acima mencionado por Ênio, estava na ordem do dia para um conjunto de forças que, no Brasil, lutava por fazer avançar a transição política. À época, o Rei Juan Carlos, desde a morte do ditador Francisco Franco, em 1975, atuava no sentido de avalizar um amplo acordo nacional que tinha como finalidade instituir no país uma monarquia parlamentar liberal-democrática. O sucesso dessa empreitada fez com que a Espanha passasse a ser vista, por vários analistas, como um exemplo bem-sucedido de “transição pactuada” (LINZ; STEPHAN, 1999).

Ênio propunha um conjunto de medidas que deveria compor um acordo entre as partes no Brasil, entre as quais: a mudança do modelo econômico, visto por ele como “comprovadamente danoso e improdutivo”; a reformulação ministerial, fazendo com que a oposição passasse a fazer parte do governo; e o encaminhamento da tese da convocação de uma

Assembléia Constituinte (com Figueiredo, por que não?), de que venha a resultar, pela escolha de delegados representativos de todas as camadas da sociedade brasileira, um tipo de regime mais ‘democrático justo, federativo, aberto, generoso’, como ele [Figueiredo] afirma querer realizar (SILVEIRA, 1979, p. 136-137).

O editor publicou esse editorial em novembro de 1979, ou seja, o novo governo ainda não completara o primeiro ano e havia certa expectativa por parte das oposições de que Figueiredo poderia fazer avançar reformas democratizadoras. No decorrer do tempo, porém, essas expectativas se diluíram diante da incapacidade e a falta de vontade do presidente de acelerar a abertura. Ênio, em outros

editoriais, manteve seu posicionamento em defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte como o caminho necessário e fundamental para levar o país para a implantação de um regime em bases democráticas.

Essa história, como é sabido, não seguiu o rumo esperado pelo editor, haja vista, entre outras razões, o retumbante fracasso do governo Figueiredo em dar rumo ao país. Paradoxalmente, coube a uma antiga liderança civil do regime militar, José Sarney, então na presidência da República, promover afinal a convocação de um Congresso Constituinte, a começar os trabalhos em 1987, tendo em vista suprimir os dispositivos autoritários e colocar em vigor uma carta constitucional democrática.

Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê

Ênio colocou na fachada da livraria da CB uma faixa com esses dizeres e o fez em pleno regime militar. Esse ato é bem expressivo da maneira como pensava e agia nosso personagem. E, nos parece também, um bom mote para começarmos a fechar este breve perfil do editor.

Como intelectual público, nos moldes sugeridos por Said (2005), Ênio acreditava na importância e na força do debate de ideias na arena pública. Ele entendia que era dessa maneira que iria se construir uma nação, um país. Ou melhor, um novo país. Mas para isso, era mister a adoção de uma postura ativa, direta, assertiva, a confrontar os inimigos do progresso do homem. Ele assim se fez e, por certo, pagou um preço alto por isso. Jorge Zahar, seu companheiro de todas as horas, via com apreensão os métodos audaciosos adotados pelo diretor da CB. A esse respeito, Paulo Roberto Pires registra que Jorge Zahar, "[...] sempre preocupado com o desassombro do amigo, [...] desabafava com as pessoas próximas: 'O Ênio é um suicida'" (PIRES, 2017, p. 168).

É difícil precisar o momento em que a CB entrou em crise terminal. O fato é que, em 1982, conforme registra Hallewell, Ênio resolveu aceitar a proposta da Difusão Europeia do Livro (Difel) para colaborar com a editora:

A Civilização Brasileira passaria a ser distribuidora no Rio de Janeiro das edições DIFEL e esta ficaria responsável pelas vendas da Civilização em São Paulo. Paralelamente, o Banco Pinto de Magalhães (de capital português) e uma pessoa jurídica também portuguesa, o major Batista da Silva, adquiriram 90% do capital da Civilização brasileira, ficando Ênio com os 10% restantes. Em março de 1984 formalizou-se a transferência da matriz da Civilização Brasileira para São Paulo, mantida uma filial no Rio (HALLEWELL, 1992, p. 509).

Mais fácil, porém, é citar algumas das possíveis razões que fizeram por agravar a situação financeira da empresa que, segundo Halleweel (1992, p. 498), somente pode continuar a operar, a partir de 1975, em função da herança que Cleo, esposa de Ênio, recebera por conta da venda da Companhia Editora Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Duas ordens de razões podem ser apontadas.

Uma delas diz respeito à implacável perseguição sofrida por Ênio e pela empresa durante grande parte do regime militar. Conforme já foi descrito, foram enormes os prejuízos com a apreensão de livros, o cerco financeiro e os atentados diretos contra a livraria e a sede da empresa. Ênio, em meio a tudo isso, sofreria forte abalo pessoal com a morte de Cleo, em 1975. E para agravar a situação, o editor teve uma isquemia cerebral que paralisou por completo seu lado esquerdo. Segundo Ênio: "De repente eu fiquei paralisado e não pude falar direito durante três meses. Tive de reaprender a andar. [...] Isso aconteceu como subproduto do golpe".

Dias Gomes, amigo e companheiro de longa data do editor, registrou em breve texto um episódio engraçado sobre esses tempos difíceis da vida de Ênio. Relata Gomes (1998, p. 407):

Lembro-me de quando sofreu um derrame que imobilizou seu lado esquerdo. Fui recebê-lo à porta do hospital, descendo de uma ambulância

numa maca. Perguntei como estava. E ele, rindo e levantando com algum esforço a perna direita:

– A direita levanta. A esquerda, como sempre, leva a pior...

Outra variável a se levar em conta no quadro de crise e de mudança de direção na CB diz respeito às mudanças que se processaram no país nas décadas de 1970 e 1980, com forte impacto no mercado editorial. Vários autores já apontaram o caráter bifronte da política cultural dos governos ditatoriais (ORTIZ, 2014, p. 119). Por um lado, a lógica do controle e da contenção – censura, apreensões, aversão ao contraditório etc. Por outro, a lógica da expansão, consubstanciada na criação de órgãos e empresas, tais como a Embratel, a Embrafilme, Funarte etc., que, *pari passu* à integração econômica das várias regiões do país, consolida, pela primeira vez, “um mercado de bens símbolos em nível nacional”, conforme os termos de Renato Ortiz (2014, p. 118-119).

Ortiz (2014, p. 119) cita alguns números que nos permitem dimensionar essa nova situação. “Os dados são eloquentes. A produção de livros entre 1966 e 1980 passa de 43,6 para 245,4 milhões de exemplares; o crescimento das revistas entre 1960 e 1985 foi de 104 milhões para 500 milhões de exemplares.” A pergunta que se coloca então é clara: como a CB, uma editora independente e de esquerda, poderia ter escala de produção para concorrer em pé de igualdade com grupos editoriais e de comunicação que tendiam a concentrar o mercado de bens simbólicos?

Marcelo Ridenti, ao examinar o impacto da formação de uma moderna indústria cultural no país, chama atenção para as mudanças que se processaram nas décadas de 1970 e 1980 nas relações entre intelectuais oriundos das esquerdas e os últimos governos militares. Segundo ele, muitos desses intelectuais, aos poucos, foram se adaptando à ordem sob a ditadura.

Chegaram a constituir um segmento de produção e consumo de mercadorias culturais consideradas críticas ao regime, que censurava seletivamente alguns desses produtos. O mercado oferecia ótimas

oportunidades a profissionais qualificados – até mesmo aos artistas de esquerda, representantes da cultura anterior que se esgotara em 1968 (RIDENTI, 2006, p. 250).

O fato é que o processo capitalista avançava a passos largos no país *pari passu* a um novo modelo de produção cultural e uma nova acepção de intelectual. Ganhava fôlego, como registrou Marilena Chauí, o discurso “competente” (CHAUÍ, 1981), “científico”, “racional”, menos comprometido com o universalismo humanista ou com perspectivas totalizantes revolucionárias. A perspectiva política “realista” também tomou a cena e vários intelectuais se voltaram para participar diretamente do jogo político-institucional que então ganhava perfil mais diversificado com o surgimento de novos partidos.⁵³⁰ O advento de um regime político mais aberto desembocou em uma disputa acentuada no campo das esquerdas e o Partido Comunista, então hegemônico, perdeu posições e centralidade.

Ênio assim definiu aquele quadro de mudanças que fez com que se visse obrigado a vender a CB.

Mas, por esses paradoxos que tornam ainda mais confusa a história de certas pessoas e a de determinadas nações, a restauração da ordem democrática, ou melhor dito, da aparência democrática, tornou como que redundante ou supérflua nossa atitude de *partisans* editoriais. Exaurida por anos de luta, [...] a Civilização Brasileira e eu nos demos conta de que estávamos agonizantes em termos empresariais, ao chegar à praia depois da tempestade. [...] Pensando que é mais fácil ser do que ter, passamos a Editora a outras mãos, por certo mais fortes e competentes do que as nossas para geri-la (VIEIRA, 1998, p. 190).

Ênio, recuperado da isquemia, refez a vida familiar ao lado de Ligia Jobim. Mais tarde, uniu-se à escritora Irene Moutinho, com quem viveu os últimos anos de vida. Foi pai prolífero – cinco filhos– Rui, Silvia e Miguel (com Cleo) e Maria Rita e Diogo (com Lígia).

Após a venda da CB, continuou trabalhando na empresa como diretor editorial e como consultor da Editora Bertrand. Há um lapso importante, na pequena literatura relativa à trajetória de Ênio, sobre

os projetos editoriais que esteve à frente nesses tempos. O mesmo a dizer sobre sua militância política no PCB. O pouco que se sabe é que, conforme já referido, Ênio somente deixou a agremiação em 1992, quando a convenção do partido votou pela autoextinção e pela criação do Partido Popular Socialista (PPS). Ênio, ao lado de outros quadros do PCB, não concordou com a decisão e decidiu por não se filiar à nova agremiação (FÉLIX, 1998, p. 51).

Nas décadas de 1980 e 1990, Ênio deixou sua marca em muitas entrevistas e textos de sua lavra publicados pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros e pela Câmara Brasileira do Livro. Nessas ocasiões, ao reconstruir sua trajetória profissional, ajudou a construir uma poderosa memória em torno de si e que tem servido de matéria-prima fundamental para as obras que têm se dedicado a estudá-lo como diretor da CB. Cabe aos historiadores e demais analistas que se dedicam a melhor compreender e analisar a atuação desse protagonista, o empenho em trabalhar no sentido de dialogar e também interpelar essa construção memorial.

Das reportagens/entrevistas escritas sobre ele por ocasião da comemoração dos seus 70 anos, a 19 de novembro de 1995, uma das mais interessantes foi publicada no *Jornal do Comércio* e escrita pelo jornalista Carlos Rangel (1998, p. 52-55). Nela, o jornalista capta com talento o clima da reunião que se fez em homenagem ao editor. Um mês antes, Ênio saíra do hospital depois de ter realizado uma operação de carótida. Estava com sérias restrições médicas, entre as quais a de abandonar o hábito de fumante inveterado. Em compensação, para gáudio de Ênio, o uísque – *Cutty-sarq* – estava liberado.

Rangel apresenta ao leitor o apartamento do editor no Parque Guinle, coalhado de livros e de amigos do mundo editorial e acompanha de perto o aniversariante, ora recebendo telefonemas, como o do jornalista Paulo Francis – seu amigo íntimo –, ora conversando com os amigos, sempre contando casos inauditos sobre Sartre, Faulkner e Hemingway etc.

Rangel (1998, p. 100) reconhece que “[...] não é fácil entrevistá-lo, sua fala comove e ele discorre como um entusiasta, a quem não se deve interromper com perguntas.” Diríamos o mesmo quando nos dispusemos a escrever este perfil. Ênio não apenas irradiava energia nas suas entrevistas e nos contatos pessoais; ele viveu como um entusiasta preñado de projetos e de convicções. Como fazer então para manter o frio distanciamento do nosso “objeto” de pesquisa?

A comemoração serviu como despedida. Menos de dois meses depois, a 12 de janeiro de 1996, Ênio faleceu de edema pulmonar em redondos 70 anos.

Referências bibliográficas

BRITO, M. da S. *Poemário da Silva Brito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BROCA, B. *O repórter impenitente*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.

CORBISIER, R. Irreparável mesmo. In: FÉLIX, M. (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CZAJKA, R. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FÉLIX, M. (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

FERREIRA, J. P. (org.). *Ênio Silveira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. (Coleção Editando o Editor; v. 3).

GALÚCIO, A. L. X. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GASPARI, É. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, D. Ênio, herói da resistência. In: FÉLIX, M. (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

GOMES, F. A. S. *A trajetória intelectual e política de Roland Corbisier*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, FGV/CPDOC, 2017.

GONÇALES, D. *et al.* A interpretação da teoria de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho: uma leitura crítica. *Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 2, 2004.

GONÇALVES, J. S. Notas biográficas sobre Valdomiro Silveira. In: SILVEIRA, V. *Os caboclos: contos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

LINZ, J.; STEPHAN, A. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LOVATTO, A. *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAUÉS, F. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil – 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MOTTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

MOREL, E. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ORTIZ, R. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PÉCAULT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIRES, P. R. *A marca do Z. A vida e os tempos do editor Jorge Zahar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

PONTES, H. Retratos do Brasil: um estudo dos Editores e das Editoras e das 'Coleções Brasilianas' nas décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, 2º semestre, 1988.

RANGEL, C. Os 70 anos do homem da Civilização Brasileira. *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1995. In: FÉLIX, M. (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

RIDENTI, M. Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários da brasilidade. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ROSA, M. R. "*Esquerdisticamente afinados*": os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SAID, E. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, L. Pai, mentor, editor. *Quatro Cinco Um. A revista dos livros*, ano 1, n. 8. dez./2017 – jan.-fev./2018.

SILVEIRA, Ê. Discurso de posse no Pen Clube do Brasil (1991). In: FÉLIX, M. (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SILVEIRA, Ê. Civilização Brasileira, tempos saudosos. *CBL Informa – Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro*, n. 127, outubro 1993.

SILVEIRA, Ê. Diálogo de surdos. *Encontros*, n. 17, novembro de 1979.

SILVEIRA, Ê. Editorial. *Encontros*, n. 1, julho de 1978.

SILVEIRA, Ê. MSB: poeta apesar de tudo, ou principalmente por isso. In: BRITO, M. da S. *Poemário da Silva Brito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (prefácio).

SILVEIRA, Ê. *Revista Civilização Brasileira*, março de 1965, n.1, v.1.

SILVEIRA, H. *Paisagem e memória*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SILVEIRA, M. R. J. *A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência cultural*. 2007. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, L. R. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

508. Paulo Roberto Pires, em seu perfil sobre Jorge Zahar – um dos donos da Zahar Editores, chama atenção para o caráter bastante reservado de seu biografado, o qual, segundo Pires, “[...] seguia à risca o princípio de que um editor É os livros que publica. E ponto.” (PIRES, 2017, p. 10, grifo original). Luiz Schwarcz, editor da Companhia das Letras, em resenha relativa a esse mesmo livro, assinala que o ofício do editor se traduz em um “exercício ininterrupto de modéstia” (SCHWARCZ, 2017/2018, p. 59).

509. A esse respeito, conferir trabalho inovador de Flamarion Maués (2013).

510. Ver dados biográficos de Valdomiro Silveira em Júnia Silveira Gonçalves (1975, p. IX-XIV).

511. Conferir breve biografia da escritora em <<http://www.academia.org.br/academicos/dinah-silveira-de-queiroz/biografia>>. Acesso 25 de janeiro de 2018.

512. Helena Silveira reuniu suas memórias na obra *Paisagem e memória*, publicado em 1983.

513. A epístola foi publicada originalmente na *Revista Civilização Brasileira*, nº 3, de julho de 1965, e republicada em Félix (1998, p. 20).

514. Sobre a vida e a obra de Roland Corbisier, conferir obra de Fabrício Augusto Souza Gomes (2017).

515. Sobre as discussões ideológicas com Octalles e a compra da CB, ver: Ferreira (1992, p. 54-55) e Vieira (1998, p. 84-85).

516. A respeito dessas mudanças, ver Ferreira (1992, p. 154-156). Em específico sobre as capas da CB, Ênio assim se referiu em entrevista a Luiz Renato Vieira (1998, p. 137-138) sobre o trabalho de Eugênio Hirsch: “Então eu trouxe impacto visual às capas graças ao trabalho de brilhante artista argentino que havia se mudado para o Brasil havia pouco tempo, chamado Eugênio Hirsch, que tinha como artista gráfico um lema muito interessante ‘as capas não devem agradar, elas devem agredir’. [...] Ao mesmo tempo eu comecei a dar uma visão bastante menos acadêmica à atividade editorial. Ou seja, volta-la para problemas do dia-a-dia, da realidade brasileira.”

517. A CB publicou de autoria de Isaac Deutscher, entre outros livros, as biografias de Trotsky e Stalin intituladas *Trotsky, o profeta desarmado* (1968) e *Stalin, a história de uma tirania* (1970).

518. A CB contou com Carlos Nelson Coutinho para traduzir e divulgar o pensamento de Antônio Gramsci no Brasil. Coube a ele a tradução de obras como *Intelectuais e a Organização da Cultura* (1966), *Concepção Dialética da História* (1966), *Literatura e Estado Nacional* (1968), entre outras. A esse respeito ver artigo de GONÇALES *et al.* (2004, p. 84-99). Já a tradução de *O Capital* para o português para a CB, vinda a público em 1968, ficou a cargo de Reginaldo Sant’Anna. Ver relato de Ênio sobre esse trabalho em Ferreira (1992, p. 59-60).

519. Conferir detida análise e listagem completa da coleção na tese de doutorado defendida por Angélica Lovatto (2010).

520. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963, p. 7 *apud* Czajka (2009, p. 171).

521. Conferir lista completa de atingidos em Edmar Morel (1965, p. 248-259).

522. As anotações de prisão de Ênio foram publicadas sob o título *Diário de Ênio Silveira* em Félix (1998, p. 155-203).

523. Carta de Ênio Silveira ao General Syzeno Sarmiento.

524. Cabe observar, porém, que o editor não menciona em suas anotações de cárcere a simulação de fuzilamento descrita. É possível supor que Ênio, ao não se referir a esse grave acontecimento, quis preservar a si e sua família de possíveis represálias por parte de agentes da ditadura militar.

525. O semanário *Reunião* lançou apenas três números, entre outubro e novembro de 1965. *Folha da Manhã* conseguiu resistir um pouco mais – publicou um total de 56 números entre 1965 e 1966, quando foi proibida de circular por ordem governamental. *Política Externa independente*, periódico semestral, publicou também apenas 3 números entre 1965 e 1966. A esse respeito, ver Czajka (2009, p. 290-300).

526. O número 5 da *RCB* apenas foi publicado em março de 1966 em conjunto com o número 6.

527. Entrevista de Ênio a Luiz Renato Vieira em 22 de maio de 1992.

528. Conferir estudo detido sobre a trajetória da *Revista Civilização Brasileira* e da *Revista Paz e Terra* em Rosa (2011).

529. Conferir análise desses editoriais em Andréa Lemos Xavier Galúcio (2009, p. 204-215). Ver seleção de editoriais em Moacyr Félix (1998, p. 104-153).

530. A respeito da força das concepções realistas entre os intelectuais, conferir Daniel Pécault (1990, p. 300-308).

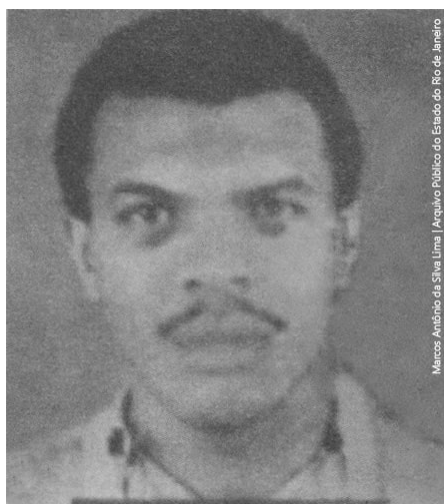


Foto 1

CAPÍTULO IX

Marcos Antônio. Trajetória de um guerrilheiro que veio do mar

Reflexões sobre as ações armadas no Brasil (1964-1970)⁵³¹

[Anderson Almeida](#)

Ângela de Castro Gomes (2013, p. 23) poetizou, com expressiva sensibilidade, que “[...] os livros, como os filmes, deveriam ter trilha sonora. Eles, afinal de contas, são narrativas repletas de palavras que, com doses balanceadas de conhecimento e sensibilidade, buscam representar [...] cenários, personagens, situações, projetos, valores, sentimentos”. Norbert Elias (1994, p. 16), ao chamar a atenção para a complexa relação entre indivíduos e sociedade, uma das ilustrações

que escolheu foi justamente a referência sonora, uma metáfora comparativa de uma *melodia* com a ideia de sociedade, no sentido de que, apesar de os compositores utilizarem sempre as mesmas notas musicais, a combinação, a soma, sempre resultará em algo diferente. O bosque, a floresta, é sempre algo mais complexo e diverso do que a simples soma das árvores. É a partir dessas duas referências que pretendemos desenvolver a análise do nosso personagem. No conjunto heterogêneo que chamamos abstratamente de “sociedade”, qualquer sujeito ou personagem é apenas uma nota musical se analisado isoladamente, mas que também pode nos ajudar a compreender como foi composta a trilha de uma época. Mesmo que nessa composição apareçam sons – dissonantes – de tempestades, machados e motosserras derrubando árvores.

Estávamos em ano de Copa do Mundo, mas não qualquer uma. Era a de 1970. Na chamada principal do dia 14 de janeiro, o jornal *Folha de S. Paulo* destacou que o presidente, o general Médici, faria seu primeiro pronunciamento aos operários dia 25, em São Paulo, e destacaria a importância da participação dos trabalhadores no processo de desenvolvimento nacional. Na mesma capa, a informação que o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, não concederia a Pelé – sem exames –, os diplomas dos cursos ginásial e colegial, porque isso seria contrariar a lei. Porém, teria elogiado o esforço do atleta, que prestou “[...] exames numa faculdade [...] dando exemplo a milhões de jovens que não tiveram oportunidade de estudar”. O ministro, que também era coronel do Exército, teria dito “É significativo que Pelé, rico e famoso, tente realizar-se através da educação”.⁵³² No dia seguinte, o camisa 10 negou que tivesse algum interesse em pedir os diplomas ao ministro, justificando que “[...] outros alunos lutaram muito, alguns com sacrifício, trabalhando

durante o dia e estudando durante à noite para entrar numa Faculdade. Por que eu iria ter esse privilégio?”.⁵³³

Fui aos jornais daqueles idos de 1970 com o objetivo de buscar informações sobre a morte de um negro de 29 anos – curiosamente a mesma idade do atleta – que também sonhara, um dia, em ser jogador de futebol. Que também sonhara em chegar à faculdade e, provavelmente, também sonhara em ser famoso. Mas, ao contrário de Pelé, já alçado ao olimpo na condição de rei do futebol, teve outro tratamento dos agentes da ditadura. Marcos Antônio, o Marcão, sabia da existência do garoto Dico que havia se transformado em “rei”. Já o negro famoso, mesmo sem querer, ao fazer referência a jovens que fizeram sacrifício trabalhando e estudando ao mesmo tempo, poderia estar se referindo ao marinheiro paraibano, especialista em motores. Origens semelhantes, destinos distantes. Trajetórias que não se cruzam numa mesma época, em um mesmo tempo. Tempo de ditadura.

O morto da Rua Inhangá

De acordo com informações divulgadas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Marcos Antônio da Silva Lima faleceu no dia 14 de janeiro de 1970 após ser atingido por disparos de arma de fogo durante uma operação policial realizada em apartamento que servia como aparelho do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em Copacabana, no Rio de Janeiro (BRASIL, 2014, p. 380). Segundo a mesma referência, a então militante do PCBR, Ângela Camargo Seixas, sobrevivente do episódio, relatou que “[...] na noite do dia 13 de janeiro os dois decidiram se dirigir ao apartamento de Ângela por acreditarem ser ele um local seguro. Entretanto, foram recebidos por dois policiais que se encontravam no interior do apartamento e que imediatamente começaram a atirar contra os dois” (BRASIL, 2014, p. 380). Ao ser atingida quando tentava escapar pelas escadas, Ângela perdeu a consciência e, “[...] quando acordou, avistou Marcos Antônio ferido, aparentando já estar morto.

Tentou sair do prédio, mas foi presa. Ferido por um tiro na cabeça, Marcos Antônio foi levado para o Hospital Souza Aguiar, onde faleceu minutos depois". A ação teria sido organizada e executada pela Polícia do Exército da 1ª Região Militar e contou com o apoio de agentes da Delegacia de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB).

O guerrilheiro Marcos realmente tinha ficha naquela Delegacia. Era o número 2247. Há alguns anos, pesquisando sobre os marinheiros de 1964, copiei seu prontuário e já o mencionei em outros textos (ALMEIDA, 2012, 2014, 2017). Agora, cruzando os dados com as recentes informações colhidas e divulgadas pela CNV, temos uma precisão maior sobre as versões divulgadas pelos órgãos da ditadura e o chamado *modus operandi* dos agentes do Estado durante o cumprimento das ordens de prisão. Os agentes do DOPS deixaram o cadáver de um "desconhecido" no Hospital Souza Aguiar que posteriormente foi fotografado no Instituto Médico Legal (IML), em 15 de janeiro de 1970. No prontuário do marujo, consta a informação que houve a identificação posterior e se tratava de Marcos Antônio da Silva Lima.⁵³⁴

Na versão que consta no relatório da CNV, a informação divulgada uma semana depois pela 1ª Região Militar dizia que, "[...] ao receber voz de prisão, Marcos Antônio teria puxado sua arma e trocado tiros com a polícia", versão negada pela sobrevivente Ângela Seixas que afirmou que "[...] em nenhum momento lhes foi dada a oportunidade de se entregarem à polícia, que já os recebeu com tiros" (BRASIL, 2014, p. 380). O corpo de Marcos só foi retirado do IML no dia 20 de janeiro. No laudo de necropsia assinado pelo legista Nilo Ramos de Assis, a causa da morte foi "ferida transfixante do crânio com destruição parcial do encéfalo" (BRASIL, 2014, p. 380), ou seja, tiros na cabeça.

No dia 21 de janeiro, o jornal *O Globo* noticiou o ocorrido, com fotografias de Marcos e Ângela, anunciando-o como "Fugitivo da prisão o morto da Rua Inhangá".⁵³⁵ Fica óbvio, claro, cristalino, que o

local da morte chamou mais atenção de que o próprio falecido. Situada entre a rua Barata Ribeiro e a avenida Nossa Senhora de Copacabana – vias de grande importância do tradicional bairro carioca – certamente o assassinato de um negro em um daqueles prédios causou, no mínimo, espanto e curiosidade na elite local.

De fato, o texto apenas reproduziu trechos da nota divulgada pelos agentes da repressão. Nela, fica difícil separar o que é imprensa, jornalismo e Estado. Juntos e misturados, sem questionamentos, sem contraponto, sem contraditório, o texto dizia que foi a partir do interrogatório de um militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que os agentes chegaram ao endereço. Montaram a Operação Paquera e se dirigiram ao prédio de cor cinza, mais precisamente ao apartamento 608, onde teria ocorrido o confronto. Além de Marcos e Ângela, citada como estudante de engenharia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), aparecem na matéria os nomes dos agentes Rubens e Almada, que teriam sofrido “ferimentos na mão e no ombro, respectivamente [...]”.⁵³⁶

Esse episódio do assassinato do jovem guerrilheiro ilustra as intrínsecas relações da grande imprensa com a ditadura. Muito mais que um caso isolado, divulgar o que era de interesse da repressão era a regra. Aspectos da vida e da morte de uma árvore nos ajudaria a compreender – através das pistas, dos rastros, dos vestígios – o que se passava na floresta, ou em parte dela? É o que pretendemos.

Da Paraíba à militância na AMFNB

A história tem suas ironias. Marcos, rebento da relação entre Clarice da Silva Lima e Joaquim Lucas de Lima, foi morador de um bairro chamado Cruz das Armas (CONSERVA, 1991, p. 28), em João Pessoa, na Paraíba, estado onde nasceu em 1941. A origem do nome da localidade é relatada em duas versões. A primeira diz que o nome vem da existência de uma grande cruz nos marcos limítrofes das antigas capitanias da Paraíba e de Pernambuco, onde estariam

gravadas *as armas*, símbolos das duas capitanias. A segunda possibilidade faz alusão à existência, às margens do Rio Gramame, de um núcleo de negros conhecidos como 'arapuás', que saíam à noite para atormentar os que por ali transitavam. Estes viajantes teriam apelidado o local de Cruz das Almas.⁵³⁷ Seria Marcos descendente de um 'arapuás'?

Durante sua infância, estudou no Colégio Lins de Vasconcelos e no Liceu Paraibano. Na adolescência, passou um período na cidade de Campina Grande, onde fez curso na Escola Técnica de Comércio. Foi atleta de futebol no time Estrela do Mar e participou da congregação religiosa Cruzada Infantil. (BRASIL, 2014, p. 379). É muito provável que nessa fase de sua vida tenha ouvido o estrondoso sucesso "Sebastiana", música gravada pelo seu conterrâneo, Jackson do Pandeiro, em 1953, na qual convidava a comadre para dançar e 'xaxar' ⁵³⁸ na Paraíba. Sebastiana, mesmo dançando fora do compasso, fez o clima esquentar na gafieira e não deu mais fracasso. Em pouco tempo, a trilha sonora da vida do nosso personagem seria ampliada de forma considerável. Buscando o compasso das marchas militares. Evitando o fracasso de não seguir carreira na profissão escolhida.

Em 1958, aos 17 anos, ingressou na Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (EAMPE). Lá recebeu o número 29, relembrou Paulo Conserva, sempre se referindo ao colega de farda como Marcão, "excelente atleta e maravilhoso futebolista" (CONSERVA, 1991, p. 28). Após o curso foi designado para trabalhar no Rio de Janeiro, caminho natural de todos os marinheiros oriundos das Escolas de formação que existiam também no Ceará, Bahia e Santa Catarina. Em Natal, no Rio Grande do Norte, funcionava a maior Escola de Formação de Reservistas Navais.

Já na então capital federal, Marcos fez parte das guarnições do Navio Transporte de Tropas Ary Parreiras, do Navio Tanque Rijo e do Aeródromo Ligeiro, batizado de Minas Gerais, o único porta-aviões da Armada brasileira naquele período e que gerara uma crise, entre a Marinha e a Força Aérea, por ocasião de sua compra no governo de

Juscelino Kubitschek e sua posterior operação. Graduado como marinheiro de primeira classe, Marcos viajou por vários países, a exemplo de Itália, Egito, França e Japão. Embora tenha esse aspecto aventureiro, a vida dos marujos na virada da década de 1950 para 1960 era permeada de desafios e dificuldades não apenas no aspecto profissional, mas também em questões que envolviam os direitos políticos e sociais, logo, humanos. Marujos e fuzileiros navais, até a graduação de cabo, eram proibidos de casar-se, votar e ser eleitos; só podiam sair fardados dos navios e quartéis e tinham dificuldade de prosseguir nos estudos, visto a dura rotina nas organizações militares.

Outras reivindicações que comumente aparecem nas memórias e na documentação consultada dizem respeito à melhoria do soldo e da alimentação a bordo das embarcações. Tudo isso aliado ao fato de estarem longe de suas famílias, já que a maioria vinha da região Nordeste. O exemplo de Marcos não é exceção. É provável que nos poucos momentos de folga e lazer na capital do país, ou até nos momentos de faina, marinheiros e fuzileiros pudessem sintonizar na Rádio Nacional ou na Rádio Tupi e ouvir Dolores Duran interpretando o samba-canção *A noite do meu bem* (1959), no qual ela desejava “a alegria de um barco voltando” ou ainda, Celly Campello entoando *Banho de lua*, estrondoso sucesso em 1960, cuja letra juvenil dizia em alto e bom som, “censurar ninguém se atreve”. Desligado o rádio, a labuta prosseguia.

Nos navios em que trabalhou, a liderança do paraibano entre os marujos é sempre destacada, quer seja para arregimentar “atletas” para as partidas de futebol das belonaves ou para recrutar novos associados para a recém-criada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, a AMFNB (RODRIGUES, 2004; ALMEIDA, 2012). Sobre o lado esportista, o marinheiro Antônio Duarte que conviveu durante muito tempo com Marcos, lembrou o tempo do Navio Tanque Rijo, onde o paraibano movimentava-se pelo corredor interno, de alojamento a outro, recrutando os jogadores. “Ele mesmo carregava o saco com os calções e as chuteiras. Em uma das mãos, a

bola, rota e de cor cinzenta que havia sido alguma vez branca. Era incontestável, ninguém a bordo tinha a astúcia dele em recrutar os jogadores” (DUARTE, 2009, p. 201). Em tese defendida na Universidade de São Paulo, Flávio Rodrigues, pesquisador que aprofundou a temática dos marinheiros de 1964 no campo historiográfico, ressaltou, a partir do diálogo com entrevistados, que “[...] Marcos entendia de futebol, mas não fazia ideia do que acontecia na política nacional, ou internacional. Quando entrou na AMFNB, no entanto, passou a exercer uma liderança incontestável sobre o grupo que se formou em torno dele”. Ainda de acordo com Rodrigues, Marcos “[...] passou a articular consensos, e mesmo dissensos [...], e a comunicar-se com dirigentes de outras entidades, militares e civis, como também com políticos e representantes do governo” (RODRIGUES, 2017, p. 87).

Em abril de 1963 sua capacidade de articulação é reconhecida e o marujo paraibano foi eleito vice-presidente da emergente entidade. Sua chegada a um cargo tão destacado é, sem dúvida, um claro sintoma dessa liderança. O próprio José Anselmo, conhecido por ter sido agente duplo durante a ditadura, escreveu em seu livro de memórias publicado recentemente: “Fui convidado para encabeçar a chapa de oposição, eleita com facilidade pela ação de um esperto grupo semipolitizado pelas esquerdas radicais [...]. Seu líder era Marcos Antônio da Silva Lima, que foi eleito vice-presidente” (SANTOS, 2015, p. 88). Anselmo apresenta o seu vice como muito ativo e carismático e não gostava de falar em público, mas era imbatível como organizador e na instrução aos delegados da AMFNB nas unidades militares. Fica mais que evidente que a liderança do marujo que passava parte da rotina entre óleos e graxas dos motores dos navios, visto sua especialização, ia muito além das partidas de futebol, era uma nascente força política que se projetaria em pouco tempo entre seus pares.

Ainda no ano que antecedeu o golpe, no contexto de grande crescimento da AMFNB e de acirramento das disputas políticas e lutas

sociais no país, nosso personagem consolidou essa transição e se concretizou como um articulador destacado em prol das causas dos chamados “sapatos- pretos”.⁵³⁹ Conforme já mencionei em escritos anteriores, Anselmo, em depoimento prestado em 10 de junho de 1964, relatou que Marcos Antônio teria conseguido, junto a Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil do governo João Goulart, uma verba de oito milhões de cruzeiros, dos quais cinco milhões deveriam ser entregues a um grupo de sargentos paulistas por intermédio do Banco da Providência do Rio Grande do Sul. Anselmo relatou ainda que Marcos conseguiu junto ao Ministro da Educação e Cultura, Júlio Sambaqui: material escolar, bolsas de estudos, no valor total de vinte milhões de cruzeiros, que não chegaram a ser usados (ALMEIDA, 2012, p. 51-52). Este último convênio foi pauta de reportagem publicada no Jornal do Brasil em fevereiro de 1964. A assistente social Avani Santos, que prestou serviços à Associação dos Marinheiros, relatou em depoimento prestado no ano do golpe que “[...] embora fosse feito um estudo pelo Serviço Social para efetuar os empréstimos aos associados que recorriam a esse serviço, o mesmo não era levado em consideração pelo vice-presidente”. Segundo ela, Marcos emprestava dinheiro a quem bem entendesse e que a diretoria praticamente já não levava em consideração o Serviço Social pois tudo passou a ser feito diretamente pelo vice-presidente.⁵⁴⁰

Com a notoriedade adquirida a partir da divulgação da grande imprensa, vários partidos políticos e associações de classe passam a buscar e oferecer apoio aos marinheiros e diversas fontes analisadas destacam a aproximação de importantes setores das esquerdas em solidariedade à causa dos jovens marujos. Nesse sentido, tanto grupos mais combativos, como é o caso dos agentes políticos ligados a Leonel Brizola, quanto militantes da linha mais moderada, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), perceberam a importância estratégica de ter os marinheiros e fuzileiros como companheiros de luta. O cabo Antônio Geraldo Costa, que por duas vezes exerceu a função de vice-presidente da Associação, relatou que no começo de 1964 foi procurado por Marcos Antônio, o qual lhe

informou que tinha sido convidado para entrar no PCB e estendeu o convite a Antônio Geraldo (ALMEIDA, 2012, p. 61).

A Marinha não ignorou essa ascensão e passou a articular represálias sistemáticas objetivando desarticular, esvaziar e fechar a Associação. Processos sucessivos foram abertos contra a diretoria, transferências para localidades distantes do Rio de Janeiro e, de forma mais radical, decretação de prisões administrativas dos membros mais atuantes. Ao se aproximar do segundo aniversário de criação da AMFNB – a ser realizado em 25 de março de 1964 –, o núcleo duro da organização estava num impasse: recuar e ceder às pressões da administração naval ou avançar, apostando em um desfecho favorável às suas reivindicações? Nesse contexto, Marcos e parte da diretoria, com mandados de prisão expedidos contra eles, não aparecem no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara para participar da festa. Porém, articularam com Carlos Marighella a elaboração do discurso pronunciado pelo presidente Anselmo no ato solene (DUARTE, 2009, p. 41).

Como um acontecimento bem estudado pela historiografia (RODRIGUES, 2004; ALMEIDA, 2012), a Rebelião dos Marinheiros figura entre os principais fatores que contribuíram para a queda de Jango. Durante três dias, reunidos no Sindicato por não aceitarem a ordem de prisão e o retorno aos navios e quartéis determinado pelo ministro Sylvio Motta, marinheiros e fuzileiros estiveram no olho do furacão da política nacional. Mais que um simples “problema” institucional, de quebra de hierarquia, motim ou de uma rebeldia inocente, o episódio dos marinheiros deve ser visto e analisado como um algo maior e mais complexo dentro do cenário de tensões que envolvia os grupos antagônicos que disputavam o controle do Estado brasileiro. Para além do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, pesquisas recentes abordaram atuações nas cidades de Recife (PE) e Rio Grande (RS).⁵⁴¹ Nesse sentido, apesar da importância do discurso pronunciado pelo presidente Anselmo em apoio às reformas de base do presidente João Goulart, é preciso abrimos o foco interpretativo

do episódio dos marinheiros para outros eventos que considero muito mais determinantes.

O primeiro deles é o regresso do presidente João Goulart da cidade de São Borja, onde passava o feriado da Semana Santa. Só esse exemplo já demonstra a importância dos acontecimentos na agenda política brasileira. O segundo diz respeito à aceitação de Jango do pedido de demissão do ministro Sylvio Motta acompanhada da posse do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, principal responsável pela negociação da anistia aos marinheiros. Por fim, o impacto que teve o encontro dos marujos e fuzileiros, em comemoração eufórica, com os almirantes Cândido da Costa Aragão e Pedro Paulo de Araújo Suzano, na região da igreja da Candelária (RJ), quando ambos foram erguidos em agradecimento pelo apoio à AMFNB ao longo dos dois anos de existência da entidade. Estampadas em jornais e revistas, as fotografias foram, sem dúvida, decisivas para que grande parte dos oficiais gerais das três Forças Armadas decidissem pela deposição de Jango. O jovem marinheiro Marcos Antônio está presente na cena. Apareceu em diversas imagens – sorridente, eufórico, arrebatado – somando forças a outro companheiro, hasteando o almirante Aragão – também paraibano – como uma bandeira da vitória.

Enganaram-se. O golpe que viria apenas quatro dias depois e os atingiria em cheio, ele e o almirante. O paraibano, agora com 23 anos de idade, ainda tentou com alguns marinheiros e fuzileiros organizar alguma resistência e, em grande medida, foram eficazes, tendo em vista que nenhum navio de grande porte ou submarino conseguiu deixar o cais do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro para apoiar os golpistas. Sabotados pelos marinheiros que receberam orientações da diretoria da AMFNB, os navios Tamandaré, José Bonifácio, Bauru e o contratorpedeiro Pernambuco foram palcos de enfrentamentos entre golpistas e resistentes (ALMEIDA, 2014, p. 154-155).

Na madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril, Marcos foi visto com uma submetralhadora transitando – junto com o

marinheiro Avelino Capitani e o fuzileiro naval Wilson Arcanjo Gordon Rosa – entre o Quartel Central dos Fuzileiros Navais e o Arsenal de Marinha, tentando articular com outros marujos uma resistência mais consistente ao golpe. Foram detidos por uma patrulha de oficiais.⁵⁴² Poucos dias depois, ainda indefinido quem seria o chefe da ditadura que se iniciara com muita festa da imprensa e de emblemáticas instituições e segmentos sociais, Marcos conseguiu escapar quando era levado para prestar depoimento. Jamais os oficiais poderiam acreditar em tamanha astúcia e ousadia. Ao fugir, deu início à fase de asilado político, chegando à Embaixada do México no dia 8 de abril.⁵⁴³

Asilo, exílio e treinamento guerrilheiro

Na análise da pesquisadora mexicana Daniela Morales Muñoz, que investigou a trajetória de brasileiros que receberam asilo na embaixada do México e posteriormente foram para o exílio naquele país, o embaixador Alfonso García Robles, que preparava seu regresso ao México para assumir como subsecretário de Relações Exteriores, foi particularmente receptivo e abriu as portas da embaixada mexicana a todos aqueles que considerou correr perigo em um ambiente de perseguições arbitrárias por qual passava o Brasil naquele momento (MUÑOZ, 2015, p. 2).

Ao analisar os pedidos de asilo a partir da documentação do Arquivo Histórico da Secretaria de Relações Exteriores do México (SRE), Muñoz identificou a presença de militantes do PCB, jornalistas, sindicalistas – como número mais expressivo – e ainda, membros das Forças Armadas excluídos após o golpe como o segundo grupo.⁵⁴⁴

Diversos testimonios coinciden en que el grupo de asilados en la embajada de México, provenientes, como se vio, de diferentes sectores de la izquierda nacionalista brasileña que fue derrocada junto al presidente Goulart, se dividió en dos frentes. Por un lado, el grupo de los marineros, fusileros y sargentos ligados a la AMFNB, que, junto a algunos otros asilados intentaba organizar desde la embajada un grupo de resistencia armada al golpe. Por el otro, los

sindicalistas y militantes del PCB que consideraban inviables aquellos intentos [...] (MUÑOZ, 2015, p. 5).

Em depoimento prestado aos órgãos da ditadura, Marcos Antônio e José Duarte relataram que durante as semanas que estiveram na representação diplomática mexicana, os marinheiros foram constantemente acusados, especialmente por alguns militantes do PCB, de serem os principais culpados pelos acontecimentos que resultaram na deposição de João Goulart. Como destacou Munõz (2016, p. 86), para Marcos Antônio, a frustração e as acusações mútuas tornaram a experiência na embaixada, onde estavam asilados, quase insuportável. Informação confirmada por José Duarte ao afirmar que nas semanas de asilo na embaixada mexicana, membros do PCB teriam feito uma intensa campanha de desmoralização dos marinheiros. Em 28 de maio, Marcos voou para o México na condição de asilado político.

Ele não estava só, entre o dia 25 de maio e 21 dezembro de 1964, o governo mexicano recebeu na capital do país 82 brasileiros que haviam procurado asilo na representação diplomática sediada no Brasil (MUÑOZ, 2015, p. 5). A trilha sonora agora ficava a cargo dos “Mariachi” e sua música ranchera. Quem sabe, alguns boleros. Mas isso não demoraria muito tempo.

Em julho, pouco mais de dois meses após a chegada à América Central, a SRE mexicana contabilizava 12 solicitações de pedido de autorização para deixar o país. Os marinheiros estavam nesse grupo. Em depoimento prestado posteriormente, Marcos declarou que poucos dias após chegar ao México, ele e os demais asilados foram informados pelas autoridades que, se depois de um prazo de 50 dias não conseguissem emprego, teriam que solicitar a transferência para outro país que lhes dessem asilo (MUÑOZ, 2016, p. 130). Cuba seria o destino. Bastava apenas renunciar ao asilo mexicano para conseguir a liberação de viagem.

De acordo com Muñoz (2016, p. 133), entre os asilados que pediram para deixar o México já no segundo semestre de 1964, por motivações políticas, é possível identificarmos, ao menos, três perspectivas distintas. A dos que preferiram dirigir-se a um país mais próximo do Brasil, a exemplo de Bolívia e Uruguai; a perspectiva daqueles que faziam parte de alguma estrutura partidária, especialmente o PCB, e conseguiram asilo e bolsas de estudo em outros países; e a dos que saíram do México com a ideia de incorporar-se um grupo de resistência armada contra a ditadura. Nosso personagem estava nessa última categoria.

Algunos otros asilados brasileños que convivieron con ese grupo em México aseguran que los marineros eran quienes em aquellos meses inmediatamente posteriores al golpe tenían 'la cabeza más caliente', es decir, el mayor impulso para regresar a Brasil a derrocar a los golpistas. Los órganos de inteligencia identificaron a Marcos Antonio da Silva Lima y a Alípio Cristiano de Freitas, dos brasileños que tras el golpe fueron asilados en México, como los principales impulsores para la organización de los cursos y los líderes de los dos primeros grupos que los realizaron (MUÑOZ, 2016, p. 136-137).

O tempo em Cuba

Era o tempo da rumba, do mambo e do chá-chá-chá. Ritmos e gêneros musicais característicos da música cubana. Ao chegar na *Ilha*, o exilado participava de reuniões onde recebia informações sobre os locais da cidade que deveriam ser evitados para, com isso, não ter contato com outros brasileiros residentes em Havana (SANTOS, 2015, p. 116).⁵⁴⁵ Também era possível ir ao cinema, à praia, ler jornais ou, com alguma sorte, encontrar com um alto funcionário do governo cubano.

Em sua tese sobre o que conceituou de *Coletivo dos marinheiros*, Rodrigues relata o depoimento do professor da Universidade de São Paulo (USP), Wilson do Nascimento Barbosa – que também foi militante da esquerda armada – no qual chamou sua atenção para um inusitado encontro em Havana que envolveu Marcos, o marinheiro José Duarte e Che Guevara. O então ministro da indústria foi notado

pelos dois, literalmente, de sentinela. Os marinheiros teriam indagado por que ele estava ali e teriam ouvido de Che que todos cumpriam a guarda, inclusive o ministro. No dia seguinte foram recebidos em audiência por Ernesto Guevara que os autorizou a participarem do treinamento guerrilheiro, não sem antes fazer chacota com seu problema de asma (RODRIGUES, 2017, p. 137-138).

De uma forma breve, visto que já foi bem explorado pela historiografia, o treinamento guerrilheiro envolvia questões teóricas – sobre história de guerras, da América Latina e especialmente de Cuba – como também estratégia e doutrina militar. Essa fase poderia durar até um ano e meio. Já as instruções mais práticas envolviam aprendizagem de sobrevivência em áreas inóspitas, identificar e preparar emboscadas e armadilhas; conhecer e fabricar explosivos; manusear diversos tipos de armamentos, como também dominar técnicas de radiocomunicação e falsificação de documentos, dentre outros. Como analisado por Denise Rollemberg, o treinamento guerrilheiro em Cuba não foi visto do mesmo jeito pelos que lá estiveram. Alguns viram positivamente, mas não faltou quem rememorou as instruções e os exercícios práticos como algo ineficiente, às vezes desastroso (ROLLEMBERG, 2001; SALES, 2007).

Enquanto se preparava para ser graduado como “comandante” pelos instrutores cubanos, quase dois anos depois de ter chegado à capital Havana, Marcão receberia sua sentença condenatória no Brasil, fato esse que, possivelmente, impulsionou seu desejo de retornar ao país como militante armado.

Em junho de 1966 a imprensa destacou “o julgamento dos marinheiros”. Eram 13 processos envolvendo militares da Marinha, sendo que oito especificamente sobre os marujos da AMFNB. De acordo com a cobertura da imprensa, aquele processo contra os marinheiros de 1964 era o maior – em número de acusados – julgado na Justiça Militar da Guanabara, superando inclusive os realizados depois do levante comunista de 1935 e o processo da Revolta da Chibata, em 1910. Exagero ou não, de fato o processo era gigante

envolvendo cerca de 1.400 depoimentos. Ao todo, 15 advogados participaram da defesa dos marinheiros, destacando-se José Alcione Barreto que teria atuado na defesa de 145 denunciados (ALMEIDA, 2012, p. 89).

Uma informação importante publicada nos jornais sobre aquele julgamento, diz respeito à maneira como Anselmo aparecia no noticiário. Apesar de ser apontado como o líder da rebelião, as pautas das reportagens davam destaque também a outros personagens que estavam sendo acusados de terem liderado a insubordinação no Sindicato dos Metalúrgicos. Dessa forma, ao lado do “cabo” Anselmo, foram alçados à condição de líderes: Marcos Antônio, Antônio Duarte, Paulo Conserva e Cláudio Ribeiro. Para estes, o promotor do caso, Benedito Felipe Rouen, pediu a pena máxima (ALMEIDA, 2012, p. 89).

No processo arquivado como *Brasil Nunca Mais 508*, consta, na peça de acusação, que o marinheiro paraibano formou com Anselmo e Antônio Duarte, “a trindade incitadora”.

Repartem os três as maiores responsabilidades, como é prova dos autos [...]. As declarações dos co-réus não deixam margem de dúvidas sobre a altamente nociva atuação de Marcos Antônio, em detrimento da disciplina, cuja violação incitava permanentemente. Há, ainda, o tristemente eloquente documento onde Marcos Antônio da Silva Lima é apresentado como ‘líder de uma luta política de maior importância’.⁵⁴⁶

Nosso personagem foi condenado a mais de 12 anos de prisão.⁵⁴⁷ A defesa de Marcos apelou pedindo que se corrigisse o exagero das condenações dele e do marinheiro Leôncio Batista de Souza, que nada engrandeceriam o espírito de justiça arraigado no sentimento do povo brasileiro. “São dois condenados que não ostentam mais assentamentos militares. Um deles teve a pena exacerbada pelo Conselho, por entenderem os juízes ter tido atuação como cabeça da famosa reunião no Sindicato dos Metalúrgicos”. Concluindo seu instrumento de recurso, o advogado disse esperar “[...] a absolvição desses dois ex-marinheiros, como medida, sobretudo, humana [...]”.⁵⁴⁸

Ao que parece, o jogador estava aguardando o desfecho do seu julgamento no Brasil. Na *Ilha*, já tinha oficializado, em setembro de 1964, o matrimônio com Kátia do Prado Valladares, estudante de Economia que conhecera ainda no Brasil quando asilados na embaixada mexicana – na ocasião, prestes a completar 22 anos de idade – de cuja relação amorosa nasceria Marquinhos, já em solo cubano.

Mesmo na condição de esposo e pai, em setembro de 1966, aos 25 anos, Marcos deixou Cuba com destino ao Brasil para comandar um foco guerrilheiro do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), grupo criado por Leonel Brizola. No percurso da volta ao Brasil, escalas na Tchecoslováquia, Argentina e no Uruguai,⁵⁴⁹ onde se encontrava o grande articulador. Kátia e Marquinhos ficaram na capital cubana.

O filho de Clarice e Joaquim teria ficado um tempo em solo uruguaio, recebendo orientações, entre outubro de 1966 e fevereiro de 1967,⁵⁵⁰ quando, definitivamente, partiu para a organização do foco guerrilheiro na região do Mato Grosso. Sobre esse grupo, o marinheiro Alípio nos relatou que chegou a participar de alguns treinamentos numa região de garimpo junto com o marinheiro Hermann, provavelmente nos limites do município de Barra do Garças, mas não permaneceu vinculado à futura guerrilha porque não estava certo e convicto se era aquilo que queria (ALMEIDA, 2012, p. 157).

O foco não prosperou e o então “comandante” se dirigiu a São Paulo para aguardar novas orientações. Teve contato com outro marinheiro cursado em Cuba, José Duarte – o mesmo do episódio com Che Guevara – que veio do foco de Imperatriz, no Maranhão, também em dificuldade (RODRIGUES, 2017, p. 140-144). Os dois foram presos em São Paulo, no dia 8 de fevereiro de 1967 e transferidos para o Rio de Janeiro, onde se encontravam vários marujos condenados após o golpe de 1964 (RODRIGUES, 2017, p. 145).

[illegible]

Sobre essa prisão de Marcos e José Duarte, que aparece de forma casual porque teriam se assustado com uma patrulha e saíram correndo, há um dado importante que figura em um dos depoimentos de Kátia do Prado Valladares. Sua companheira no tempo de exílio disse que Marcos “[...] decidiu voltar precipitadamente [...] resolveu regressar, sendo, no entanto preso. A rigor, ele assumiu um risco calculado, porque pensava em ser condenado, mas não a tantos anos como foi”.⁵⁵¹ Essa passagem do depoimento de Kátia é também uma ilustração de mais dois aspectos dos que optaram por ações armadas contra a ditadura no Brasil. O primeiro é o risco de ser preso. Era algo consciente. O segundo diz respeito ao desejo, nas entrelinhas, de abandonar aquelas ideias, pagar suas penas e, se possível, ter uma vida livre, longe do isolamento que a identidade de guerrilheiro exigia. Os dois ainda tinham descumprido a regra de não andar em dupla. O que reforça a fala de Kátia que Marcos poderia ter assumido um risco calculado.

Ainda sobre essa inesperada prisão há a reportagem, do jornal *Correio da Manhã*, relatando trechos do depoimento de ambos ao chegarem no Rio de Janeiro, transferidos depois de terem passado pela DOPS e serem entregues ao Centro de Inteligência da Marinha (Cenimar). De acordo com a reportagem, "[...] os ex-marinheiros [...] foram presos como vadios, durante uma blitz que visava limpar a

cidade de marginais para o carnaval, mas identificaram-se, pensando que estivessem condenados somente a três anos de reclusão [...]”.⁵⁵² Versão que impressiona por coincidir com o depoimento de sua companheira.

Presídio, liberdade e queda

A paixão pelo futebol acompanhou o marujo até no período do exílio. Em Cuba, convidado por Juan Feitosa – do Instituto Nacional do Desporto e Recreação (INDER) – Marcos atuou como instrutor do esporte que encantou o garoto desde os tempos do “Estrela do mar”, na Paraíba.⁵⁵³ Transferido para cumprir pena no Complexo da Frei Caneca, exercerá na penitenciária o papel de técnico do time de futebol de salão “O popular”.⁵⁵⁴ Mais do que um simples treinador de futebol, Marcão irá se transformar numa expressiva liderança entre os internos. Além do carisma que o caracterizava, tinha em seu currículo a vice-presidência da AMFNB, como também ostentava o posto de “comandante” cursado em Cuba, algo que envolvia certa mitificação. Dentro da Penitenciária Lemos de Brito surgiu uma célula que ao ser batizada, em dezembro de 1968, receberia o nome de *Movimento de Ação Revolucionária*, o sugestivo MAR, criado

[...] com a intenção de organizar a fuga do Coletivo da Penitenciária Lemos de Brito, sem pretender, apesar do nome, ser uma nova organização revolucionária. O MAR pretendia preparar a fuga e partir para a luta armada, contra a ditadura. A ideia que tinham era, após a fuga, integrar o MAR a outra organização existente. Neste sentido, foram feitas tratativas com a ALN e com o PCBR. Mas a inclinação dos marinheiros era mesmo ingressar na organização de Marighella (RODRIGUES, 2017, p. 221).

Foi em dezembro de 1968 que deixaram o complexo penitenciário os marujos Pedro Viegas, Edvaldo Celestino e José Duarte, já que não tinham sido condenados como “cabeças” do movimento dos marinheiros de 1964 e tiveram penas menores do que Marcão, Antônio Duarte e Avelino Capitani, por exemplo. Os libertos começaram a articular, fora, contatos para por em prática o

que chamaram de Operação Liberdade. Esta consistia no planejamento e realização da fuga de um grupo pela porta principal da penitenciária Lemos de Brito. Nunca é demais lembrar, ainda, que em 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5, AI-5, posteriormente conhecido como o mais autoritário artifício jurídico da ditadura. Ironicamente, em 13 de dezembro é o comemorado o dia do Marinheiro.

Efetivamente, o MAR se articulou a partir da simbiose entre presos políticos e presos comuns no interior do presídio, sob a liderança de Marcos Antônio, com o apoio de estudantes que lá estagiavam, tanto na área do Direito, como também no campo da assistência social. Sobre esse segundo aspecto, vale salientar o reencontro dos marinheiros presos com Érica Bayer In Roth, assistente social que tinha trabalhado e organizado a AMFNB – dando-lhe um grande salto organizacional – e que assumira a chefia do serviço social da penitenciária em outubro de 1967 (RODRIGUES, 2004, p. 189). Os estagiários formaram, inicialmente, uma rede de comunicações com o mundo exterior. Entre o presídio e a rua. Entre a gaiola e as árvores que os aguardavam.

Fora das muralhas e arames farpados, contaram com o importante apoio do jornalista Flávio Tavares, antigo conhecido dos marinheiros desde os tempos do fracassado MNR. Também no apoio externo, operários dissidentes do PCB sob a coordenação de José Ferreira Cardoso. Assim formado, podemos dividir as atividades do MAR em três principais galerias memoriais que compõem tanto as lembranças dos seus membros, como também aparecem dos textos elaborados pela repressão: as ações urbanas; a espetacular fuga da penitenciária; e, por fim, o confronto rural na região de Angra dos Reis.

Sobre as atuações urbanas, foram mapeadas pela memória oficial da repressão – o chamado Projeto Orvil⁵⁵⁵ – seis grandes ações que envolveram basicamente “assaltos” a bancos nos bairros de Realengo, Piedade, Ramos e Brás de Pina, todos fora da área central

do Rio de Janeiro. Cruzando sistematicamente informações como datas e nomes de pessoas com a cobertura dos jornais, passando pelo acervo do Brasil Nunca Mais, como também livros memoriais publicados pelos envolvidos, não há por que duvidar que realmente as ações relatadas no Orvil foram atos revolucionários e expropriatórios executados pelos integrantes do MAR. As ressalvas ficam por conta dos conceitos, adjetivos e omissões – a exemplo das torturas – da referida obra, comprovando, assim, a existência de documentos sob a custódia das Forças Armadas. Vale ressaltar que as duas primeiras expropriações, realizadas em 19 de março e 5 de maio de 1969, ocorreram antes da Operação Liberdade e alguns integrantes do grupo ainda estavam na condição de presidiários.

Já na segunda galeria memorial, a fuga, Marcos é o protagonista entre os internos. A farta documentação presente no processo BNM 414, facilmente acessível nos meios digitais, comprova seu papel de líder. A operação foi colocada em prática no final da tarde do dia 26 de maio de 1969, culminando com a fuga de nove integrantes do Movimento, sendo três presos comuns e seis condenados políticos, entre eles, Marcão, e o sargento Antônio Prestes de Paula, líder da Revolta dos Sargentos de Brasília em 1963. Como saldo da intensa troca de tiros, ficaram feridos o guarda Jorge Félix Barbosa, o marinheiro Antônio Duarte – atingido na mão –, um funcionário da empresa Light, João Dias Pereira, que passava pelo local e ficou no meio do conflito e, como consequência mais negativa, a morte, cinco dias depois, do guarda penitenciário Ailton de Oliveira, atingido por disparos que vieram da arma de Avelino Capitani. (A VERDADE..., [s.d.], p. 314; RODRIGUES, 2017, p. 256-293).

No momento da evasão, a trilha que se houve é de sirenes, tiros, gritaria e o som agudo de pneus no arrancar dos automóveis. Controlada a adrenalina, nossa lista pode incluir "Aquele Abraço", de Gilberto Gil, gravada em 1969, na qual ele manda um irônico alô para Realengo, bairro no qual ficou preso na Escola Militar durante 60 dias.

Curiosamente, no apoio externo aos marinheiros, militantes que vieram daquela localidade, o Grupo Mallet.

Por fim, a terceira galeria. Os confrontos na área rural. O relato é do dossiê do Exército.

Consumada a fuga, o grupo dirigiu-se para a região de Jacareí, onde chegou à noite. [...] os fugitivos articularam-se na região e iniciaram seus treinamentos de guerrilha. A ideia de deflagrar a Guerra Revolucionária, através de um 'foco guerrilheiro', norteava o MAR, desde o início de sua articulação na penitenciária. Marco Antonio havia realizado o curso de guerrilha em Cuba e tinha retornado ao País impregnado pelas diretrizes emanadas pela I Conferência da OLAS. A ideia do 'foco' era a grande novidade das esquerdas, inclusive dentro da penitenciária (A VERDADE..., [s.d.], p. 315).

Pedro Viegas, que se juntou ao grupo dos nove que foram para a Serra do Mar, não confirma essa versão sintetizada pelos militares. Segundo ele, analistas apressados e muito críticos entenderam de forma equivocada que os fugitivos adotaram o local para a implantação de um foco guerrilheiro. Entretanto, escreveu Viegas, "[...] como militares, tínhamos clara a vulnerabilidade da região, pois, próxima à costa, ficava facilmente sujeita a ataques por meio de desembarques relâmpagos de fuzileiros navais, uma de suas especialidades" (VIEGAS, 2011, p. 344). Segundo o marujo guerrilheiro, a área escolhida serviria mesmo para se abrigarem até que fossem esquecidos em virtude da repercussão que teve a grande fuga.

Em 7 de agosto de 1969 uma ação frustrada do grupo da cidade acabaria por levar os militares a montar uma gigantesca operação para dismantelar o núcleo rural. Tentando colher informações através da tortura, levaram José Duarte – capturado na ação urbana – de helicóptero para a área e ameaçaram-no jogar da aeronave, chegando mesmo a soltá-lo, mantendo-o perdurado apenas por uma das pernas amarradas ao helicóptero. Victor ou "Japonês", como a imprensa o apelidou, companheiro de várias lutas de Marcos Antônio

relatou, em momento raro, já que evita falar sobre seu passado de guerrilheiro, como foi tratado naqueles conturbados dias:

Tiraram minhas roupas, deixaram-me completamente nu, bateram-me muito com cassetete, colocaram-me no pau-de-arara, aplicaram-me choques elétricos ininterruptos nos ouvidos, nos dedos das mãos e pés, nas partes genitais, na língua. Apagaram cigarros na minha pele, simularam afogamentos por imersão, entre outras barbaridades. Depois de muitas seções deste tipo de tortura, fuzileiros navais colocaram-me, nu e amarrado, em um carro. Após uma viagem de cerca de seis horas, empurraram-me, ainda nu e amarrado, para dentro de um helicóptero. Sobrevoaram uma região selvagem, beirando o litoral, a uma altura de quinhentos metros. Queriam que eu mostrasse os lugares, onde, possivelmente, alguns companheiros estariam escondidos. Como eu me mantinha calado, amarraram-me a um cinto de segurança e me empurraram para fora do helicóptero, no ar, por cima do mar, várias vezes. [...] Pensei que tinha chegado meu fim, quando via a água do mar e eu, no ar, pendurado, preso somente pelo cinto que eles poderiam soltar a qualquer momento (DUARTE, 2011, p. 444).

A imprensa noticiava a mobilização de 2 mil fuzileiros navais, mais militares do Exército e a Força Aérea Brasileira (FAB).⁵⁵⁶ Na distribuição das funções, aquele embrião de um futuro foco guerrilheiro estava sob o comando de Marcos Antônio com o auxílio imediato de Avelino Capitani, remanescente da fracassada guerrilha do Caparaó. Ambos conseguiram escapar do cerco de quatro dias, a exemplo de Adeildo Ramos e Antônio Duarte. Já Pedro Viegas e Michel Godoy foram presos (ALMEIDA, 2012, p. 111-124; RODRIGUES, 2017, p. 327-347).

Na cidade do Rio de Janeiro, articulados com o também foragido Prestes de Paula, acabariam, Marcos, Capitani e Adeildo, obtendo apoio do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Essa não era a primeira opção. A preferência recaía sobre a Ação Libertadora Nacional (ALN) mas a morte do “comandante” Carlos Marighella, em novembro daquele ano, mudaria os planos do trio de marujos que ainda queria continuar a combater no Brasil.

Um mês após a morte da Marighella, esses militantes, com armamentos precários e sem recursos, realizaram mais expropriação bancária. Interceptados pela polícia, trocaram tiros e deixaram caído o

corpo do sargento da Polícia Militar, Joel Nunes, que falecera dias depois. Capitani foi baleado, como também o companheiro Paulo César Paranhos, estudante de Direito, que foi preso. Marcos e Adeildo escaparam. Por algum tempo, os três ficariam sob a proteção de padres na região de Penha, ainda no Rio de Janeiro, mas logo cada um seguiria seu caminho. O de Marcos, seria definido naquele janeiro de 1970, quando as atenções das manchetes jornalísticas estavam voltadas para a Copa do Mundo.

Reflexões desconcertantes...

“Um historiador pode ter convicções, mas precisa escapar de simplificações”, disse Jean-François Sirinelli (2013, p. 51). Foi a partir dessa premissa que tentamos analisar as implicações da opção ou falta de escolha, como sugere alguns, dos que se envolveram com as ações armadas no Brasil, tendo como fio condutor a trajetória de Marcos Antônio. Nesse caso específico, fica claro que nosso personagem fez opções, escolhas, tomou decisões. Optou por ser sócio da AMFNB chegando à vice-presidência. Carregou nos ombros o almirante Aragão. Escolheu resistir ao golpe. Decidiu pedir asilo, ir para o exílio, ser guerrilheiro. Derrubaria a ditadura. Já preso, fugiu, combateu, feneceu. Certamente passou por momentos de incertezas, dúvidas, angústias, frustrações.

Como bem adverte Maria Paula Araújo, “[...] a luta armada foi uma opção extrema feita por grande parte da esquerda latino-americana entre as décadas de 1960 e 1970. Uma opção extrema tomada, em muitos casos, para responder a ditaduras e regimes de violência política” (ARAÚJO, 2015, p. 245). Ao analisar de forma comparativa as memórias da esquerda revolucionária na Argentina e no Brasil, ela nos esclarece que a memória da luta armada em nosso país é marcada pela ausência de debate autocrítico sobre temas tabus como a violência política, avaliação dos resultados efetivos da luta

armada, a lógica militarista, o isolamento, como também os justicamentos (ARAÚJO, 2015, p. 245).

Pelas bandas de cá, quando muito, ensaia-se uma reflexão sobre a eficácia, o que leva a uma conclusão temporária de que “[...] a luta armada era justificada politicamente, correta em sua concepção mais geral, porém inadequada em termos de tática política” (ARAÚJO, 2015, p. 248). Não se trata aqui, mais uma vez tendo a Argentina como termômetro e não como modelo, de cair na armadilha da “teoria dos dois demônios”, assim entendida:

Após o fim do regime militar, o presidente Raul Afonsin fez um discurso em que declarava que a sociedade argentina estivera refém, durante os anos da ditadura militar, de dois demônios: as forças repressoras e os grupos guerrilheiros. Essa tese ficou conhecida como a ‘teoria dos dois demônios’ e foi fortemente combatida pela esquerda, que chamou a atenção para o fato de que não se poderia equiparar a atuação dos grupos de esquerda com a ação das Forças Armadas, organizadas, com um poder de fogo muitíssimo maior e com todo o aparato estatal à sua disposição para a realização de prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos políticos, organização de campos de concentração, sequestros de crianças etc. Não se poderia comparar o terrorismo de Estado às ações dos grupos de esquerda. Permitir essa comparação era propiciar a impunidade das autoridades militares responsáveis pelo horror que acontecera” (ARAÚJO, 2015, p. 255-256).

A trajetória de Marcos Antônio na sua fase de guerrilheiro expressa, de certa forma, as possibilidades de compreensão das causas da derrota da esquerda armada. O isolamento e a incompreensão de uma sociedade – ou a esmagadora maioria – que não compartilhava dos mesmos valores, como já vem destacando Daniel Aarão Reis, Carlos Fico, Denise Rollemberg e Samantha Quadrat nos textos que publicam e obras que organizam (AREND, HAGEMEYER, LOHN, 2013; QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010, 2015; REIS, 2005).

Um dos conceitos mais sensíveis e ainda tratado como tabu por certa historiografia é a categoria *vítima*. É inegável que o militante armado é um tipo diferente, envolvido numa áurea aventureira, de destemor, de desapego, que estaria disposto a morrer por uma causa

coletiva. Porém, mesmo revelando minha simpatia pelo personagem, não é ético, prudente e aceitável em termos historiográficos fazer coro a simplificações maniqueístas entre vítimas e algozes, heróis e bandidos, mártires e covardes, patriotas e subversivos. É preciso manter as distinções entre esses conceitos, como também entre o simpatizante e o profissional que faz da *operação historiográfica* o seu ofício.

Assim como Ricard Vinyes (2015, p. 226) se referiu à morte do militante antifranquista, o estudante espanhol Enrique Ruano, ocorrida um ano antes do assassinato de Marcos Antônio, “[...] não estamos diante de uma vítima, isto é, diante de alguém que padece um dano por causa alheia ou fortuita”. Na concepção desconcertante de Vinyes (2015, p. 228-229), estamos “[...] perante um sujeito que é prejudicado por responsabilidade própria, alguém cujas decisões precedem de uma insurreição ética que considera necessária para poder viver com decência e conforme seus projetos e esperanças”. É preciso termos cuidado para que o conceito de vítima não seja utilizado como sinônimo de “[...] neutralidade e como sujeito de um suposto humanismo apolítico, incolor, inodoro”, constituindo assim uma categoria que pode ser aplicada a qualquer situação, servindo sem escrúpulos aos interesses de uma conjuntura política distinta da dos atos que a pessoa praticou ou sofreu, completa.

A autocrítica da luta ou ações armadas no Brasil aparece em algumas análises recentes e em outras já maturadas – porém não aprofundadas – como uma reação tardia ao golpe, “valerosa, mas equivocada”. Isolada, porém necessária. Romântica, mas autêntica. Ingênua, porém destemida.

Caracterizada, em muitos casos, pelo voluntarismo, nos provoca a refletirmos – fazendo uma analogia com a análise de Horácio Tarcus apresentada por Araújo –, sobre o aspecto da *violência* como recurso político, no sentido de que,

[...] a lógica da guerrilha reitera a lógica militarista; nutre-a, alimenta e reproduz essa lógica; transporta homens, mulheres e práticas para o campo

de valores que quer combater. Esse processo é essencialmente destrutivo para as esquerdas, para a manutenção de seus valores e práticas como valores e práticas alternativos e opostos aos do poder estabelecido. Exatamente aí a esquerda é derrotada: na possibilidade de construção de outra forma de sociabilidade baseada em práticas novas, fundamentada numa relação de respeito humano, solidariedade e integridade (ARAÚJO, 2015, p. 257).

O morto na Rua Inhangá, ironicamente, foi enterrado no cemitério de mesmo nome, subúrbio do Rio de Janeiro. O nome dos logradouros, na língua dos Tamoios – etnia indígena que habitou a região – significa pássaro preto. Já em Tupi, argila ou água escura e barrenta. Nessa perspectiva, abatido em pleno voo, a trajetória que apresentamos nessas breves linhas é, a meu ver, uma metáfora do que foi escolher e navegar nas águas turvas da luta armada. O risco de afogamento era iminente, principalmente num contexto no qual expressivos setores da sociedade não tinham a mínima pretensão de atuar como salva-vidas. Pelo menos a dos outros.

O fim físico do capitão do time e de uma inegável liderança entre os marinheiros foi, sem dúvida, um momento de muita reflexão entre seus companheiros. José Adeildo Ramos, também militante do PCBR naquele momento, relatou que “[...] foi um choque. Ficou por alguns dias paralisado, sem disposição para fazer nada” (COSTA, 2008, p. 48). Rodrigues afirmou que a morte de Marcos Antônio “[...] coincide com o começo da crise da guerrilha. Muitas pessoas presas e barbaramente torturadas, falavam o que sabiam. E mais pessoas eram presas e torturadas” (RODRIGUES, 2017, p. 347).

Marcos não teve tempo, como apaixonado por futebol que era, de ver o tão famoso tricampeonato conquistado no México, exatamente o primeiro país a acolhê-lo em sua embaixada e posteriormente no exílio. Não teve tempo de ver Pelé coroado “Rei”. Bem que poderia ter tido mais sorte... no futebol. Era o tipo de ataque e defesa que mais interessava a parcelas da sociedade brasileira ver na

TV – ainda uma novidade para muitos – naqueles anos 1970. Já nas radiolas, uma das faixas mais rodadas falava em 90 milhões em ação... parecendo que “[...] todo o Brasil deu a mão... todos ligados na mesma emoção”. Era o tempo da Copa, a tão famosa...

A floresta se animou, vibrou e comemorou e nem sentira falta da árvore que acabara de tombar. Mas a semente germinou...

Seu filho, Marcos Antônio do Prado Valadares da Silva Lima e sua esposa, com quem teve sérios desentendimentos depois que Kátia retornou ao Brasil e foi visitá-lo na prisão antes da fuga de 1969, foram destaques em reportagem da *Folha de S. Paulo*, em 1996. A matéria destacava o sobrenome de Kátia e fez certo sensacionalismo com o título “membro do clã Odebrecht resgata pai guerrilheiro”. É que a estudante de Economia nos anos 1960, época em que foi Miss Universitária,⁵⁵⁷ é filha de Érica Odebrecht e Clarival do Prado Valadares. Sua mãe, irmã de Norberto Odebrecht. Já seu pai, foi famoso crítico de arte, médico e professor universitário. No texto escrito por Emanuel Neri, a transcrição do que disse o filho, então com 30 anos: “Meu pai não pode ser comparado a um bandido comum, ele lutou por seus ideais” (NERI, 1996).

A mesma matéria diz que após a morte de Marcão, Kátia chegou a ser presa três vezes, mas escapou das torturas por causa do sobrenome. Mesmo com esse recurso, essa proteção genealógica, a companheira de idas e vindas do nosso personagem – negro, “paraíba”, marinheiro e guerrilheiro –, assim dedicou sua dissertação de mestrado, em 1985.

Em memória de
Emílio Odebrecht, meu avô
Mariano do Prado Valladares,
meu segundo pai
Marcos Antonio da Silva Lima,
meu Mestre na Universidade do Povo (VALLADARES, 1985).

Curiosamente, no ano que marca o período mais emblemático do processo de redemocratização do país, Marcos “ganha seu diploma” numa dedicatória na qual aparecem sobrenomes que não passam indiferentes nem ao mais desatencioso leitor.

Ao ver o marujo guerrilheiro incluído nesse clã, fui tomado pela surpresa que as trajetórias biográficas, as memórias e a história sempre nos reservam. Nesse sentido, não existe canção melhor do que “como uma onda”, gravada por Lulu Santos em 1983 (em parceria com Nelson Motta), principalmente no trecho que diz: “tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo...”

Como seria bom se os livros, como os filmes, tivessem trilha sonora.

Referências bibliográficas

A VERDADE SUFOCADA. *As Tentativas de Tomada do Poder*. 2v. [s.d.], [s.l.]. 919p. Disponível em: <https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf>. Acesso em 01 jul 2018.

ALMEIDA, A. da S. ... *como se fosse um deles – Almirante Aragão: memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

ALMEIDA, A. da S. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALMEIDA, A. da S. *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ARAÚJO, M. P. N. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. 1ed., v. 2, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

AREND, S. M. F.; HAGEMEYER, R. R.; LOHN, R. L. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. Entrevistado: Carlos Fico. *Revista Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10. Florianópolis: UDESC, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2884>>. Acesso em: 31 de jul. 2018.

BNM DIGIT@L. *Brasil Nunca Mais*. 2016. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/digital.html>>. Acesso em 02 ago 2018.

BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. v. 3, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_pagina_379_a_794.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

CASTRO, R. W. P. da S. *Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande/RS – 1962-1964*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016.

CONSERVA, P. *Navegando no exílio – memórias de um marinheiro*. Itaporanga-PB: Empresas Gráficas do Nordeste, 1991.

COSTA, G. A. de L. *Em defesa da liberdade: a história de vida de José Adeildo Ramos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

DUARTE, A. *1964: a luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009.

DUARTE, J. Prisão e tortura no ar. In: FERRER, E. (org.). *68 – a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, 2011

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOMES, A. de C. (coord.). Olhando para dentro (1930-1964). In: SCHWARCZ, L. M. (dir.). *História do Brasil Nação 1808-2010*. v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MUÑOZ, D. M. *El exilio brasileño en México durante la Dictadura Militar en Brasil (1964-1979)*. 2016. Tese (Doctora en Historia) – El

Colegio de Michoacán, A.C. México, 2016.

MUÑOZ, D. M. Exílio em trânsito. El paso por México del primer grupo de asilados brasileños de la dictadura militar. *Contemporánea*, n. 4, jul-dic, 2015. Disponível em: <<http://contemporanea.inah.gob.mx/node/113>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

NERI, E. Membro do clã Odebrecht resgata pai guerrilheiro. Folha de São Paulo, *Caderno Brasil*, São Paulo, 14 jan. 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/14/brasil/32.html>>.

Acesso em: 10 de ago. 2018.

QUADRAT, S. V.; ROLLEMBERG, D. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS, D. A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RODRIGUES, F. L. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, F. L. *Marinheiros contra a Ditadura brasileira: AMFNB, prisão, guerrilha – Nacionalismo e revolução?* 2017. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. 1ed., v. 2, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SALES, J. R. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, C. de O. *Forró: a codificação de Luiz Gonzaga*. Recife: Cepe, 2013.

SANTOS, J. A. dos. *Cabo Anselmo – minha verdade: autobiografia*. São Paulo: Matrix, 2015.

SIRINELLI, J-F. Entrevista a Bruno Garcia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 9, n. 90, março, 2013.

VALLADARES, K. do P. *O acendedor de lampiões: roteiro para uma leitura da vida e obra de Clarival do Prado Valladares – um educador*. 1985. 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/9157>>.

VIEGAS, P. Nossa Luta. In: FERRER, E. (org.). *68 – a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, 2011.

VINYES, R. Sobre vítimas e vazio, ideologias e reconciliações, privatizações e impunidades. In: QUADRAT, S. V.; ROLLEMBERG, D. *História e memória das ditaduras do século XX*, v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

531. Nesse texto retomo algumas questões já trabalhadas em escritos anteriores, porém com uma perspectiva diferente, atualizada a partir de novas pesquisas historiográficas e pela divulgação de fontes não acessíveis anteriormente.

532. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 de jan. 1970, 1ª página.

533. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 de jan. 1970, p. 21.

534. APERJ, Fundo Polícia Política, prontuário 2247.

535. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de jan. 1970, p. 17.

536. *O Globo*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 21 de jan. 1970, p. 17.

537. BERNARDINO, Tiago. "Nomes dos bairros da capital se entrelaçam com a história da PB". Para as duas versões conferir a fala de Rafael Virgínio em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/nomes-dos-bairros-da-capital-se-entrelacam-com-a-historia-da-pb.html>. Acesso em: 23 de jun. 2018. Prevaleceu "Cruz das Armas".

538. Ato de dançar "xaxado", ritmo muito popular no Nordeste brasileiro, tradicionalmente vinculado às danças de cangaceiros e cangaceiras participantes do bando de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, na primeira metade do século XX (SANTOS, 2013, p. 106-110).

539. Militares da Marinha até a graduação de cabo usam sapatos e cintos pretos em alguns uniformes. A partir da graduação de sargento passam a utilizar, simbolicamente, sapatos e cintos da cor branca. (ALMEIDA, 2012, p. 32, nota 24).

540. BNM 508. Depoimento de Avani Santos, folha 38, páginas digitais 71-72. O acervo do Projeto *Brasil Nunca Mais* está totalmente digitalizado e disponível na internet. Para fins desse texto, citaremos sempre que possível o número da folha do documento original e o número da página do acervo digital. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>.

541. Para Recife ver Almeida (2014, p. 156-157); para a cidade de Rio Grande, ver Castro (2016).

542. BNM 028, página digital 956-958.

543. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de jan. 1970, p. 17.

544. A lista elaborada: "*24 Sindicalistas, vinculados al CGT (algunos militaban en el PCB.); 18 Miembros de las Fuerzas Armadas Brasileñas, la mayoría vinculados a la AMFNB; 14 Militantes del PCB (aunque había algunos otros entre los sindicalistas); 10 Periodistas (algunos de ellos también vinculados al PCB); 6 Legisladores cuyos mandatos fueron revocados por los militares; 4 Estudiantes; 2 Vinculados a la organización Ação Popular (AP); 2 Funcionarios del gobierno de João Goulart; 3 Vinculados al gobierno de Miguel Arraes en Pernambuco; 2 Militantes del PSB; 1 Vinculado a un movimiento de resistencia en una refinería de Petrobras; 1 Esposa de un asilado que obtuvo asilo provisional.*" (MUÑOZ, 2015, p. 2-3).

545. O referido livro foi tratado como fonte e objeto. As informações aqui citadas foram analisadas sistematicamente a partir do cruzamento com outros vestígios e documentos. Nesse sentido, não é prudente descartar tudo que foi escrito por esse personagem.

546. BNM 508, página digital 1190-1191. Mantive a ortografia original.

547. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de mar. de 1967, segundo caderno, p. 05.

548. Como a Apelação foi feita de forma manuscrita, a assinatura não está legível, porém,

cruzando com outras fontes, possivelmente foi elaborada pelo advogado Augusto Sussekind. Cf. BNM 149, página não identificada.

549. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de jan. 1970, p. 17.

550. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de jan. 1970, p. 17.

551. BNM 414, folha 224, página digital 318.

552. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de mar. 1967, segundo caderno, p. 5.

553. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de mar. 1967, segundo caderno, p. 5.

554. BNM 414, folha 223 – verso, página digital 317. Ver também, Rodrigues (2017. p. 216).

555. ORVIL (A VERDADE..., [s.d.]) significa a palavra LIVRO, escrita ao contrário, fruto de um material produzido pelo Exército para fazer frente ao Projeto Brasil Nunca Mais, uma coletânea de vários processos produzidos no tempo da ditadura, cujas cópias foram obtidas pelos advogados dos presos políticos e religiosos. O conteúdo do livro *Brasil Nunca Mais* (BNM..., 2016) foi, durante muito tempo, a principal referência para os estudiosos das violações dos direitos humanos no tempo da ditadura.

556. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 9 de ago. 1969, capa.

557. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de mar. 1967, segundo caderno, p. 5.



Foto 1

CAPÍTULO X

Expectativa e o sonho

O desenho biográfico de Joaquim Pedro de Andrade durante a ditadura civil-militar

[Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior](#)

[...] quem cada um é o revela quando, aos outros, reage a sua presença em um teatro interativo onde cada um é, ao mesmo tempo, ator e espectador [...]. Para ele indomável e para ele invisível como o daimon, a sua identidade lhe permanece desconhecida. Também no plano ativo da revelação propriamente humana, ou seja, política, o significado da identidade permanece um patrimônio do outro.

Adriana Cavarero

O capítulo almeja apresentar parte da trajetória de vida de Joaquim Pedro de Andrade, cineasta brasileiro na atmosfera cultural da ditadura civil-militar. Há mais de duas décadas, o primeiro dos filmes de Joaquim que assisti foi *Os Inconfidentes* (1972), marcando-me muito a cena antológica da Rainha, em pessoa, condenando Tiradentes e os outros rebeldes.⁵⁵⁸ Para mim, Joaquim, daquele momento em diante, era alguém que chegaria mediado por seus filmes e pelas narrativas da história do cinema as quais lia em livros, biografias, catálogos de mostras e retrospectivas de cinema ou em documentários. O cineasta foi fundador e dos mais importantes expoentes do Cinema Novo, participando, por exemplo, do famoso longa-metragem *Cinco Vezes Favela*, produzido para o CPC da UNE do Rio de Janeiro. Também dirigiu películas de largo impacto no período civil-militar, as quais apresentavam alegorias do Brasil atreladas diretamente a experiência social do momento: *Macunaíma* (1969), *Os Inconfidentes* (1972) e *Guerra Conjugal* (1975).

Seu nome é citado em todos os compêndios de histórias do cinema brasileiro e sua obra tem sido tema de retrospectivas, restaurações fílmicas e exibições televisivas nos últimos anos. Joaquim passou por vários momentos de confronto com a ditadura, tendo sido detido mais de duas vezes e enfrentado a censura cinematográfica em inúmeras ocasiões. O mais destacado momento de choque com o regime foi seu envolvimento no episódio dos "Oito da Glória", de novembro de 1965, quando ele, Glauber Rocha e outros artistas e intelectuais fizeram uma manifestação pela liberdade a qual teve alcance internacional e terminaram presos por 10 dias. Aquele momento, como veremos, faz parte de uma cadeia de eventos que parece ter tido papel definidor na autoimagem de Joaquim Pedro e na imagem dos outros sobre ele.

Uma vez que durante anos desenhei indiscriminadamente um perfil de Joaquim Pedro por meio de seus filmes e das narrativas

fragmentadas de terceiros, fiquei impressionado quando entrei em contato direto com suas declarações, textos e entrevistas durante pesquisas para meu doutoramento, entre 2006 e 2009. Entre as surpresas emergia a coincidência entre as narrativas de vida e as próprias interpretações de Joaquim Pedro sobre si mesmo numa continuidade de narrativas. O *eu biográfico* de Joaquim e o *ele narrado* de comentadores e perfis biográficos pareciam ter o mesmo *daimon*.

A filósofa Adriana Cavarero (1997) desenvolveu o que chamou de uma filosofia da narração, muito útil ao exercício historiográfico da biografia. Para ela, a identidade de uma pessoa ocorre na simultaneidade de um expor-se ao mundo e um contar-se, a qual se realiza plenamente no outro. A identidade do sujeito resulta da realização do desejo de *narrar-se e sentir-se narrado pelo outro ao qual se expõe e que a ele também se mostra*. Para Cavarero (1997) o desenho de uma vida, a imagem que “captura” o sentido da história de vida de uma pessoa, surge neste diálogo. O *eu biográfico* de qualquer pessoa, assim, resultaria da construção da singularidade da trajetória da vida exposta e narrável em diálogo. Historicamente construído, este *si narrável* se realiza na reunião de fragmentos da própria vida narrada segundo seu desenho pessoal, mas cuja história é sempre transformada em bem público e social.

Joaquim Pedro de Andrade deixou filmes, entrevistas, alguns textos nos quais expõe suas preocupações – como cineasta e como pessoa – com sua realidade. Ele participou do processo interpretativo de sua obra, envolveu-se nos debates de sua época e teve uma trajetória singular de vida. Ele *atuou* na reunião dos cacos de sua trajetória e da criação dos mitos que conferiram sentido à sua vida, os quais, uma vez *atualizados* pelos outros com os quais dialogava, deram identidade e originalidade à sua pessoa/personagem.

O capítulo busca entender a imagem de vida produzida por/sobre Joaquim Pedro, atendo-se à sua experiência de vida entre 1965 e 1976, observando como o próprio Joaquim contribuiu para

desenhar publicamente a sua vida. Como chamou atenção Cavarero, é para/pelos olhos dos outros que todo esforço biográfico constrói a imagem que dota uma história de vida de singularidade. É o *daimon* de Joaquim cujas raízes históricas decidimos investigar. Indagar a singularidade de Joaquim Pedro permite encontrar aspectos importantes da vida política e cultural da ditadura militar do ponto de vista da individualidade.

Diferente de Glauber Rocha, existem poucos textos biográficos sobre Joaquim Pedro, sendo o livro *Joaquim Pedro de Andrade: uma revolução intimista*, de Ivana Bentes, publicado em 1996, o único que contempla sua vida inteira.⁵⁵⁹ Abundam, porém, inúmeros perfis biográficos em estudos, livros, catálogos de mostras e retrospectivas, os quais, em esmagadora maioria, apresentam grande similaridade na construção do registro identitário de Joaquim. Em especial, o denominador comum do perfil biográfico do cineasta está intimamente relacionado a um dos principais mitos na história do cinema brasileiro: a *autoria*. Indagar sobre a autoria de Joaquim Pedro de Andrade permite encontrar a proposta de imagem de si e a memória para ele construída. A autoria se relaciona diretamente aos outros dois mitos principais que singularizam sua identidade pessoal e histórica: o legado do *modernismo*/mineiridade e a *resistência à ditadura*. Os três são eixos interpretativos, por exemplo, do último grande monumento ao diretor: o lançamento comercial da caixa de DVDs *Joaquim Pedro de Andrade: obra completa*, em 2009, a qual, no próprio título, usa o expediente literário-cinéfilo de “obra completa” monumentalizando o cineasta como autor.⁵⁶⁰

Do ponto de vista teórico, devemos afastar a noção de mito da *ilusão biográfica* apontada por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1996), qual seja, “[...] a ilusão de que a vida tem um sentido imanente, uma coerência e um fim” (SCHIMIT, 2003, p. 69). Hoje a discussão da biografia superou este problema, uma vez que segundo Benito Schimdt, seria mais interessante pensar o sujeito como um ponto de possibilidades e impossibilidades subjetivas sedimentadas ao redor

de sua história. Para François Dosse (2009) e o próprio Benito Schmidt (2003), pode-se dizer que a escrita biográfica apresenta as condições de possibilidades das ações em contextos relacionais que não são determinados estruturalmente.

Os enredos de autoria, modernismo e resistência serão os fios de acesso aos fragmentos da vivência histórica do cineasta durante a ditadura civil-militar enquanto organizava sua história. Contudo, estes mitos tinham uma ferida, a qual chamaremos de *consciência do terror* do cineasta, uma parte de sua vivência até hoje pouco explorada pelos trabalhos biográficos. Ao final deste texto, pretendemos ter realizado uma biografia episódica de Joaquim Pedro como uma história de mitos pessoais diretamente “dependente” da vivência na ditadura civil-militar, na qual, como veremos, em pequenos traços deixados por Joaquim, um terror espreitava na sombra.

Fazendo-se autor no cinema brasileiro

Joaquim Pedro de Andrade nasceu em 25 de maio de 1932, no Rio de Janeiro, filho de Rodrigo de Melo de Andrade e de Graciema Prates de Sá. Ele passou a infância na capital federal e em viagens por Minas Gerais. Estudou no colégio Mello e Souza, sendo educado com rigor e cuidado. Rodrigo de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) desde 1937, durante o governo Vargas, fazia parte da geração de modernistas. O padrinho de crisma de Joaquim Pedro fora o poeta Manuel Bandeira, que junto a outros modernistas que frequentavam a casa do “Dr. Rodrigo” ou “Rodrigão”, como era chamado por muitos. O filho desenvolveu uma personalidade com larga cultura literária nacional e internacional e um grande apreço afetivo pelos trabalhos das primeiras gerações modernistas. Segundo depoimentos de sua primeira esposa Sarah Barbosa ou de amigos como o cineasta Paulo César Saraceni, os quais o conheceram já durante seu período na faculdade, era muito refinado, discreto e sensível.

Iniciou graduação em Física na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio, onde conheceu muitos de seus amigos da vida inteira, bem como onde conheceu sua primeira esposa, Sarah de Castro Barbosa, com quem casaria por procuração em 1962.⁵⁶¹ Ali ele frequentou o cineclube do CEC, criado por Saulo Pereira de Melo e Mário Haroldo Martins, professores da Faculdade de Física. Segundo biógrafos e estudiosos como Luciana Araújo (2013) foram decisivas na sua formação a influência de Plínio Sussekind Rocha, professor de mecânica analítica, teórico do cinema mudo e fundador do Chaplin Club. A cultura do cineclube estava na base de sua formação, implicava em exhibições de filmes, debates coletivos e partilha de conhecimento sobre cinema que lhe conferiram memória e cultura cinematográfica, além de uma rede de relações sociais. Desenvolvia-se um ambiente cinéfilo com forte presença inicial de Sergei Eisenstein e do neorrealismo e, anos mais tarde, da Nouvelle Vague. Contava-se também com a importante rede de sessões de filmes promovidas pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ainda nessa época, Joaquim Pedro teve experiência também com filmes de 16mm, curtos e mudos, tendo por colaboradores Sandro Pereira de Melo e Paulo Cesar Saraceni.

Quando seu interesse por cinema se consolidou e o fez abandonar a carreira de físico, apesar de ter iniciado a trabalhar na área logo após a conclusão de sua graduação em 1955, causou alguma perturbação familiar, mas seus pais decidiram apoiá-lo, principalmente Rodrigo de Melo, que usava de seus contatos no Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) no fornecimento de equipamento das primeiras experiências fílmicas. Ainda assim Joaquim Pedro atuou em estágios no setor de restauração do SPHAN, em 1956, particularmente dedicado a obra de Aleijadinho. Graças a sua experiência e contatos no SPHAN, em Ouro Preto, ele atuou como assistente de direção, em 1957, nas gravações de *Rebelião em Vila Rica*, dos irmãos José Geraldo e Geraldo Santos, que seria lançado em 1959. Também naquele ano ele realizou seus dois primeiros filmes O

Poeta no Castelo, sobre Manuel Bandeira e *O Mestre de Apipucos*, sobre Gilberto Freyre.

A partir de meados dos anos 1950, atuou na imprensa enquanto investia cada vez mais no mundo cinematográfico, iniciando a feitura de *Couro de gato*, mais tarde incorporada como um dos cinco episódios do já citado *Cinco Vezes Favela*. Em realidade *Couro de gato*⁵⁶² só fora concluído em Paris, quando Joaquim Pedro realizou um estágio entre 1961 e 1962, inicialmente com uma bolsa francesa e depois com uma bolsa da Fundação Rockefeller, no IDHEC (Institut des Hautes Études Cinématographiques), seguindo depois para os EUA na Slade School of Art; em Londres, com o estudioso Thorold Dickinson, responsável pela cadeira de Film Studies; depois seguiu para Nova York para trabalhar na produtora de pessoal especializado em novos formatos de documentários. Retornado ao Brasil ele conseguiria realizar *Garrincha, alegria do povo*⁵⁶³ em 1963 e realizaria o filme *O Padre e Moça*, lançado em 1966. Entre 1959 e 1967, Joaquim Pedro como tantos de sua geração se engajou em construir um aparato social e crítico de defesa de sua pessoa e de seus colegas como *autor de cinema*.

Num filme produzido para a televisão alemã chamado *Cinema Novo*, de 1967, e lançado um ano depois, a atitude e posição de Joaquim Pedro de Andrade como diretor de cinema é nomeada pela voz *over*.⁵⁶⁴ No filme, a instância narrativa que comenta as imagens, afirma que a origem do cinema novo, proposto ali como um movimento cinematográfico, estaria ligada a Nelson Pereira dos Santos e a um “grito de luta”, qual seja, a expressão “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. A voz *over* afirma que o próprio Joaquim não seria visto na fita, pois ele estava atrás das câmeras, apresentando cenas de gravações dos “seus companheiros do cinema novo”. A narração afirma que Nelson Pereira fora o precursor, uma vez que filmou (na rua, com luz natural) contra o sistema de estúdios de seu tempo. “Contrariando as probabilidades” Nelson inventou uma “arte de sobrevivência” quando realizou *Rio Quarenta Graus*, em 1955,

sendo que 12 anos mais tarde, ele já era “autor de uma vasta obra”. A designação de *autor* para um diretor era a base central da argumentação personalista ali empreendida. Nelson havia inventado uma forma de cinema que estava além/aquém do modelo clássico americano, bem como das outras alternativas brasileiras da chanchada ou da Vera Cruz. Original, único, representativo e subjetivo, Nelson era classificado como realizador de um cinema de autor, criador de um conjunto de imagens e discursos que estariam ligados a um sujeito artista-cineasta, um paradigma de produção/significação cinematográfica.

O filme continua. A voz *over* afirma que um grupo de jovens que veio depois de Nelson, seus continuadores, foi selecionado para ser acompanhado enquanto trabalhava com cinema: Carlos Diegues no lançamento de *A Grande Cidade*; Glauber Rocha e a gravação de *Terra em Transe*; Domingos de Oliveira e seu *Todas as mulheres do mundo*; Arnaldo Jabor e o documentário *A Opinião Pública*; e Leon Hirszman e os primeiros copiões de *Garota de Ipanema*. Todos estes momentos estavam inseridos no contexto imediato dos debates pós-1964. O filme inscreve todas estas produções no contexto da vanguarda cinematográfica de um novo modelo de produção autoral e política. O argumento da fita afirma a iniciativa individual e original de sujeitos-cineastas pessoais que indagam sobre o Brasil de então. O filme insiste: uma relação afetiva estava na base do cinema novo, tanto nos *sets* de gravações como nos momentos de repouso, em botequins no Botafogo, lugares e centros de informações e de bate-papo, ao lado do laboratório de montagem ou na casa de David Neves, lugares onde Vinicius de Moraes e Maria Bethânia apareciam em festas entre amigos. A voz *over* afirma que “[...] os jovens cineastas brasileiros *são em sua maioria de classe média como são todos os que produzem e consomem a cultura brasileira*” [grifo nosso]. Suas produções buscariam a realidade brasileira para um público formado por filmes estrangeiros. Os cineastas estariam marcados por uma dor social, que naquele momento, permanecia e aumentava. A narração,

perto do final do filme, afirma que *viver significava agir*, pois tudo estava por fazer no Brasil.

Observe-se um papel demiúrgico, imaginado pela narração do filme, para os sujeitos designados. No discurso emerge também um princípio de comunidade: para constituir um certo lugar social, cineastas investiram em si mesmos como sujeitos individuais e autorais que assumem responsabilidade moral frente sua realidade social. São um grupo contra um sistema ou à margem de sistemas econômico (de produção fílmica), política ("despossuídos" frente ao poder autoritário que se cristalizava em 1967) e cultural (produzindo a cultura brasileira contra a massificação estrangeira). Uma comunidade solidária da classe média que produzia e consumia a cultura brasileira, entendida aqui ao redor de artes como cinema, literatura e música popular. Tal conceito explicitamente excluía as produções do "povo", aquilo que na época chamavam de "folclore" ou "cultura popular."⁵⁶⁵

A narração do documentário *Cinema novo* não apresentava argumento novo. Glauber Rocha já defendia a autoria desde antes, mas a tornou central na publicação *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*, em 1963. Em 1966, investindo na mesma argumentação, Rocha afirmou que o cinema independente (no sentido político e estético) era o "cinema de autor".⁵⁶⁶ Também como no filme de Joaquim Pedro, certa proposta de inscrição na história foi desenvolvida por David Neves (1966, p. 11) no pequeno livro publicado em 1966, *Cinema Novo no Brasil*, no qual este movimento é caracterizado como "[...] um estado revolucionário de espírito, relativamente às coisas de nossa cinematografia". Para Paulo Emilio Salles Gomes, o Cinema Novo era uma manifestação especificamente carioca.

Joaquim e os outros narravam-se a si mesmos e aos outros como autores, construindo mutuamente posições sociais comuns. A autoria era uma chave discursiva para delimitação social e uma chave produtiva relacionada a uma nova forma de produzir cinema como

alternativa à indústria. Era, por fim, uma chave política, uma vez que definia um certo tipo de engajamento. Estava relacionada à construção de uma relação com o cinema daquela geração de cineastas da qual Joaquim Pedro fazia parte: a cultura da cinefilia e do cineclubismo.

Segundo Luciano Fernandes (2008) a geração de Joaquim Pedro de Andrade foi a primeira de cineastas brasileiros que acumulava capital cultural suficiente para reivindicar um lugar diferenciado na produção fílmica. As gerações anteriores eram todas construídas no universo prático da produção. Esse capital cultural prévio estava relacionado ao conjunto de redes sociais dos quais faziam parte, construindo numa “multiposicionalidade” em relação justamente ao conjunto de instituições em relações diretas com a geração de modernistas de outros campos, como arquitetura, patrimônio, literatura, periodismo além de muitos personagens da diplomacia. A título de exemplo basta lembrar os vínculos familiares destes sujeitos: Joaquim Pedro, filho de Rodrigo de Melo, diretor do SPHAN, afilhado de Manuel Bandeira, cuja casa era frequentada por Vinicius de Moraes, Gilberto Freyre, Carlos Drummond, Lúcio Costa, Oscar Niemayer etc.; David Neves era filho do general Luiz Neves (o mesmo em cuja casa foram guardados os copióes do filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho); Mário Carneiro (primeiro fotógrafo com quem Joaquim trabalhou) era filho do diplomata Paulo Carneiro; Eduardo Scorel (montador de todos os filmes de Joaquim Pedro) era filho do embaixador Lauro Scorel; além de outros. Estes vínculos se construíram ao redor de posicionamento de genitores e suas redes de sociabilidade, bem como do pertencimento dos jovens que seriam cineastas às redes pessoais e afetivas que tornaram possível o cinema como atividade profissional.

Na afirmação de espaços comuns, os sujeitos mencionados acima e tantos outros elegeram uma série de “retóricas institucionais de consenso” (FERNANDES, 2008, p. 66) de pertencimento comum e identificação de seus adversários culturais: o *nacionalismo* como eixo

de defesa de um cinema brasileiro; o *combate* à chanchada como modelo de cinema nacional a ser superado; a *politização* do debate cultural que transformava o cinema em tópico sociocultural de primeira importância e lócus da conscientização pública. Fernandes assegura o papel fundamental do nacionalismo como tópico de pertencimento mais amplo no campo de produção fílmica que se queria firmar no Brasil e que permitia a ligação do cinema com toda uma sorte de práticas culturais, econômicas e políticas. O mesmo autor assegura que os outros dois ('antichanchadismo' e a politização) eram articulações específicas dos sujeitos-cineastas em formação. Acrescentamos, porém, o *autorismo* como quarto fator, uma vez que este permitia um modelo alternativo de crítica, valorização e promoção de cinema na cultura pública, a partir de outro tipo de produção e abria espaço para um posicionamento do próprio agente em relação a si mesmo (o cineasta) e ao reconhecimento dos pares, aspecto das práticas culturais cinéfilas a partir dos anos 1950 (DE BAECQUE, 2010).

Ser autor fora algo ao qual Joaquim aderiu por pertencimento comunitário, vínculos afetivos, mas também por ganhos institucionais em construção. A autoria era engajamento afetivo antes de tudo porque subjetivava imediatamente o olhar, o dizer e o comentar a si mesmo e a sua produção (e ao dos outros) ao redor do seu nome próprio. A consequência histórica era a construção pública de certa mitologia do sujeito-cineasta como artista que *faz* filmes. Joaquim Pedro de Andrade, entre tantos, transformava seu nome numa âncora para os significados. Esse processo se consolidou entre 1959 e 1966 no caso de Joaquim Pedro. De todos os aspectos da composição de sua trajetória como cineasta, este tornou-se um dos centros (discretos) do mito de sua história de vida. As críticas de cinema, no decorrer da carreira, personalizaram a avaliação dos filmes do cineasta a partir de sua ligação com o próprio. Positivas ou negativas, de colegas ou adversários, os filmes feitos por Joaquim eram sempre "do Joaquim".

O lugar de autor é construído não apenas pelo próprio sujeito, mas pelo múltiplo uso da categoria em mostras e retrospectivas fílmicas marcadas pelo nome próprio, como por exemplo, a Retrospectiva Joaquim Pedro de Andrade, realizada em 1976, no Cineclube Macunaíma, no Rio de Janeiro, para o qual foi produzido um folheto com um hoje memorável depoimento do cineasta. Naquele mesmo ano, o cineasta gravou importante entrevista para Sylvia Bahiense no programa televisivo *Luzes, Câmera*, com 57 minutos de duração.⁵⁶⁷ Em ambos, Joaquim Pedro de Andrade era caracterizado como um sujeito/individual cuja retórica subentendida era a da autoria. Desde os anos 1960, em comentários de companheiros “Quincas”, apelido dado pelos amigos, inclusive Glauber Rocha, era tido como um sujeito sensível e articulado. Joaquim Pedro foi classificado pela retórica ao mesmo tempo que que trabalhava construindo-a.⁵⁶⁸

A autoria é elegíaca ou detratora e seguirá Joaquim nas décadas seguintes, incluso após sua morte. Em *Joaquim Pedro de Andrade: a revolução intimista*, Ivana Bentes (1996, p. 130) conclui o texto com uma avaliação geral que diz o sujeito como quem diz o seu cinema, estabelecendo a autoria como um pertencimento geracional e histórico nacional:

Joaquim Pedro de Andrade perseguiu e construiu essa ficção histórica, a História fabulada, reinventada, em cada um dos seus filmes. Juntou o mais íntimo com o que é coletivo e anônimo. O Brasil como projeto estético-literário-cinematográfico-existencial, projeto de uma vida e de uma geração.

O texto de Bentes reflete sobre si mesmo como biografia, estendendo-se entre a crítica de cinema, a apreciação histórica e o quadro de geração por meio da história de vida de Joaquim Pedro, sempre usando a biografia como escudo e síntese impressionista do cineasta/cinema e sua história. Bentes (1996, p. 12) brinca com a escrita biográfica – “Cuidado com a cronologia! Me sopram os ouvidos. Um pouco de biografia”, afirma coisas como “[...] se as biografias tivessem a simplicidade de um currículo vitae...”. Fala da

“mineirice” atravessada de cordialidade carioca de Joaquim Pedro, o contrapõe ao maior mito-cineasta-autor da época, Glauber Rocha:

Glauber, o épico, o bufão, o gênio louco e irascível, o agitador, o demolidor, e Joaquim, a balança, o fio da navalha, o perfeccionista, o intimista, o construtor. Se Glauber passava ao largo da tradição, se começava do zero, cinema de fundação, Joaquim Pedro faz uma retomada radical da tradição para miná-la, desconstruí-la, e finalmente renová-la de dentro, afundar para reconstruir (BENTES, 1996, p. 14).

O texto de Bentes consolida um discurso de época, um discurso histórico-biográfico que é fruto de uma invenção cultural do passado, e que personaliza o cinema ao redor de um mito, o autor, cuja vida define o cinema. A autoria assim contribui à monumentalização de Joaquim Pedro, em perfis, críticas e comentários.

Joaquim Pedro e o modernismo

O cineasta Joaquim Pedro era radicalmente culto e segundo muitos contemporâneos, irônico, debochado, refinado, falava baixo e compassadamente. Era duro e exigente consigo mesmo e montava seus roteiros a partir de amplas pesquisas, o que em parte significava que sua atuação em cinema não era massiva, no sentido que não se interessava fazer filmes em série, mas por realizar obras emocionalmente (e pessoalmente) significativas. Paulo Cesar Saraceni dizia que sensível e muito “complicado”, o processo criativo de Joaquim Pedro era longo. Ele escreveu muitos roteiros os quais não chegou a realizar, existindo relatos de inúmeras adaptações literárias, desde a graduação, de autores como Andre Gidé, Graciliano Ramos etc., tendo escrito, antes de ser vitimado por câncer em 1988, uma adaptação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. A literatura era importante na montagem de seus roteiros, estando diretamente presente em seus principais filmes: em 1966, *O padre a moça* era inspirado no poema de Carlos Drummond de Andrade; em 1969, *Macunaíma* fora adaptado do romance homônimo de Mário de Andrade; em 1972, *Os Inconfidentes* usava o *Romanceiro da*

Inconfidência, de Cecília Meirelles, além de peças dos poetas árcades; em 1975, *Guerra Conjugal*⁵⁶⁹ adaptava de contos Dalton Trevisan; em 1982, *O Homem do Pau Brasil*⁵⁷⁰ usava largamente a obra de Oswald de Andrade.

Num olhar retrospectivo, percebe-se a importância de autores modernistas (Carlos Drummond, Mario e Oswald de Andrade, Cecília Meirelles), que se estenderia até seu último roteiro completo realizado em vida *Casa Grande, Senzala & Cia*, a qual remete a sua rede de relações sociais. Como dito acima, a multiposicionalidade de Joaquim Pedro garantiu-lhe uma inserção social que ele soube explorar para produzir a si mesmo como cineasta no Brasil. Tradicionalmente, a tendência a usar o eixo familiar é uma boa forma de começar a visualizar os tópicos pertinentes de uma trajetória de vida e o fato de que Joaquim Pedro ser filho de Rodrigo de Melo de Andrade, o qual fora diretor do Instituto do Patrimônio Histórico, entre 1937 e 1967, não pode ser considerado desimportante. Isso se afirma em todas as principais biografias e perfis sobre o cineasta (BENTES, 1996; ARAÚJO, L., 2013; SILVA, 2016). Luciana Correa de Araújo, afirma que se a “vontade de fazer filmes” foi afirmada ao redor da cultura dos cineclubes, a relação do filho com o pai sobressaía como definidora da formação do cineasta:

Os superlativos são regra nos depoimentos sobre dr. Rodrigo. Quando comecei a entrevista com Sarah de Castro Barbosa, primeira mulher de Joaquim Pedro, ela fez questão de falar, antes de tudo, daquele que teve ‘importância superior’ na vida do cineasta. Pessoa ‘extraordinária’ e das mais completas que conheceu, segundo Sarah, dr. Rodrigo transmitiu aos filhos toda sua preocupação com o rigor, com a seriedade (ARAÚJO, L. 2013, p. 20).

A autora inicia sua apreciação pelo confronto de gerações diferenciadas por Vinícius de Moraes, em crônica publicada em 1942, na qual o poeta contrapunha a geração dos “cinemáticos”, da qual fazia parte Rodrigo de Melo de Andrade, e os “visuais”, composta por Plínio Sussekind, fundador do cineclubes Chaplin e que atuou na formação cinematográfica de Joaquim Pedro. Esse contraponto

estrutura a caracterização biográfica de Luciana Araújo e propõe um papel referencial importante reforçado da figura de Rodrigo de Melo. Por um lado, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) era a referência obrigatória na vida do filho, por outro, pertencia a outra geração, sendo um ponto de confronto.

Ivana Bentes já seguia esse eixo e o liga diretamente ao posicionamento do cineasta frente ao legado modernista, estabelecendo um princípio de tese de legado “familiar”. A relação de Joaquim Pedro com seu pai seria definidora de sua identidade pessoal e reverberou na constituição de uma cultura intelectual e material que permitiu certa subjetividade na produção cinematográfica de Joaquim Pedro. Torna-se pertinente lembrar como esse mito de continuidade é algo que foi perfeitamente combinado nos discursos biográficos sobre Joaquim Pedro com a noção de autoria.

Para os “biógrafos” de Joaquim Pedro, Rodrigo de Melo de Andrade, o “dr. Rodrigo” ou o “Rodrigão” era figura fundamental. Esta “tese da continuidade familiar” (BAUER, 2015) aparece em tanto nos analistas que valorizam a recorrência temática nos filmes do diretor, como a “inspiração e a reverência ao ambiente familiar do pai” (BRAGA, 2010, p. 63) ou a “mineirice” (BENTES, 1996, p. 113), mas também Silva (SILVA, 2016) do cineasta. Segundo Vanuza Braga haveria uma “herança passada de pai para filho” que se revelaria na atividade do cineasta. A autora, a partir de relatos de Eduardo Scorel refere-se

[...] à impressão de que Joaquim estava intimamente atrelado às expectativas do pai. O jovem diretor havia estreado em 1959 com os dois belíssimos filmes sobre Manoel Bandeira (seu padrinho) e Gilberto Freyre, *O Poeta do Castelo* (1959) e *Mestre de Apipucos* (1959), fazendo clara reverência à influência do pai sobre sua formação. No entanto, com *O Padre e a Moça* (1965) e *Brasília: Contradições de uma cidade nova* (1967), a história foi outra (BRAGA, 2010, p. 20).

Braga analisa a trajetória de Andrade ao redor do princípio da “mineiridade” como uma “herança passada de geração em geração”

na qual certo *telos* familiar se afirma como o destino do cineasta. De fato, não apenas pela constituição do meio intelectual como da vida material mostram-se continuidades entre as ligações pessoais e de práticas entre cinema brasileiro e patrimônio. Joaquim Pedro de Andrade conheceu a primeira geração modernista e trabalhou junto ao material desenvolvido e construído por seu pai, um dos principais ideólogos do patrimônio daquela época. Seu primeiro longa-metragem de ficção, *O Padre e a Moça*—⁵⁷¹ foi gravado nas proximidades de Diamantina. O cineasta demonstrava grande apreço por Mário de Andrade e por Oswald de Andrade, era afilhado de Manuel Bandeira a quem dedicou seu primeiro filme, *O Poeta do Castelo* (1959) e realizou um documentário sobre Gilberto Freyre, *O Mestre de Apipucos*. Também realizou importantes documentários sobre o patrimônio artístico nacional tal qual como *Brasília, contradições de uma cidade* (1967) e *O Aleijadinho* (1978). A tese familiar e do legado modernista atinge seu epítome em *Histórias Cruzadas*, documentário realizado pela filha de Joaquim Pedro, Alice de Andrade, em 2008 e incluído na caixa de DVDs mencionada acima. Tal recorrência discursiva é uma monumentalização do filho por meio do pai e do pai por meio do filho.

Curiosamente, como demonstrado por Leticia Bauher (2015), não existem biografias oficiais ou não-oficiais para Rodrigo de Melo de Andrade, ainda que tenha ocorrido uma monumentalização do personagem. Bauher afirma também que sua família não teve papel definidor da memória do personagem, que no geral foi composta por meio da história do SPHAN/IPHAN que asseverou, ao longo dos anos, a posição estratégica de Rodrigo de Melo na geração modernista no Brasil. Com o apoio inicial de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e da Cultura do Estado Novo, na época de sua fundação, em 1937, o SPHAN integrou Rodrigo Melo de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira entre tantos, num empreendimento duradouro para transformação de parte da cultura material (casas, prédios, palácios, ruínas, lugares etc.) em patrimônio

histórico e artístico brasileiro (FONSECA, 2005). O vínculo entre os criadores de muitas das propostas estéticas da literatura e arquitetura modernas no Brasil e a definição da herança passada é um tópico recorrente na bibliografia sobre o patrimônio (CERÁVOLO, 2013) de maneira que ao mesmo tempo que se inventava um Brasil moderno por meio da literatura e arquitetura modernista, se identificava no patrimônio nacional as bases tradicionais da nação, das quais a grande invenção discursiva e histórica fora o “barroco mineiro”.

Por outro lado, como demonstra Bauher (2015), Rodrigo de Melo era amigo de grande parte dos grandes modernistas, entrando em choque com alguns setores do debate patrimonial nacional, mas conseguindo manter ao seu redor um círculo amplo de sujeitos estratégicos que incluía cariocas, pernambucanos, paulistas e mineiros. Assim, o diretor daquilo que tem sido reiterado pela bibliografia como a “fase heroica” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (FONSECA, 2005), durante a direção do “dr. Rodrigo”, Joaquim Pedro conviveu com toda uma cultura literária e patrimonial e conheceu personagens estratégicos como Lúcio Costa. Obviamente este convívio social foi valorizado nos perfis bibliográficos.

O mote tem sido sempre, neste sentido, a “mineirice”, a forte presença do Barroco e, principalmente, a relação com o legado modernista. Tudo isso marcado por uma situação de tensão, uma vez que Joaquim, filho de um grande expoente idealizador da narrativa patrimonial brasileira, afilhado de um poeta-maior do modernismo, ao seguir o engajamento político que teria sido próprio de sua geração, abraçou o modernismo de Oswald de Andrade e faria uma revisão de *Macunaíma*, de Brasília e de Tiradentes em nova chave interpretativa. Segundo relatos de Eduardo Scorel, ele e seu pai ficaram atritados pela interpretação algo sinistra do poema de Carlos Drummond que deu base ao filme *O Padre e a Moça*, de 1966. Chamado por Lúcio Costa para fazer um documentário sobre a nova capital da República, um símbolo da modernidade brasileira, o filme

Brasília, Contradições de uma cidade nova, jamais lançado, cujo roteiro fora escrito junto ao crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, contrastava imagens do plano piloto com as cidades satélites pauperizadas, mostrando o fracasso do projeto modernista em promover uma nação justa, e desagradando diretamente Oscar Niemayer e Lúcio Costa, amigos de seu pai, e ao próprio "Rodrigão".

O "dr. Rodrigo", acompanhou a escrita do roteiro de *Macunaíma*, adaptação do romance de Mário de Andrade, momento que, segundo Escorel (2005), funcionou como uma tentativa de reconciliação do filho com pai. Num contexto cada vez mais acirrado da ditadura civil-militar, Joaquim se aproximava de Oswald de Andrade e sua antropofagia, a qual, lentamente, desde os anos 1950, com o neoconcretismo, ressurgia no cenário nacional. Em 1967 Oswald e a antropofagia estavam no debate via Jose Celso e a apresentação de *O Rei da Vela*, o lançamento de *Terra em Transe* de Glauber Rocha e as investidas tropicalistas. Rodrigo de Melo morreu em 11 de maio de 1969, durante a produção de *Macunaíma*, ao qual não chegou a ver concluído, e, talvez, não tivesse ficado satisfeito com o filme. Especulações não-factuais à parte, segundo Ivana Bentes, a marca do pai seguiria Joaquim nos anos seguintes, quando este dedicou *Os Inconfidentes* a Rodrigo de Melo, filme de retorno do diretor a Minas Gerais no qual alegorizava a repressão política e que fora lançado em meio às comemorações do Sesquicentenário da Independência de 1972. Filme político que retornava ao modernismo em "chave antropofágica", como afirmam os perfis biográficos de Joaquim Pedro, *Os Inconfidentes* foi também uma forma de resistência política, as quais, porém, nada negariam da mineiridade paterna. Estas raízes também estavam em ação quando Lúcio Costa chamou Joaquim para realizar um filme sobre *Aleijadinho* (1978) para o IPHAN.

A "chave antropofágica" foi a grande metáfora pela qual os críticos e perfis organizaram a particular relação de Joaquim Pedro de Andrade com o legado modernista, tomado este como corpo

tradicional literário.⁵⁷² Entre 1967 e 1972 o Brasil viveu intenso uso das imagens antropofágicas. As retomadas de José Celso Martinez, os empreendimentos de Hélio Oiticica ou debates da poesia concreta, recolocaram no cenário artístico brasileiro o escritor Oswald de Andrade entre as personagens canônicas da nascente Tropicália.⁵⁷³

O modernista Oswald, no “momento tropicalista”, fora uma figura que permitiu a emergência da ideia do devorar simbolicamente os elementos do passado e presente e reinscrevê-los numa nova ordem: diversos estilos e potencialidades formais, musicais e temáticas advindos de procedências diferentes poderiam ser harmonizados e desequilibrados em produções subversivas das identidades vigentes. Se no *Manifesto Antropófago* de Oswald o canibal comeria/incorporaria a técnica e cultura estrangeiras, esse aspecto foi combinado junto aos elementos consagrados da própria cultura brasileira no ideário do nacional-popular já fraturado pela experiência do golpe civil-militar (FAVARETTO, 2007, p. 81-96).

Na época de *Macunaíma* (1968), Joaquim criou um lugar na nova tradição antropofágica numa fórmula especial que era diferente de outros cineastas e artistas da época. A antropofagia do filho de Rodrigo de Melo de Andrade tomou o nome de *autofagia*, uma vez que Joaquim Pedro desenvolveu a ideia de que, no Brasil, *os fracos (pobres ou subdesenvolvidos) se entredevoram*, imagem que ele repetiria quando da época do lançamento de *Os Inconfidentes* (1972), de *Guerra Conjugal* (1977) e de *O Homem do Pau Brasil* (1982). Ou seja, entre 1968 e 1982, o cineasta usou reiteradamente a antropofagia como uma forma pessoal de propor a interpretação do seu trabalho, do legado modernista e como chave interpretativa do próprio momento político. Ele repetiu isso em entrevistas para a imprensa, textos-manifestos e documentários. O cineasta reconceituou a antropofagia como uma “autofagia” para poder abordar o tópico das desigualdades culturais e econômicas brasileiras. Nas palavras de Joaquim Pedro de Andrade no *pressbook* do filme em 1969:

Escrevi duas adaptações que me consumiram quatro meses, mais ou menos, de fevereiro a junho de 1968. Na primeira eu tentava racionalizar, de certa forma, domar o livro [...]. Já na segunda, quando eu entendi que *Macunaíma* era a história de um brasileiro que foi comido pelo Brasil, as coisas ficaram mais coerentes e os problemas começaram a ser resolvidos uns atrás dos outros.

No mesmo ano, por ocasião do lançamento do filme no festival de Veneza, Joaquim escreveu o pequeno texto *Canibalismo e autofagia* (ANDRADE, 1995, p. 81-83) e que também fora reproduzido em outros suportes, destacando-se a revista peruana *Hablemos de Cine* naquele mesmo ano. Ali estabeleceu uma relação entre subdesenvolvimento e antropofagia:

A antropofagia é uma forma de alimentação adotada de maneira exemplar pelos subdesenvolvidos [...]. Nos nossos dias – enquanto constatamos mais claramente que nunca a continuidade do poder da classe brasileira por tradição dominante e conservadora, a qual não mudou e não pode mudar – descobrimos a antropofagia. Todos os produtos de consumo são redutíveis, em última análise, ao canibalismo. As relações de trabalho como as relações entre as pessoas, as relações sociais, políticas e econômicas são também fundamentalmente antropofágicas. Quem pode fazê-lo, devora ao outro, diretamente ou por meio de um produto intermediário – como acontece no campo das relações sexuais. A antropofagia se transforma em institucional também quando se dissimula. Os novos heróis da busca de uma consciência coletiva tentam devorar aqueles até pouco antes os devorava, mas são ainda muito fracos. A esquerda, enquanto é devorada pela direita, se treina e se purifica por meio da autofagia, o canibalismo dos fracos. A Igreja celebra a autofagia nas missas re-devorando Cristo; a vítima e o carrasco se identificam e se devoram. [...] Neste meio tempo, vorazmente, o Brasil devora os brasileiros. *Macunaíma* é a história de um brasileiro devorado pelo Brasil (ANDRADE, 1975, p. 25).

Este forte trecho tem sido exaustivamente comentado por estudiosos da antropofagia, historiadores do cinema brasileiro e eventuais perfis biográficos de Joaquim Pedro. A canibalização indígena fora reinterpretada como um ato de resistência diante dos colonizadores que a tudo consomem, o capitalismo destrutivo. Mas suas implicações políticas eram catastróficas também na reavaliação do papel das esquerdas no Brasil. A antropofagia como figura de linguagem vira uma descrição das estruturas culturais-econômicas da sociedade brasileira. Nas palavras de Joaquim Pedro, em um beco sem

saída, com um misto de censura e recalque, a autofagia é a tragédia dos subdesenvolvidos que encontrou a última expressão brasileira sob o domínio da classe dirigente invencível da ditadura.

O Brasil que devora e no qual os fracos se entredevoram foi transformada em marca pessoal pelo cineasta, que tentava dar orientação a sua leitura do livro de Mário de Andrade e sua proposta fílmica, assinalando o seu lugar no discurso engajado brasileiro da época que constata a continuidade entre passado colonial e presente autoritário. Neste a antropofagia ganhou “um aspecto civilizado, um aspecto industrializado” (ANDRADE, 1971, p. 23). Dez anos depois, em entrevista a José Carlos Avellar sobre o filme *O Homem do Pau Brasil*, Joaquim Pedro (1982a) retornou a chave autofágica:

A ideia de utilizar um casal de atores simbolizando o Oswald-macho e o Oswald-fêmea não significa um formalismo à toa. Ao contrário, estou procurando com isso fazer uma síntese interna, antropofágica do meu herói. O lado masculino entra em choque com o lado feminino até que este, por fim, o devora. Vence o Oswald-fêmea. Vence o matriarcado do antropofágico. Essa é a grande lição do movimento antropofágico. Ou seja, todos nós estamos sujeitos à nossa devoração psíquica, interna, até nos tornarmos seres mais completos.

Nos anos 1980 a chave autofágica se tornara mais otimista do que nos anos anteriores, quando em meio ao ambiente ditatorial e da censura fora usada como um *tropo* de compreensão de uma entidade autoritária, o Brasil (que devorava Macunaíma no filme homônimo ou que esquarteja Tiradentes em *Os Inconfidentes*). Contudo, sua permanência é uma chave do próprio diretor sobre sua obra, da crítica de cinema e dos empreendimentos monumentalizadores e biográficos. Basta dizer que consta em inúmeros dos trechos de autoria de Joaquim Pedro na seção “Com a palavra” nas caixas de DVDs de sua coleção restaurada, na qual o termo aparece várias vezes. Em textos históricos ou biográficos a antropofagia tornou-se chave conceitual da obra e uma chave biográfica. De “Brasil canibal” (GUEDES, 2011) ao “Canibalismo dos fracos” (RAMOS, 2001), Joaquim Pedro foi interpretado como um antropófago da resistência cultural,

o que foi firmado por Ivana Bentes, autora apegada aos *tropos* e metáforas dos próprios autores. Apenas o texto de Luciana Araújo escapa da chave autofágica, ainda que permaneça no registro do legado modernista via o barroco e a mineiridade como conflito de gerações (ARAÚJO, L., 2013, p. 227-250).

Contudo, a diferença do registro antropofágico, a importância do barroco ou da mineiridade no registro biográfico de Joaquim Pedro é uma composição mais de perfis, biógrafos ou caracterizações biográficas do que do biografado e sempre faz um acento afetivo sobre elementos que o próprio Joaquim, em seus depoimentos, mantivera em profunda descrição. Joaquim acentuava a importância de Minas em sua obra, registrava seus vínculos com os modernistas, bem como sua relação com os tópicos do patrimônio, mas não parecia particularmente engajado em transformar ele próprio o barroco ou a mineiridade em um traço caracterizador de sua própria vida.

A resistência, a classe e o fantasma do terror

Como dito ainda na abertura do texto, Joaquim Pedro de Andrade fora um “dos oito da Glória”.⁵⁷⁴ No dia 11 de novembro de 1965, quando ocorria a abertura da Conferência Internacional da Organização dos Estados Americanos, no Hotel Glória, Rio de Janeiro, proferida pelo então presidente-militar Marechal Castelo Branco, havia na frente da entrada do hotel nove rapazes de classe média (Joaquim Pedro de Andrade, Glauber Rocha, Mário Carneiro, Antônio Callado, Flávio Rangel, Márcio Moreira Alves, Carlos Heitor Cony, Jaime Rodrigues, Thiago de Mello) chamados pela imprensa de “intelectuais”, todos trajando terno e gravata, que mostraram uma faixa onde se lia “Abaixo a Ditadura”. Dos nove, apenas Thiago de Melo fugiu e os outros foram presos e ficaram 10 dias presos no quartel da Polícia do Exército. Houve grande repercussão internacional tanto na imprensa escrita como na televisão, logo

porque na verdade havia mais de uma centena de manifestantes, os quais foram dispersados pela polícia brutalmente. Como assinalam Ivana Bentes, Luciana Araújo ou Wolney Malafaia foram realizados vários abaixo-assinados. A cobertura do *Correio da Manhã* fora intensa uma vez que Callado era redator-chefe do jornal, e Cony, um dos colaboradores. Faz parte das narrativas assinalar, como fazemos aqui, que o próprio Papa assinou um abaixo-assinado, “[...] graças aos contatos de David Neves com a Nunciatura Apostólica em Brasília e sua amizade com o cineasta Vittorio de Sica, católico e frequentador assíduo do Vaticano” (MALAFAIA, 2012, p. 221).

Segundo todos os biógrafos e comentadores este foi um episódio central na vida de Joaquim Pedro e definiu sua relação com a ditadura civil-militar, sendo que em algum limite também gerou algum silêncio familiar nos anos posteriores, como se pode constatar pelo depoimento de Alice de Andrade, filha do cineasta, no documentário *Histórias Cruzadas*. Mário Carneiro, amigo e fotógrafo que trabalhava com Joaquim Pedro na época, conta que a experiência do cárcere fora maturada pelo cineasta em silêncio, e que quando, em 1969, foram tornados públicos os *Autos da Devassa*, o cineasta decidiu montar um roteiro a partir daquele material o que daria origem ao filme *Os Inconfidentes* (1972) como reminiscência daquele momento. Talvez a mais importante caracterização desse episódio esteja no trabalho de Ivana Bentes, que reconstrói tudo a partir da memória de Mario Carneiro:

Havia uma dimensão psicológica violenta, nisso tudo. Joaquim era extremamente observador. Às vezes ficava profundamente meditativo, ensimesmado. “Uma noite, eu dormia na parte de baixo do beliche e ele em cima, vi uns pedaços de unha caindo. Era Joaquim roendo, arrancando as unhas. Levantei e fiquei conversando com ele, baixinho. Ele tinha um pouco de claustrofobia e isso na prisão é um horror. É como se ter medo de altura e ser obrigado a ficar numa torre. Joaquim estava muito angustiado pelo fato de estar preso. Eu, super analisado, tentava contornar a situação. Sugerir que ele desse uma volta, fosse ao banheiro. Na verdade eu também tinha medo, podia dar tudo errado. Estavam pedindo quatro anos de cadeia para a gente”, conta Mário.

Na prisão, Joaquim descobria o lado esculhambado da ditadura e do Brasil. Ali, o sargento podia ser seu amigo, elementos incorruptíveis conseguiam jornal. Os presos comuns ficavam embolados, 80 numa cela. Na outra, só oito. Os presos reclamavam do “fedor” dos queijos franceses trazidos por Marie, mulher de Márcio Moreira Alves. Tudo isso Joaquim anotava, ficava em silêncio muito tempo (BENTES, 1996, p. 54).

Esta é a cena biográfica central de uma geração e diferenciação de sujeitos históricos na experiência da ditadura civil-militar. Cena matriz de uma identidade e que segundo todos os biógrafos, esteve na base da relação de Joaquim com a ditadura. Segundo Bentes (1996) fora antecedida por episódios de violência significativa também, o que se corrobora o livro de memórias de Paulo Cesar Saraceni, (1993) o qual conta que em 1964, escaparam ele, Joaquim Pedro, Luis Carlos Saldanha e Gustavo Dahl do ataque à sede da UNE.

Os comentadores em geral concordam que foram os vínculos familiares de Joaquim e Carneiro, bem como a pressão e importância de Callado, que asseguraram a libertação dos “moleques” como os chamaram *O Globo*, no episódio de novembro de 1965. O próprio Rodrigo de Melo chegou a visitar o filho, mas não pode vê-lo. Rodrigo de Melo não era um personagem desimportante, uma vez que esteve ligado a burocracia desde o regime Vargas, o que nossa historiografia problematizou ao redor do que já foi chamado de “constelação Capanema”. Seguindo Ângela de Castro Gomes (2000, p. 14):

[...] a política cultural gerenciada por Capanema conseguiu produzir entre os intelectuais, mas não apenas entre eles, a imagem de um espaço distinto do restante do aparelho de Estado, este sim muito mais identificado com a opressão física e simbólica de um regime autoritário. O território de Capanema, segundo seus contemporâneos e também muitos de seus analistas, era arejado em sua heterogeneidade e ousadia de ideias.

Helena Bomeny (BOMENY; COSTA; SCHWARTZMAN, 2000) afirma que participar da burocracia estatal não implicou em reproduzir as diretrizes autoritárias do regime. Se se pensa nas ambiguidades do regime varguista, fica evidente a posição negociada

com a política da exceção, o que garantiu a uma série de pessoas a possibilidade de construir um capital cultural e político em meio às oscilações da cultura e da política brasileira. Como chama atenção Leticia Bauher, sobre Rodrigo de Melo de Andrade, por exemplo, existia a constante reafirmação como burocrata-intelectual modelo, aspecto reforçado em discursos que o construíram “como homem público” e delimitaram “[...] Rodrigo como funcionário exemplar, o qual soube, como ninguém, exercer suas atribuições” (BAUER, 2015, p. 85). De uma forma ou de outra a família de Joaquim Pedro não era marcada por uma cultura política esquerdista ou comunista e isso contou muito na própria forma do cineasta lidar com a ditadura civil-militar.

Sua resistência ao regime, portanto, foi marcada por uma tensão constante na qual sua personalidade e as demandas estéticas e políticas entravam em questão.⁵⁷⁵ O apelo vanguardista politizado era parte de um discurso de geração que ele reconhecia como seu e segundo o qual ele e seus companheiros entendiam que deveriam mudar o cinema e o Brasil. Na época do lançamento de *O Padre e a Moça* o cineasta realizara o que identificou como um filme que não era explicitamente político, embora a melancolia e a claustrofobia da obra tenham sido metaforizados pela crítica da época – e pelas avaliações biográficas posteriores – como reflexos da repressão social e ao mesmo tempo do intimismo do diretor.⁵⁷⁶ O filme mostrava o interior mineiro decadente e a população local repressora que perseguia e matava o padre e sua amante. A fotografia de Carneiro em preto e branco, bem como, a angústia emocional da fita e seu final trágico revelariam um ambiente opressor que mais tarde seria apontado como contra-imagem do regime militar em escalada.

O Padre e a Moça fora produzido antes do episódio da Glória (de novembro de 1965), e lançado depois, em 28 de março de 1966. Hoje é possível ter acesso a mitologia das gravações do filme, marcadas pelo isolamento da equipe na cidade de São Gonçalo das Pedras, a qual, segundo depoimentos no documentário *O mundo de*

um filme (2008), fora escolhida porque era um lugar que “estava acabando”. No Festival de Cinema de Teresópolis, em março de 1966, quando foi apresentado junto com *O desafio*,⁵⁷⁷ filme de Paulo César Saraceni, o qual havia sido liberado pela censura em sessão especial e era “claramente” político, clamando aos intelectuais e ao cinema para que assumissem uma posição definida, Joaquim Pedro, premiado como melhor diretor, em seu discurso, afirmou que o prêmio cabia a Saraceni.

Naqueles meses os círculos se fecharam ao redor de personagens ligados a cultura cinéfila e a Joaquim, como por exemplo, o cineclube da Faculdade Nacional de Filosofia, marcado pela prisão, entre tantos, de Plínio Sussekind da Rocha, em junho de 1966, acusado de ter fornecido uma cópia de *O Encouraçado Potemkin* ao Sindicato de Marinheiros do Rio de Janeiro. A polícia invadiu a Faculdade, apreendeu a cópia do filme e prendeu Sussekind. Segundo Bentes, a “[...] única pessoa que visitou Plínio Sussekind da Rocha na prisão foi o pai de Joaquim Pedro, Dr. Rodrigo, que não era de esquerda, nem se manifestou contra o Golpe Militar, mas apoiava o cinema” (BENTES, 1996, p. 51). Sussekind fora cassado em 1969 pelo Ato Institucional n.º 5.

A prisão marcara Joaquim, que ainda seria preso outras vezes durante a ditadura civil-militar. Em 1969 ele fora levado nas vésperas da abertura do Festival de Cinema do Rio de Janeiro. Sua então esposa Sarah telefonou para todos os conhecidos e amigos e graças a presença do cineasta francês Claude Lelouch no festival, que fizera um grande estardalhaço na imprensa nacional e internacional, o cineasta seria liberado no mesmo dia. Naquele mesmo ano, em entrevista a um repórter, o cineasta (ANDRADE, 1975b) afirmou que sua prisão resultara de uma acusação de que ele seria ligado ao Partido Comunista e que a polícia lhe dissera que não era relacionada diretamente ao Festival de Cinema que ocorria. Este novo episódio de arbitrariedade contou como uma espécie de reforço da ideia de

“derrota do brasileiro” que Joaquim Pedro retomava, já naqueles anos, em *Macunaíma* e mais tarde em *Os Inconfidentes*.

Segundo Wolney Malafaia (2012), o golpe de 1964 foi um corte radical na estrutura produtiva dos cinemanovistas por duas razões: a interrupção de acesso a recursos de financiamento fílmico, o que só seria remediado de fato nos anos 1970 com a Embrafilme; os problemas sucessivos com a censura. De certa forma, Joaquim e seus colegas empreenderam duas alternativas frente ambas as situações. A mais famosa da ordem a estética e foi sintetizada na célebre sentença de Ismail Xavier (1993) – e não apenas por ele – das “alegorias do subdesenvolvimento”: o golpe instaurou uma fratura identitária na imagem cultural produzida nos filmes do cinema novo e do cinema marginal que demandava uma nova forma de expressão. Os filmes alegóricos como *Terra em Transe*, *Brasil Ano 2000*, *Pindorama*, *Azyllo Muito Louco*, e os de Joaquim Pedro organizados ao redor da autofagia como *Macunaíma* e *Os Inconfidentes*, foram respostas estéticas à repressão política explícita, servindo como caracterizadores do tempo histórico por meio de imagens cifradas que materializavam a crise cultural e política nacional. As alegorias permitiam vazar a frustração dos jovens frente ao fim aparente do horizonte de expectativas das expressões culturais que se queriam politizadas ou politizadoras. Funcionavam, segundo a bibliografia crítica brasileira, mas também segundo as inúmeras narrativas biográficas, como manifestos políticos em linguagem cifrada antirrepressão. A censura vigilante se lançava sobre este material e os cineastas teriam tido mais problema de ordem moral do que de ordem político-ideológica.

Joaquim Pedro foi fundador junto a outros cineastas da Difilm – Distribuidora de Filmes Ltda., (MALAFAIA, 2012) que possuía suporte financeiro do Banco Nacional, pertencente à família do político mineiro Magalhães Pinto. A empresa articulava lançamentos, distribuição e publicidade para as produções do cinema novo e tentava articular alternativas frente às mudanças culturais propostas

pela ditadura civil-militar. O filme *O Padre e a Moça* foi uma produção da Difilm. Os perfis biográficos autorais apontam como “[...] a atmosfera carregada de censura e repressão, própria do momento em que se vivia, transpareceu na fotografia em preto e branco, nos enquadramentos e planos que isolavam os personagens” (BENTES, 1996). Neste caso o procedimento foi ligar formas de produção e de estética como caracterização da experiência política do cineasta. Ivana Bentes (1996), Alcides Freire Ramos (2001) e tantos outros corroboram essa visão, que no geral é sustentada pelo próprio cineasta em entrevista a Sylvie Bahiense em 1976.

Certo, porém, é que a evidência do choque de sua atuação como cineasta e o quadro político se tornaram um problema fundamental em 1966, para Joaquim Pedro, como se depreende da entrevista a Alex Vianny:

[...] os universitários interessam-se pelos filmes do Cinema Novo, criticando-os com grande liberdade de posições. Em nosso cinema, as proposições, as ideias lançadas, as tomadas de posição, são as mais variadas, às vezes até contraditórias, ou pelo menos múltiplas; e, acima de tudo, parece-me, cada vez mais livres, mais desmascaradas. Há uma espécie de liberdade total de expressão. [...]. À primeira vista, pode mesmo parecer bizantino que conversemos assim quando *a realidade imediata é brutal*. A situação, de fato, não permite o que poderia resultar de prática eficiente dessas especulações. É evidente que à medida que um programa de ação revolucionária – através de filmes, peças de teatro ou mesmo livros – fosse eficiente, atingindo realmente a massa capaz de realizar uma transformação, esse programa seria imediatamente reprimido. As repressões já existem antes mesmo de termos um programa em prática. Há, então, um problema a ser discutido, imediatamente, um problema tático: em face da situação presente, como reequacionar todas essas questões? (ANDRADE, 1999, p. 170-171) [grifo nosso].

Observe-se que tal declaração era anterior ao Ato Institucional n.º 5. Ora, desde 1965, cada vez mais, o lugar e função social do cineasta-intelectual-autor impunha-se como problema frente a “realidade imediata brutal”. Cabe historicamente entender qual a exata “brutalidade” da realidade a qual Joaquim Pedro se refere. Em 1966, porém, sua indagação é claramente voltada ao seu papel como parte da geração.

A figura do artista-intelectual era central, mas foi institucionalizada na cultura fílmica por meio de filmes e críticas de cinema. Se a cena fílmica fundacional do problema do intelectual como o sujeito da história emergiu no filme *O desafio*, de Paulo Cesar Saraceni, a cena capital no debate público do campo do cinema brasileiro fora a publicação de *Brasil em tempo de cinema*, do crítico Jean-Claude Bernardet, em 1967, obra que segundo depoimentos posteriores foi uma inflexão nos debates entre cineastas. Bernardet diagnosticara o intelectual como o grande personagem e fantasma do cinema brasileiro a partir de 1964, o qual, se antes estava circunscrito ao olhar fílmico, agora se encarnava como personagem. Mas havia algo mais importante no livro de Bernardet e no filme de Saraceni: o intelectual fílmico era o espelho do cineasta de classe média, o pequeno-burguês que fazia filmes e que estava em franca crise de identidade.⁵⁷⁸

Mais do que diagnosticar um quadro político, livro e filme ajudaram a organizar a autopercepção e instituíram uma síntese histórica apropriada pelos sujeitos que tem sido repetida há décadas pela crítica e biógrafos, ainda que essa temática já estivesse sendo tratada naquele momento em alguma medida pelos componentes do campo do cinema, conforme atesta a fala de Joaquim Pedro de Andrade. A crise de identidade como cineasta tratava da autoimagem e de uma economia moral, revista, sobre *O Padre e Moça*, em 1969 em entrevista ao jornalista peruano Federico de Cardenas:

Obviamente quaisquer filmes que se fizesse [em 1966] teria uma característica pessoa, de testemunha do cineasta do filme, e uma identidade, ao mesmo tempo genérica, de caráter ideológico, a qual implicava um posicionamento político, uma preocupação social e moral a respeito de nossa realidade [...]. *O Padre e a Moça* não é um filme de *ação política e social direta*; era um filme que se situava em um ambiente isolado no tempo e no espaço brasileiros, não obstante fosse *profundamente entranhado da cultura e de uma formação brasileiras*. A minha intenção ao fazê-lo não era político-social e por isso o filme não se unta a eficácia de outros filmes da mesma época que, ao invés, enfrentavam aquela problemática (ANDRADE, 1975b, p. 9) [grifos nossos].

Numa avaliação retrospectiva do próprio cineasta, o problema que em 1966 foi caracterizado como ligado a uma ausência de contato com o público, em meio a uma realidade politicamente mais brutal, foi transformado claramente, em 1969, numa discussão sobre *eficácia política* do filme, transformando *O Padre e a Moça* em um filme em falta com os temas do engajamento político daquele momento no qual fora realizado. O posicionamento torna-se mais destacado quando comenta *Macunaíma*, fita já contemporânea ao Ato Institucional n.º 5 e comentado na mesma entrevista:

São as condições nacionais, os problemas próprios do país e do desenvolvimento da cultura brasileira que fizeram todos focarem em um grande tema geral que se enquadra no momento em que estamos vivendo. Em relação ao cinema, o gênero mais ou menos autobiográfico que vinha apresentadas nas *nossas primeiras obras, plenas de personagens intelectuais com pouca preocupação político-social*, ou seja, *filmes de intelectual para o povo*, tendem a ser substituído por filmes baseados na cultura popular para o povo de modo que terminado o filme [Macunaíma] o espectador chegará a um posicionamento crítico e reflexivo sobre o que viu (ANDRADE, 1975b, p. 9) [grifos nossos].

A solução frente ao intelectual ensimesmado “com pouca preocupação política” foi investir na “cultura popular”. Perceba-se que este depoimento constrói um eu biográfico que se nomeia como parte comum de geração e assume um cunho autoral, uma vez que os primeiros filmes eram um “cinema mais ou menos autobiográfico”. Contudo, deve-se sempre lembrar que *Macunaíma* não mostrou “a” cultura popular, mas trabalhou a imagem desta a partir de fontes literárias. Destaque-se que no mesmo momento em que o cinema de autor buscava um público amplo, refletia-se sobre as estratégias para lidar com a pressão política, contra a qual as alegorias foram uma solução. Como vimos a alegoria da “autofagia” fora a estratégia político-estética de Joaquim Pedro, mas a sua existência fora a solução adotada frente o instante do perigo:

Um cinema subterrâneo seria um cinema clandestino e, portanto, quem o fizesse seria imediatamente posto sob *perseguição* da polícia ou preso. Se nesta entrevista eu declarasse ser por este tipo de cinema e tudo viesse a

público eu seria imediatamente *encarcerado*. *Não podemos falar disso*. A solução normal praticamente não existe. Os limites da sobrevivência do cinema que fazemos depende do governo. *Já hoje a nova constituição brasileira prevê a cassação dos direitos profissionais, o que significa que se o governo decidir que eu não devo mais fazer cinema eu não poderei mais continuar a trabalhar*. Se veria criar então uma espécie de *equilíbrio do terror*. [...] Advém naturalmente que, dado o alto custo de um filme, o autor se vê obrigado a considerar todos estes aspectos do problema, chegando então a *uma espécie de autocensura* preliminar que tem efeitos muito graves (ANDRADE, 1975b, p. 9) [grifos nossos].

Raras vezes Joaquim Pedro fora tão explícito sobre o que acontecia consigo como um espelho do que acontecia na vivência pública. A síntese do “equilíbrio de terror” evidencia o horizonte de expectativas de Joaquim Pedro de Andrade e clarifica como a prática cinematográfica para alguns sujeitos tornou-se uma questão de risco. O uso de termos como *perseguição*, *sobrevivência*, *encarceramento* e a ligação com a própria esfera da ação individual (“Se nesta entrevista eu declarasse... seria encarcerado”) evidenciam um corpo de questionamentos e de soluções tensas e a resposta alegórica, mais do que enfrentar um “problema tático”, era “autocensura”, menos algo da ordem do criativo do que da do perigo. O *encarceramento* está muito próximo da *desaparição* da pessoa, deve-se lembrar. Também para Silvie Bahiense, em 1976, Joaquim, comentando *Os Inconfidentes*, declarava que as soluções estéticas experimentadas durante a repressão tinham um custo:

É um filme diretamente político e indiretamente político em relação à atualidade política brasileira. Mas é um filme que trata diretamente da política, dos artistas envolvidos na política, da tentativa política de artistas, de pessoas de classe média e do comportamento dessas pessoas debaixo de uma repressão. Quer dizer: era a tentativa de fazer um filme sobre um problema contemporâneo, daquele momento, no Brasil, escudado neste historicismo. Porque ficava difícil para a censura cortar o que era historicamente exato como as falas de Tiradentes, as falas dos poetas da Inconfidência. [...]. Ficou um filme fechado, o que fazia parte orgânica dele, porque era um filme sobre a prisão, a resistência à repressão (ANDRADE, 1976b).

Como se vê, o próprio cineasta, em meados dos anos 1970, contribuiu para pensar o problema político, a repressão e a violência

institucional por meio da figura do intelectual que seria metaforizado por suas imagens fílmicas. Com os anos as soluções para enfrentar aquele equilíbrio de terror contido no horizonte foram questionadas na já citada fala para Sylvia Bahiense (ANDRADE, 1976b):

[...] o destino do cinema brasileiro está muito ligado ao que acontece no plano político do Brasil. Eu acho inegável dizer que o cinema brasileiro se desvalorizou muito nos últimos tempos com o fechamento político porque a gente fica obrigado a tratar assim dos sexos dos anjos. Então o cinema que a gente faz vai ficando mais afastado dos problemas que realmente interessam às pessoas, do vigor que esses problemas têm. Tudo tem vigor num filme. Você mesmo procurando esses caminhos indiretos, ou você se perde nele, que é uma coisa muito frequente de se acontecer, muito provável, ou faz uma coisa muita alegórica, muito chegado no toco e resulta pobre, porque hoje em dia um problema é muito menos que discutir, enfrentar aquele problema diretamente. Em consequência disso tudo, a originalidade, o vigor, de originalidade que vem de você tratar de problemas realmente brasileiros, como eles são, como eles se apresentam, aí também se perdem.

A amargura das soluções de Joaquim Pedro se relacionou com seu novo empreendimento na elaboração de *Guerra Conjugal*, lançado em 1974, no qual ele visitaria a pornochanchada e o sexo como exercício de liberdade na hipócrita classe média brasileira. Evitando a alegoria, o cineasta explorava um contato com o público dentro de seus termos, outra estratégia de relação com a repressão. O próprio cineasta refletiu sobre isso em 1984, em entrevista a Geraldo Carneiro para *Filme e Cultura*, quando reagiu veementemente à afirmação de que *Os Inconfidentes* seria um filme policial:

A história de *Os Inconfidentes* não é apenas policial: é uma história política. [...] Na época de *Os Inconfidentes*, eu estava muito impressionado com aquelas pessoas – pareciam zumbis – que apareciam na televisão para renegar seus ideais. *A tortura tinha quebrado a moral desses caras*. O tema do filme era esse desbunde diante da ameaça de morte e a luta para prolongar a mísera vida – que seria mísera, mesmo, depois de um episódio desses. Além do mais, os conspiradores do século XVIII eram burgueses, e a conspiração, à semelhança da opção pela luta armada, *era semelhante a um sonho*. Na impossibilidade de fazer um documentário sobre a situação política daquela época, eu me utilizei dos *Autos da Devassa*. A censura não poderia cortar a letra da História (ANDRADE, 1984, p. 46-47) [grifo nosso].

Importante alinhar o posicionamento assumida pela cineasta que demarcava historicamente o que entendia como sua escolha frente a seus contemporâneos por meio da figura dos inconfidentes: ao dizer que luta armada fora um como “um sonho” de inconfidente, Joaquim Pedro afirmou explicitamente sua postura frente ao “equilíbrio do terror” ao não participar de outros tipos de resistência. Sabe-se que a luta armada já era uma pauta pública no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, mas chama atenção o comentário, em um debate sobre adaptações literárias para o cinema, no qual Joaquim posiciona a si mesmo frente àquela memória, num acerto de contas pessoal com uma demanda moral na qual resistir pelo cinema era, também, resistir.

A *luta armada* – da qual talvez a Guerrilha do Araguaia seja o símbolo maior – no discurso de Joaquim transcende os acontecimentos reais e remete a simbolização da violência do Estado de terror, um dos tópicos centrais de *Os Inconfidentes*. Contudo, o discurso de Joaquim associando os eventos da luta armada aparece mais de 10 anos depois de ambos os eventos (o filme e a guerrilha do Araguaia, por exemplo), momento no qual se torna símbolo da luta, da repressão e da derrota simbólica, mas também da resistência ao apagamento da História (VECCHI, 2014). Registro e traço do massacre real e intelectual servia, em realidade, para definir uma posição individual: assim como seu filme, de 1972, Joaquim Pedro retrata, nomeia e denuncia o sonho frustrado de sua geração, bloqueado pela tortura, que quebrou “a moral” e instaurou medo de geração. A moral quebrada evidentemente era a dele próprio pela expectativa do terror.

Considerações finais

No início dos anos 1980, Joaquim Pedro de Andrade lançara *O Homem do Pau Brasil*, que lhe valeu uma grande polêmica, uma vez que foi muito debatido se era ou não uma obra fiel a obra do poeta Oswald de Andrade, no qual era baseado. O cineasta afirmou sua

posição pessoal nesse debate na imprensa (ANDRADE, 1982b), ao mesmo tempo em que tentava, reunindo os grupos de produção de cinema brasileiro, tratar do processo da reformulação da Embrafilme, que se intensificaria principalmente após 1985. Ele também escreveu novos roteiros, cuja realização não fora capaz de levar adiante, mas terminando sua versão de *Casa Grande & Senzala*, conseguiu recursos para iniciar a gravação do filme em 1989.

Infelizmente faleceu em 10 de setembro de 1988, vítima de câncer, não sem deixar muitos projetos inacabados, como um roteiro que ditava enquanto, no hospital, fazia seu tratamento. A ideia de ditar um roteiro evidenciava que Joaquim Pedro era um produtor de imagens por meio das histórias que contava. Alice de Andrade fez várias declarações pessoais no documentário *Histórias Cruzadas*. O filme fora realizado, como tantas outras narrativas biográficas sobre o cineasta, muito depois do seu falecimento. Parece que o(s) desenho(s) de uma vida só está pronto após o momento da morte. O diretor narrou a si mesmo em sucessivos textos e entrevistas e contribuiu para a formação da imagem de si, sempre em diálogo com a geração da qual pressupunha pertencer. Pier Paolo Pasolini (1972, p. 245) já dizia que a realidade tinha uma linguagem e que esta era a da ação humana, o conjunto das possibilidades do ser humano no qual “[...] a morte realiza uma fulminante montagem da nossa vida: ou seja, escolhe os momentos realmente significativos”. A montagem da história de Joaquim foi realizada aqui decifrando alguns dos mecanismos de trocas entre os traços e os retraçados construídos por aqueles que reescreveram sua vida.

O problema da vida político-cultural e da individualidade durante o período da ditadura civil-militar pode ser tratado de várias maneiras conforme as abordagens de trajetórias de vida. No caso dos personagens do cinema brasileiro os focos centrais das abordagens são os tópicos da censura, das soluções estéticas, a intervenção política, e, por fim, o debate da aproximação com a ditadura militar nos anos 1970 via Embrafilme.⁵⁷⁹ A vida de Joaquim Pedro permite

articular todos estes pontos: ele foi preso, seus filmes foram censurados, fora um articulador de políticas culturais cinematográficas, construiu alegorias políticas ou filmes que foram alegorizados como tais etc. Contudo, nossa escolha foi por observar como os mitos biográficos que compunham seu *eu biográfico*, ou no dizer de Adriana Cavarero, um *si narrável*. Procuramos destacar exatamente aquilo que era dito de maneira muito discreta, o *perigo* e a violência, a *brutalidade* da realidade que suscitava o terror ao qual Joaquim Pedro reagia.

A história de vida de Joaquim mostra uma *expectativa de terror* de outrora, própria de certos grupos intelectuais das classes médias brasileiras e reverbera no nosso presente nos grupos sociais que vivem medos semelhantes com o avanço do autoritarismo atual os quais remetem diretamente àqueles da ditadura militar. Enfrentar a biografia de Joaquim Pedro de Andrade significa cruzar a história de vida com a história coletiva do Brasil de ontem e de hoje. Neste enclave, este capítulo cruzou aspectos da construção do mito da vida pelo *próprio* cineasta e demarcou momentos e fragmentos chaves que permitem entrever o *outro* Joaquim Pedro, aquele que temia e se aterrorizava em silêncio ou nas imagens de filmes.

Ivana Bentes afirma que o refinado Joaquim Pedro possuía “um radicalismo culto e debochado”, um refinamento de “elite alimentada pelo humanismo (generosidade dos ricos?) que no Brasil entrou em extinção” (BENTES, 1996 p. 9-10). Ousamos dizer que sua experiência individual entre 1965 e 1966, ou seja, entre as gravações e o lançamento e fortuna crítica imediata de *O Padre e a Moça*, o que inclui o episódio dos “oito da Glória”, tenha sido o momento definidor das posições de Joaquim Pedro sobre sua autoimagem como pessoa e a base do traçado do que imaginou ser seu “eu biográfico”. Ali impôs-se um direcionamento estético e moral, o contínuo reconhecimento dos limites de sua ação pessoal e profissional, a constatação de certo “equilíbrio de terror” que definiria as alternativas construídas e as frustrações que elas implicavam. O

“sonho” dos inconfidentes e da luta armada eram uma ameaça ao “equilíbrio” no qual vivia.

Como patrimônio de outro, a vida de Joaquim Pedro como resistência era fundamentalmente também um mito de autoria, que afinal de contas oferecia uma proposta de história de vida própria da cultura cinéfila brasileira. Joaquim artista-autor-cineasta fora um sujeito engajado como intelectual. A autoria, pode-se dizer junto com Ana Mauad (2008, p. 31-48), definia-se pela produção do olhar como engajamento do sujeito voltado ao mundo social. Acrescentamos que, na cultura fílmica, havia uma retórica do culto da individualidade na atividade cinematográfica.

Como afirma Cavarero (1997), o desenho de uma vida provém do diálogo com suas condições de narração, de maneira que no *outro* se torna possível realizar *quem* um sujeito acredita ser. Joaquim Pedro entrevistado, era documentado como cineasta, era chamado a falar e aceitava ser escrito, reproduzido, gravado, reescrito, remontado numa conversa intensa. Ao fim, Joaquim continua sendo uma possibilidade para pensar a vida republicana da sociedade brasileira, um patrimônio.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., D. M. *A Feira dos mitos*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDRADE, J. P. de. O livro e o filme: os problemas da adaptação. Joaquim Carlos Mario Oswald Pedro de Andrade: a literatura como suporte. Entrevista a Geraldo Carneiro. Rio de Janeiro: Embrafilme/Ministério da Educação e Cultura, *Filme Cultura*, n. 43, Ano XVII, p. 43-51, jan./abril 1984. Disponível em: <<http://revista.cultura.gov.br/item/filme-cultura-n-43/>>. Acesso em: dezembro 2017.

ANDRADE, J. P. de. Com a palavra Joaquim Pedro de Andrade. In: MACUNAÍMA. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Produção: Difilm,

Rio de Janeiro. 1 DVD. Produção: Filmes do Serro, 2009. [Encarte].

ANDRADE, J. P. de. Entrevista. In: VIANNY, A. *O processo do cinema novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 1999.

ANDRADE, J. P. de. Cannibalism and self-cannibalism. In: JOHNSON, R.; STAM, R. (orgs.). *Brazilian Cinema*. New York: Columbia University Press, 1995.

ANDRADE, J. P. de. Entrevista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 1982a.

ANDRADE, J. P. de. Matriarcado antropofágico. *Folha de S. Paulo*, 6 mar 1982b.

ANDRADE, J. P. *Um depoimento especial de Joaquim Pedro de Andrade. Retrospectiva Joaquim Pedro de Andrade*. Cineclube Macunaíma: Rio de Janeiro. 1976a. [Folheto].

ANDRADE, J. P. de. *Luzes, Câmera*. Entrevista a Sylvia Bahiense. no 31, exibido na TV Cultura em 8 jun. 1976b.

ANDRADE, J. P. de. *Antropofagia e autofagia. Quaderno Informativo: Unidicesima Mostra Internazionale del Nuovo Cinema. Il cinema novo brasiliano: testi e documenti.*, v. 2. Pesaro, n. 65, 14/25 settembre, 1975a.

ANDRADE, J.P. *Intervista a Federico de Cardenas. Quaderno Informativo: Unidicesima Mostra Internazionale del Nuovo Cinema. Il cinema novo brasiliano: testi e documenti.*, v. 2. Pesaro, n. 65, 14/25 settembre, 1975b.

ANDRADE, J. P. de. Joaquim Pedro de Andrade por el mismo. *Cine & médios*. Argentina, v. 2, n. 5, 1971.

ARAÚJO, L. C. de. *Joaquim Pedro de Andrade: primeiros tempos*. São Paulo: Alameda, 2013.

OBAUER, L. B. *O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo de Melo de Andrade*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BENTES, I. *Joaquim Pedro de Andrade: revolução intimista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

BERNARDET, J.-C. *O Autor no cinema*. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1994.

BERNARDET, J.-C.; GALVÃO, M. *Cinema: repercussões em caixa ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERNARDET, J.-C. *Brasile: tempo di cinema. Quaderno Informativo: Unidicesima Mostra Internazionale del Nuovo Cinema. Il cinema novo brasiliano: testi e documenti.*, v. 1. Pesaro, n. 64, 14-25 settembre, 1975.

BOMENY, H.; COSTA, V.; SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA, V. M. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. 2010. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOS, A. de (org.). *Teoria da Poesia Concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960*. 4 ed. Cotia: São Paulo: Ateliê, 2006.

CAVARERO, A. *Tu Chi mi Guardi, Tu Chi mi Racconta: filosofia della narrazione*. Milano: Feltrinello, 1997.

CERÁVOLO, A. L. *Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil*. São Carlos, São Paulo: Edufscar, 2013.

DE BAECQUE, A. *Cinefilia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

DOSSE, F. *O Desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

ESCOREL, E. *Advinhadores de água: pensando no cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

FERNANDES, L. M. S. de M. *O estado e os cinemanovistas: inserções em redes sociais e multiposicionalidade*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH/PPCP, Porto Alegre, 2008.

FONSECA, M. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GOMES, Â. de C. (org.). *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GUEDES, W. A. *Brasil canibal*: antropofagia e tropicalismo no Macunaíma de Joaquim Pedro de Andrade. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MALAFAIA, W. V. *Imagens do Brasil*: cinema novo e as metamorfoses da identidade nacional. 2012. 318 f. Tese (Doutorado em História, Políticas e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

MAUAD, A. M. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. *ArtCultura (UFU)*, v. 10, 2008.

NEVES, D. *Cinema novo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1966.

PASOLINI, P. P. Osservazioni sul piano-sequenza. In: PASOLINI, P. P. *Empirismo Eretico*. Milano: Aldo Garzanti Editore, 1972.

RAMOS, A. F. *Canibalismo dos fracos*: cinema e história do Brasil. Bauru, São Paulo: EUDSC, 2001.

RAMOS, F. O autor desconfiado. *Imagens*. Campinas, SP, n. 5, 1995.

RAMOS, F. (org.). *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Art, 1987.

RAMOS, J. M. O. *Cinema, Estado e Lutas Culturais*: anos 50/60/70. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIDENTE, M. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARACENI, P. C. *Por Dentro do Cinema Novo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1993.

SCHIMIT, B. Biografia e regimes de historicidade. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003.

SILVA, M. O. *O cinema-poesia de Joaquim Pedro de Andrade*: passos da paixão mineira. Curitiba: Editora Appris, 2016.

SILVA, M. O. *Paixão Mineira: o cinema-poesia de Joaquim Pedro de Andrade e suas reminiscências*. 2012. Tese (Doutorado em Letras – Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, 2012.

VECCHI, R. O passado subtraído da desapareição forçada: Araguaia como palimpsesto. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, São Paulo, n. 43, jan./jun. 2014.

XAVIER, I. *Alegorias do subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

558. O filme contava a tentativa de rebelião em Vila Rica pelos inconfidentes liderados, entre outros, por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Apresentando os fatos históricos a partir da documentação da época, os *Autos da Devassa*, e dos poemas de Cecília Meirelles e dos poetas do século XVIII, o filme é repleto de licenças poéticas, como a cena citada acima. No final o esquartejamento de Tiradentes é encenado no Brasil moderno, como uma festa popular e cívica.

559. Outra obra de referência é *Joaquim Pedro de Andrade: primeiros tempos*, escrito por Juliana Araújo como tese de doutorado defendida em 1999, dedicada apenas ao início da carreira até o lançamento do filme *O Padre e a Moça*, em 1966. Junto a estas podemos elencar ainda *Paixão Mineira: o cinema-poesia de Joaquim Pedro de Andrade e suas reminiscências*, tese de doutorado de Meire Oliveira Silva defendida em 2012, publicada em 2016, que explicita a mineiridade na obra do cineasta traçando um perfil biográfico. Muitas teses realizaram perfis biográficos, mas sempre atrelados a uma grande narrativa da cultura fílmica brasileira.

560. Com patrocínio da Petrobrás, a restauração da obra do cineasta foi iniciativa de seus filhos, com a colaboração da Teleimage e Cinemateca Brasileira. Todos os filmes foram escaneados e restaurados digitalmente e reimpressos como negativos 35 mm para depois serem convertidos em DVD. O trabalho iniciou em 2003 e finalizou em 2009. A Caixa contém os filmes de Joaquim Pedro, além de documentários, entrevistas, alguns destes itens com claro perfil biográfico como *Histórias Cruzadas* (2008), dirigido por Alice de Andrade, filha do cineasta.

561. Ele morava nos Estados Unidos na época do casamento. Seu pai tinha uma procuração para representá-lo. O casal se encontrou para uma lua de mel em uma viagem que iniciava em Belém do Pará.

562. O filme era a história de roubo de um gato por um menino de morro Carioca, a construção de sua afeição pelo gato e a posterior venda do animal para arrancar-lhe a pele.

563. Documentário sobre o craque do futebol Garrincha. O filme tinha uma grande novidade na forma de mostrar o jogo de futebol, a qual mais tarde foi incorporada pela televisão. Mostrava as alegrias e sofrimentos do público caracterizando o esporte como uma paixão popular.

564. A voz fora de campo, a narração verbal cuja procedência não provém da imagem presente no quadro fílmico.

565. O “povo”, uma idealização nacionalista, produziria o *folclore* ou *expressões populares*, os quais eram sintetizadas pelos cineastas e críticos da época ao redor da ideia de “cultura popular”, enquanto a classe média, da qual se sentiam membros os cineastas, produziria a *cultura*. Essa distinção resultava de uma produção histórica, pois no Brasil houve uma organização de saberes ao redor do termo do folclore, já consolidada antes da emergência do cinema novo, e que atuava em sua época (cf. ALBUQUERQUE JR., 2013). Os estudos do folclore foram fundamentais para afirmar a distinção cultural classista que permitia uma distribuição hierárquica de capital cultural entre os agentes sociais do povo e classe média, e distinguia aquilo que, mais tarde, os cineastas do cinema novo chamaram de “cultura popular”, considerada alienada nas concepções entre 1955 e 1968 – isso mudaria a partir do pós-golpe e, principalmente, posteriormente ao Ato Institucional nº. 5. Não por acaso a

procura, dos cineastas, das imagens do Brasil na cultura brasileira frequentemente fora mediada pela literatura (*Vidas Secas*, *O Padre e a Moça*, *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*, *Macunaíma*, *São Bernardo*, *Guerra Conjugal*, *Tenda dos Milagres*) e cruzada com “expressões populares”. Sobre cultura popular no cinema brasileiro ver Bernardet; Galvão (1983).

566. ROCHA, G. A fala do cinema novo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1966.

567. Estas são duas fontes definidoras da memória posterior de Joaquim Pedro. O depoimento para a retrospectiva no Cineclube (ANDRADE, 1976a. [Folheto]) se tonou um texto canônico no arquivo produzido pôr/sobre o cineasta ao lado da entrevista para Bahiense. *Luzes, Câmera* consta integralmente entre os bônus da Caixa de DVDs restaurada *Joaquim Pedro de Andrade: obra completa*. Na mesma caixa encontra-se, no encarte do filme *Macunaíma*, trecho significativo do depoimento ao Cineclube Macunaíma.

568. Também em *História do Cinema Brasileiro*, organizado por Fernão Ramos, publicado em 1987, a retrospectiva e comentários sobre Joaquim – entre tantos – o valorizam como autor. Livro central da escrita da história do cinema brasileiro, *História do Cinema Brasileiro* é também uma obra que, em inúmeros momentos, naturaliza a categoria de autoria na descrição histórica das práticas cinematográficas. O cinema de autor é caracterizado como uma proposta e prática problemática a qual estava associada uma retórica, mas cuja emergência e condições de possibilidade não são analisadas naquela obra. Jean-Claude Bernardet propôs uma nova visão sobre o problema da autoria no Brasil em *O Autor no cinema*, publicado em 1994, mas seu texto tratava a autoria como uma composição discursiva na cultura fílmica francesa e brasileira (RAMOS, 1995). Em nossa proposta a autoria é uma composição histórica que relaciona uma *retórica*, a *posição social* do sujeito (e não apenas sua posição discursiva) e a *configuração de uma cultura fílmica*, permitindo pensar as suas condições históricas de possibilidades, bem como seu ganho analítico como mitologia (de *dimensões biográficas*, como procuramos demonstrar) própria do campo cinematográfico.

569. O filme adapta três contos de Dalton Trevisan sobre casais paranaenses: o descontrole sexual de um advogado casado que tenta conquistar suas clientes; as brigas constantes entre um velho ranzinza e sua esposa idosa; as angústias de um rapaz em suas tentativas de aventuras sexuais e buscas por um relacionamento.

570. Filme no qual a vida de Oswald de Andrade é apresentada a partir de dois atores que interpretam um Oswald-macho (Flávio Galvão) e um Oswald-fêmea (Itala Nandi) em suas atividades artísticas e sociais. A obra apresenta muitos diálogos e situações que na época geraram muitos debates se eram ou não fiéis a Oswald de Andrade.

571. O enredo apresentava, em um vilarejo parado no tempo no interior de Minas Gerais, o amor da jovem Mariana, cobiçada por todos os homens, pelo Padre recém-chegado. O amor proibido floresce e os amantes tentam fugir, mas a população local vai em seu encalço. O filme é soturno em vários momentos e destaca-se o final no qual os dois protagonistas morrem queimados.

572. Apesar da excelente reconstrução-painel realizada por Luciano Fernandes (2008), o legado modernista do cinema brasileiro e do cinema novo em particular, como corpo de relações sociais historicamente construído, ainda espera uma síntese e reconstrução das diversas trajetórias individuais.

573. A figura de Oswald se tornou corrente a partir de meados de 1966. Até aquela data, os

poetas concretos foram os que mais associaram a produção cultural brasileira à antropofagia e a Andrade (CAMPOS, 2006).

574. Sintomaticamente, no atual contexto das sucessivas crises políticas brasileiras desde 2016, a morte de Carlos Heitor Cony retomou a memória dos *Oito da Glória*, uma vez que todos aqueles que ali estiveram morreram, com exceção do “nono”. O poeta Thiago de Mello conseguiu fugir, mas depois terminou por se entregar à polícia também (Augusto, S. Carlos Heitor Cony era remanescente dos oito da Glória. *O Estado de S. Paulo*, 18 jan 2018. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,carlos-heitor-cony-era-remanescente-dos-oito-do-gloria,70002147417>>. Acesso em março de 2018).

575. As demandas da esquerda brasileira, os vínculos com o Partido Comunista e o compromisso com a transformação social ou com a defesa democrática eram focos de tensão da geração de realizadores composta por Joaquim Pedro, Glauber Rocha, Carlos Diegues e tantos outros. Joaquim deixou incorporar seu curta-metragem *Couro de gato* ao filme do CPC da UNE, *Cinco Vezes Favela*, por exemplo, mas foi criticado por *Garrincha* e *O Padre e a Moça*, entre outros, por Carlos Estevam pelo formalismo e alienação e pela falta de posicionamento explícito. Como veremos o problema do posicionamento político incomodava ao próprio Joaquim Pedro, logo porque seus filmes foram frequentemente atingidos pela censura. Para um painel sobre esquerda e cultura fílmica da época (RIDENTE, 2000). Sobre a relação com as posições do regime, ver Malafaia (2012).

576. Carlos Drummond de Andrade comentou a sensibilidade do diretor no *Correio da Manhã* em um texto de título sugestivo: “Imagens perseguidas” (Imagens perseguidas – O padre e a moça. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1966). Na imprensa, Glauber Rocha (A fala do cinema novo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1966) e Rogério Sganzerla (Do sincero Joaquim. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1966), e tantos outros, relacionaram o diretor a Robert Bresson ou Jean-Luc Godard e outros cineastas cuja característica fundamental era a subversão estética e a afirmação autoral. Subverter esteticamente podia significar subverter politicamente.

577. Em 1964, imediatamente após o golpe militar de 1964, a esposa de um empresário, Ada, se envolve amorosamente com Marcelo, um jornalista de esquerda. O enredo do filme mostra as dificuldades da diferença de classe do casal na conjuntura de crise política.

578. Naquele livro, perguntava Bernardet de forma direta: “Este cinema feito por cineastas que provêm de uma classe média que tem possibilidade de afirmar-se e impor-se e que ao mesmo tempo se contesta, este cinema sem tradição e que nasce em um país subdesenvolvido entre violentos conflitos [...] que cinema é? Quais estradas toma? Quais formas cria? Qual realidade põe em foco? Quais forças sustenta e combate? Estas são perguntas que precisa responder, ou seja: que tipo de homem o cinema brasileiro representa, o que é que ele quer, onde pretende ir? É a pergunta fundamental” (BERNARDET, 1975, p. 229).

579. Os debates culturais do período contemplavam os problemas do nacional-popular, do colonialismo, da descolonização, do cinema do Terceiro Mundo e envolviam a inserção política dos profissionais de cinema. Nos anos 1980 estes debates foram capturados por uma guerra moral de memória que ainda precisa ser recontada pela historiografia. Um mapeamento sobre o assunto permanece o texto de José Mario Ortiz Ramos (1983). Uma importante problematização foi proposta por Malafaia (2012).



Foto 1

CAPÍTULO XI

A ditadura não fala

Um esboço biográfico de Emílio Garrastazu Médici

[Janaina Martins Cordeiro](#)

Por que Médici?

Em abril de 1960, o então Coronel Emílio Garrastazu Médici foi nomeado Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), na cidade de Resende, Rio de Janeiro. Serviu ali até agosto de 1961, quando foi promovido a General de Brigada e nomeado Comandante da 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), em Campo Grande, no estado de Mato Grosso. Ali serviu até 1963, quando retornou ao Rio de Janeiro como Comandante da Aman.⁵⁸⁰

Foram nestes primeiros anos da década de 1960 que a família Médici adquiriu, através de uma linha de financiamento da Caixa Econômica Federal, específica para militares, apartamento em edifício de classe média, na Rua Barata Ribeiro, em Copacabana.⁵⁸¹ Ao longo da década, no entanto, com a intensa mobilidade que o trabalho impunha ao General, a família nem sempre pôde passar longas temporadas no Edifício Aquidauana, entre as ruas Bolívar e Barão de Ipanema. Assim, quando em 1969 o General ganhou sua quarta estrela e foi comandar o III Exército em Porto Alegre, o apartamento foi emprestado à cunhada, irmã de Dona Scila, sua esposa. Não obstante, sempre que vinham ao Rio, a família se hospedava ali.

A vizinhança reconhecia o General de figura marcante e pouca fala. Não era dado a grandes passeios, mas tinha o hábito de descer todas as manhãs e se dirigir ao Bar América, bem embaixo do edifício em que morava, para um cafezinho e um cigarro. Vez por outra, descia, ia até o mercado mais próximo e voltava com um litro de leite. A seu modo quieto e silencioso, cumprimentava a todos e sempre estendia a mão ao porteiro de seu prédio, José, e perguntava-lhe sobre as novidades. Sobre o condômino, José dizia que “[...] o General é um homem sério, mas muito simples. Tem cara de ‘durão’, mas o seu coração é deste tamanho”. Tinha por hábito parar em frente a uma banca de jornal próxima e observar o caleidoscópio de notícias. Em casa, possuía modos simples: estava cada vez mais devotado aos três netos, com quem gostava de passar tempo, apreciava um bom prato de arroz com feijão e se distraía assistindo TV: o noticiário e *Beto Rockfeller*.⁵⁸²

Nesse ponto da vida, portanto, o General se dividia entre idas esporádicas ao Rio de Janeiro e o serviço no III Exército em Porto Alegre; os deveres da caserna e a distração com os netos; as idas ao Estádio Olímpico Monumental, para assistir aos jogos do Grêmio e ao Maracanã, para ver o Flamengo. Foi nesse momento que a repentina doença de seu amigo de longa data, o presidente Costa e Silva, o pegou e desencadeou uma crise militar que culminaria na eleição

deste General com “cara de durão” e hábitos simples à presidência da República.

Seu governo entraria para a história e para o imaginário coletivo nacional, não sem razão, como os *anos de chumbo* da ditadura civil-militar brasileira, quando os órgãos de informação e repressão, fortalecidos, atuavam à perfeição na *caça aos inimigos do regime*, prendendo, torturando, matando. A eficiência da censura e da propaganda, atreladas ao estonteante crescimento econômico daqueles anos compuseram a atmosfera do *Milagre Brasileiro*, construído às custas de arrocho salarial e aumento das desigualdades, “sob as asas do terror do AI-5” (Ato Institucional n.º 5) (AARÃO REIS, 2014a, p. 78) e da aniquilação das oposições armadas.

Mas se o seu governo foi o mais violento da ditadura, Médici foi seu presidente mais popular. Duas colocações, aparentemente paradoxais, mas que compuseram, a rigor, os dois lados de uma mesma moeda, indissociáveis. O breve levantamento sobre seu governo, realizado pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros dos Estados Unidos, por ocasião da visita feita ao Presidente Nixon⁵⁸³ em 1971, afirmava que Médici era o presidente mais popular que o país tivera desde Getúlio Vargas.⁵⁸⁴ Pesquisas do Instituto de Brasileiro de Opinião e Propaganda (IBOPE) indicavam também elevados índices de aprovação de seu governo.⁵⁸⁵ Com o avançar do processo de abertura política no Brasil, porém, sua popularidade passaria à posteridade como simples e artificial criação da agência de propaganda do governo e a imagem que predominou e que passou à história foi a que o identificava como o mais sanguinário dos cinco ditadores do regime de 1964. Certa vez, por exemplo, alguns anos após deixar a presidência, foi reconhecido por uma mulher nas ruas do Rio de Janeiro:

Ela chegou a mim e perguntou: ‘O senhor é o presidente Médici?’. Respondi: ‘Sou’. Ela: ‘Foi o senhor quem matou e torturou?’. Respondi: ‘Não vá nessa, minha senhora’. Ela continuou: ‘O senhor torturou e matou’ (SCARTEZINI , 1985, p. 33).

Episódios como estes o deixavam cada vez mais amargurado e afastado da vida pública. Faleceu em 1985, no auge do processo de transição para a democracia. Segundo seu filho Roberto Médici (2013) lembraria mais tarde, “morreu como um homem triste, acabrunhado”, sentindo-se injustiçado.

Biografar ditadores

Quando ouvimos relatos desse tipo a respeito de figuras como Garrastazu Médici, de uma perspectiva ética e moral, de forma alguma estranha aos métodos do historiador, é comum a pergunta: por que é importante saber sobre aspectos da vida privada e pessoal, as angústias e dissabores de um ditador que cometera crimes contra a humanidade? Que importa, ou ainda mais, quais os riscos de se mergulhar a fundo na vida íntima e familiar de uma liderança ditatorial? Quais os perigos de relativização da barbárie?

Em pesquisa realizada anteriormente em torno das batalhas de memória sobre a ditadura e o governo Médici, era comum ouvir de entrevistados, quando os questionava sobre Médici, respostas como: “Por que lembrar do Médici? Não tem porque se lembrar do Médici. Ele não é uma figura para ser lembrada” (CORDEIRO, 2014, p. 199). Tal colocação nos reenvia à importantes questões, não apenas sobre a dinâmica de memória e a demanda por *esquecimento* que marcam as relações da sociedade brasileira com o passado recente, mas também à problemática da escrita biográfica de líderes autoritários: em que medida e de que modo é importante dedicar-se a tais trajetórias?

A pesquisadora francesa Andree Bachoud, na introdução da biografia que escreveu sobre o General Francisco Franco⁵⁸⁶, colocava com muita sinceridade aquilo que, para ela, consistia em um dos principais problemas da escrita biográfica de um líder autoritário:

O perigo de uma biografia reside no fato de se descobrir que nenhum homem pode ser única e exclusivamente mau. Temi muitas vezes esquecer a impiedosa repressão que foi exercida durante e depois da Guerra Civil, e de

deixar me emocionar pelas qualidades de marido, de pai ou de avô que ninguém conseguia contestar (BACHOUD, 2011, p. 13).

As sinceras preocupações da autora precisam ser consideradas e tratadas não apenas do ponto de vista metodológico, mas também da perspectiva do que podemos considerar certo “dever ético do historiador”. Nesse sentido, é preciso considerar em que medida levantar aspectos da vida privada de ditadores – que importa saber, afinal, se Franco foi um bom pai e avô? – pode contribuir para jogar um *véu* de silêncio sobre os crimes cometidos sob seus governos. É possível, neste caso, traçar um paralelo com o questionamento feito por Detlev Peukert (1987) ao se perguntar sobre as possibilidades éticas e morais de se tratar da vida cotidiana sob o Terceiro Reich. Assim, o historiador coloca:

[...] podemos, ou mesmo devemos, falar de ‘vida cotidiana’ em uma era que, para as vítimas de perseguição e guerra, significou um perpétuo estado de emergência? Em face da monstruosidade dos crimes do nacional-socialismo, não deveríamos ficar em silêncio sobre as rotinas diárias banais da maioria que não sente que foi afetada ou envolvida? (PEUKERT, 1987, p. 21).

De forma aproximada, é possível, eticamente, abordar a gentileza de Médici no trato com a vizinhança; o carinho para com os netos e a opinião corriqueira do porteiro de seu edifício sobre o seu “grande coração”, quando sabemos que seu governo foi o responsável pela tortura, morte e desaparecimento de centenas de pessoas? Pierre Milza (2011, p. VI), ao se dedicar à biografia de Mussolini, justifica a opção por não “[...] passar a borracha em aspectos pessoais e mesmo íntimos do chefe fascista e ver no homem que dirigiu por mais de vinte anos os destinos da Itália apenas o homem público”:

De qualquer forma, parece-me que, para compreender o ‘mussolinismo’, pegar o significado de certas atitudes, de determinadas decisões do ditador, não basta fazer referência ao meio em que interagiu, às forças que apoiaram suas iniciativas, à sua cultura política, bem como aos acontecimentos mais importantes aos quais esteve ligado antes de chegar ao poder e passar, ele próprio, a causar os acontecimentos. Importa olhar o peso que possam ter “as coisas da vida” no comportamento de um indivíduo que não era imune ao aleatório de uma existência comum.

Bachoud (2011, p. 13) também conclui algo similar ao escrever sobre Franco e, de maneira quase melancólica, chama atenção para o fato de que “[...] talvez ele fosse um pouco mais comum, um pouco menos monstruoso do que era hábito apresentá-lo”. Não se trata, contudo, de afirmar a menor ou maior “monstruosidade” destes ditadores. Trata-se, antes, de tentar compreender “[...] o homem com a cara-de-qualquer-um, saído da sociedade, nada estranho a ela, portanto” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p.11).

Também é importante considerar em que medida elementos de sua personalidade ajudam a explicar o tipo de poder que exerceram. É dessa forma que trabalha Ian Kershaw (2010), em sua monumental biografia sobre Hitler: sem descuidar dos traços específicos da personalidade do *Führer* que certamente definiram muitos dos rumos do Terceiro Reich, o autor opta por uma forma de biografia que deveria conciliar o método biográfico com a história social. Sob este aspecto,

Uma abordagem que se volte mais para as expectativas e motivações da sociedade alemã (em toda a sua complexidade) do que para a personalidade de Hitler para explicar o impacto imenso do ditador oferece o potencial de explorar a expansão de seu poder através da dinâmica interna do regime que ele chefiou e das forças que ele desencadeou. [...] O impacto de Hitler só pode ser compreendido através da época que o criou (KERSHAW, 2010, p. 33).

Antonio Cazorla (2015), ao optar por elaborar uma biografia do mito de Franco, ou seja, por uma biografia das imagens de Franco projetadas pelo regime e como elas se transformaram no decorrer da longa ditadura do Generalíssimo, faz uma opção similar à de Kershaw e chama atenção para o seguinte:

Como se verá neste livro, muitos espanhóis, todavia, consideram que Franco foi um herói e muitos mais pensam que, apesar de duro, foi um governante bem-intencionado que realizou importantes avanços no país. Como é possível que haja muita gente que pense assim ainda hoje na Espanha, depois de quase quatro décadas de democracia? De onde vêm estas ideias? Foram sempre assim? Como evoluíram? Por que? Estas perguntas e as

respostas que lhes dei, tem muitas implicações, morais em primeiro lugar, mas também políticas (CAZORLA, 2015, p. 15 – tradução nossa).

As diferentes condições históricas que marcam as trajetórias de Franco, Hitler e Mussolini citadas anteriormente, as diferenciam enormemente da biografia do General Médici. Mesmo se nos dedicarmos, como sugere Kershaw, à biografia de seu poder, é preciso considerar que o poder exercido por Médici possuiu natureza substancialmente diferente daquele exercido pelos outros ditadores mencionados, cujos governos também se diferenciam. Do ponto de vista metodológico, no entanto, o debate proposto por tais historiadores é fundamental. Nesse sentido, retorno à questão que me foi dirigida anteriormente: “Por que lembrar de Médici?”, a qual, por sua vez, contém uma outra indagação: *por que falar de Médici?*

Médici nasceu em Bagé, no Rio Grande do Sul, em dezembro 1905 e faleceu no Rio de Janeiro, em outubro de 1985. Seus quase 80 anos de vida cobrem boa parte do século passado. Considerado um militar mediano, um homem taciturno, de pouca fala, passou a maior parte de sua vida quieto, na mais absoluta discrição, servindo à instituição a qual dedicou a vida: o Exército. Sem nunca ter se envolvido em nenhuma grande conspiração (GASPARI, 2002, p. 130), sua trajetória militar não poderia ser um interessante caminho para compreender um século em que o ato de conspirar, mais que nunca, marcou as Forças Armadas brasileiras? Além disso, o estudo do tipo de poder que exerceu e o fascínio que foi capaz de despertar (CORDEIRO, 2015) são elementos preciosos para compreender, seguindo as palavras de Kershaw, as expectativas e motivações da sociedade que gerou aquele tipo de poder. Da mesma forma, o rápido ostracismo ao qual foi relegado após sua morte pode ajudar a melhor entender as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir da segunda metade dos anos 1970 e ao longo de toda década seguinte.

De Milito a General Médici

Em primeiro de abril de 1924, Emílio Garrastazu Médici assentou praça na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Gaúcho de Bagé, chegava ao então Distrito Federal em um momento conturbado para a República e particularmente para as Forças Armadas. O intervalo compreendido entre os anos de 1922 e 1924 são considerados o auge da agitação tenentista, que desembocaria, no fim deste último ano na aventura empreendida pela Coluna Miguel Costa-Prestes.

Assim, três meses após a chegada do jovem Emílio Médici ao Rio de Janeiro, as sublevações dos tenentes em São Paulo, comandadas pelo General Isidoro Dias Lopes sacudiram a república e se espalharam pelo país. Na Escola Militar, os ânimos dos jovens soldados se agitavam. Anos mais tarde, Ernesto Geisel, contemporâneo de Médici em Realengo, lembraria: "Já saíamos da Escola Militar revolucionários, não por influência dos professores, mas por influência dos colegas, sobretudo de turmas mais avançadas". Geisel lembrava ainda a tradição revolucionária gaúcha, que mobilizava em particular os jovens tenentes daquele estado (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 42), o qual, aliás, agitou-se de maneira significativa em 1924 (AARÃO REIS, 2014b, p. 51).

Os arredores de Bagé, o Rio Grande do Sul, a República, os tenentes: todos guardavam grande inquietação nos idos de 1924. Emílio, ou Milito, como era conhecido entre amigos e familiares, mantinha-se, ao contrário, como sempre fora: quieto. Dedicava-se aos estudos, aos compromissos que a Escola impunha e ao futebol. Era muito bom jogador e se destacava desde os tempos do Colégio Militar de Porto Alegre. (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 40). Três anos mais tarde, em janeiro de 1927, Emílio Médici foi declarado aspirante-a-oficial da arma de cavalaria e em seguida designado para o 12º Regimento de Cavalaria (12º RC), com sede em sua cidade natal, Bagé (DIAS, 2010). Cumpria uma trajetória relativamente comum entre os militares do chamado "exército do Rio Grande": "turma formada por

oficiais que raramente deixam aquele estado e com frequência servem na cidade em que nasceram e se casaram” (GASPARI, 2002, p. 130).

Emílio nascera em 05 de dezembro de 1905. Filho de Emílio Médici, dono de uma confeitaria em Bagé e de Júlia Garrastazu Médici, dona-de-casa, tinha mais três irmãos: Renée, Válter e Mário. Como recebera o mesmo nome do pai, a mãe, de origem uruguaia, passou a chamá-lo *Milito*, “no bom estilo castelhano”, como lembrou a irmã mais velha, Renée.⁵⁸⁷ Seu avô Raphael Médici era imigrante italiano e o avô materno, Anselmo Garrastazu, um velho maragato, possuía origem basca⁵⁸⁸ e chegou à região de Bagé provavelmente através do Uruguai, transformando-se em estancieiro. O avô materno chegou, através das atividades com gado, a acumular certa fortuna, embora não fosse propriamente rico. Sobre os Garrastazu, circulava em Bagé, comentários de que a família estivesse envolvida em atividades ilegais, como contrabando. Não obstante, “[...] isso é mais ou menos verdade para quase todos os que vivem ao longo da fronteira, que é mal definida e frequentemente sobreposta por fazendas, metade de um lado e metade do outro”.⁵⁸⁹

Assim como os demais irmãos, *Milito* fez os primeiros estudos na escola do Professor Charles Dupont em Bagé. Seus colegas lembram-se dele como bom aluno, aplicado, mas sempre muito quieto, que não se envolvia nunca em brigas.⁵⁹⁰ Por seu temperamento introspectivo e disciplinado, sua mãe achou que ele daria um bom soldado e em 1918, o encaminhou para o Colégio Militar de Porto Alegre.⁵⁹¹

Em 1927, quando retornou à terra natal, após o período na Escola Militar de Realengo, foi rapidamente promovido a segundo-tenente, ainda em julho daquele ano e em 1929, tornou-se primeiro-tenente. A Revolução de 1930 encontrou-o no 12º Regimento de Cavalaria em Bagé, servindo como oficial-de-dia. Estava, então, noivo de Scila Gafrée Nogueira, também bajeense e sua primeira e única namorada. Os planos de casamento foram adiados em função da adesão à revolução.⁵⁹²

Em 3 de outubro de 1930, as forças civis e militares que apoiavam Getúlio Vargas desencadeou levante que culminou na deposição do então presidente Washington Luís. No dia 6, o próprio Vargas atribuiu ao Primeiro-Tenente Garrastazu Médici o posto de capitão, o qual conduziu as tropas de seu regimento até o ponto de junção das forças rebeldes. Dois meses depois, no entanto, uma vez consolidada a vitória do movimento revolucionário, Médici retornou à patente de primeiro-tenente (DIAS, 2010).

Em 1931, pôde concretizar os planos de casamento com Scyla, uma mulher de considerável cordialidade e charme que é muito mais extrovertida do que seu marido.⁵⁹³ Ainda nos anos 1930, tiveram seus dois filhos: Roberto e Sérgio. Em 1932, a vida em Bagé tornou-se a agitar: o Primeiro-Tenente Médici voltou a comandar efetivos do 12º RC para combater a Revolução Constitucionalista, deflagrada em julho daquele ano em São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas (DIAS, 2010). Em 1934, chegou à patente de Capitão e em 1937, foi designado ajudante-secretário na Escola de Estado-Maior, no Rio de Janeiro, onde esteve até 1939.

A partir do Estado Novo, em novembro de 1937, é possível notar um aumento expressivo da importância das Forças Armadas na política brasileira. De acordo com René Armand Dreifuss e Otávio Dulci (2008, p. 132-181),

[...] ocorreu uma transformação paulatina no papel político das Forças Armadas anteriormente a 1964 [...]. Em termos da reformulação ideológica e do papel político dos militares, ocorreu, em primeiro lugar, uma legitimação de seu intervencionismo no sistema político. Essa legitimação se fundamentava na doutrina de Segurança Nacional elaborada na Escola Superior de Guerra, mas cujas origens remontam ao Estado Novo. Por outro lado, o intervencionismo militar foi alimentado pela ação das correntes contrárias ao regime populista, notadamente a União Democrática Nacional – UDN, que tendiam a recorrer à intervenção militar como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais. Reconhecia-se nas Forças Armadas o famoso ‘poder moderador’.

Assim, a política nunca esteve no horizonte das Forças Armadas como no período que se seguiu ao Estado Novo. Médici, no entanto,

passou pelos conturbados anos 1950 e 1960 afastado das conspirações, realizando suas tarefas de maneira quase burocrática; dedicado ao Exército, galgando, em silêncio, os postos na hierarquia militar. De acordo com Elio Gaspari (2002, p. 130), “[...] não há um só relato de conspirador dos anos 60 que mencione envolvimento de Médici na fermentação antijanguista”.

Em 1964, por exemplo, Médici era comandante da Aman quando começou o burburinho sobre as movimentações das tropas de Mourão Filho em Minas Gerais. O coronel que comandava o corpo de cadetes pretendia levantar a academia. Médici, no entanto, conseguiu manter as Agulhas Negras, longe do tumulto até a noite do dia 31 (GASPARI, 2002, p. 130). Quando, no entanto, o General Costa e Silva lhe telefonou para comunicar que havia assumido o comando das tropas da Guanabara, Médici não precisou de maiores detalhes. Ao ouvir as palavras de Costa e Silva, respondeu imediatamente: “Então mande ordens, chefe”.⁵⁹⁴ Assim, Médici conseguiu mobilizar os cadetes da Aman em favor do golpe contra Goulart.

Dois dias depois, em informativo interno da Aman, o comandante dirigia-se aos seus subordinados com palavras que confirmavam seu apoio à intervenção militar e de agradecimento:

Os chefes militares que ascenderam às principais posições de mando merecem o acatamento e o respeito de todos nós; mantenhamo-nos unidos em torno deles, certos de que o BRASIL, agora, marchará sem entraves para os objetivos por que sempre ansiaram os verdadeiros patriotas.

Na oportunidade, cumpre-me declarar que me sinto profundamente orgulhoso do comando que tenho, dos elementos civis que emprestam seu abnegado devotamento à AMAN.⁵⁹⁵

O golpe enviou Médici aos Estados Unidos, onde serviu por quase dois anos como Adido Militar em Washington. A dificuldade com a língua, no entanto, deixava-o pouco à vontade e transformou sua experiência internacional em algo custoso. Retornou ao país em fins de 1965 para comandar o 3o Regimento Militar, em Porto Alegre. Em 1967, com a ascensão do amigo Costa e Silva à presidência,

tornou-se chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ali, embora admitisse ter encontrado o serviço já feito pelo idealizador do órgão, o General Golbery do Couto e Silva, trabalhou no sentido de aperfeiçoar o órgão.

Em 1968, acompanhou de perto as agitações estudantis e os protestos que marcaram o ano. Em julho de 1968, quando da 41ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional, Médici colocava que estava “[...] em curso um plano das esquerdas radicais com o apoio de políticos cassados para a tomada do poder” e conclamava o governo a “[...] sem tardança, tomar medidas concretas de segurança, agindo energicamente contra os elementos que ameaçam a integridade do governo”.⁵⁹⁶

Em dezembro, na fatídica reunião em que se decidira pela medida extrema, Médici aparentava calma. Anotava sem parar. Quando o vice-presidente Pedro Aleixo começou sua fala contra o novo Ato Institucional, baixou a cabeça e anotava: não precisava ouvir nada. Acompanhava a gravidade da situação e já havia se decidido. Quando tomou a palavra, foi categórico:

Senhor presidente, senhores conselheiros. Eu me sinto perfeitamente à vontade [...] e, por que não dizer?, com bastante satisfação, em dar o meu aprovo ao documento que me foi apresentado. Isto porque, senhor presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que vossa excelência me atribuiu, como chefe do SNI, tive oportunidade de fazer minucioso relato da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros que por fatos e por ações o que estava na rua era a contra-revolução. Acredito, senhor presidente, que com a sua formação democrática, foi vossa excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava [...] que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contra-revolução que estava na rua. Era só o que eu tinha a dizer.⁵⁹⁷

Do III Exército à Presidência

Quando Costa e Silva teve o acidente vascular cerebral que o afastou da presidência da República em fins de agosto de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici, seu amigo pessoal e ex-chefe do

SNI durante boa parte de seu governo, encontrava-se em Porto Alegre. Era, desde março daquele ano, comandante do III Exército, um dos cargos mais importantes que ocupou ao longo de sua carreira militar.⁵⁹⁸

Médici e Costa e Silva tornaram-se amigos ainda nos anos 1950, quando em 1957, o então Coronel Emílio Garrastazu Médici assumiu a chefia do Estado Maior da 3ª Região Militar, à época sob comando do General Costa e Silva. O convite fora feito pelo próprio Costa e Silva e nos dois anos seguintes em que trabalharam juntos, a amizade entre os dois aprofundou-se (DIAS, 2010). Assim, foi provavelmente com pesar que o General Médici recebeu a notícia da doença e do afastamento das funções de presidente de seu velho companheiro.

O curso dos acontecimentos se precipitaria com velocidade estonteante, desde o dia 27 de agosto, quando Costa e Silva sentiu o primeiro mal-estar, sintoma já da doença que o acometeria, até o domingo, dia 31 de agosto de 1969. Quando, então, o país tomou conhecimento, através de um comunicado dos Ministros Militares, transmitido por cadeia nacional de rádio e televisão, de que o presidente, por motivos de enfermidade, teria de afastar-se temporariamente de seu cargo.

Mais cedo, naquele mesmo domingo, a Seleção Brasileira de Futebol enfrentou, no Rio de Janeiro, o selecionado do Paraguai pelas eliminatórias da Copa do Mundo de Futebol que se realizaria no ano seguinte, no México. Médici, um fanático por futebol e grande entusiasta da equipe do Brasil, não pôde, contudo, acompanhar com o habitual interesse a partida daquela tarde. Foi o primeiro a saber, no Rio Grande do Sul, que afinal, chegara-se a uma solução para a imperativa necessidade de afastamento de Costa e Silva: uma vez que entregar o poder ao vice-presidente civil, Pedro Aleixo, não era uma solução contemplada pelos altos escalões do governo e das Forças Armadas, optou-se por uma Junta Militar formada pelos três ministros militares para substituir Costa e Silva. Assim que soube da

notícia, Médici tratou de comunicar o que sabia ao Governador gaúcho, Walter Peracchi Barcelos.⁵⁹⁹

A rigor, o comunicado dos ministros militares dizia muito pouco sobre o estado de saúde de Costa e Silva. Limitava-se a transmitir a notícia do afastamento do presidente e a afirmar o dever das Forças Armadas no que tangia ao “exercício da autoridade suprema” como “imperativo da Segurança Nacional”,⁶⁰⁰ justificando, assim, as razões para o impedimento de Pedro Aleixo. De acordo com o comunicado:

A situação que o País atravessa, por força do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e do Ato Complementar nº 38, da mesma data, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a par de outras medidas relacionadas com a Segurança Interna, não se coaduna com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de Comandante Supremo das Forças Armadas, exercida por S. Ex.^a, a outros titulares, conforme previsão constitucional.⁶⁰¹

Assim, ao negar ao vice-presidente a possibilidade de assumir o governo – um novo golpe dentro golpe? – o regime dava, mais uma vez, mostras do caráter ditatorial que o marcava (AARÃO REIS, 2014a, p. 82), mas, ao mesmo tempo, colocava-se diante de uma situação política delicada e inédita. Conquanto nada de específico tivesse sido divulgado sobre a gravidade do estado de saúde do presidente – ao contrário, sua *entourage* fazia questão de afirmar o caráter provisório da Junta Militar, apenas enquanto durasse o repouso recomendado pelos médicos –, a notícia do afastamento de Costa e Silva causou certo mal-estar, sobretudo entre os meios militares. De acordo com Maud Chirio (2012, p. 148-149), tal mal-estar atingiu principalmente a oficialidade mais afastada dos círculos de poder, que tendeu a transferir para a Junta toda a desconfiança que nutria contra o círculo presidencial de Costa e Silva. Assim, antes mesmo de o comunicado à imprensa ser divulgado, o General Affonso de Albuquerque Lima, um influente crítico do governo entre a tropa e candidato à sucessão de Costa e Silva desde sua demissão do Ministério do Interior em janeiro daquele ano (CHIRIO, 2012, p. 143) divulgou um manifesto no qual

argumentava que “[...] os três ministros militares, se forem integrar o Comando Revolucionário ou a Junta Militar, deverão ser substituídos em suas pastas” (GASPARI, 2002, p. 84).

A doença de Costa e Silva ajudou, portanto, a inflamar uma crise nos meios militares que já vinha, nos últimos meses se adensando. Mas, para além dos problemas na caserna, outros acontecimentos se sucederam em um intervalo curtíssimo de tempo, colocando a Junta Militar e a ditadura, de maneira geral, em xeque. O mais importante e surpreendente deles foi a captura por grupos de oposição armada ao regime do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick. O evento ocorreu ainda na primeira semana de setembro e os guerrilheiros exigiam, em troca da vida do Embaixador, a libertação de 15 prisioneiros políticos. Acuada, a Junta viu-se forçada a negociar e a ceder às exigências dos guerrilheiros e, embora a repressão tivesse reagido com intensidade, a ousadia daqueles jovens agravou a crise de representatividade pela qual passava o regime.

Como se pode observar, a ditadura, que havia sido tão popular nos seus primeiros dias, via as insatisfações, vindas dos mais diversos segmentos da sociedade e mesmo de dentro das próprias Forças Armadas, se acumularem. Era preciso tomar providências. De posse do AI-5, já há quase um ano, era preciso reorganizar seu próprio campo, recuperar a popularidade e, mais ainda, a credibilidade, abalada diante do imenso embaraço causado pela captura do Embaixador americano e da crise institucional que o afastamento de Costa e Silva e o impedimento de Pedro Aleixo colocavam.

Portanto, se em seu comunicado à nação, no dia 31 de agosto, os ministros militares deixavam claro que o afastamento de Costa e Silva era temporário, o real estado de saúde do presidente tornava-se cada dia mais grave e afastava qualquer possibilidade efetiva de retorno. Passou-se, então, a ser cogitada a hipótese de que um novo presidente assumisse o cargo, o mais breve possível. Era preciso uma nova liderança, capaz de acalmar os ânimos acirrados entre os radicais das Forças Armadas, reprimir as oposições, sobretudo as esquerdas

armadas, e restabelecer a popularidade do regime. Era preciso, pois, um novo General-Presidente, um homem forte e não o poder dividido entre as Forças Armadas, em uma Junta Militar que não chegou a convencer.

Foi nesse cenário, que o General Médici, homem de confiança de Costa e Silva, viu seu nome começar a ser cogitado como possível sucessor do presidente. A situação, no entanto, era ainda bastante incerta. A princípio, o General Jaime Portela, Chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva, pretendia articular a substituição da Junta por um vice-presidente com mandato tampão, até março de 1971, quando encerraria o período de governo de Costa e Silva (GASPARI, 2002, p. 115). Médici, dentre todos os generais de quatro estrelas sondados para o cargo, era “o que se ligava a Costa e Silva pelos mais afetuosos laços de amizade” (GASPARI, 2002, p. 115). O General, no entanto, estava relutante. Não queria ser presidente. Questionado pela imprensa, dizia-se disposto a aceitar “qualquer decisão revolucionária”, mas preferia ser vice-presidente, em exercício enquanto perdurasse a enfermidade de Costa e Silva.⁶⁰²

À época, a imprensa divulgava algumas das razões que levariam Médici a preferir a solução da vice-presidência: “[...] se o presidente não pode sofrer emoções fortes, como saber que houve um sequestro, imagine-se sua reação ao saber que, enquanto estava doente, um seu amigo de confiança assumiu seu lugar para ficar”.⁶⁰³ Não obstante, a solução vice-presidencial imaginada por Portela não tardou a mostrar-se inviável. O que parecia mesmo ser o mais plausível era a indicação de um novo presidente. Médici, no entanto, preferia não ser o escolhido. A imprensa seguia especulando sobre as razões que o levavam a recusar a presidência:

Seu pai, Emílio, seu irmão mais velho, Válter, e o mais moço, Mário, morreram do coração. Ele mesmo, em 1967, pouco antes de assumir a chefia do SNI, teve um ‘aviso’ cardíaco que o obrigou a repousar vários dias em Porto Alegre. Por isso a família aconselha ‘Milito’ a não ser presidente. As razões de lealdade são porém mais importantes do que as de saúde.⁶⁰⁴

Apesar da relutância, tendia a prevalecer, portanto, a disposição em cumprir seus “deveres de lealdade”. O Alto-Comando sabia disso e sabia também da importância de se escolher alguém da confiança de Costa e Silva. Em seu depoimento ao CPDOC/FGV, o ex-presidente Ernesto Geisel explicou a opção pelo nome de Médici naquela conturbada conjuntura: “Era benquisto [entre os militares], como já disse, não era radical e tinha a vantagem de ser amigo do Costa e Silva. Não iriam escolher alguém que tivesse sido hostil ao Costa e Silva” (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 211).

De fato, a proximidade com Costa e Silva era critério fundamental. Passaria importante imagem de coesão entre as Forças Armadas, em um momento de extrema instabilidade para a ditadura. Assim, na medida em que seu nome aparecia como o mais viável, Médici (2012, p. 21) tomou a indicação como uma *missão* “[...] que seus companheiros de farda, em uma hora difícil para a corporação e a Pátria, pediram-lhe que cumprisse”. Não obstante, não o fez sem deixar claro que, uma vez assumindo a presidência, seria ele quem daria as cartas. O próprio General lembraria, anos mais tarde, a estratégia que adotou diante de sua indicação para o cargo:

Eu recusei a indicação para presidente e depois foram atrás de mim para fazer eu voltar. Eu não queria ser presidente se não pudesse decidir. Quando me chamaram ao Rio para me comunicar a minha escolha para presidente, eu encontrei-me com os três ministros militares, os três chefes de Estado-Maior dos ministérios e o ministro-chefe do EMFA. Eram sete. Quando me convidaram, eu apontei o dedo para cada um deles e fui perguntando: ‘Muricy, você aceita qualquer missão que eu lhe der? Lyra, você aceita qualquer missão que eu lhe der?’ Fiz a pergunta, com o dedo apontado a cada um. Todos concordaram.

Então, aceitei. Então, o Lyra – o Lyra é meio falante – perguntou: ‘Médici, você já pensou no seu vice?’

– Já – respondi.

[...]

– É o Rademaker.

[...]

– Não pode porque nós fizemos um acordo para ninguém aceitar nada – disse o Lyra.

Peguei meu quepe, me despedi e saí:

- O problema é de vocês. Eu vou embora para mostrar a vocês como vocês escolheram o homem errado para a presidência. Eu perguntei, apontando o dedo, a cada um, se vocês aceitavam qualquer missão que eu lhes desse. Vocês disseram que aceitavam. Mas na primeira missão que dei vocês recusaram. [...] Se eu não fizesse aquilo, eu não nomearia nem meu ajudante-de-ordens (SCARTEZINI, 1985, p. 59-60).

Assim, despontava, em um dos momentos mais difíceis pelo qual passara a ditadura desde o golpe em 1964, o que parecia ser uma nova liderança. Uma liderança que não o queria ser, é verdade – “[...] fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome não fosse cogitado”, diria Médici em seu primeiro pronunciamento à Nação, após a decisão do Alto Comando.⁶⁰⁵ Mas que, uma vez escolhida, propôs-se a “[...] manter unidas as Forças Armadas da Nação em torno dos ideais da Revolução de Março de 1964”.⁶⁰⁶

Pediu 15 ou 20 dias para organizar seu governo. Dessa forma, à inédita votação entre a alta oficialidade das Forças Armadas que escolheu Emílio Garrastazu Médici, seguiu-se a reabertura do Congresso no dia 22 de outubro – fechado desde dezembro de 1968, quando da outorga do Ato Institucional no 5. Oito dias depois, os parlamentares cumpriam a missão de ungir presidente o general que já havia sido “eleito” pelos seus pares.

Presidente Médici

Venho como sempre fui. Venho do campo, da fronteira, da família, da caserna; venho da minha terra e de meu tempo. Venho do Minuano. [...] Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. Homem do povo, conheço sua vocação de liberdade, creio no poder fecundo da liberdade. [...] Homem da revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais.⁶⁰⁷

Com estas palavras, o General Médici dirigia-se à nação pela primeira vez como Presidente da República, no dia 30 de outubro de 1969. À época, alguns jornais deram destaque aos trechos em que o

novo presidente destacava sua fé no “poder fecundo da liberdade” e às referências à possibilidade de abertura democrática: “homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional”.⁶⁰⁸ Não obstante, o novo presidente falava, simultaneamente, de sua crença na “revolução” de 1964 como “incontestável”.

Seu mandato, é importante destacar, orientou-se eminentemente por este último pressuposto. Assim, nos pouco mais de quatro anos em ocupou o cargo máximo do país, Médici foi um defensor dos preceitos que embasavam a ditadura. De fato, em seu mandato, o regime inaugurado em 1964 conheceu outro e talvez inédito “ímpeto renovador”, deixando para trás o período de turbulência e os dias de aflição que a doença de Costa e Silva viera agravar.

Antes mesmo de tomar posse, enquanto formava seu gabinete, a imprensa noticiava planos de potência para o país, que viriam, efetivamente, a ter importante espaço dali em diante. Em sua edição de 29 de outubro, ou seja, publicada um dia antes da posse de Médici, a revista *Veja* dava conta de que a equipe do presidente, encabeçada pelo novo Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, concebia, a partir também de sugestões do antecessor de Velloso no cargo, Hélio Beltrão, um plano intitulado *Projeto Brasil, grande potência*. A ideia geral era que “[...] mais importantes do que a qualidade dos planos é o engajamento do povo num projeto nacional”.⁶⁰⁹

Tais planos de *potência* chamaram atenção também da diplomacia norte-americana no Brasil, que em relatório remetido em 17 de outubro de 1969 sobre o novo presidente, informava:

Ele tem uma fé profunda e quase mística no povo brasileiro que, mais uma vez, pode ser ingênua, mas também genuína. Uma dessas ideias fixas é que o Brasil alcançou renome mundial em áreas que desfrutam de amplo apoio popular e participação – futebol, música popular e carnaval; mas que debate-se, por outro lado, principalmente em áreas que foram cerceadas seja por mal planejamento ou pelas circunstâncias. Como um nacionalista moderado, ele tem devoção ao sonho de um Brasil desenvolvido, rico e poderoso, mas acha que um programa de desenvolvimento econômico

funcionará apenas na medida em que as pessoas possam ser mobilizadas e envolvidas nele. O que isso provavelmente significa em termos de política ninguém sabe, e é possível que nem mesmo o Médici saiba.⁶¹⁰

Médici sabia, no entanto, que para que este projeto de potência fosse realizado, era preciso recuperar a economia. Delfim Netto, Ministro da Fazenda desde 1967 e que realizara importantes mudanças nos rumos da economia, dando ênfase ao controle da inflação, permaneceu no cargo. As linhas mestras da política econômica que vinham sendo traçadas desde 1967 e que, a partir de 1968 começaram a mostrar os primeiros resultados, foram, portanto, mantidas. Não obstante, é importante destacar, a política econômica empreendida ao longo de 1969 era bastante diferente da euforia desenvolvimentista que se verificaria nos anos seguintes. De acordo com José Pedro Macarini (2008, p. 315-351), até então, não se imaginava, de maneira alguma “[...] tomar a intensificação do crescimento geradora da Nação Potência como tarefa da política econômica, diferentemente do que se observou a partir da posse de Médici”.

Dito de outra forma, o governo Médici tomou a economia como um aspecto crucial de um projeto nacional mais amplo e fez, de fato, o “bolo crescer”.⁶¹¹ Tal projeto incluía, como referido no discurso de posse do presidente, “a mobilização total da opinião pública”. Para isso, uma sofisticada agência de propaganda, baseada em modernas concepções de comunicação foi criada: a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP),⁶¹² que modernizou a forma de comunicação da ditadura com o público, ajudando a construir o discurso de que o Brasil se transformava, a passos acelerados, em uma grande potência. Mas a propaganda da ditadura, eficaz que foi, não operava no vazio. Para que a narrativa em torno do *Brasil potência* tivesse qualquer ressonância, era preciso que se ancorasse em experiências, tradições e culturas políticas familiares a expressivos segmentos da sociedade. Sob este aspecto, o governo Médici acabou tornando-se porta-voz de um projeto nacional que

soube articular as tradições nacionais com o entusiasmo em torno dos processos de modernização conservadora que a ditadura implementava e que, então, se aceleravam de forma inédita (CORDEIRO, 2015).

Todavia, se a política econômica atrelada aos projetos de construção do *Brasil potência*, bem como o investimento em novas estratégias de comunicação foram preocupações fundamentais do novo governo, é importante destacar que a questão do combate aos “inimigos do regime” impunha-se cada vez mais como essencial. Sobretudo após o episódio da captura do embaixador americano e o crescimento das ações de grupos armados nas grandes cidades e no campo, tornava-se crucial dar uma resposta forte e segura àqueles que ousavam desafiar a ordem estabelecida.

Assim, o regime atuou de forma a aperfeiçoar o aparelho repressivo. Seguiram-se anos de estruturação dos mecanismos que transformaram a tortura em política de Estado e de intensa repressão às oposições, principalmente àquelas que optaram pelo enfrentamento armado, que levaram ao seu quase total aniquilamento. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue em 2014, apurou que 98 dos 180 assassinatos com motivações políticas ocorridos sob a ditadura se concentraram entre os anos de 1969 e 1974.⁶¹³

Médici, chefe do SNI entre 1967 e o início de 1969, sabia da importância e da necessidade de medidas severas para solucionar o problema do que ele chamava a “contrarrevolução”. O novo presidente, que acreditava na “revolução incontestável” e que foi um dos mais ardorosos defensores do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), supunha a existência de órgãos de repressão coesos e precisos como uma necessidade básica para a concretização de seus objetivos de governo. Os relatórios produzidos pela diplomacia americana no Brasil diagnosticavam, quando de sua indicação à presidência, que Médici tenderia a ser mais firme com a oposição do que havia sido Costa e Silva:

No passado, Médici criticou a paciência de Costa e Silva diante das manifestações anti-governo e, em dezembro de 1968, ele apoiou fortemente a criação do Ato Institucional nº 5 [...] Apesar de Médici não se identificar como parte da chamada *linha-dura* do Exército, sua defesa, no passado, da adoção de medidas políticas restritivas indica que ele será, possivelmente, menos tolerante que Costa e Silva com a oposição radical.⁶¹⁴

O novo presidente era, sobretudo, um crente nos poderes decisivos do AI-5 e na sua importância para levar adiante seu projeto nacional. Anos mais tarde, Médici ainda reafirmaria a importância do AI-5 para o seu governo:

A ponte Rio-Niterói também foi decisão minha. As construtoras estavam em insolvência.

Eu chamei o Andreazza e lhe disse:

— Vamos desapropriar, formar uma empresa e terminar a ponte.

— Podemos? Temos dinheiro? – ele me perguntou.

— Eu posso. Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo – respondi. Se eu não posso, ninguém mais pode. (SCARTEZINI, 1985, p. 61)

Como é possível verificar, sua “profunda fé” no povo brasileiro e as perspectivas de mobilização popular, no entanto, não entravam em contradição com um exacerbado senso de autoridade e ordem. Ao contrário, ao longo de seu mandato, Médici mais de uma vez exaltou as qualidades do povo brasileiro ao mesmo tempo em que elogiava “as vantagens do equilíbrio e da ordem” ou o fato de o Brasil finalmente ter ajustado os “padrões de segurança necessários ao progresso” (MÉDICI, E., 1972, p. 76).

Esta era a essência do *Milagre brasileiro*: mais que meramente uma política econômica, o Milagre constituiu-se em verdadeiro *estado de espírito*, uma “forma de presença no mundo”,⁶¹⁵ que incluía ao mesmo tempo e indissociavelmente, euforia desenvolvimentista e repressão; nacionalismo exacerbado e autoritarismo violento – o famoso *slogan ame-o ou deixe-o* –; coerção e consentimento. Assim, para melhor compreender os anos do *Milagre* em sua complexidade, à dinâmica entre modernização, crescimento econômico e euforia nacionalista é fundamental que se adicione o componente de

violência, bem como os processos através dos quais ela disseminou-se socialmente (CORDEIRO, 2018, p. 143).

Longe de estar relegada aos *porões do regime* enquanto a propaganda dissimulava e manipulava mentes e atitudes, o emprego da violência contra os *inimigos do regime* e o elogio da autoridade orientaram a *mise-en-scène* da ditadura naquele período. Além disso, constituíram partes fundamentais do projeto nacional, o ideal do *Brasil potência* levado, à cabo nos anos Médici. Dessa maneira, a importância dada à “mobilização da opinião pública”⁶¹⁶ e a “fé profunda e quase mística no povo brasileiro”, que o presidente professava, resultou em um tipo de governo que se diferenciava essencialmente daqueles de seus dois antecessores e de seus dois sucessores.

E se o governo Costa e Silva já havia dado os primeiros passos no sentido da formulação de uma política de propaganda, tal política tomou proporções inteiramente novas e ampliadas no mandato de Médici. Ao mesmo tempo, se permaneceu a aversão que os militares possuíam com relação a qualquer órgão que lembrasse o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como demonstrou Carlos Fico (1997), também é possível verificar que ao longo dos anos em que Médici esteve à frente do poder, houve um trabalho de construção de imagem em torno da figura do presidente que não se pode supor ter ocorrido à sua revelia.

O melhor exemplo disso seja, talvez, a forma como a AERP conseguiu canalizar a vitória da Seleção Brasileira de Futebol no México em favor do presidente no ano de 1970. A opção por realizar a recepção dos atletas em evento público – mais de 70 mil pessoas compareceram ao Palácio do Planalto – deixava claro os esforços do governo e do presidente para conquistar popularidade. Conquanto a aglomeração se justificasse pela presença dos tricampeões mundiais, um assessor presidencial admitiria que “[...] em termos de comunicação de massa, isso significa muito para um governante que não despreza a popularidade”.⁶¹⁷



Foto 2

Assim, a imagem que se buscou construir refletia, ao mesmo tempo, a autoridade e taciturnidade que emanava de sua figura por um lado e a ideia do *presidente-homem comum*, por outro, bem expressa em seus reconhecidos hábitos simples e, principalmente, no gosto pelo futebol. A imagem do homem de pouca fala, porém generoso, circulou desde o momento em que seu nome foi confirmado como o indicado do Alto Comando à sucessão de Costa e Silva. A diplomacia estadunidense no Brasil dizia sobre ele:

A principal característica do General Médici é a taciturnidade, tão marcante que lembra a legenda de Calvin Coolidge. Ele nunca usa duas palavras onde uma é suficiente e prefere nenhuma, sempre que possível. No entanto, o efeito glacial de seu próprio silêncio é compensado pelo fato de que ele é um bom ouvinte, mesmo que seja pouco falante. [...] Por causa de seu tamanho, silêncio e atitude imperial, o general muitas vezes oprime os que o cercam sem querer. Ele mesmo é uma pessoa bastante informal, com um senso de humor controlado, mas saudável.⁶¹⁸

E se a mobilização da opinião pública era um elemento importante em seu governo, o futebol constituiu-se, como dito, no elemento capaz de suavizar a figura opressora e destacar os traços “informais” de sua personalidade. Um general do Ministério do Exército, por exemplo, contava que Médici parava extasiado sempre que via “guris jogando bola, nem que seja de meia, e só sai quando vem o primeiro gol”.⁶¹⁹ Assim, ao longo de seu governo, formou-se

uma visão específica sobre a figura de Médici e uma forma – diferente para os padrões da ditadura, de se relacionar com o poder. O gosto pelo futebol e a presença constante de Médici nos estádios, acompanhado de seu rádio de pilha ajudariam a difundir a imagem do *presidente-torcedor-homem comum* (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016, p. 1-19). Nelson Rodrigues (2008, p. 232-233), declarado admirador do presidente, analisava sua relação com o futebol em crônica de janeiro de 1970:

Outra singularidade do Chefe da Nação: – gosta de futebol e sabe viver como o mais obscuro, o mais anônimo torcedor, todas as peripécias dos clássicos e das peladas. Isso é raro, ou melhor dizendo, isso é inédito na história dos presidentes brasileiros [...] O nosso Presidente sabe tudo de futebol. Eu diria que hoje nenhum brasileiro será estadista se lhe faltar sensibilidade para o futebol [...]. Num jogo do Grêmio, e antes de ser Presidente, e antes da definição das candidaturas, o General Garrastazu Médici desce ao vestiário. Vejam se vocês conseguem imaginar um Delfim Moreira, ou um Epitácio, num vestiário de futebol. Pois o General chega e pergunta: – ‘Como é, Alcino, que você vai me perder aquele gol?’

A vitória da Seleção Brasileira na Copa de 1970, ajudaria a confirmar tal imagem. Mesmo o jornalista liberal, muitas vezes crítico ao regime, Carlos Castello Branco em sua primeira coluna após a final da Copa do Mundo, falava da *comunhão* entre povo e Presidente:

Finda a partida, na euforia da vitória, o General [...] Sabendo que havia populares em atitude de confraternização nos portões do Palácio, mandou abri-los e foi ao encontro de dezenas de desconhecidos, liberto do seu aparelho de segurança, confiante na emoção generosa. Alguém atirou-lhe uma bola, que ele agarrou, pondo-se a brincar como um menino, fazendo embaixada e tirando a bola de letra. [...] A mensagem que ele dirigiu ao povo brasileiro, comemorativa da vitória, acentua a sua identificação com a alma popular, alinhando-se como apenas um dos milhões de torcedores.⁶²⁰

Em sentido similar, a reportagem de *Veja* admitia que, se os 70 mil que foram acompanhar a recepção da Seleção em Brasília estavam ali para ver os craques do time, os aplausos dirigidos ao presidente, por outro lado, demonstravam que o povo “[...] o reconhecia e aceitava como cabeça e símbolo da imensa e exaltada torcida em que o país inteiro havia-se transformado”.⁶²¹ A vinculação da imagem do

presidente ao futebol foi extremamente forte e ajudou a criar uma aproximação entre o povo e seu presidente. Nelson Rodrigues (2008, p. 232-233) mais uma vez questionava: “O que tem sido as nossas relações com os Presidentes da República? Nenhuma”. E, em seguida demarcava a diferença de Médici: “[...] eu queria crer que um homem assim é um brasileiro vivo e não uma pose, e não uma casaca, e não uma faixa, e não uma condecoração”. Assim, a imagem do *presidente-torcedor-homem comum* o acompanharia ao longo de todo o seu mandato: quer fosse nas inaugurações de obras como a Transamazônica, quer fosse nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, quer fosse no estádio de futebol ou durante o cafezinho do Bar América, em Copacabana.

No contexto de crescimento econômico e nacionalismo típicos do *Milagre Brasileiro*, tal imagem ajudou a ampliar o clima de euforia que caracterizou o período. Ao mesmo tempo, a imagem do general de “porte imperial” e pouca conversa nunca deixou de ser veiculada e não se opunha à outra. Ao contrário, a compunha, passando, ao mesmo tempo, uma mensagem de ordem, autoridade e amor à Pátria, cara ao projeto de governo de Médici.

O ex-Médici

Em maio de 1984, após receber a visita do então candidato à presidência Paulo Maluf, em seu apartamento em Porto Alegre, Médici, ao sair na calçada, defrontou-se com um grupo de jornalistas armados até os dentes de câmeras, microfones, papel e caneta. Perguntavam sobre os rumos da abertura, sobre o pesado *legado* que deixara aos seus sucessores. Médici não gostava de falar. Não dava entrevistas. Àquela altura, seu temperamento quieto e silencioso o qual, para muitos, ao longo de sua vida associava-se à introspecção e timidez, convertera-se em amargura. Sentia-se injustiçado pelo destino que a história lhe reservara: ele, o homem da repressão, da tortura; seus sucessores, os homens da abertura. Sua recusa em dar

entrevistas provinha justamente da insatisfação com relação ao seu *papel histórico*:

Eu sou o presidente do arbítrio. Qualquer coisa que disser agora, quando estamos indo para as eleições, será apontada como uma ameaça às eleições. Não, eu não posso dizer nada. Tenho que ficar calado. Eu sou o arbítrio, eu sou a ditadura. A ditadura não fala (SCARTEZINI, 1985, p. 24).

Mas naquele dia, o General não se conteve e respondeu rispidamente: “O que você acha? O que você prefere? Uma inflação de 15% ou de 230?” (SCARTEZINI, 1985, p. 87). A entrevista, no entanto, chamara atenção para a figura, já praticamente esquecida do ex-presidente. Naquele mesmo dia, mais tarde, foi jantar com a família em uma churrascaria da capital gaúcha, quando o porteiro perguntou: “Aquele ali não é o ex-Médici?” (SCARTEZINI, 1985, p. 89).

Ao deixar Brasília, Médici afastou-se o máximo que pôde dos assuntos políticos. Costumava dizer, quando perguntado sobre o que faria ao deixar a presidência que “um ex-presidente não pode almejar mais que possuir uma banca de jornal” (MÉDICI, 2013). Nos primeiros anos após deixar a presidência, ainda chegou a receber algumas homenagens. Não obstante, com o passar do tempo e com o país caminhando lentamente para a democracia, as homenagens escasseavam de forma acelerada. Seu nome já não era mais vinculado ao *presidente-torcedor* ou ao projeto de *Brasil-grande* de seu governo. Quando o era, servia, em primeiro lugar, para se referir ao “pesado legado” que o *Milagre brasileiro* teria deixado para o país. Cada vez mais, no entanto, seu nome restava associado à tortura, ao desaparecimento de opositores, aos *anos de chumbo* da ditadura.

Médici faleceu em outubro de 1985, exatamente quando a sociedade vivia um momento importante da longa transição democrática e esforçava-se por distanciar-se da ditadura. Cerca de um ano antes, um acidente vascular cerebral limitou seus movimentos e calou sua voz. Os familiares não sabiam se ele compreendia o que se passava, se conseguia acompanhar as transformações políticas que marcaram aquele ano e a eleição, ainda que indireta, de um civil à

presidência da República. Em seu velório e cortejo fúnebre compareceram cerca de 200 pessoas. O “presidente mais popular que o Brasil já teve desde Juscelino Kubitschek”,⁶²² morria sozinho, afastado de uma sociedade que buscava distanciar-se o mais possível da ditadura que ele tão bem encarnava e reencontrar-se com a democracia.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, D. *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

BACHOUD, A. *Franco*. São Paulo: Babel, 2011.

CAZORLA, A. *Franco, biografía del mito*. Madri: Alianza Editorial, 2015.

CHIRIO, M. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CORDEIRO, J. M. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, K. A.; SOUZA, C. A.; CORDEIRO, J. M. *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Prismas, 2018.

CORDEIRO, J. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CORDEIRO, J. M. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DIAS, S. MÉDICI, Emílio Garrastazu. In: ABREU, A. A. De et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete->

[biografico/medici-emilio-garrastazu](#)>. Acesso realizado em 20 jun 2018.

DREIFUSS, R. A.; DULCI, O. S. As forças armadas e a política. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-61*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. O "milagre" brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, C. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada. As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KERSHAW, I. Hitler. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KERSHAW, I. *L'opinion allemande sous le nazisme. Bavière 1933-1945*. Paris: CNRS Éditions, 2002.

LABORIE, P. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

MACARINI, J. P. A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/69. In: MUNTEAL FILHO, O.; FREIXO, A. de; FREITAS, J. V. (orgs.). *"Tempo negro, temperatura sufocante": estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

MAGALHAES, L. G.; CORDEIRO, J. M. O poder na torcida: consenso, futebol e ditadura no Brasil (1970) e na Argentina (1978). *Revista Faces de Clio*, v. 2, 2016.

MÉDICI, E. G. *Nosso caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MÉDICI, R. N. *Entrevista concedida à Janaína Martins Cordeiro*. Rio de Janeiro, 17 abr 2013.

MÉDICI, R. N. *Médici, o depoimento de Roberto Nogueira Médici*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MILZA, P. *Mussolini*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PEUKERT, D. J. K. *Inside Nazi Germany. Conformity, opposition, and racism in everyday life*. Yale University Press, 1987.

RODRIGUES, N. *O reacionário: memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. Apresentação – Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 v., 2010.

SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

-
580. Arquivo do Ministério do Exército. Fé de Ofício. Emílio Garrastazu Médici.
581. Médici pede prazo para organizar seu Governo. *O Globo*. Rio de Janeiro 08/10/1969, p. 14.
582. Arquivo do Ministério do Exército. Fé de Ofício. Emílio Garrastazu Médici.
583. Richard Nixon foi Presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1969 e 1974, pelo Partido Republicano.
584. General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence. "The Medici Visit: perspectives", p. 3
585. Fundo Instituto de Brasileiro de Opinião e Propaganda (IBOPE). Arquivo Edgar Leuenroth, 1969-1973.
586. Francisco Franco Bahamonde, Militar e Ditador Espanhol. Integrou a Cúpula Militar que deu um golpe de estado em 1936 contra o governo democrático da segunda república, dando início à Guerra Civil Espanhola. Exerceu o poder na Espanha como Chefe de Estado desde o fim do conflito, em 1939, até sua morte em 1975.
587. Bagé, terra natal de Médici, acompanha emocionada as decisões do Alto Comando. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30/09/1969, p. 21.
588. Museu Dom Diogo de Bagé, RS. Coleção Emílio Garrastazu Médici; General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 17, 1969. Biographic notes on General of Army Emílio Garrastazu Médici, President Elect of Brazil, p. 2.
589. General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 17, 1969. Biographic notes on General of Army Emílio Garrastazu Médici, President Elect of Brazil, p. 2. Tradução da autora do original em inglês: *"This is more or less true of nearly everyone living along the border which is ill defined and frequently overlapped by ranches, half on one side and half on the other"*.
590. Bagé, terra natal de Médici, acompanha emocionada as decisões do Alto Comando. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30/09/1969, p. 21.
591. A mais antiga amiga. *O Globo*, 06 out 1969; Dias (2010).
592. Bagé, terra natal de Médici, acompanha emocionada as decisões do Alto Comando. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30/09/1969, p. 21.
593. General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 17, 1969. Biographic notes on General of Army Emílio Garrastazu Médici, President Elect of Brazil, p.2. Tradução da autora do original em inglês: *"[...] a woman of considerable warmth and charm who is a good deal more outgoing than her husband, though by no means an extrovert"*.
594. A Revolução dentro da Revolução. *Veja*, 24/09/1969, p. 21.
595. O Alambari – Diário Informativo interno da Aman, 03 abr 1964. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Inventário Analítico Preliminar do Arquivo Presidente Emílio Garrastazu Médici. BR RJ IHGB 117 DL 02, 03.
596. Ata da 41a Reunião do Conselho de Segurança Nacional. Documentos Revelados.

Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/atas-de-reunioes-do-conselho-de-seguranca-nacionalque-precederam-a-edicao-do-ato-institucional-numero-5>>. Acesso realizado em 12 ago 2018.

597. Registro da sessão do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968. APGCS/HF *apud* Gaspari (2002, p. 132).

598. Arquivo do Ministério do Exército. Fé de Ofício. Emílio Garrastazu Médici.

599. Os primeiros dias de setembro. *Veja*, 10/09/1969, p. 22.

600. À Nação. *O Globo*. Rio de Janeiro, 01/09/1969, p. 1.

601. À Nação. *O Globo*. Rio de Janeiro, 01/09/1969, p. 1.

602. A Revolução dentro da Revolução. *Veja*, 24/09/1969, p. 21.

603. A Revolução dentro da Revolução. *Veja*, 24/09/1969, p. 21.

604. A Revolução dentro da Revolução. *Veja*, 24/09/1969, p. 21. Anos mais tarde, Roberto Médici, filho e assessor de Médici durante a presidência, referiu-se especificamente a este trecho da matéria da revista *Veja*, em entrevista concedida ao projeto História Oral do Exército, da Biblioteca do Exército. Segundo ele, a versão de que Médici teria sofrido enfartes era mentirosa: "Enquanto a sucessão ainda não estava definitivamente estabelecida, saiu publicado na revista *Veja*, que dava seus primeiros passos, que meu pai já teria tido três enfartes. É claro que, se isso fosse tomado como verdade, bloquearia a decisão do Alto-Comando de indicar seu nome para ser sucessor do Presidente impedido. Logo depois da posse, o jornalista encarregado de espalhar essa mentira, Carlos Chagas, pediu-me [...] um encontro. Foi o único jornalista de Brasília que não frequentou meu gabinete [...] mandei-lhe dizer que, no meu modesto gabinete, não havia lugar para jornalista mentiroso" (MÉDICI, R., 2012, p. 88).

605. Médici promete implantar democracia plena. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08/10/1969, p. 15.

606. Médici promete implantar democracia plena. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08/10/1969, p. 15.

607. Museu Dom Diogo de Bagé, RS. Coleção Emílio Garrastazu Médici. Recorte de jornal. Centenário de nascimento de Emílio Garrastazu Médici". *Correio do Sul*. Bagé, 28/11/2005.

608. Museu Dom Diogo de Bagé, RS. Coleção Emílio Garrastazu Médici. Recorte de jornal. Centenário de nascimento de Emílio Garrastazu Médici". *Correio do Sul*. Bagé, 28/11/2005.

609. Projeto para grande potência. *Veja*, 29/10/1969, p. 30.

610. General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 17, 1969. Biographic notes on General of Army Emílio Garrastazu Médici, President Elect of Brazil, p.6. Tradução livre da autora do original em inglês: "He has a deep, almost mystical faith in the Brazilian people that, once again, may be naive but also is genuine. One of this fixed idea is that Brazil has achieved world renown in those areas enjoying widespread popular support and participation - football, popular music, and carnival; and that the country is floundering mainly in areas which have been restricted either by design or by circumstances. As a moderate nationalist he is wedded to the dream of a developed, wealthy, and powerful Brazil, but thinks a program of economic development will work only to the extent that the people can be mobilized and

involved in it. What this is likely to mean in terms of policy is anybody's guess, and it is possible that not even Medici knows, but it seems unlikely that he will be content to simply mind the store during his term of office".

611. Para os dados sobre o crescimento econômico do período, ver Earp; Prado (2007).

612. Sobre a AERP, ver: Fico (1997).

613. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final*. v. 3 - Mortos e desaparecidos políticos. Brasília, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso realizado em 12/08/2018.

614. General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 8, 1969. "Brazil: General Médici chosen to replace President Costa e Silva".

615. A expressão é de Pierre Laborie (2001).

616. É importante destacar que o termo empregado em discursos e outros documentos produzidos pelo Estado naquele período era, efetivamente, "opinião pública". Não obstante, hoje, entre os estudiosos de regimes autoritários há praticamente consenso sobre o fato de que o termo "opinião popular" em vez de "opinião pública" é mais adequado (KERSHAW, 2002; CAZORLA, p.19).

617. A imagem do sucesso. *Veja*, 01/07/1970, p. 19.

618. General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 17, 1969. Biographic notes on General of Army Emílio Garrastazu Médici, President Elect of Brazil, p.3. Tradução livre da autora do original em inglês: "*General Medici's leading characteristic is taciturnity so striking that it is reminiscent of the legends of Calvin Coolidge. He never uses two words where one will suffice, and prefers none if at all possible. However the glacial effect of his own silence is offset by the fact that he is a good listener even if a poor talker. [...] Because of his size, silence, and generally imperial bearing the General often overwhelms those about him without fully meaning to. He is himself a rather informal person with a controlled but healthy sense of humor*".

619. O estilo do candidato-presidente. *Veja*, 15/10/1969, p. 19.

620. Coluna do Castello – Portões abertos pela primeira vez. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23/06/1970, p. 4.

621. O estilo do candidato-presidente. *Veja*, 15/10/1969, p. 19.

622. Carta ao leitor. *Veja*, 16/10/1985, p. 27.



Foto 1

CAPÍTULO XII

Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu 1971 e 1981

[Isabel Cristina Leite](#)

Se eu morrer, como as forças de segurança do governo insistem em insinuar, quero esclarecer alguns fatos que aconteceram comigo desde 05/05/1971, quando fui presa por agentes governamentais. No cativeiro, me torturaram física e mentalmente até o dia em que me entregaram para minha família. Na prisão tentei o suicídio para escapar das perversidades de meus carcereiros e para fugir das ameaças de morte lenta e de violência contra meus parentes. [...] Encaminhei a várias pessoas um longo e circunstanciado depoimento sobre os dias de meu cativeiro, casos que me contaram e onde identifico meus carcereiros. Se eu morrer, estas pessoas divulgarão o depoimento no país e no exterior [...]. Se eu morrer, peço-lhe que requeira a autópsia, pois podem falsear a "causa mortis". Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias da minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do país em que nasci. (ROMEY, 1971)

O trecho acima foi retirado de uma carta encaminhada à Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro. Este manuscrito foi escrito por Inês Etienne Romeu, ex- guerrilheira e comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre a sua saída da “Casa da Morte”, em Petrópolis, Rio de Janeiro, e a formalização da sua prisão, enquanto estava internada em um centro de saúde mental em Belo Horizonte, Minas Gerais. Este seu importante testemunho culminou na descoberta do endereço onde funcionava um centro de tortura clandestino, de onde ela saiu como única sobrevivente.⁶²³

Escrever sobre Inês Etienne é revisitar o panorama político no Brasil desde a década de 1960 e toda a crueldade proferida pela ditadura militar. Em tempos de golpe e aumento do despreço pela democracia,⁶²⁴ histórias como esta devem ser contadas para que esse e outros fatos não sejam esquecidos, para alertar as gerações seguintes do trauma causado pelos militares no poder. Como afirma Ginzburg (2010, p. 132):

[...] ver a história como trauma coloca em questão a própria possibilidade de elaborar uma representação, pois o trauma é, por definição, algo que evitamos lembrar, evitamos reencontrar, pelo grau intolerável de dor que a ele se associa.

Segundo Elizabeth Cancelli, a humanidade mal se recuperava das chagas abertas pelos regimes totalitários e pela Segunda Guerra quando começaram a aparecer uma nova onda de regimes que pregavam a exterminação dos inimigos. Isto proporcionou uma outra leva de testemunhos que, desde o pós-guerra, buscava dar sentido ético à humanidade e entender a lógica dos regimes autoritários:

Neste acerto de contas e busca de um sentido para – repetimos – o sem sentido, a importância dos testemunhos não era absolutamente jurídica, mas, como afirmara Michel de Boüard, ‘quando os sobreviventes da deportação tiverem desaparecido, talvez os pesquisadores do futuro tenham em mãos papéis hoje escondidos; mas não mais disporão da fonte principal, ou seja, da memória viva das testemunhas’, da evidência narrativa de que houve a

disseminação dos crimes contra a humanidade, do inconformismo em relação à perplexidade (CANCELLI, 2008, p. 329).

O biógrafo das testemunhas, neste caso vítima de governo ditatorial, está fadado a escrever seu relato em meio a uma série de contradições e desafios, afirma Alexandre Avelar. Segundo o autor, tal trabalho está no limite tênue entre o rigor científico e liberdade ficcional, entre o sonho de resgatar uma vida em sua objetividade e a *ilusão biográfica*. Assim, o gênero biográfico pode ser uma “mescla de erudição, criatividade e intuição psicológica”. A tentativa de construir uma narrativa próxima a verdade, tão cara aos historiadores, começa a ser percebida ainda no momento inicial de seleção de fontes de pesquisa e só termina com o texto. Isto também é válido para a biografia:

A sensação de poder controlar o curso da vida de seu personagem é ao mesmo tempo, a força que dá sentido à construção do texto biográfico e seu maior risco, uma vez que, convencido de sua capacidade de penetrar nos fatos relevantes de uma existência individual, o biógrafo se vê em uma encruzilhada narrativa ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem resposta. Talvez, então, ele se dê conta da dimensão ficcional da biografia. O campo da escrita biográfica é palco privilegiado de experimentação para o historiador, que pode avaliar o caráter ambivalente da epistemologia do seu ofício, inevitavelmente tenso entre seu polo científico e seu polo ficcional (AVELAR, 2012, p. 70-71).

Em trabalho sobre a construção biográfica de desaparecidos políticos na última ditadura argentina, Ludmila Catela argumentou que a biografia não é tão somente uma sequência de eventos em uma vida, mas a possibilidade de reconhecer as operações de seleção de certos atos, de sua avaliação por referências, exigências morais e suas consequências. Assim, o modo como uma biografia é estruturada aparece em forma de justificativa ante aos outros que observam. Quanto mais detalhes se apresenta, mais se constrói a ilusão de que se entra na vida de cada um. A cada contato com cartas, fotos, livros e objetos pessoais, mais a ideia de proximidade com a pessoa. É uma espécie de rematerialização do indivíduo e seus afetos (CATELA, 2000, p. 245).

Neste capítulo pretendemos dar ênfase em duas temporalidades distintas da vida de Inês Etienne, mas parte de uma mesma situação de violência, ressentimento, coragem e denúncia. Trataremos do ano de 1971, quando há o desfecho do sequestro do embaixador suíço, ação que ela participou. Naquela ocasião, ela decidiu abandonar a luta armada após divergências com Carlos Lamarca, e acabou presa clandestinamente. Após sua libertação, ao final do mesmo ano, escreveu o documento que mais tarde ficou conhecido como “Relatório Inês Etienne”. Nele todo o horror vivido na Casa de Petrópolis é apresentado com riqueza de detalhes. Tal documento, como apontou Amelinha Teles, é considerado uma espécie de antecipação da Comissão da Verdade (TELLES, 2015, 2016).

O outro tempo é o ano de 1981, no qual houve a publicização de seu relato e a busca por seus algozes. Munida de um aparato midiático e jurídico, Inês colocou os seus torturadores em rede nacional, deixou o Exército em situação de constrangimento resultando em uma reação que ameaçou aos rumos da anistia e da transição.⁶²⁵

Apresentando uma personagem

Inês Etienne Romeu nasceu em Pouso Alegre, Minas Gerais, em 22 de agosto de 1942 e morreu em Niterói, Rio de Janeiro, em 27 de abril de 2015. Sexta filha de oito irmãos, na adolescência mudou-se para Belo Horizonte a fim de completar seus estudos. Trabalhou como bancária no Banco Mineiro de Produção, ao mesmo tempo em que cursou Sociologia e Política na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Posteriormente matriculou-se no curso de História da mesma Universidade, mas a ida para a clandestinidade a fez interromper os estudos.

Atuou no Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, no Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1961 e 1963 e no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo sido membro da Executiva Regional durante o

período de 1964 e 1965, ocasião em que todos os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional n.º 2 do Governo Militar (AI-2). Sua participação se estendeu à organização clandestina Política Operária (Polop), onde ocupou o cargo na direção estadual. Com o rompimento após o IV Congresso da organização, ela optou por ingressar nas fileiras da organização armada Comandos de Libertação Nacional (Colina) em um curto espaço de tempo. Com o fim desta organização ela integrou as fileiras da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e na sequência, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) até 1971, quando dividiu o comando da organização com Herbert Daniel e Carlos Lamarca.⁶²⁶ Foi nesta última fase que Inês participou, como articuladora e comandante, de emblemáticas ações realizadas pela esquerda brasileira, como o sequestro dos embaixadores alemão e suíço. Anteriormente esteve envolvida no assalto ao cofre de Ana Benchimol, amante do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, considerada a maior ação da guerrilha urbana brasileira, onde conseguiram quase 3 milhões de dólares, em 1969 (CARDOSO, 2011).

É a partir do contexto externo da crise desencadeada dentro da VPR que nossa narrativa parte.

1971

A Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, foi propalada como um dos símbolos do progresso proporcionado pelo 'Milagre Econômico Brasileiro'. Durante o ano de 1971, a 'cidade do aço' era ainda a vedete do plano dos militares em duplicar a produção nacional de aço até 1980.⁶²⁷

As fábricas de automóveis eram um grande orgulho para o país. Em um texto para a revista Manchete, Juscelino Kubitschek corroborava com o otimismo que pairava sobre o país em pleno 'Milagre Econômico Brasileiro': 'fora do desenvolvimento [...] não há salvação', exclamava o ex-presidente.⁶²⁸

São Paulo no início da década de 70 era a grande referência de desenvolvimento para o país. Suas largas avenidas, viadutos e arranha-céus eram repetidamente estampados nas revistas. Olhando sempre de longe, em panorâmicas e planos gerais, essas imagens raramente se ocupavam da vida comum dos cidadãos paulistas.⁶²⁹

Os vários problemas nas obras de construção da ponte Rio-Niterói, em 1971, foram um dos principais assuntos dos críticos do regime militar. Dos humoristas de 'O Pasquim' aos membros do Movimento Democrático Brasileiro no Senado, a dúvida era: valia a pena, em um país assolado por uma crescente miséria, investimentos em obras tão grandiosas".⁶³⁰

Trabalhadores de todos os lugares do Brasil se encaminharam para o Norte do país com objetivo de se empregarem na construção do principal monumento ao desenvolvimentismo militarista: a Transamazônica. Ainda que as imagens das obras se esforçassem para dar um ar de sucesso ao empreendimento, as dificuldades eram imensas.⁶³¹

No dia 4 de fevereiro de 1971, em Belo Horizonte (MG), ocorria o maior desastre da construção civil no país até então. Na acelerada obra do Palácio de Exposições, os trabalhadores já davam notícias de estalos na estrutura do galpão. Pois não tardou para que toneladas de concreto desabassem sobre eles: 69 operários morreram.⁶³²

O general Humberto Mello assume o II Exército, em São Paulo. À frente das forças armadas brasileiras, Mello tinha a ordem de exterminar a esquerda armada no país.⁶³³

Naquele 15 de março, dos 21 governadores empossados (todos indicados por Médici), 9 eram políticos, 8 engenheiros e 3 economistas. Mas, com exceção de um, eram todos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo.⁶³⁴

Com a divulgação de repetidos índices recordes de crescimento do Produto Interno Bruto nacional, até quando o 'Milagre Brasileiro' iria durar?⁶³⁵

1971 fechava o ano com um crescimento recorde do índice Produto Interno Bruto nacional. Tal taxa vinha numa ascendente linha, mas 1971 seria seu último ano.⁶³⁶

Sobre o boato de 'Eu te amo meu Brasil' tornar-se hino nacional, o autor Dom declarou: 'Só sei que fiz o 'Eu te amo' para ganhar dinheiro. Se o governo nos honrar com a deferência muito bem. [...] Mas bem que poderia virar o hino da juventude, porque o hino brasileiro é muito pessimista. A letra do homem fala que o Brasil vai ficar deitado. O Brasil está de pé.'⁶³⁷

Em 1971, o chanceler brasileiro Gibson Barboza liderava uma proposta radical de combate ao crime político. Na Organização dos Estados Americanos – com Argentina, Guatemala, Equador – propunha que o guerrilheiro fosse considerado um criminoso comum, sem direito a asilo político. Sem sucesso, liderou o abandono do encontro em sinal de protesto.⁶³⁸

O ano de 1971 iniciou sob tensão para Inês e para a VPR. Uma das últimas discussões no interior do grupo dizia respeito à importância dos militantes que estavam no exterior, sobretudo no Chile. Os integrantes no Brasil tinham esperanças de que os quadros

que estavam no Chile tivessem as respostas frente às dificuldades de recrutamento de novos quadros. A questão mais polêmica dentro deste tema foi a que se referia à realização de um congresso no exterior, com o intuito de avaliar as ações do grupo e pensar novos rumos para a luta armada.⁶³⁹

A outra questão dizia respeito ao sequestro do embaixador suíço Giovani Bucher. Muito embora sob o ponto de vista estratégico o sequestro tivesse sido um sucesso, pois rendeu a libertação de 70 presos políticos, internamente o clima na organização estava cada vez mais delicado e os ânimos a cada dia mais acirrados. Todo o processo de negociação com os militares tornou-se mais tenso. Como esta era a quarta ação deste tipo, antecedida da captura dos embaixadores americano e alemão e do cônsul japonês, o governo não facilitou na negociação da lista dos presos políticos que seriam libertados em troca do diplomata.

Herbert Daniel afirmou que esta foi a “[...] grande crise do final da organização, mesmo em termos de política, em razão da absoluta incapacidade de a gente saber o que estava acontecendo”.⁶⁴⁰ O processo de negociação, que levou 40 dias, desgastou as relações entre os guerrilheiros e a ditadura apostava também nesta situação. Com a demora nas negociações, no consenso da lista final dos militantes que seriam libertados, a tensão era crescente. Surgiu, então, a ideia de execução do embaixador como forma de colocar a ditadura em uma situação difícil. Inês e Lamarca foram contra o justicamento. Herbert foi a favor. De acordo com Sergio Ferreira, primo de Carlos Alberto Soares de Freitas (Beto)⁶⁴¹ e amigo de Inês, este processo todo fez com que ela pensasse em abandonar a luta armada:

Algumas pessoas achavam que tinham que justicar. [...] Ela (Inês) chegou para o Lamarca e começou a ter uma discussão onde aponta, mesmo que timidamente, um recuo da ação armada. O Lamarca ficou furioso, chegou a jogar a mesa no meio da discussão. Conflito inesperado dela com o Lamarca. Ela discutia de igual para igual, mas a palavra dele era a final. Mas na hora do comando ela falou o que estava pensando. Inclusive no suíço, toda a base da organização achava que tinha que matar, porque não se

negocia com a ditadura. Ele decidiu não matar, porque o povo não aceitaria. Politicamente seria inaceitável. Ela achou a decisão sensata.⁶⁴²

O embaixador foi libertado no dia 16 de janeiro, mas o mal-estar entre os companheiros permanecia. Não obstante este momento delicado pelo qual a organização passava, em fevereiro Herbert foi diagnosticado com leucemia. Inês chorou muito no dia, no entanto, dias mais tarde, souberam que o diagnóstico estava equivocado. Havia a especulação de que fosse alguma infecção parasitária. Mesmo estando melhor de saúde, Herbert aproveitou o momento e tomou a decisão de se afastar do comando nacional, piorando situação da VPR e o relacionamento entre Inês e Lamarca. Em março a situação estava insustentável:

Uma troca de indelicadezas entre Lamarca e Inês em uma reunião da liderança em meados de março só piorou a situação. A querela política ocorreu na pequena casa que Alex Polari dividia com sua companheira Lúcia Velloso. O local também era usado para reuniões da liderança – que, às vezes, duravam dias. Lúcia descreveu a cena: ‘O Zé Raimundo chegou a ter problema de coração, começou a ter palpitações etc. A Inês ficava deitada no sofá chorando. Lamarca com a lara se fecharam lá no quarto deles e ficaram lá. Então foi uma coisa horrível. Eu lembro que eu fiz um pudim de pão de sobremesa que teve infinitas interpretações psicológicas para um pudim de pão, porque a única coisa doce daquela casa foi o pudim de pão’.⁶⁴³

Ao final Inês acabou anunciando a Lamarca que iria se desligar da organização, mas se comprometia a cumprir os compromissos já marcados. O próprio Lamarca resolveu também desligar-se da organização ao final do mês, colocando a organização em seus últimos tempos. Inês e Daniel continuaram ajudando a manter as operações da VPR, ao mesmo tempo em que tentavam convencer os outros de que a única forma de sobreviverem seria planejar uma retirada do país. Inês já pensava algum modo de ir para o Chile, onde se encontrava boa parte da militância banida e exilada. A polícia já se aproximava cada dia mais da organização.

Foi cumprindo um destes compromissos que iniciou o inferno de Inês. Ela deveria encontrar “Moisés” em São Paulo para passar-lhe 50 mil dólares e alguns contatos. Em 5 de maio ela foi ao local marcado e ali foi sequestrada pela equipe do delegado Sérgio Fleury. Moisés assistiu impassível à sua prisão, “sem ser molestado”.⁶⁴⁴ Ele havia começado a ajudar a repressão. Desde então, se seguiram 96 dias de terror: estupro, tortura e humilhação, com a repressão agindo na clandestinidade.

Como forma de ganhar tempo e não entregar ninguém, durante um interrogatório ela resolveu abrir um ponto falso no Rio de Janeiro. Estava determinada a suicidar-se. Chegando no local pulou na frente de um ônibus. Semiconsciente, foi levada às pressas para o Hospital da Vila Militar. No momento em que os funcionários foram fazer sua ficha de identificação, ela deu seu nome e requereu sua condição de presa política, ao que um policial desmentiu, dizendo ser seu parente. Após os primeiros socorros, foi transferida para o Hospital Central do Exército.⁶⁴⁵ Naquele local, passados dois dias de tentativas inglórias de interrogatórios por parte dos agentes de segurança, em razão da proibição por parte dos médicos, ela foi sequestrada, jogada em uma caminhonete e levada para algum lugar, até então desconhecido, em Petrópolis.

No mês de maio, soube por um dos agentes que o Cabo Anselmo⁶⁴⁶ havia sido preso. No final de junho um dos agentes da casa contou para ela que o Cabo estava trabalhando para a repressão e estava infiltrado nas organizações. Em um dos interrogatórios fizeram perguntas sobre informações que só o Anselmo sabia.⁶⁴⁷

Passado um mês desde sua prisão ela voltou a ser torturada ininterruptamente. Um dos torturadores, Dr. Roberto, chegou a dizer que não queriam mais informação alguma, apenas praticavam tortura por puro sadismo, pois ele a havia condenado a morte e que também havia decidido que seria de forma mais lenta e cruel possível, tal ódio que sentiam pelos “terroristas”.⁶⁴⁸

Em 6 de julho, Dr. Teixeira, ofereceu uma saída “mais humana” para ela, ao invés de uma morte lenta, conforme dito por Dr. Roberto. Ela aceitou e pediu um revólver, no entanto ele “queria que o suicídio fosse público”,⁶⁴⁹ como da outra vez. Assim, ele determinou que se matasse jogando embaixo de um ônibus. Conforme estabelecido, no dia seguinte, dia 7 de julho, ela foi levada para o local onde deveria se matar. Quando deveria atirar-se embaixo do ônibus, ela agarrou a perna de um dos algozes e começou a gritar. Por ter chamado a atenção, foi levada de volta para a casa e lá voltou ao suplício de choques, estupro, espancamento.⁶⁵⁰ Em meados daquele mesmo mês houve outra tentativa frustrada de suicídio, desta vez dentro da casa.

No dia 19 ofertaram-lhe a oportunidade de se tornar agente da repressão e infiltrar na organização. Ela pediu a um dos agentes que fosse entregue à justiça. O pedido foi negado “por ela saber demais”, e deste modo ela poderia denunciar tudo o que vivenciou e percebeu nos últimos tempos. Como forma de romper a incomunicabilidade, Inês fingiu aceitar o acordo. Muito embora tenha explicado que não fazia sentido ela voltar para a organização, os repressores estavam atentos com os militantes que estavam no exterior e que pretendiam voltar ao país.⁶⁵¹ Ela passou a ser bem tratada, ganhou roupas novas, recebeu óculos de grau – ela era míope e passou quase 3 meses sem usá-los – e começaram os ritos para que ela fosse trabalhar para os algozes:

Fui forçada a assinar papéis em branco e escrever declarações ditadas por eles sobre minha situação, desde o momento de minha prisão. Forçaram-me, ainda, a assinar um ‘contrato de trabalho’ em que me comprometia a colaborar com órgãos de segurança em troca de minha liberdade e de dinheiro. Neste contrato constava uma cláusula segundo a qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã, a acusava de estar ligada a grupos subversivos. [...] Obrigaram-me também a gravar um ‘tape’ em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de 10 mil cruzeiros, quando li meu ‘contrato de trabalho’.⁶⁵²

A segunda parte do combinado foi que ela seria levada a Belo Horizonte e que contaria para a família que fugiu do Hospital em que

esteve internada após a tentativa de suicídio e que uma amiga a escondeu em um sítio até a completa recuperação. Já para infiltrar-se na organização o final da história seria outro: ela seduzira e embebedara o caseiro e conseguira fugir. O vídeo foi gravado no dia quatro de agosto. No dia seis ela foi comunicada que sua saída se daria no dia nove. No entanto, na madrugada do dia sete ela ouviu uma conversa entre dois agentes que estavam na casa, de que seria morta de forma acidental, enquanto voltava para Belo Horizonte. Assim, houve a quarta tentativa de suicídio, entretanto ela esclarece em seu relato: “Apesar de todas estas tentativas quero esclarecer que nunca fui uma suicida em potencial e que somente em virtude do que me fizeram, do tratamento desumano e cruel a que fui submetida, é que por quatro vezes tentei suicídio”.⁶⁵³

Para Sérgio Ferreira, os torturadores acreditavam que Inês não sairia com vida daquele local. Somente isso explica o porquê deram tantas informações para ela como, por exemplo, que o Beto estivera na Casa da Morte. Ademais, ela representava que estava desestruturada pela tortura e completamente fora do ar. Por ter sido muito violentada, alguns ainda acreditavam mesmo que ela poderia colaborar com a repressão (FERREIRA, 2017).

No dia 11 de agosto ela foi comunicada que iria ser levada para Belo Horizonte com documentação falsa, com o nome de Maristela de Castro. Deixaram-na na porta da casa de uma irmã, pesando 20 quilos a menos do normal, psicologicamente muito abalada. Ela recebeu recomendação de não relatar tudo o que testemunhou, caso contrário seria “suicidada” na prisão quando houvesse a formalização de sua pena. Seus familiares avisaram aos órgãos de segurança. Sua situação jurídica era a de liberdade vigiada, ainda que ela pudesse ficar onde quisesse, ou seja, na casa da mãe ou até mesmo na casa de uma irmã que morava em outro Estado.

Em razão de suas condições psicológicas, em Belo Horizonte foi internada primeiramente na clínica de saúde Pinel, depois na clínica

particular Santa Maria. Sobre a rotina nesta clínica, relatou sua sobrinha Maria Celina Guido:

Em 1971 eu tinha 11 anos [...]. Eu almoçava, pegava um taxi e ia para a Clínica todos os dias, porque não tinha com quem ficar. Minha avó estava junto, às vezes. Tia Inês tinha uma necessidade grande de falar, e me contava todas as torturas e sofrimentos pelos quais havia passado, com detalhes, nomes... Ficávamos conversando à tarde. Ela me ensinou a jogar baralho, e me contava suas histórias. Como Tia Inês sempre nos contava histórias, para mim estávamos falando de alguma coisa irreal, não podia ser verdade, mas me impressionava muito. Eu contava para minhas colegas na escola, minha mãe foi chamada ao colégio para tratar da minha fértil imaginação. A rotina da clínica era leve, as internas andavam pelo corredor, não falavam com ninguém. Dentro do quarto da Tia Inês, ela fazia a festa! Ela conseguia fazer tudo ficar tão suave! Havia uma sala de eletrochoques, todos nós sabíamos, mas eu não tinha acesso. Para mim, era a sala do pavor ou do castigo. Havia uma sala de televisão, onde se misturavam internas, acompanhantes, enfermeiras [...] Eu ia com a Tia Inês todas as noites na hora do Repórter Esso.⁶⁵⁴

Maria Celina também se recordou do dia em que a tia soube da morte do Capitão Lamarca, em 17 de setembro daquele ano:

Tia Inês usava sempre o cabelo preso, um 'rabo de cavalo'. Ela tinha os cabelos muito lisos, na altura dos ombros. Mesmo quando havia muitos lugares na sala da televisão, eu me sentava ao lado dela. Nesse dia que passo a relatar, me sentei no braço da poltrona. O Jornal começou e o narrador anunciou 'morreu em combate contra a polícia o Comandante desertor Carlos Lamarca'. Ela, tomada pelo susto, levantou-se e ficou sentada na ponta da poltrona. Eu percebi que havia acontecido alguma coisa, porque ela não tinha essa postura. Passei minha mão pelo cabelo dela, ela me empurrou. Levantou-se e saiu pelo corredor, ouvi uma mistura soluço, choro, revolta, pavor. Eu nunca havia visto nada igual. No corredor, ela foi contida por alguém, que a levou. Ninguém me disse nada, para onde a levaram? O que fizeram com ela? Fiquei no corredor sozinha, assustada, caminhei para o quarto. Não me lembro de onde, mas minha avó surgiu, ou foi minha mãe, não tenho certeza. Algum tempo depois, trouxeram a Tia Inês para o quarto. Totalmente desacordada. Fui levada para casa, nenhuma palavra de ninguém a me explicar o que havia acontecido. Provavelmente ela foi levada à sala do pavor, será? Não sei dizer, minha mãe muito tempo depois, disse ter visto um episódio de eletrochoque, mas não disse se foi nesse dia. Acho que fiquei algum tempo sem ir ficar com a Tia Inês na Clínica à tarde, mas não me lembro quanto tempo. Nunca mais falamos sobre isso, eu e ela. Só me lembro que ela se desculpou por ter me empurrado. Meu Deus, quanta dor! Mas ela fazia tudo parecer mais leve e eu a amava.⁶⁵⁵

Foi ali naquela clínica que ela redigiu o depoimento que dá uma visão completa do que acontecera na casa, dos envolvidos na repressão e dos desaparecidos que por ali passaram. Naquele texto ela advertiu que um depoimento contendo nomes e feitos de seus torturadores havia sido encaminhado a diversas pessoas no Brasil e no exterior. Fez isso por temer ser objeto de “queima de arquivo” por parte de seus sequestradores e também “[...] para que se esclareçam fatos obscuros e se registre na história do Brasil os nomes e as patentes dos torturadores que se escondem sob a proteção do governo” (TEIXEIRA, 2014).

A sua prisão foi oficializada somente em 7 de novembro. Em agosto do ano seguinte foi condenada à prisão perpétua.

Entre-atos: A anistia de 1979

De acordo com a historiadora Heloisa Greco, Inês Etienne Romeu ficou recolhida boa parte do tempo em Bangu, sendo, naquele momento, a única mulher na condição de presa política no país. Ela foi libertada dia 30 de agosto, apesar de condenada por assalto e sequestro, crimes excluídos da anistia. Interpelado pelo Superior Tribunal Militar, o auditor do Rio de Janeiro, responsável pelos alvarás de soltura, esclarece que estes não se fundam na lei 6683/79, mas na readequação das penas, que possibilitou sua redução. De acordo com Greco (2005, p. 320): “Sua condenação a prisão perpétua em ocorreu em 1972, pena depois comutada para trinta anos e finalmente reduzida para oito anos, cumprida no presídio Talavera Bruce. Etienne não é anistiada: ela sai da prisão sob liberdade condicional.”



Foto 2

No dia 5 de setembro de 1979 ela compareceu à OAB para registrar a denúncia. Com riqueza de detalhes, descreveu o esquema de funcionamento, o local, nome e apelidos dos torturadores e demais pessoas que ali passavam. Anexou o relatório. Estavam presentes o presidente da OAB nacional, Seabra Fagundes, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e o presidente da OAB do Rio Cesar Augusto Gonçalves. Como testemunhas estavam sua irmã Maria Celina Romeu, Sergio Ferreira, e o jornalista Antônio Lago. O depoimento foi datilografado por dona Lyda Monteiro da Silva, que seria morta em um atentado a bomba na OAB em 27 de agosto de 1980.

No documento, ela listou 10 nomes de desaparecidos dos quais ela teve algum tipo de notícia durante os 3 meses que esteve na casa. Denunciou também 20 torturadores que ela encontrou dentro da casa. Todos pelos codinomes, alguns nomes verdadeiros. Tal como Funes,⁶⁵⁶ Inês possuía um “excesso de memória” sobre aqueles três meses de angústias.

1981

O sargento Guilherme Pereira teve a mão direita arrancada e as pernas esfaqueadas, em razão da explosão, antes da hora, da bomba que seria

instalada no pavilhão do Riocentro. Neste local, ocorria um show em homenagem ao Dia do Trabalho com estrelas da MPB e presença de milhares de pessoas.⁶⁵⁷

Atentado à banca de revista executado pela extrema-direita na véspera do atentado do Riocentro. Objetivo: criar um clima de instabilidade política e frear o lento retorno do país à democracia.⁶⁵⁸

Um dos principais articuladores do Golpe Militar de 1964, Golbery demitiu-se do cargo de ministro-chefe da Casa Civil em razão do fracasso nas investigações acerca da participação dos militares 'linha-dura' no atentado do Riocentro.⁶⁵⁹

General Figueiredo sofre um enfarte e quem assume é o vice, Aureliano Chaves, por 2 meses. O último vice-presidente civil, Pedro Aleixo, havia sido impedido de assumir em 1969 e substituído por uma junta militar.⁶⁶⁰

General Figueiredo decide sobre o 'Pacote de Novembro'. O pacote determinou que todos os partidos deveriam lançar candidatos para todos os cargos, estabeleceu o voto vinculado às legendas e proibiu as coligações partidárias. Esta era uma estratégia para enfraquecer a oposição.⁶⁶¹

Grupo de trabalhadores demitidos da Volkswagen. Com a recessão que atingia o país, as indústrias de automóveis demitiram em massa neste ano. Na Volkswagen, 3 mil foram mandados embora e 7 mil colocados em férias.⁶⁶²

Inconformados com as 5.200 demissões em um só dia, cerca de 500 operários forçaram o portão principal e ocuparam o pátio da Mercedes.⁶⁶³

Protesto de médicos no Rio de Janeiro contra os baixos salários e as más condições de trabalho nos hospitais públicos. A maior greve médica da história do país. Seu líder, Roberto Chabo, foi preso e ameaçado de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional.⁶⁶⁴

Lula e outros 10 ex-dirigentes sindicais condenados pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo pelas greves de 1980. Condenado a 3 anos e 6 meses de detenção por incitação à desordem coletiva.⁶⁶⁵

Ônibus incendiado em Salvador após aumento de 61% na tarifa. Outros 9 ônibus foram incendiados, 740 foram destruídos, dezenas de pessoas foram presas e 3 foram mortos em 2 dias de violência. Movimentos semelhantes ocorreram em Manaus, Recife e Belo Horizonte.⁶⁶⁶

Subúrbio de Londres durante conflitos que se espalharam pela Inglaterra de Margareth Thatcher em 1981. Doze cidades inglesas, incluindo Londres, Manchester, Liverpool, Newcastle, foram convulsionadas pela violência nas ruas. A população pobre dessas cidades se rebelava contra o desemprego, o racismo e a violência policial.⁶⁶⁷

Para Inês o ano de 1981 começou com a publicação do relatório n' *O Pasquim*, na segunda semana de janeiro. De acordo com Mauro

Teixeira (2014), ao ser impresso nas páginas deste veículo de considerável circulação uma década depois de escrito, o “Relatório Inês” ganhou um potencial que ultrapassou em muito o campo da mera denúncia, chegando inclusive a colocar em questão o próprio modelo político da transição:

A fala dos ministros militares às denúncias de Inês é uma clara manifestação dos limites do processo de transição política. A impunidade dos agentes do aparelho repressivo era brandida como condição inquestionável para a lenta retomada do Estado de Direito, que então se vivia. E, no sentido de se garantir esta impunidade, impunha-se um controle do manejo do passado violento. Assim, a anistia aos torturadores, peça-chave da transição conservadora, afirmava-se como iniciativa de esquecimento. Afinal, como demonstrava a repercussão do ‘Relatório Inês’, a memória dos sobreviventes continha um considerável potencial ‘subversivo’ (TEIXEIRA, 2014, p. 91).

A partir de sua soltura, cerca de dois anos antes, Inês dedicou-se a localizar a casa onde havia sido presa, assim como buscou pelo médico Amílcar Lobo, que atendia pela alcunha de “Dr. Carneiro” na casa, e que auxiliava os agentes de segurança no local durante e após as sessões de torturas. O processo de busca que culminou nas denúncias de 1981 começara cerca de 2 anos antes.

Ainda durante a prisão ela contou a Sérgio Ferreira o número do telefone da casa, que havia guardado na memória e pediu ajuda para localizar o proprietário da linha. Ele seguiu para Petrópolis, pegou o catálogo de 1976 e lá estava o número do telefone e o endereço da casa correspondente. O nome que constava como possuidor da linha telefônica era o de Mário Lodders. O irmão de Ferreira outrora havia trabalhado no processo de criação do Cadastro de Pessoa Física (CPF), no Ministério da Fazenda, no ano de 1969, e a ele Sérgio recorreu para buscar informações sobre a possibilidade de existência de dois Lodders no Brasil. Uma vez confirmada a inexistência de um homônimo, ele relatou para a Inês a descoberta, e contratou, em seguida, o jornalista Antônio Lago, que trabalhava na sucursal carioca da *Folha de S. Paulo*, para ajudar na investigação.⁶⁶⁸

Com uma equipe de repórteres foram ao endereço referente, no bairro Caxambu. Despistadamente, um fotógrafo registrou a fachada

da casa e o entorno. Em posse das fotos, Sérgio mostrou à Inês, que não reconheceu a casa, no entanto, os indícios para ela já eram suficientes para entrar com uma denúncia. Sérgio e Lago mobilizam a OAB, ainda em 1979, antes da anistia, contudo, o advogado Técio Lins, temendo pela segurança, recomendou que ela deixasse a denúncia para quando fosse liberada (CHACEL, 2012, p. 86).

Depoimento encerrado, a expectativa era de que a OAB encampasse a denúncia, mas o tempo foi passando e o órgão não a apresentava. Lembra Sérgio Ferreira (CHACEL, 2012, p. 87):

Era uma denúncia contundente. Em uma reunião na OAB, diante da insistência da Inês, um membro do Conselho Federal da entidade foi duro com ela: Mas o que você está tentando fazer? Chegar lá e tocar a campainha? Como é que você sabe se o homem é o homem que estava lá? Ao que ela rebateu: Eu teria que ser uma louca para achar entre 120 milhões de brasileiros esse homem.

Em 1980 a OAB sofreu um atentado que matou a secretária Lyda Monteiro. Este evento contribuiu ainda mais para o órgão continuar receoso em levar adiante a denúncia da Inês. O tempo foi passando e a ex-presa percebeu que era necessário buscar apoio em outros meios. Foi deste modo que ela, Sérgio e Lago contataram familiares de desaparecidos políticos que foram citados por Inês por terem passado pela casa. Uma vez tendo recebido o apoio necessário, comunicaram à Ordem que iam só com os familiares. A estratégia deu certo, e o órgão acabou enviando um representante (CHACEL, 2012).

Na manhã de três de fevereiro de 1981, uma terça-feira, uma caravana de familiares, jornalistas, parlamentares, foram para Petrópolis em busca da casa. Um dos repórteres que integravam o comboio, escreveu anos depois:

Nas lembranças nebulosas da história, diferentes relatos ficaram da subida daquela serra, do centro de Petrópolis até o bairro Caxambu. Alguns terão subido sedados, amordaçados, feridos. Outros se diriam anestesiados pelo dever à pátria ou temor à hierarquia. E há também os que contemplaram a esperança de uma nova vida no alto da montanha. Todas essas imagens sobrepunham na tarde ensolarada, enquanto o carro da reportagem patinava para vencer as ladeiras ladeadas de casas, muros de pedra

parcialmente cobertos de hera e terrenos baldios, com a densa vegetação serrana. Numa derradeira curva, um mirante revela a beleza das paisagens de habitações coloridas entre as dobras das montanhas da cidade fluminense. E logo após a estação de tratamento Águas do Imperador, foi possível avistá-la. A casa na Rua Arthur Barbosa, número 668.⁶⁶⁹

Em meio a uma subida Inês pediu para parar o carro. Ela reconheceu a casa. Ali acabava um mistério: a casa que foi fotografada anteriormente era a de Lodders, que residia ali com a irmã, e não a que abrigou o centro de tortura. Com a chegada da comitiva, o primeiro a aparecer foi o caseiro, que ao ser indagado disse que conhecia os “dois moradores” da casa, no caso, “Pardal” e “Camarão”. Com a movimentação, a irmã de Lodders apareceu. Os deputados federais do antigo MDB, Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira, disseram à senhora que estavam todos ali para prestar homenagens ao seu irmão. Sem desconfiar de nada, ela telefonou para Lodders, que chegou minutos depois (CHACEL, 2012, p. 88).

Tão logo ele chegou na casa, Inês interpelou-o. Em uma sequência quase catártica ela o reconheceu, ao que, assustado, ele negou inicialmente qualquer relação entre os dois e a casa, entretanto acabou contando que cedeu o imóvel entre os anos de 1971 a 1978 para um grupo paramilitar, a pedido do ex-prefeito interventor de Petrópolis, Fernando Aires da Mota, que acabou negando o fato.⁶⁷⁰ “Foi a primeira vez que o Jornal Nacional veiculou uma denúncia da ação clandestina da repressão”, disse o jornalista Antônio Henrique Lago, que durante as pesquisas junto à Lúcia, passou de repórter do jornal Folha de S. Paulo para a TV Globo.⁶⁷¹

No dia seguinte, ela bateu à porta do psicanalista Amílcar Lobo. Foi acompanhada de sua irmã Lúcia e um fotógrafo, ambos da *Isto É*, e de Modesto da Silveira. O médico entrou na sala de espera e foi repreendido por Inês. Ela levantou a saia e mostrou uma grande cicatriz, resultado da medicação que ele dera na casa, quando de seu atropelamento. Abalado, o psicanalista e segundo tenente assumiu que medicou Inês no centro clandestino. A equipe gravou a confissão e fotografou a cena. A denúncia estava comprovada. No dia seguinte,

Cecilia Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais, e outros ex-presos políticos, se encontram com Modesto da Silveira para denunciar a participação de Lobo em outros casos de tortura.⁶⁷² Na semana que se seguiu, os ex-presos, a convite do presidente da OAB, registram a denúncia em depoimentos à entidade.

No dia 11 de fevereiro, os ministros das três forças lançaram uma nota “condenando as tentativas de revanchismo”. O General Walter Pires afirmou que o Exército “[...] repele energicamente as malévolas acusações suscitadas por contumazes sublevadores da ordem, que procuram agora lançar à execração pública aqueles que se bateram [...] pela preservação da paz e da família”. O Ministro da Marinha, Almirante Maximiniano da Fonseca, “[...] repele insinuações maldosas com o claro propósito de desacreditar as Forças Armadas frente a opinião pública”. Por fim, o Ministro Délio Jardim de Matos considerava o “revanchismo” não como um fechamento, mas como “uma pedra no caminho da abertura”.⁶⁷³ Após a reação do governo, as notícias sumiram do noticiário. A denúncia da casa não foi investigada. Inês entrou com ação declaratória no Fórum de Petrópolis contra Lodders, responsabilizando-o por cárcere privado.

⁶⁷⁴

O editorial “Respeito à anistia”, da *Folha de S. Paulo*, mencionou as denúncias contra agentes do Estado veiculadas pela imprensa, reconheceu a existência da prática rotineira de torturas a que estão submetidos os presos comuns, apontou a verossimilhança e a gravidade do relato de Inês Etienne Romeu, considera “irresgatável” o preço da tortura e a qualificou como crime contra a humanidade. Sua conclusão, no entanto, como observa Heloísa Greco (2005, p. 376), “[...] faz o mesmo elogio explícito da *anistia amnésia*, embora de maneira aparentemente envergonhada, o que torna tênue a linha entre a sinceridade de uma postura liberal mais avançada e o cinismo político puro e simples.” Diz o trecho:

Atendendo às reivindicações de setores representativos da sociedade civil, o presidente João Batista Figueiredo em 1979 enviou ao Congresso Nacional

uma mensagem propondo a anistia, que foi aprovada pelo Parlamento. Anistia não significa perdão: o instituto jurídico que representa o perdão é o indulto. Anistia é o esquecimento do passado, é a borracha sobre o tempo, é recomeçar tudo como se nada houvera antes. O caso Etienne reabriu uma ferida que a anistia, do ponto de vista político, apagou. [...] Os crimes cometidos por agentes de organismos de segurança no exercício de suas funções já foram suprimidos pela anistia, como já foram apagados os crimes praticados pelo terrorismo anterior ao ato de esquecimento promulgado pelo Congresso Nacional. Humanamente é impossível esquecer o passado; politicamente, é necessário esquecê-lo, se queremos construir entre nós uma democracia sólida onde tais fatos jamais voltem a ocorrer.⁶⁷⁵

A revista *Veja* mostrou que o recado do General Pires não foi só para os guerrilheiros. Segundo ele, “o radicalismo está também nas oposições” e “o chefe das oposições é o maior radical da nação”, referindo a Ulysses Guimarães. Os militares reclamaram também que a imprensa servia de “[...] ressonância para campanhas destinadas para desestabilizar o regime”.⁶⁷⁶

Conforme explicitado na revista *Visão*, as estratégias do governo para minimizar o caso de Petrópolis, cuja repercussão estava tomando ares ainda mais dramáticos, começaram a aparecer antes mesmo da nota das três forças. No dia que antecedeu a nota, o *Correio Braziliense* estampou em sua capa os dizeres: “Revanchismo, não”. No corpo do texto os editores condenavam “a exploração política das denúncias” de Inês Etienne. O editorial afirmou que era compreensível, sob uma perspectiva individual, que ela quisesse identificar seus torturadores, mas o mesmo não ocorria em uma perspectiva histórica e política: “Atrás da revolta de Inês, armou-se um cordão de interesses políticos que precisa ser denunciado. Procura-se atingir as Forças Armadas, em geral, e o Exército, em particular, como instituições”.⁶⁷⁷

Na mesma reportagem há um box intitulado: “Inês, fracasso de cooptação”, baseado na entrevista exclusiva de uma alta patente das Forças Armadas, não identificada. Para o oficial, Inês representou “[...] um dos grandes fracassos de cooptação do serviço de inteligência brasileiro, ligados ao Exército, que tentaram “virá-la” (convencê-la a colaborar com o aparelho de segurança)”.⁶⁷⁸ De acordo com o militar, a ideia de “conquistá-la ideologicamente” surgiu da constatação da

sua importância dentro da VPR, mas este trabalho não foi exitoso como foi com o Anselmo. No caso de Inês, a atenção deste oficial foi chamada em razão de sua participação no assalto à casa de Ana Benchimol. Segundo ele, a guerrilheira ficou responsável por entregar dois dos três milhões de dólares resultantes da ação aos seus superiores, o que lhe conferiu alto grau de confiabilidade.⁶⁷⁹

O deputado Teotônio Vilela, no *O Estado de S. Paulo*, aproveitou o imbróglio para defender uma constituinte, pois, para ele, só ela “separaria um episódio e começaria outro” e as denúncias de Inês dão nova dimensão para a questão os desaparecidos políticos.⁶⁸⁰

Como observou Mauro Teixeira, em linhas gerais, as matérias não questionavam a veracidade das denúncias da ex-presa política. Mesmo os editoriais que censuravam sua atitude, não negavam a autenticidade do relato. Em outros momentos, apesar de todos os traumas, não se furtou (Inês Romeu) a relembrar e reiterar o que havia declarado em 1971 e 1981. Foi o que fez, por exemplo, ao ser entrevistada pela *Folha de S. Paulo* por ocasião da comemoração dos 20 anos da anistia, em 1999 (TEIXEIRA, 2014).

No dia 7 de março de 1981, ela foi homenageada no III Congresso da Mulher no Teatro Tuca, em São Paulo.⁶⁸¹

No mês seguinte, de acordo com um documento produzido pelo CISA, foi realizado em Roma o encontro da Associação Internacional contra a tortura, “[...] com o objetivo inequívoco de distorcer a imagem do Brasil no exterior”. Participaram franceses, italianos, brasileiros e membros de demais países da América Latina. Nomes como Anita Prestes, Gregório Bezerra, Ruth Escobar e a própria Inês Etienne representaram o Brasil. A Associação organizou o seminário político: Brasil, uma revolução escondida. O evento foi dividido em oito grupos de trabalhos. Inês participou da mesa: Juventude e problemas sociais.⁶⁸²

Apontamentos finais

Muito embora os anos de 1971 e 1981 não sejam anos necessariamente extraordinários, colocar alguns acontecimentos em diálogo com o momento da vida de Inês Etienne naqueles anos, faz com que eles ganhem uma “atmosfera, um tema”, uma importância. Conforme pudemos observar, temos dois contextos históricos distintos: a euforia do “milagre econômico”, um primeiro momento que fez com que a população apoiasse menos ainda os grupos de guerrilha, e a crise desencadeada também por esse crescimento realizado à base de empréstimos no segundo momento, levando ao aumento do desemprego e recessão. No entanto, ambos fazem parte de uma mesma situação na vida da biografada que é a continuidade da busca por reparação e justiça por todo o sofrimento passado na Casa de Petrópolis. O mote deste trabalho, conforme explicitado anteriormente foi pensar, assim como Daniel Faria (2015, p. 27), na ideia de que

[...] num mesmo dia, pessoas vivem em mundos diferentes: ‘De alguma forma, esses diferentes mundos vivenciados num dia estão no mesmo mundo, ao menos quando passam a ser objeto de narração. Quanto mais nos aproximamos dos mundos vividos, porém, mais nos aproximamos da dor, que nos leva a um outro tempo, não o cronológico, e sim o tempo ontológico. E então a vida alienada adquire densidade existencial, porque ela é isolamento e dor, e luta contra o isolamento e a dor.’

Inês Etienne terminou a faculdade de História na Universidade Federal do Ceará em 1980. Ainda durante a década de 1980, ela foi diretora do Arquivo Público do Estado de São Paulo, ocasião em que foi criado sob sua gestão, o Sindicato dos Arquivistas do Estado de São Paulo. Continuou na área de arquivos na década de 1990 quando foi diretora do Núcleo Regional de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).⁶⁸³

Em 2009 recebeu o prêmio dos Direitos Humanos do Brasil, na categoria de Direito à Memória e à Verdade. Em março de 2014, depôs perante a Comissão da Verdade e ajudou na identificação de vários integrantes da casa de Petrópolis, trabalho que teve como base

seu relatório.⁶⁸⁴ Morreu em casa, em Niterói, aos 72 anos, em decorrência de um infarto.⁶⁸⁵

Para Janine Guido, outra sobrinha, só ficou a imagem de uma tia carinhosa e bem-humorada, mesmo em situações adversas. Quando foi visita-la na prisão, em 1976, a curiosa sobrinha, então com 15 anos, perguntou se Inês tinha feito treinamento de guerrilha com armas. Com um ar de mistério, ela respondeu: “há coisas que eu não posso responder”. Quando a visita acabou, foi levar a família até a portaria do presídio. Ao saírem do pavilhão e durante o caminho, Inês teatralizou uma ação, e correu, e se escondeu e ficou atirando com os dedos contra o inimigo imaginário (GUIDO, 2018).

O decreto para desapropriação da Casa de Petrópolis, que desde 1978 pertencia a uma família que nada tinha a ver com os acontecimentos, é datado de 7 de dezembro de 2012. Ali será instalado um centro de memória.

Referências bibliográficas

AVELAR, A. S. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de sentido. In: AVELAR, A.; SCHIMIDT, B. *Grafia da vida. Reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra & Voz, 2012.

BORGES, J. L. Funes, o memorioso. Tradução de Marco Antonio Franciotti. In: BORGES, J. L. *Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, v. 1. Disponível em: <<http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf>>.

CAMPOS, L. F. *O massacre da granja de São Bento*. Recife: Cepe. 2017.

CANCELLI, E. A Ira e a alteridade: o testemunho e o sentido ético. In: TORGAL, L.; PAULO, H. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CARDOSO, T. *O cofre do Dr. Rui*. São Paulo: Civilização Brasileira: 2011.

CATELA, L. Las biografías como construcción de identidad y lucha política. Muestra por la identidad de los detenidos desaparecidos. In: SCHIMIDT, B. *O biográfico. Perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

CHACEL, C. *Seu amigo esteve aqui*. São Paulo: Zahar, 2012.

CHAGAS, F. G. *O drama da VPR em 1971*. 2018, Mimeo.

FARIA, D. de. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Ouro Preto, n. 17, 2015.

GINZBURG, J. Escritas da tortura. In: TELES, E.; SAFATLE, V. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo. 2010.

GRECO, H. A. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2005. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GREEN, J. *Revolucionário e gay. A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ROMEU, I. E. [**Correspondência**]. Destinatário: Augusto Sussekind (seu advogado). Rio de Janeiro, 03 out 1971. Carta datilografada para ser anexada em documentação na Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível no Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf>.

Acesso em 20 ago 2017. [Cópia manuscrita original está nos arquivos on-line do Projeto Brasil Nunca Mais. Pasta BNM-047(43), p. 542].

TEIXEIRA, M. Inês é viva: testemunho e esquecimento durante a transição brasileira. *Outros Tempos*, v. 11, n. 17, 2014.

TELLES, A. A verdade: o legado maior deixado por Inês Etienne! *Ponte. Aproximando Realidades*, 28 abr 2015. Disponível em: <<https://ponte.org/a-verdade-o-legado-maior-deixado-por-ines-etienne/>>.

VELLOSO, F. *Um calabouço de detalhes*. Disponível em: <<https://ambrosia.com.br/literatura/resenha-um-calabouco-de-detalhes-funes-o-memorioso/>>.

623. Constam como assassinados na casa, por organização: VPR: Aluisio Palhano, Ivan Mota Dias, Heleny Guariba, Maurício Guilherme da Silveira, José Raimundo Costa, Celso Gilberto de Oliveira, Gerson Theodoro de Oliveira e Walter Ribeiro Novaes. ALN: Paulo de Tarso Celestino, Issami Okano, Ana Kucinski, Wilson Silva e Thomaz Antônio Meireles Neto. VAR-Palmares: Carlos Alberto Soares de Freitas, Mariano Joaquim da Silva e Antônio Joaquim de Souza Machado. PCB: David Capistrano, José Roman e Walter de Souza Ribeiro. MR-8: Marilena Villas-Boas. MRT: Victor Luiz Papandreu. Disponível em: Memorial da Democracia, <<http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-mantem-casa-da-morte-em-petropolis>>.

624. Em maio de 2018, o resultado de um trabalho conduzido pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, integrado por representantes de quatro instituições acadêmicas – UFMG, Iesp/Uerj, Unicamp e UnB – foi divulgado. Se trata de uma pesquisa de mais de uma década que mede o apreço pela democracia no país. Os resultados obtidos pela investigação apontam que 53,2% dos entrevistados afirmaram que apoiam um golpe militar “quando há muito crime”; já no caso de “muita corrupção”, 47,8% defendem abertamente uma intervenção militar. O percentual de brasileiros que dizem estar satisfeitos, ou muito satisfeitos, com a democracia é o mais baixo da série histórica iniciada em 2002: apenas 19,4%. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5506321/apenas-19-satisfeitos-com-democracia>>.

625. A inspiração deste recorte de duas temporalidades vem de dois trabalhos experimentais: o livro *Em 1926: vivendo no limite do tempo*, de Hans Gumbrecht (1999) e do artigo *Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972*, de Daniel de Faria (2015). Este autor apontou as mesmas dificuldades sublinhadas por Gumbrecht para seu projeto sobre 1926 e que não deixam de ser universais na escrita da História. Uma delas é a tarefa de eleger o que fará parte ou não da narrativa, uma vez que a totalidade é impossível. Valendo-se do conceito de “arquitetura temporal”, Faria apontou a questão dos tempos sobrepostos: “O tempo do calendário, o tempo social das comunicações, o tempo da política e das guerras, das relações pessoais etc., sobrepostos, justapostos, entrecruzados.

626. Requerimento de anistia de Inês Etienne Romeu. Processo número: 2002.01.08787. Brasília. Arquivo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

627. *Manchete*, edição nº. 1000. 1971. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

628. *Manchete*, 09.01.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

629. *Veja*, 27.01.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

630. *Veja*, 03.02.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

631. *Manchete*, 08.02.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

632. *Manchete*, 13.02.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

633. *Veja*, 30.01.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

634. *Manchete*, 27.03.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

635. *Visão*, 07.06.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

636. *Veja*, 29.12.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

637. *Veja*, 24.02.71. Adaptado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

638. *Veja*, 03.02.71. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

639. “Essa proposta, levantada por Herbert Eustáquio de Carvalho, denominou-se a “Tese do Recuo”. Anos depois, Herbert rememorou em seu livro que a proposta buscava descrever a situação real da VPR no Brasil e elaborar uma reflexão autocrítica. Vivia-se tão somente, naquele momento uma ‘dinâmica da sobrevivência’. Propunha um congresso a ser realizado no exterior. A defesa fundava-se na constatação da precariedade teórica e material dos militantes no Brasil, e destacava a qualidade e a experiência dos quadros no exterior. Propunha-se por razões de segurança e para que contasse com um bom número de delegados. Lamarca, José Raimundo da Costa e mais alguns militantes não acreditavam na possibilidade de realizar um congresso no exterior porque, no caso de decidirem pelo retorno ao Brasil, não acreditavam que os militantes regressariam. Prosseguia a proposta de realizar no Brasil com ampla discussão e circulação de documentos” (CHAGAS, 2018, p. 2. Mimeo.).

640. Entrevista de Herbert Eustáquio de Carvalho a Judith Patarra. [s.d.]. Arquivo James N. Green.

641. Carlos Alberto Soares de Freitas foi morto após a passagem pela Casa de Petrópolis, em 1971. Beto, como era conhecido, começou a militar em Belo Horizonte nos anos 1960, junto com Inês Etienne. É ela quem dá notícias de sua passagem pela casa. O livro de Cristina Chacel, intitulado *Seu amigo esteve aqui*, narra sua biografia.

642. Entrevista de Sérgio Xavier Ferreira a Isabel Leite. Rio de Janeiro. 11.05.2017. Herbert Daniel falou sobre o episódio do dilema sobre o justicamento do suíço para Judith Patarra: “O fato de ser justicar o suíço ou não era grande naquele momento. Inclusive eu era favorável ao justicamento, porque tinha uma lógica. O Lamarca ainda não tinha tomado posição ainda. Era a lógica da gente. Naquele momento ao aceitar aquilo significava reconhecer que a gente estava realmente falido. acabou. Acabou o sequestro, o que a gente ia fazer? Foi o momento imediatamente depois, não ter o justicamento me deu um alívio muito grande. O fato de não matar o suíço, uma pessoa ótima, me permitiu, inclusive, interromper o choque, interromper o terrorismo. Acho que para entrar no terrorismo, tem que ter a firmeza de que vamos seguir a luta. Eu estava entrando na dinâmica, na lógica do terrorismo mesmo. O raciocínio que eu tinha defendendo o justicamento do suíço é a lógica do terrorismo mais puro. Terrorismo mesmo. Uma coisa de repente você não considerar o momento político e a tua ação ter uma validade enquanto ato puro. A política passa pelo terreno das ideias abstratas puras. A morte de um ser humano ali não era

importante. O importante eram as representações que a gente fazia a nível de uma política que não existia de fato". Entrevista de Herbert Eustáquio de Carvalho a Judith Patarra. [s.d.].

643. Entrevista de Lúcia Veloso a James Green, disponível em Green (2018).

644. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 7. Sobre o camponês: "Na organização, um colega já sabia sobre a possibilidade de o camponês ter sido preso. Me usaram como bucha de canhão. Dentro da esquerda também há os éticos e os não-éticos". (Cf. Na prisão, historiadora tentou quatro vezes cometer suicídio. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28.08.1999).

645. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 8.

646. José Anselmo dos Santos foi líder da revolta dos marinheiros em 1964, antes do golpe. Com sua prisão, ele se tornou agente infiltrado em organizações de esquerda, responsável pelas informações que levaram à morte pelo menos seis integrantes da VPR, no episódio do Massacre da Chácara de São Bento, no Recife, em 1973 (CAMPOS, 2017).

647. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 16.

648. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 8.

649. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 8.

650. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 7.

651. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 7.

652. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 9.

653. Relatório Inês Romeu entregue à OAB em 05.09.1979. O relatório foi escrito em 18.09.1971, p. 11.

654. Depoimento de Maria Celina Guido a Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte. 12 de junho de 2018.

655. Depoimento de Maria Celina Guido a Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte. 12.06.2018.

656. O conto de Jorge Luís Borges é sobre Irineo Funes, um sujeito pitoresco que tem uma memória extremamente poderosa. "O tempo, para ele, era uma realidade que aparecia em uníssono. Sua vivência do passado era tão real quanto o presente e estava atada a sua forma olhar o mundo. Tudo o que ele enxergava era imediatamente guardado ao mesmo tempo em que era projetado, formando na sua mente um caleidoscópio de imagens memoriais. "Seu tempo era uma grande massa que continha todo o tempo do mundo inserido na mesma, viver era reviver lembranças e Funes gastava dias inteiros lembrando de outros dias por completo. A verdade para Funes era a sua existência, tão convicto da inefabilidade da sua memória ele acreditava que vivenciara tudo com muito mais detalhes do que todos e que isso o fazia de certa forma melhor do que os outros (o que pode ser atestado quando o mesmo se refere a sua vida antiga). Sua verdade estava nos detalhes. Sua vida era se perder nos pormenores da percepção e se deleitar com o avanço da

umidade e com a forma das nuvens em um dia passado. Portanto, para ele viver era tão somente lembrar (incluindo em lembrar o ato de criar novas lembranças)". (VELLOSO, [s.d.]; BORGES, 1979)

657. *Veja*, 06.05.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

658. *Isto É*, 08.05.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

659. *Veja*, 12.08.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

660. *Veja*, 30.12.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

661. *Isto É*, 02.12.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

662. *Veja*, 14.01.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

663. *Veja*, 19.08.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

664. *Veja*, 06.05.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

665. *Veja*, 04.03.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

666. *Veja*, 26.08.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

667. *Veja*, 30.12.81. Retirado de: Direito à memória e à verdade. CD-ROM. Projeto República. UFMG. 2010.

668. Sobre a descoberta da "Casa da Morte", o jornalista Antônio Lago narrou que, ao realizar uma reportagem sobre o funcionamento da repressão em 1979, soube por Adyr Fuza de Castro, ex-comandante do DOI-CODI no Rio de Janeiro, que a repressão agia de forma semelhante às organizações de guerrilha: todo mundo tinha codinome e se utilizavam casas clandestinas no combate aos militantes. Inclusive, avisou que a Inês Etienne ficou em uma dessas casas, em Petrópolis. Ao tomar conhecimento da matéria, Inês teria pedido a Sérgio Ferreira que a colocasse em contato com Lago. Depois de cerca de 2 meses de visitas de Lago a ela na prisão, ela perguntou se ele estaria interessado em ajudá-la a descobrir a localização da casa. Ele aceitou. Ela contou que um dia foi muito torturada e desmaiou. Quando estava voltando do desmaio ouviu o telefone tocar e escutou um dos caseiros dizer: "Petropolis 4090". Primeiro ela perguntou se Lago tinha algum contato na telefônica. Ele achou arriscado e teve a ideia de ir para a Biblioteca Nacional pedir o catálogo telefônico de Petrópolis de 1971. Após encontrar o nome de Ladders e o endereço, conversou com seu superior na Folha de São Paulo, Alberto Dines, explicando que precisava confirmar o endereço e que usaria como desculpa a elaboração de uma matéria sobre turismo e aluguel de casas naquela cidade. Com a autorização de Dines, Lago seguiu com o fotógrafo. Conseguiram fotos da casa e de Ladders, que parou para conversar com eles. O jornalista mostrou as fotos para Inês, que pediu sigilo até que fosse libertada.

Quando ela saiu tudo foi denunciado (LAGO, 2018). Sobre a versão de Sérgio Ferreira ver Chacel (2014. p. 86).

669. A memória das paredes. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26.08.2012.

670. Mota disse que foi seu filho quem alugou o imóvel entre os anos de 1973 e 1978, quando lá residiu, e que em 1979 a casa foi vendida a um engenheiro da Petrobras. Cf. Encontro de Inês Etienne com Mario Lodders em Petrópolis. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ACKN3ezLHo0>>

671. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/06/ditadura-dentro-da-casa/>>.

672. "Nenhum deles o acusou abertamente de tortura, mas denunciaram o tratamento ministrado. [...] O médico voltou a dizer que só cumpria ordens, não concordando com o que ocorria na Polícia do Exército. O coronel da reserva Francisco Homem de Carvalho, apontado pelo médico Amílcar Lobo como o oficial que lhe deu ordens para atender a ex-presa Inês Etienne Romeu em uma casa em Petrópolis em 77, negou ontem que tenha dado tal ordem, embora comandasse o I Batalhão de polícia do Exército: 'Se existiu, a ordem só pode ter sido dada pelo comandante de DOI-CODI'". (Cf. Presos políticos apontam médico que os atendia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07.02.1981, p. 5).

673. Exército, Marinha e Aeronáutica condenam abertura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.02.1981. p. 3.

674. "Alega terem a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu Conselho Federal, e a Associação Brasileira de Imprensa, em 24 de março de 1981, requerido junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, a abertura de inquérito para apuração dos fatos com ela ocorridos. Também ela, autora, no mesmo ano, moveu ação declaratória contra o proprietário da casa de Petrópolis, sr. Mario Lodders, visando apurar a facilitação dos meios adequados para a consecução dos atos que lhe foram infligidos. Quanto ao primeiro processo, de nº MJ-7252/81, afirma estar ainda em tramitação, enquanto o segundo teve o pedido julgado improcedente, por não ter sido provada a culpa do réu. Assevera a autora não pretender, com a presente ação, reparação material pelos danos sofridos com a prática dos atos relatados, mas, a devida apuração dos fatos, com o que não lhe será negado o direito fundamental de saber a verdade. A sentença julgou o pedido procedente e condenou a União Federal ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)". Acórdão Inês Etienne com a União. Pauta 08.08.2007. Disponível em: <<https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-In%C3%AAs-declarat%C3%B3ria.pdf>>.

675. Respeito à anistia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11.02.1981. p. 2.

676. Com o pé no freio. *Veja*, 18.02.1981. p. 19.

677. O caso Inês Etienne Romeu. Anistia ou Revanchismo? *Visão*. 23.02.1981, p. 23.

678. O caso Inês Etienne Romeu. Anistia ou Revanchismo? *Visão*. 23.02.1981, p. 23.

679. O caso Inês Etienne Romeu. Anistia ou Revanchismo? *Visão*. 23.02.1981, p. 23.

680. As informações sobre Etienne e os movimentos de subversão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14.02.1981.

681. Documento da divisão de informações CPI- DOPS. 52-z-o-32.376. Arquivo Público do

Estado de São Paulo.

682. Documento produzido pelo CISA- RJ. Assunto: Associação Internacional Contra a Tortura. Evento ocorrido na Itália. 14 de abril de 1981.

683. Morre, em Niterói, Inês Etienne Romeu, ex-diretora do Arquivo do Estado de São Paulo. 27/04/2015. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/?l=noticias_resultado&id=375&keyword=ARQ-SP+Institucional>. Acesso em 10/08/2015.

684. Audiência sobre a Casa da Morte: Inês reconhece agentes da repressão. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=casa+de+petr%C3%B3polis> Acesso em 15/08/2015.

685. Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte. *El País*. 29.04.2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337262_432499.html>. Acesso em 15/08/2015.

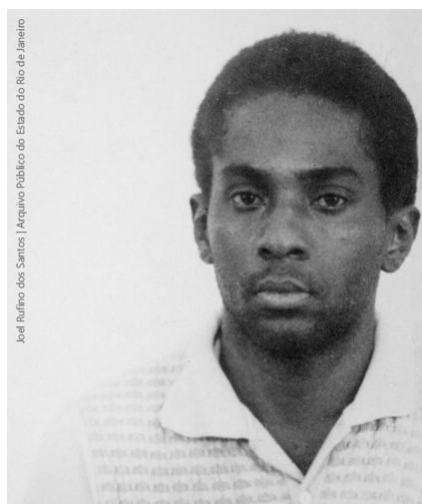


Foto 1

CAPÍTULO XIII

O menino que descobriu o segredo do Brasil

Joel Rufino dos Santos⁶⁸⁶

[Samantha Viz Quadrat](#)

Joel Rufino dos Santos nasceu no subúrbio carioca de Cascadura, em 19 de julho de 1941, ano em que o marechal soviético Zhukov iniciou a contraofensiva contra o exército da Alemanha nazista, como ele costumava contar em suas entrevistas.⁶⁸⁷ Sua origem é similar à de milhares de brasileiros. De família negra, nordestina e batista, sua avó materna, Maria Felismina, se mudou de Pernambuco para o Rio de Janeiro com o intuito de trabalhar como cozinheira na casa de um senador da República. Aos poucos foi trazendo os demais integrantes

da família para viver no *sul* do país. A princípio, a família se estabeleceu numa favela do bairro de Bento Ribeiro. Com a melhora financeira, se mudou para a casa de Cascadura, onde Joel nasceu e passou parte da sua infância com sua avó, seus pais, seus três irmãos mais velhos e sua tia com seus 5 filhos.

Seus pais, Antônio Rufino dos Santos e Felicidade Flora dos Santos, haviam se conhecido em Recife, Pernambuco. Contudo, sua avó não aprovava o casamento por julgar Antônio, um catador de caranguejo, “negro demais” (SANTOS, 2008, p. 34).

No Rio de Janeiro, Antônio Rufino – com “sua mania de estudos” (SANTOS, 2008, p. 34) – foi trabalhar inicialmente como operário naval e depois obteve uma ascensão social ao passar a trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Já Felicidade Rufino trabalhava como costureira em sua própria casa. Essa ascensão foi a primeira mudança na vida de Joel. A casa de Cascadura ficou para trás. Joel, seus pais e irmãos se mudaram para a Vila dos Marítimos Getúlio Vargas. Como o próprio Joel reconheceu, a convivência com operários e sindicalistas acabaria tendo um grande impacto na sua formação política e militância.⁶⁸⁸

Mesmo de família humilde, Joel Rufino estudou no Ginásio Cavalcante, um colégio particular “honesto e disciplinado” (SANTOS, 2008, p. 29) do subúrbio carioca. Na escola, como ainda é recorrente, havia pouquíssimos alunos e raros professores negros, mas a quase totalidade dos funcionários da limpeza assim o eram (SANTOS, 2008, p. 127-128).

Embora a biblioteca escolar fosse praticamente inexistente, a literatura tinha um espaço importante na sua vida. Joel herdou do pai, um *operário que lia* (SANTOS, 2008, p. 52), a paixão pelos livros. Ainda que em sua casa não tivesse muitos exemplares, ele aproveitava o que estava disponível. Em sua autobiografia intitulada *Assim foi (se lhe parece)* (SANTOS, 2008). Joel discorre sobre a sua trajetória em

meio a análise de grandes romances e autores que marcaram a sua vida.

O segundo momento de ascensão na vida da família Rufino dos Santos veio com a mudança para o apartamento na Glória, zona sul do Rio de Janeiro, por volta do ano de 1955, quando Joel já era um adolescente. A proximidade com o centro incentivou uma maior circulação pela cidade. Até 1964, quando se casou com Teresa Garbayo, os “passeios eram pelo Largo do Machado, Biblioteca Nacional e cinema Odeon.” (SANTOS, 2015).

Joel trabalhava de dia e estudava de noite no Colégio Frederico Ribeiro, no Largo de São Francisco, onde concluiu o Científico – atual Ensino Médio (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 492). Foi durante esse período que Joel ampliou suas leituras e foi apresentado ao seu grande mestre Nelson Werneck Sodré. Um colega de colégio deu a ele um exemplar do livro *Introdução à revolução brasileira* (SODRÉ, 1958) com o recado “toma! Vai mudar sua vida!” (SANTOS, 2008, p. 42). E mudou! Joel decidiu fazer o vestibular para o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), o que seria definitivo em sua formação profissional e política.

Historiador de formação, professor nas áreas de Comunicação Social e Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Joel Rufino dos Santos tornou-se ao longo dos anos uma das principais referências em história e cultura africanas e afro-brasileiras.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a sua trajetória entre os anos 1960 a 1980, quando ele transita como estudante, escritor e professor entre o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, a ditadura e a redemocratização brasileira.

Do movimento estudantil ao ISEB: tornar-se professor nos anos democráticos

Diferentemente de outros países do Cone Sul da América Latina, a constituição do sistema universitário brasileiro se deu especialmente a partir dos 1920. O Rio de Janeiro, a então capital federal, teve a sua primeira universidade criada nesse período a partir da reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e duas Faculdades de Direito. Segundo Marieta Ferreira (2013, p. 19), a simples junção desses cursos sob a denominação de Universidade do Rio de Janeiro não significou de fato a criação de uma universidade em sua essência, ou seja, ainda não era um espaço de atividades de pesquisa, mas restrito somente à questão do ensino.

A década seguinte seria marcada pela transformação desse cenário com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), uma idealização de Anísio Teixeira, então diretor-geral de Instrução do Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto. Dessa maneira, somente em 1935, o Rio de Janeiro passou a contar com sua efetiva primeira universidade reunindo o Instituto de Educação, a Escola de Ciências, a Escola de Direito e Economia, o Instituto de Artes e o Instituto de Artes para Experimentação Pedagógica (FERREIRA, 2013, p. 21).

A Escola de Direito e Economia concentrava os cursos de História, Ciências Jurídicas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Ciências Políticas (FERREIRA, 2013, p. 22). Nesse sentido, como destaca Marieta Ferreira (2013, p. 23), tínhamos o primeiro curso universitário de História do Rio de Janeiro. Dentre seus professores estavam Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Henri Hauser etc.

No entanto, a UDF teve uma vida curta. As disputas políticas, acirradas com o início do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e educacionais levaram ao seu fechamento e a criação em seu lugar da Universidade do Brasil (UB). Uma vitória, segundo Fávero (2003, p. 111), do centralismo e do formalismo comuns aos períodos autoritários. Na nova universidade alguns cursos da UDF foram absorvidos e outros, como o Instituto de Educação e o Departamento

de Música, por exemplo, foram deixados de fora (FERREIRA, 2013, p. 33).

É dentro desse contexto que em 4 de abril de 1939 foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia, doravante FNFfi, alvo do nosso interesse nesse capítulo. A FNFfi foi inicialmente formada por quatro seções e diversas suas subdivisões, a saber: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia (FERREIRA, 2013, p. 33). Como destaca Ferreira (2013), o curso de História da FNFfi serviria então como referência para a organização dos demais cursos no restante do Brasil. A FNFfi seria ainda uma referência acadêmica e política nacional, de inovações, de disputas, debates e perseguições que seriam constituintes da memória sobre o período e sobre a própria instituição.

Professores como Maria Yedda Linhares, Manuel Mauricio Albuquerque, José Luiz Werneck Silva e outros nomes de referência da historiografia brasileira lecionaram na FNFfi. Promoveram mudanças na produção do conhecimento histórico, protagonizaram debates e formaram gerações de novos professores e pesquisadores entre os anos 1950 e 1960. Pela FNFfi foram formados Ciro Flamarion Cardoso, Francisco Falcon, José Luís Werneck da Silva, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Rubem de Aquino, dentre outros. Além disso, como afirmou a própria Maria Yedda Linhares (2001, p. 20), formaram “[...] uma excelente geração de professores de História com condições de disputar postos no magistério aqui e em São Paulo, com sucesso infalível.”

Como sabemos, a primeira metade da década de 1960 pode ser caracterizada pelos profundos debates sobre as questões nacionais e intensas mobilizações de diversos setores da sociedade brasileira com diferentes matizes e correntes político-ideológicas. E a FNFfi não ficou a margem. Debates sobre a própria ciência histórica e o ensino da história da educação básica ao universitário, a formação de organizações representativas, como a Anpuh (Associação Nacional de Professores Universitários de História), em 1961, além dos grandes debates políticos nacionais faziam parte do seu cotidiano. A

universidade crescia também em número de alunos – em movimento conjunto com países como Argentina e Chile. Uma ampliação ainda tímida da universidade e, assim como no ginásio do subúrbio, para poucos negros. Joel recorda-se dele e de mais dois colegas no curso (SANTOS, 2008, p. 130).

Para Ludmila Gama Pereira, a FNFi era “[...] um lugar de confronto entre estudantes e professores, professores e professores e estudantes e estudantes” (PEREIRA, 2010, p. 34). Já para Ismênia de Lima Martins (2001, p. 569), era na FNFi que as coisas *aconteciam* naquela época.

Um dos principais veículos de divulgação dos debates era a *Revista Boletim de História*, organizada pelos estudantes com a participação docente.⁶⁸⁹ A iniciativa partiu dos estudantes através do Centro de Estudos de História (CEH), fundado em 27 de agosto de 1958. A revista, uma publicação trimestral, teve 7 edições com 48 artigos no total. Segundo Daniel Mesquita Pereira, a revista contou com o respaldo e o financiamento da direção do FNFi, na figura do Eremildo Viana, e do reitor Pedro Calmon, também historiador. Nesse sentido, havia a compreensão de que deveria ser um espaço para todos os catedráticos (PEREIRA, 1998). No entanto, como observa Ludmila Gama Pereira (1998), os editoriais e textos dos 1960 aumentam o tom de crítica e politização, demonstrando a crescente polarização dentro da FNFi.

Em alguns dos seus números torna-se evidente a preocupação com o ensino da História expressada, por exemplo, em balanços do conteúdo do que era ensinado nas escolas e das condições de trabalho que enfrentavam os professores já naquela época.⁶⁹⁰ Não à toa, entre os anos 1950 e 1960 foram formados professores que se tornariam referências para o ensino da História, como o próprio Joel Rufino dos Santos, que assina alguns artigos para o Boletim e foi da Comissão Diretora no ano de 1963, e Rubem de Aquino, autor de livros didáticos que formaram gerações de estudantes brasileiros a partir dos anos 1980.

Durante sua passagem pela FNFi, tendo iniciado seus estudos em 1960, Joel Rufino dos Santos se engajou no movimento estudantil e militou pelo Partido Comunista Brasileiro, foi professor do cursinho pré-vestibular organizado pelos estudantes da universidade e autor de artigos no Boletim de História. Trata-se de uma marca indelével em sua formação e trajetória e, como veremos, nas relações estabelecidas com as polícias políticas a partir do início da ditadura civil-militar em 31 de março de 1964.

O Boletim de História foi também o cartão de visitas para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).⁶⁹¹ Em março de 1962, recebeu junto com outros colegas o convite do seu mestre Nelson Werneck Sodré⁶⁹² para trabalhar como professor e pesquisador do Iseb. Esse convite consolidou os laços da FNFi com a instituição.

O Instituto foi criado em 14 de julho de 1955, por decreto presidencial assinado por Café Filho e começou a funcionar regularmente no ano seguinte. A proposta partiu da iniciativa de um grupo de intelectuais ligados ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) com o intuito de ser um centro de altos estudos apto a analisar a realidade brasileira e assessorar à presidência da República no que dizia respeito às políticas de desenvolvimento. Na sua formação original participavam intelectuais como Anísio Teixeira, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, dentre outros. Suas primeiras atividades ocorreram no auditório do Ministério da Educação e Cultura, a quem estava subordinado, até ser transferido em 1957 para a sede na Rua das Palmeiras, nº 55, onde atualmente funciona o Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Alzira Alves de Abreu (2007), o Iseb foi criado com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra como um curso permanente de pós-graduação voltado para os mais altos estudos políticos e sociais. Nesse sentido, ao estudarmos mais profundamente o instituto podemos observar uma grande heterogeneidade de ideias

e, posteriormente, de gerações que marcariam cisões, partidas e chegadas e a proximidade com governos e demais instituições.

As atividades do Iseb consistiam basicamente na oferta de um curso regular com duração de um ano, cursos de curta duração, palestras e conferências e as publicações de seus integrantes. O Instituto oferecia cursos sobre os problemas brasileiros não apenas em sua sede no Rio de Janeiro. Seus professores circularam pela Universidade da Bahia, União Estadual de Santos, entre os parlamentares do estado do Rio de Janeiro, dirigentes sindicais, associações profissionais etc. (OLIVEIRA, 2006). Nos anos João Goulart, incentivados pelo governo, houve uma maior aproximação com os setores populares, iniciativas pedagógicas para o ensino da história do Brasil e debates sobre as Reformas de Base. Foi também um período de aumento da procura das atividades ofertadas pelo Iseb (ABREU, 2007, p. 430).

Para Cleber Correio e Thyellis Correio, “[...] o que havia de mais positivo na postura intelectual do ISEB era o seu engajamento no Brasil de seu tempo, sua preocupação não só de entender o país, mas também de formular um ‘modelo’ para seu presente, sem deixar de vislumbrar o futuro” (CORREIO, C.; CORREIO, T., 2017, p. 193). Segundo Joel Rufino (2005, p. 44),

[...] o conteúdo do *último* ISEB foi a sua interação com o *movimento de massas*, o que foi percebido pelas forças golpistas. Essa interação se deu por diversos meios: o curso para metalúrgicos e a *História Nova* [...]. Tocávamos em dois pontos nevralgicos da luta de classes: a organização dos trabalhadores e o conhecimento histórico.

Joel Rufino nos conta que o Iseb era o paraíso. A rotina era de muita leitura e algumas aulas que permitam que eles ministrassem (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 496). A produção de maior fôlego do jovem grupo foi a publicação dos volumes *História Nova do Brasil*.⁶⁹³ Um projeto do Departamento de História do Iseb, cujo responsáveis eram Candido Mendes de Almeida, que cuidava da parte dita universal, Nelson Werneck Sodré (1978), com a parte brasileira. No entanto, a *História Nova do Brasil* foi uma iniciativa deste último

junto com os jovens historiadores que o auxiliavam. Eram eles: Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem Cesar Fernandes e Joel Rufino dos Santos. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães e Nanci Leonzo, os quatro primeiros eram recém-formados pela FNF i e atuavam na educação básica como professores e Joel Rufino dos Santos, que ainda não estava formado, tendo sido a sua presença indicada pela Centro de Estudos de História (CEH), controlado àquela altura pelo Partido Comunista Brasileiro (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 238).

A História Nova do Brasil tratava-se de um conjunto de livros textos para professores de História do ensino de nível médio, seja público ou privado, sob a promoção e financiamento da Campanha de Assistência ao Educando (Cases), órgão do Ministério da Educação e Cultura, e do próprio Iseb. Existem muitas memórias sobre essa iniciativa. O próprio Joel Rufino contava que a ideia surgiu quando estavam na praia do Leblon com a pergunta: "Por que a gente não ajuda a melhorar o ensino de História? [...] Será que a gente tem condição de fazer isso? [...] O objetivo era modesto: melhorar o ensino da história. Mas daí, de melhorar, logo passou para reformar, e de reformar, para revolucionar" (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 498). Oficialmente, o convite partiu do também jovem e ex-estagiário do Iseb, Roberto Pontual, que havia assumido a direção da Cases. Era o ano de 1963, e no debate das Reformas de Base também se encontrava a reflexão sobre o ensino da história nacional. No lançamento dos primeiros fascículos, em 1964, Roberto Pontual afirmou: "A história do Brasil, tradicionalmente concebida e comunicada, em especial na literatura didática, longe de revelar as verdadeiras bases do processo de formação do nosso país, vem servindo, pelo contrário, como instrumento de freios e desvios, obstáculo para o seu próprio desdobramento" (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 237).

O projeto previa a publicação de 10 volumes sob o formato de livretos com o seguinte plano: O descobrimento do Brasil; A

sociedade do açúcar; As invasões holandesas; A decadência do regime colonial; A independência de 1822; A expansão territorial; Da Independência à República; O sentido da Abolição; O Advento da República e O significado do Florianismo. Apesar de não tratar de temas do século XX, as questões do período e a situação do Brasil, como a desigualdade social, a reforma agrária, a concentração do poder político, a questão do negro etc., apareciam no incentivo à reflexão da relação passado/presente brasileiro.

Os textos com caráter reconhecidamente marxista não possuem assinatura, sendo impossível sabermos o que foi escrito especificamente por Joel Rufino dos Santos.⁶⁹⁴ Após a redação de um rascunho por um dos envolvidos no projeto, todos liam, debatiam e escreviam o texto final conjuntamente para que fosse aprovado por Nelson Werneck Sodré. O objetivo era aproximar o que estava sendo produzido nos centros de pesquisa à educação. Sem dúvida, o impacto da coleção foi enorme. Tanto entre o meio intelectual quanto na grande imprensa que condenou os livretos alegando doutrinação por parte do governo. Joel Rufino chega a relatar que a Sandra Cavalcanti falou no programa de TV do Flavio Cavalcanti: “É subversão!”. E o *Correio da Manhã* também teria feito um editorial condenando a coleção (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 500-501). A circulação atingiu todo o país e em menos de um mês após o seu lançamento cerca de 5 mil exemplares foram enviados pelos correios aos docentes cadastrados no Ministério de Educação e Cultura.

A coleção ocupa hoje um *lugar de memória* do ensino de História do Brasil. Houve algumas edições posteriores, publicadas por editoras privadas, mas que não contavam com a mesma repercussão de 1964. O golpe interrompeu prematuramente a sua circulação. A obra foi censurada e exemplares destruídos. O banimento e perseguição de um projeto de grande porte voltado para a educação deixa clara a capacidade de uma ditadura de ceifar movimentos, ideias e políticas públicas mais amplas para o país.

A ditadura chegou...

A situação política nacional estava longe de ser tranquila e estável. Jânio Quadros havia renunciado em agosto de 1961. Após vivermos momentos de tensão, seu vice, João Goulart, assumiu o mais alto posto do poder Executivo Nacional após a intensa campanha da legalidade liderada pelo então governador Leonel Brizola. Jango governou inicialmente através do parlamentarismo e após o plebiscito de 1963 assumiu seus poderes presidenciais em definitivo. No entanto, como demonstram Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), o cenário nacional estava dividido, envolto em disputas e debates. O país vivia um período de incertezas.

Internamente, esse contexto permitia e incentivava os confrontos entre grupos opositores na FNFi. Dessa maneira, é possível acompanhar a ascensão de um grupo de professores liderados por Eremildo Viana, professor de História Antiga e Medieval que havia entrado na FNFi ainda no período da UDF. Em 1946 tornou-se catedrático da cadeira de História Antiga e Medieval. Eleito diretor da FNFi em 1958, com grande apoio da comunidade acadêmica naquela ocasião, foi reeleito ainda em 1960. No entanto, o contexto político já não era o mesmo. As relações internas começaram a se deteriorar com a chegada de João Goulart à presidência. As cisões, tensões e perspectivas acadêmicas e políticas diferentes iriam estourar juntamente com o golpe e a ditadura subsequente. Eremildo Viana, o professor que havia apoiado o Boletim de História e para o qual chegou a escrever, transformou-se na figura central da perseguição política na FNFi e protagoniza um lugar central na memória sobre a repressão da grande maioria que viveu os anos ditatoriais na faculdade, seja como professor, técnico ou estudante.

Como sabemos, é notório que regimes autoritários fomentam o surgimento de micropoderes em todos os espaços, especialmente os públicos. Nesse sentido, após o golpe de 31 de março de 1964, Eremildo Viana foi implacável na perseguição aos colegas, técnicos e

estudantes. De início, a FNFi já somava a demissão de 2 professores catedráticos e 4 professores e a expulsão de 19 estudantes (GASPARI, 2002, p. 225). A FNFi passou por um verdadeiro desmonte até a reforma definitiva em 1968, que a extinguiu e criou em seu lugar o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (CUNHA, 2007; MOTTA, 2014).

O Ato Institucional n.º 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, foi fundamental para a criação de Inquérito Policial Militar (IPM), uma das primeiras formas de repressão instalada pela ditadura. Segundo o AI-1, o IPM visava “[...] à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”.⁶⁹⁵ O mesmo poderia ser aberto de forma individual ou coletiva e, segundo a sua regulamentação, pelo decreto lei nº 53.897, de 27 de abril de 1964, seriam criadas comissões especiais de inquérito.

Como dissemos acima, o IPM foi uma das primeiras formas de repressão. A simples inclusão do nome da pessoa para investigação gerava um clima de terror e uma série de perseguições que algumas vezes culminaram com prisão e tortura. Os IPMs serviram também para a ascensão de militares da chamada *linha dura*. Dois exemplos nos interessam em particular. Em entrevista, o general Gustavo Moraes Rego Reis declarou que os coronéis Gérson de Pina e Ferdinando de Carvalho, encarregados respectivamente dos IPMs do Iseb e do Partido Comunista, ultrapassaram os limites legais (D’ARAÚJO *et al.*, 1994, p. 55).

Nos primeiros meses após o golpe vários inquéritos foram abertos. Na FNFi alguns foram iniciados após denúncias foram feitas pelo próprio Eremildo Viana. Nos documentos consultados no acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, é possível acompanhar algumas dessas denúncias, bem como a simpatia do DOPS pelo Eremildo Viana, visto como alguém de pulso firme preocupado com os rumos da “revolução de 1964”, enquanto o reitor Pedro Calmon,

como sabemos também professor do curso de História, era considerado benevolente e tolerante demais com o movimento estudantil.⁶⁹⁶ Ainda na Universidade do Brasil, uma comissão de investigação liderada pelo general Acyr da Rocha Nóbrega investigou o próprio Eremildo Viana, que foi considerado culpado por fraudes contábeis em suas gestões. Foi necessária a intervenção de Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação, para que o processo contra um *homem do regime* não fosse à frente (GASPARI, 2002, p. 225).

Joel Rufino do Santos teve seu nome arrolado em várias investigações da FNFi, sendo constantemente citado na documentação consultada no fundo do DOPS,⁶⁹⁷ no conjunto do Memórias Reveladas e nas bases D-Space e Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Nesse sentido, foi possível identificar seu nome no IPM da FNFi,⁶⁹⁸ no episódio de uma suposta tentativa de invasão do anexo da FNFi, em 1965, e como comentarista do filme *O encouraçado Potemkin*.⁶⁹⁹

Para a polícia política carioca, que acompanhava as atividades de Joel Rufino antes mesmo do golpe, o nosso biografado era descrito como “[...] comunista fanático, inteiramente submisso ao Partido. É violento e exaltado. Tendo desenvolvido larga atividade revolucionária na FNFi.”.⁷⁰⁰ O Serviço Nacional de Informações (SNI) também acompanhou as atividades de Joel Rufino, em seu prontuário constam anotações entre os anos de 1966 e 1978.⁷⁰¹

Ainda no imediato pós-golpe, Joel foi incluído com quase mil pessoas no IPM do Partido Comunista Brasileiro, no IPM sobre Imprensa Comunista, no IPM do Ministério de Educação e Cultura e no do Iseb, onde a coleção História Nova do Brasil teve um grande destaque. No IPM do Iseb, sobre o qual vamos nos ater mais, é possível ver os nomes dos jovens historiadores que fizeram parte do projeto ao lado de políticos e intelectuais como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Guerreira Ramos, Abdias Nascimento, Hélio Jaguaribe, Juscelino Kubitschek, Darcy Ribeiro, Ênio Silveira, Francisco Julião, dentre outros.⁷⁰² Como veremos nas páginas seguintes deste capítulo,

esses IPMs, especialmente o do Iseb, iriam acompanhá-lo por toda a ditadura. Devemos ainda destacar que, com o advento do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, Joel Rufino perdeu os seus direitos políticos.⁷⁰³

Uma das poucas ações do Ranieri Mazzili nos 13 dias em que ocupou a presidência após o golpe foi a dissolução do Iseb. A proposta de tal ação partiu do então Ministro da Educação, Gama e Silva. Para ele, "o Iseb foi o primeiro órgão a defender abertamente a comunização do país."⁷⁰⁴ Jornais como *Tribuna da Imprensa* (SODRÉ, 1978, p. 20) e *Correio da Manhã* faziam duras críticas à instituição. O *Correio da Manhã*, que recorrentemente divulgava as atividades do instituto, chegou a publicar sobre a posse de Nelson Werneck Sodré na Chefia do Departamento de História e de outros novos chefes, como Wanderley Guilherme dos Santos para o de Filosofia, que

[...] há um traço que os identifica e une: são todos confessadamente adeptos da filosofia de Marx. Desta forma, o ISEB será o único centro de cultura brasileira a ter essa maciça unidade de orientação doutrinárias. Deveria mudar de nome. Sugerimos IMEB: Instituto Marxista de Estudos Brasileiros.
⁷⁰⁵

Com o golpe, o Iseb foi duramente atacado e não apenas extinto, como vimos acima. Nelson Werneck Sodré (1978, p. 65-66) recorda que

[...] o ISEB fora, a 1 de abril, invadido e depredado por uma malta de desordeiros, organizada pelos órgãos policiais da Guanabara, recrutada no lumpem da cidade [...]. Nada ficou inteiro no edifício onde funcionava a instituição: as cadeiras e mesas foram quebradas, os quadros arrancados da parede e destruídos vidros e molduras, as poltronas foram destruídas, as gavetas atiradas ao chão, os papéis espalhados pelo jardim, a biblioteca teve seus livros rasgados e as estantes derrubadas.

Neste dia foram presos o zelador, o copeiro e o faxineiro. Com a extinção e a destruição física do Iseb, foi aberto o IMP que durou mais de um ano tendo sido por isso duramente criticado. O seu responsável, o coronel Gérson de Pina, acabou acusado de desmandos e ilegalidades. Afinal, por exemplo, Nelson Werneck Sodré

era um general que pela hierarquia militar não poderia ser interrogado por um coronel.⁷⁰⁶ Nesse sentido, o próprio *Correio da Manhã* chegou a afirmar que o prolongamento das investigações era uma tática para não enfrentar o retorno aos quartéis.

No caleidoscópio da ditadura

No livro *Exílio: entre raízes e radares*, Denise Rollemberg (1999, p. 50) identifica a existência de duas gerações brasileiras que deixaram o país em busca de segurança diante da perseguição política implementada pela ditadura. A primeira geração marcada por protagonistas do pré-64 de jovens a pessoas mais velhas, como as que identificamos na seção anterior envolvidas no IPM do Iseb, e que circularam por países como México, Chile, Bolívia etc. E a segunda, de 1968, marcada pelo protagonismo juvenil, muitos oriundos do movimento estudantil, que viu o cerco se fechar na América Latina com o golpe chileno de 11 de setembro de 1973 e por isso acabou cruzando o oceano Atlântico (ROLLEMBERG, 1999).

Com apenas 22 anos e uma esposa grávida do seu primeiro filho, Joel Rufino deixou sozinho o Brasil num exílio voluntário logo após o golpe.⁷⁰⁷ Em 6 de maio de 1964, recebeu o salvo conduto do Ministério de Relações Exteriores para deixar o país em direção à Bolívia.⁷⁰⁸ Até então, estava na embaixada daquele país, localizada no Flamengo, Rio de Janeiro, junto com outros perseguidos, como José Serra, que tentavam sobreviver ao início da ditadura. Na Bolívia, Joel ficou por cerca de 4 meses até decidir ir para Santiago, Chile. Por lá, em pleno governo do democrata-cristão Eduardo Frei, encontrou outros brasileiros, como Fernando Henrique Cardoso. Mas o exílio foi curto. A preocupação com o filho o fez voltar no início do ano de 1965.

MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

Registrou-se: PORTUGAL Subnome: RUFINO DOS SANTOS
Nome: JOEL Vício: _____
Idade: 24 anos Nascido em: _____
Nacionalidade: BRASILEIRO Nacionalidade: ESTADO DA GUARABARA
Cidade: CAICEN Invenção: RECURSADA
Relatório: PEL ARTIGO RUFINO DOS SANTOS
Módulo: RELLICIDADE PLACA DOS SANTOS
Residência: RES. OBSERVAÇÃO
Civ. PRETA Cálculo: PRETOS Estima: 1,50m
Peso: 60kg Altura: 1,50m Diâmetro: PRETOS Círculo: PRETOS
Idade em: 25 / 6 / 1965 Identidade em: 30 / 6 / 1965

Estado: particular Fotografia tirada em: 30 / 6 / 1965

Observações:
UNIVERSIDADE, Rua Benjamin Constant
114/503 e Praia de Botafogo
112/505.

Individual: _____ Sexo: _____
Identificador: _____

144

Foto 2

Seu único documento, o salvo-conduto, dificultava o seu retorno. A opção foi pegar diversos meios de transportes e retorna ao país via Argentina. Para isso, contou com a ajuda e a hospedagem de Alfredo Moles, militante das Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR), com o qual manteria laços políticos e de amizade.

Joel Rufino dos Santos acabou detido no dia 7 de junho de 1965, ao comparecer para prestar depoimento no IPM do Iseb.⁷⁰⁹ Sendo dali encaminhado para o 3º Batalhão da Política Militar, no bairro do Méier, Rio de Janeiro. Naquela ocasião já estavam presos e incomunicáveis dois outros autores da Coleção História Nova do Brasil, são eles: Maurício Martins de Mello e Pedro de Alcântara Figueira. Ênio da Silveira, editor da Civilização Brasileira, editora que havia feito a segunda edição da coleção também fora convocado e preso por conta desse e de outros IPMS. Para o coronel Pina era necessário montar uma comissão de doutos professores para “[...] verificar até que ponto vai, na obra considerada subversiva, a responsabilidade dos três co-autores presos.”⁷¹⁰ Meses depois, em 24 de fevereiro de 1966, o parecer concluía que “[...] sob o ponto de vista histórico, as publicações se baseiam na unilateral interpretação marxista, sendo, portanto, prejudiciais ao ensino da História da Pátria. Sob o ponto de vista da segurança nacional, trata-se de propaganda deletéria e compromete o Estado com a ideologia marxista.”⁷¹¹

O nosso biografado acabou preso. Durante esse período teve que prestar depoimentos aos IPMs já citados anteriormente e foi submetido ao tratamento psicológico (lei de silêncio) levado a cabo pelo Major Cleber Bonecker. Isso significava um período de incomunicabilidade, depois apenas contatos com seus advogados – que denunciavam a demora do STF em julgar o *habeas corpus* – e raras visitas familiares. Durante esse período, os três coautores do História Nova do Brasil chegaram a denunciar aos meios de comunicação, em especial ao *Correio da Manhã*, os maus tratos aos quais estavam submetidos. O jornal, que havia mudado de postura frente à ditadura, publicou a carta de Joel no dia 27 de junho de 1965. Isso foi possível por conta da transferência para o quartel da Polícia do Exército, em São Cristóvão. Nessa ocasião, Joel conseguiu esconder no bolso do repórter Domingos Meirelles (SANTOS, 2008, p. 23) o papel amassado com a denúncia:

Escrevo de uma cela de 2X3 metros, absolutamente escura, mesmo de dia. Há, aqui, apenas um colchão desnudo, caminho de baratas. Estou no Batalhão de Guardas [...] Do IPM do ISEB fui, no mesmo dia, levado prêso ao IPM da Imprensa Comunista, onde fui recebido aos berros e palavrões (prêto, comunista, cafetão, etc). Antes de falar, recebi, do major Bonecker, um tapa e o aviso que 'estava ali para dizer o que ele queria', pois 'este inquérito é de homem.'".⁷¹²

Na mesma carta, Joel denuncia ainda ameaças de prisão à sua mãe e de demissão para a sua esposa. Após 45 dias de detenção,⁷¹³ Joel foi solto. A liberdade, no entanto, durou pouco. Em 28 de junho de 1966, Joel foi detido – e mais uma vez torturado⁷¹⁴ – por agentes do DOPS sem identificação e levado da sua casa para lugar ignorado.⁷¹⁵ A denúncia foi feita por sua esposa e gerou a mobilização de intelectuais e, estudantes da FNFi. Somente no dia 1 de julho, Joel foi localizado, por seu advogado, na Escola da Marinha Mercante. Detido pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), os advogados foram surpreendidos por IPM secreto, ou seja, não sabiam quais eram as acusações desta vez.⁷¹⁶ Nessa ocasião, conforme relata o *Correio da Manhã*, da equipe da História Nova do Brasil somente Joel Rufino e

Nelson Werneck Sodré se encontravam no país. Todos os demais autores já haviam partido para o exílio e lá se encontravam.⁷¹⁷

Posto em liberdade novamente, Joel Rufino dos Santos passou a atuar como diretor administrativo do Grupo Ação, que em 29 de setembro de 1966, fazia a sua estreia com a peça *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. O Grupo Ação era formado por atores negros oriundos do teatro, da TV e do cinema e dos quais podemos destacar Antônio Pitanga, Milton Gonçalves, Haroldo de Oliveira, Zózimo Bulbul, Gracinda Freire dentre outros. Para Joel, o ator negro era relegado a papéis subalternos. Em suas palavras, “[...] o ator negro quando não faz o vilão, posa de bobo da corte.”⁷¹⁸ O Grupo Ação, que já vinha sendo gestado desde 1964, existia “[...] para permitir aos atôres negros desempenhar quaisquer papéis, dos principais aos subalternos. Veio para afirmar, pela ação, que valor artístico independe do rótulo da côr.”⁷¹⁹

Mas a repressão seguia em seu encalço. A família já havia sido em algumas ocasiões detida e/ou ameaçada. No final do ano de 1966, Joel Rufino dos Santos decide partir para a cidade de São Paulo. Em 11 de julho de 1967, para os órgãos policiais, Joel Rufino era dado como foragido.⁷²⁰

Nosso biografado chegou a São Paulo para tentar a vida como tantos outros brasileiros. Mas a cidade lhe foi dura. Já sem esperanças, encontrou uma ex-aluna que o convidou para escrever na revista *Recreio*, uma referência para várias gerações de crianças no Brasil. Em seguida, retornava às salas de aula. Foi contratado pelo cursinho pré-vestibular do grêmio da Faculdade de Filosofia, da USP, que logo se transformaria no Equipe.⁷²¹ Trata-se de uma referência para época e por onde passaram professores como Marilena Chauí, José Miguel Wisnik, Lara Iavelberg⁷²² e Carlos Alberto Sardenberg (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 503). Nas memórias de Joel, foi nessa época, como professor de História do Brasil, que ele pode juntar recursos financeiro devido ao bom salário que recebia (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 503). E foi nessa época também que ele

passou a ser conhecido como Pedro Ivo dos Santos por uma questão de segurança.

O cursinho era também uma fonte de apoio para o grupo revolucionário Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi onde Joel, ou Pedro Ivo, conheceu militantes como Ishiro Nagami, morto com a explosão de uma bomba no carro onde estava, Elenira Rezende e Antonio Benetazzo, os dois últimos assassinados pela ditadura, e passou a participar da retaguarda da ALN.

Curiosamente, apesar da militância em São Paulo, Joel *caiu* (na linguagem da esquerda da época), em 1972, ao chegar na Rodoviária Novo Rio. Preso, foi levado ao DOI-CODI carioca, onde foi torturado. Depois, foi levado para São Paulo, onde passou pelo DOI-CODI paulista, presídio Tiradentes e onde finalmente cumpriu dois anos de pena no Presídio Hipódromo.⁷²³ No presídio, mais uma vez a questão racial vinha à tona. Os presos comuns queriam saber “Ô neguinho, qual é a tua manha para ficar com os terroristas? [...] Ai eu saquei: eu era o único negro. Ele não entendia que eu fosse terrorista” (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 507).

Consultando o seu prontuário⁷²⁴ no acervo do Deops, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, e o de Elza Edith Salek⁷²⁵ encontramos a justificativa para a sua terceira prisão, a mais dura e a mais longa, serão dois anos detido até sair por liberdade condicional. Para as forças de repressão, Joel era um elemento importante de uma ALN praticamente já derrotada. De fato, segundo o seu próprio testemunho, Joel reconhece o apoio em termos financeiros, médico assim como auxílio para a saída do país, conduzindo militantes de carro até o sul do país para que pudessem cruzar a fronteira. Ações que muitas vezes incluíam alunos e professores.⁷²⁶

Em sua autobiografia, Joel admite que tem dificuldade em escrever sobre a prisão (SANTOS, 2008, p. 76). Havia chegado ao DOI-CODI no dia em que a ditadura assassinava Carlos Nicolau Danielli, em 30 de dezembro de 1972. Para Joel, a “sobrevivência era um pecado”

(SANTOS, 2008, p. 76). Joel foi posto em liberdade condicional no ano de 1974. Já estávamos no processo de abertura política *lenta, gradual e segura* anunciado pelo presidente-ditador Ernesto Geisel.

Sob os ventos da democracia

Apesar de vivermos o período da redemocratização, os órgãos de repressão e informação seguiam agindo e acompanhando os passos dos militantes. Nesse momento, como o próprio Joel Rufino afirma, ele passa a militar no movimento negro brasileiro, que ganhava força e destaque na abertura política.⁷²⁷ Até então, via como algo desimportante tendo em vista que nada estava acima da luta de classes (SANTOS, 2008, p. 125). Nosso biografado passou a escrever mais sobre o tema, como ele se via no movimento negro e a visão dele sobre a questão afro-brasileira. Segundo ele, “[...] estava sendo empurrado, todo aquele tempo, para a luta racial e não percebia. Ao sair da cadeia, me tornei militante do movimento negro” (SANTOS, 2008, p. 132).

A mudança de foco não o isentou da espionagem política tanto das polícias políticas estaduais quanto por órgãos federais. Por exemplo, em 1987, 11 anos depois da sua soltura, a Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério de Relações Exteriores espionava o Festival Panafricano de Arte e Cultura, ocorrido no Senegal, que contou com a participação de Joel Rufino dos Santos, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, dentre outros.⁷²⁸

Como afirma Amilcar Pereira (2010, p. 186), o ano de 1978 marca o início de uma intensa mobilização e novas formas de atuação do movimento negro brasileiro. Joel Rufino, que se considerava um *outsider*, participa não apenas com suas publicações, mas também com entrevistas, cursos e palestras. Nesse sentido, gostaria de destacar duas iniciativas que tem a ver com a patrimonialização dos sítios de memória e consciência da cultura afro-brasileiras, iniciativas inovadoras para a época.⁷²⁹ A primeira, em 1980, com a criação do

Parque Nacional Zumbi dos Palmares, uma iniciativa da Universidade Federal de Alagoas que convidou intelectuais, como o próprio Joel Rufino e Abdias Nascimento, para demarcar o local histórico do quilombo (PEREIRA, 2010, p. 202). Nas palavras de Joel, esse acontecimento teria um efeito sobre a vida dele e por alguns anos permaneceria secretário-geral⁷³⁰ (SANTOS, 2008, p. 132). Um lugar não apenas de turismo, como havia sido pensado inicialmente, mas de politização da figura de Zumbi (PEREIRA, 2010; SANTOS, 2008). E a segunda, em 1984, o pedido de tombamento da Pedra do Sal,⁷³¹ na zona portuária do Rio de Janeiro, área hoje conhecida como Pequena África,⁷³² assinado por ele.

Além dessa inserção, com o retorno à democracia e a exemplo de milhares de pessoas, Joel Rufino dos Santos buscou os seus direitos legalmente. Estamos falando da sua atuação como servidor público. Era professor do Iseb, órgão extinto pela ditadura, o que permitiu que Joel escolhesse onde exercer a sua carreira. Nesse sentido, em 1987, Joel optou por retornar à sua antiga universidade, agora Universidade Federal do Rio de Janeiro. A FNF, como vimos, não existia mais desde 1968. Joel surpreendeu os colegas ao não escolher retornar para o curso de História. A carga horária de 40 horas foi dividida entre os cursos de Comunicação (onde se doutorou) e Letras, 20 horas para cada. Segundo ele, o gosto pela literatura prevaleceu (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 508). Foi em 1987 que também recebeu, oficialmente, a anistia política.⁷³³

O menino que descobriu o segredo do Brasil

O título desse capítulo é uma referência ao livro *A menina que descobriu o segredo da Bahia*, de Joel Rufino dos Santos, publicado em 2014. Ao desagradar por um descuido os orixás durante uma festa, a menina coreana Vi Li recebe como castigo descobrir o segredo da Bahia. Ao longo do livro, Vi Li conhece o Brasil, as desigualdades e as diferenças culturais entre o seu país natal e o que vive agora.

Joel foi desafiado não pelos orixás, mas pelas condições históricas e sociais que contribuíam para que ele não se transformasse em um intelectual. Pioneiro em livros infanto-juvenil de ficção e não-ficção sobre a História da África, de temas da escravidão no Brasil e do futebol no país, Joel teve uma vida profissional diversificada. Talvez influenciado por sua avó, uma contadora de história do folclore brasileiro (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 494-495), nosso biografado participou ainda como autor de 6 dos 40 volumes da coleção infantil Taba, publicada em 1982 pela Abril Cultural. A coleção trazia um disco e um livro. Com direção musical de Tom Zé, reunia autores de referência na literatura infantil nacional, como Maria Clara Machado e Sylvia Orthof. Joel assinou o número 1 com a história de Marinho Marinheiro tendo como parceiro musical Gilberto Gil.⁷³⁴

Para Heloisa Pires Lima (2017), em *Joel Rufino e o protagonista invisível*, a bibliografia construída por ele “[...] instiga por expor a exceção num país onde a cor do sujeito vincula tantos impedimentos.” Autor premiado e de grande expressão, Joel Rufino dos Santos foi um incentivador da literatura infanto-juvenil no país para temas até então inéditos. Como intelectual e escritor negro indicado a vários prêmios internacionais, Joel Rufino rompeu barreiras e transformou-se em uma referência para jovens em formação.

Uma das últimas aparições públicas do Joel Rufino dos Santos antes do seu falecimento, em 4 de setembro de 2015, foi nas ruas de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro. Joel caminhava pelas ruas do bairro quando viu um jovem negro acusado de roubo, encurralado e agredido por um grupo de pessoas sob o olhar de um policial civil. O nosso biografado sacou a carteira de diretor de Comunicação do Tribunal de Justiça (TJ), onde trabalhava desde fevereiro daquele ano, e enfrentou os agressores. Com isso conseguiu impedir o que caminhava para ser um linchamento nas ruas da cidade e a história ganhou as páginas dos jornais.

Defensor das cotas regionais, raciais e de gênero como um princípio democrático e de reparação histórica, em sua curta atuação

no TJ, Joel tentou aproximar a justiça da história e da população, especialmente a mais pobre. Para isso, dentre algumas das suas ações destacam-se a promoção de um baile charme em frente ao Tribunal e a peça *Desenforcamento de Tiradentes: justiça ainda que tardia*, em que um júri popular analisava o réu Joaquim José da Silva Xavier.

Joel morreu aos 74 anos em consequências de complicações após uma cirurgia cardíaca. Deixou a esposa Teresa, companheira desde o início, dois filhos, Nelson e Juliana, e quatro netos, Eduardo, Raphael, Isabel e Victoria. Assim como várias gerações de leitores que acompanharam as aventuras de seus personagens.

Escrever esse capítulo foi algo além do compromisso acadêmico, haja vista que me permitiu recuperar leituras que contribuíram para a minha formação pessoal e intelectual e, por fim, constatar que Joel Rufino do Santos fez parte da minha trajetória, ainda que até este momento eu não tivesse me dado conta. Portanto, a ele, meu muito obrigada!

Referências bibliográficas

ABREU, A. A. de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CORREIO, C. F. S.; CORREIO, T. C. S. Entre história e memória: intelectuais da educação e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 1950. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 6, n. 2, jul/dez 2017.

CUNHA, L. A. *A Universidade Reformanda*. São Paulo: Unesp, 2007.

D'ARAUJO, M. C. et al. (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FÁVERO, M. de L. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. Série Estudos, *Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande-MS, n. 16, jul/dez, 2003.

FERREIRA, J.; GOMES, A. de C. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, M. de M. *A História como ofício*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GRESPLAN, J. L. da S. Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P.; LEONZO, N. *A Reforma de Base no ensino da História Pátria: o projeto da História Nova do Brasil*. Revista de História, v. 149, 2003.

LIMA, H. P. Joel Rufino e o protagonista invisível. *Literafro – Literatura Afro-Brasileira*, setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/ArtigoHeloisaPires1JoelRufinoeoProtagonista.pdf>>.

LINHARES, M. Y. 40 anos da ANPUH: balanço de uma professora. In: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H.; FRAGOSO, J. (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

MARTINS, I. de L. O viés pedagógico de um projeto de pesquisa. In: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H.; FRAGOSO, J. (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

MOTTA, R. P. S. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, M. T. C. *A "educação ideológica" no projeto de desenvolvimento nacional do ISEB (1955-1964)*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, A. *"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

PEREIRA, A.; PEREIRA, A.; ALBERTI, V. Entrevista com Joel Rufino dos Santos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n 52, 2013.

PEREIRA, D. M. O Boletim de História e a busca de alternativa para o ensino de História 1958/1963. In: MATTOS, I. R. de. (org.). *Histórias do ensino da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

PEREIRA, L. G. *O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

QUADRAT, S. V. De pai para filho: cartas da prisão. In: ZACHARIADHES, G. C. (org.). *1964: 50 anos depois - a ditadura em debate*. 1. ed. Aracaju: Edise, 2015, v. 1.

ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, J. R. dos. *A menina que descobriu o segredo da Bahia*. Rio de Janeiro: Rovel, 2014.

SANTOS, J. R. dos. *Assim foi (se me parece)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SANTOS, J. R. dos. História Nova: o conteúdo histórico do último ISEB. In: TOLEDO, C. N. de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SANTOS, J. R. dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SODRÉ, N. W. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

686. Agradeço a Daniela Yabeta, Hebe Mattos, Martha Abreu e Mônica Lima pelas indicações de documentos e sugestões para a escrita deste capítulo.

687. Particularmente a entrevista para o Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo (RJ) a Patrimônio Mundial da Humanidade da Unesco. Entrevista à Daniela Yabeta; Amauri PEREIRA, Amílcar PEREIRA e Verena ALBERTI (2013).

688. Reflexão realizada ao longo da sua autobiografia *Assim foi (se me parece)* (2008).

689. Tive dificuldade em localizar todos os números. Os volumes foram consultados na Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcelos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).

690. Os temas faziam parte da seção Didática da História.

691. Não é nossa intenção fazer uma análise mais complexa do Iseb em função do tema e do limite do texto. No entanto, destacamos que o Iseb tem sido alvo de diversos estudos, bem como os trabalhos dos intelectuais que passaram por seus quadros. Ver os trabalhos de Caio Navarro de Toledo e Nelson Werneck Sodré listados nas referências bibliográficas.

692. Nelson Werneck Sodré, intelectual, militante e militar, é uma das principais referências na história marxista no Brasil. (GRESPLAN, 2007, p. 195-208).

693. Os volumes foram consultados na Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF).

694. Em entrevista a Pereira; Pereira; Alberti (2013) ele afirma que escreveu sobre a expansão territorial.

695. BRASIL. Ato Institucional n. 1, de 09 de Abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro-GB, 09 de abril de 1964, p. 3193. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Consultado em: 02 de maio de 2018.

696. O documento encontra-se no prontuário de Joel Rufino do Santos, GB 2230. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

697. No Acervo do DOPS, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, há muito material sobre os anos 1960, da militância estudantil até a ida para o exílio. Nos anos 1970, período em Joel Rufino mora em São Paulo e onde é preso por 2 anos, não há quase nada. No entanto, no início dos anos 1980, quando Joel Rufino participa de uma série de eventos do movimento negro a documentação carioca, como era de se esperar, volta a ter densidade.

698. Disponível em: BR_dfanbsb_aaj_ipm126_d.pdf. D-Space Arquivo Nacional.

699. DOPS, Notação 76, Dossiê 3, Folha 27- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

700. Prontuário de Joel Rufino do Santos, GB 2230. – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

701. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78112344_d0001de0001.pdf – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

702. Secreto, Notação 62, Folha 478 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

703. Disponível em: Br_dfanbsb_n8_0_pro_ccs_0958_d0001der0001.pdf – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

704. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08 de abril de 1964, 1º caderno, p. 2.

705. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1963, 1º caderno, p. 6.

706. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1965, 1º caderno, s/p. O que não impediu a sua posterior prisão.

707. O período do exílio foi o que menos tivemos acesso às informações no decorrer da pesquisa para a escrita desse capítulo. E a maioria delas tivemos acesso apenas através da sua autobiografia *Assim foi (se lhe parece)* (2008).

708. Prontuário de Joel Rufino do Santos, GB 2230. – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

709. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08 de junho de 1965, 1º caderno, s/p.

710. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 de junho de 1965, 1º caderno, p. 3.

711. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1966, 1º caderno, p. 7. Joel Rufino afirma em entrevista que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pesquisadores da Casa Rui Barbosa e do Conselho Nacional de Cultura fizeram pareceres condenando a obra (PEREIRA; PEREIRA; ALBERTI, 2013, p. 499-500).

712. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1965, 1º caderno, p. 2.

713. Prontuário de Joel Rufino do Santos, GB 2230. – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

714. Curioso observar que Joel Rufino não reconheça como tortura os gritos, os maus tratos e a lei do silêncio da prisão anterior (SANTOS, 2008, p. 23).

715. Desta vez, Joel Rufino ficou preso até o dia 12 de julho de 1966.

716. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1966, 1º caderno, s/p. Somente dias depois descobririam que era por conta da exibição do filme *O Encouraçado Potemkin* (1925), exibido na FNFi.

717. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1966, 1º caderno, s/p.

718. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1966, 2º caderno, p. 2.

719. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1966, 2º caderno, p. 2

720. Prontuário de Joel Rufino do Santos, GB 2230. – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

721. O Colégio, que em 2018 completa 50 anos, é até hoje uma referência em São Paulo.

722. Militante da esquerda revolucionária e companheira de Carlos Lamarca morta em um cerco das Forças Armadas, em Salvador, Bahia, no ano de 1971.

723. Foi no Presídio Hipódromo que Joel e Pedro, seu filho, trocaram cartas. A família morava no Rio de Janeiro e o garoto tinha apenas 7 para 8 anos para fazer visitas frequentes, embora ganhasse presentes feitos por companheiros do seu pai. No livro *Quando voltei, tive uma surpresa* (SANTOS, 2000) estão publicadas as cartas de Joel para Pedro. O nosso biografado alega que foi ali que começou a escrever para crianças, mas ele já vinha da experiência com a revista *Recreio*. (QUADRAT, 2015).

724. Prontuário de Joel Rufino dos Santos, nº 104.726 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

725. Prontuário de Elza Edith Salek, nº 147.807 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

726. Prontuário de Joel Rufino dos Santos, nº 104.726 – Arquivo Público do Estado de São Paulo e Prontuário de Elza Edith Salek, nº 147.807 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

727. Nos anos 2000, Joel vai redigir o capítulo que aborda a questão negra e a repressão para o relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <[http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I Tomo Parte 2 Perseguiçao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I%20Tomo%20Parte%20Persegui%CAO-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf)>.

728. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0327/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0327_d0001de0001.pdf>. Arquivo Nacional.

729. A partir do final dos anos 1980, Joel integra por 10 anos o Comitê Científico do Projeto Rota de Escravo da Unesco. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/single-view/news/slave_route_project_lessons_from_the_past_values_for_the_f/>.

730. Joel também foi presidente da Fundação Palmares entre os anos 1995 e 1996.

731. Processo de Tombamento da Pedra do Sal – INEPAC - nº E18/300048/1984.

732. Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br>>.

733. Joel Rufino dos Santos entrou com um pedido na Comissão da Anistia por questões trabalhistas. Pedia o reconhecimento da perseguição política – o que foi ratificado – e a sua promoção ao cargo de professor titular após a sua aposentadoria em função do seu afastamento pela ditadura. Essa segunda solicitação não foi atendida pela Comissão, que entendeu que o retorno às atividades universitárias em 1987 já cumpriria essa função.

734. Disponível em: <<http://atividadesinfantil16.blogspot.com/2018/07/colecao-tab-completa-historias-infantis.html>>.



Foto 1

CAPÍTULO XIV

A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez

[Antonia Lana de Alencastre Ceva](#)

Porque no momento em que neguinho me atinge, não está atingindo a uma pessoinha que é a Lélia, está atingindo a mulher negra, é o movimento que está sendo atingido.

Lélia Gonzalez

Os anos 1980, no Brasil, se iniciaram com a abertura política e a euforia da redemocratização da sociedade que se consolidava com a aprovação da Nova Constituição em 1988. Neste contexto, diversos movimentos de resistência social, ou novos movimentos sociais, como sugerem alguns autores, ressurgiram com uma nova roupagem e reivindicações políticas. Em diálogo com a educadora Nilma Lino Gomes (2011, p. 2):

É na década de 80, no século XX, durante o processo de abertura política e redemocratização da sociedade que assistimos uma nova forma de atuação política de negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política.

É nesse cenário que Lélia Gonzalez, uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, atingiu o seu auge e amadurecimento político frente às demandas das mulheres negras. Não há como traçar uma trajetória de Lélia Gonzalez dissociando sua militância política e sua vida acadêmica, porque estavam em constante interação. Lélia era uma mulher que circulava por diversos espaços e lugares. E será dentro deste diálogo que narrarei um pouco da sua produção intelectual e de seu ativismo, com enfoque nas décadas de 1970/1980.

Para tanto, utilizarei os referenciais de alguns/mas autores/as, tais como Nilma Lino Gomes (2011), Michael Hanchard (2001), Antônio Sérgio Guimarães (2002) e da própria biografada que, como uma intelectual orgânica, deixou importante legado para os estudos de raça, gênero e interseccionalidade.

Na primeira parte, faremos uma narrativa muito breve sobre sua infância, sua vinda para o Rio de Janeiro com a família, sua trajetória escolar e acadêmica, e seu encontro com Luís Carlos Gonzalez – um estudante de filosofia. Na segunda parte, enfatizaremos o engajamento de Lélia Gonzalez na militância e no magistério superior, determinantes no que chamamos de seu processo de enegrecimento. Entendendo que *tornar-se negra*⁷³⁵ é um vir a ser, que envolve todo um dinamismo cultural, social e histórico. Na última parte, traremos algumas contribuições intelectuais de Lélia Gonzalez para os estudos sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, mostrando a atualidade de seu pensamento, embora pouco (re)conhecido nas universidades brasileiras.

Lélia de Almeida à Gonzalez

Sem ser exaustiva em sua biografia, até porque não temos subsídios suficientes para tanto, considero importante falar um pouco da sua trajetória de vida, porque suas vivências foram determinantes para o processo de enegrecimento e para o despertar de sua consciência de mulher negra. Para tanto, dialogaremos com um depoimento de sua autoria, denominado “Lélia fala de Lélia”, que foi publicado pela *Revista Estudos Feministas*, no ano de 1994, uma homenagem após o seu falecimento naquele ano.

Lélia nasceu de Almeida, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no dia 1º de fevereiro de 1935. Filha de Dona Urcinda Seraphina de Almeida, de origem indígena e analfabeta, e Acácio Joaquim de Almeida, negro e ferroviário. Era a décima sétima filha de 18 irmãos. Na década de 1940, a família migrou para o Rio de Janeiro, pois seu irmão mais velho Jayme de Almeida, por quem tinha muito apreço, recebeu um convite para jogar num importante time de futebol carioca: Flamengo – time de coração de Lélia Gonzalez.

E foi naquela cidade que Lélia concluiu seus estudos primário e secundário – na época –, passando pelas escolas Rivadávia Corrêa, na Central do Brasil, e Pedro II, no Centro do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, a família vivia no subúrbio carioca, no bairro de Ricardo de Albuquerque e o transporte ferroviário era sua melhor opção para se deslocar até o Centro. Em suas memórias da infância e do período da escola, ela narrou as dificuldades que se impunham para que uma criança negra e pobre pudesse concluir os seus estudos.

Nessa família todos trabalhavam, ninguém passava da escola primária, mesmo porque o esquema ideológico internalizado pela família era esse: estudava-se até a escola primária e, depois, todo mundo ia à batalha em termos de trabalho para ajudar a sustentar o restante da família. Mas, no meu caso, o que aconteceu, foi que, como uma das últimas [...] eu tive a oportunidade de estudar, fiz jardim da infância ainda em Belo Horizonte, fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais a minha condição de negra (GONZALEZ, 1994, p. 383).

O que Lélia classificou como “lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro” é encontrado nas teorias reprodutivistas – sendo um dos principais expoentes o francês Pierre Bourdieu – que apontavam as escolas como instrumentos reprodutores de um modo de produção capitalista, para atender aos interesses de uma classe dominante. As instituições de ensino, nestas linhas teóricas, priorizam valores considerados universais – aqui entendidos como brancos, ocidentais, cristãos etc. – desconsiderando a diversidade cultural e étnico-racial da nossa sociedade e as diferenças que dela provém.

Ao rejeitar a sua condição de mulher negra, Lélia se afastava de toda uma história, de toda uma memória e ancestralidade dos povos africanos. Segunda ela, na universidade “já era uma pessoa de cuca embranquecida, dentro do sistema” (GONZALEZ, 1994).

Diplomada em História, Geografia e Filosofia, pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG) – atual UERJ – casou-se, em 1964, com Luís Carlos Gonzalez, de família espanhola, estudante de filosofia, que conheceu na faculdade.

Quando chegou a hora de casar, eu fui casar com um cara branco. Pronto, aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso “democrático racial” veio à tona e foi um contato direto com uma realidade muito dura. A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo de “concubinagem” porque negra não se casa legalmente com homem branco (GONZALEZ, 1994, p. 384).

É a reprodução de um esquema racista, cujas raízes se encontram em nosso passado escravista, e internalizado historicamente pela sociedade. A discriminação racial vivida em seu matrimônio foi um despertar para a dura condição das mulheres negras e essa transformou-se em sua principal bandeira de luta para vida toda. Lélia nunca abandonou o sobrenome Gonzalez, pois segundo ela, “[...] ele era um cara muito legal e tinha consciência do racismo de sua família”.

Enegrecendo: a construção de um sujeito político

No dia 31 de março de 1964, ano em que Lélia casou-se com Luís Carlos, foi instaurada a ditadura militar e com ela iniciou-se um processo de cerceamento da liberdade de expressão. Nesse período, já formada em filosofia, lecionava em algumas escolas e universidades do Rio de Janeiro: Colégio de Aplicação da UEG, Universidade Gama Filho, Universidade do Estado da Guanabara.

Seu amigo Januário Garcia, em entrevista concedida para o Projeto Memória Lélia Gonzalez,⁷³⁶ nos relatou que Lélia organizava em sua residência grupos de reflexão filosófica sobre Simone de Beauvoir, Althusser, Marx, dentre outros filósofos, que aconteciam escondidas do regime.

Além da Filosofia, da História e da Geografia, Lélia fazia incursões por diversas áreas do conhecimento e encontrou na psicanálise – em especial de Lacan – elementos que pudessem explicar o ideal de branqueamento da sociedade brasileira, como, também, a desconstrução deste ideal. Em parceria com o Professor Magno Machado Dias fundou o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, em 1975, e ministrou alguns cursos de extensão sobre o pensamento lacaniano.

A década de 1970, e a subsequente, foi marcante para o engajamento de Lélia nos círculos de militância política e acadêmica. O Brasil, nesse período vivia o milagre econômico, mas a realidade era de endurecimento do regime militar, com o Ato Institucional nº 5. Algumas lideranças negras, por força da repressão, tiveram que se exilar em outros países, como foi o caso de Abdias do Nascimento.⁷³⁷

No mundo, a descolonização de países africanos e a resistência negra norte-americana preservavam a chama da luta e do enfrentamento aos governos de recessão. De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 98): “Nos anos 1970, a coincidência entre a descolonização da África e a luta pelos direitos civis dos negros

americanos, desagua numa conseqüente onda de pan-africanismo e afrocentrismo que mudará substancialmente o panorama brasileiro”.

No Rio de Janeiro, duas organizações negras se destacaram: a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundadas, respectivamente, em 1976 e 1975. Nestes espaços havia certa autonomia e liberdade para se debater os rumos políticos, sociais e econômicos do país, uma vez que no regime militar qualquer mobilização que não dialogasse com seus ideais conservadores, era tida como transgressora.

No plano acadêmico, a consolidação dos cursos de pós-graduação possibilitava a inserção de intelectuais e militantes negros nas universidades. Através de Januário Garcia, Lélia começou a participar de reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), da Universidade Cândido Mendes, fundado na década de 1960 e retomado nos anos 1970, sob a liderança de José Maria Nunes Pereira.

Em 1976 Lélia integrou a Assessoria Política do IPCN e ministrou o Primeiro Curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. A socióloga Beth Vianna (2006) destacou, em sua dissertação, que este curso foi o marco zero de Lélia no aprofundamento do debate da questão racial. A programação curricular pautava-se nas instituições e valores culturais negros, assim como sua presença na formação cultural brasileira. Algumas atividades também foram realizadas: exposições de artistas plásticos, grupos de dança, exibição de filmes, seminários, lançamentos. Lélia queria transformar aquele espaço num polo cultural, articulando conhecimento teórico e prático.

Quando Lélia falava de cultura, era de uma cultura eminentemente negra, forjada com a presença africana em nosso país e que se expressa na linguagem, na língua, nas diversas manifestações artísticas, na culinária etc. Marcar este posicionamento, era uma estratégia de desconstrução da ideia de democracia racial, combatida academicamente, mas ainda presente no imaginário da sociedade brasileira.

A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português é *pretuguês*. Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada “Mãe Preta” que o branco quer adotar como exemplo do negro integrado, que aceitou a democracia etc. e tal, ela na realidade tem um papel importantíssimo como sujeito suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira, na medida em que ela passa ao aleitar as crianças brancas e ao falar o seu português (com todo um acento de *quimbundu*, *ambundu*, enfim, das línguas africanas) é ela que vai passar, pro brasileiro, de um modo geral, esse tipo de pronúncia, um modo de ser, de sentir e de pensar (GONZALEZ, 1994, p. 385).

Esse depoimento de Lélia nos traz alguns elementos interessantes para análise. Primeiro, a criação de uma categoria analítica: o *pretuguês* para designar a língua, o idioma brasileiro, como resultado entre o hibridismo cultural Brasil e África.

Outro aspecto que gostaria de destacar é o papel atribuído à “mãe preta”, no qual realizou uma releitura e lhe atribuiu a responsabilidade de africanizar a cultura brasileira. Mais uma vez, a autora fez uso de categorias da psicanálise “sujeito suposto saber” para embasar sua argumentação. E, por fim, a própria linguagem que Lélia utilizava transgredia as normas acadêmicas, com o uso de gírias e expressões coloquiais.

E, por isso mesmo, ela tornou-se uma grande voz e liderança entre as mulheres negras, pois circulava por todos os espaços, acadêmicos e não acadêmicos, e tinha a expertise de dialogar com todos/as. Lélia queria atingir as massas, as mulheres negras trabalhadoras, empregadas domésticas, pobres, proletárias, que não tiveram oportunidades de escolarização. Devido a isso, o Curso de Cultura Negra, embora tivesse alcançado resultados positivos, não atingia as classes populares, como ela gostaria. Era formado por alunos da classe média carioca.

Nesse período, sua amiga e filósofa Ana Maria Felipe a encontrou e percebeu uma Lélia muito mais negra, com cabelo black, roupas coloridas e com um amadurecimento político, diferente dos anos 1960. O seu enegrecimento ficou muito marcado na estética que traduzia a resistência negra norte-americana. Assim como os grupos

que frequentavam os *bailes soul*, nos anos 1970, traziam em sua estética a afirmação de uma identidade negra, motivados pelo movimento *black power* e Direitos Civis nos EUA.

De acordo com Michael Hanchard (2001), os *bailes soul* representavam uma ameaça para as elites brancas e conservadoras, que viam naquela mobilização o fortalecimento político contra o regime instaurado e afirmação de uma identidade étnica. E não foram um fenômeno isolado, outras organizações estavam emergindo no eixo Rio, São Paulo, Bahia, Brasília e Recife.

Sobre esse fenômeno, no Rio de Janeiro, Lélia também realizou uma análise afirmando que:

Era a comunidade negra jovem, dando sua resposta aos mecanismos de exclusão que o sistema lhe impunha. Estamos falando do movimento soul, depois batizado de Black Rio. [...] foi um dos berços do movimento negro do Rio, uma vez que a moçada que ia aos bailes não era apenas constituída de trabalhadores, mas de estudantes secundários e universitários (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 32).

Lélia avaliou o fenômeno do *Black Rio* a partir do aspecto político, como um espaço de mobilização (movimento negro), resistência negra e conscientização, que imprimiu na dança e na estética a afirmação de uma identidade negra. Mas, destacava sempre a importância da politização da cultura para a transformação da sociedade brasileira.

A essa altura, os contatos entre Rio e São Paulo estavam cada vez mais sólidos em termos de movimento negro. A imprensa negra, veículo de comunicação desde o pós-abolição, tinha um importante papel na circulação da informação. O *Boletim do IPCN* era um dos jornais de destaque e as discussões giravam em torno da criação de um movimento negro único e de caráter nacional.

E foi através de uma carta convocatória – assinada por algumas associações – que ocorreu a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), no dia 07 de julho de 1978, na cidade de São Paulo, sendo rebatizado de MNU no

ano seguinte: “Sua criação efetiva resultou de todo um trabalho dos setores mais consequentes das entidades cariocas e paulistas, empenhadas numa luta política comum” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 42).

Lélia tinha uma visão bem peculiar dos movimentos negros nos eixos Rio-São Paulo-Bahia. Para ela, o movimento negro carioca mediava São Paulo e Bahia. A intelectualidade negra paulista tinha uma consciência política bem elaborada, eram leitores de filósofos, mas conheciam pouco as expressões da cultura, que pudessem fortalecer a luta. Já na Bahia, o aspecto cultural era supervalorizado (os blocos e afoxés) em detrimento do político, o que poderia representar um risco para o fortalecimento do movimento.

Em diálogo com Lélia, para Michael Hanchard (2001, p. 3), “[...] o culturalismo afastou o movimento negro das estratégias de mudança política contemporânea e aproximou-o de um protesto simbólico e de uma fetichização da cultura afro-brasileira”. Estas tensões e conflitos nos mostram que os movimentos não eram e nem são homogêneos, há uma negociação de expectativas e demandas que nem sempre são comuns a todos e todas.

Lélia apontava, por exemplo, a dificuldade do movimento feminista brasileiro – do qual participou de reuniões – em incorporar a questão racial, que nos debates ficava diluída na perspectiva de classe econômica. Como, também, a dificuldade do movimento negro em problematizar as desigualdades de gênero. A filósofa Sueli Carneiro cunhou uma expressão que sintetiza esta análise: “Lélia enegreceu o movimento feminista e feminizou a raça”.

No mesmo ano de criação do MNU, Lélia ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde consolidou sua atuação no magistério superior até o seu falecimento, no ano de 1994. Nesta instituição trabalhou em dois Departamentos: Letras e Sociologia e Política, responsável pelas disciplinas de Folclore Brasileiro e Antropologia.

Com a abertura política, em 1979, a década de 1980 se iniciou com grandes expectativas de redemocratização. Foi a década de Lélia Gonzalez e, também, a última. Ela recebeu convites internacionais para participar de palestras, seminários e memoriais. Com isso, manteve uma intensa conexão com lideranças internacionais: Carlos Moore, Angela Davies, Aimé Césaire, Thomas Skidmore e outras.

No Brasil, iniciou uma intensa produção intelectual sobre racismo e sexismo – como estruturas ideológicas que subalternizam mulheres negras – filiou-se a partidos políticos e foi conselheira governamental, com objetivo de enfrentar a questão da desigualdade racial e de gênero dentro de espaços de poder – historicamente ocupados por homens e brancos.

As contribuições intelectuais de Lélia Gonzalez

Na verdade, destacarei algumas contribuições intelectuais de Lélia Gonzalez, porque a sua produção não está sistematizada, estruturada e armazenada em um banco de dados. Esta fragmentação dificulta o trabalho do pesquisador, uma vez que o material da biografada encontra-se disperso. O Memorial Lélia Gonzalez, criado em 2003, pela filósofa Ana Maria Felipe nos disponibiliza uma série de textos, artigos, comunicações que foram compilados *on-line*. E o material do Projeto Memória Lélia Gonzalez, cuja base da pesquisa foi realizada na fonte primária de sua coleção particular.⁷³⁸

O que identificamos em sua produção, é que no final da década de 1970, a análise interseccional raça, classe e gênero começou a ganhar corpo nos escritos da autora. Em *Mulher Negra: um retrato*, Lélia (1979, p. 9) narrou a trajetória de uma menina/mulher negra que nasceu em Minas Gerais e migrou, com a mãe, para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades e encontrou uma realidade de violência, sexismo, falta de perspectivas, miséria, desigualdades etc.

Este texto traz uma série de elementos para análise, dentre eles gostaria de destacar o que Maria Beatriz Nascimento (RATTS, 2006)

denominou de *transmigração*, que é a experiência do deslocamento – nem sempre voluntária – vivida pela população negra, ao longo da História (diáspora, remoções, refugiados etc.). E como este trânsito contribuiu para a construção de identidades e subjetividades múltiplas. A experiência da população negra no Brasil é, historicamente, uma experiência de deslocamentos.

A infância da Lélia Gonzalez foi marcada pelo deslocamento, a vinda da família para o Rio de Janeiro. A residência em Ricardo de Albuquerque, subúrbio carioca, num período em que Lélia estudava no Centro do Rio de Janeiro e se *deslocava* de trem para estudar. Depois, a família mudou-se para a Tijuca – Zona Norte do Rio de Janeiro – e, neste bairro, residiram em distintos apartamentos e ruas. Ou seja, a experiência do deslocamento acompanhou Lélia em toda sua história de vida.

Outro aspecto abordado na narrativa *Mulher Negra – um retrato* é a solidão e a afetividade das mulheres negras, aspectos retomados por algumas autoras, como Bell Hooks, intelectual negra norte-americana. Historicamente, o ato de cuidar é atribuído às mulheres: cuidar da casa, da economia doméstica, dos filhos, do marido etc.

A iconografia da escravidão no Brasil nos mostra, especialmente, mulheres negras amamentando, trabalhando, cuidando da casa, dos afazeres domésticos etc. E essas imagens persistem no imaginário da sociedade brasileira, cuja presença da empregada doméstica – como sinônimo de *status* social em nossa sociedade – recria a dinâmica da escravidão. A literatura feminina negra atual (BARROS, SOUZA, 2012) têm desconstruído estes estereótipos que são forjados numa sociedade machista, racista e sexista.

No ano de 1981, Lélia Gonzalez começou a colaborar com o *Jornal Mulherio*, da Fundação Carlos Chagas, onde permaneceu até o ano de 1983, como editora e articulista. Lélia publicou um artigo de duas páginas intitulado *Mulher Negra* (1981), no qual analisou a situação social da mulher negra brasileira no mercado de trabalho e

na instituição familiar, marcada pelas opressões de gênero, raça e classe. Já no início do artigo, Lélia destacou:

Que se pense nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro, sobretudo, pelo movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado pelo sistema que está aí. Graças a contribuição de nossas companheiras Lucia Elena G. de Oliveira e Teresa Cristina Costa, além de Rosa Maria Porcaro, podemos ter uma ideia objetiva do que significa ser mulher negra em nosso país (GONZALEZ, 1981, p. 8).

Ser mulher e negra (ou negra e mulher?) é um questionamento da autora que, em nossa análise, implica no processo de construção do que Neusa Santos Souza denominou de *Tornar-se Negro*. Ou seja, tornar-se negro e/ou negra é um devir, o qual na sociedade brasileira ocorre na interseção entre classe, raça e gênero. Lélia citou a contribuição de outras autoras, com as quais, provavelmente, dialogava sobre as opressões vivenciadas pelas mulheres negras em nosso país.

Quando afirmou que os efeitos da desigualdade racial são mais contundentes que os da desigualdade sexual, está se referindo aos dados quantitativos que publicou em seu artigo para demonstrar as diferenças salariais entre homens e mulheres brancos/as e homens e mulheres negros/as, ficando as mulheres negras em última posição. Trocando em miúdos, Lélia fez uma breve análise da divisão sexual e racial do trabalho nos modos de produção capitalista, que implicam numa série de desigualdades.

No depoimento *Beleza Negra, ou: ora-yê-yê-ô!*, publicado no mesmo veículo, no ano seguinte, a autora relatou sua experiência e emoções ao ser convidada para o Concurso de Beleza Negra, promovido por um bloco de afoxé famoso em Salvador, capital da Bahia, o Ilê Ayiê. Segundo ela: "[...] um bloco assumidamente negro e disposto a afirmar os valores culturais afro-brasileiros" (GONZALEZ, 1982b).

Valores presentes na estética, no colorido das roupas, nas danças e nas tranças inspiradas no continente africano, compunham o que Lélia denominou como um ato de descolonização cultural e afirmação de uma identidade negra.

Não se trata de um concurso de beleza tipo “miss”, o que não passaria de uma simples reprodução da estética da ideologia do branqueamento. [...] Na verdade, ignora-se essas alienações colonizadas, complexadas não só das classes brancas dominantes, como também dos *jabuticabas*⁷³⁹. O que conta para ser uma negra Ilê é a dignidade, a elegância, a articulação harmoniosa do trançado do cabelo com o traje, o dengo, a leveza, o jeito de olhar (GONZALEZ, 1982b, p. 3).

Lélia referiu-se aos concursos da Miss Brasil e Miss Universo que exaltavam uma estética eurocêntrica, ocidental, reforçando o ideal de branqueamento como um valor universal. Ou seja, o padrão de beleza exaltado nestes concursos era o da mulher branca, loira e de olhos claros, muito distante da nossa cultura e experiência histórica. Por esta perspectiva de análise, que os Concursos de Beleza Negra tinham (e ainda têm) um papel fundamental na desconstrução do ideal de branqueamento e da democracia racial, e na valorização de uma estética e valores culturais afro-brasileiros.

No artigo *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* Lélia Gonzalez (1982a) retomou a discussão – que já havia levantado em números anteriores – sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho – um espaço hierarquizado e de relações de poder. Fez uma crítica contundente ao dia 13 de maio – data da abolição – uma vez que as mulheres negras são o segmento mais marginalizado no setor de trabalho

[...] em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca, que por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente, nos setores e subsetores de menor prestígio e pior remuneração; e 60% dessas trabalhadoras não tem carteira assinada. Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial, sexual) (GONZALEZ, 1982a, p. 9).

O racismo e o sexismo estão na base de formação da sociedade brasileira. E se concordamos que essa formação é racialmente estruturada, concordamos também, que o racismo e o sexismo são estruturais e institucionais. Ou seja, são estruturas que se reproduzem nas relações de trabalho, nas relações humanas, nas relações políticas, sociais etc. O modo de produção capitalista, que é o modelo hegemônico até os dias de hoje, forja estas desigualdades e hierarquias.

A precariedade do serviço doméstico, historicamente, exercido por mulheres negras, em sua maioria, forjou toda uma luta ao longo do século XX, pela regulamentação da atividade, tendo as organizações negras⁷⁴⁰ como protagonistas. Em 2015, o emprego doméstico passou a ser regido por uma lei, que estabeleceu direitos e deveres trabalhistas para o segmento.

Nos anos 1980, os movimentos e organizações negras imprimiram um novo significado para o dia 13 de maio levantando a bandeira do “Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo”.

Em 1982, Lélia publicou sua primeira obra *Lugar de Negro* em parceria com o sociólogo Carlos Hasenbalg, onde trouxeram uma análise minuciosa sobre o contexto político, social e econômico desde a instauração do regime militar, em 1964, até os anos 1970, com o processo de abertura política e redemocratização da sociedade brasileira. Nesse livro, a autora traçou um panorama das organizações negras daquele período até a criação do Movimento Negro Unificado (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Além deste, Lélia publicou, em 1987, um livro iconográfico, de fotos, denominado *Festas Populares do Brasil*, no qual analisou as distintas expressões da cultura e do folclore brasileiro numa perspectiva antropológica. Esta obra foi premiada numa importante feira literária de Frankfurt. Nesse período, Lélia já atravessava as fronteiras nacionais e internacionais, levando consigo a complexidade da questão racial no Brasil.

Essas foram suas únicas obras publicadas em formato de livro. A primeira, em parceria com Hasenbalg, tornou-se um dos referenciais teóricos para os estudos sociológicos sobre racismo e relações raciais nas universidades. A filósofa Ana Maria Felippe,⁷⁴¹ em uma homenagem da *Revista Eparrei*, destacou que “Lélia escreveu pouco, para o tanto que deixou”. (FELIPPE, 2003) Como uma intelectual orgânica, ela tinha muitas ideias e uma visão muito crítica da realidade brasileira; produziu muitos textos, comunicações – alguns inacabados/as – mas não sistematizou seu pensamento.

Retomando o ano de 1982, no plano político ocorreram eleições diretas para os cargos do Senado e Câmara Federal, Executivo Estadual e Assembleias Legislativas. Em busca de plataformas maiores de poder, Lélia filiou-se à legenda do Partido dos Trabalhadores – PT – e candidatou-se ao cargo de Deputada Federal, mas não se elegeu.

No ambiente acadêmico, Lélia estava produzindo um projeto de pesquisa “Mulher Negra: proposta de articulação entre raça, classe e sexo”, em coautoria com Tereza Cristina Araújo Costa, financiado pela Fundação Ford. Nessa ocasião, o movimento das *Diretas Já* ganhava as ruas e apoiava a emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República.

Em 1984, em meio a euforia das eleições indiretas no Brasil, que ocorreu em 1985, Lélia recebeu uma bolsa de estudos concedida pela Fundação Ford e viajou para os Estados Unidos para desenvolver o seu projeto de pesquisa. Articulou-se com importantes lideranças feministas e negras, como Angela Davies, Dorothy Height, Queen Mother Moore e Miss Helena B. Moore – cujos nomes são citados no relatório que foi entregue a agência financiadora da pesquisa.

Constatei que a popularidade de Angela Davies entre aquelas mulheres de classe média afro-americana é enorme, apesar de sua reconhecida militância comunista. Mas, ao ouvi-la falar, compreendi, talvez, que essa questão se torna absolutamente secundária: a força e a competência de sua articulação segura, aliadas ao brilhantismo com que expõe suas ideias transfiguram-na de tal maneira que a plateia fica como que eletrizada, suspensa no fio de suas palavras. E todo aquele arrebatamento que observei e também

vivenciei remete-nos a algo que nos é muito caro: a força da dignidade da mulher negra (GONZALEZ, 1984, p. 2).

Na temporada em que passou nos Estados Unidos, Lélia concedeu entrevistas para uma televisão da Howard University e manteve contato com alguns professores universitários, estreitando e ampliando as relações entre Brasil e EUA. Em suas muitas viagens pelo mundo pôde, não só estabelecer conexões, como também observar a complexidade da questão étnico-racial e de gênero em distintos países.

Em janeiro de 1985, ocorreram as eleições indiretas para Presidente da República e Tancredo Neves tornou-se o gestor do país. Mas, devido a problemas de saúde, acabou sendo internado às pressas e na data de sua posse quem assumiu foi seu vice José Sarney. Nesse período, um grupo de mulheres já infiltrado no congresso nacional pressionava autoridades políticas para criarem um órgão que representasse e acolhesse suas reivindicações. Esse movimento ficou conhecido como o *Lobby do Batom*. Na verdade, foi um termo pejorativo, machista e sexista cunhado pelos parlamentares, em função do “barulho” que as mulheres estavam causando no congresso. Porém, elas se apropriaram do termo, transformando-o numa bandeira de luta.

Dessa maneira, o então presidente encaminhou para o congresso um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM –, com autonomia administrativa, financeira e vinculado ao Ministério da Justiça. Ruth Escobar assumiu a presidência do CNDM e foram nomeadas algumas conselheiras, dentre elas Lélia Gonzalez.

O ano de 1985 foi um marco para a mobilização do movimento de mulheres, pois encerrou a Década da Mulher instituída pela Organização das Nações Unidas – ONU – (1975-1985). Este encerramento ocorreu com a III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairobi, Quênia. Neste evento, Lélia apresentou alguns painéis e

visitou comunidades rurais, que ficaram registradas em seu álbum de fotografias.

No final de 1985, Lélia desfilou-se, oficialmente, do Partido dos Trabalhadores, através de uma carta encaminhada ao seu presidente: "Pelo fato de discordar das práticas desenvolvidas pelo PT, sobretudo no que diz respeito ao estreitamento de espaços para uma política voltada para as minorias, peço meu desligamento do PT".⁷⁴²

Assim como Lélia, o movimento negro cobrava do Estado e da esquerda brasileira um posicionamento sobre a questão racial no Brasil, e que a mesma deveria ser compreendida como uma forma de opressão, acirrada pelo modo de produção capitalista, o qual cria e reforça desigualdades, através de muitos mecanismos institucionais.

Segundo Nilma Lino Gomes ([s.d.] ou 2011, p. 3): "A esquerda brasileira é cobrada a se posicionar contra a exploração capitalista e também contra o racismo. Tal cobrança acabou por revelar a forma insidiosa de o racismo se propagar dentro dos setores considerados progressistas". A centralidade da raça diluía-se no discurso da superação do capitalismo, através da luta de classes. Esses conflitos, inerentes aos movimentos sociais, trouxeram rupturas entre ativistas e partidos políticos, em especial, os de esquerda, mas também trouxe amadurecimento.

O Estado com a sua postura de neutralidade frente às desigualdades raciais passou a ser cobrado e a intervenção política ocorreu dentro das instâncias de poder, mediante a inserção de intelectuais e ativistas negros/as nos quadros administrativos, secretarias, governo federal etc. Neste período, Lélia filiou-se ao PDT, por influência de outra importante liderança negra do século XX – Abdias do Nascimento. Por esta legenda, tentou o cargo de Deputada Estadual, mas não se elegeu.

Na universidade, Lélia foi convidada para atuar no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, como professora assistente de antropologia e assumiu a Direção do Planetário da Gávea, ampliando

sua atuação em distintos espaços de poder e de produção de conhecimentos.

A essa altura, o ano de 1988 se aproximava e uma série de acontecimentos marcaram, definitivamente, a mobilização das mulheres negras. A aprovação da carta constitucional consagrou a redemocratização da sociedade brasileira. O centenário da Abolição gerou uma onda de comemorações e protestos por todo o país. A OAB/SP e o CNDM/Programa da Mulher Negra organizaram um júri simulado, com distintas entidades da sociedade civil, denominado “Tribunal Winnie Mandela”, com a finalidade de debater sobre o racismo no Brasil e condenar qualquer tipo de discriminação contra as mulheres negras.

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, Rio de Janeiro, marcou a mobilização das mulheres negras e algumas incompatibilidades de ideias entre suas militantes. No *Jornal Raça e Classe*, editado pela Comissão do Negro do PT/DF, Lélia publicou um artigo no qual relatou essas tensões e o que ela denominou de posturas ideológicas de exclusão. Houve, por parte de algumas militantes negras a reprodução de um discurso machista e sexista das classes dominantes. Neste sentido, Lélia pontuou:

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto *amefricanas*, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (GONZALEZ, 1988b, p. 2).

Lélia trouxe alguns pontos importantes para reflexão e deixou em evidência o que pensava sobre o movimento de mulheres negras: um projeto de transformação social. A palavra projeto é oriunda do latim *projectum*, que significa “algo lançado à frente”. Neste sentido,

Lélia tinha uma visão bem à frente do seu tempo, uma vez que o movimento de mulheres negras, em sua perspectiva, deveria intervir diretamente na mudança da sociedade brasileira, das estruturas de poder e das bases mesmas de sua formação. Pois, foram nessas bases da exploração econômica, do racismo e do sexismo – acirrados com o modo de produção capitalista – que a sociedade se estruturou.

O conceito de *amefricanas* tem importância central para os estudos sobre interseccionalidade classe, raça e gênero, que segundo ela

[...] amefricanas/os é a nomeação de todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de seu 'descobrimento' por Colombo. E nesse longo processo histórico que marca a presença negra no Novo Mundo as mulheres, ontem como hoje, tem um papel de fundamental importância (GONZALEZ, 1988b, p. 5).

Em outro texto de sua autoria, Lélia retomou sua análise sobre a categoria de *amefricanidade* (GONZALEZ, 1988a, p. 5) para destacar o papel de protagonista das mulheres negras ao longo da nossa história e sua responsabilidade em africanizar a cultura brasileira. Em alguns escritos, realizou uma releitura da figura da “Mãe Preta”, como uma figura de resistência ao sistema escravista e suas estruturas de opressão. Ao aleitar os filhos da patroa, transmitia toda uma linguagem, um modo de ser de seus ancestrais, que está impregnado na cultura brasileira.

Esse papel de protagonista está em diálogo com algumas autoras angolanas, (CEVA, 2013) as quais em suas obras, destacam a importância dessas mulheres, pois são portadoras e guardiãs de um saber ancestral. Por isso mesmo, são responsáveis pela transmissão – e manutenção – de tradições, costumes, crenças e mitos.

O conceito de *amefricanidade* remete, também, a uma identidade étnica forjada nesta mobilidade, neste longo processo da diáspora africana. Designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação

de novas formas) referenciada em modelos africanos. Seu valor metodológico está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente recriada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (GONZALEZ, 1988c).

A produção intelectual de Lélia, no final da década de 1980, buscava outras epistemologias de análise para os estudos sobre racismo e o sexismo brasileiros. Em diálogo com Alice Walker (Estados Unidos), Sheik Anta Diop (Africano), e outros/as buscava respaldo teórico/científico para o enfrentamento do tripé (raça, classe e gênero), como estruturas de opressão e subalternização.

Por outro lado, no final dessa década observamos uma Lélia com certo esgotamento, que ficou ainda mais evidente no início dos anos 1990. Em 1991, o *Jornal do MNU* trouxe uma entrevista com ela, retomando diversos pontos que merecem um destaque. Sobre a sua trajetória no movimento feminista, Lélia enfatizou:

No meio do movimento das mulheres brancas eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas, etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque, para elas, a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando.[...] O feminismo, como uma feminista inglesa colocava, não terá cumprido sua proposta de mudança dos valores antigos se ele não levar em conta a questão racial (GONZALEZ, 1991, p. 8-9).

Em outro texto – já citado aqui nesta breve biografia – Lélia “rejeitou” a palavra feminismo, porque remonta ao movimento de mulheres brancas, escolarizadas, burguesas, propondo algo mais amplo como um feminismo afrolatinoamericano, que não reproduzisse o modelo ocidental-judaico-cristão. E, segundo ela, essa proposta seria cumprida com mais solidariedade entre lideranças negras. Solidariedade esta – enquanto movimento – que evitaria as estratégias de cooptação do sistema.

Essa perspectiva da solidariedade, como união, nos remete ao valor civilizatório afro-brasileiro da coletividade. O individual é um valor ocidental, já a coletividade, o cooperativismo é um valor civilizatório afro-brasileiro. Recuperar estes valores é reinterpretar toda uma cultura, todo um pensamento africano – entendido aqui em sua pluralidade.

Outro aspecto que Lélia pontuou na entrevista foi a solidão e a afetividade das mulheres negras, uma vez que muitos homens negros só se relacionavam com mulheres brancas e isto para ela “[...] era uma forma de reprodução do esquema racista, sem sombra de dúvidas”. Temos que entender e interpretar esta análise de Lélia, dentro de uma perspectiva histórica, senão cairemos em interpretações equivocadas sobre o pensamento da autora.

Um dos últimos pontos da entrevista, o qual considero bem profundo, a autora faz uma autocrítica sobre a sua inserção no movimento.

Eu vejo meu próprio caso, eu fui muito assim, é uma autocrítica que eu estou fazendo também. Eu achava que tinha que estar em todas, me jogando loucamente, e meu projeto pessoal se perdeu muito, agora que eu estou catando os pedaços para poder seguir a minha existência enquanto pessoinha que sou. E a gente sai muito ferido e machucado dessa história toda (GONZALEZ, 1991, p. 9).

Finalizando a entrevista, destacou que temos muito a aprender com os africanos sobre consciência histórica e temporalidade. Em minha interpretação, essa ideia abstrata de tempo é o da ancestralidade, bem representada na figura do *Sankofa*,⁷⁴³ que significa “nunca é tarde para voltar e buscar o que ficou atrás”. É a sabedoria de aprender com o passado, para aperfeiçoar o presente e construir o futuro. Esse foi um dos grandes legados deixado por Lélia.

Segundo depoimentos de parentes e amigos próximos, Lélia voltou de uma viagem que realizou pelo continente africano bem debilitada e foi diagnosticada com diabetes do tipo B. Iniciou um tratamento médico e foi um período de aproximação com a

religiosidade de matriz africana, onde buscou acolhimento, ensinamentos e tratamento também.

O *boom* dos anos 1990 – com diversas organizações de mulheres negras se institucionalizando e pressionando o governo para implementação de políticas públicas e ações afirmativas, em especial na área da educação – foi pouco vivenciado por ela. Lélia foi para a ancestralidade no dia 10 de julho de 1994, em seu apartamento no Cosme Velho, na companhia de uma de suas sobrinhas, Eliane de Almeida, e sobrinhas-netas.

Deixou um importante legado para as organizações dos movimentos negros, de mulheres negras e universidades. Toda a sua coleção particular (textos, artigos, comunicações – alguns incompletos – currículos, diplomas, certificados, jornais, fotos, monografias de alunos) foi doada ao Pai Jair D'Ogum, seu pai espiritual, mas, como já dito, devido a falta de recursos não está estruturada, o que faz de seu pensamento um pensamento disperso, pouco sistematizado e pouco acessível ao público pesquisador.

Não é uma coleção que consiste em, apenas narrar ou construir uma biografia sobre Lélia, ainda temos muito a pesquisar sobre ela e suas contribuições intelectuais, é uma coleção, também, que remonta a história do/s movimento/s negro/s brasileiro/s, seus conflitos e tensões, e reinterpreta a história do Brasil, sob a ótica de uma intelectual orgânica e ativista negra, que foi uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil.

Referências bibliográficas

BARROS, W. A.; SOUZA, E. F. de. O sujeito Feminino na escrita da mulher afrodescendente. *Cadernos Negros: os melhores contos*. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-sujeito-feminino-na-escrita-da-mulher-afrodescendente/>>.

CEVA, A. *"Intelectuais negras"*: escritas de mulheres negras brasileiras e angolanas como instrumento de resistência sociocultural.

2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

FELIPPE, A. M. Mulher Negra tem História: imagens de Lélia Gonzalez. *Revista Eparrei*, ano II, n. 04, Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2003.

GOMES, N. L. Diversidade Étnico-racial, inclusão, equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 27, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602>>. [Periódico científico editado pela Anpae].

GONZALEZ, L. Lélia fala de Lélia. *Revista Estudos Feministas*, ano 2, segundo semestre, 1994.

GONZALEZ, L. Entrevista. *Jornal do MNU*, nº 19, maio-julho de 1991.

GONZALEZ, L. As amefricanas do Brasil e sua militância. *Maioria Falante*, Rio de Janeiro, v. 7, maio/jun., 1988a. [Texto em jornal].

GONZALEZ, L. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*, ano 2, n. 5, nov./dez., 1988b. [Texto em jornal].

GONZALEZ, L. Amefricanidade. *Revista Humanidades*, ano 5, 1988c.

GONZALEZ, L. Relatório entregue à Fundação Ford, 10 de dezembro de 1984. [referente a bolsa de estudos concedida pela Fundação Ford para viagem aos Estados Unidos, no âmbito do Mulher Negra: proposta de articulação entre raça, classe e sexo, desenvolvido em parceria com Tereza Cristina Araújo Costa].

GONZALEZ, L. E a trabalhadora negra cumé que fica? *Jornal Mulherio*, ano 2, n. 7, maio/junho, 1982a.

GONZALEZ, L. Beleza Negra, ou: ora-yê-yê-ô! *Jornal Mulherio*, ano 2, n. 6, março/abril, 1982b.

GONZALEZ, L. Mulher Negra. *Jornal Mulherio*, ano 1, n. 3, setembro/outubro, 1981.

GONZALEZ, L. *Mulher Negra*: um retrato. *Jornal Lampião da Esquina*, 1979.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, A. S. *Classes, Raça e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 2002.

HANCHARD, M. G. *Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

RATTS, A. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VIANNA, E. *Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. 2006.

735. Estamos fazendo uma referência ao livro da psicanalista Neusa Santos Souza (1983).

736. O Projeto Memória é de autoria da Fundação Banco do Brasil (FBB) e no ano de 2011 a homenageada foi Lélia Gonzalez. A organização parceira da FBB foi a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e tive a oportunidade – na qualidade de coordenadora da pesquisa – de participar de todo o processo, desde o início até sua conclusão.

737. Abdias do Nascimento (1914-2011) foi uma importante liderança negra do século XX, um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (TEN), entidade, fundada em 1944, que promovia atividades cênicas e educativas para o enfrentamento do racismo na sociedade brasileira. Também biografado neste livro.

738. A Coleção Particular da Lélia Gonzalez encontra-se sob a curadoria do Pai Jair D'Ogum que autorizou a equipe de pesquisa do projeto analisar o material. Cabe ressaltar que essa coleção é composta de artigos, comunicações, diplomas, currículos, convites, cartões postais, fotografias etc. Porém, não há uma estrutura de arquivo, devido a falta de recursos para dar um tratamento adequado e disponibilizar para consulta pública.

739. Para Lélia, jabuticabas eram “os negros de alma branca”, ou seja, aqueles que incorporavam e reproduziam valores ocidentais e eurocêntricos. E, por sua vez, distanciavam-se do seu povo, da sua cultura e da sua ancestralidade (GONZALEZ, 1982b, p. 3).

740. Exemplos: Associação das Empregadas Domésticas do Teatro Experimental do Negro, Rio de Janeiro (fundada na década de 1940), a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Bahia (fundada na década de 1990).

741. Memorial Lélia Gonzalez, 2003.

742. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1985. Coleção Particular Lélia Gonzalez.

743. O *Sankofa*, parte de um conjunto de ideogramas chamados *adinkra*, representado por um pássaro que volta a cabeça à cauda. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/sankofa/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.



Foto 1

CAPÍTULO XV

O roqueiro e os monstros

Raul Seixas, esoterismo e ditadura

[Mario Luis Grangeia](#)

A cada entrevista, o cantor e autor de “Metamorfose ambulante” e “Mosca na sopa” misturava suas histórias com as do personagem Raul Seixas, com o qual confundia a si e a seu público. Falava da ida aos Estados Unidos em 1974, por exemplo, citando versões refutadas por amigos sobre uma expulsão pelo governo e um encontro com o ex-beatle John Lennon. “De repente meu campo ficou restrito a somente interpretar um personagem”, anotou em 1977 (ESSINGER, 2005, p. 118), um ano após contar ao *Pasquim* que “tô segurando

Raul Seixas ali embaixo, como uma marionete” (O PASQUIM, 2003), sugerindo identidades distintas do roqueiro e seu alter ego. Não há como tratar de um Raul Seixas sem o outro – nem alheio ao contexto brasileiro desde seu início na música, nos anos 1960, até a morte aos 44 anos, em 1989. No caldo que unia artista, texto, contexto e recepção nesse tempo, ele jamais seria uma mosca.

O mesmo Raul criador de uma persona nunca abandonada se tornou autor e coautor de versos cuja sobrevida já é superior a suas pouco mais de duas décadas e meia de carreira – incluindo o começo como vocalista de uma banda com apenas um LP gravado. Com uma influência inicial de artistas que iam de Luiz Gonzaga a Elvis Presley (par inesperado que ele fez questão de reverenciar em entrevistas durante toda a sua vida), seu repertório está cheio de sucessos populares que hoje muitos consideram clássicos, como o rap *avant la lettre* “Ouro de tolo”, que mira no consumismo, conformismo e outros ismos, e a balada “Tente outra vez”, que vem cativando desiludidos de plantão desde meados dos anos 1970.

Apesar da pouca repercussão de Raul na segunda metade da vida pública, a reboque de dramas íntimos como o alcoolismo e as drogas, o êxito artístico e comercial no auge da carreira solo foi tanto que, em décadas recentes, públicos de *shows* grandes a pequenos não raro lançam ao artista no palco o pedido que se tornou espontaneamente quase um bordão: “toca Raul!”. Quem ouve pode até interpretar a alusão à obra do cantor como um vocativo (não deixa de ser um reconhecimento das novas gerações a um ícone brasileiro de outrora).

Tendo vivido entre o último inverno do Estado Novo e o primeiro sob a vigência da atual Constituição, Raul não foi apenas mais um jovem sob uma democracia ou um adulto que envelheceu junto com uma ditadura. Com suas letras e canções, foi um exemplo mais notório de como cada indivíduo é personagem, senão de sua

imaginação, de uma história assinada por mais de um autor – com coautores pelos quais se tem menor ou maior apreço.

Identificação juvenil com o rock

O primogênito do casal Maria Eugênia e Raul Santos Seixas nasceu em Salvador em 28 de junho de 1945, ano em que a primeira bomba atômica explodiu, como gostava de lembrar, e quatro meses antes da renúncia que deu fim ao Estado Novo. Como estudante, Raul não foi o filho dos sonhos da dona de casa e do engenheiro: dos 12 aos 17 anos, cursou três vezes a 2ª série do ginásio do Colégio São Bento e duas vezes a 3ª série do internato do Colégio Marista. Perdia aulas para ouvir *rock* numa loja de discos e fundou uma trinca de turmas (SEIXAS, K., 1996): o Club dos Cigarros, onde fumava maços americanos com jovens do consulado vizinho de casa e que lhe emprestavam discos de *rock*; o *Rock Boy Club*, com seu irmão Plínio; e o fã-club *Elvis Rock Club*. Ele via na dança de Elvis Presley uma liberdade antagônica ao machismo que lhe era próximo (BAHIANA, 2003a). Ao mesmo tempo em que se cercava de amigos com afinidades em comum (entrou em brigas de rua e roubos de lojas alegando que seguia a onda do grupo), se recolhia para anotar ideias em verso ou prosa. Aspirante a escritor, guardava os originais como se fossem relíquias.

A própria identidade e o *rock* eram temas recorrentes nesses textos na juventude. No alto de um desenho de galã à *la Elvis*, o Raul estudante assinalou em letras grandes: “O maior desejo meu!! Ser popular no mundo inteiro ou ser ‘artista de cinema’ ou cantor.” Acrescentava abaixo: “Quando eu passasse pelas ruas, 1000 garotas avançavam em mim beijando-me... eta pau!!” Também podia soar soturno, como numa anotação feita por um pretenso aforista: “Procuro o bem e sempre acho o mal”. Em “O que é o *rock* e porque não gostam do ritmo alucinante!!”, texto igualmente recuperado pelo jornalista Silvio Essinger em “O baú do Raul revirado”, teorizou que

velhos cansados sem coragem não gostariam de *rock* por inveja de não poderem mais fazer o mesmo que os moços. Já a rejeição entre jovens seria por falso moralismo, por serem complexados ou não gostarem de se excitar (ESSINGER, 2005).

Ao chegar à maioridade, Raul já tinha convertido seu gosto pelo *rock* numa nova identidade: vocalista dos Relâmpagos do Rock, embrião dos The Panthers. Apresentou-se com a banda em clubes de Salvador e programas na TV Itapoan nos dois anos anteriores ao golpe de 1964. Saciava um desejo de menino, quando o improviso supria a falta de equipamentos de som.

Eu tinha um amplificador que era um rádio de válvula do meu avô. O fio era curto e a gente tinha que ficar preso ao rádio. Isso em 54/55, ninguém sabia o que era Rock. Eu tocava e me atirava no chão imitando o Little Richard, como eu via nos filmes que os americanos passavam. Sempre notava que as primeiras filas ficavam vazias e que as mães pensavam que eu era epilético, com meu topete de brilhantina e camisa aberta com gola levantada (SEIXAS, K., 1996, p. 8).

Com repertório de *rock* anglófono, os rebatizados Os Panteras (e, por fim, Raulzito e os Panteras) ganharam admiradores e reputação, o que os fez serem chamados a tocar nos *shows* locais de artistas da Jovem Guarda como Roberto Carlos e Wanderléa. O regime militar mal se iniciara e o maior polo de *rock* em Salvador era o Cinema Roma, citado em entrevistas do cantor por seu público rivalizar com os bossa-novistas do Teatro Vila Velha, que se viam como nacionalistas, enquanto os roqueiros eram tidos como entreguistas. A rixa foi referida por Raul em “Rock’n’roll”, composta com Marcelo Nova no álbum deles, *A panela do diabo*, de 1989: “No teatro Vila Velha, velho conceito de moral/ Bosta Nova pra universitário, gente/ Fina, intelectual/ Oxalá, oxum dendê oxossi de não/ Sei o quê”.⁷⁴⁴ Foi o último disco do cantor.

A catarse lhe parecia o maior atrativo do *rock*: “Era o ritmo tribal que me amarrava mesmo, gostoso, empolgava eu sentia aquela coisa assim obscena, aquela coisa de tribo em volta da fogueira [...] era o contrário de tudo o que se passava no mundo ali da família”

(BAHIANA, 2003a, p. 15). O vocalista, que se gabava do pioneirismo em tocar Beatles na Bahia, creditaria ao quarteto a descoberta de que poderia falar de seu mundo via *rock*, o que o fez largar da ideia de viver de livros como Jorge Amado. Na infância, fazia e vendia ao irmão gibis, onde um cientista louco usava sua máquina do tempo para visitar personalidades históricas, Deus e o Diabo (MAURO, 2003).

De músico de apoio a cantor-revelação

Recém-casado com a americana Edith Wisner e em busca de novos ares, Raul decidiu se mudar para o Rio de Janeiro ainda em 1967. Não tinha tanto a perder: desistira de cursar a faculdade de psicologia e vinha dando aulas particulares de violão e inglês para se manter (PASSOS; SEIXAS, K., 1996). O pai pagava o aluguel do apartamento do casal em Ipanema e o cantor peregrinava nas rádios para divulgar músicas da banda. O esforço não teve efeito imediato. “Passei fome mas isso me deu coraça. Eu não conhecia nada da vida” (Raul Seixas *apud* SEIXAS, K., 1996, p. 13), pontuou num texto autobiográfico.

Foi nessa época que conheci o Jerry Adriani. Passei a tocar pandeiro pra ele. Esse trabalho me deu muita experiência para me comunicar, porque minhas músicas eram muito herméticas. Jerry me ajudou. De repente, vi que não tinha condições psicológicas nem financeiras para me aguentar no Rio e voltei pra Bahia, onde ficaria por mais um ano. Fiquei meio louquinho, o desbunde total (Raul Seixas *apud* SEIXAS, K., 1996, p. 13).

Por desbunde, entenda-se a dedicação às leituras de filosofia por dias inteiros e a passeios de moto, enquanto Edith ensinava inglês para sustentá-los – ele comprou a moto quando ela poupou o bastante para comprarem um apartamento e saírem da casa dos sogros (O PASQUIM, 2003, p. 96).

As versões sobre a ida de Raul Santos Seixas para o Rio e a de seu personagem sem o sobrenome materno nem sempre eram as mesmas. Entrevistado no programa “Música popular brasileira”, da

paulistana Rádio Cultura, em 1976, contou que a razão da mudança foi lançar seu tratado de metafísica "Verbalóide", descrito como uma visão crítica do ser humano "como verbo" e "olhado por uma entidade de outro planeta". "Quando eu saquei que o Brasil não gostava de ler, eu resolvi ser cantor de iê-iê-iê, não romântico, mas de iê-iê-iê realista, que é outro tipo de música", relatou, se apresentando, com riso breve, como professor de filosofia (SEIXAS, R., 1976).

Na temporada carioca, Raulzito e os Panteras tinham gravado nos estúdios da Odeon o disco homônimo à banda e que se tornaria seu único. Na foto da capa, o quarteto fazia um estilo bom-moço dos Beatles, presentes também na versão livre de "Lucy in the sky with diamonds": "Você ainda pode sonhar", de versos sobre uma nostalgia romântica, mas com título que o AI-5 decretado no dezembro seguinte poderia ressignificar. Com a Jovem Guarda em alta, o romantismo era a tônica do LP, com três das 12 faixas feitas por Raul sem coautor: um pedido de reaproximação ("Menina de Amaralina"), uma despedida que se prometia provisória ("Dê-me tua mão") e uma manifestação de saudades e desejo de reencontrar a amada ("Trem 103"). As visões dos artistas e da Odeon se chocavam: "De um lado, havia a inexperiência de quatro rapazes, recém-chegados da Bahia, falando em qualidade musical, agnosticismo, mudança de conceitos e sonhos. Do outro lado, uma multinacional que só falava em 'comercial'", diria o guitarrista Eládio Gilbraz (ESSINGER, 2005, p. 43). O LP foi um fiasco. "Chegamos no final da safra", avaliou Raul (SEIXAS, K., 1996, p. 8), que também atribuiria o resultado à prática da Odeon de produzir o disco só para inflar os lançamentos reportados à matriz (BIZZ, 2003, p. 137-155).

Os dias de desilusão, psiquiatra e leituras de filosofia por diletantismo foram deixados para trás quando Raul conheceu, por intermédio de Jerry Adriani, um executivo de gravadora que se impressionou com seu conhecimento musical (ADRIANI, 1997, p. 59-66). À frente da CBS, Evandro Ribeiro o convidou para trabalhar como produtor de discos de nomes como o próprio Adriani e Diana, que

tornaram sucesso letras suas como “Doce, doce amor” (“doce, doce amor que eu vou te encontrar/ meu bem seja onde for”) e “Ainda queima a esperança” (“está fazendo hoje um ano/ que você me disse adeus”). A nova chance no Rio ao lado só de Edith, sem a banda, deu vazão a um criador mais popular, com maior cancha de estúdio.

Como os Beatles, que aprenderam no estúdio, eu lá aprendi tudo, os macetes. Aprendi a fazer música comercial, fácil, intuitiva, bonitinha, que leva direitinho o que a gente quer dizer. Aí eu desisti de vez do livro que eu ia fazer, o tratado de metafísica. Decidi chegar ao livro através dos discos, dos sulcos, das rádios. É mais positivo. É melhor (SEIXAS, R. *apud* BAHIANA, 2003a, p. 27).

Outra década se abria com o tricampeonato da seleção de futebol e mais sequestros de diplomatas estrangeiros por jovens grupos guerrilheiros. Entre o assassinato de Carlos Marighella, da Aliança Libertadora Nacional (ALN), em 1969, e o de Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1971, Raul criou textos mais existencialistas sem apelo ao grande público como “O nirvana sagrado (O homem que não podia pensar)”, conto cujo protagonista Andrônico era um fumante insone com a idade do autor (25 anos) que, para fugir do calor e do tédio, acelera a moto até a praia onde ele e o veículo seguem mar adentro. “Andrônico, realmente, tinha a mania tão humana de pensar [...]” era o fecho (SEIXAS, R., 1996, p. 69).

Representações da ditadura emergiam entre os escritos mais íntimos do produtor da CBS. Seriam indissociáveis do regime militar versos como os do poema “Sala de espera”, cujo final foi reciclado anos depois para a última estrofe do sucesso “Ouro de tolo”. Dizia no texto recuperado em meio ao Baú:

Nas cercas embandeiradas que separam quintais/ Nas cabeças ornamentadas de pinicos de metais/ No peito entupido/ o estilhaço de aço/ bagaço/[...]/ Pressão/ Prisão/ Sobe/ não pára/ dispara/ o elevador eterno/ às nuvens... o caos/ ...e no cume calmo/ no meu olho que vê/ assenta a sombra sonora/ dum disco voador [...] (SEIXAS, R., 2005, p. 55).

Enquanto criava desfechos irônicos como o de “Sala de espera” e do conto “O nirvana sagrado”, Raul cometeu uma insubordinação que lhe custou o emprego. Ao lado de três músicos dispostos a fundir gêneros e tirar ouvintes de sua zona de conforto (Sergio Sampaio, Edy Star e Miriam Batucada), ele fez a gravação clandestina do disco Sociedade da Grã-Ordem Kavernista apresenta Sessão das 10. Aberto com uma convocação circense que acentuava seu caráter folião – “respeitável público: a *Sociedade da Grã-Ordem Kavernista* pede licença para vos apresentar o maior espetáculo da terra” –, o LP revelaria um Raul autor de seresta (“Sessão das 10”), baião (“Eu vou botar pra ferver”) e samba (“Aos trancos e barrancos”). Tal versatilidade acabaria conhecida por poucos naquele 1971: o lançamento acabou retirado logo das lojas e Raul, da equipe da CBS. “Tentei um ‘movimento’ com Sergio Sampaio. Acho que foi mais revolta que outra coisa”, anotaria (SEIXAS, R. *apud* ESSINGER, 2005, p. 60).

A revolta manifestada por Raul Seixas e seus parceiros tinha por alvo a sociedade de consumo, como afirmaram em entrevistas. No ano seguinte, teria vez na região do rio Araguaia um verdadeiro choque de ideias e armas: as Forças Armadas passaram a combater um movimento guerrilheiro que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) criou inspirado em revoluções em Cuba e na China. Em tempos de luta armada e clandestinidade juntas, foi um exagero (ou estratégia de *marketing*) falar em movimento e revolta naquele LP. Em seu acervo, o termo justaposto por Raul a uma reportagem sobre o LP parecia mais fiel a seu espírito: “curtição” (ESSINGER, 2005, p. 62).

A demissão do cargo de produtor chegou a ser atribuída por Raul não só à obra dos kavernistas, mas por cantar “Let me sing, let me sing” no Festival Internacional da Canção de 1972, realizado pela TV Globo no estádio carioca Maracanãzinho. “Eles disseram: ‘ou você é produtor ou você é cantor’. Eu tinha de optar”, contou ao Pasquim (2003, p. 96), numa versão que não se lê em outras entrevistas nem textos sobre sua vida. Na edição anterior, ele tinha participado apenas

como parceiro do cantor Leno em “Sentando no arco-íris” (“Percebo a solidão pelas ruas da avenida/ sentado no Arco-Íris eu penso em minha vida/ fico em vão sem saber, fico em vão a buscar/ aonde Deus está”), *iê-iê-iê* que não repercutiu num FIC quase inviabilizado pela saída de artistas em protesto contra a censura e o governo militar (GRUPO GLOBO, 1971).

A maior revelação do festival de 1972 emplacou, entre as 30 canções classificadas, sua fusão original de *rock* com baião “Let me sing, let me sing” (“Não vim aqui tratar dos seus problemas/ o seu Messias ainda não chegou”) e, na voz da banda Os Lobos, “Eu sou eu, nicuri é o diabo” (“Eu sei quem sou/ e por onde vou/ eu sei quem sou/ e por onde estou”). Raul, que imitava Elvis e vestia preto com jaqueta de couro, botas e cinturão com tachinhas, dizia que só essas músicas entre as 80, então gravadas por vários intérpretes, o agradavam, pois sentia que tinha feito algo sério (PASSOS; SEIXAS, 1996). Numa de suas últimas entrevistas, ele relatou que “Let me sing” ia ser a segunda colocada no FIC, mas pressões oficiais fizeram-na cair para o terceiro lugar.

O pessoal federal estava todo por trás da coxia, dando toque de que, se eu ganhasse, estava frito. Nunca tinha visto isso. Fiquei apavorado! Eu não podia ganhar! Isso porque o júri, segundo eles, era anarquista – Rogério Duprat, Guilherme Araújo, Nelsinho Motta, só a rapeja (BIZZ, 2003, p. 151).

Não fora assim como ele lembraria: o júri nacional, presidido por Nara Leão, foi destituído após a cantora atacar a situação do país numa entrevista e o júri internacional assumiu as duas finais.

Naquele setembro, a Phonogram lançou um compacto com “Let me sing” e “Teddy Boy, rock e brilhantina”, que começava com “Eu quero avacalhar com toda a turma da esquina/ com meu cabelo cheio de brilhantina” e acabava em “Não quero mudar o mundo com esse papo furado/ só acredito em quem pulou o cercado/ quatro bulldogs vigiando o portão/ quatro bulldogs vigiando o meu portão”. Raul não tardaria a cortar seu papo furado.

Parceria entre um cético e um místico

Após o compacto, o mais natural seria lançar o álbum de estreia na carreira solo. Mas antes ele acabou produzindo e gravando *Os 24 maiores sucessos da Era do Rock*, disco lançado em 1973 por um selo popular da Phillips com clássicos dos *rocks* nacional e estrangeiro e creditado à banda fantasma Rock Generation – ele só foi atribuído a Raul nas reedições vendidas anos depois com outros títulos. Enquanto essa coletânea que ia de “Rock around the clock” a “Vem quente que eu estou fervendo” chegava às lojas, o cantor iniciava a parceria com o coautor de várias de suas músicas mais célebres: Paulo Coelho, que atraiu sua atenção por um artigo sobre discos voadores na revista alternativa *A pomba* (SEIXAS, K., 1996) – Raul chegaria a contar que o conheceu ao verem um disco voador cinza com uma aura alaranjada numa tarde em que meditavam na Barra da Tijuca, versão que lhe dava mais holofote (O PASQUIM, 2003).

Quem viu de perto a gênese da parceria notou um contraste de perfis e uma comunhão de interesses. Não foi um encontro casual para Raul. “Ele foi buscar Paulo Coelho, ele leu as revistas de Paulo, ele percebeu que aquele momento era um momento místico, que as pessoas estavam gostando da coisa mística, desses negócios de espaço... Raul era meio ateu com isso”, contaria seu irmão Plínio Seixas no documentário “Raul: o início, o fim e o meio”, dirigido por Walter Carvalho.⁷⁴⁵ Paulo também sentiu a união como promissora: “À medida que eu me interessava pelo potencial comercial do Raul, isto é, pela forma que ele usava para lidar com o público, senti que poderia haver um entrosamento perfeito”, avaliou o escritor em 1976, quando eles já tinham dividido créditos em quatro discos de Raul e na trilha sonora da telenovela “O rebu” (COELHO, P. *apud* ESSINGER, 2005, p. 79).

Com um Raul de peito nu, olhos fechados e braços ao alto na capa, *Krig-ha, bandolo!* (1973) trazia as primeiras criações da nova dupla, como “Al Capone”, com conselhos àquele gângster, Jesus

Cristo, Júlio César, Lampião e Jimi Hendrix, e “Rockixe” (“O que eu quero, vou conseguir/ pois quando eu quero todos querem”), interpretável como um apelo contra o governo. Desse álbum com o grito de guerra de Tarzan como título, o primeiro sucesso foi “Ouro de tolo”, lançada antes em compacto e cuja longa letra autobiográfica e quase falada em estilo Bob Dylan tinha alvos como o consumismo (“Eu devia estar feliz porque/ consegui comprar um corcel 73”) e o conformismo (“Eu é que não me sento/ no trono de um apartamento/ com a boca escancarada/ cheia de dentes, esperando a morte chegar”). O LP vendeu 10 mil cópias em 15 dias, quando o compacto já chegara a 100 mil, segundo a Phonogram divulgou à época.⁷⁴⁶

Muitos brasileiros se identificaram com os versos sobre conquistas que não garantem felicidade – tal como o emprego e o salário, o “ouro de tolo” poderia ser o “milagre econômico” do discurso oficial. Para divulgar o LP, Raul decidiu, às vésperas do lançamento, tocar aquela balada enquanto caminhava seguido por curiosos no Centro do Rio – a passeata-performance foi noticiada para todo o país pela TV e nos jornais. Um dos nomes mais tocados nas rádios naquele ano, Raul se tornou um ícone do desenvolvimento tardio do *rock* no país: “Com alguns anos de atraso por causa da linha dura imposta pelo Ato Institucional nº. 5 (AI-5), o *rock* feito no País experimentava as mudanças que no resto do mundo haviam atingido seu ápice com o festival de Woodstock, em 1969”, notou o jornalista Edmundo Leite em um texto pelo 30º aniversário do disco de Raul.⁷⁴⁷

Numa época em que os artistas eram rotulados como engajados ou alienados por certos públicos, *Krig-ha, bandolo!* veiculava farpas ignoradas por muitos – e outras nem tanto, como o ataque de “Metamorfose ambulante” aos mais inflexíveis (“Prefiro ser essa metamorfose ambulante/ do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo” – tal frase já estava na parede de seu quarto em Salvador e numa folha de caderno escrita pelo Raul de 12 anos).⁷⁴⁸ A censura não captou a crítica ao regime no jogo de palavras do título de “Dentadura postiça” e em seus versos, iniciados com “vai cair”, “vai

sair” ou “vai subir” e completados por um coro gospel enumerando sujeitos como uma estrela no céu e o preço do horror. Havia outro recado em “Cachorro urubu”, composta com Paulo Coelho: “Baby, o que houve na trança/ vai mudar nossa dança/ sempre a mesma batalha/ por um cigarro de palha” fazia uma menção à França, de grandes mobilizações antiautoritarismo em 1968. A letra de “Mosca na sopa”, onde o inseto “que pintou pra lhe abusar” quiçá sobrevoasse (e daí incomodasse) os militares, teve como única reação dos censores um alerta ao autor sobre um erro óbvio de conjugação verbal: constava “vim” no verso “e não adianta vir me dedetizar”; o erro acabou eternizado no encarte do LP. Aquele verso, por sinal, interrompia brusca e originalmente uma roda vivaz de capoeira para dar passagem a compassos de *rock* – Raul diria em programa da TV Cultura em 1983 que aquela sopa era a vida do burguês (SANTOS, 2014).

Nos jornais, havia desde críticos elogiando o disco de Raul por verem a novidade que muitos anunciavam sem entregar, até opiniões jocosas como a do gerente de promoção da CBS, para quem o cantor continuava o mesmo, com cabelo mais curto e “dando uma de guru”. Raul rebateu:

Ao contrário do guru, que é um líder espiritual, quero é abrir todas as portas para todas as verdades individuais. Não sou um místico. Paulo Coelho, sim, é um místico. Eu sou cético. Quero é abrir as verdades individuais, não dizendo a cada um que me deve seguir, mas dizendo que cada um tem de pensar por aí livre das verdades absolutas.⁷⁴⁹

Ele repetia algo dito em “Let me sing” (“Não quero ser o dono da verdade/ pois a verdade não tem dono, não”), canção cuja originalidade ajudou sua contratação sem reservas no prestigiado time da gravadora Philips. Assim diria o cantor Roberto Menescal, ex-produtor da gravadora:

Quando eu contratei o Raul Seixas para a Philips, nem sabia direito se era para cantar, compor ou produzir. Liguei pro [presidente André] Midani e disse: ‘André, contratei um cara da pesada!’ Ele me perguntou: ‘Pra quê?’, e

eu respondi: 'Não sei ainda, só sei que esse cara precisa estar com a gente' (MENESCAL *apud* BARCINSKI, 2014, p. 63).

O artista de 28 anos foi equiparado a astros inovadores como João Gilberto e Hermeto Pascoal pelo crítico Julio Hungria, que destacou no *Jornal do Brasil* que Raul conseguia ser engajado e popular: "Como a mosca, da sopa, ele é insistente – e não se permite em nem uma frase sequer um instante mais alienado: ele está sempre dizendo coisas, querendo dizer coisas, afirmando, instigando, crítico, cáustico – e profundamente popular ao mesmo tempo".⁷⁵⁰

Seu afã de se comunicar de forma instigante era tal que o *show* de Raul não era só uma sequência de músicas intercaladas com afirmações curtas. No espetáculo, onde dizia não fazer *rock*, senão "iê-iê realista, pós-romântico" e "realismo figurativo",⁷⁵¹ ele foi dirigido por Paulo Coelho, cujo roteiro era cheio de monólogos sobre temas como a fábula da cigarra e da formiga, o vilão dos quadrinhos Dr. Silvana e, no fim, um sermão de Martin Luther King antes de "O sábio chinês" (o que sonhou ser borboleta e não sabia mais se era um sábio ou uma borboleta) e de "Rockixe":

Luther King dizia que todos os gênios militares do mundo, de Alexandre a Hitler, lutaram em nome da paz. Cada vez que o Vietnã era bombardeado, era bombardeado em nome da paz. Qual era o problema? O problema é que a paz era um meio, e não um fim em si. [...] eu acho que todos nós já vimos demasiado ódio para ainda querer odiar. Sem que isto signifique: não vamos lutar. Luther King falou então de um sonho que tivera. Disse que também era vítima de esperanças dilaceradas, de sonhos adiados, mas que apesar disto ainda tinha um sonho, porque, como vocês sabem, a gente não pode desistir da vida. Luther King morreu pouco depois de ter dito isso. John Lennon cantou 'o sonho acabou', mas em seu último disco a gente pode ler lá no cantinho: "quando uma pessoa sonha sozinha, ela é apenas uma sonhadora. Quando muitas pessoas sonham juntas, estão transformando a realidade. (COELHO, 1973, p. 10-12)

Fazer *show* não dava a Raul tanta satisfação quanto a criação no estúdio, onde dizia se sentir mais cientista, brincando com os tubinhos de ensaio para "ver explodir tudo e dar aquela risadinha". No palco, ele declarava não se divertir tanto, errar a letra (até

inventava letras na hora) e despreocupar-se de marcações; “deixo a força toda para o recado”, dizia (SEIXAS, K., 1996, p. 22).

Monstro Sist, tortura e exílio

Seus recados eram dados não só nas músicas e monólogos, mas no gibi-manifesto “A fundação de Krig-há”, do cantor com o diretor do *show* e ilustrado pela então esposa de Paulo, Adalgisa Rios, e distribuído para a plateia. A capa tinha um desenho de três homens musculosos num pequeno barco sobre um mar agitado e um sol adiante, o que autores como o historiador Paulo dos Santos (2014, p. 88) não descartaram ser uma mensagem pró-democracia: “É possível que a tormenta seja uma metáfora da ditadura militar e o sol venha a representar o fim da opressão vivida pelo país”.

A abertura do gibi reforçava esse tipo de interpretação: um desenho de manuais de instrução orienta sobre como fazer seu badogue (atiradeira). “Não foi feito apenas para matar passarinho”, alertavam. Nas 14 páginas havia paisagens ora antigas, ora futuristas com ideias na voz de personagens mutantes (como “As pessoas caminharam pela geração da espada e pela geração da flor. A semente pede luz do sol”) e do narrador (vide “A imaginação nos dá três poderes (SEIXAS; COELHO; RIOS, 1973). A saber: a onipotência sem força, a embriaguez do vinho e a vida sem morte”). O volume traz um percurso de desenvolvimento coletivo na luta contra um monstro:

1.055: Estão salvos aqueles que acreditam na imaginação, que tem vários nomes. O momento porém não é dos melhores. Em todos os cantos do mundo a imaginação cede lugar a uma pseudocriatividade dirigida unicamente para esta coisa concreta e abstrata chamada monstro Sist, que absorveu as melhores horas de nossa juventude e quase cederam às seduições do monstro Sist. [...] Temos visto as pessoas esmagadas pelas rodas do monstro Sist antes mesmo de se perguntarem o que está acontecendo.

Temos visto também os carrascos, vítimas de um mecanismo do qual já perderam o controle. [...]

7.000: Antes de sair do monstro Sist, porém, procurar todos que tiveram a alma semeada, e dizer que o sol brilha lá fora, e que nos ajudem a procurar...

o local... deste sol. Final. Nós estamos no elemento terra e caminhamos para o elemento fogo (SEIXAS; COELHO; RIOS, 1973, p. 4, 5, 11).

Concluído o enredo, há uma silhueta de cidade desenhada com uma arma apontada no primeiro plano. Sobre ele, um texto caligrafado expõe mais um recado (o penúltimo ali): "A coisa mais penosa do nosso tempo é que os tolos possuem convicção e os que possuem imaginação e raciocínio vivem cheios de dúvida e indecisão. Rio/31/7/73. Mas a gente inda nem começou (vide Cachorro urubu)". O recado final, no verso do gibi, remete ao disco, com capa reproduzida abaixo: "A chave da compreensão do long-play está em ouvir o disco lendo 'A Fundação de Krig-ha'" (SEIXAS; COELHO; RIOS, 1973, p. 14-15). Era como se o ouvinte, para compreender o disco, precisasse ler o gibi como guia. O tal monstro Sist representava um sistema alvo de outras críticas dispersas de Raul, que sinalizam que não era só a ditadura que ele tomava como monstruosa (a mesma queixa valia, por exemplo, para o sistema capitalista):

Os que estão contra a loucura do sistema, ou seja, os ditos revolucionários são barbados e cabeludos. Tipos convencionais e padronizados. Se não for cabeludo não lhe é dado crédito. E outra, notei por parte dos jornalistas que há um receio em dar apoio ao movimento, já que o movimento é o que eles querem, mas podem "perder o emprego". Como eu não fui preso eles dizem que eu sou artista de consumo, ou seja, agente do Dops ou CIA. Para que dêem crédito ao meu ponto de vista (já que é mais avançado que o deles) eu preciso, como Caetano, ser expulso do país e ter músicas censuradas, ser preso como Chico, queimar fumo para não ser "careta", cheirar pó, senão é "careta". [...] O convencionalismo desses debilóides me deixa puto: se eu canto para o povo eu sou melhor entendido que a crítica dos jornais... Esses críticos são uns idiotas bitolados. Ficam sentados atrás de uma mesa de redação ou atrás de perguntas programadas por minicassetes. Não movem uma palha porque não sabem mover, e quando alguém move eles não entendem. Se eu fosse contar com esse apoio tava fudido. São tão perigosos quanto os donos do poder. São tão doentes quanto a sociedade (ESSINGER, 2005, p. 80-81).

Antes do fim de 1973, o autor de "Ouro de tolo" ainda participou de um dos mais originais atos de resistência ao regime. Ele se juntou no Museu de Arte Moderna, no Rio, a Chico Buarque, MPB-4, Gal Costa e outros artistas chamados pelo cantor Jards Macalé para

o *show* “Direitos Humanos no banquete dos mendigos”, que celebrou o 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com um público em que havia militares infiltrados. “Al Capone”, “Asa branca” foram duas canções tocadas entre leituras ovacionadas dos artigos do documento das Nações Unidas (“ninguém será submetido a tortura nem a tratamento cruel, desumano ou degradante”, p. ex.). “Depois de cada artigo lido, a plateia vinha abaixo e era uma coisa assim incrível. ‘Eu não sabia nem que eu tinha esse direito’, digamos assim”, se lembraria o baixista Bruce Henry,⁷⁵² que trabalhou na gravação clandestina do *show*. A fita com o áudio foi salva por pouco (os militares acabaram confiscando uma fita em branco) e deu origem ao LP duplo *O Banquete dos Mendigos*, liberado pelo governo apenas em 1979, já no processo de abertura.

O ano que começou com a eleição indireta de Ernesto Geisel ao Palácio do Planalto foi também o do breve exílio dos casais Seixas e Coelho nos Estados Unidos (Raul se separou no mesmo ano de Edith, com quem teve a filha Simone Andrea). Em entrevistas, Raul atribuía a saída do país a uma expulsão pelo governo para eles não criarem uma sociedade alternativa igualitária em terreno em Minas Gerais – ora dizia Bahia (SEIXAS, 1983, 1989).⁷⁵³ Paulo, por sua vez, negou que foi uma imposição no documentário sobre o ex-parceiro.⁷⁵⁴ No depoimento ao Doi-Codi em maio de 1974, consultável no *site* da fundação do escritor, declarou que eles fundaram a “Sociedade Alternativa” e a registraram em cartório para evitar interpretações falsas. E tinham exposto seus preceitos dois meses antes às chefias da Polícia Federal e Censura, em Brasília, relatando “[...] que a intenção não era ir contra o Governo, mas inclusive, interessar a juventude num outro tipo de atividade”. (COELHO, [1974]) O gibi foi apreendido pela repressão; afinal, “[...] foi distribuído clandestinamente, contendo propaganda subversiva com mensagens justapostas a subliminares”, conforme indicava o pedido para a busca endereçada a Raul.⁷⁵⁵

Também presa para averiguações, Adalgisa Rios, então esposa de Paulo, contou ao ser interrogada que o gibi-manifesto se devia à

necessidade de divulgação do LP de Raul. A ideia, segundo ela, era montar um folheto, pensado por produtores e artistas em reunião na gravadora Philips, que “[...] deveria ser confuso e que fizesse menção a uma possível explicação dos textos nas músicas do disco sugerido a ser comprado”, como o letrista citou em interrogatório de 30 de maio de 1974 para o Doi-Codi, cujo relatório consta no acervo digital de sua fundação (COELHO, 1974, p. 12). Ao falar, anos mais tarde, sobre seu exílio e a volta, Raul soaria inverossímil, ao contrário do relato sobre a tortura na prisão:

O governo Geisel levei choque no saco, fui torturado mesmo. Me pegaram no Aterro do Flamengo, me botaram uma carapuça e fiquei uns bons três dias num lugar desconhecido. Aí vieram três pessoas: um bonzinho, outro mais inteligente que fazia as perguntas, e um mais agreste. Depois me mandaram para o Aeroporto e fui para Greenwich Village. De New York eu tive que ir para a Georgia. Assim que voltei, o pessoal do Consulado Brasileiro veio em casa dizer descaradamente que *Gita* estava fazendo o maior sucesso, que era para eu voltar, que eu era patrimônio nacional (SEIXAS, K., 1996, p. 22).

Sua mãe Maria Eugênia, que o visitava à época da revista do apartamento, se chocou com a violência que viu:

O governo achou que aquilo [gibi ‘A Fundação...’] era subversivo, então prendeu ele, Raul, depois de vasculhar a casa toda, tudo, de uma forma bárbara, e... eu estarecida, assistindo, que eu nunca tinha visto aquilo, fiquei horrorizada, eles não tocaram em mim, não me perguntaram nada, não abriram minha mala. Mas a casa inteira, até a menininha, que hoje está com 18 anos, eles tiraram até a fralda da menina, tiraram a roupa toda pra ver se tinha alguma coisa escondida, uma coisa horrível, absurda! Eu fiquei chocada e levaram Raul, Raul disse: ‘Vocês me disseram que não era pra me levar que era pra levar as coisas que tinham aqui, como que vão me levar?’. Levaram e foi uma coisa dolorosa pra nós, eu e a mulher dele que era americana e a menina. Isso lá pras 3 ou 4 horas, depois de uma noite de terror, eram 3 pra 4 horas da madrugada, Raul foi liberado, mas depois de apanhar muito, entendeu? Ele chegou em casa, eu lavei a camisa dele e lavei as costas dele, botei iodo, todo, todo, todo, todo lapeado, as costas toda [...] botaram ele para os Estados Unidos, obrigaram ele a ir, disseram que ele não podia ficar, ‘aconselharam’, ‘aconselharam’ como eles dizem: ‘aí ele sai do país’. Essas coisas todas marcam a cabeça de Raul (SEIXAS, M., 2014, p. 135-136)

Os casais embarcaram para cidades americanas, de onde voltaram com histórias não apenas verídicas. O célebre encontro de

Raul com John Lennon para contar da Sociedade Alternativa foi narrado por Paulo (COELHO, 1974, p. 4) no texto “Boletim informativo sobre a viagem de Raul Seixas aos Estados Unidos”, que destoaria de relatos de Raul e acabava em suspense: “[...] os resultados desta reunião [com Lennon] serão divulgados pouco a pouco, de acordo com o desenvolvimento das situações”. A versão do jornalista Nelson Motta (2000, p. 168), que conhecia bem o cantor, era outra: “[...] por dias, cercaram o Edifício Dakota, no Central Park, onde moravam John Lennon e Yoko Ono, em busca de um encontro. Em vão: nunca foram recebidos, mas na volta ao Brasil deram longas e detalhadas entrevistas sobre as ideias que trocaram com o famoso casal”. Não há registros materiais dessa reunião (foto e autógrafo, p. ex.) como seria de esperar de um colecionador de materiais sobre si desde antes do início da carreira.

Novas parcerias e renitência da censura

Quando o LP *Gita* (1974) foi lançado e seu sucesso rendeu a Raul o primeiro “disco de ouro”, o público pôde conhecer, na faixa “Sociedade Alternativa”, a ideia que a dupla Seixas-Coelho dizia ter apresentado ao ex-beatle. Seguidores do ocultista britânico Aleister Crowley (ou “A Besta 666”, como se autodenominava), fizeram da música um convite para aderir a sua Lei de Thelema. Daí o verso “Faça o que tu queres, pois é tudo da lei”, preceito basilar para Crowley. Após 10 anos de regime autoritário, tal ideário soava ainda mais tentador aos fãs, que em *shows* gritavam a plenos pulmões o refrão “Viva! Viva! Viva a sociedade alternativa”.



Foto 2

O flerte com o misticismo permeava outras canções do álbum, como sua música-título, cujo nome remontava ao Bhagavad-Gitã, texto sagrado do hinduísmo, e cujos versos traziam a extensa autodefinição de uma divindade, adaptada a partir daquela fonte oriental: "Que eu sou a luz das estrelas/ eu sou a cor do luar/ eu sou as coisas da vida/ eu sou o medo de amar". Não só estourou no rádio com Raul, que fez dela o primeiro videoclipe colorido no país, como fez sucesso na voz de Maria Bethânia. "*Gita* fala do homem, do seu duelo entre o que tentaram fazer com que ele fosse e o que ele realmente é ou sempre desejou ser", assinalou o artista. "Hoje em dia, cada vez mais homens estão fazendo o que querem, e isso é a única grande atitude que se pode esperar de uma civilização que chegou ao ponto máximo de todas as esperanças" (ESSINGER, 2005, p. 88). Em "Medo da chuva", cantou uma separação citando a submissão na vida a dois: "É pena/ que você pensa que eu sou escravo/ dizendo que eu sou seu marido/ e não posso partir". Após o divórcio, o cantor se casou com Gloria Vaquer, com quem teve a filha Scarlet e viveu até 1977.

Em *O rebu* (1974), trilha feita por Raul e Paulo para a novela da TV Globo, entraria uma música que há tempos era alvo da Censura: "Como vovó já dizia" ficou conhecida do público pelo refrão "quem

não tem colírio usa óculos escuros”. Originalmente intitulada “Óculoescuro”, já ficara reconhecida pelos censores após seguidas tentativas para liberá-la.

Conclusão: letra musical que apresenta, numa linguagem subjetiva e mensagem subliminar, a inconformidade com o ‘status Quo’ do Brasil atual, contra suas diretrizes políticas, podendo incitar atitudes ou reações negativas contra o regime vigente. Sugerimos a não liberação.⁷⁵⁶

Reexaminando, em caráter recursal, a letra musical intitulada ‘ÓCULOESCURO’, de autoria de Raul Seixas, sob a acertiva [sic] de modificações, concluímos que:

1. Não houve mudança da temática, que permaneceu a mesma, não obstante a troca de algumas expressões intercaladas na obra.
2. O caráter sutil de insatisfação ao regime vigente, permanece inalterado, configurando, assim, as proibições contidas nas alíneas “d” e “g”, do Art. 41, do Regulamento aprovado pelo Decreto 20493/46.

Diante do exposto, somos pela manutenção da não liberação.⁷⁵⁷

Ficaram de fora da letra aprovada no fim de 1974 versos como “[...] esta luz tá muito forte, tenho medo de cegar/ os meus olhos tão manchados com teus raios de luar” e “[...] já bebi daquela água, quero agora vomitar/ uma vez a gente aceita, duas tem que reclamar”. Outro *rock* do disco, “Murungando”, só de Raul e com o trecho “[...] levanta a cabeça hippão, e tira seus olhos do chão”, incitou as pessoas a não abaixarem a cabeça e foi vetada.

Considerando que:

- a) a letra musical ora submetida à análise censória permite conotação política;
- b) o autor, através de metáforas, implicitamente, diz que o povo anda cabisbaixo e o induz a levantar a cabeça;
- c) na realidade, exortando o povo, ele está fazendo da música um meio para atingir o fim;
- d) de acordo com a alínea d, do art. 41, do Decreto 20 493/46, a referida letra não deve ser aprovada.⁷⁵⁸

Vedações como essa não eram novidade para Raul, que à época do primeiro LP solo dizia ter 18 músicas proibidas, tornando-se um

alvo predileto da Censura ao lado de Chico Buarque (ECHEVERRIA, 1999). Em "Ouro de tolo", por exemplo, o "corcel 73" foi gravado no compacto como "carrão 73" para a menção ao carro da Ford não fazer propaganda, impedindo a liberação.⁷⁵⁹ O alerta dos censores com um Raul "exortando o povo" e "fazendo da música um meio para atingir o fim" (sic), como dito no parecer de "Murungando", poderia soar exagerado, mas eles não deviam ignorar que essa geração estava vivendo uma expansão singular do mercado de discos: as vendas saíram de 5,5 milhões de unidades (um LP ou três compactos simples) em 1966 para 52,6 milhões em 1979 (VICENTE, 2002); logo, o alcance de suas palavras só crescia.

Depois do sucesso de vendas de *Gita*, veio o fracasso de *Novo Aeon*, único álbum com músicas divididas com Marcelo Motta, mentor de Raul e Paulo na instituição ocultista Astrum Argentum e que divulgava o legado de Crowley no país (para tanto, lançou mão do disco intitulado conforme a nova era preconizada pelo guru britânico). Motta foi coautor, a seis mãos, dos sucessos "A maçã" ("Amor só dura em liberdade/ o ciúme é só vaidade/ sofro, mas eu vou te libertar"), sobre a liberdade sexual, e "Tente outra vez" ("Tente!/ Levante sua mão sedenta/ e recomece a andar/ não pense/ que a cabeça aguenta/ se você parar"), ode à persistência que convidava a uma leitura mais política em anos de arbítrio. Na canção homônima ao disco, Raul e Motta diziam o que esperar da nova era: "Sociedade Alternativa/ Sociedade Novo Aeon/ é um sapato em cada pé/ é direito de ser ateu ou de ter fé/ ter o prato de comida que você mais gosta/ é ser carregado ou carregar gente nas costas/ direito de ter riso, de prazer/ e até direito de deixar Jesus sofrer". Não faltariam direitos ali.

O disco foi considerado por Paulo (COELHO, 2003, p. 162) fruto mais do conflito do que da harmonia, como apontou em texto de 1976 para o *Jornal da Música* reproduzido em "Raul Seixas por ele mesmo", organizado por Sylvio Passos: "[...] em vez de assumirmos nosso conflito um com o outro, resolvemos fazer um falso tratado de

paz, um conchavo, e o disco saiu com o próprio estigma do conchavo. [...] O disco é egocêntrico, auto-expressivo, numa linguagem verdadeira, mas lamentavelmente mal realizada". Raul, por sua vez, ao mesmo tempo em que criticava *Gita* por ser um disco doutrinário, se dizia feliz por *Novo Aeon* refletir sua apropriação parcial de Crowley, que não era dono da verdade (BAHIANA, 2003b).

Apesar de fantasiado de profeta na capa, Raul exibía disposição menos doutrinária em *Há 10 mil anos atrás* (1976), que vendeu mais do que o anterior no embalo da música-título – inspirada na versão de Elvis para uma canção tradicional americana ("I was born a thousand years ago"). A música, um *rock* com tempero *country*, abordava o encontro com um ancião que testemunhara fatos marcantes da humanidade, sobretudo narrados na Bíblia. O ecletismo rítmico mostrado por Raul desde o início da carreira ganhava corpo agora com um tango ("Canto para minha morte") e um repente ("Os números"), ambos em parceria com Paulo Coelho, tal como a balada "Eu também vou reclamar", crítica a protestos musicados em alta. Paulo (2003, p. 164) expressou a contrariedade da dupla com essa tendência e atribuiu a canção à "[...] visão da chatice insuportável da MPB, com todo mundo dizendo que é pra parar o mundo que eu quero descer [Silvio Brito], que é um pobre rapaz latino-americano [Belchior], que é nuvem passageira [Hermes Aquino] e outras coisas mais". Para o coautor de 10 das 11 faixas do LP, "Eu também vou reclamar" era uma das músicas de constatação que serviam de base a esse e outros discos; eram criadas para fazer uma descrição completa do presente, como "Cantiga de ninar" (constatação da alegria de ser pai, como foi Raul com Scarlet, de quem se afastou após um ano, ao separar-se de Gloria, que quis voltar aos Estados Unidos).

Os criadores da Sociedade Alternativa cessaram em 1976 a parceria que ainda deu frutos no *revival* sem maior consequência do disco *Mata virgem* (1978). Raul atribuiu o afastamento à competição crescente entre eles ("Eu era o melhor amigo do inimigo e vice-versa"), ao passo que Paulo tomava como um distanciamento de

interesses, principalmente em relação à magia ("Um dia, tanto eu como ele percebemos que nossa parceria havia chegado ao final. Nenhuma palavra foi dita. Continuaríamos amigos até a data de sua morte") (ECHEVERRIA, 1999, p. 55). O presidente do maior fã-clubê do cantor, Sylvio Passos, avaliou a ruptura como pior a Raul: "De repente, o Gepeto sumiu e deixou o Pinóquio sozinho", disse ao jornalista André Barcinski, citando que o primeiro LP dele sem Paulo encalhou. "Você entrava em qualquer loja e tinha prateleiras inteiras de *O dia em que a Terra parou* a dois cruzeiros. O público estava esperando o Raul messiânico, o Raul guru, mas o Raul de verdade estava mais pra Lou Reed, com uma banda de *rock* pesado, e o público não gostou." (PASSOS *apud* BARCINSKI, 2014, p. 65-66).

Entre o fim e o *revival* da parceria com o futuro autor de "O alquimista", teve início a dupla de Raul com Cláudio Roberto, seu parceiro por mais anos e coautor das 10 canções de *O dia em que a terra parou* (1977), como "Maluco beleza", que contribuiu para reforçar a imagem excêntrica de Raul, e "Sapato 36", manifestação de inconformismo diante do pai – e que Paulo dos Santos e outros autores não hesitam em vincular ao país governado por militares. Segundo o autor de "Raul Seixas: a mosca na sopa da ditadura militar", a letra aludia "[...] ao governo militar, que naquele momento, passava por momentos de crise, com o Movimento Contra a Carestia, as greves dos metalúrgicos em São Paulo, liderados pelo sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, e, em especial, a Anistia".⁷⁶⁰ Versos sobre o incômodo de usar o sapato apertado, como "Vou escolher meu sapato/ e andar do jeito que eu gosto" e "[...] você só vai ter o respeito que quer/ na realidade/ no dia em que você souber respeitar/ a minha vontade", não tiveram maior projeção dado o fraco resultado comercial do LP. Alguns veículos da imprensa até noticiaram a bravata de Raul de sair candidato a deputado, mas sua rejeição à política ficaria clara em escritos depois encontrados no "baú":

Não acredito em política.

Os sistemas políticos já estão deteriorados e os fatos provam isso.

Para mim os velhos esquemas ideológicos, dentro da chamada “linha lógica”, são uma enorme colcha de remendos.

Já que esses velhos e tradicionais esquemas ainda existem, votem em mim para deputado federal nas próximas eleições.

Quem sabe?

Chapa MDB

Partido Sociedade Alternativa (SEIXAS, R., 2005, p. 129).

Raul teve pouca repercussão com *Mata Virgem* (1978), LP das últimas parcerias com Paulo e das primeiras com a nova esposa Tania Menna Barreto, e com *Por quem os sinos dobram* (1979), cujas nove canções foram feitas com o argentino Oscar Rasmussen, como “O segredo do universo” (“Dentro do mambo e da consciência/ está o segredo do universo”) e a faixa-título (“coragem, coragem, se o que você quer é aquilo que você faz”). Uma contribuição involuntária desse parceiro à biografia de Raul foi visitá-lo com um amigo cocainômano que morreu de *overdose* no apartamento do cantor, o que foi noticiado em jornais e fez o dono da residência se tornar inicialmente suspeito de tráfico de drogas (MUGNAINI Jr., 1993). Nesse fim de década, Raul descobriu ter pancreatite, devido ao alcoolismo. Diabético, teve de operar o pâncreas em 1980 e, segundo relataria sua mãe em carta para Paulo dos Santos:

[Raul] nunca mais teve saúde, vivendo sempre em depressão e com problemas de pâncreas e diabetes. Ele era pessoalmente muito diferente do Maluco Beleza dos palcos. Ele era calmissimo, quieto, calado. Detestava coisas materiais especialmente dinheiro, que nunca carregava com ele. Sempre foi dado a leitura, leu de tudo, mas já no fim da vida estava tão depressivo e doente q. já não se interessava por nada (SEIXAS, M., 2014, p. 204).

Não bastassem os problemas de saúde, Raul voltaria a ser perturbado pela censura. Dos carros-chefe do disco *Abre-te Sésamo* (1980) – “Aluga-se” e “Rock das ‘Aranha’” –, a censurada não foi a que critica o Brasil e propõe alugá-lo e mudar de país (“nós não vamos

pagar nada/ é tudo free/ tá na hora/ agora é free/ vamo embora”), como seria de se esperar – inclusive ele julgava mais censurável. A reprovada foi a que oscilava da irreverência à frivolidade ao tratar de uma relação sexual entre mulheres (“uma em cima, outra embaixo/ a cobra perguntando/ onde é que eu me encaixo?”).⁷⁶¹ No Conselho Superior de Cultura (CSC), órgão com representantes da sociedade civil que em 1979 se tornou a instância recursal de decisões da Divisão de Censura e Divisões Públicas (o CSC seria uma transição para o fim da censura), a música foi mal recebida. No seu parecer, o musicólogo Ricardo Cravo Albin, declarou que “[...] por ser Raul Seixas quem é, torna-se difícil aceitá-lo em apelação tão abjeta e lastimável. Enfim, tamanha indigência Raul jamais se deveria permitir”. A música pôde ser gravada, mas o disco chegou às lojas com a palavra “censurado” na capa e, no verso, o aviso de que “Rock das ‘Aranha’” tinha a execução proibida em emissoras de rádio e TV.⁷⁶²

Ao saudar o lançamento do álbum, o jornalista Nelson Motta definiu Raul como um artista independente, marginal e atrevido que, por isso, sofria muito, mesmo porque “[...] seria quase impossível um criador tão sensível sobreviver neste mundo aos sorrisos”. Para ele, fazia falta uma investigação profunda de seu estilo e trajetória “surpreendente” e “única” na música brasileira. “Por meio de *rocks* e baladas, xaxados e baiões, Raul vai passando a sua visão de mundo, à qual não faltam humor e irreverência, sempre, por mais duros que estejam, por mais ‘seriedade’ que se exija dos que refletem esses tempos duros”, notou Motta (2014, p. 92), para quem Raul estabeleceu, com humor, “[...] uma maneira muito brasileira de criticar o que incomoda, restringe, limita e aprisiona”. Fez isso unindo ousadia e popularidade – e se negando a ir contra seus ideais, como na sua recusa à encomenda da CBS para gravar um novo disco dedicado ao casal real britânico Charles e Diana, do “casamento do século”, o que o fez rescindir o contrato com a gravadora (SOUZA, 2011). Raul foi até preso em *show* na cidade de Caienas, São Paulo,

por ser tido como um impostor, ao se apresentar alcoolizado e sem seus documentos (PASSOS, 2003).

Novos embates com a censura vieram no disco *Raul Seixas* (1983), com a proibição, depois superada, da “Não fosse o Cabral” (queixa pelo estado do país e sua cultura), “Quero mais” (flerte cantado com Wanderléa e composto com Cláudio Roberto e Kika Seixas, sua esposa de 1979 a 1985) e “Babilina” (versão de antigo *rock* americano, sobre os laços entre uma garota de programa e um homem casado). À época, Raul escreveu um longo desabafo:

Três músicas minhas foram vetadas, proibidas. [...]

Estou numa escola onde ensina-se a andar para trás. De segunda a sábado, obrigatoriamente, esse curso. O curso no qual eu não me matriculei. Estou andando pra trás até direitinho depois dos anos pra frente desde que nasci. Está na praça, já chegou o Dicionário do Censor. De A a Z tem todas as palavras que um dicionário tem. A diferença está na cruzinha preta, logo após a palavra, significando que *não pode*. As que *pode*, o compositor deve conferir se não tem [sic] a cruz. A distribuição é feita para todos os compositores do país. Antes de colocar no papel um grande achado poético, consulte se existe uma palavra que *não pode* entre as outras da frase. Se não puder tente substituir por um sinônimo, embora o que você queria expressar fosse aquela primeira. O dicionário do censor é sério, e não é verdade o que dizem as más línguas: ‘O censor acaba sendo seu parceiro na obra’? Método subliminar de indução parcerística por correspondência? Por exemplo: você compositor, cria um verso que diz ‘Eu canto para o meu povo, porque do povo é a minha voz, se eu pertença ao povo, somente do povo será a minha canção’. Não se entusiasme, calma, lembre-se: o dicionário. Vá lá no P. Lá está a palavra povo com duas cruzes negras. Portanto você há de aceitar que povo *não pode*. Tente um som próximo; que tal ovo? *Ovo pode* (SEIXAS, R., 2005, p. 163).

Esse álbum do primeiro ano das *Diretas Já* lhe rendeu um segundo “disco de ouro”, sobretudo pela recepção à faixa “O carimbador maluco”, com a qual Raul participou de um musical infantil da TV Globo, “Plunct Plact Zuum”. Foi um retorno passageiro às paradas de sucesso – e inesperado para tantos –, mas rendeu uma grande turnê e um disco ao vivo com um registro daquele novo bom período do cantor. Ainda em 1983, Raul lançara o livro “As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor” (1983), editado por Paulo Coelho para a editora Shogun, e cujo título evidencia a existência de um Raul

criador, com vários discos e *shows*, e de um Raul “criatura”, derivada daquelas formas de expressão gravadas e ao vivo. A obra, hoje esgotada e vendida apenas em sebos por valores exorbitantes, tem três partes: um diário escrito entre 7 e 14 anos; contos concebidos entre 12 e 21 anos; e sua história em quadrinhos “A lei dos assassinos da montanha” que Raul considerava como humor negro.⁷⁶³

Até a censura ser extinta na Constituinte, Raul voltou a enfrentá-la com “Mamãe eu não queria” (*Metrô linha 743*, 1984), ataque à obrigatoriedade do serviço militar (“se fosse tão bom assim, mainha/não seria imposição”), e em *A Pedra do Gênesis* (1988), com “Check-up”, que citava medicamentos usados no tratamento psiquiátrico do cantor (uma versão reescrita por Paulo Coelho foi gravada antes por Rita Lee como “Bruxa amarela”), e com “Não quero mais andar na contramão”, vetada por apologia à droga, embora o eu-lírico recusasse fumo, pó e lança-perfume, ao contrário do que se dava ao Raul verdadeiro, então recém-mudado para São Paulo, onde dizia se sentir sem referências por falta de mar.

Aquele LP lançado às vésperas da Constituição tinha uma espécie de continuidade de “Sociedade Alternativa”, “A lei”, que frisava direitos de todo homem como “pensar o que quiser”, “amar a quem quiser”, “viver como quiser” e “morrer quando quiser”. Raul, que ainda viveu com Lena Coutinho entre 1985 e 1988 e dividiu os palcos (e um álbum) com Marcelo Nova nos dois últimos anos, não morreu quando quis (faleceu em 21 de agosto de 1989 por uma parada cardíaca devido à pancreatite), nem provavelmente viveu como quis – afinal, a liberdade individual não é absoluta na democracia e ainda menos sob ditadura –, mas pôde pensar o que quis (mesmo quando não pôde expressar em público) e amar quem quis – teve cinco esposas e três filhas, sendo a caçula Vivian, da união com Kika.

Conversão em objeto de devoção e estudo

Quando assistiu a um ensaio de Raul no FIC de 1972, o cantor inglês Ritchie, que estava ali como fã dos Mutantes, ficou tão impressionado que julgou estar sob o efeito de um ácido. Tal sensação de delírio narrada pelo jornalista Arthur Dapieve em seu livro sobre o *rock* brasileiro dos anos 1980 (ou BRock, na sua expressão) foi só um dos desconcertos gerados por aquele que Dapieve (2000, p. 19) nominou “patriarca do BRock”. Para o crítico, Raul virou “[...] um ponto de referência, tanto para aqueles que insistiam em fazer *rock ‘n’ roll* no Brasil quanto para aqueles que insistiam em ouvir no ritmo as trombetas do apocalipse musical local”. Mesmo após três décadas da morte, esse ponto de referência persiste no horizonte.

Desde que despontou como cantor no Maracanãzinho, depois de anos de maturação como líder de uma *banda de iê-iê-iê*, músico de apoio, produtor fonográfico e compositor, Raul arrebatou centenas de milhares de fãs, incluindo aqueles que só conheceram sua vida e obra quando elas já tinham findado. Mais do que o modismo do coro “toca Raul” entoado em *shows*, ora em declínio, a força das letras e melodias de Raul Seixas pode ser verificada nas dezenas de gravações de suas músicas desde 1989, nas releituras em apresentações de músicos profissionais e amadores e no volume crescente de livros e estudos sobre o cantor e seus 18 discos de carreira e ao menos sete coletâneas, dois tributos e nove discos extras, entre os quais se incluíam o disco dos kavernistas, a trilha de “O Rebu” e álbuns ao vivo.⁷⁶⁴

A já vasta bibliografia sobre Raul não para de crescer, abarcando desde livros feitos a partir de seu acervo pessoal, como “Raul Rock Seixas” e as versões de “O baú do Raul”, até coletâneas de perfis sobre ele e entrevistas (suas ou de amigos e colegas) organizadas pelos amigos Sylvio Passos e Thildo Gama, cuja devoção a Raul os fez naturalizar a noção de *raulseixistas* e, como o próprio dizia, *raulseixismos*. Fora tantas obras memorialísticas ou jornalísticas, há incontáveis teses, dissertações e monografias feitas por historiadores,

cientistas sociais e estudiosos das Letras⁷⁶⁵ – uma diversidade tão infinda que não deixa de atestar a riqueza da obra de Raul. Além de seu trabalho, sua própria trajetória de vida tem inegável valor documentário.

Em meio aos cinco casamentos e parceiros como Paulo Coelho, Claudio Roberto e os Marcelos Motta e Nova, Raul foi revelando sua identidade e, a partir dela, fez sua obra. Do aspirante de escritor crescido em Salvador ao artista pós-fama que envelhecia em São Paulo quando o coração parou, o cantor viveu muitas fases e foi único em cada uma delas. Mais do que uma “metamorfose ambulante”, conforme se via, Raul Seixas foi um roqueiro que, face às encruzilhadas nas vidas pessoal e artística, optava pelo caminho menos pisado. E assim representou, de modo involuntário, mas original, cidadãos que sonhavam com uma democracia, mas presenciaram seu reverso (oxalá distante hoje) na maior parte da jornada.

Referências bibliográficas

ABONIZIO, J.; TEIXEIRA, R. da C. (org.). *Raul Seixas: estudos interdisciplinares*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2015.

ADRIANI, J. In: GAMA, T. *Raul Seixas: entrevistas e depoimentos*. São Paulo: Pen, 1997.

BAHIANA, A. M. Eu em noites de Sol. [1975]. In: PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003a.

BAHIANA, A. M. O aprendiz de feiticeiro, o demolidor [1975]. In: PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003b.

BARCINSKI, A. *Pavões misteriosos, 1974-1983: a explosão da música pop no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

BIZZ. “Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Bein-Bum!”. [1987]. In: PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

COELHO, P. Raul, o parceiro: uma inimizade íntima. [1976] In: PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

COELHO, P. Show musical: Raul Seixas, 1973. In: COELHO, P. *Foundation Paulo Coelho & Christina Oiticica*. Disponível em: <<https://paulocoelho.com/foundation/repositorio/shows-musicais/Show-Musical-Raul-Seixas-1973.pdf>>. Acesso: julho de 2019.

COELHO, P. Documentos prisão durante ditadura 1970 e 1974. In: COELHO, P. *Foundation Paulo Coelho & Christina Oiticica*. [1974 e 2002]. Disponível em: <<https://paulocoelho.com/foundation/repositorio/sociedade-alternativa/Documentos-prisao-durante-ditadura-1970-e-1974.pdf>>. Acesso: jul./2019.

COELHO, P. Boletim informativo sobre a viagem de Raul Seixas aos Estados Unidos. In: COELHO, P. *Foundation Paulo Coelho & Christina Oiticica*. [1974 e 2002]. Disponível em: <<http://paulocoelho.com/foundation/repositorio/sociedade-alternativa/A-Viagem-de-Raul-Seixas-aos-Estados-Unidos-01-01-1972.pdf>>. Acesso: jul./2019.

DAPIEVE, A. *Brock: o rock brasileiro dos anos 80*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

ECHEVERRIA, R. *Raul Seixas: o Maluco Beleza (Gente do Século)*. São Paulo: Editora Três, 1999.

ESSINGER, S. (org.). *O baú do Raul revirado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

GRUPO GLOBO. *Memória Globo: Festival Internacional da Canção*, 1971. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/musica-e-shows/festival-internacional-da-cancao/1971.htm>>. Acesso: mar 2018.

HENRY, B. *O som do vinil: O Banquete dos Mendigos*. Canal Brasil, 2012. [Entrevista a Charles Gavin].

MAURO, A. O último anarquista. In: PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MOTTA, N. *As sete vidas de Nelson Motta*. Rio de Janeiro: Foz, 2014.

MOTTA, N. *Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MUGNAINI Jr., A. *Eu quero cantar por cantar*. São Paulo: Nova Sampa Editora, 1993.

O PASQUIM. "Krig-Ha, Bandolo! (O grito de guerra)". In: PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PASSOS, S. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PASSOS, S. Raul Seixas – o moleque maravilhoso. *Raul Seixas Oficial Fã-Clube. Perfil Biográfico Raul Seixas*. [20--]. Disponível em: <<http://raulseixas.wordpress.com/biografia-raul-seixas/>>. Acesso: abril de 2018.

PASSOS, S.; SEIXAS, K. Dados biográficos. In: SEIXAS, K. *Raul rock Seixas*. 2ª. ed. São Paulo: Globo, 1996.

SANTOS, P. dos. *Raul Seixas, a mosca na sopa da ditadura militar: censura, tortura e exílio*. São Paulo: Scortecci, 2014.

SEIXAS, K. *Raul rock Seixas*. 2ª. ed. São Paulo: Globo, 1996.

SEIXAS, M. E. Entrevista à Rádio Transamérica FM/Salvador, 1989. In: SANTOS, P. dos. *Raul Seixas, a mosca na sopa da ditadura militar: censura, tortura e exílio*. São Paulo: Scortecci, 2014.

SEIXAS, M. E. Quatro cartas de Maria Eugênia Seixas a Paulo dos Santos. [1990, 1991 e 1992]. In: SANTOS, P. dos. *Raul Seixas, a mosca na sopa da ditadura militar: censura, tortura e exílio*. São Paulo: Scortecci, 2014.

SEIXAS, R. O nirvana sagrado (O homem que não podia pensar) [1970]. In: SEIXAS, K. *Raul rock Seixas*. 2ª. ed. São Paulo: Globo, 1996.

SEIXAS, R. Sala de espera [19--]. In: ESSINGER, S. (org.). *O baú do Raul revirado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SEIXAS, R. Não acredito em política. [19--]. In: ESSINGER, S. (org.). *O baú do Raul revirado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SEIXAS, R. Três músicas minhas foram vetadas, proibidas. In: ESSINGER, S. (org.). *O baú do Raul revirado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SEIXAS, R. Entrevista a Dorival Carper. *Música popular brasileira*. Rádio Cultura, 1976. Disponível em: <<https://youtu.be/-ROzFqglrhU>>. Acesso: abril de 2018.

SEIXAS, R. Entrevista a Pedro Bial. *Música popular brasileira*. TV Globo, 1983. Disponível em: <<https://youtu.be/ApgYqRWOWIk>>. Acesso: abril de 2018.

SEIXAS, R.; NOVA, M. Entrevista a Jô Soares. *Jô Soares Onze e Meia*. SBT, 1989. Disponível em: <<https://youtu.be/qtgB9pb4lyg>>. Acesso: abril de 2018.

SEIXAS, R.; COELHO, P.; RIOS, A. A Fundação de Krig-ha. In: COELHO, P. *Foundation Paulo Coelho & Christina Oiticica*, 1973.

SOUZA, I. S. de. *Dossiê Raul Seixas*. São Paulo: Universo dos Livros, 2011.

VICENTE, E. *Música e disco no Brasil: a trajetória da indústria nas décadas de 80 e 90*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.

-
744. A PANELA DO DIABO. Rock'n'roll. [Compositor]: Marcelo Nova. [Intérprete]: Raul Seixas. Manaus: Warner Music Brasil, 1989. (LP, faixa 2, lado B).
745. RAUL – o início, o fim e o meio. [Documentário]. Direção de Walter Carvalho. Paramount, 2012. [Depoimento de Plínio Seixas].
746. HUNGRIA, J. Música Popular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 set 1973, Caderno B-14.
747. LEITE, E. Os 30 anos da estreia de 'Krig-ha, bandolo!' *Estado de S. Paulo, São Paulo*, 6 jun 2003. <[Disponível em https://brasil.estadao.com.br/blogs/edmund-leite/os-30-anos-da-estreia-de-krig-ha-bandolo/](https://brasil.estadao.com.br/blogs/edmund-leite/os-30-anos-da-estreia-de-krig-ha-bandolo/)>. Acesso: jul/2019.
748. HUNGRIA, J. Raul Seixas – o músico e a imagem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 set 1973, Caderno B-12.
749. HUNGRIA, J. Raul Seixas – o músico e a imagem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 set 1973, Caderno B-12.
750. HUNGRIA, J. A renovação com Raul Seixas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun 1973, Caderno B-2.
751. VENTURA, Mary. Uma mosca na MPB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out 1973, Caderno B-2.
752. HENRY, B. O som do vinil: O Banquete dos Mendigos. *Canal Brasil*, 2012. [Entrevista a Charles Gavin].
753. Seixas, Raul. Entrevistas a Pedro Bial (1983) e Jô Soares (1989), por exemplo. [Disponíveis no YouTube].
754. RAUL – o início, o fim e o meio. [Documentário]. Direção de Walter Carvalho. Paramount, 2012. [Depoimento de Paulo Coelho].
755. Parecer do Pedido de Busca n. 191/74-E, de 23/04/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 126).
756. Parecer n. 14685/74, de 24/04/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 183).
757. Parecer n. 15450/74, de 22/05/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 187).
758. Parecer n. 686/74, de 12/11/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 196).
759. Parecer n. 686/74, de 12/11/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 196).
760. Parecer n. 686/74, de 12/11/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 62).
761. Parecer n. 686/74, de 12/11/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 62).
762. Parecer n. 686/74, de 12/11/1974 (SANTOS, P., 2014, p. 110).
763. PASSOS, S. Raul Seixas – o moleque maravilhoso. Disponível: <<https://raulsseixas.wordpress.com/biografia-raul-seixas/>>.
764. Cliquemusic. Raul Seixas. Disponível: <<https://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/raul-seixas>>. Acesso: abril de 2018.
765. Veja-se *Raul Seixas: estudos interdisciplinares* (ABONIZIO; TEIXEIRA, 2015).



Foto 1

CAPÍTULO XVI

Da reserva de São Marcos ao Congresso Nacional A trajetória política do xavante Mário Juruna (anos 1970 e 1980)

766

[Michelle Reis de Macedo](#)

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade tornou público o resultado de dois anos de investigação de graves violações de direitos humanos por agentes do Estado, ocorridas entre 1946 e 1988. Apesar dos desafios e limitações, não se pode negar que o trabalho exaustivo da Comissão significou um passo importante no processo de consolidação da democracia no Brasil por esclarecer crimes, muitas vezes, desconhecidos ou silenciados. Contra povos

indígenas, a equipe de pesquisadores concluiu que os atos de violência cometidos eram sistêmicos, pois resultavam de políticas estruturais do Estado, seja por ação direta, seja por omissão. Embora o relatório temático sobre os povos indígenas priorize continuidade, constância e repetição desses crimes ao longo de todo o período investigado, o ano de 1968 foi apontado como marco histórico por aprofundar a agressividade das políticas indigenistas, inclusive com a criação de presídios para índios.⁷⁶⁷

Prisões, torturas, maus-tratos, remoções forçadas, assassinatos e desaparecimentos, trabalho forçado, esbulhos de terras indígenas e apropriação de suas riquezas, certidões negativas fraudulentas são alguns dos crimes cometidos contra povos indígenas durante a ditadura militar em prol de políticas estatais desenvolvimentistas e de interesses privados. Como se não bastasse, a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967 para proteger os interesses e garantir os direitos indígenas, atuou, na maior parte das vezes, contra eles. As autoridades da ditadura militar enquadraram os índios brasileiros em seu conceito elástico de inimigo interno, influenciados por interesses estrangeiros e comunistas, além de serem considerados empecilho ao projeto de desenvolvimento do país.

Diante desse quadro político tão desfavorável para as comunidades indígenas, é, no mínimo, curioso constatar que o processo de ascensão política do índio xavante Mário Juruna tenha ocorrido justamente neste período histórico.

Durante a década de 1970, dentre vários outros líderes indígenas, Juruna decidiu reivindicar pessoalmente às autoridades as demandas de sua comunidade e, por isso, passou a realizar viagens frequentes à capital do país. Por sua ousada persistência, o cacique da aldeia Namuncurá conquistou a opinião pública. Em conjuntura de exceção e censura, Juruna se tornou um símbolo das oposições, que não conseguiam achar muitas brechas no auge da ditadura. Mas sua fama não se restringiu às páginas da imprensa brasileira; Juruna

ultrapassou fronteiras e foi tema de debate em jornais e órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Se, por um lado, a mídia censurada pegou carona no movimento contestatório de Juruna para enfraquecer a ditadura, por outro, o líder xavante não hesitou em utilizar estrategicamente o espaço concedido para lutar por terra e reconhecimento. Depois de aproximadamente duas décadas a partir do primeiro contato com não-índios, ele provou que havia apreendido e adaptado valores, significados e práticas políticas de um mundo diferente do seu para lutar e sobreviver. Andava pelos corredores denunciando funcionários do governo e fazendo exigências, baseando-se em leis e promessas já feitas e não cumpridas. Integrou o movimento indígena brasileiro em vias de consolidação, participando de assembleias e eventos em vários lugares do país. A princípio, parecia não incomodar tanto; talvez o estigma de primitivo e inocente, além dos discursos em um português bastante elementar, tenha contribuído para a falta de reação mais dura por parte das autoridades. No entanto, não demorou muito para que sua liderança interna e representatividade internacional da causa indígena passassem a desafiar o Estado e ameaçar seu projeto desenvolvimentista.

Diante do esquecimento de um personagem tão importante para a construção da democracia no Brasil, a proposta aqui é dar destaque à sua trajetória política. A intenção não é heroizá-lo, mas lembrar seu caminho percorrido até a conquista de um espaço, entendido pelo senso comum como inerente à sociedade *civilizada* e estranho ao mundo *primitivo* do índio. No imaginário social brasileiro, ainda habita a imagem estereotipada de um índio infantilizado preso ao passado e, portanto, incapaz de participar das disputas políticas. Esse capítulo pretende questioná-la por meio de evidências históricas recentes de um índio xavante que, com limites e contradições, aliás próprios de qualquer biografia, representou demandas dos povos indígenas na política institucional.

Compartilhando experiências

Nas primeiras décadas do século XX, os índios xavantes viviam relativamente livres e autônomos no estado do Mato Grosso, apesar dos crescentes conflitos com colonos que avançavam sobre suas terras. No entanto, a partir dos anos 1940, a história dos xavantes cruzou-se com o processo de construção do Estado moderno, que alterou profundamente seu modo de vida. Iniciou-se com o Estado Novo de Getúlio Vargas, que pretendia ocupar e desenvolver o Centro-Oeste do Brasil por meio do projeto conhecido como Marcha para o Oeste. Portanto, por ocuparem o território visado pelas intensões desenvolvimentistas e nacionalistas do Estado brasileiro, o contato com os xavantes passou a ser objetivo incorporado ao projeto (GARFIELD, 2011). Mas, como novos estudos revelam, indivíduos e grupos étnicos e sociais diversos interagem, influenciando-se mutuamente e transformando suas culturas, histórias e identidades (ALMEIDA, 2012, p. 151). Isso significa que, por maior que tenha sido o poder do Estado no uso das estratégias de incorporação dos xavantes, esse processo aconteceu de forma dialógica, isto é, os indígenas adaptaram-se à sociedade envolvente, mas não de forma passiva. Questionaram, mobilizaram-se politicamente e resistiram, fazendo com que o Estado também tivesse que fazer adaptações em sua política indigenista.

Ao longo do século XX, os xavantes aprenderam as normas do Estado brasileiro e utilizaram-se das instituições, muitas das vezes criadas para subordiná-los, para lutarem por seus interesses. Se a ideia do Estado era integrá-los à *civilização* a ponto de deixarem de existir enquanto grupo étnico, tal objetivo não foi alcançado. Ao contrário dos princípios que fundamentavam as políticas indigenistas, os índios brasileiros não estavam em processo de desaparecimento; eles estavam apenas se reinventando, já que a identidade étnica é (re)construída historicamente nas dinâmicas das relações entre grupos étnicos e sociais diferentes. Em outras palavras, os xavantes não estavam perdendo identidade e deixando de ser xavante; o que

perdiam eram território e autonomia política, porém aproveitando as possibilidades surgidas, a partir desse contexto histórico, como estratégias de sobrevivência. Aprenderam noções de autoridade estatal, direitos indígenas e representação política, transformando e remodelando sua etnicidade. Segundo Seth Garfield (2011, p. 25), “[...] os xavantes selecionaram, remoldaram e jogaram de volta o entulho que lhes havia sido lançado, tudo em defesa própria”.

Exatamente nesse contexto histórico, em 1943, nasceu o xavante Dzururã, na língua nativa, na aldeia Namuncurá, na região de Couto-Magalhães (hoje Araguainha), no Mato Grosso. Conhecido posteriormente como Mário Juruna, viveu sem contato com os não-índios até, aproximadamente, seus 16 ou 17 anos, quando, no final dos anos 1950, o projeto do governo do presidente Juscelino Kubitschek de levar a capital do Brasil para Brasília provocou o aumento do preço das terras na região, estimulando ainda mais os interesses especulativos. Sendo assim, a região em que habitava junto a sua comunidade foi violentamente invadida por colonos e fazendeiros, forçando o exílio de muitos xavantes para outras regiões. A comunidade de Juruna buscou abrigo numa Missão Salesiana de São Marcos,⁷⁶⁸ próximo ao município de Barra do Garças. Segundo a repórter Maria Eugênia de Menezes (2002), Juruna lembrava-se dessas experiências de conflito: “Sempre fugindo. Abandonamos roça, nossa maloca, nosso rio, tudo que xavante tinha”. Convivendo com padres salesianos, Juruna aprendeu signos e significados da língua portuguesa, bem como padrões de comportamento próprios dos não-índios, que mais tarde lhe fornecerão munições para sua trajetória de reivindicações.

Entre 1964 e 1969, Mário Juruna trabalhou de roceiro e piloto de barco. Durante as viagens descendo e subindo rios que cortavam o centro-oeste do Brasil, viveu experiências com outros grupos indígenas e percebeu semelhanças. Observou que o avanço implacável da agroindústria era um problema não apenas para sua comunidade, mas também para toda a região visitada. Além disso, as

autoridades que negligenciavam as dificuldades de sua comunidade agiam da mesma forma com outros grupos indígenas (GRAHAM, 2011, p. 275). Ao longo desses momentos de troca de experiências, Juruna construiu laços de solidariedade com outras comunidades indígenas; relações importantes para sua posterior representatividade nacional enquanto interlocutor das demandas indígenas frente ao poder do Estado brasileiro.

Para compreender as relações de Juruna com sua aldeia, com outros grupos indígenas, com o Estado e com a comunidade nacional, é primordial pensar a construção de identidades étnicas a partir da análise da interação. Seguindo a lógica do conceito de fronteiras étnicas do antropólogo Fredrik Barth (2000) não é adequado selecionar categorias físicas, culturais e linguísticas para definir, de forma determinante, um grupo étnico, pois são elementos dinâmicos que estão em constante transformação, mesmo que lentamente. O que define a identidade étnica são as fronteiras entre *nós* e *eles*, construídas a partir do contato. Essas fronteiras também passam por processos históricos de (re)configuração por meio de aproximações e alteridades, de acordo com o contexto em que essas experiências são vividas.

A princípio, antes do contato com não-índios, Mário Juruna se reconhecia enquanto pertencente a sua aldeia em oposição ao *outro*, que poderia ser xavante, xerente, bororo,⁷⁶⁹ ou qualquer grupo que se diferenciasse por algum motivo. A partir da convivência com missionários, Juruna aprendeu novos saberes e valores não pertencentes à cultura xavante e este aprendizado também contribuiu para a mudança da sua percepção sobre ele e sobre o *outro*. Sua ideia sobre o que é ser índio mudou em relação àquela construída quando ele vivia apenas entre índios, mesmo que entre grupos indígenas diferentes. Percebendo que outros grupos indígenas, fora de sua aldeia, viviam situações parecidas com a sua, as diferenças entre eles tornaram-se pouco relevantes diante da experiência de se confrontar com o que é ser um não-índio. Ou seja, ao ter que lidar com

missionários, colonos, fazendeiros e autoridades estatais, Mário Juruna aproximou-se mais dos outros índios, fortalecendo politicamente a identidade indígena. E de uma forma dialética, essa identidade também se fortaleceu a partir do olhar do não-índio sobre eles, criando uma espécie de laço comunitário entre grupos indígenas por estarem (e serem percebidos) em posições sociais similares.⁷⁷⁰ A experiência de ser desrespeitado enquanto sujeito de direito fortaleceu a luta coletiva por reconhecimento e garantias políticas e jurídicas.

Esse processo de construção de uma identidade coletiva indígena foi fundamental para a configuração e consolidação do movimento indígena na década de 1970. Segundo Poliene Bicalho (2010, p. 158), os indígenas sempre resistiram a diferentes práticas integracionistas do Estado, mas foi na década de 1970 que reuniões de lideranças e grupos indígenas distintos representaram “[...] o lugar onde a consciência da necessidade da *luta por reconhecimento* é partilhada por diferentes etnias que começaram a se perceber como coletividade”. Aconteceram várias assembleias a partir de 1974, em que os indígenas discursavam e relatavam suas angústias e sobre as condições de suas comunidades. Ao longo daqueles momentos de troca de experiências, narrativas sobre o passado foram reconstruídas a partir de expectativas do presente, criando vínculos de memória entre eles. Depois, ao retornar às aldeias, relatavam aos demais tudo o que ocorria durante as assembleias. Indubitavelmente, essas viagens foram essenciais para o processo de aprendizado da consciência política dessas lideranças.

Em Meruri, no Mato Grosso, numa aldeia bororo, foi realizada a 3ª Assembleia de Chefes Indígenas, de 2 a 4 de setembro de 1975, a primeira da qual Juruna participou. Entre líderes xavante, bororo, tapirapé, kaiapó e outros, além da presença de padres, Mario Juruna enfatizou a necessidade de intensificar as viagens para Brasília e exigir pessoalmente suas demandas e o cumprimento de promessas.

Aonde índio está sofrendo, vivendo a miséria, no lixo, a gente devia fazer força. Unir para apertar mais o Governo de Brasília. Conversar com o governo, lá em Brasília, até ficar madurando a cabeça dele. Porque se a gente não grita nada o Governo não resolve nada. A gente tem que gritar na cara dele. A gente não precisa ficar com medo. [...] Nós estamos cansados de promessas do governo de Brasília e de tudo quanto é promessa. Mas nós vamos continuar. Vamos brigar. [...] O Presidente pra mim não é nada. [...] Pra ele, índio não conhece terra boa. Ele pega índio assim e joga no lixo, onde a terra não vale nada.⁷⁷¹

Na fala acima, Juruna demonstrou consciência acerca da prática de remoção forçada de comunidades de suas terras, as transferindo para terras improdutivas. Esse processo se intensificou nos anos 1970 devido às obras de infraestrutura e estradas, além do interesse de liberar terras indígenas para projetos do agronegócio. Além disso, o próprio Estatuto do Índio, criado em 1973, tornou legais algumas práticas já denunciadas desde o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sob condições restritivas, mas que muitas vezes não eram respeitadas. Por exemplo, “[...] o artigo 20 introduz a possibilidade de remoção de populações indígenas por imposição da segurança nacional, para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional, e inclui a mineração”.⁷⁷² Considerando que o conceito de segurança nacional era bastante impreciso durante os anos de ditadura militar, na prática, esse artigo serviu para legitimar muitas ações como essa. E a Funai, contrariando seu propósito real, se submetia a políticas estatais ou interesses de particulares e Juruna sabia disso:

A Fundação Nacional do Índio é pra defender o índio. Não é pra defender política militar. A FUNAI não é a Fundação Nacional do Militar. [...] Ele [o Presidente] senta em cima de cadeira bonita, troca gravata bonita, come bem e gasta dinheiro da nação. [...] Ele compra chácara, compra carro bonito, compra fazenda. Ele anda de avião pra outro país onde não tem índio. Ele gasta dinheiro do índio. Então isso a gente tem que falar na cara dele.⁷⁷³

As gerações mais antigas, muitas das vezes, tinham receio de entrar no “mundo do branco”, como afirmou, nessa mesma assembleia, Apoenã, chefe xavante da reserva de São Marcos: “Índio

precisa continuar a ser índio. Conservar os cabelos. Não podemos imitar o civilizado [...] Nossa vida tem que ser conservada até a morte.” Mas para comprar essa briga, Juruna tinha uma estratégia diferente; ele acreditava que para obter sucesso nas reivindicações, ou pelo menos para encurtar o caminho para consegui-las, era preciso o índio aprender as manobras políticas das autoridades, saber como funcionavam as instituições e, a partir daí, fazer uso delas para alcançar seus objetivos. No entanto, o discurso da negação étnica criava determinadas barreiras que ainda deixavam dúvidas e aproximava Juruna da postura do Cacique Apoenã. Para eles, era muito delicada a ideia de assumir traços do modo de vida dos considerados civilizados, pois a sociedade envolvente cobrava deles uma cultura presa ao passado, semelhante àquela do século XV, como os hábitos da caça e da pesca, andar seminu, enfeitar-se com cocar, colares e pintura corporal, morar em oca etc. Ou seja, o índio que assumisse as transformações, inerentes a qualquer grupo humano que vive o processo histórico, e fugisse desse estereótipo corria o risco de ter sua identidade indígena negada pelo *outro*. Portanto, Juruna propõe-se a conhecer para lutar, mas com cautela, até porque a não aceitação também era uma estratégia para continuar sendo identificado como índio.

A gente tem que conhecer a vida do branco. Eu já lutei muito, já pelejei pra aprender a vida do branco. A vida do índio é mais simples. A vida do índio não é mentirosa. Não tem muita encrenca. Não tem sujeira. [...] Eu não aceitei tirar documento, tirar certidão, tirar identidade porque com documento você não é mais índio. Você não tem mais direito de falar com o Governo de Brasília, não tem direito de gritar na frente do palácio dele.⁷⁷⁴

Para Juruna, providenciar documento significaria tornar-se um cidadão comum e, como consequência, perder os direitos próprios dos indígenas. E não era um medo infundado, já que a política indigenista da ditadura não escondia seus propósitos em acelerar a integração do índio a ponto de torná-lo um integrante da nação, o que para o Estado, de fato, significava não mais considerar sua

“indianidade”. Além disso, no auge da censura e do autoritarismo, os grupos indígenas pareciam um dos poucos a conseguir brechas maiores para fazer exigências em espaços públicos. Sem dúvida, o apoio internacional à causa parecia intimidar as autoridades, pelo menos diante dos holofotes da mídia.

Mário Juruna enfrentava e não temia repressão ao relatar, com orgulho, que expulsou o fazendeiro Otacílio Tontinho da região. Em 1973, havia contado a jornalistas que recorrera ao ministro do Interior Costa Cavalcanti numa de suas viagens a Brasília (VALENTE, 2017, p. 345). Cavalcanti prometeu agir, mas com cautela devido ao lugar social que o fazendeiro ocupava. Disse Juruna que esperou a data prometida, que não foi cumprida. Sendo assim, decidiu, juntamente a outros líderes, agir por conta própria e expulsar o fazendeiro. O conflito teve a intervenção da polícia militar, que, ao chegar no local, também foi interpelado por Juruna: “Safadeza de polícia. O fazendeiro até compra polícia. Você não tem direito de falar aqui no centro da aldeia. Você não pode mais entrar com arma de fogo. [...] Se você quiser, pode andar no palácio. Aqui não.” Na 3ª Assembleia de Chefes Indígenas, Mário Juruna terminou seu discurso selando sua aliança com outras etnias, colocando acima das diferenças entre elas a identidade indígena: “A gente tem que lutar unido. A gente de São Marcos ajuda Bororo. Sangradouro ajuda Bororo. A gente não precisa lembrar aquele passado que foi briga. Hoje vamos ser unidos.”

As divergências e disputas políticas internas não foram suprimidas, mas em vários momentos deram espaços para o fortalecimento de lideranças indígenas, como a de Mário Juruna, importante para a consolidação do movimento indígena brasileiro. O líder xavante era constantemente citado como referência por outros indígenas, como o depoimento do xavante Tsereñimi` Râmi na 8ª Assembleia de Chefes Indígenas, realizada em abril de 1977, em Ijuí, Rio Grande do Sul: “Funai não dá remédio. Porque nós estamos sofrendo muito. Mas aquele Mário Juruna, chefe de Namacurá, ele

tem a cabeça mais na frente. Aquele é mais bom. Ele conversou com General Ismarth, pra mandar remédio, pra ajudar a saúde." ⁷⁷⁵

A partir de 1974, Mário Juruna passou a aparecer nas páginas dos jornais com bastante frequência, narrando suas viagens a Brasília. As matérias jornalísticas estavam dando voz a um personagem histórico bastante inusitado para o senso comum e, de certa forma, fortalecendo sua representatividade enquanto líder indígena, dando-lhe visibilidade em âmbito nacional.

Juruna contra políticas indigenistas

Compreendendo a existência da autoridade do Estado Nacional, Mário Juruna iniciou suas viagens à capital do país, com a expectativa de conseguir, mais facilmente, atendimento às demandas de sua comunidade. Ao longo dessas experiências, o líder xavante foi construindo uma narrativa sobre o *outro* que expressa suas impressões e sentimentos de alteridade. No entanto, grande parte dessas imagens e representações de Juruna, sobre a cidade e os políticos de Brasília foram divulgadas por meio do filtro da imprensa, cujo olhar também é configurado a partir de seus estranhamentos em relação ao personagem em questão. Mesmo assim, ainda é possível analisar sua fala transmitida através da imprensa, considerando sob quais condições e propósitos ela foi escrita.

Em suas viagens aos grandes centros urbanos, Juruna tornou pública uma realidade pouco conhecida ou simplesmente ignorada. Os conflitos violentos com fazendeiros locais e a situação de carestia em que viviam provocaram comoções na opinião pública. Representando sua comunidade, o cacique xavante perambulava nos corredores da Presidência, da Funai e do Ministério do Interior denunciando as invasões de suas terras e pedindo produtos de necessidade básica, como agasalhos, vestimentas, máquinas e instrumentos de trabalho.

Em janeiro de 1977, Mário Juruna foi para Brasília pedir “três cobertores para as viúvas, a caixa de sabão em barra, os 25 pares de botinas e munição para caça” e, depois de duas semanas, frustrado por não ser atendido, decidiu voltar para a aldeia. Ao fazer a cobertura de sua despedida, o *Jornal do Brasil* conversou com o cacique. Desolado, Juruna desabafa: “[...] antes o branco pisava em cima do índio. Hoje, o índio não precisa ser escravo de branco, o índio não precisa ser escravo de ninguém, o índio é pessoa”. Tratava-se não apenas da demanda por necessidades materiais; era mais que isso. Juruna exigia ser reconhecido como pessoa, digna de direitos e respeito. Andando com um gravador numa sacola de plástico, pretendia gravar as conversas que teria com qualquer autoridade. Segundo a reportagem do *Jornal do Brasil* (BRAGA, 1977), o gravador de Juruna irritou Francelisio van Der Broocke, ex-diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, mas a resposta do xavante mostrou despreocupação em relação a isso: “Se quiser, pode proibir. Mas eu não vou aceitar. [...] Pode brigar à vontade. Se você quiser, pode me mandar para a cadeia.”⁷⁷⁶

Em 29 de março de 1984, Mário Juruna concedeu uma entrevista ao Globo Repórter,⁷⁷⁷ em que explica para o repórter Ernesto Paglia a razão que o levou a ter a ideia de gravar o que falavam para ele. Em suas palavras,⁷⁷⁸ “[...] eu não acreditava na conversa de autoridade, na conversa de ministro, na conversa da Funai. Então inventei com gravador apresentar e gravar só pra comunidade indígena, o que o branco sempre usa a palavra bonito, sem prática, sem cumprir a palavra”. (JURUNA, 1984)

Depois de tantas promessas não cumpridas, Mário Juruna não tinha mais dúvida sobre a desonestidade das autoridades; para ele, a burocracia para falar com um deles era uma forma de tentar enganá-lo. A comparação era inevitável: “Na minha tribo, qualquer pessoa que chega pode falar com o chefe. A pessoa chega, encaminha e vai embora. Não tem burocracia. Lá o que vale é a palavra. Palavra de homem é palavra de homem” (BRAGA, 1977). Mas era incansável e

insistente; suas tentativas não se restringiam a viagens a Brasília e nem a pedidos ao poder Executivo. Em maio de 1978, Juruna estava em Curitiba cobrando a promessa feita pelo deputado estadual pelo MDB José Domingos Scarpelini de doar um trator agrícola para a reserva de São Marcos. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Juruna já vinha pedindo o trator a várias autoridades há cinco anos e somente dessa vez foi contemplado.⁷⁷⁹

Para o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, a doação de donativos aos índios era prejudicial, pois criava “uma imagem de mendicância e de um paternalismo absurdo”. Além disso, afirmou que Mário Juruna era “[...] um inocente útil para a imprensa, e hoje é vítima da notoriedade que ganhou: não é nem índio nem branco”.⁷⁸⁰ A expressão *inocente útil* era bastante utilizada pelos adeptos do regime autoritário para se referir a indivíduos inofensivos que supostamente eram usados por grupos mal-intencionados em prol de causas subversivas. Sem dúvida, a imprensa aproveitou as brechas com a questão indígena para questionar o sistema e o governo; no entanto, Juruna não pode ser considerado um personagem inocente, passivo e manipulado. Ao contrário, seus atos eram motivados por seus próprios valores e interesses e o acolhimento da imprensa naquele momento foi fundamental para a promoção da causa indígena. Mas o presidente da Funai insistia em desqualificá-lo, atribuindo-lhe comportamentos irracionais. Em suas palavras, Juruna vinha apresentando esses sintomas desde que ficou famoso e ganhou o trator do deputado, quando “chorou convulsivamente”. Outra suposta crise, segundo o general Ismarth, foi após a apresentação de Juruna, vestido de terno e gravata, num show de Caetano Veloso e Gal Costa. Para ele, ao se comportar desta forma, Juruna estaria perdendo sua identidade étnica, sobretudo porque estaria abandonando sua aldeia, deixando de trabalhar para viver da facilidade das esmolas.

O presidente da Funai não percebia que Mário Juruna estava passando por um processo de aprendizado e, como ator político, atuava conscientemente no sentido de interferir nas decisões que

diziam respeito não somente a sua aldeia, mas à questão indígena como um todo. A concepção do general Ismarth de Araújo expressava a forte presença de um imaginário social estigmatizado sobre o índio brasileiro, construído e reeditado durante séculos, que se traduzia em políticas indigenistas questionáveis. Para se referir apenas ao período republicano, a visão positivista sustentou a criação do Código Civil de 1916, que estabelecia a tutela indígena por considerá-lo um ser *relativamente incapaz*. A partir daí, o Estado, representado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), comprometia-se a promover progressivamente a adaptação do índio à vida *civilizada*, até que sua condição de *primitivo* fosse superada. A lei previa a *emancipação* do índio quando este se tornasse capaz de exercer a cidadania mediante os parâmetros da cultura *branca* (BECKER; ROCHA, 2017). Ou seja, ser índio era entendido como um estado transitório e superável. Seguindo esta lógica, a crença evolucionista era de que havia um processo de desaparecimento dos índios brasileiros em curso. O objetivo da ditadura militar era acelerar esse processo, até porque considerava os índios brasileiros um grande empecilho ao seu projeto de desenvolvimento para o país. Na prática, emancipar o índio significaria, além da negação de sua identidade étnica, emancipá-lo do direito às terras.

No início do ano de 1978, o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, declarou que o presidente Geisel assinaria o Decreto de Emancipação ainda em fevereiro daquele ano. A reação da sociedade foi imediata; diversos setores civis mobilizaram-se para combater esse desejo do governo. Junto a eles, grupos indígenas ocuparam espaços urbanos para reivindicar o direito à diversidade, demonstrando consciência de que esse decreto traria resultados negativos para eles. Exigiam ser reconhecidos como cidadãos brasileiros e, ao mesmo tempo, continuar sendo índios. Mesmo antes da declaração acima, o governo já havia dado sinais da sua intensão e o debate já corria solto no Congresso Nacional. Segundo o deputado federal do MDB/SP, Edgar Martins, em seu discurso em plenária, o ministro Rangel Reis declarara que “[...] teria falhado a política integracionista do atual

governo se, até o final da administração Geisel, não se obtiver a emancipação de pelo menos uma tribo” (MARTINS, 1977, p. 398). Neste mesmo discurso, o deputado citou Mário Juruna para justificar seu argumento de que a proposta do governo era inconstitucional⁷⁸¹ e que o ministro não compreendia – e nem se esforçava para isso – a realidade dos índios brasileiros. O índio xavante havia dito para a imprensa, sem receio algum, que Rangel Reis “não entende de índio!” e, portanto, não teria propriedade para falar e decidir sobre o assunto.

Assim como o movimento indígena, Juruna era contra a emancipação. Não sabia exatamente em que termos esse decreto seria estabelecido, mas desconfiava dos seus resultados. Segundo a *Folha de S. Paulo*,⁷⁸² Juruna teria dito: “Não quero ser emancipado e já disse isso ao presidente (General Ismarth). Estou muito preocupado com a questão do direito à terra e acho que do jeito que tá, tá bom. [...] Não sei. Depois que a gente for emancipado podem querer prender a gente.” Em abril de 1978, Juruna liderou uma caravana de 27 xavantes para participar da Semana do Índio em São Paulo, com eventos no Teatro Municipal e na Biblioteca Pública, a convite da Secretaria Municipal de Cultura. Além das apresentações culturais, aproveitaram a viagem para agir politicamente na cidade grande; provocaram debates acerca do problema da demarcação de terras em reservas e da falta de equipamentos agrícolas em suas comunidades. Seu líder não deixaria de se posicionar publicamente, mais uma vez, sobre o Decreto no ministro do Interior: “Não aceito, pois vai acabar com o meu povo e com suas terras”.⁷⁸³

Junto a outros líderes xavante, Mário Juruna foi a Brasília em novembro tentar uma audiência com o então candidato à presidência da República, general João Baptista de Figueiredo, para lhe dizer que o futuro presidente da Funai deveria ser “[...] alguém que conheça os problemas e a vida dos índios, que é amigo dos índios, e não um general aposentado que não entende nada da gente”.⁷⁸⁴ Juruna referia-se ao presidente da Funai Ismarth de Oliveira, com quem teve

desavenças ao critica-lo por só enviar papéis e não recursos para Barra do Garça. Além disso, o líder xavante sentiu-se ofendido com a declaração do presidente da Funai de que ele era “mais branco do que índio” e que suas atitudes estavam provocando o “processo de desintegração tribal” das comunidades sobre sua liderança.⁷⁸⁵ Sem dúvida, Juruna era um dos principais alvos da proposta do Decreto de Emancipação do governo.

A proposta de Rangel Reis era uma das estratégias da política indigenista da ditadura militar para descaracterizar os indígenas, pois, conforme a legislação, o índio emancipado perderia a tutela estatal e seus direitos constitucionais à terra. A risca, os direitos indígenas à terra derivavam do fato de serem os primeiros habitantes e não devido à tutela do Estado; no entanto, os interesses envolvidos, sem dúvida, tentariam de todas as formas burlar as distinções legais para usurpar essas terras (GARFIELD, 2011, p. 277). Todavia, foi pressionado pelos movimentos civis e pelos líderes indígenas a recuar. De fato, com todas as suas deficiências, a Funai era um órgão estatal reconhecido pelos indígenas como mediador de suas reivindicações; o regime de tutela naquele momento, sem desconsiderar suas contradições, representava, para os indígenas, brechas para construir suas estratégias de luta, apropriando-se do discurso do Estado e da legislação. Diante dessa dialética política, diversas vezes, o Estado foi forçado a rever sua política indigenista, como foi o caso do Decreto de Emancipação, engavetado por pressão social. Todavia, o governo não desistiu de sua política indigenista e os conflitos não só continuaram como se intensificaram no ano seguinte.

Em 1979, assumiu a gestão da Funai o coronel aposentado da Força Aérea Brasileira João Carlos Nobre da Veiga. Insensível às causas indígenas, propôs “critérios de indianidade”, uma espécie de padrão étnico baseado em características culturais, biológicas e psicológicas definido pela Funai, isto é, quem não se enquadrasse perderia a tutela e o direito a terras. A proposta seguia os mesmos fundamentos do Decreto de Emancipação da gestão anterior e, portanto, os protestos

de indígenas, missionários, jornalistas, intelectuais e advogados não tardaram e se arrastaram pelo ano seguinte. Segundo Garfield, ao longo do anos de 1980, estava explícito que a Funai era um órgão público em crise, alvo de críticas contundentes ao autoritarismo e aos casos de corrupção sob a gestão de Nobre da Veiga (GARFIELD, 2011, p. 309).

Até então, vinham se articulando muitas organizações civis de apoio à causa indígena, mas foi em junho de 1980 que surgiu a União das Nações Indígenas (UNI), a primeira organização criada por indígenas e somente por eles. Após 3 dias de reunião em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a UNI foi lançada oficialmente no dia 7 de junho na aldeia Terena, com o objetivo de declarar a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas na luta pelos seus direitos à terra e ao reconhecimento. Um dos seus fundadores, Mário Juruna, aproveitou a reunião para convocar as lideranças para uma viagem a Brasília solicitar o afastamento do presidente da Funai. No dia 17 daquele mês, 40 índios, liderados por Juruna, ocuparam a sede da Funai para exigir a demissão de Nobre da Veiga, além de outros coronéis funcionários do órgão. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o cacique Juruna foi escolhido porta-voz de 12 etnias diferentes neste ato-protesto e ameaçou adotar o enfrentamento, se fosse necessário: "Se o governo não tomar conhecimento do que estão fazendo, podemos expulsar eles no tapa; não interessa se a gente vai morrer nessa sala ou se vai ser preso: nós podemos derramar sangue em frente à Funai e isso vai ser uma vergonha para nosso país."⁷⁸⁶

No início da década de 1980, o cacique da aldeia Namuncurá já ganhara notoriedade internacional enquanto porta-voz dos índios brasileiros. Considerado por muitos setores sociais como embaixador das causas indígenas, Juruna era, provavelmente, o índio mais conhecido no Brasil. Com ousadia e sarcasmo e, muitas vezes, um toque de humor, o xavante era lembrado por suas frases de impacto, que ganharam em espaço reservado no boletim do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) chamado *Aconteceu Especial*.

Em uma dessas intervenções, Juruna não escondia suas estratégias de luta:

A Funai está querendo tirar a liberdade indígena. Parece que o indígena é irresponsável. Ocorre que se aprendermos a vida do branco incomodaremos mais a Funai, pois faremos mais queixas contra ela. Se não aprendermos nada da linguagem do branco, para a Funai é melhor, porque a gente não falaria nada. É positivo porque não fazemos queixa. Faríamos como a Funai quer. [...] Para ela o índio não é importante, e não devemos aprender nada sobre a linguagem do branco. Enfim somos instrumentos. Somos objetos que se prega na parede e fica bonito.⁷⁸⁷

Segundo João Pacheco de Oliveira (2014, p. 144), “[...] o núcleo básico da tutela é a atribuição a um grupo do poder de falar e agir no lugar de outro, instituindo entre ambos uma relação complexa de expectativas e trocas assimétricas”. De fato, o regime de tutela praticado pelos órgãos estatais partia do pressuposto de que, sendo *relativamente incapazes*, os índios necessitavam de direcionamento externo; como crianças, eram irresponsáveis em suas ações e, portanto, precisavam passar por um processo educacional sob controle do Estado. No entanto, na prática, as normas jurídicas da tutela não conseguiam definir formas de ação concretas, pois o tutor terá sempre a liberdade de decidir os rumos da vida do tutelado, de acordo com a conveniência, conjuntura e interesses (OLIVEIRA, 2014). Isto é, para os setores contrários à causa indígena, romper com a tutela significaria negar a condição étnica das comunidades indígenas e cerceá-las dos direitos garantidos.

Em sua fala, Mário Juruna não só identifica essa natureza da tutela e o uso político que a Funai e o governo convenientemente faziam dos índios brasileiros, como pensava em uma estratégia para driblá-los. Juruna pretendia ser mais que um objeto “que se prega na parede e fica bonito”; ele se empenhou em aprender “linguagem do branco” para usar seus próprios instrumentos de dominação em prol da luta indígena por liberdade, cidadania e reconhecimento. A escolha dessas estratégias políticas, algumas vezes, fez a ditadura militar recuar e se adaptar a situações não previstas, como foi o

famoso imbróglio provocado pelo convite ao líder xavante para participar do IV Tribunal Russel, na Holanda.

Viagem a Holanda

“Juruna não irá”,⁷⁸⁸ afirmou o ministro do Interior Mário Andreazza após o convite ao xavante, em 8 de outubro de 1980, para ocupar a função de jurado no IV Tribunal Russel, que aconteceria entre os dias 23 e 30 de novembro. Dentre os inúmeros convites de viagens internacionais para participar de eventos acerca dos direitos indígenas, este, feito pela ONG Bertrand Russell Peace Foundation, foi o que mais marcou a trajetória política de Mário Juruna.

O Tribunal Bertrand Russell era uma corte internacional não-governamental, com a finalidade de julgar simbolicamente e denunciar publicamente crimes contra a humanidade. Realizado em Roterdã, na Holanda, sua 4ª edição teve como objeto de debate a violação dos direitos indígenas nas Américas. Além de Juruna, foram convidados o antropólogo Darcy Ribeiro e dois indigenistas que se demitiram da Funai por discordarem de sua política indigenista, dentre outros. A ditadura militar reagiu e, fundamentando seus argumentos no Estatuto do Índio que o definia como tutelado e no fato de não reconhecer a legitimidade do tribunal, proibiu a viagem do xavante. Todavia, cabe destacar que, pouco tempo antes, a Funai havia autorizado as viagens para o México de dois indígenas “menos barulhentos e mais comportados”, como publicou a revista *Veja* (VALENTE, 2017, p. 348).

Orientado pelo deputado do PMDB de Alagoas, José Costa, o cacique decidiu aguardar, ainda por alguns dias, o retorno da Polícia Federal sobre a emissão – ou não – do seu passaporte. Diante da negativa da Funai e do Ministério do Interior, no dia 10 de novembro, em Brasília, Juruna entrou com mandado de segurança junto ao Tribunal Federal de Recursos contra a decisão. O processo baseia-se no direito de liberdade de locomoção, garantido na Declaração

Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas, de 1948. A partir daí, os argumentos são construídos e os discursos dos magistrados passeiam ora pela esfera da ideia de que Mário Juruna, por sua condição humana, seria um sujeito de direito, ora por princípios preconceituosos e estigmatizados.

Tendo como justificativa teses de intelectuais especialistas no assunto, o advogado de defesa José de Oliveira Beja afirma, fundamentando-se na Constituição Federal Brasileira.

Quanto à isonomia, o paciente vem sofrendo discriminação preconceituosa e sem qualquer amparo científico relativos à sua capacidade de se determinar na vida. Efetivamente, o silvícola tem todas as qualificações éticas e intelectuais do ser humano; tem capacidade de raciocínio lógico, dentro da sua própria cultura, dos seus valores e dos seus peculiares interesses.⁷⁸⁹

No trecho acima, proclama-se seu direito de liberdade, que não pode ser cerceado pelo regime de tutela, pois entende-se que “[...] a tutela deve ser exercida em benefício do tutelado e não contra este”.⁷⁹⁰ Neste sentido, a tutela é interpretada como um regime de proteção e garantia de direitos e não a certificação de sua incapacidade, já que o índio é visto como um ser independente e capaz de tomar decisões baseadas em seus próprios padrões culturais. Afirma-se, portanto, o vínculo entre as comunidades indígenas e o Estado brasileiro. Por outro lado, contraditoriamente, esse vínculo foi negado mais adiante pelo discurso do mesmo advogado para justificar a incoerência da decisão de impedir a viagem de Juruna, que teria a identidade nacional própria da comunidade indígena a que pertence.

[...] os indígenas não são cidadãos brasileiros, porquanto não participam das decisões políticas desse estado e nem se fazem representar. os indígenas não participaram do pacto político que instaurou o estado brasileiro. outrossim, a nação indígena não se confunde com a nação brasileira, pois são dois grupos naturais distintos, sendo que a última atingiu o grau de civilização, não atingido ainda pela primeira.⁷⁹¹

Nota-se, no trecho acima, que o advogado se baseia no imaginário estigmatizado do índio em fase inicial na escala de

evolução. Os preconceitos eram tão arraigados e naturalizados pelo senso comum que até mesmo defensores da causa expressavam, muitas vezes, esses estereótipos. Além disso, a defensoria faz uso dos textos constitucionais para afirmar que o próprio Estado admite não ser o índio integrante da Nação brasileira quando propõe sua integração progressiva. Por conseguinte, não teria autoridade para impedir a viagem de Mário Juruna, pois “[...] legislar para esse povo com o objetivo de obrigá-los juridicamente, é o mesmo que pretender legislar para cidadãos de outros estados”.⁷⁹² Demonstra-se aí a dificuldade – a propósito, existente até hoje – do Estado e a sociedade brasileira em se reconhecer, de fato, como pluriétnica. Entretanto, a fala de Juruna contrariava o discurso da própria defesa ao afirmar com convicção “Sou mais brasileiro do que todos eles”, após a negativa liminar do Tribunal Federal de Recursos de permitir sua participação como jurado do Tribunal Russell.⁷⁹³ O cacique xavante reivindicava sua identidade múltipla: índio xavante e cidadão brasileiro.

Indignado, Mário Juruna assina uma carta endereçada aos organizadores do evento na Holanda, explicando o porquê do seu não comparecimento:

Parece que Governo brasileiro tem medo de me deixar ir porque eu vou contar, vou explicar para todo mundo aí da Holanda a judiação, o crime que a Funai, que o Coronel Nobre da Veiga está fazendo contra as tribos indígenas do Brasil. Eles tem medo de mim, porque eu não sou índio bobo [...], eu reclamo das autoridades, reclamo na imprensa para atenderem os índios que estão sem terra, que estão passando fome.⁷⁹⁴

Quando o evento começou em Rotterdã (Holanda), Juruna ainda estava retido no Brasil impedido de embarcar para a Holanda. Mas, como ato político para pressionar o governo brasileiro, os jurados do Tribunal Russell elegeram Juruna como presidente do evento. A estratégia deu certo. Num julgamento que durou mais de seis horas, o mais longo de sua história até então, o Tribunal Federal de Recursos não teve outra saída diante da pressão internacional e, finalmente,

aprovou em 27 de novembro o *habeas corpus* a Mário Juruna.⁷⁹⁵ Somente no fim da noite do dia 28 conseguiu embarcar, chegando apenas para as sessões finais do evento. Apesar disso, o caso foi significativo para a trajetória política de Mário Juruna, que ganhou ainda mais visibilidade. Segundo o *Jornal do Brasil*, antes de desembarcar em Amsterdã, Juruna havia declarado que “[...] a decisão judicial deve ser vista como uma advertência para a Funai, de que os índios não podem mais ser tratados como minoria.”⁷⁹⁶

Mário Juruna retornou com mais respaldo político da opinião pública, da imprensa nacional e internacional e dos movimentos sociais em prol da causa indígena. Ao desembarcar no Rio de Janeiro no dia 6 de dezembro, já fez uma declaração polêmica:

Eu expliquei que, no Brasil, os militares querem prender as pessoas no País com cadeado e ficar com as chaves. Parece até que não existe povo e que só os militares têm capacidade para dirigir. Disse que os militares mandam no civil porque não há um acordo entre grandes e pequenos.⁷⁹⁷

Sobretudo após a participação no Tribunal Russell, Mário Juruna tornou-se um dos índios mais conhecido do país e, inclusive, foi convidado pelo Laboratório Beta-Atalaia para protagonizar a propaganda de seu famoso produto, o elixir Atalaia Jurubeba, que prometia curar dores de fígado: “Eu índio, não sofre fígado. Eu usa planta jurubeba. Cacique Juruna tá na cidade, só toma Atalaia Jurubeba”,⁷⁹⁸ dizia Juruna no comercial. O fato deu no que falar, até porque Juruna recebeu 100 mil cruzeiros pelo trabalho. A *Folha de S. Paulo* avaliou que “[...] bastaram 15 segundos com o cacique Mário Juruna no ar para que o comercial passasse a ser um dos mais comentados pelo público e pelos publicitários”.⁷⁹⁹ Uns consideraram a ideia do *marketing* genial, outros acharam horrível, mas o fato é que, de uma forma ou de outra, o comercial foi comentado, tornando Juruna ainda mais famoso.

No mês seguinte, em fevereiro de 1981, Juruna viajou para Salvador, capital baiana, na condição de convidado especial do Baile

de Oxum, organizado por intelectuais e artistas, um dos eventos carnavalescos mais importantes do estado. Irritado com as críticas ao seu comportamento nos últimos acontecimentos, replicou: "Branco pode fazer propaganda e ninguém fala nada. Político também. Pelé ganha milhões e ninguém pergunta como ele gasta."⁸⁰⁰ A indignação de Juruna foi provocada devido à estranheza com que a opinião pública recebeu a notícia da sua atuação como garoto-propaganda e participação em uma festa de carnaval pelo simples fato de ele ser índio, consequência do estereótipo que caracteriza os grupos indígenas como seres próprios da selva – silvícola – e não preparados para estes tipos de atividades urbanas. Mesmo assim, esforçou-se para se justificar, já que para ser reconhecido pela sociedade como *índio autêntico*, teria que se aproximar da imagem do índio imaginado por ela: "Não nasci para brincar carnaval, mas para defender comunidade indígena. [...] vou olhar de longe, sem pular".⁸⁰¹ Marcou presença no carnaval baiano mas não deixou as atividades políticas de lado; aproveitou a viagem para se encontrar com lideranças de oposição, visitou um terreiro de candomblé, deu palestras no Centro de Estudos e Ação Social dos padres jesuítas, passeou pela Baía de Todos os Santos e outros lugares históricos, pediu ao governador Antônio Carlos Magalhães um terreno em Salvador para a construção da Casa do Índio, visitou a OAB-Seção Bahia para reivindicar atenção à apuração de crimes contra índios do estado e, por fim, participou da inauguração de uma rua com seu nome no condomínio habitacional Aldeia do Jaguaribe.

As autoridades políticas e a Funai tentavam ridicularizar e desqualificar a imagem de Juruna, o acusando de roubos, oportunismo e até mesmo de abandono de sua aldeia para viajar. Juruna rebatia as críticas sempre comparando a diferença de tratamento com relação ao *homem branco* diante de uma mesma situação; questionava o porquê da normalidade do não-índio de fazer viagens e, por outro lado, da acusação de abandonar sua comunidade feita a ele quando viajava. E não estava desatento às estratégias do órgão indigenista de enfraquecimento de lideranças. Em suas

palavras, a tática da Funai era “[...] chegar na aldeia e pegar assinaturas dos índios. Como os índios não sabem para que servem as assinaturas, eles assinam. Depois a Funai diz que os índios não querem os seus líderes.” Diante da política indigenista desfavorável levada a cabo pela Funai e a forma como o órgão tratava as lideranças mais combatentes, Mário Juruna decidiu mudar sua estratégia de luta; entendeu que em período de redemocratização e de retorno dos valores da democracia representativa, a participação na política institucional de forma efetiva poderia ser um caminho possível: “vou me candidatar para continuar lutando”, disse Juruna.⁸⁰²

Juruna no Congresso Nacional

De líder xavante na aldeia Namuncurá, na reserva indígena de São Marcos, em Mato Grosso, a candidato a uma vaga no Câmara de Deputados Federal, Mário Juruna continuava, no ano de 1981, a ser notícia em mais de 50 jornais espalhados por regiões diferentes do Brasil, além de entrevistas na TV, e a incomodar autoridades políticas e indigenistas. Ao receber a notícia de sua candidatura para as eleições legislativas de 1982, a Funai reagiu divulgando várias notas sobre sua vida pessoal e sua “integração” aos costumes do *homem branco*. O órgão indigenista não tentou impedir sua candidatura, mas insistiu na estratégia da difamação e do discurso do *índio impuro*. Segundo a Funai, para estar de acordo com a legalidade, Juruna “deveria apresentar requerimento pedindo a sua emancipação”.⁸⁰³

Apesar do Decreto de Emancipação ter sido engavetado em 1978, esse desejo nunca saía da pauta das políticas indigenistas promovidas pela Funai, sobretudo nos anos 1980, quando as lutas indígenas ganharam maior expressão política, com a organização da UNI e a candidatura de Mário Juruna. O presidente da República João Figueiredo, baseado em relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) da ditadura, considerava graves os inconvenientes causados por esse comportamento de lideranças indígenas, que estavam sendo

supostamente apadrinhadas por pessoas interessadas em subverter a ordem e incentivar os índios contra o governo. Por esse motivo, a Funai comprometeu-se a revisar o Estatuto do Índio, em especial o capítulo referente à emancipação “[...] para que não ocorram problemas como o do cacique Mário Juruna”.⁸⁰⁴ O novo projeto pretendia emancipar indígenas, mesmo sem seu requerimento da liberação da tutela e, sem dúvida, o candidato Juruna era um dos seus primeiros alvos.

A proposta do novo projeto provocou a indignação de antropólogos. Segundo o antropólogo do Museu Nacional, Eduardo Viveiros de Castro, a decisão da Funai de criar critérios de “indianidade” foi tomada após a vitória de Mário Juruna em conseguir, na Justiça, a autorização para viajar para a Holanda. Para ele, a obsessão da Funai em aplicar esses critérios baseava-se na intenção de livrar-se da responsabilidade do amparo legal às comunidades indígenas e de reprimir as lideranças indígenas, descaracterizando-as.⁸⁰⁵ Se a Funai conseguisse provar que lideranças como Mário Juruna não eram mais índios, poderia enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, prendê-los e processá-los.

Enquanto isso, Mário Juruna emplaca na campanha política em páginas da imprensa. Mais do que nunca, o líder xavante pretendia se firmar enquanto protagonista da causa indígena e reivindicava sua autonomia sem precisar de porta-vozes não-indígenas que desconheciam as necessidades dos povos indígenas. Para ele, o índio não precisava ser instrumento do governo, pois tinha plena capacidade de exercer a cidadania brasileira por conta própria.

A princípio, os jornais noticiaram sua candidatura para deputado federal pelo PMDB de Mato Grosso em março de 1981. Mas em setembro, seu partido foi definido oficialmente: Juruna seria candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Segundo o depoimento do líder do PDT, Leonel Brizola ⁸⁰⁶(1984), para o Globo Repórter, Mário Juruna o procurou diretamente:

Um dia eu me encontrava em casa, era um sábado de tarde, e eu atendi o telefone. E estranhei aquela voz. E lá do outro lado do fio, me disse: olha, aqui é o Juruna. Digo: Juruna, o índio? O cacique? ... É, ele mesmo. E diz: Brizola, como é que anda a política aí? Eu digo: olha, ela vai indo, difícil. Pois é... [...] eu estava querendo entrar pra política. Eu digo: Mas ótimo, que bom.

Conforme constata Rubens Valente (2017, p. 349), apesar da versão de Brizola não mencionar a atuação do seu correligionário Darcy Ribeiro no contato com Juruna, é plausível supor que houve uma participação significativa do antropólogo na aproximação do índio xavante com o PDT. Darcy Ribeiro era um intelectual militante da causa indígena e possuía uma relação próxima com o movimento indígena desde o início. Nas aparições na TV, quase sempre Darcy apresentava-se ao lado de Juruna. De qualquer forma, a estratégia política do trabalhismo brizolista era incorporar a figura de Juruna como representante indígena no PDT.

Mesmo antes de retornar do exílio em Portugal, Leonel Brizola já havia desenhado os princípios do que chamou de “Novo PTB”. Por meio de um trabalho de memória, Brizola reinventou a tradição trabalhista, relendo o passado anterior ao golpe de 1964 e o adaptando às demandas do presente de acordo com a conjuntura política de retorno dos valores da democracia representativa. Para além da releitura da bandeira pelos direitos do trabalho e pelo nacionalismo, o programa do novo partido trabalhista incorporou o pluralismo dos conflitos sociais referentes a questões étnicas e de gênero, raramente debatidas por outras correntes de esquerda naquele contexto histórico (MACEDO, 2015, p. 90-91). A Carta de Lisboa, documento fundador do “Novo PTB”, redigida no Congresso de Lisboa, já havia mencionado os povos indígenas ao assumir o compromisso de “[...] buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira”.⁸⁰⁷

O “Novo PTB”, que posteriormente foi registrado como PDT,⁸⁰⁸ continuava lutando por demandas de trabalhadores, mas assumiria também a luta pelas necessidades de todos os setores marginalizados da sociedade, como os indígenas. Portanto, a aproximação com Mário Juruna estava de acordo com as propostas definidas no seu programa partidário. O candidato xavante, por sua vez, encontrou nessa brecha a oportunidade de continuar lutando, por meio da via institucional, pelos direitos e reivindicações do movimento indígena. Durante a cerimônia de filiação, Juruna fez questão de responder às perguntas dos repórteres, que queriam saber por qual motivo escolheu o estado do Rio de Janeiro e não Mato Grosso, seu estado, e por que o PDT e não o PMDB, como havia sido divulgado anteriormente. Não titubeou na afirmação convicta de sua liberdade de escolha, como qualquer cidadão: “Vou me candidatar a deputado federal pelo Rio porque sou brasileiro e livre. Por isso posso me candidatar por onde quiser, neste País. [...] Como sou livre, poderia escolher qualquer partido.”⁸⁰⁹ Declarou ainda que o PMDB demorou muito a se interessar por ele e o PDT foi mais ágil nos trâmites políticos e burocráticos, por isso a opção pelo trabalhismo.

O índio Marcos Terena, presidente da UNI, logo declarou apoio a Juruna, pois também acreditava na importância dos caminhos abertos pelos partidos políticos para a luta indígena, mas também fez uma crítica sutil ao afirmar que Juruna “[...] não tem estrutura para resistir a tanto aparato e mordomias e, por isso, nós não vamos abandoná-lo.”⁸¹⁰ O cacique xavante Aniceto também declarou apoio a Juruna e criticou a Funai por tentar provocar inimizades entre o candidato e os xavantes. Em Brasília, declarou que os xavantes apoiavam a candidatura e que ele iria ajudar na campanha política.

Em sua campanha, Juruna propiciou muitos debates a respeito da autodeterminação dos povos indígenas. Para os que viam com simpatia, sua candidatura seria uma oportunidade de dar voz a grupos sociais marginalizados, como os indígenas. Para aqueles que rejeitavam a ideia e viam com desconfiança, Mário Juruna já não seria

mais representante legítimo dos interesses indígenas, especialmente porque havia se casado com uma moça branca de Barra do Garça e deixado a comunidade para morar no Rio de Janeiro. Quanto à grande imprensa, que tratava o personagem com simpatia até então, passou a abordá-lo de forma pejorativa e depreciativa após sua filiação a um partido de esquerda trabalhista. Nos comícios, seus discursos representavam ideias próximas a essa corrente política, o que desagradava a imprensa conservadora.

Em abril de 1982, Mário Juruna aproveitou a Semana do Dia do Índio, no Rio de Janeiro, para fazer campanha política e se dirigiu a um grupo social específico: “Se eu for eleito, vou lutar junto com outros pobres que nem os índios, com os pretos, com os favelados, que eu conheço bem porque tenho vivido igual a eles. Vou lutar pelo direito de salário para o trabalhador, pela escritura da terra do índio, que também é filho de Deus”.⁸¹¹

A vitória de Mário Juruna com 31.904 votos foi uma surpresa (VALENTE, 2017, p. 349). Embora no calor da hora, o antropólogo João Pacheco de Oliveira fez uma avaliação interessante sobre a participação dos índios nas eleições e, com relação à atuação de Juruna, concluiu que foi a de maior destaque (OLIVEIRA, 1982, p. 96-98). Apresentou mais reflexões e questionamentos do que análises conclusivas, mas apontou em seu texto um caminho possível para uma interpretação do fenômeno da candidatura do líder xavante. Segundo ele, muitas avaliações apressadas e simplistas, inclusive vindo de setores das esquerdas, apontavam apenas para o caráter exótico e cômico, com tropeços na língua portuguesa, e não conseguiam enxergar conteúdo político e ideológico em sua candidatura. O fato é que Juruna conseguiu estabelecer afinidade com camadas populares urbanas; ao lado de outros candidatos do PDT, sua campanha apontava para um público do subúrbio e das periferias do Rio de Janeiro. O uso do gravador como símbolo da desconfiança e do descrédito nas palavras das autoridades parecia ter sido o elo de identificação com setores populares. Para o antropólogo, Juruna

conseguiu definir com precisão a quem se dirigia o seu discurso, diferente de outros candidatos. E finaliza sua análise com otimismo:

Do outro lado importa destacar que é a primeira vez que um índio terá assento como parlamentar, no Congresso Nacional; e mais importante ainda, que esse índio teve um papel de destaque no movimento das lideranças indígenas, já presidiu uma sessão do Tribunal Russel e possui uma consciência étnica e política bastante elaborada. A sua atuação no parlamento não será a de um membro da bancada do Rio de Janeiro ou do PDT, mas sim a de um porta-voz dos interesses indígenas, bastante associado ao movimento por uma associação autônoma dos índios brasileiros. [...] E que agora um importante espaço foi criado para o reconhecimento da existência (e talvez futuramente na representação organizada dos povos indígenas brasileiros) no próprio sistema político, e não apenas na estrutura administrativa do Estado, como simples objeto de políticas (OLIVEIRA, 1982, p. 96-98).

E de fato, seu mandato teve grande expressividade e, diversas vezes, colocou em xeque as normas da instituição, provocando várias polêmicas. Já no início, em janeiro de 1983, foi protagonista de uma celeuma com o Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, que o chamou, pejorativamente, de “aculturado exótico” para se referir a Juruna como um índio não autêntico. Não teve dúvidas em rebater o preconceito do ministro: “Para chegar a deputado eu necessitei do apoio popular com mais de 80 mil votos (sic). Eu lhe pergunto: com quantos votos o senhor foi eleito Ministro? Gostaria também de saber se é da competência de seu Ministério decidir ou opinar sobre os direitos políticos ou civis dos índios?”⁸¹²

Em plenária, Mário Juruna manteve seus discursos incisivos e acusatórios, sem constrangimento. Já em abril de 1983, durante a Semana do Índio, muitos deputados tomaram a palavra para homenagear os povos indígenas e, em especial, o deputado índio. Mas a tentativa de se estabelecer um clima de harmonia e confraternização foi quebrado por ele ao combater àqueles que duvidavam da capacidade de um índio ocupar uma vaga no Congresso Nacional. A essas críticas, Juruna responde com o seguinte questionamento: “E eu quero saber: imagina, o que é que o branco pode? Talvez índio pode representar melhor do que qualquer

Deputado, qualquer Senador e qualquer da República.” E depois, mostrou-se incomodado com os olhares julgadores de alguns nos corredores do Congresso: “[...] a gente me trata como objeto, a gente me trata como boneca. E quando eu passo aqui dentro de plenário e alguns companheiros à frente de mim e diz cara emburrada, é ridículo.” Esse relato mostra que, mesmo com poder de deputado, Juruna teria que enfrentar diariamente o preconceito daqueles que não compreendiam – e não aceitavam – sua presença ali (JURUNA, 1983a, p. 2037).

Entretanto, os desprezos e repulsas não o inibiam, nem mesmo para atacar o Poder Executivo. Numa conjuntura de debates acerca dos direitos democráticos, Juruna entendeu a importância do governo representativo e eleito em todos os seus níveis e, portanto, considerava, no mínimo, ilegítimo o poder do presidente da República. Para ele, sua governabilidade era maior do que a do próprio presidente Figueiredo, que “foi indicado uma pessoa, [...] o Juruna foi eleito por carioca.” Talvez incorporando uma memória construída por Leonel Brizola, Juruna, neste mesmo discurso, relembrou de momentos áureos durante o governo trabalhista de João Goulart e elegeu o golpe como um marco histórico para o aprofundamento dos problemas do Brasil: “Até eu me lembro muito bem que antes de 64 Brasil tinha muito ouro, era muito sagrado e hoje Brasil não tem mais muito ouro não. Está estragado. [...] Quem está estragando o Brasil é o próprio Governo Federal, é este Presidente da República que está estragando nosso Brasil, junto com Delfim” (JURUNA, 1983a).

Nas declarações do deputado xavante, a Funai também era constantemente alvo de duras críticas, sobretudo seu então dirigente, o coronel da Aeronáutica Paulo Moreira Leal, que substituiu Nobre da Veiga em outubro de 1981. Segundo Juruna (1983b, p. 4679),

[...] o Cel. Leal é homem fuxiqueiro, homem fofoqueiro, que muda chefe de comunidade para poder comprar com próprio índio. Esse Cel. Leal é obrigado ser preso, obrigado ser condenado, porque esse homem é responsável pela violência. Vinte e cinco militares estão na Funai procurando

acabar índio. Pode ser preso esse pessoal. Esse milico merece cadeia porque deixa morrendo o índio.

Seguindo suas declarações polêmicas e francas, Juruna quase perdeu o mandato, em setembro de 1983, por ordem do Exército. No dia 26, o deputado proferiu um discurso cuja linguagem foi considerada “imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República”.⁸¹³ Juruna havia afirmado, em tribuna, que “todo ministro é ladrão”, “sem vergonha” e “mau caráter” (VALENTE, 2017, p. 352). Logo o general de brigada Otávio Luiz de Rezende, chefe do centro de comunicação social do Exército, veio a público, autorizado pelo ministro do Exército Walter Pires, dizer que esperava a perda do mandato de Juruna. O ministro do Exército declarara ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, acerca da gravidade dos fatos que, para ele, foi uma “agressão gratuita, insólita e criminosa”. Marcílio não prestou esclarecimentos sobre os comentários do ministério do Exército e muitos parlamentares reagiram negativamente à pressão do ministro, provocando um mal-estar entre os poderes Executivo e Legislativo.⁸¹⁴ Por fim, o presidente Figueiredo, junto a cinco ministros do Estado, pediram a cassação de seu mandato, mas não foi atendido pelo Legislativo, que aplicou apenas uma censura escrita, ou seja, o discurso ofensivo de Juruna não foi reproduzido no Diário Oficial da Câmara dos Deputados. Difícil foi convencer o deputado Juruna de assinar uma carta seguindo as recomendações da presidência da Câmara, que lamentava o ocorrido e dizia não ter sido a intenção ofender as autoridades da República. Antes disso, Juruna havia escrito um primeiro documento, que foi considerado insatisfatório por Marcílio, pois ele “[...] preocupou-se mais, seguindo orientação de seus assessores, em defender os índios Pataxós e os camponeses explorados pelos brancos.”⁸¹⁵ Depois de muita insistência e convencimento, Mário Juruna assinou, considerou normal a censura aplicada, mas, deixou seu recado, “não cala a boca de Juruna”.

Em menos de um ano, o deputado xavante conseguiu aprovar duas medidas importantes. A primeira foi a criação da Comissão Parlamentar Permanente do Índio com o intuito de debater, legislar e investigar o cumprimento da lei sobre a questão indígena e investigar denúncias de interesse dos povos indígenas. O segundo foi o projeto que propõe a mudança no Estatuto da Funai com o objetivo de fiscalizar melhor as funções do órgão indigenista. Criou-se um Conselho Diretor para a Funai composto por pessoas escolhidas pelos indígenas, uma reivindicação antiga de Mário Juruna, além de conselhos regionais eleitos por lideranças indígenas para vigiar o trabalho dos representantes regionais da Funai. Além disso, estabeleceu o controle da Funai diretamente pelo presidente da República e não mais pelo Ministério do Interior. Foi uma vitória importante, já que não havia nenhum órgão curador para quem a Funai devesse prestar contas dos seus atos.

Enquanto parlamentar, Mário Juruna fez acusações sérias contra o governo, a Funai e empresas privadas por crimes de violação dos direitos humanos dos povos indígenas e por desrespeito ao direito constitucional da terra. Invasão a terras indígenas, casos de agressões físicas e abusos sexuais. Em abril de 1984, conseguiu aprovar um projeto de lei que previa punições de um a três anos de detenção, além de demissão, a funcionários da Funai que permitissem arrendamento ou invasão de terras indígenas. Como autor do projeto, ele justifica acusando a Funai de negligência em relação às invasões de terras indígenas, quando não era participante do crime.⁸¹⁶

As propostas do deputado não se restringiam a abordar os problemas das populações indígenas, apesar de ser o seu foco. Como filiado a um partido que reivindica para si a herança do trabalhismo, Juruna também lançou, na Câmara, um projeto de Lei referente a questões trabalhistas e previdenciárias da categoria de motorista profissional. Segundo ele, cansaço e estresse do trânsito, os riscos de assaltos nas estradas e a ausência constante do lar seriam motivos suficientes para justificar a aposentadoria integral dos motoristas

após 25 anos de trabalho. Outro projeto aprovado, de sua autoria, que não se refere a questões indígenas, foi a defesa dos direitos políticos de cabos e soldados militares de alistamento eleitoral.

Não apenas no Congresso Nacional Mário Juruna atuou politicamente, ele continuou participando de atos públicos, reuniões com líderes indígenas e demais ações extraparlamentares. Ao longo do primeiro semestre de 1984, acompanhou caravanas do PDT em campanha pelas *Diretas Já*, movimento que reivindicava o direito político de eleger diretamente o presidente da República. O jornal pedetista *Espaço Democrático* deu destaque à participação de Juruna, contrapondo-se à imagem de um índio infantilizado e tentando mostrar a seriedade de um deputado lutando por direitos políticos.

O deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ) vem se transformando numa das maiores e mais sérias atrações da caravana das diretas que vem percorrendo o norte e nordeste do País. Com a postura de um homem sério e fazendo uso de sua linguagem peculiar, Juruna tem empolgado e emocionado as multidões nos comícios da campanha que exige eleições diretas para o sucessor do General Figueiredo.⁸¹⁷

As críticas à Funai e seus funcionários continuavam e *Espaço Democrático* fez questão de noticiar seus encontros com lideranças indígenas na luta pela demarcação de terras. Mas como deputado, muitas vezes, Juruna escolheu a conciliação ou, até mesmo, o apoio direto. Assim como qualquer ator político, avaliava suas ações de acordo com a conjuntura, as contingências e seus interesses do momento. Portanto, conflitos e negociações poderiam acontecer dinamicamente nas relações que estabelecia com o órgão indigenista.

Um exemplo foi o caso do sertanista da Funai Apoená Meirelles, acusado por Juruna de ser um provável “agente desestabilizador” da administração do então presidente do órgão Jurandy Marcos da Fonseca.⁸¹⁸ O sertanista rebateu as acusações e explicou a atitude de Juruna pelo fato de ter tido seus interesses atendidos. Segundo Apoená, Mário Juruna, “que sempre se mostrou um crítico permanente da Funai”, estava naquele momento apoiando a

administração porque sua esposa havia sido contratada como secretária para trabalhar no órgão em Brasília, além de um filho e quatro sobrinhos na delegacia em Barra do Garça.⁸¹⁹ Dias depois, a Funai demitiu a esposa de Juruna a pedido dele, com a justificativa de que estava tentando “[...] resguardar o bom nome da atual administração do órgão e de sua independência como líder indígena”.⁸²⁰

Um outro comportamento do deputado considerado estranho à causa indígena foi quando defendeu cacaueiros do sul da Bahia, em detrimento dos índios pataxós hã-hã-hães na disputa por terra na região. Segundo Memélia Moreira, repórter da *Folha de S. Paulo*, Juruna havia declarado: “Não quero saber daqueles lá da Bahia. Não são índios, são caboclos.”⁸²¹ O termo caboclo era bastante utilizado, há séculos, por aqueles interessados em desqualificar e negar a identidade étnica de algum grupo indígena a partir do argumento da miscigenação. Para tentar uma negociação, ofereceu para os pataxós a transferência para outro território, proposta que foi recusada sem titubeios. A atitude de Juruna neste caso foi considerada estranha para representantes de 14 etnias diferentes ligadas à UNI, que ainda insinuaram que o deputado havia recebido alguma coisa para dizer que naquela localidade não havia mais índio.⁸²² Seu correligionário e governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, saiu em sua defesa, dizendo à imprensa que o deputado Juruna havia sido “vítima de um envolvimento, com o propósito de desacreditá-lo”.⁸²³ Um pouco mais de um mês depois, o PDT teria que defender a reputação de Mário Juruna em outro episódio, ligado às eleições indiretas para a presidência da República.

A proposta de emenda constitucional do deputado pelo PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira, que defendia a eleição direta para a presidência, não foi aprovada no Congresso. A escolha seria feita por um Colégio Eleitoral, composto por senadores, deputados federais e alguns deputados estaduais, entre duas candidaturas: Paulo Maluf, pelo PDS, e Tancredo Neves, candidato da Aliança Liberal,

formada pelo PMDB e pela Frente Liberal, dissidência do PDS liderada por José Sarney. O movimento de disputa por votos dentro do Congresso Nacional era intenso naquele momento e Mário Juruna acabou se envolvendo em um caso de corrupção.

O empresário do ramo de supermercados e coordenador de campanha de Paulo Maluf, Calim Eid, havia oferecido suborno para ele votar em seu candidato. Segundo seu assessor Carvalho, em entrevista concedida ao jornalista Rubens Valente em 2014, observou que o deputado vinha fazendo comentários estranhos sobre as posses e bens de colegas parlamentares e insinuou que estavam recebendo dinheiro de Tancredo ou Maluf. Pressionado, Juruna acabou confessando que recebera de Calim Eid, em dinheiro, 30 milhões de cruzeiros, que seria apenas a primeira parcela do suborno. Na memória de Carvalho, ao saber do episódio, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola o convocaram imediatamente para uma reunião e o convenceram a devolver o dinheiro (VALENTE, 2017, p. 356). No dia 25 de outubro de 1984, Mário Juruna apresentou na tribuna da Câmara um papel manuscrito com datas e números. Disse que teria sido escrito pelo empresário, indicando valores a receber de setembro a dezembro daquele ano. Os malufistas tumultuaram a sessão, que foi suspensa. Mas Juruna queria se explicar e concedeu uma entrevista à imprensa: "Eu precisava de dinheiro porque Juruna não tem. Mas segurei os 30 milhão. Sabia que não podia gastar e não gastei nada. [...] Agora tem palavra. Vou votar no Tancredo. Não aceito trair povo."

⁸²⁴ Para devolver, o deputado xavante foi a uma agência do Banco do Brasil depositar o valor para Calim Eid, que não admitiu ter dado o dinheiro. Além disso, Paulo Maluf nunca foi punido pelo ocorrido.

A estratégia de *Espaço Democrático* foi não dar muita visibilidade para o caso e reservou apenas uma pequena nota no meio de uma página completa de críticas a Paulo Maluf, que dizia ter Juruna recusado, com indignação, a proposta do coordenador da campanha malufista de receber propina em troca do seu voto. A nota encerra-se com a menção à manutenção da confiança de Brizola em

Juruna: “O governador Leonel Brizola, que vem mantendo constantes contatos com o deputado, acredita que ele não se deixará seduzir pelas promessas de Maluf.”⁸²⁵ E, 15 dias depois, lançou um número com uma página inteira reservada à publicação de uma entrevista com Mário Juruna sobre suas convicções políticas. Respondeu sobre as consequências do processo de colonização no Brasil, o problema da terra, a administração da Funai, a proposta de emancipação, o projeto socialista, até mesmo sobre a atuação do FMI, porém manteve-se o silêncio sobre o embaraço da tentativa de suborno alguns dias antes.⁸²⁶

Depois disso, Mário Juruna ainda tentou se reeleger em 1986, mas não obteve sucesso. Já não tinha mais o prestígio de antes e perdera a simpatia dos assessores indigenistas; ficou conhecido como o índio deputado que se encantou com a vida de ambições e se corrompeu. Essa história, de fato, marcou negativamente sua trajetória, levando o líder xavante ao ostracismo. Ainda chegou a assumir um cargo de assessor nos anos 1990, mas já era o fim da sua carreira na política institucional. Passou a viver na periferia de Brasília, na miséria, até falecer em 17 de julho de 2002, vítima de diabetes crônica, com 59 anos. Meses antes de morrer, a imprensa noticiou um projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado que previa o pagamento de pensão vitalícia a Mário Juruna no valor de R\$ 1.300,00, já que ele não tinha nenhuma fonte de renda. Faltava apenas passar por votação em plenária.⁸²⁷

Considerações finais

Da aldeia de Namuncurá, no interior do Mato Grosso, até o Congresso Nacional, Mário Juruna traçou uma trajetória política importante para o processo de consolidação da democracia no país. Durante suas viagens, aprendeu a conviver com o mundo não-indígena, apropriando-se de termos e códigos de conduta que foram fundamentais para a sua luta pela cidadania dos povos indígenas,

reivindicações que não se restringiam à luta pelo direito a terras, garantido em leis, mas acima de tudo, Juruna queria ser ouvido e levado a sério, como sujeito político. Buscando o reconhecimento da sociedade envolvente, o líder xavante optou pela estratégia da política institucional, que nem sempre foi o caminho escolhido por outras lideranças do movimento indígena.

Em pleno auge da ditadura e suas ações autoritárias, Juruna foi, aos poucos, encontrando brechas no sistema para brigar por seus interesses e de sua comunidade. Rapidamente chamou a atenção, carregando seu gravador como símbolo da desconfiança nas autoridades brasileiras. Desconfiando do governo militar, ganhou a confiança da opinião pública nacional e internacional. Passou a ser uma das lideranças indígenas mais conhecidas, até ser convidado para ocupar um cargo importante num evento internacional que tinha como meta denunciar os crimes contra povos indígenas do continente americano. É provável que a fama adquirida o tenha blindado das ações de repressão da ditadura, até porque, graças às investigações da Comissão Nacional da Verdade, hoje já é sabido que povos indígenas foram atacados violentamente, de diversas formas, pelo projeto político e econômico do regime. Entretanto, Mário Juruna sobreviveu à repressão e conseguiu participar do pleito e ser eleito deputado federal. Foi o primeiro e – até então – único índio brasileiro a ocupar um lugar no Congresso Nacional. Neste lugar, suas oportunidades políticas aumentaram, no entanto, teve que continuar enfrentando os estigmas preconceituosos não apenas das demais autoridades parlamentares, mas da sociedade, do senso comum, que ainda acreditava que aquele cargo era incompatível com o que ele dizia ser. Afinal, para o imaginário social, infelizmente ainda hegemônico, índio puro é aquele que vive seminu, da caça e da pesca para sua comunidade e mantém tradições idênticas às aquelas de séculos atrás, como se apenas a cultura indígena fosse imune às transformações do processo histórico. A cidade, nessa concepção, não seria um espaço para um índio. Mário Juruna estaria, portanto, fora do seu lugar ou não seria mais um índio.

Apesar das dificuldades, o significado da atuação política de Juruna permite-nos alguns apontamentos: 1) assim como qualquer ser humano ou grupo social, Mário Juruna transformou-se com a experiência, adaptando-se a novas situações, apropriando-se de novos símbolos e visões de mundo; 2) criou estratégias políticas para atingir metas baseadas em seus próprios interesses; 3) subverteu o senso comum e ocupou um lugar de representatividade; 4) ao ocupar esse espaço, inseriu-se numa nova rede de poder, estabelecendo novas relações políticas, de alianças ou de conflitos, inclusive com outras lideranças indígenas; 5) demonstrou que a simpatia conquistada da grande imprensa até o início dos anos 1980 não refletia uma real solidariedade com a causa indígena, já que após sua filiação a um partido trabalhista, considerado de esquerda, naquele momento, provocou uma mudança de postura de grandes jornais em relação a ele; 6) por fim, apesar disso, é inegável que sua trajetória, na esteira das reivindicações do movimento indígena, contribuiu para o avanço dos debates acerca da cidadania dos povos indígenas.

A Constituinte provocou intensos debates, culminando na Constituição Federal de 1988, a primeira a reconhecer o direito dos índios de continuarem a ser eles mesmos. Segundo Samuel Barbosa, professor de Direito da USP,

A Constituição foi seguramente um marco ao assumir os povos indígenas como portadores de formas de vida com direito ao futuro, não mais como resquícios do passado em via de extinção. [...] O cerne do pacto constitucional é a garantia de reprodução física e cultural dos povos indígenas sem dia para acabar, rejeitando o ponto de chegada de uma assimilação final (BARBOSA, 2018, p. 11).

No entanto, ultimamente, o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, vem se esforçando a reinterpretar o texto constitucional de modo a dar outro sentido a ele, que na prática cria restrições ao reconhecimento das terras indígenas. A ideia do *marco temporal* defendida por instâncias jurídicas significa que “[...] deveria ser provada a ocupação tradicional na data da promulgação da Constituição de 1988” (BARBOSA, 2018, p. 12). A única exceção

também é uma restrição, pois considera-se o caso de índios que foram expulsos de sua terra, mas que deveria ser comprovada na data de promulgação da Constituição por meio de resistência – apenas física – ou ação judicial protocolada contestando o esbulho. Isto é, transfere-se para os índios o dever de correr atrás de provas, dificultando o processo. Na prática, esbulhos ocorridos no passado acabam sendo legitimados, pois quem o praticou não responde.

Em conjunto com a tese do *marco temporal*, a Proposta de Emenda à Constituição nº 215 (PEC 215), em tramitação no Congresso Nacional em 2018 e defendida com afinco pela bancada ruralista, “[...] inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas”.⁸²⁸

Em tempos de retrocessos, em particular, dos direitos indígenas, conhecer a trajetória de Mário Juruna significa saber que é possível resistir.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. R. C. História e antropologia. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARBOSA, S. Introdução. In: CUNHA, M. C. da; BARBOSA, S. (orgs.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BARTH, F. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica*, n. 19, 2º semestre de 2005.

BARTH, F. *O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BECKER, S.; ROCHA, T. C. P. Notas sobre a “tutela indígena” no Brasil (legal e real), com toques de particularidades do sul de Mato Grosso do Sul. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, PR, Brasil, v. 62, n. 2, maio/ago. 2017.

BICALHO, P. S. dos S. *Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRAGA, M. 'A cidade é uma chatice', Palavra do Cacique Juruna. *Jornal do Brasil*, Caderno B, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1977. Disponível em:

<https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/42610_20170904_114145.PDF>.

GARFIELD, S. *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GRAHAM, L. R. Citando Mario Juruna: imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira. *Mana*, v. 17, n. 2, 2011.

JURUNA, M. Discurso. *Diário do Congresso Nacional*, 20 de abril de 1983a.

JURUNA, M. Discurso. *Diário do Congresso Nacional*, 8 de junho de 1983b.

MACEDO, M. R. de. *Recusa do passado, disputa no presente. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)*. Maceió: Edufal, 2015.

MARTINS, E. *Discursos do Diário do Congresso Nacional (seção I)*, 10 de marco de 1977. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 14 ago 2018.

MENEZES, M. E. de. O gravador que era arco e flecha. *Jornal da USP*. São Paulo, 29 de julho a 4 de agosto de 2002, ano XV n 606. Disponível em: <<https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp606/pag10.htm>>. Acesso em 14 jul 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, J. P. de. Índios e Eleições. *Aconteceu Especial*, n. 12, abril de 1982. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena>>. Acesso em 30 ago 2018.

VALENTE, R. *Os fuzis e as flechas. História de sangue e resistência na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. [Coleção Arquivos da Repressão no Brasil].

766. Agradeço a Ananda Cristina dos Santos Lima e ao amigo Max Monjardim Maneschy por terem me cedido fontes históricas valiosas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

767. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. *Comissão Nacional da Verdade – Relatório*, volume II - Textos Temáticos. Brasília, 2014.

768. Fundada por missionários salesianos, oficialmente, no dia 24 de abril de 1958, dia de São Marcos. Disponível em: <<http://www.missaosalesiana.org.br/missoes-indigenas/>>. Acesso em 12 jul 2018.

769. Xavante, xerente e bororo são etnônimos de grupos indígenas que constantemente se relacionavam no Centro-Oeste do país, como apontam várias fontes históricas pesquisadas.

770. Essa análise foi feita a partir da analogia com o exemplo descrito por Barth (2005) sobre a construção do ser paquistanês em oposição ao norueguês.

771. Esses discursos encontram-se na ata da 3ª Assembleia de Chefes Indígenas, que está anexada ao processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, de 1977, para apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas. A documentação está disponível no site do Centro de Referência Virtual do Projeto Armazém Memória. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena>>. Acesso em 16 jul 2018.

772. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Violação de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Volume II, textos temáticos, dezembro de 2014, p. 205.

773. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Violação de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Volume II, textos temáticos, dezembro de 2014, p. 205.

774. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Violação de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Volume II, textos temáticos, dezembro de 2014, p. 205.

775. Boletim do CIMI. Informativo do CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Ano 6, nº 38, junho de 1977, p. 14. A ata da 8ª Assembleia de Chefes Indígenas foi publicada no Boletim do CIMI, documento também anexado ao processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, de 1977, para apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas. A documentação está disponível no site do Centro de Referência Virtual Indígena do projeto Armazém Memória, ligado aos trabalhos da Comissão Nacional Verdade (CNV), com o mapeamento de arquivos, fundos e coleções de interesse aos povos indígenas. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 23 jul 2018.

776. O documento consultado faz parte do acervo on-line do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org>>. Acesso em 26 jul 2018.

777. JURUNA, M. Entrevista ao Globo Repórter, 26 de março de 1984. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/globo-reporter/globo-reporter-mario-juruna.htm>>. Acesso em 26 jul 2018.

778. Optei por transcrever o trecho da forma mais fiel possível à fala do entrevistado, mantendo as características elementares do seu português falado.

779. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 de maio de 1978. Centro de Referência Virtual Indígena, Coleção CIMI-MS. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 jul 2018.

780. *Jornal de Brasília*. Brasília, 10 de outubro de 1978. Centro de Referência Virtual

Indígena, Coleção CIMI-MS. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 jul 2018.

781. Estabelecido pela lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, o Estatuto do Índio previa a emancipação, mas com o consentimento dos próprios indígenas, o que não era o caso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6001.htm>. Acesso em: 28 jul 2019.

782. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 de fevereiro de 1978, p. 5. Centro de Referência Virtual Indígena, Coleção CIMI-MS. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 jul 2018.

783. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1978. Centro de Referência Virtual Indígena, Coleção CIMI-MS. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 20 ago 2018.

784. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1978, p. 22. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 20 jul 2018.

785. *A Notícia*. Manaus, 25 de outubro de 1978, p. 5, 1º caderno. Centro de Referência Virtual Indígena, Coleção CIMI-Norte 1. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 20 jul 2018.

786. Funai ocupada por 40 índios. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1980. Trecho reproduzido no *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981. Trata-se de um boletim semanal do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que reúne reportagens sobre assuntos de interesse dos operários, trabalhadores rurais, índios, lideranças sindicais e agentes de pastoral, retratados pela imprensa diariamente. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 20 jul 2018.

787. Frases do cacique xavante Mário Juruna. "Povos Indígenas no Brasil 1980", *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 39. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 22 ago 2018.

788. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 4 de novembro de 1980. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 45. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 22 ago 2018.

789. Dossiê sobre o processo de impetração de *Habeas Corpus* em favor do deputado Mário Juruna. Brasília, 1980, p. 5. Acervo online do Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sobre-o-processo-de-impetracao-de-habeas-corpus-em-favor-do-deputado-mario>>. Acesso em 22 ago 2018.

790. Dossiê sobre o processo de impetração de *Habeas Corpus* em favor do deputado Mário Juruna. Brasília, 1980, p. 7. Acervo online do Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sobre-o-processo-de-impetracao-de-habeas-corpus-em-favor-do-deputado-mario>>. Acesso em 22 ago 2018.

791. Dossiê sobre o processo de impetração de *Habeas Corpus* em favor do deputado Mário Juruna. Brasília, 1980, p. 9. Acervo online do Instituto Socioambiental. Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sobre-o-processo-de-impetracao-de-habeas-corpus-em-favor-do-deputado-mario>>. Acesso em 22 ago 2018.

792. Dossiê sobre o processo de impetração de *Habeas Corpus* em favor do deputado Mário Juruna. Brasília, 1980, p. 20. Acervo online do Instituto Socioambiental. Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sobre-o-processo-de-impetracao-de-habeas-corpus-em-favor-do-deputado-mario>>. Acesso em 22 ago 2018.

793. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 de novembro de 1980. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 46. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

794. Dossiê sobre o processo de impetração de *Habeas Corpus* em favor do deputado Mário Juruna. Brasília, 1980, p. 29. Acervo online do Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sobre-o-processo-de-impetracao-de-habeas-corpus-em-favor-do-deputado-mario>>. Acesso em 22 ago 2018.

795. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 de novembro de 1980. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 46. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

796. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1980. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 46. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

797. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 de dezembro de 1980. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 47. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

798. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 de novembro de 1980. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 6, abril de 1981, p. 47. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

799. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 de janeiro de 1981. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 10, abril de 1982, p. 74. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

800. *O Popular*. Goiânia, 20 de fevereiro de 1981. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 10, abril de 1982, p. 74. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

801. *O Liberal*. Belém, 20 de fevereiro de 1981. Coleção CIMI-MS. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

802. *O Povo*. Fortaleza, 5 de março de 1981. Coleção CIMI-MS. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 27 ago 2018.

803. *Correio Braziliense*. Brasília, 6 de março de 1981. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 10, abril de 1982, p. 71. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 28 ago 2018.

804. *Folha da Tarde*. São Paulo, 30 de março de 1981. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº

10, abril de 1982, p. 74. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 28 ago 2018.

805. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1981. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 10, abril de 1982, p. 87. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 28 ago 2018.

806. BRIZOLA, L. Entrevista ao Globo Repórter, 26 de março de 1984. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/globo-reporter/globo-reporter-mario-juruna.htm>>. Acesso em 26 jul 2018.

807. Carta de Lisboa, p. 2. Ver portal: <<http://www.pdt.org.br>>.

808. Temendo a associação da imagem de Brizola como líder trabalhista e radical à memória do PTB como partido popular, as autoridades políticas do regime, em maio de 1980, pressionaram a Justiça Eleitoral a conceder a Ivete Vargas o registro da legenda do PTB, em detrimento do pedido de Brizola, que não desistiu e criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), incorporando o programa que já havia sido discutido no Congresso de Lisboa. (MACEDO, 2015, p. 141).

809. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 de setembro de 1981. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 10, abril de 1982, p. 74 e 75. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 28 ago 2018.

810. *O Povo*. Fortaleza, 11 de outubro de 1981. Acervo online do Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/node/1261399/>>. Acesso em 28 ago 2018.

811. *Folha de S. Paulo*, 20 de abril de 1982. Reproduzido em *Aconteceu Especial*, nº 12, abril de 1983, p. 74 e 75. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 30 ago 2018.

812. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1983. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 14, junho de 1984, p. 20. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 30 ago 2018.

813. *A Crítica*. Manaus, 5 de outubro de 1983. Coleção CIMI-Norte I. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

814. *A Crítica*. Manaus, 1º de outubro de 1983. Coleção CIMI-Norte I. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

815. *A Crítica*. Manaus, 5 de outubro de 1983. Coleção CIMI-Norte I. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

816. Dossiê - PL 3277/1984. Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados.

817. *Espaço Democrático*. Rio de Janeiro, Ano I, nº 4, 24 de fevereiro a 1º de março de 1984. Ano I, nº 4, p. 8.

818. *O Fluminense*. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1984. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 15, junho de 1985, p. 25. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em:

<<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

819. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 de julho de 1984. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 15, junho de 1985, p. 22. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

820. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 de julho de 1984. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 15, junho de 1985, p. 22. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

821. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 31 de agosto de 1984. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 15, junho de 1985, p. 25 e 26. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

822. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 4 de setembro de 1984. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 15, junho de 1985, p. 26. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

823. *Diário Popular*. São Paulo, 12 de setembro de 1984. Reproduzido por: *Aconteceu Especial*, nº 15, junho de 1985, p. 27. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

824. *A Crítica*. Manaus, 26 de outubro de 1984. Coleção CIMI-Norte I. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>>. Acesso em 3 set 2018.

825. *Espaço Democrático*. Rio de Janeiro, 26 de outubro a 1º de novembro de 1984, ano I, nº 36, p. 3.

826. *Espaço Democrático*. Rio de Janeiro, 9 a 15 de novembro de 1984, ano I, nº 38, p. 11.

827. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 de março de 2002. Folha Online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u30145.shtml>>.

828. BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição n. 215 de 28 de março de 2000. Autor: Almir Sá. *Câmara dos Deputados*, Brasília, 28 mar 2000. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>.



Foto 1

CAPÍTULO XVII

Cidadania, Educação em Saúde e Divulgação Científica A trajetória de Virgínia Schall no contexto da redemocratização brasileira

Denise Nacif Pimenta
Juniele Rabêlo de Almeida

Virgínia Schall ou Virgínia Torres Schall de Matos Pinto (1954-2015) foi uma cientista interdisciplinar, educadora e poetisa, atuante na construção e no desenvolvimento das áreas de Educação em Saúde, Divulgação Científica e Saúde Coletiva no Brasil. O percurso, aqui escolhido para uma reflexão sobre a sua trajetória de vida, é atravessado por problematizações referentes ao processo de

transição à democracia – a partir da defesa dos direitos sociais (especialmente saúde e educação) presentes na Constituição Brasileira de 1988.⁸²⁹ A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) após o movimento da Reforma Sanitária, situado na luta contra a ditadura, consolidou o campo da Saúde Coletiva no país.

Nesse contexto, Virgínia Schall, comprometida com a dimensão cidadã presente na Educação em Saúde, foi incansável a partir dos anos 1980: desenvolveu livros infanto-juvenis; criou jogos e diversos materiais informativos/educativos para variados públicos (entre outras temáticas sexualidade, HIV/Aids, dengue, leishmaniose, malária etc.); concebeu o projeto do Museu da Vida⁸³⁰ na Fiocruz; coordenou a implantação de programas de pós-graduação em Ciências da Saúde; atuou como consultora em órgãos de fomento à pesquisa e no Ministério da Educação, consolidando políticas públicas nacionais nas áreas referidas.

Este capítulo, com recorte histórico-biográfico, é resultado das discussões que vem se desenvolvendo na construção do “Fundo Virgínia Schall”⁸³¹ (composto por documentos doados pela família da cientista) a partir da higienização, catalogação, classificação, indexação e inclusão na base de dados bibliográficos e no arquivo da Casa de Oswaldo Cruz (COC) na Fiocruz-RJ. E, também, da elaboração do trabalho de História Oral⁸³² (entrevistas com familiares, amigos, profissionais e pesquisadores que compartilharam experiências com Virgínia Schall) ainda em andamento.

Buscou-se, portanto, aprofundar nesse texto: 1) A trajetória da cientista no processo de transição democrática; 2) Alguns desafios e perspectivas, a partir dos anos 1980, para constituição das áreas de Educação em Saúde e Divulgação Científica no contexto da saúde pública brasileira; 3) Os sentidos de cidadania e o trabalho de memória para construção da biografia de Virgínia Schall.

Trajetos

Mineira de Montes Claros, nascida em 1954, Virgínia Schall dividiu sua vida e trabalho entre as cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde faleceu em 2015. Passou a infância na cidade de Alvinópolis e a adolescência em João Monlevade, também em Minas Gerais. Primogênita, entre quatro irmãs, estudou em um colégio de freiras em Alvinópolis-MG. Aos 18 anos mudou-se com a família para Belo Horizonte, para que pudesse cursar o ensino superior. Casou-se aos 23 anos com o engenheiro mineiro Roberto Emerson de Matos Pinto e teve dois filhos: Francisco Daniel em 1984 e Brunah em 1988.

833

Durante a sua graduação em Psicologia, entre 1973 e 1978 pela PUC Minas, estudou os aspectos fisiológicos/biológicos do comportamento humano e, em decorrência desse estudo, recebeu o Prêmio Jovem Cientista do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Tal reconhecimento promoveu a continuidade das suas pesquisas no Mestrado em Fisiologia e Biofísica na UFMG, entre 1978 e 1980 (PIMENTA; MONTEIRO; STRUCHINER, 2017). Doutorou-se em Educação na PUC-RJ (1991-96) com tese intitulada: *Saúde e afetividade na infância: O que as crianças revelam e a sua importância na escola*. As reflexões que a nortearam durante o doutorado propiciaram as bases teóricas para a articulação dos aspectos afetivos às perspectivas da literatura, do lúdico e da linguagem teatral como importantes contribuições para os processos educativos que se relacionam à saúde. Entre os aportes teóricos que a auxiliaram na formação de uma base para seus estudos sobre os afetos estão o enfoque da teoria histórico-cultural de Vygotsky e a abordagem da psicanálise de Freud. Esses autores estão presentes de forma recorrente em vários trabalhos de Virgínia (PIMENTA, MONTEIRO, STRUCHINER, 2017).

Em 1980, Virgínia mudou-se para o Rio de Janeiro e, em 1981, tornou-se pesquisadora do Departamento de Biologia no Instituto Oswaldo Cruz (IOC). No IOC, teve oportunidade de se beneficiar da abertura da instituição à difusão do conhecimento e à valorização da

educação promovidas na gestão de Sérgio Arouca (1985-1989), o primeiro presidente da instituição após a redemocratização do país.

Este período foi particularmente rico para instituição, pois após o “Massacre de Manguinhos” durante a década de 1970, houve grande incentivo para reconstrução de um novo projeto de ciência na Fiocruz e no Brasil (FERNANDES, 2000; DANES; DA SILVA; DIAS, 1999). O evento ocorrido no IOC em abril de 1970 é caracterizado pelo súbito fechamento de produtivos laboratórios de pesquisa básica, a destruição de importantes coleções entomológicas e zoológicas, além da aposentadoria compulsória de 10 dos mais renomados cientistas do órgão (LENT, 1978). Só em 1979 a partir da Lei da Anistia, oito anos depois do Massacre de Manguinhos, foi possível no ambiente da instituição um ato político reivindicando a reintegração dos pesquisadores cassados, conhecido também como a “ação integradora” de Arouca.

Os problemas da política científica foram agravados no último governo militar, de 1979 a 1985, concomitantemente à crise econômica internacional e nacional. O movimento pela criação de um Ministério da Ciência e da Tecnologia cresceu, mobilizando vários setores científicos, inclusive a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O ministério foi criado em 1985, aprofundando a politização das ciências e da tecnologia (VIDEIRA, 2010). É durante este período que um grupo de cientistas trouxe para primeiro plano a pauta pela autonomia científica, mobilizando-se pela história das ciências no país.⁸³⁴

Foi neste contexto político de reintegração dos cassados políticos e retomada da ciência brasileira que Virgínia entra no IOC e na Fiocruz. Por seu interesse na prevenção da esquistossomose, decorrente de estudos sobre a doença no Rio de Janeiro, em 1987 fez o curso de especialização no Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nutes/UFRJ), onde desenvolveu o trabalho intitulado Educação em Saúde no controle da esquistossomose. Em 1996, Virgínia concluiu o doutorado em

Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC do Rio de Janeiro), voltando-se para a educação infanto-juvenil em saúde e ciência (MONTEIRO; PIMENTA, 2018).

No IOC, Virgínia foi responsável por criar o Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (Leas) em 1990, primeiro laboratório dedicado à educação e saúde da instituição, além de participar ativamente da construção do curso de pós-graduação de Ensino em Biociências e Saúde, em 2004. Seu trabalho no Leas foi muito inspirado pelos estudos de Paulo Freire e Vygotsky; principalmente com a produção de livros e jogos para o público infanto-juvenil – conectando ciência e saúde em ambientes formais e não-formais de ensino (MONTEIRO; PIMENTA, 2018).

No campo da divulgação científica sua atuação teve o ápice na concepção do primeiro projeto do Museu da Vida (Fiocruz, Rio de Janeiro), inaugurado em maio de 1999. Entre suas iniciativas de integrar a ciência à arte, Virgínia foi responsável pela criação do teatro Ciência em Cena, que apresenta peças sobre temas científicos em um espaço no *campus* da Fiocruz por ela concebido na década de 1990, hoje denominado Tenda da Ciência Virgínia Schall. Dedicada às relações entre a ciência, o teatro e a literatura, Virgínia publicou diversos artigos sobre os espaços formais e não-formais de ensino na área da educação e divulgação científica (PIMENTA; VALENTE, 2018). Desta forma, a partir da década de 1990, Virgínia intensifica sua produção e um aspecto essencial da sua contribuição para essas áreas são os livros de literatura, materiais educativos, tecnologias sociais, com destaque para as inovações teórico-metodológicas.

Em 1999 ela volta para Belo Horizonte e inicia diversos trabalhos na sede da Fiocruz-Minas (atual Instituto René Rachou – IRR), dentre eles a criação do Laboratório de Educação em Saúde e Ambiente (Laesa), orientado para desenvolver estudos sobre doenças então negligenciadas, doenças infecciosas e crônicas, além de pesquisas sobre saúde sexual e reprodutiva de jovens e adolescentes. Além do laboratório, Virgínia também foi fundamental na criação de dois

programas de pós-graduação no ano de 2011 - Ciências da Saúde e Saúde Coletiva -, os quais existem até hoje no Instituto René Rachou (Fiocruz Minas).

Assim, como mulher na ciência, pesquisadora das Artes e da Educação, Schall contribuiu em muitos campos dentro e fora da saúde, além do desenvolvimento de inúmeros produtos e materiais educativos – na História da Saúde Coletiva e da Educação em Saúde no Brasil contemporâneo. Publicou 11 livros infanto-juvenis, alguns dos quais compõem as coleções: *Ciranda da Saúde* (1986), *Ciranda do Meio Ambiente* (1989) e *Ciranda da Vida* (1994).

Recebeu diversos prêmios pela atividade de Divulgação Científica, entre eles, um prêmio nacional - Prêmio José Reis de Divulgação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (1990) –, e um prêmio estadual – Prêmio Francisco de Assis Magalhães Gomes, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais (2002). Além disso, ela escreveu para o Canal Futura de Televisão (Programa Viva Legal) e colaborou em outros programas da mesma emissora. Foi, portanto, uma das pesquisadoras precursoras da área de ensino em ciências no país.

A própria Virgínia se interessou e se debruçou sobre a história e memória do campo da Saúde no Brasil. Por isso, em 2001, publicou o livro *Contos de Fatos*, que também contou a história de vida de diversos pesquisadores da Fiocruz e recebeu o Prêmio Alejandro José Cabassa da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro (2002) Em 1998 construiu a trajetória de Hortênsia de Hollanda no campo da Educação em Saúde e Medicina Tropical destacando o pioneirismo da educadora nessas áreas (SCHALL, 1999).

Paralelamente à carreira na pesquisa, Virgínia publicou alguns livros sobre poesia. Em 2002, foi eleita membra efetiva da Academia Feminina Mineira de Letras, onde continuou a escrever e desenvolver seu lado literário; tendo livros de poesias publicados: um para crianças (2007) e outro para adultos. (2009) Dentre os prêmios

recebidos para a sua poesia, estão: em 1994, Concurso de Poesias Vinicius de Moraes, da Prefeitura do Rio de Janeiro; Concurso Poesia na Vale da CVRD; em 1995, Prêmio Raul de Leoni, de poesia, da União Brasileira de Escritores (RJ); em 1998 e 2000, prêmios de Poesia da Academia Feminina Mineira de Letras e Medalha de Prata no Concurso de Poesias “Brasil – 500 Anos” (MONTEIRO; PIMENTA, 2018).

Comprometida com as novas gerações, Virgínia orientou mais de 100 estudantes do ensino básico ao pós-doutorado contribuindo para formação pelas áreas as quais transitou. Buscou aliar a curiosidade dos alunos ao mundo da ciência; criando assim, o Programa de Vocação Científica (Provoc) da Fiocruz no Rio de Janeiro e no Instituto de Pesquisas René Rachou (Fiocruz Minas). Como pesquisadora foi consultora do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Assim, a produção acadêmica e literária de Schall catalisa reflexões sobre a memória do campo da Educação em Saúde e suas inter-relações com a Saúde Coletiva e a Divulgação Científica no país. Enquanto cientista e “intelectual mediadora”,⁸³⁵ sua trajetória se entrecruza ao processo de redemocratização do país: Emergência e consolidação do campo da Saúde Coletiva; Reforma Sanitária e criação do Sistema Único de Saúde (SUS) com a Constituição de 1988; Criação dos centros de ciências e advento da Internet e o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como sua aplicação nos campos de Divulgação Científica (PIMENTA; MONTEIRO; STRUCHINER, 2017). Desta forma, partir dos contextos e trajetos de Virgínia, almeja-se pontuar, a seguir, alguns desafios e perspectivas para constituição das áreas de Educação em Saúde e Divulgação Científica no contexto da saúde pública brasileira – marcada pela Constituição de 1988 e a criação do SUS.

Atravessamentos: a Constituição de 1988 e a criação do SUS

A biografia de Virgínia Schall atravessa a história dos projetos políticos democráticos, construídos coletivamente, durante a história recente do Brasil Republicano. A sua trajetória, permeada pelos debates públicos sobre Saúde Coletiva e Educação em Saúde, desvela múltiplas narrativas políticas que possibilitam compreensões sociais compartilhadas pelos sujeitos históricos que integraram as suas redes de sociabilidade. Tais narrativas geram questões e provocações que, de certa forma, constituíram a trajetória de Virgínia na História brasileira do tempo presente – especialmente a partir dos anos 1980: Em que medida a sua trajetória de vida foi modificada ou se acomodou aos dilemas da transição política – entre ditadura e democracia? Como foi construída essa experiência, considerando a mudança de regime em 1985 e a elaboração da Constituição Cidadã de 1988 – com a criação do SUS?⁸³⁶

Observa-se, nessa perspectiva, que a trajetória de Virgínia Schall se entrecruza à história das atividades pioneiras de difusão e de construção das reflexões sobre Saúde Coletiva e da Educação em Saúde que permearam as discussões para afirmação dos direitos sociais (em especial educação e saúde) no contexto político da Assembleia Constituinte, entre 1987 e 1988. Na avaliação de Claudia Viscardi e Fernando Perlatto Jardim (2018, p. 450-451):

Resultado direto dos embates e disputas que tiveram curso na conjuntura de redemocratização do país, o texto elaborado pela Assembleia Constituinte, reunida entre 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988, reflete em grande medida as tensões e contradições de uma sociedade que deixava para trás mais de vinte anos de ditadura e ingressa, aos trancos e solavancos, em um novo período, marcado pela reabertura política. Apesar da composição majoritariamente conservadora dos congressistas que elaboraram a carta constitucional, a Constituição de 1988 assegurou a ampliação dos direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros e, especialmente, expandiu significativamente o escopo e a cobertura dos

direitos sociais – o que lhe valeu o título de “cidadã”, outorgado pelo então presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães –, além de abrir possibilidades para que novos direitos fossem reivindicados nos anos posteriores [...].

As ideias progressistas ganharam espaço em comissões e subcomissões temáticas durante a Constituinte, possibilitando a criação de pautas e agendas para Educação e Saúde Coletiva. Demandas da sociedade civil influenciaram, de diferentes maneiras, a preparação do texto constitucional. Ainda segundo Viscardi e Jardim (2018, p. 451), nos meses de elaboração da Carta de 1988, milhares de pessoas e grupos buscaram pressionar os congressistas com suas respectivas agendas em diferentes direções, quer seja ocupando os corredores do Congresso Nacional, quer seja mediante o envio de “emendas populares”.

Nesse contexto, os estudos de Virgínia sobre Educação em Saúde e Divulgação Científica convergem com os diversos projetos políticos de Saúde Coletiva que caracterizaram o processo de transição à democracia no país. Não se trata, portanto, da mera reconstrução de uma trajetória individual, mas sim de compreender o contexto social no qual se insere a sua história de vida.

Os direitos de cidadania resultam das lutas por recursos políticos, simbólicos, econômicos e sociais. Entre aspirações e conquistas foi possível observar o avanço democrático nos debates para Constituinte – a partir dos dissensos e disputas. Cientistas da área de Saúde Coletiva construíram e reverberaram os debates sobre “direito à saúde” e “direito à educação” a partir das deliberações da “Carta cidadã”. Sendo assim, cabe problematizar: de que maneira a trajetória da cientista Virgínia Schall conformou, em um significativo campo de disputa, perspectivas para expansão da cidadania – partir dos projetos em Educação em Saúde e Saúde Coletiva – no Brasil?

A Carta de 1988, no seu Art. 3º, afirmou os seguintes objetivos fundamentais: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tais preceitos são evidentes na produção catalogada de Virgínia Schall, em especial, a partir da defesa dos direitos sociais (mais especificamente, educação, saúde, previdência e assistência social) enquanto um dever do Estado. A sua obra contemplou, também, aspectos da proteção e qualidade de vida dos idosos, das crianças e, especialmente, dos adolescentes.

A construção do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da Constituição de 1988, foi emblemática para fomentar políticas públicas preocupadas com a Saúde Coletiva e Educação. A afirmação da igualdade, por meio das políticas universalistas, marcou a luta para o incentivo à pesquisa no país. A “Carta cidadã”, ao indicar conselhos e audiências públicas, permitiu observar as demandas sociais – movimentos para ocupar espaços na alocação dos recursos públicos. As dimensões educacionais da Saúde Coletiva ganham espaço na conformação da ideia de cidadania no Brasil da transição democrática.

No decorrer da história do SUS, que completa 30 anos, debates públicos acalorados contemplaram temáticas da Saúde Coletiva, tais como: promoção da saúde, vigilâncias em saúde, saúde materno-infantil, saúde do idoso, sistemas universais de saúde, educação e trabalho em saúde, comunicação em saúde, saúde ambiental entre outros temas. Assim, no momento atual de ofensiva conservadora no país, discutir as ideias de Virgínia Schall é uma forma de defesa do Sistema Único de Saúde – uma política social impactante para todo o país. Desde a sua criação, o SUS não foi tomado como prioridade nacional, sofrendo problemas decorrentes do descaso e

questionamentos sobre o seu caráter universal e integral – a partir de uma suposta eficiência do setor privado (RIZZOTTO, 2018).

As discussões sobre o Movimento da Reforma Sanitária,⁸³⁷ fundado no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970, foram ampliadas para a construção de um projeto de saúde que contemplasse os dilemas e perspectivas do lema “Saúde para todos” no Brasil. Hoje temos a retomada das ideias desse movimento que articulou direito à saúde com democracia ao processo luta pela redução das desigualdades. É perceptível o recuo, no século XXI, dos direitos sociais e do sentido democrático. Trata-se do avanço conservador e do questionamento das políticas sociais universais relacionadas ao projeto de sociedade igualitária.

As atividades de Virgínia, na interface ensino, pesquisa e extensão, se conectaram com os princípios defendidos por Paulo Freire (1985) – especialmente apropriados para a busca de uma Educação em Saúde preocupada com a dimensão participativa e democrática. Sentidos de cidadania construídos a partir de reflexões críticas e do encontro de saberes – considerando estética e a afetividade. Preocupada com a Educação em Saúde, construiu diversas experimentações teórico-metodológicas transdisciplinares que ultrapassaram padrões e formatos acadêmicos recorrentes.

Virgínia batalhou por esta integração, desviando diplomaticamente dos embates de poder, das dificuldades de diálogo com outros campos, da pontuação na CAPES e críticas institucionais de agências de financiamento que a forçava a situar seu trabalho em uma área específica; quando na verdade todo o seu esforço era de ser, agir e pensar de forma transversal e transdisciplinar (PIMENTA; MONTEIRO; STRUCHINER, 2017, p. 15).

Por uma educação humanizadora, Schall articulou estudos e ações comprometidas de maneira ética, com a ciência e a cultura na formação de adultos, crianças e jovens – a partir da problematização dos contextos sócio históricos. A formação cidadã dos sujeitos históricos foi um princípio norteador para a sua produção – com o objetivo de interpretar e transformar as situações que circundam a

vida. Virgínia Schall, a partir de Paulo Freire, procurou metodologias para desenvolver um pensamento crítico de forma participativa. Ações educativas desenvolvidas por Virgínia foram concretizadas em jogos, coleções de livros infantis, materiais informativos/culturais, vídeos, oficinas, mostras/exposições interativas e espaços temáticos de ciência.

Para Virgínia, aspectos de uma educação formal e não-formal se imbricam em ações de educação e saúde para a superação da fragmentação dos conhecimentos. Trabalhou para inclusão da Educação em Saúde e Divulgação Científica em diversos ambientes de educação formal e não-formal, acreditando que esse conteúdo seria um catalisador de novos conhecimentos e possibilidades para transformação social.

Educação em Saúde e Divulgação Científica na perspectiva de Virgínia Schall

Como pensar a trajetória Virgínia Schall a partir dos anos 1980 na constituição do campo da Educação em Saúde no Brasil? A discussão perpassa a relação sujeito/contexto e subjetividade/objetividade. O trabalho de Sabrina Loriga (1998) apresenta os usos, tendências e críticas à utilização da biografia na História. Como escrever sobre uma vida? Tal pergunta torna-se pertinente para se pensar as contribuições que uma biografia pode proporcionar para a compreensão de um dado contexto histórico e campo do conhecimento.

A escrita de uma vida “[...] articula, em princípio, duas vidas: a narrada e a do narrador, aquele que se debruça e olha a vida do outro afetado por alguma forma de desejo” (SOUZA, 2008, p. 19). A partir da narrativa de uma vida o escrito biográfico torna o tempo, do biografado e do narrador, uma experiência socialmente partilhável e dotada de sentidos particulares. Vale lembrar que a biografia, enquanto gênero ou forma de escrita tem uma longa história, tendo

recebido significados, funções e atribuições diferentes e que implicaram, necessariamente, na forma e método como os personagens escolhidos foram retratados. Encontrar um cenário complexo que compreende, especificamente no campo da história, atitudes que vão da empolgação, fascínio, interesse pelo curioso, total marginalização da escrita biográfica e o repensar da biografia como chave interpretativa da história (DOSSE, 2009; MOMIGLIANO, 1993).

Nesse sentido, é possível repensar a trajetória de Virgínia Schall por meio da constituição de inúmeras linhas de pesquisa no Brasil, tal como a Educação em Saúde, Ensino de Ciências e Divulgação Científica. O campo da Educação em Saúde não é recente. Influenciou e foi influenciado por diversos outros campos do saber, dentro e fora das ciências humanas e sociais. Assim, várias concepções, tanto de saúde como de educação são reflexos de diferentes chaves interpretativas.

A observação do desenvolvimento histórico da Educação em Saúde no Brasil acontece, muitas vezes, sem que sejam examinadas em profundidade as mudanças ocorridas com relação a aspectos formais do processo de circulação de conhecimentos e técnicas – sem problematizar os sujeitos históricos envolvidos na produção e circulação dos saberes.

A atuação de Virgínia na interface entre Educação em Saúde e Divulgação Científica foi inspirada pela Pedagogia Libertadora de Paulo Freire (1974, 1976, 2000, 2009) e pela obra de Vygostky (1979, 2001) por meio da pedagogia sócio-construtivista. Virgínia foi herdeira de uma visão progressista de Educação em Saúde no Brasil instaurada por Hortênsia de Hollanda (DINIZ; GONÇALVES; SCHALL, 2009).

A Educação em Saúde teve seu desenvolvimento no Brasil associado às campanhas de controle das grandes endemias infecto-parasitárias. Caracterizada desde o início por uma pedagogia higienista e uma prática de orientação vertical, encontrou, na década de 1950, uma nova abordagem e uma mudança radical de

procedimentos mediante a atuação de Hortênsia no Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERU (SCHALL, 1999). Virgínia alinhou-se com o modelo que reafirma a participação social sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença, visando à transformação social, mediante ampliação do poder do segmento popular, como é o caso da educação popular e Educação em Saúde (SCHALL; STRUCHINER, 1999).

No plano internacional, as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas ao longo do século XX conduziram profundas alterações na forma de encarar e representar o mundo. Entre as várias alterações produzidas, destaca-se as relacionadas aos conceitos de educação e de saúde, demarcadas por diversas instituições, em especial a Unesco (United Nations Educacional Scientific and Cultural Organization) e a OMS (Organização Mundial de Saúde).⁸³⁸ No cenário pós-guerra a proclamação de uma cultura de paz, após anos de totalitarismo, leva à necessidade de preparar os adultos para a vida em sociedades democráticas. Por outro lado, o enorme desejo de reedificar a Europa, associado a um avanço tecnológico extraordinário que impunha novas exigências no mercado de trabalho, implicou formar os adultos para a sua reciclagem profissional (FEIO; OLIVEIRA, 2015).

Já com relação ao conceito de saúde, concebido inicialmente como ausência de doença, ele é pautado na perspectiva do modelo biomédico. Embora o Relatório Lalonde de 1974 tenha chamado a atenção para a importância do ambiente externo e das decisões individuais (comportamentos ou estilos de vida) na saúde, a alteração do paradigma ocorre apenas com a Conferência Internacional sobre Cuidados Básicos de Saúde, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1978, em Alma-Ata, sob a égide “Saúde para todos no ano 2000”.⁸³⁹ A saúde, tida como um recurso para a vida e não como um fim na (e da) vida, se centra, assim, na pessoa e na comunidade que devem ser capazes de identificar necessidades, definir prioridades e planejar e implementar estratégias conducentes

à saúde. Dessa forma, os profissionais de saúde perdem protagonismo. Em Ottawa se salientou também a relevância da questão ambiental (ecológica) como determinante de saúde, refletindo-se, pela primeira vez, sobre a importância de assegurar a sustentabilidade dos recursos e um ecossistema estável, numa perspectiva de responsabilidade global, como requisito para a saúde (FEIO; OLIVEIRA, 2015).

Assim no Brasil, após a crise do sistema social da década de 1970, com o fim da ditadura, iniciou-se o processo de redemocratização. Grupos profissionais progressistas da saúde, insatisfeitos com os avanços conseguidos com as mudanças propostas por algumas correntes, e influenciados por profissionais que haviam se engajado com ações relacionadas à pedagogia problematizadora, intensificaram a discussão em busca de novos paradigmas para nortear as programações de saúde e educação e procuraram dar uma nova dimensão às políticas públicas do setor de saúde, focalizando os determinantes sócio-históricos do processo saúde/doença (CARVALHO; WESTPHAL; LIMA, [s.d.]).

O ideal da saúde como um “estado de bem-estar físico, psíquico e social” dos indivíduos, proposto pela Organização Mundial da Saúde em 1946, era expressão de um imaginário coletivo em busca de uma sociedade de bem-estar social, uma vez que qualquer indivíduo, independente de cor, situação socioeconômica, religião, credo político, devia ter saúde. Entretanto, desde meados dos anos 1980, em consequência da precarização dos vínculos no mercado formal de trabalho e do enfraquecimento dos estados-nacionais, ao lado da ênfase no papel dos indivíduos em prover uma vida mais saudável, a concepção de saúde adquiriu crescentemente o sentido de um projeto que remete aos usos sociais do corpo e da mente (STOTZ, 1993).

Assim, diversos autores têm se dedicado ao estudo de um momento, de um sujeito histórico ou períodos da Educação em Saúde no país. Podemos destacar o trabalho de Ornelas (1981) sobre

a institucionalização da prática educativa nos serviços de saúde de 1889-1960; o de Labra (1985) sobre o movimento sanitista nos anos 1920; o de Lima & Zancam (1991) que estudaram o discurso da Educação em Saúde (1940-1980) como uma contribuição para a história das políticas públicas de saúde no Brasil; o de Melo (1987) em que promoveu uma visão crítica, ainda que breve, sobre a educação sanitária.

A história dos debates públicos sobre Educação em Saúde, considerando-se os princípios que inspiram a proposta do Sistema Único de Saúde (SUS) – a partir da Constituição de 1988 –, é entendida como poderosa estratégia no campo da atenção à saúde e de capacitação da população para uma efetiva participação e controle social em favor da elevação da sua qualidade de vida. Candeias (1997) propõe a Educação em Saúde como sendo quaisquer combinações de experiências de aprendizagens delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde coletiva e a cidadania.

Virginia indicou a importância de combinar múltiplos determinantes do comportamento humano com múltiplas experiências de aprendizagem e de intervenções educativas. Assim, distingue o processo de Educação em Saúde de quaisquer outros processos que contenham experiências acidentais de aprendizagem, apresentando-o como uma atividade planejada. Facilitar significa predispor, possibilitar e reforçar. Voluntariedade significa sem coerção e com plena compreensão e aceitação dos objetivos educativos implícitos e explícitos nas ações desenvolvidas e recomendadas. A ação diz respeito a medidas comportamentais adotadas por uma pessoa, grupo ou comunidade para alcançar um efeito intencional sobre a própria saúde (CANDEIAS, 1997).

Garrard (1986) sustenta que a Educação em Saúde resulta de uma intrincada e difícil fusão das disciplinas de educação e medicina preventiva. Este autor lembra com razão, no entanto, que estas áreas têm bases filosóficas distintas e as metas educativas nem sempre são

compatíveis com aquelas sociopolíticas e comportamentais da medicina preventiva. É importante diferenciar o conceito de Educação em Saúde, de saúde escolar ou saúde do escolar. A partir dessa discussão, Virgínia Schall observou a Educação em Saúde a partir da ênfase no processo educacional, ultrapassando a ideia de práticas médicas dirigidas para uma população em idade escolar. A diferenciação aqui traçada não subentende que a ação de um pediatra, ou de um ortopedista não possa ter um caráter educativo, diz respeito à intenção primeira: um ato educacional ou um ato médico.

Já com relação ao campo da Divulgação Científica no Brasil, Virgínia teve papel fundamental na sua construção e fortalecimento, em especial no contexto da saúde pública no país. Virgínia sempre se preocupou em integrar de forma orgânica a sua pesquisa e projetos de extensão, integrando temáticas, sem separar a educação em saúde da divulgação científica.

De fato, essa forma de conjugar construtos, usualmente vistos como separados em disciplinas ou temas, se expressa na obra da autora como um todo. Assim, desde o final da década de 1980, Virgínia já vinculava a educação ambiental à educação em saúde por meio de artigos de conteúdo original e pioneiro no contexto brasileiro, trazendo, ainda, a concepção de multi e transdisciplinaridade como abordagem profícua para este diálogo. Entre as principais ideias trabalhadas nos artigos de Virgínia estão a popularização da ciência, o papel da afetividade nos processos educacionais, a formação cidadã, assim como a análise de produtos vistos como meios para fomentar a educação e divulgação da ciência em ambientes formais, como escolas, e não-formais, como museus de ciência (PIMENTA; GRUZMAN; REIS, 2018).

No início dos anos 1980 ela já imprimia em suas reflexões um dos pressupostos que sustentavam as práticas de educação e divulgação científica que buscava implementar na Fiocruz. Argumentava que a democratização do saber científico é uma

necessidade imperiosa na sociedade contemporânea, uma vez que a ciência está presente no cotidiano das pessoas, seja por meio da tecnologia, no trabalho e em casa, seja na prevenção e nas ações de cuidado com a saúde. Por outro lado, destacava a necessidade de promover a participação mais efetiva da população em decisões políticas e éticas, que envolvem os rumos pretendidos em diversas esferas da sociedade (PIMENTA; GRUZMAN; REIS, 2018).

Virgínia registra, já a partir das décadas de 1980 e 1990, a popularização da ciência no Brasil como pouco explorada nas instâncias acadêmicas e nos meios de comunicação em geral. Traz para a discussão a necessidade de problematizar questões relevantes para a sociedade, tais como a extensão e os limites da tecnologia em articulação com aspectos éticos. Afirma o compromisso com a ampliação da cultura científica e manifesta a compreensão de que o conhecimento científico deve ser debatido com o público leigo. Virgínia completa suas considerações observando a necessidade de se incluir as crianças nessa perspectiva da popularização da ciência como compromisso social. Conforme sustenta, o universo infantil abrange o interesse pela ciência, e promover essa aproximação possibilita que as crianças agucem a curiosidade e desenvolvam uma consciência crítica em relação a si mesmas, aos outros e ao mundo (SCHALL, 2000; PIMENTA; GRUZMAN; REIS, 2018).

Uma das maiores contribuições de Virgínia para a divulgação científica no país foi a concepção e desenvolvimento do Museu da Vida – museu de ciência, saúde e tecnologia, de caráter participativo, localizado no *campus* da Fiocruz no Rio de Janeiro, onde a interface entre ciência e arte efetivamente se materializou. A relação entre arte e ciência emerge como foco relevante do trabalho de Virgínia, que propõe aprofundar a discussão sobre as interfaces entre esses campos por meio da palavra literária: a poesia, as histórias infantis e a linguagem teatral fizeram parte desse caminho por ela trilhado. Essas iniciativas incorporaram ao compromisso estético e de fruição o

cuidado com a qualidade das propostas educativas criadas (PIMENTA; GRUZMAN; REIS, 2018).

Nesse sentido, Virgínia Schall é pioneira no posicionamento estratégico da temática da Educação em Saúde e Divulgação Científica nos veículos de publicação científica no país. Ainda em 1987, no início de sua carreira, publica o primeiro artigo que envolve sujeitos humanos no ambiente escolar na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* intitulado "*Health education for children in the control of Schistosomiasis*" (1987). Foi um dos primeiros a focalizar o tema da Educação em Saúde na revista *Memórias*, uma importante revista na área de medicina tropical no Brasil.

Um pouco mais de 10 anos depois, em 1999, organiza, em conjunto com Miriam Struchiner, o primeiro número temático no periódico *Cadernos de Saúde Pública* (dedicado unicamente ao assunto – pela primeira vez em mais de 10 anos de existência da revista). Sustentou que a Educação em Saúde era um campo multifacetado, para o qual convergem diversas concepções, das áreas tanto da educação, quanto da saúde, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, demarcadas por distintas posições político-filosóficas sobre o homem e a sociedade (SCHALL; STRUCHINER, 1999). A partir destas duas importantes revistas, no cenário da saúde pública brasileira, Virgínia pontuou e divulgou seus posicionamentos teóricos-conceituais e metodológicos para públicos da área biomédica e saúde pública.

A partir dos conceitos expostos, observa-se na trajetória de Virgínia Schall a expressão Educação em Saúde como sendo uma educação ampliada, que inclui políticas públicas, ambientes apropriados, diálogo e troca de saberes, reorientação dos serviços de saúde para além dos tratamentos clínicos e curativos, assim como propostas pedagógicas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, orientando-se para ações cuja essência está na melhoria da qualidade de vida. Para Virgínia Schall a Educação em Saúde é um "[...] campo multifacetado,

para o qual convergem diversas concepções, das áreas tanto da educação, quanto da saúde, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, demarcadas por distintas posições político-filosóficas sobre o homem e a sociedade” (SCHALL; STRUCHINER, 1999).

Considerações finais: sentidos de cidadania a partir da biografia de Virgínia Schall

A relevância do trabalho de memória para construção da biografia de Virgínia Schall situa-se no entrecruzamento dos campos da História, da Educação e da Saúde para compreensão do processo de transição democrática a partir dos anos 1980. A trajetória de Schall permite problematizar valores, práticas e representações políticas da história contemporânea referente à Saúde Coletiva brasileira, e suas diversas formas de diálogo com a sociedade, a partir dos campos da Educação em Saúde da Divulgação Científica. Os múltiplos sentidos de cidadania, expressos nessa proposta biográfica, remete, assim, aos projetos construídos coletivamente nesses diversos campos do saber.

A elaboração da biografia de Virgínia Schall encontra o seu lócus público na produção e divulgação de um conhecimento sistematizado (trajetória desta cientista) com capacidade para catalisar novos debates sobre Educação em Saúde. Dessa forma, o trabalho de memória – realizado de maneira integrada e responsável – tem mobilizado a construção dialógica⁸⁴⁰ da biografia de Virgínia, em parceria com os membros da sua família e pesquisadores de diversas áreas. Os debates sobre os desafios contemporâneos referentes ao direito à educação e à saúde, a partir do acesso a ciência, foram catalisados a partir dessa pesquisa. Essas questões socialmente vivas potencializaram a busca por acesso, circulação e publicização da trajetória de Virgínia Schall.

Foi necessário o estabelecimento de pontes para a negociação de interesses acadêmicos, literários e políticos para a promoção, a

difusão e o desenvolvimento de uma “história” com a participação e colaboração dos diversos grupos fora/dentro do espaço acadêmico – práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva (FERREIRA, 2012). Nesse sentido, o trabalho de memória para construção da biografia de Schall – nas suas inúmeras articulações visuais, verbais, sonoras e textuais – pode contribuir para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico sobre Educação em Saúde e Divulgação Científica no Brasil. As necessidades e os interesses públicos inspiram a trajetória aqui apresentada, e, ainda, envolve os pesquisadores acadêmicos e diversos outros atores em colaboração.

Nesse momento final, vale retomar alguns aspectos sensíveis da trajetória de Virgínia Schall. No início dos anos 1980, passou por um rigoroso tratamento, para combater sua primeira experiência com um câncer. Ao superar a doença e os efeitos colaterais de medicamentos – em especial, a perda dos cabelos e o medo de que a doença voltasse – Virgínia decidiu ser mãe. Essa decisão impactou profundamente a sua biografia. A partir da maternidade aprofundou mais a sua produção de metodologias e estratégias educativas para o público infanto-juvenil, em especial, com as coleções de livros, oficinas, mostras/exposições interativas e espaços temáticos de ciência.

Virgínia, com os filhos, experimentava as inovações educacionais e ganhava estímulo para novos projetos comprometidos com a dimensão cidadã da ciência. Ela se interessou pela infância e, principalmente, pelos processos afetivos imbuídos na aquisição e produção do conhecimento – expresso em seu artigo, publicado em 1987, que utiliza o conceito de Educação em Saúde e trabalha com escolares no Rio de Janeiro para prevenção de esquistossomose; bem como em sua tese de doutorado em que aprofundou a questão da afetividade e saúde no contexto escolar.

Virgínia faleceu em 2015, aos 60 anos, de um câncer súbito na região do peritônio. Após o falecimento, ex-alunos e pesquisadores que haviam sido parceiros científicos se mobilizaram para construção

de um projeto colaborativo que aprofundasse a biografia da pesquisadora e, ao mesmo tempo, buscasse organizar e fomentar o acesso amplo e aberto ao acervo da pesquisadora sobre a História da Educação em Saúde e Divulgação Científica.

Schall refletiu sobre a Educação em Saúde e Divulgação Científica numa perspectiva ampla, possibilitando uma visão integrada das ações aos fatos históricos decorrentes dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais da história do país, a fim de se alcançar a democratização desejada e necessária. Há poucos estudos sobre as histórias de vida dos educadores em saúde. Em especial de mulheres na ciência, com o caso de Virgínia. Ao atentar para a trajetória de Virgínia Schall se observa a importância das lutas por direitos (na educação e na saúde) para orientar as políticas futuras, em tempos atuais de retrocesso e desmonte da noção tão cara à Educação em Saúde e Saúde Coletiva de que “saúde é um direito de todos e dever do estado”. Saúde esta, conquistada por meio de muita luta por pesquisadores e educadores como Virgínia na década de 1980. Ao compreender a saúde como parte integrante da Educação e vice-versa, a Educação e Divulgação Científica como um processo de construção do conhecimento enquanto direito do cidadão no acesso aos bens e conhecimento científico, Virgínia dá sua contribuição à constituição e história do campo. Desta forma, Virgínia, mulher na ciência, foi pioneira na integração e olhar singular para com essas questões, hoje da maior relevância para garantia dos direitos dos cidadãos e à democracia do país.

A partir da trajetória de vida da pesquisadora, educadora e poetisa é possível conhecer a constituição do campo da Educação em Saúde e da Saúde Coletiva e os diversos “sentidos de cidadania” presente em sua obra e legado. Para Virgínia, a pesquisa e o “mundo real” – vivido e experienciado – não é divorciado da ciência e dos processos de busca pelo conhecimento. Neste sentido, em toda a sua trajetória Virgínia integrou a pesquisa científica à prática e vice-versa.

Na sua produção teórica, metodológica e tecnológica, uma noção ampla de educação e de saúde é destacada.

Foram potencializadas, frente às dinâmicas do trabalho de memória para construção da biografia de Virgínia Schall, reflexões sobre: a relação entre o trabalho biográfico e o impacto social da produção interdisciplinar da cientista; o papel da biografada no espaço público em um momento de redemocratização política; os diálogos entre a biografia de Virgínia Schall e múltiplas áreas de conhecimento (História, Saúde Coletiva, Educação em Saúde e Divulgação Científica). Tratou-se de um instigante exercício no qual diferentes linguagens e metodologias se complementaram e ajudaram na percepção histórica da biografada para além dos espaços acadêmicos e escolares – indicando questões socialmente vivas referentes a importância da democratização da ciência, da saúde e da educação no Brasil.

Para problematização da biografia de Virgínia Schall, levou-se em conta as necessidades, os movimentos e demandas sociais das áreas nas quais a trajetória de Virgínia está inserida. Assim, a trajetória acadêmica e de vida de Virgínia também dialoga com a história dos debates públicos sobre o processo de institucionalização do SUS no período de redemocratização do país. Nesse sentido, sua produção propõe reflexões e ações sobre Educação em Saúde de forma participativa e territorializada – sua biografia expressa um espaço de resistência frente a onda conservadora crescente na atual crise política do país (MOTTA, 2016; MATTOS, 2016, p. 35) – impulsiona reflexões sobre a importância dos princípios democráticos.

A Constituição de 1988 conferiu aos direitos sociais o lugar de direitos fundamentais – assim, a valorização dos direitos da cidadania se realiza no exercício dos direitos individuais, coletivos e sociais (NEVES, 2016). Superar o abismo entre a realidade histórica e o mundo legal ainda configura o maior desafio. É recorrente na atualidade a criação de medidas institucionais que descaracterizam a Constituição e o estímulo a “cidadania ativa” (BENEVIDES, 1991).

Para Touraine (1994) a democracia se assenta, sobretudo, numa “cultura democrática” que ultrapassa a capacidade de eleger e ser eleito. Afirmar assim, a liberdade de se tornar um sujeito que se reconhece e é reconhecido como ator coletivo e agente de mudanças. Nessa dimensão encontramos os sentidos de cidadania presentes na trajetória de Virgínia – ao promover, por meio da Educação em Saúde, maior liberdade para o reconhecimento da diversidade na ciência, afirmando autonomia profissional sobre seus próprios saberes e práticas – que não poderia existir em períodos autoritários. As propostas de uma ciência cidadã, evidenciadas na obra de Schall, configuram variadas elaborações e práticas de liberdade no Brasil da transição democrática – buscando superar as marcas da ditadura militar: vigilâncias e fiscalizações ideológicas, políticas e morais de cientistas comprometidos com a defesa dos direitos sociais referentes à educação e à saúde.

Neste sentido, a partir da discussão desses elementos centrais à obra de Virgínia, é possível dimensionar o impacto das suas reflexões – marcadas por um olhar integrador, transdisciplinar e crítico. Ao estimular um processo coletivo de construção de conhecimento comprometido com a constituição da identidade e da cidadania, Virgínia situa a divulgação científica como meio para propiciar a um público cada vez maior uma formação crítica nos assuntos relacionados à área de ciência e tecnologia. Para ela, cada cidadão deveria ser capaz de efetivamente enfrentar seus problemas cotidianos e de se posicionar em relação às grandes decisões políticas e sociais. Trabalhou por uma concepção ampliada de educação e de saúde, potencializando a noção de construção do conhecimento como um caminho para a emancipação social e para a formação cidadã.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. R. de; MENESES, S. (orgs.). *História pública em debate*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ALMEIDA, J. R. de; ROVAL, M. G. de O. (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011

BENEVIDES, M. V. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

CANDEIAS, N.M.F. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Rev. Saúde Pública*, v. 31, n. 2, 1997.

CARVALHO, A. I.; WESTPHAL, M. F.; LIMA, V. L. P. *Histórico da promoção da saúde no Brasil*. [s.d.]. Disponível em: <<https://amazonia.fiocruz.br/>>. Acesso em 10 mai 2012.

DANTES, M. A. M.; DA SILVA, M. R. B.; DIAS, A. L. M. Uma epopéia das ciências no Brasil contemporâneo, segundo seus heróis mais proeminentes. *Revista USP*, São Paulo, n. 41, 1999.

DINIZ, M. C. P.; GONCALVES, B.; SCHALL, V. T. Hortênsia de Hollanda: a arte da educação em saúde para prevenção e controle das endemias no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, 2009.

DOMINGUES, H.M.B. Carlos Chagas Filho: um articulador da história das ciências do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2012.

DOSSE, F. *O Desafio Biográfico – escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FEIO, A.; OLIVEIRA, C. C. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 24, n. 2, 2015.

FERNANDES, A. M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FERREIRA, M. de M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, F. et. al. (orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

FLEURY, S. Revisitando “a questão democrática na área da saúde”: quase 30 anos depois. *Saúde em Debate*, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 2009.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra; 2000.

FREIRE, P. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. *Ação Cultura para a Liberdade e outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARRARD, J. Health education and science education: changing roles, common goals? *Studies in Science Education*, n. 13, 1986.

GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. (orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LABRA, M. E. *O movimento sanitarista nos anos 20: Da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil*. 1985. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1985.

LENT, H. *O Massacre de Mangueiras*. Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978.

LIMA, M.A.; ZANCAN, L.P. O discurso da Educação em Saúde (1940-1980): uma contribuição para a história das políticas públicas de saúde no Brasil. In: LIMA, M. A. *et al. Contribuição para análise de políticas públicas no Brasil: educação, saúde e mudança social*. Rio de Janeiro, 1991. [Cadernos do ICHF, n. 45].

LOPES, J. A. V. *A Carta da Democracia. O processo constituinte da ordem pública de 1988*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MATTOS, H. O gigante. In: MATTOS, H. *et.al.* (orgs.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

MELO, J. A. C. Educação Sanitária: uma visão crítica. *Cadernos CEDES*. São Paulo, n. 4, 1987.

MOMIGLIANO, A. *The development of greek biography*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

MONTEIRO, S.; PIMENTA, D. N. (orgs.). *Ciência, saúde e educação: o legado de Virgínia Schall*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MOTTA, R. P. S. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, H. et.al. (orgs.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

NEVES, L. de A. Cidadania, democracia e direitos sociais: impasses e desafios em um século de História do Brasil. *Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas*, v. 2, 2016.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, França: United Nations, 1948. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>.

ORNELLAS, C. P. *Educação em saúde: prática sanitária ou instrumento de ação ideológica*. 1981. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1981.

PILATTI, A. *A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.

PIMENTA, D.; MONTEIRO, S.; STRUCHINER, M. A trajetória de Virgínia Schall: integrando Saúde, Educação, Ciência e Literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, 2017.

PIMENTA, D.N.; GRUZMAN, C.; REIS, D. A Educação em Saúde e a Divulgação Científica sob o Olhar Integrador de Virgínia Schall. In: MONTEIRO, S.; PIMENTA, D. N. (orgs.). *Ciência, saúde e educação: o legado de Virgínia Schall*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

PIMENTA, D. N.; VALENTE, P. A. Alguns Apontamentos Biográficos: quem foi Virgínia Schall? In: MONTEIRO, S.; PIMENTA, D. N. (orgs.).

Ciência, saúde e educação: o legado de Virgínia Schall. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

RIZZOTTO, M. L. F. A reafirmação da democracia e do direito universal à saúde em tempos de ultraneoliberalismo. *Ciênc. Saúde Coletiva* [online] v. 23, n. 6, 2018.

SCHALL, V. T. *Min(as) Memória*. 1a. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

SCHALL, V. T. *Cedo ou Tarde?* 1. ed. Juiz de Fora, MG: Franco Editora, 2007.

SCHALL, V. T. Science education and popularization of science in the biomedical area: its role for the future of science and of society. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 95, supl. 1, 2000.

SCHALL, V. T. Alfabetizando o corpo: o pioneirismo de Hortênsia de Hollanda na Educação em Saúde. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 15, Sup. 2, 1999.

SCHALL, V. T. (org.). *Ciranda da Vida*. 4 v. Edição: Memórias Futuras, 1994.

SCHALL, V. T. (org.). *Ciranda do Meio Ambiente*. 10 v. Edição: Memórias Futuras, 1989.

SCHALL, V. T. Health education for children and the control of schistosomiasis. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 82, n. IV, 1987.

SCHALL, V. T. (org.). *Ciranda da Saúde*. 6 v. Edição: Editora Antares, 1986.

SCHALL, V. T.; STRUCHINER, M. Educação em saúde: novas perspectivas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, sup. 2, 1999. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/q3pbxp>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SOUZA, A. B. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação e saúde. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

TOURAINÉ, A. *O que é democracia?* Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

VIDEIRA, A. A. P. *25 anos do MCT: raízes históricas da criação de um ministério*. Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

VISCARDI, C.; JARDIM, F. P. B. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Tempo da Nova República*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [Coleção O Brasil Republicano].

VYGOTSKY L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes; 1979.

VYGOTSKY, L. S. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

829. Sobre a Constituinte, entre 1987 e 1988, ver: Adriano Pilatti (2008); Julio A. V. Lopes (2008) e Cláudia Viscardi; F. P. B Jardim (2018).

830. Criado em 1999, o Museu da Vida faz parte da Casa de Oswaldo Cruz, centro dedicado à preservação da memória da Fiocruz e às atividades de Divulgação Científica, pesquisa, ensino e documentação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. Para mais detalhes sobre o escopo e atuação do Museu da Vida, veja: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/>>.

831. A organização do acervo integra um dos projetos coletivos, selecionado pelo edital “Memórias Brasileiras: Biografias” da Capes (coordenado pela pesquisadora Denise Nacif Pimenta – vinculada ao Instituto René Rachou/Fiocruz Minas, Fundação Oswaldo Cruz. - Projeto “A trajetória de Virgínia Schall na construção da Educação em Saúde e Saúde Coletiva”). O acervo é de grande porte (volumetria de aprox. 25 metros) e configura-se conforme os seguintes gêneros: documentos textuais (impressos e manuscritos), iconográficos (ampliações fotográficas, negativos, diapositivos), audiovisuais (fitas videomagnéticas, CDs, DVDs), sonoros (fitas-cassete) e digitais (disquetes, *zip drives*) e natodigitais – com predomínio dos documentos textuais. Toda a produção acadêmica e de materiais informativos/educativos da cientista será organizada no repositório institucional da Fiocruz (ARCA).

832. O projeto de História Oral resulta da parceria entre o Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), Fundação Oswaldo Cruz e o Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

833. Gostaríamos de destacar e agradecer a contribuição e parceria da família de Virgínia, Roberto, Daniel e Brunah em toda construção do projeto e execução de suas atividades. Eles vêm colaborando de forma muito próxima na doação e organização do acervo, indicação de entrevistados e revisão dos textos e materiais. É com afeto que expressamos a mais profunda gratidão pela parceria e apoio.

834. O impulso recebido pela história das ciências brasileiras na década de 1980, quando efetivamente se institucionalizou a área no país, teve significativo impacto no resgate da memória científica brasileira. Durante este período surgiram as instituições especializadas na pesquisa em história das ciências e na preservação da memória científica do Brasil, desvinculadas de qualquer instituição ligada à história ou às ciências sociais. Em 1985 foram criadas, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e, no CNPq, hoje instituto do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), ambas com seus respectivos arquivos históricos, o que evidencia a importância conferida à história das ciências brasileiras neste período (DOMINGUES, 2012).

835. Sobre os sentidos do conceito, ver: Gomes; Hansen (2016).

836. O que se observa na fase atual é que o modelo igualitário defendido pelo SUS foi: “[...] uma das políticas, junto às demais da Seguridade Social, que mais reduziu o quadro de desigualdades nos últimos anos, é necessário reconhecer, identificar e transformar as condições que as reproduzem no interior do SUS. Devemos retomar os fundamentos metodológicos que nos permitiram a construção dessa trajetória política e institucional democrática, recorrendo ao conceito de crise para proceder ao diagnóstico da situação atual” (FLEURY, 2009, p. 162).

837. “Em outubro de 1979, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) apresentou, no 1º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde na Câmara Federal, o documento intitulado A questão democrática na área da saúde, identificado, a partir de então, como urna proposta coletiva do Movimento pela Reforma Sanitária naquela conjuntura. Desde a sua criação, o Cebes defendeu a ideia da Reforma Sanitária, como aparece no editorial do segundo número da Revista Saúde em Debate de 1977, no qual é afirmado o princípio de que a saúde é um direito de cada e de todos os brasileiros (...). Nesse editorial é atribuído ao Cebes o seguinte papel: preconizar a democratização do setor saúde, recebendo todas as contribuições que atendam aos objetivos de uma Reforma Sanitária” (FLEURY, 2009, p. 156).

838. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os Estados-membros da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) assinam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que consagra a dignidade humana como um valor inerente à própria humanidade, fundamento de todos os direitos e liberdades fundamentais, alcançáveis pelo ensino e educação, e se afirma o direito à educação com vista à plena expansão da personalidade individual (ONU, 1948).

839. A 30ª Assembleia Mundial de Saúde, realizada pela OMS em 1977, lançou o movimento “Saúde Para Todos no Ano 2000”. Já em 1978 foi organizada, pela OMS e Unicef, a Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, na cidade de Alma-Ata, no Cazaquistão. Dessa conferência resultou a elaboração da “Declaração de Alma-Ata”, documento que reafirmou o conceito de saúde como um direito humano fundamental e como uma das mais importantes metas mundiais para a melhoria social.

840. Sobre a produção e a difusão do conhecimento histórico a partir da conexão dos saberes, ver: Almeida; Rovai (2011); Almeida; Meneses (2017).

AS FOTOGRAFIAS

OLIVEIRA VIANA (CAPÍTULO I)

(Foto 1) Em 1920, Oliveira Viana publicou *Populações meridionais no Brasil*, livro que o consagrou entre a intelectualidade brasileira. A fotografia é de 1938, quando ocupava o posto de Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho a convite do ministro Salgado Filho. Ele foi um dos principais responsáveis pela criação do novo Direito do Trabalho no país. Crédito: Arquivo Nacional.

LEÔNIDAS DA SILVA (CAPÍTULO II)

(Foto 1) O talento de Leônidas da Silva no futebol foi reconhecido em 1931, ao participar da Copa Rio Branco. A seleção brasileira derrotou o Uruguai, campeão do mundo no ano anterior. Recebido no Rio de Janeiro como “herói nacional”, ganhou o apelido de “Diamante Negro”. Leônidas participou da seleção que disputou a Copa do Mundo de 1938. Naquele ano, Getúlio Vargas fez questão de ser fotografado ao seu lado. Fotografia datada de maio de 1946. Crédito: Arquivo Nacional.

(Foto 2) Na interpretação do jovem sociólogo Gilberto Freyre, Domingos da Guia e Leônidas da Silva, ambos jogadores negros, representavam no futebol uma nova imagem da nacionalidade. Ele elogiava a escolha de “um *team* fortemente afro-brasileiro” por ver nele a expressão de um “mulatismo” capaz de caracterizar positivamente o “estilo brasileiro de *foot-ball*”. Na fotografia, de março de 1948, Leônidas da Silva deixa o campo ao final do treino. Crédito: Arquivo Nacional.

EROS VOLÚSIA (CAPÍTULO III)

(Foto 1) Conhecida como representante do “corpo mestiço”, a bailarina carioca Eros Volúcia alcançou grande prestígio entre as décadas de 1930 e 1940. Rompeu com o balé clássico e propôs uma dança cênica genuinamente brasileira que integrasse elementos das culturas portuguesa, indígena e negra. Admirada por intelectuais modernistas e nacionalistas, Eros foi ousada ao levar para os palcos, de forma estilizada, elementos da dança e da música africanas recolhidos em suas incursões nos terreiros de candomblé. Participou do teatro de revista e realizou alguns filmes em Hollywood e no Brasil. Crédito: Fundação Nacional de Artes.

(Foto 2) Eros normalmente se apresentava com os seus longos cabelos soltos e com figurinos ousados que muitas vezes se limitavam a uma tanga e um bustiê ornados com miçangas e contas. O talento excepcional somado à sensualidade fez da bailarina estrela dos palcos dos teatros e dos cassinos. Crédito: Fundação Nacional de Artes.

PLÍNIO SALGADO (CAPÍTULO IV)

(Foto 1) Em outubro de 1938, Plínio Salgado foi fotografado com a esposa, Carmela Salgado, e a filha, Maria Amélia Salgado. Em maio daquele ano ocorreu o levante armado integralista contra Getúlio Vargas. Mesmo sem provas de estar envolvido, Plínio Salgado foi obrigado a viver na clandestinidade até ser preso em janeiro do ano seguinte. Em julho partiu com a esposa para o exílio em Lisboa. Crédito: Arquivo Nacional.

(Foto 2) Plínio Salgado foi eleito deputado federal em 1958 pelo estado do Paraná. O uniforme integralista foi substituído pelo terno e gravata. Fundador e líder do Partido da Representação Popular, atuou dentro dos limites da democracia-liberal, fortemente influenciado pelo salazarismo português e pelo catolicismo tradicionalista. Fotografia datada de fevereiro de 1959. Crédito: Arquivo Nacional.

RAYMUNDO SOUZA DANTAS (CAPÍTULO V)

(Foto 1) Em abril de 1961 Raymundo Souza Dantas foi indicado por Jânio Quadros para chefiar a embaixada brasileira em Gana, tornando-se o primeiro embaixador negro do Brasil. Sua nomeação produziu intenso debate. Na fotografia, ele está no Rio de Janeiro em novembro de 1962. Crédito: Foto Arquivo / Agência O Globo.

ABDIAS NASCIMENTO (CAPÍTULO VI)

(Foto 1) Abdias Nascimento, junto a outros amigos, fundou em 1944 o Teatro Experimental do Negro (TEN). Após-1945 ele se engajou na militância pelos direitos de cidadania da população negra, procurando apoio nos setores democráticos da sociedade brasileira, especialmente nas organizações políticas, estudantis, artísticas e intelectuais progressistas. Fotografia datada de março de 1954. Crédito: Arquivo Nacional.

(Foto 2) Abdias Nascimento atuando na peça teatral Sortilégio, escrita por ele próprio em 1951 e encenada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O Teatro Experimental do Negro investiu na criação de uma dramaturgia que valorizasse temas ligados à cultura e identidade negras. Na peça, o protagonista, um advogado negro, renega sua própria origem étnica em busca de ascensão social. Crédito: Arquivo Nacional.

APOLONIO DE CARVALHO (CAPÍTULO VII)

(Foto 1) Em novembro de 1959, Apolonio de Carvalho (à direita) junto com Agostinho Dias de Carvalho (ao centro), coordenador do Partido Comunista (PCB) nos sindicatos, esperam o chefe de Polícia atender ao telefone. Apolonio tornou-se um dos militantes políticos mais admirado entre as esquerdas brasileiras. Crédito: Arquivo Nacional.

ÊNIO SILVEIRA (CAPÍTULO VIII)

(Foto 1) Ênio Silveira ficou conhecido pelo estímulo à produção literária nacional, em particular de jovens autores brasileiros. Na imagem, de março de 1961, Ênio (com o copo nas mãos) conversa com autores premiados no concurso "As melhores histórias sobre sua

cidade". Da esquerda para à direita: E. Martins Garcia (esquerda), Leandro Konder (no centro), Lima Campos (primeiro à direita) e Álvares da Silva (segundo à direita). Crédito: Arquivo Nacional.

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA (CAPÍTULO IX)

(Fotos 1 e 2) Marcos Antônio da Silva Lima foi vice-presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) em 1964. Ele foi um dos vários marinheiros e fuzileiros que aderiram a organizações de vanguarda na luta armada contra a ditadura militar. Crédito: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

JOAQUIM PEDRO DE ANDRADE (CAPÍTULO X)

(Foto 1) Joaquim Pedro de Andrade foi um dos cineastas mais importantes do movimento conhecido como Cinema Novo. Entre seus filmes mais conhecidos estão *Garrincha*, *Alegria do Povo*, *O Padre e a Moça*, *Macunaíma*, *Os Inconfidentes*, *Guerra Conjugal* e *O Homem do Pau-Brasil*. Na fotografia ele dirige as filmagens de *Os Inconfidentes* em maio de 1972. Crédito: Arquivo Nacional.

EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (CAPÍTULO XI)

(Foto 1) Em fevereiro de 1969, na chefia do Serviço Nacional de Informações, o general Emílio Garrastazu Médici cumprimenta oficiais do Exército. Em outubro daquele ano ele assumiria a presidência da República. Médici foi o mais popular dos generais-presidentes e o que chefiou o governo mais violento da ditadura militar. O presidente que comparecia a estádios de futebol foi o mesmo dos chamados *anos de chumbo*. Crédito: Arquivo Nacional.

(Foto 2) Em novembro de 1972, João Erimilson Silva, representante dos jangadeiros, abraça o presidente Emílio Garrastazu Médici pedindo a ele o direito de aposentadoria para a categoria profissional. Em seu governo, o projeto de "Brasil potência" e o crescimento econômico chamado na época de "milagre brasileiro" estavam associados ao autoritarismo político, à censura aos meios de

comunicação, à repressão policial e à tortura como política de Estado. Crédito: Arquivo Nacional.

INÊS ETIENNE ROMEU (CAPÍTULO XII)

(Foto 1) Inês Etienne Romeu foi militante em diversas organizações da esquerda armada contra a ditadura militar. Em maio de 1971 foi presa pelos órgãos de segurança. Prisioneira na “Casa da Morte”, na cidade de Petrópolis, ela sofreu bárbaras torturas. Fotografia de 1974, no presídio Talavera Bruce. Crédito: Acervo Familiar.

(Foto 2) Inês Etienne Romeu somente foi reconhecida como prisioneira em setembro de 1971. Saiu da prisão com a anistia em 1979. Na fotografia, ela está de óculos escuros ao lado da mãe e da irmã no presídio Talavera Bruce, em 1975. Crédito: Acervo Familiar.

JOEL RUFINO DOS SANTOS (CAPÍTULO XIII)

(Fotos 1 e 2) Joel Rufino dos Santos foi professor de História e pesquisador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tornando-se uma das mais importantes referências em história e cultura africanas e afro-brasileiras. Após 1964, foi perseguido pela ditadura militar. Crédito: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

LÉLIA GONZALEZ (CAPÍTULO XIV)

(Foto 1) De origem familiar muito pobre, Lélia Gonzalez, por meio dos estudos tornou-se professora universitária. Ela foi reconhecida pelo seu trabalho acadêmico, contribuindo para reflexão original sobre a identidade do negro no Brasil. Lélia foi pioneira na militância feminista negra, em plena ditadura militar. Crédito: Foto de Alberto Jacob / Arquivo Agência O Globo.

RAUL SEIXAS (CAPÍTULO XV)

(Foto 1) Raul Seixas lançou “Let me sing, let me sing”, fusão original de rock com baião, na edição de 1972 do Festival Internacional da

Canção. Com visual inspirado em seu ídolo Elvis Presley, saiu do palco do Maracanãzinho consagrado como revelação daquele ano. Crédito: Arquivo Nacional.

(Foto 2) Nas décadas de 1970 e 1980, Raul foi alvo da Censura Federal que condicionou a liberação de determinadas letras a alterações em seus versos originais, como nas canções “Como vovó já dizia” e “Murungando”. Crédito: Arquivo Nacional.

XAVANTE MÁRIO JURUNA (CAPÍTULO XVI)

(Foto 1) Primeiro deputado federal índio eleito no Brasil, Mário Juruna lutou por melhores condições de vida para as comunidades xavantes, utilizando como arma um gravador K-7. Na fotografia, Tancredo Neves busca seu apoio na campanha à presidência da República no segundo semestre de 1984, concorrendo pelo Colégio Eleitoral. Crédito: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

VIRGÍNIA SCHALL (CAPÍTULO XVII)

(Foto 1) Virgínia Schall iniciou sua carreira em 1981 como pesquisadora do Departamento de Biologia no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), no Rio de Janeiro. Dedicou-se à educação infanto-juvenil em ciência da saúde recorrendo, entre outros recursos, ao teatro e a literatura. Crédito: Acervo familiar.

SOBRE OS AUTORES

ÂNGELA DE CASTRO GOMES

Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora Visitante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Professora Emérita da FGV/CPDOC e Pesquisadora 1A do CNPq.

LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA

Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

KARLA CARLONI

Professora do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

FÁBIO KOIFMAN

Professor do Departamento de História e de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

PETRÔNIO DOMINGUES

Professor do Departamento de História, do Mestrado Acadêmico em História e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do CNPq.

JORGE FERREIRA

Professor Titular do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Pesquisador 1B do CNPq. A pesquisa contou com o apoio do CNPq e da Capes.

AMÉRICO FREIRE

Historiador e Professor do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. A pesquisa que dá origem ao presente capítulo contou com o apoio das duas instituições.

ANDERSON ALMEIDA

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES SANTIAGO JÚNIOR

Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

JANAINA MARTINS CORDEIRO

Professora do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

ISABEL CRISTINA LEITE

Bolsista Pós-doutorado nota 10 Faperj na Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa: *A trajetória política de uma sobrevivente: o caso de Inês Etienne Romeu*, sob a supervisão do prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho.

SAMANTHA VIZ QUADRAT

Professora do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). O presente trabalho contou com o apoio do CNPq, através da bolsa de produtividade, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes – código de financiamento 001), através da bolsa de pós-doutorado para o “O ensino de temas sensíveis e lugares de consciência nas Américas”, realizado na Unicamp, no âmbito do edital *Memórias Brasileiras: Biografias. A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*.

ANTONIA LANA DE ALENCASTRE CEVA

Pedagoga, Mestre em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutora em Serviço Social pela mesma instituição.

MARIO LUIS GRANGEIA

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Analista de comunicação social do Ministério Público Federal.

MICHELLE REIS DE MACEDO

Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora do CNPq.

DENISE NACIF PIMENTA

Pesquisadora do Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), Fundação Oswaldo Cruz.

JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA

Professora do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).